Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Fernanda Eugénia Puga de Magalhães

A *domus* romana no NO Peninsular. Arquitetura, construção e sociabilidades

Abril de 2019

A *domus* romana no NO Peninsular. Arquitetura, construção e sociabilidades
Fernanda Eugénia Puga de Magalhães
Uminho | 2019

Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia sob a forma de Bolsa de Doutoramento (SFRH/BD/100030/2014), financiado pelo Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade (COMPETE) e comparticipados pelo Fundo Comunitário Europeu FEDER.



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Fernanda Eugénia Puga de Magalhães

A *domus* romana no NO Peninsular.
Arquitetura, construção e sociabilidades.

Tese de Doutoramento
Ramo do conhecimento em Arqueologia, especialidade
Arqueologia da Paisagem e do Povoamento

Trabalho efectuado sob a orientação de
Professora Doutora Maria Manuela Martins
Professor Doutor Ricardo Mar

Abril de 2019

DECLARAÇÃO

Nome: Fernanda Eugénia Puga de Magalhães

Endereço electrónico: fernanda.epmagalhaes@gmail.com

Telefone: 936766584

Título:

A *domus* romana no Noroeste Peninsular. Arquitetura, construção e sociabilidades

Orientadores:

Professora Doutora Maria Manuela Dos Reis Martins

Professor Doutor Ricardo Mar

Ano de conclusão: 2019

Ramo de Conhecimento do Doutoramento:

Arqueologia, área de conhecimento Arqueologia da Paisagem e do Povoamento

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE/TRABALHO.

Universidade do Minho, _____/_____/2019

Assinatura:_____

Agradecimentos

Este trabalho envolveu a colaboração de várias pessoas e instituições que, de uma forma ou de outra, partilharam esta caminhada, e a elas expresso o meu reconhecimento e agradeço o contributo.

Nestas singelas palavras gostaria de agradecer, em primeiro lugar, aos nossos dois orientadores por terem aceitado este desafio e por terem partilhado connosco o seu saber. A gratidão vai para além do apoio na realização deste trabalho, fosse através de correções ou de sugestões, incluindo também a contribuição para o nosso crescimento e amadurecimento como investigadora, ao longo destes anos.

À Professora Manuela Martins, minha orientadora e professora, agradeço o impulso para o estudo da arquitetura romana, as oportunidades de usufruir da sua capacidade científica, a partilha de ensinamentos e sabedoria, a dedicação na minha formação, a confiança em mim depositada. Pelo seu rigor e exigência, é, inquestionavelmente, uma referência.

Ao Professor Ricardo Mar, meu orientador, muito agradeço a forma como soube traçar o caminho no planeamento deste trabalho, o empenho com que me orientou, as palavras confiantes com que sempre me incentivou, o modo como me recebeu em Barcelona. Obrigada pela oportunidade e pelo privilégio únicos de aprender.

Ao Professor José Meireles, com quem partilho o caminho desde o primeiro dia nesta Universidade, agradeço por ter incutido em mim o gosto pela Arqueologia, os conselhos, o encorajamento permanente, o estímulo em aprender mais e, acima de tudo, a confiança que sempre depositou em mim.

À Professora Maria do Carmo, quero agradecer todos os conselhos e a forma calorosa e amiga com que me estimulou para a realização deste trabalho.

Ao Doutor Luís Fontes, agradeço as palavras de encorajamento, os ensinamentos, as explicações e disponibilidade.

À Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM), agradeço o enquadramento institucional, as facilidades para aceder a toda a informação e todo o apoio prestado ao longo dos anos. Quero, igualmente, reconhecer e destacar a possibilidade de ter trabalhado nesta instituição, que me acolheu desde o dia em que terminei a licenciatura e permitiu o meu enriquecimento pessoal e profissional. Uma palavra de gratidão a todos os funcionários, bolseiros e colegas, sobretudo à Engª. Natália Botica, pela amizade, pelo apoio que sempre nos concedeu, bem como pelo interesse que demonstrou pelo nosso trabalho. Ao Eurico Machado, agradeço o incentivo e as palavras amigas. À Clara Rodrigues, agradeço a simpatia e o apoio que sempre nos manifestou. À Dra. Guilhermina Bonjardim, agradeço a simpatia, o profissionalismo e as facilidades que nos facultou. Ao Dr. Paulo Bernardes, agradeço o interesse que demonstrou pelo nosso trabalho. Ao Jorge Ribeiro, agradeço a partilha de conhecimento, a disponibilidade, a troca de ideias e o companheirismo. À Sofia Figueiredo, agradeço a simpatia e a disponibilidade para ajudar. Ao Pedro Xavier, agradeço as palavras de apoio. A todos os colegas, Francisco Andrade, Bruno Delfim,

Luís Silva, Maurício Guerreiro, Sofia Catalão, Alexandrina Amorim, Cristina Braga e Mafalda Alves, agradeço o encorajamento.

Ao Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), agradeço o enquadramento e o apoio institucional. Um agradecimento, igualmente, aos seus colaboradores, em especial à Carla Xavier, pela paciência e disponibilidade.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), agradeço a concessão de uma bolsa que representou um apoio fundamental e indispensável para a realização deste trabalho de investigação.

Ao Dr. Armandino Cunha, responsável pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (GACMB), agradeço a disponibilidade para aceder à informação e todas as palavras de encorajamento.

Expresso a minha gratidão a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para este percurso, em especial à Professora Dolores Dopico Caínzos, ao Professor Gilvan Ventura e à Professora Sílvia Siqueira.

Ao Alejandro Beltrán-Caballero, também é devida uma palavra de reconhecimento pelo estímulo e pela forma amiga e calorosa como fui recebida em Barcelona (*está mesmo quase*).

O meu agradecimento estende-se a todos os meus amigos, cujo apoio foi constante e encorajador: à Alexandra Esteves, pela amizade e preocupação que sempre demonstrou por este trabalho, pela força e pelo apoio permanentes; à Rebeca Blanco Rotea, pelas palavras de encorajamento no momento certo; ao José Gabriel, pelas palavras de estímulo e pelo grito de força (*axé*); ao Diego Machado, pelo apoio constante, pela disponibilidade e ajuda; à Irmã Isabel, pelo exemplo de persistência; à Isabel Varajão, pelo incentivo e pelas palavras amigas; ao Filipe Martins, pelo incitamento e pela disponibilidade para ajudar; ao José Esteves, pelo apoio; ao José Nuno, por continuar presente; à Fernanda Durão, à Sílvia Maciel, à Diana Rocha, à Lara Fernandes e ao Francisco Folgueira Ríos por todo o apoio.

Por fim, expresso um agradecimento muito profundo a toda a minha família, incluindo tias, primos e primas, pela presença constante ao longo deste percurso. As últimas palavras são para as minhas irmãs Filipa, Teresa e Luísa, fontes inesgotáveis de força, para o José Ricardo por todo apoio, para o José António pela alegria e pelo grande sorriso, e para os meus pais, a quem agradeço o apoio, a paciência e as palavras de incentivo para continuar o meu caminho, bem como todos os ensinamentos que sempre souberam transmitir-me.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados. Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, ___ de _____ de _____

Nome completo: _____

Assinatura: _____

À memória do meu tio Tomás,

...

Resumo

A *domus* romana no NO Peninsular. Arquitetura, construção e sociabilidades.

O estudo da arquitetura doméstica urbana romana representa, atualmente, um estimulante campo de abordagem da sociedade romana provincial, muito articulado com o estudo das cidades, o qual tem vindo a ser potenciado pelas importantes contribuições da Arqueologia Urbana, que permitiram renovar o saber relativo ao universo urbano provincial romano, muito para além daquele que nos foi tradicionalmente revelado pelos textos escritos da Antiguidade.

É nesse contexto que se insere este trabalho, que corporiza os resultados da nossa investigação, cujo ponto de partida se centra na análise e valorização da arquitetura doméstica romana de *Bracara Augusta*, uma cidade provincial que passou a ser conhecida a partir das escavações realizadas em Braga ao longo de mais de quatro décadas, as quais permitiram ir paulatinamente revelando os vestígios de edifícios públicos e privados, de ruas, pórticos e outras infraestruturas, cuja organização viria a permitir restituir a malha urbana fundacional da cidade. Assim, o objetivo deste trabalho prendeu-se com uma necessária revisão e sistematização da vasta informação arqueográfica de Braga, tendo em vista compará-la, num primeiro momento, com os dados relativos às outras cidades capitais de conventos do NO peninsular e, num segundo, com os dados disponíveis a nível peninsular para compreender a especificidade das casas romanas de elites das cidades daquela que foi a última região peninsular a ser integrada na malha administrativa romana. Pretendia-se ainda compreender e refletir sobre o modo como as *domus* do NO peninsular refletiam as particularidades culturais específicas daquela região e veiculavam a importação dos modelos de casas itálicas e romanas, considerando o seu potencial enquanto contexto de abordagem do quotidiano e das sociabilidades urbanas.

Tendo em vista esses objetivos procurámos valorizar as *domus* romanas de um ponto de vista arquitetónico e construtivo, o que permitiu compreender o modo como os modelos itálicos foram assimilados e como se afirmaram algumas soluções construtivas regionais, muito marcadas pela topografia, que impôs soluções particulares de distribuição e organização dos espaços das habitações. Esta abordagem permitiu atestar o grau de integração social e cultural dos proprietários e o modo como adaptaram os modelos e a linguagem da arquitetura residencial itálica, num momento em que a integração dessas realidades havia já conhecido um longo caminho testado desde o século II a.C. nas cidades do sul peninsular. Neste sentido, procurámos analisar e discutir as funções e usos sociais dos espaços domésticos, tirando partido do conhecimento de diferentes contextos urbanos peninsulares e de novas perspetivas de estudo antropológico da casa romana.

Palavras chave: *Bracara Augusta*, arquitetura privada, *domus*, vida quotidiana.

Abstract

The roman *domus* in the Northwest Peninsular. Architecture, construction and sociability

The study of urban domestic architecture is currently a creative and stimulating approach to the field of provincial Roman society, very linked to the study of cities, which has been ehnanced by the important contributions of Urban Archeology, allowing to renew knowledge concerning the universe of Roman provincial cities, far beyond the one which was traditionally revealed by the written texts of antiquity. This is the context of this work, which incorporates the results of our research. Our starting point was centered on the analysis and valuation of the Roman domestic architecture of *Bracara Augusta*, a provincial city that became known through the excavations of Braga over a period of more than four decades, which allowed to gradually reveal remains of public and private buildings, streets, porticoes and other infrastructures, whose organization allowed to define the foundational urban layout of the Roman city. Thus, the aim of this work was a necessary revision and systematization of the vast archaeological data of Braga, in order to compare it, in a first moment, with the data related to the other cities of peninsular NO with a role of convent capitals and, in a second, with the data available at the peninsular level to understand the specificity of the Roman elite houses of the cities of the last peninsular region to be integrated into the Roman administrative network. It was also intended to understand and reflect on how the *domus* of the peninsular NO show specific cultural peculiarities of that region and conveyed the import of the models of italic and Roman houses, considering its potential as a context for approaching daily life and urban sociabilities. Given these objectives we sought to value the Roman *domus* of an architectural and constructive point of view, which allows us to understand how the italic models were assimilated and how some regional constructive solutions were affirmed, very marked by the topography constraints, which imposed particular solutions of distribution and organization of living spaces. This approach give us the oportunity to observe the degree of social and cultural integration of the *domus* owners and showing the way in which they adapted the models and the language of the italic domestic architecture, at a time when the integration of these realities had already known a long way tested since the century II aC in the cities of the southern peninsular areas. In this sense, we have tried to analyze and discuss the social functions and the uses of the domestic spaces, taking advantage of the knowledge of the different peninsular urban contexts, as well as the new perspectives of anthropologic studies of the Roman house.

Keywords: *Bracara Augusta*, private architecture, *domus*, daily life.

It is only too easy to speak of "the Roman house" as if it were an ideal type: not merely a label for indicating the full variety and complexity of domestic spaces in the Roman world across many centuries and profoundly different geographical areas, but an expression of an inherent cultural identity, an amalgam of architectural traditions and social practices that enable us to discern a distinctive, and constant, Roman identity

(Wallace-Hadrill, 2015: 177)

Índice

Agradecimentos iii
Resumo ix
Abstract x
Índice xiii
Lista de figuras xviii
Lista de abreviaturas xix

INTRODUÇÃO 3
PARTE I – PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E METODOLOGIA 11
1 Historiografia de investigação sobre a arquitetura doméstica romana 13
1.1 A casa itálica 14
1.2 A casa romana nas províncias ocidentais: *Galia, Britannia* e Norte de África 26
1.3 A casa romana na *Hispania* 29
2 Contextualização histórica e geográfica: o NO peninsular 31
2.1 O contexto histórico dos finais da Idade do Ferro: as especificidades regionais 31
2.2. Organização administrativa e a fundação das capitais conventuais 33
2.3. O conhecimento arqueológico das cidades do NO: os dados e os problemas 35
2.3.1 Bracara Augusta *35*
2.3.2 Lucus Augusti *37*
2.3.3 Asturica Augusta *41*
3 Problemática e objetivos do estudo 42
4 Metodologia 46

PARTE II – OS DADOS E A SUA ANÁLISE. AS CASAS ROMANAS DE *BRACARA AUGUSTA* ***51***
1 A 'Zona Arqueológica das Carvalheiras' 52
1.1 Historiografia 52
1.1.1 Caraterização da área escavada *52*
1.1.2 Historial dos trabalhos de escavação *55*
1.1.3 Interpretação cronológica e fases construtivas *63*
1.2 Descrição das fases 66
1.2.1 Fase I. Implantação e ocupação pré-flávia dos quarteirões *66*
1.2.1.1 Descrição geral 66
1.2.1.2 Topografia fundacional 67
1.2.1.3 Os vestígios de ocupação e o seu significado 69
1.2.2 Fase II. A urbanização flávia dos quarteirões *72*

1.2.2.1 A *domus* flávia do quarteirão A 72
1.2.2.1.1 Descrição geral 72
1.2.2.1.2 A área pública da *domus*: a zona do átrio 77
1.2.2.1.3 A área privada da *domus*: a zona do peristilo 80
1.2.2.1.4 Os espaços económicos 84
1.2.2.1.5 Os pórticos 86
1.2.2.1.6 Estruturas hidráulicas 88
1.2.2.2 A ocupação dos quarteirões limítrofes 90
1.2.3 Fase III - A reestruturação antonina do quarteirão A *93*
1.2.3.1 Descrição geral 93
1.2.3.2 A reforma da plataforma norte: a construção do balneário 95
1.2.3.3 A *domus* de *atrium* da plataforma sul 102
1.2.3.4 Os espaços económicos 103
1.2.2.5 Os pórticos 104
1.2.3.6 As estruturas hidráulicas 105
1.2.4 A Fase IV – A reorganização tardia da domus do quarteirão A 107
1.2.4.1 Descrição geral 107
1.2.4.2 A alteração das fachadas 109
2 A 'Zona Arqueológica da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão nºs166-168' 114
2.1 Historiografia 114
2.1.1 Caraterização da área escavada *114*
2.1.2 Historial dos trabalhos de escavação *116*
2.1.3 Interpretação cronológica e fases construtivas *124*
2.2 Descrição das fases 126
2.2.1 Fase I. Implantação e ocupação pré-flávia dos quarteirões *126*
2.2.1.1 Descrição geral 126
2.2.1.2 Topografia fundacional 129
2.2.2 Fase II. A urbanização flávia: descrição geral *129*
2.2.2.1 A *domus* 1 e o lote sul do quarteirão 131
2.2.2.2 A *domus* 2 e o lote norte do quarteirão 135
2.2.3 A Fase III. A grande domus de peristilo do século IV 139
3 A 'Zona Arqueológica da rua Frei Caetano Brandão nºs 183-185/Santo António das Travessas nºs 20-26' 148
3.1 Historiografia 148
3.1.1 Caraterização da área escavada *148*
3.1.2 Historial dos trabalhos de escavação *151*
3.1.3 Interpretação cronológica e fases construtivas *155*
3.2 Descrição das fases 160
3.2.1 Fase I. Implantação e ocupação pré-flávia dos quarteirões *160*

3.2.2 Fase II. A domus de meados do século I 162
4 A 'Zona Arqueológica da rua Afonso Henriques nºs 42 a 56' **168**
4.1 Historiografia **168**
4.1.1 Caraterização da área escavada *168*
4.1.2 Historial dos trabalhos de escavação *169*
4.1.3 Interpretação cronológica e fases construtivas 170
4.2 Descrição das fases **173**
4.2.1 Fase I. Implantação e ocupação pré-flávia *173*
4.2.1.1 Descrição geral 173
4.2.1.2 Topografia fundacional e infraestruturas 175
4.2.1.3 Os vestígios de ocupação e o seu significado 177
4.2.2 Fase II. A urbanização dos meados do século I *178*
4.2.2.1 Descrição geral 178
4.2.2.2 A *domus* 1 180
4.2.2.3 A *domus* 2 181
4.2.2.4 Estruturas hidráulicas 183
5 A 'Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital' **185**
5.1 Historiografia **185**
5.1.1 Caraterização da área escavada *185*
5.1.2 Historial dos trabalhos de escavação *186*
5.1.3 Interpretação cronológica e fases construtivas *188*
5.2 Descrição das fases **193**
5.2.1 Fase I. Implantação e ocupação pré-flávia dos quarteirões *193*
5.2.1.1 Descrição geral 193
5.2.1.2 Topografia fundacional e infraestruturas 194
5.2.1.3 Os vestígios de ocupação e o seu significado 196
5.2.2 Fase II. A urbanização flávia dos quarteirões *198*
5.2.2.1 A *domus* flávia do quarteirão A 198
5.2.2.1.1 Descrição geral 198
5.2.2.1.2 A área do peristilo 203
5.2.2.1.3 Os espaços económicos 206
5.2.2.1.4 Os pórticos 209
5.2.2.1.5 Estruturas hidráulicas 211
5.2.2.2 A ocupação do quarteirão B 213
5.2.3 Fase III. A reforma tardia da domus *214*
5.2.3.1 Descrição geral 214
5.2.3.2 Os espaços económicos 216
5.2.3.3 Os pórticos 218
5.2.3.4 As estruturas hidráulicas 220

6 A Zona Arqueológica das Antigas Cavalariças 222
6.1 Historiografia 222
6.1.1 Caraterização da área escavada 222
6.1.2 Historial da área escavada 223
6.1.3 Interpretação cronológica e fases construtivas 226
6.2 Descrição das fases 230
6.2.1 Fase I. Implantação e ocupação pré-flávia dos quarteirões 230
6.2.1.1 Descrição geral 230
6.2.1.2 Topografia fundacional 232
6.2.1.3 Os vestígios de ocupação e o seu significado 233
6.2.2 Fase II. A domus flávia do quarteirão A 237
6.2.2.1 Descrição geral 237
6.2.2.2 A área do peristilo 241
6.2.2.3 Estruturas hidráulicas 246
6.2.3 Fase III - A reforma tardia da domus 248
6.2.3.1 Descrição geral 248
6.2.3.2 A área do peristilo 250
6.2.3.3 As estruturas hidráulicas 255

PARTE III – A CASA ROMANA DO NO PENINSULAR E O SEU ENQUADRAMENTO E INTERPRETAÇÃO 257

1 Introdução 259
2 A casa romana do NO Peninsular: as *domus* de *Bracara Augusta* 263
2.1 A natureza dos dados arqueológicos e os limites da Arqueologia Urbana 263
2.2 Urbanismo e povoamento de *Bracara Augusta* 267
2.3 Os modelos adotados 271
2.3.1 A casa de átrio e peristilo das Carvalheiras 272
2.3.2 As casas de peristilo 277
2.3.2.1 A '*domus* da rua Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas' 279
2.3.2.2 A '*domus* 1 da rua Afonso Henriques' 280
2.3.2.3 A *'domus* 2 da rua Afonso Henriques' 281
2.3.2.4 A '*domus* do ex Albergue Distrital' 281
2.3.2.5. A '*domus* das Cavalariças' 284
2.3.2.6 A '*domus* 1 da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão' 285
2.3.2.7 A '*domus* 2 da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão' 287
2.4 Os processos de adaptação topográfica 288
2.5 A adaptação morfológica e a questão dos lotes 290
2.6 As dinâmicas urbanas e a evolução dos quarteirões e das casas 293

2.7 As *domus* do século IV 296
3 A casa romana na Hispânia: a receção dos modelos e da linguagem da arquitetura residencial itálica na Península Ibérica 298
3.1 Os primeiro exemplares de casas de inspiração itálica 298
3.2 A integração dos modelos itálicos nos contextos indígenas 302
3.3 A casa romana e o urbanismo planificado do tempo de Augusto: os pórticos 312
3.4 A casa de elite urbana entre Augusto e os flávios 324
3.5. As casas de *Bracara Augusta* no contexto da Tarraconense 331
3.5.1 Complutum *332*
3.5.1.1 A '*Casa de los Grifos*' 335
3.5.1.2 A '*Casa de Baco*' 337
3.5.1.3 A '*Casa de Leda*' 339
3.5.1.4 As '*Casas de Marte, Átrio e Lucerna*' 341
3.5.1.4.1. A '*Casa de Marte*' 341
3.5.1.4.2 A '*Casa del Átrio*' 343
3.5.1.4.3 A '*Casa de la Lucerna de la Máscara Trágica*' 343
3.5.2 Iuliobriga *344*
3.5.2.1 A '*Casa de los Morillos*' 350
3.5.2.2 A '*Casa de Llanura*' 351
3.5.3 Tongobriga *354*
3.5.3.1 A '*Casa do Poço*' 360
3.5.3.2 A '*Casa do Impluvium*' 364
3.5.3.3 A '*Casa das Escadas*' 366
3.5.3.4 As '*Casas 1, 2, 3 e 4*' 368
4 O contributo das análises funcionais, sociais e antropológicas da casa romana 373
4.1 Os elementos constitutivos das casas de tipo itálico na Hispânia 373
4.1.1 As casas como conjuntos de espaços interrelacionados *379*
4.1.2 A casa e os seus subconjuntos *385*
4.1.3 Função e uso dos espaços *386*
4.2 A antropologia da casa romana do NO da Península Ibérica 390
4.2.1 O significado da casa de átrio e peristilo *391*
4.2.2 A polifuncionalidade dos espaços *393*

CONSIDERAÇÕES FINAIS 397
BIBLIOGRAFIA 407
APÊNDICES 449

Lista de Figuras

Figura1. Localização de *Bracara Augusta* com a divisão administrativa da Hispânia, as províncias, conventos e capitais. 6

Figura 2. Planta da cidade romana, com a sobreposição do sistema defensivo desde a época romana até à Idade Média . 6
Figura 3. Planta de *Bracara Augusta,* com a localização das unidades domésticas analisadas na Parte II. 7
Figura 4. 'Casa de Marco Lucrezio Frontone' em Pompeia . 12
Figura 5. Átrio da 'Casa de Sallustio' em Pompeia. 15
Figura 6. Átrio da 'Casa de Tramezzo di Legno' em Herculano. 16
Figura 7. Pormenor do átrio da 'Casa Samnita' em Herculano. 17
Figuras 8 e 9. 'Casa de Tramezzo di Legno' a partir da documentação de Maiuri 1958. 18
Figura 10. Pormenor do átrio da 'Casa de Tramezzo di Legno' em Herculano. 20
Figura 11. Planta fundacional de Cosa com a delimitação das parcelas e implantação dos primeiros quarteirões residenciais. 22
Figura 12. Planta da 'Casa dos Colonos Fundacionais', Cosa IV (Cosa) (Bruno e Scott, 1993:80). Tipologia igualitária dos átrios testudinatos que ocupavam completamente a parcela. Observa-se a verde uma parcela original. A vermelho representa-se uma das casas formada pela união de duas parcelas originais. 23
Figura 13. Planta de *Volubilis* na *Mauritania*. 28
Figura 14. Planta de *Lucus Augusti* com a muralha baixo imperial. 38
Figura 15. Malha urbana de *Asturica Augusta* com a definição das principais *domus*. 40
Figura 16. Localização da *insula* das Carvalheiras na planta da cidade romana, muralha baixo imperial e muralha fernandina. E, quarteirão das Carvalheiras inserido na malha urbana de *Bracara Augusta.* Posicionamento dos quarteirões A, B, C, D, E. 53
Figura 17. Planta da ZA das Carvalheiras com a definição da área escavada entre 1983-1986. 55
Figura 18. Perspetiva das ruínas descobertas entre 1982 e 1986 na zona arqueológica das Carvalheiras, sendo visível ao centro o cardo K13. 56
Figura 19. Planta da ZA das Carvalheiras com a delimitação da área escavada entre 1991-1998. 57
Figura 20. Perspetiva geral da área arqueológica das Carvalheiras vista de norte. 59
Figura 21. Planta da ZA das Carvalheiras com a definição da área escavada em 2002. 61
Figura 22. Pormenor do ortofotomapa da zona arqueológica das Carvalheiras ©UAUM. 62
Figura 23. Localização das fossas C31, C33, C35. 68
Figura 24 a) Planta de localização das fossas C31, 33 e 35; b) corte da fossa C31. 69
Figura 25. Cerâmica da fossa C31 *apud* Delgado 1996/97: a) potes meleiros; b) outras cerâmicas comuns. 70
Figura 26. Poço (UE451), identificado no quadrante nordeste do quarteirão A. Esta estrutura de captação de água data da primeira fase. 71
Figura 27. Planta da *domus* de átrio e peristilo com a identificação das unidades estratigráficas construídas. 73
Figura 28. Planta da *domus* flaviana com as cotas identificadas em cada espaço. 74
Figura 29. Elemento de janela em granito pertencente à *domus* das Carvalheiras. 75
Figura 30. Planta da *domus* das Carvalheiras com a localização dos espaços no núcleo do átrio. 78
Figura 31. Planta da *domus* das Carvalheiras com a localização dos espaços em redor do peristilo. 80
Figura 32. Dois fustes que deveriam pertencer à colunata do peristilo. 81
Figura 33. Lintel em granito, que deveria pertencer à entrada do *triclinium*. 82
Figura 34. Planta da *domus* das Carvalheiras com a marcação das lojas ao longo dos pórticos sul, oeste e este. 83
Figura 35. Capitel toscano,Tipo 3 Behemerid, provavelmente associado ao pórtico sul. 85
Figura 36. Planta da *domus* das Carvalheiras com o desenho das estruturas hidráulicas. 89
Figura 37. Planta da *domus* das Carvalheiras com as unidades estratigráficas associadas à construção do balneário 93
Figura 38. Planta da *domus* das Carvalheiras com os espaços do balneário. 96
Figura 39. Planta da *domus* das Carvalheiras com os espaços do balneário e as cotas dos pavimentos. 97

Figura 40. Planta da casa com as lojas a nascente do balneário. 100
Figura 41 Pormenor dos muros que formavam os compartimentos localizados a nascente do balneário. 101
Figura 42. Planta com os compartimentos da *domus* de *atrium* na plataforma sul. 103
Figura 43. Planta com o *balneum* e as *tabernae.* 104
Figura 44. *Alveus* do *frigidarium* do balneário. 106
Figura 45. Tubo de chumbo *(fistula*) que devia abastecer as piscinas do *frigidarium* e *caldarium.* 107
Figura 46. Planta da casa de átrio com a definição das estruturas hidráulicas. 108
Figura 47. Planta da casa de átrio com a localização das *tabernae* oeste e a nova área de banhos, a este. 109
Figura 48. Perspetiva das *tabernae* oeste (N/S). 110
Figura 49. Pormenor da rua oeste e das *tabernae* (S/N). 111
Figura 50. Planta com as unidades estratigráficas das estruturas da à área de banhos este da *domus* de átrio. 112
Figura 51. Planta com as unidades estratigráficas dos muros relacionados com as lojas oeste. 113
Figura 52. Ânfora identificada na escavação de uma das lojas. 113
Figura 53. A zona arqueológica localizada no Mapa de Braunio, 1594. 117
Figura 54. Localização do quarteirão no mapa de Braga Primas de André Soares, 1755. 117
Figura 55. Pormenor da planta da cidade de Braga de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, datada do século XIX, Escala 1:4000. 118
Figura 56. A zona de estudo localizada na planta topográfica da cidade de Braga de Francisque Goullard, 1883-1884. Escala 1:500. 119
Figura 57. Planta da ZA da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão com a delimitação da área escavada entre 1998-2003. 121
Figura 58. Planta da ZA da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão, com a delimitação da área escavada entre 2015-2016. 123
Figura 59. Pormenor das ruínas dos *cubicula* e do pórtico este da *domus* 1. 124
Figura 60. Perspetiva geral das ruínas da *domus* 2 no decorrer dos trabalhos arqueológicos de 2016. 125
Figura 61 . Localização da ZA da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão na planta da cidade romana, muralha baixo imperial e muralha fernandina. Quarteirão da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão inserido na malha urbana de *Bracara Augusta.* Posicionamento dos quarteirões A e B. 128
Figura 62. Planta ZA da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão com as cotas de cada compartimento. 130
Figura 63. Planta ZA da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão com a identificação das unidades estratigráficas atribuídas aos muros. 132
Figura 64. Planta da *domus* 1 com a definição do peristilo e dos compartimentos em redor. 133
Figura 65. Planta da *domus* 1 com a definição do peristilo e dos compartimentos em redor e uma *taberna* rasgada na fachada este. 134
Figura 66. Pormenor das ruinas do pórtico este e da canalização UE026. 136
Figura 67. Planta da *domus* 2 com a definição do peristilo e dos compartimentos em redor. 137
Figura 68. Capitel de pilastra, coríntio em granito, identificado na área do peristilo da *domus* 2. Deveria pertencer a uma das entradas do peristilo. 138
Figura 69. Planta da *domus* 2 com a identificação da *taberna* rasgada na fachada (T1). 139
Figura 70. Pormenor das ruínas da *taberna* 1 da *domus* 2. 140
Figura 71. Planta da *domus* de peristilo do século IV com a identificação das unidades estratigráficas dos muros. 142
Figura 72. Planta da*domus* de peristilo do século IV com a identificação das cotas de cada compartimento. 143
Figura 73. Pormenor do *hypocaustum* de uma das salas do *balneum* que foi construido na habitação. 143
Figura 74. Planta da *domus* do século IV com a definição do peristilo e compartimentos em redor. 144
Figura 75. Planta da *domus* do século IV com a definição do *balneum* e *tabernae* da fachada este. 145
Figura 76. Pormenor de mosaico em *opus tesselatum* decorado com motivos geométricos, com tesselas bicromáticas, de cor branca e preta. 146
Figura 77. Localização de vestígios do pavimento em *opus tesselatum.* Pormenor do mosaico com decoração geométrica. 147
Figura 78. Localização da área de estudo no Mapa de Braunio, 1594. 151

Figura 79. Mapa da cidade de Braga Primas de André Soares, 1755 com a localização da área de estudo. 152
Figura 80. Localização da área de análise na planta da cidade de Braga de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, século XIX. Escala 1:4000. 153
Figura 81. Delimitação da área de estudo na planta Topográfica da cidade de Braga de Francisque Goullard, 1883-1884. Escala 1:500. 153
Figura 82. Planta da ZA da Frei Caetano Brandão nºs 183-185/Santo António das Travessas nºs 20-26 com a delimitação da área escavada em 1998/2001. 155
Figura 83. Planta da ZA da Frei Caetano Brandão nºs 183-185/Santo António das Travessas nºs 20-26 com a delimitação da área escavada em 2001/2002. 156
Figura 84. Perspetiva geral dos trabalhos arqueológicos no prédio da rua Santo António das Travessas nºs 20-26. 157
Figura 85. Perspetiva das ruínas identificadas na rua Frei Caetano Brandão, associadas ao limite sul da *domus*. 158
Figura 86. Pormenor do alçado oeste do muro UE825. 159
Figura 87. Vestígios de reboco e pintura associados à decoração das paredes da casa. 160
Figura 88. Localização da ZA da Frei Caetano Brandão nºs 183-185/Santo António das Travessas nºs 20-26 na planta da cidade romana, muralha baixo imperial e muralha fernandina. Quarteirão da ZA da Frei Caetano Brandão nºs 183-185/Santo António das Travessas nºs 20-26 inserido na malha urbana de *Bracara Augusta.* Posicionamento do quarteirão A . 161
Figura 89. Planta da *domus* com as cotas de cada compartimento. 162
Figura 90. Planta da *domus* com a atribuição das unidades estratigráficas dos muros. 163
Figura 91. Planta da *domus* com a delimitação do peristilo e compartimentos em redor. 164
Figura 92. Planta da *domus* com a localização das *tabernae* (T1 e T2) na fachada oeste. 165
Figura 93. Exemplar de capitel toscano, base em toro e fuste monolítico tronco-cónico, provavelmente, associados à colunata de um dos pórticos da casa. Estes três elementos formaram uma colunata com 2.64 m (Ribeiro, 2010: 355) 166
Figura 94. O Muro UE727 conservou vestígios de pinturas. 166
Figura 95. A canalização UE597 drenava a água do peristilo. 167
Figura 96. Perspetiva geral do logradouro dos prédios nºs 42 a 56 da Rua Afonso Henriques. 171
Figura 97. Pormenor dos trabalhos de demolição dos prédios nºs 42 a 56 da Rua Afonso Henriques. 171
Figura 98. Planta da ZA da rua Afonso Henriques nºs 42 a 56 com a delimitação da área escavada em 1998. 173
Figura 99. Planta da ZA da rua Afonso Henriques nºs 42 a 56 com a delimitação da área escavada em 2002. 174
Figura 100. Perspetiva geral da zona arqueológica durante os trabalhos de escavação. 175
Figura 101. Localização da ZA da rua Afonso Henriques nºs 42 a 56 na planta da cidade romana, muralha baixo imperial e muralha fernandina. Quarteirão da ZA da rua Afonso Henriques nºs 42 a 56 inserido na malha urbana de *Bracara Augusta.* Posicionamento do quarteirão A . 176
Figura 102. Planta das *domus* 1 e 2 com as cotas de cada compartimento. 179
Figura 103. Planta das *domus* 1 e 2 com as unidades estratigráficas das estruturas. 181
Figura 104. Duas frigideiras em cerâmica de tradição indígena, datadas entre 16/15 a.C a meados do século I. 182
Figura 105. Planta da *domus* 1 com a delimitação da área do peristilo e das *tabernae* rasgadas na fachada sul. 183
Figura 106. Planta da *domus* 2 com a delimitação da área do peristilo. 184
Figura 108. Canalização UE563. Esta estrutura contornava o peristilo e recolhia as águas do telhado ligando provavelmente com a UE342 que conduzia as águas para fora da *domus* 2. 184
Figura 107. Tanque que decorava a parte central do peristilo da *domus* 2. 184
Figura 109. Pormenor da canalização UE342. Esta estrutura drenava as águas do peristilo da *domus* 2 para uma conduta que corria ao longo do *decumanus* 4. 184
Figura 110. Pormenor do Mapa de Braga de Georg Braun, de 1597 com a representação do grande muro de suporte que acompanhava a Rua Verde. 189
Figura 111. Representação da fachada da Casa Grande de Santo António das Travessas no Mapa das ruas de Braga,

de 1750. 190
Figura 112. Planta ZA do Ex Albergue Distrital com a delimitação da área escavada em 1982. 191
Figura 113. Planta ZA do Ex Albergue Distrital com a definição da área intervencionada em 1992. 191
Figura 114. Planta ZA do Ex Albergue Distrital com a delimitação da área escavada entre 1995 e 1996. 192
Figura 115. Planta ZA do Ex Albergue Distrital com a delimitação da área escavada entre 1997. 193
Figura 116. Pomenor dos trabalhos arqueológicos no ano de 1997. 195
Figura 117. Localização da ZA do Ex Albergue Distrital na planta da cidade romana, muralha baixo imperial e muralha fernandina. Quarteirão da ZA do Ex Albergue Distrital inserido na malha urbana de *Bracara Augusta.* Posicionamento dos quarteirões A e B. 197
Figura 118. Pormenor das paredes e tampas da cloaca que corria sob cardo máximo (K9). 198
Figura 119. Pormenor do alçado oeste da cloaca e seção da estrutura de drenagem. 199
Figura 120. Fragmentos de moldes bivalves, para produção de placas de bronze com decoração geométrica (Morais, 2004: Est XXX-XXXIII). 201
Figura 121. Planta da *domus* com as cotas para cada compartimento. 203
Figura 122. Perspectiva do canto da casa, conjunto de silhares UE958 assentes no alicerce UE968. 204
Figura 123. Planta da *domus* com as unidades estratigráficas para cada estrutura. 205
Figura 124. Vestígios da entrada principal da *domus* com acesso direto ao peristilo. 206
Figura 125b. Elementos arquitetónicos relacionados com a colunata dos pórticos exteriores; a) base nº 1997.0202; b) capitel toscano nº 1997.0197; c) capitel toscano MPXII.LIT.1B. Fragmentos de fuste associados com a colunata do peristilo a) nº1995.0972; b) nº 1997.0213). 207
Figura 126. Elementos arquitetónicos que formalizavam a colunata da entrada da casa. Foram identificados dois capitéis coríntios, em granito, com um diâmetro de 0.39m (a.MPXII.LIT.1; b. (MPXII.LIT.114) e uma base monotórica (1997.0207). 208
Figura 127. Planta da *domus* com a delimitação da área do peristilo. 209
Figura 128. Planta da *domus* com as *tabernae* viradas para o pórtico sul e oeste. 211
Figura 129. Ânfora inteira, tipo Beltrán 72, variante B, datável entre o século III e os meados do século IV identificada na loja T5. 212
Figura 130. Pormenor do pórtico poente, definido pelos silhares retangulares. 214
Figura 131. Planta da *domus* com a definição das estruturas hidráulicas. 216
Figura 132. Canalização em caixa representada pela UE590=0610. 217
Figura 133. Silhares identificados com a UE0539 que compõe o canto da estrutura que definia o limite das fachadas sul e este da habitação, localizada no quarteirão B. 218
Figura 134. Conjunto de silhares associados ao pórtico este e sul do quarteirão B. 219
Figura 135. Planta da reforma tardia da *domus* com as *tabernae* rasgadas na fachada sul, oeste e norte (T9). 221
Figura 136. Muretes entre os silhares do pórtico poente (UE591=UE911=UE874). 221
Figura 137. Perspetiva geral das sondagens arqueológicas no setor II dos terrenos das antigas Cavalariças. 226
Figura 138. Planta ZA das Antigas Cavalariças com a delimitação da área escavada em 1986. 227
Figura 139. Planta ZA das Antigas Cavalariças com a delimitação da área escavada em 1988 e 1989. 228
Figura 140. Planta ZA das Antigas Cavalariças com a delimitação da área escavada em 2002. 230
Figura 141. Perfil este da Sondagem 8 realizada no quarteirão B. 234
Figura 142. Vestígios de moldes para produção de sítulas com decoração geométrica e de um molde de armela de tradição indígena (Morais, 2005: Est. XXXIV-XXXIX). 235
Figura 143. Localização da ZA das Cavalariças na planta da cidade romana, muralha baixo imperial e muralha fernandina. Quarteirão da ZA das Cavalariças inserido na malha urbana de *Bracara Augusta.* Posicionamento dos quarteirões A e B. 236
Figura 144. Planta da *domus* com a definição das cotas para cada compartimento. 240
Figura 145. Planta da *domus* com a atribuição das unidades estratigráficas para cada estrutura. 241
Figura 146. Planta da *domus* com a delimitação do peristilo e compartimentos em redor. 243
Figura 147. Perspetiva do muro UE1002 e 1007 o qual inclui na sua estrutura um conjunto de silhares documentados

na Fase I. 243
Figura 148. Capitel identificado na Sondagem 43. 245
Figura 149. Perspetiva do poço em pedra (UE997). 247
Figura 150. Planta da *domus* com a localização da *taberna* T1, rasgada na fachada este. 248
Figura 151. Planta da *domus* com a caraterização das estruturas hidráulicas. 249
Figura 152. Planta da *domus* fase III com a atribuição das unidades estratigráficas a cada estrutura. 251
Figura 153. Planta da *domus* fase III com a atribuição das cotas para cada compartimento. 252
Figura 154. Planta da *domus* fase III com a delimitação do peristilo e compartimentos em redor. 253
Figura 155. Pavimento do novo pátio (P17), conjuga lajes de granito polido, de forma hexagonal e quadrada, dispostas de forma geométrica, com a presença de mosaicos dispostos entre elas, os quais se encontravam assentes numa base de *opus signinum* (UE1412). 254
Figura 156. Planta da *domus* fase III com a caraterização do pavimento do novo pátio (P17). 254
Figura 157. Pormenor dos vestígios das casas romanas de *Tongobriga*. 258
Figura 158. Mapa da Península Ibérica com a localização de *Bracara Augusta.* Distribuição administrativa da Hispânia com as províncias, conventos e respetivas capitais (séculos I a III) assinaladas a vermelho as cidades estudadas neste trabalho. 260
Figura 159. Mapa de Braunio de 1594. 264
Figura 160. Mapa de *Bracara Augusta Lusitaniae interamnis urbs vetusta ubi olim conventus.* 264
Figura 161. Fotografia área de Braga onde se pode observar os contornos da muralha romana e medieval. Malha de *Bracara Augusta* sobreposta pela muralha romana e medieval. 268
Figura 162. Modelos das *domus* identificadas em *Bracara Augusta.* 278
Figura 163. As *domus* identificadas em *Bracara Augusta* com os esquemas de acesso ao interior da habitação. 286
Figura 164. Exemplares de *domus* de átrio identificadas na Hispânia. 300
Figura 165. Planta da '*Casa de Hércules*', em Celsa. 303
Figura 166. Fotografia aérea do povoado ibérico de Azaila, em Teruel. 304
Figura 167. Exemplos de habitações nos povoados ibéricos de *La Caridad*, Azaila e Ercavica. 306
Figura 168. Exemplos de habitações nos povoados do noroeste peninsular. No Monte Padrão e na Citânia de Briteiros identificam-se casas de pátio central. 308
Figura 169. Perspetiva geral das unidades domésticas do Monte Padrão. 309
Figura 170. Pormenor da *domus* Norte do Monte Padrão. 310
Figura 171. Perspetiva geral da Citânia de Briteiros. 310
Figura 172. Vista geral da unidade doméstica 2 e 3 do setor 16 da Citânia de Briteiros. 310
Figura 173. Planta de *Augusta Emerita*, capital da província da *Lusitania,* com algumas das áreas públicas da cidade, das quais destacamos o grande *forum* administrativo e alguns edifícios de espetáculo, como o teatro, o anfiteatro e a 'Casa do Anfiteatro e do Mitreo'. Pormenor da área da Mouraria, com a localização da 'Casa 5 e 6'. 315
Figura 174. Esquema dos pórticos que rodeavam as casas de *Augusta Emerita,* desenhados a partir das habitações da Mouraria. 316
Figura 175. Planta das 'Casas 5 e 6' da Mouraria, com a definição dos espaços de distribuição. 317
Figura 176. Planta da 'Casa 5' da Mouraria. 318
Figura 178. Planta da cidade de *Complutum* com a definição das *regiones* de I a VI, as vias de acesso à cidade e as correspondentes necrópoles. 321
Figura 179. As campanhas de escavação realizadas na década de 1970 até às intervenções executadas entre os anos de 2004 e 2012, permitiram elaborar uma recriação da cidade de *Complutum.* 321
Figura 180. Planta da cidade de *Complutum* com a identificação das *domus.* 323
Figura 181. Pormenor do embasamento do pilar do pórtico UE836. 325
Figura 182. Exemplares de casas de peristilo na Hispânia. 328
Figura 183. Planta da 'Casa do Mitreo', em *Augusta Emerita.* 330
Figura 184. Perspetiva das ruínas da 'Casa de los Grifos' no decorrer dos trabalhos de recuperação das ruínas. 333

Figura 185. Recriação do modelo 3D da 'Casa de los Grifos'. 333
Figura 186. Planta da cidade de *Complutum* com a uma seleção das *domus.* Foram destacadas para análise aquelas que possuem como elemento ordenador um peristilo, 'Casa de Baco' e 'Casa de los Grifos', um pátio, 'Casa de Leda', e átrio, 'Casa de Marte', 'Casa del Átrio' e 'Casa de la Lucerna de la Máscara Trágica'. 334
Figura 187. Planta da cidade de *Complutum* com a localização da '*Domus* de los Grifos'.Planta da '*Domus* de los Grifos'. 336
Figura 188. Planta da cidade de *Complutum* com a localização da '*Domus* de Baco'. Planta da 'Casa de Baco'. 338
Figura 189. Planta da cidade de *Complutum* com a localização da '*Domus* de Leda'. Planta da '*Domus* de Leda'. 340
Figura 190. Planta da cidade de *Complutum* com a localização da '*Domus* del Átrio, '*Domus* de Marte' e '*Domus* de la Lucerna de la Máscara Trágica'. Planta da '*Domus* del Átrio', '*Domus* de Marte' e '*Domus* de la Lucerna da Máscara Trágica'. 342
Figura 191. Planta da '*Domus* de Marte'. 344
Figura 192. Planta da '*Domus* del Átrio'. 345
Figura 193. Planta da '*Domus* da Lucerna de la Máscara Trágica'. 345
Figura 194. *Iuliobriga* é uma cidade com urbanização desde Augusto. Desse período são datáveis a primeira fase do *forum* administrativo e as casas situadas no 'Setor de la Llanura' e no 'Setor da Carretera'. 347
Figura 195. Proposta de traçado de um conjunto de ruas que articulam o *forum* e diferentes núcleos residenciais de que é exemplo o prolongamento da Via Porticada, que delimita a sul a 'Casa de Llanura'. 349
Figura 196. Planta da 'Casa de los Morillos'. 351
Figura 197. Planta com o *forum* e a Via Porticada articulados com uma rua que sairia da área administrativa, a partir do cruzamento com a Via Porticada, e que se desenvolveria tangencialmente às fachadas a sul das casas identificadas na parte meridional do 'Sector de la Carretera'. 352
Figura 198. Planta da 'Casa de Llanura'. 353
Figura 199. Perspetiva geral do 'Setor de la Carretera', onde estão localizadas as 'Casa de los Morillos' e 'Casa dos Mosaicos'. 355
Figura 200. Pormenor da Via Porticada. 355
Figura 201. Fotografia aérea de *Tongobriga* , onde conseguimos observar as habitações circulares (C) com grande proximidade aos edifícios públicos, como o *forum* (A) e as termas (B). 357
Figura 202. Perspetiva da zona habitacional localizada a norte do centro cívico. 359
Figura 203. Na zona habitacional é possível identificar uma série de arruamentos orientados sensivelmente a NO/SE e NE/SO que conformam os quarteirões onde foram instaladas as casas. 359
Figura 204. Pormenor da zona habitacional com os diferentes arruamentos. 361
Figura 205. Zona habitacional onde foram documentadas 6 unidades habitacionais: 'Casa do Poço'; 'Casa do *Impluviuum','* Casa das Escadas'; 'Casa 1'; 'Casa 2'; 'Casa 3'; 'Casa 4'. 361
Figura 206. Planta da 'Casa do Poço'. Trata-se de uma casa estruturada a partir de um *atrium* com colunata centrado, com forma retangular bastante alongada. F: *;* C: *Cubiculum;* Ta: *tablinum;* Tr: *triclinium;* E: *exedra;* T: *taberna.* 362
Figura 207. Modelo 3D da 'Casa do Poço'. 1. 363
Figura 208. Planta da 'Casa do *Impluviuum'* e da *'*Casa das Escadas'. 364
Figura 209. Modelo 3D da 'Casa do *Impluviuum '.* 365
Figura 210. Modelo 3D da 'Casa das Escadas'. 367
Figura 211. Reconstrução da planta da *insula* central do bairro residencial de *Tongobriga*. 370
Figura 212. O modelo 3D da 'Casa 4'. 371
Figura 213. Geometrização dos restos da área residencial de *Tongobriga* (área D) e restituição dos muros desaparecidos. 372
Figura 214. Recriação 3D da zona habitacional (área D).A 'Casa do Poço' representa o modelo de casa com 2º piso. 372
Figura 215. Pormenor do peristilo da 'Casa dos Esqueletos', em *Conimbriga* (Correia, 2010:121). 374
Figura 216. Fotografia aérea do conjunto arqueológico de *Conimbriga* com destaque para a área do *forum* adminis-

trativo, 'Casa de *Cantaber'* e 'Casa dos Repuxos'. 376
Figura 217. Planta do conjunto arqueológico de *Conimbriga* 1: *forum* administrativo; 2: 'Casa de *Cantaber'*;3: 'Casa dos Repuxos'; 4: 'Casa da Cruz Suástica'; 5: 'Casa dos Esqueletos'; 6: 'Termas da Muralha'; 7: 'Casa de *Tancinus';*; 8: 'Grandes Termas Sul'; 9: '*Insula* a Norte das Termas'; 10: '*Insula* do Vaso Fálico'; 11: '*Insula* a oeste do *Forum';* 12: 'Casa do Mediano Absidado'; 13: 'Casa de *Valerius Daphinus*'; 14: '*Insula* do Aqueduto'; 15: 'Termas do Aqueduto' 377
Figura 218. Pormenor do peristilo central da 'Casa de *Cantaber* '. 378
Figura 219. Planta da 'Casa de *Cantaber'*. 378
Figura 219B. Restituição da planimetria da 'Casa do *Cantaber* 'em *Conimbriga*. 380
Figura 220. Pormenor do ninfeu da 'Casa dos Repuxos'. 382
Figura 221. Planta da 'Casa dos Repuxos'. 382
Figura 221 B. Restituição da planta da 'Casa dos Repuxos'. 383
Figura 221 C. Processo interpretativo para a restituição volumétrica da 'Casa dos Repuxos' de *Conimbriga*. 384
Figura 222. Esquemas de acesso e circulação e áreas de representação da 'Casa dos Repuxos' e 'Casa de *Cantaber*'. 388
Figura 223. Reconstituição 3D da *domus* de átrio e peristilo das Carvalheiras (Fase II). 391
Figura 224. Recriação 3D do quarteirão das Carvalheiras, destacando-se a *domus* de átrio, a sul e o conjunto termal e comercial, a norte (Fase III). 392
Figura 225. Reconstituição 3D da Casa das Carvalheiras. Perspetiva geral do *balneum* (Fase III). 393

Abreviaturas

ALB – Albergue

A – *Atrium*

CARV – Carvalheiras

CS68 – Cardoso da Saudade 1968

CS93 – Cardoso da Saudade 1993

CVL – Cavalariças

DDS – D. Diogo de Sousa

DIR - Direita

EA – Elemento arquitectónico

ESQ - Esquerda

EVS – Escola Velha da Sé

FCB – Rua Frei Caetano Brandão

FCB/SAT – Rua Frei Caetano Brandão nº183/185 - Rua Santo António das Travessas nº 20/26

GACMB – Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga

GP – Rua Gualdim Pais

Inf - Inferior

MRDDS – Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa

N. Inv. – Número de inventário

P- *Peristylium*

Pr- *Praefurnium*

RAH 20/28 – Rua Afonso Henriques nº 20/28

RAH 42/46 – Rua Afonso Henriques nº 42-46

SST – Seminário de Santiago

Sup - Superior

T - *Tabernae*

UAUM – Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

UE – Unidade estratigráfica

ZA – Zona Arqueológica

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O estudo da arquitetura doméstica romana representa, atualmente, um estimulante campo de abordagem da sociedade romana provincial. Com efeito, o conhecimento sobre o modo de vida romano está intimamente relacionado com o estudo das cidades, muito potenciado pelas importantes contribuições da Arqueologia Urbana, que têm permitido renovar o saber relativo ao universo urbano provincial. Neste contexto, é importante destacar o desenvolvimento dos estudos relativos à arquitetura romana, que têm vindo a proporcionar novos dados sobre a organização urbanística das cidades romanas, mas também sobre a sua economia, ou sobre os processos e ritmos de aculturação sofridos pelas diferentes regiões do Império. Por outro lado, importa referir a evolução que se vem registando no paradigma de investigação, que paulatinamente se vem desfocando da análise estritamente tipológica das habitações, que dominou o cenário dos estudos relativos à casa romana, para se centrar no estudo dos processos construtivos, da análise social do uso diferencial dos espaços e, mais recentemente, nos custos da construção e na natureza social e económica dos seus proprietários.

Assim, podemos considerar que muito se evoluiu em termos de investigação desde que as casas das cidades soterradas do Vesúvio começaram a atrair as atenções dos antiquaristas, os quais se interessavam sobretudo pelas suas pinturas e objetos ornamentais, que falavam da riqueza dos seus proprietários e retratavam o modo de vida das elites que eram referidas nas fontes escritas. Para essa mudança contribuiu o desenvolvimento de novos paradigmas teóricos e metodologias de abordagem, que afetaram a Arqueologia Clássica, a partir da década de 70 do século passado, os quais permitiram um novo olhar sobre a arquitetura romana. Esse novo olhar foi muito potenciado pelo avanço dos conhecimentos sobre a casa pompeiana, que viria a demonstrar que a casa de átrio, considerada durante longas décadas como a típica casa romana, mais não era do que o resultado de uma enorme variabilidade compositiva dos espaços domésticos, muito abertos a adaptações e aos constrangimentos impostos pelo próprio desenvolvimento urbanístico das cidades itálicas. Destruído o mito da existência de uma clássica *domus* romana, as investigações diversificaram-se e abriram-se a novas problemáticas de abordagem, de ordem funcional e social, evolução a que também não foi alheio o contributo da Arqueologia Urbana, que permitiu trazer ao debate um maior número de casas romanas recuperadas pelas escavações realizadas em várias províncias do mundo romano.

Neste quadro de mudança da base empírica de trabalho, pautado pelas novas cidades descobertas pela arqueologia e por novos olhares sobre essa realidade, cabe referir a influência da análise antropológica e dos estudos sociais no discurso histórico, que se generalizaram a partir da década de 80 do século XX, os quais transformaram a arquitetura doméstica romana num contexto privilegiado para exercitar a história social. Mas os novos modelos de análise foram sobretudo ensaiados nas cidades italianas de Pompeia, Herculano e Óstia, devido à particular conservação das mesmas, a qual tem vindo a favorecer a diversificação das investigações, nem sempre facilmente aplicáveis a outros contextos arqueológicos.

Neste novo horizonte de expetativas de investigação cabe referir as abordagens antropológica e sociológica de Andrew Walllace-Hadrill, responsável pela introdução de novos conceitos de análise dos espaços domésticos, que procuram compreender a casa romana através da análise da sua 'gramática', privilegiando aspetos como a localização, a forma, ou a decoração das casas, aspetos assumidos como formas de linguagem comunicacional. Na prática, o autor defende a ideia de que a vida privada romana, bem como as formas arquitetónicas em que a mesma decorria, representam sempre uma extensão e um reflexo da vida pública (Walllace-Hadrill, 1997). Por isso, a casa romana deve ser perspetivada como um centro de comunicação de práticas e valores sociais e como contexto de autorrepresentação do seu proprietário, o qual a usava para manifestar o seu estatuto social e, simultaneamente, para construir a sua própria autoconsciência e identidade.

Na verdade, a arquitetura privada romana reflete a sociedade que a criou, permitindo através do estudo dos edifícios aceder a aspetos de natureza social e económica, relacionados com o estatuto dos proprietários e, por essa via, com o poder das elites urbanas. Assim, podemos considerar que os modelos arquitetónicos romanos foram utilizados para propagar códigos sociais e ideológicos, processo que pode ser bem observado nas *domus*, as quais podem ser estudadas e valorizadas como contextos de abordagem da vida das elites e do seu quotidiano, tendo em conta que existe sempre uma inescapável relação entre a casa e a posição social do seu proprietário, observável na forma de estruturar os espaços interiores, mas também através do grau de sofisticação dos programas decorativos que ostentavam, o nível cultural e económico dos proprietários e a elevada competição que se instituiu entre as elites da sociedade romana a partir de finais da República. Na verdade, sabemos que a partir do século III a.C., as elites romanas começaram a usar a linguagem arquitetónica e a sua gramática, adotada das cidades do mundo helenizado e helenístico, para evidenciarem posições de prestígio e emularem a competição a que estavam sujeitos os seus membros.

No entanto, mau grado a reconhecida importância da casa romana como contexto de estudo da sociedade, do quotidiano, ou das sociabilidades, que se desenvolviam nos seus espaços, a sua valorização no quadro, quer da Arqueologia Clássica, quer da História Antiga é relativamente recente, pois as tendências historiográficas das duas disciplinas sempre privilegiaram o estudo dos edifícios públicos das cidades. Por outro lado, importa reconhecer que, apesar da evolução verificada nas tendências teóricas e metodológicas de análise, a historiografia relativa à casa romana, continua a valorizar sobretudo a casa aristocrática, situação de que resulta um desconhecimento das condições de vida de boa parte da população urbana das cidades do Império romano.

Contudo, importa reconhecer que existem algumas razões objetivas para as limitações que pesam sobre ao estudo da arquitetura privada. Por um lado, a arqueologia sempre privilegiou os equipamentos mais monumentais da cidade clássica, de que são exemplo os foros, os templos, os teatros, ou os anfiteatros, que são edifícios singulares e de grandes dimensões, não raro melhor conservados do que as construções privadas, o que resulta do maior investimento construtivo neles realizado, que favoreceu a sua melhor conservação. A sua identificação no quadro da Arqueologia Urbana e os investimentos que hoje se fazem no seu estudo e preservação resultam

da circunstância desses edifícios se oferecerem como elementos representativos e carismáticos da memória histórica das cidades de origem romana. Outro tanto não se poderá dizer da arquitetura privada romana, constituída por casas que, sendo singulares, porque não existem duas rigorosamente iguais, refletem e replicam padrões e modelos de organização, mais ou menos semelhantes. Mas, sobretudo há que reconhecer que o principal problema que afronta o estudo da arquitetura doméstica romana em contexto urbano está relacionado com o carácter sempre muito fragmentário deste tipo de vestígios, o qual muitas vezes impede a compreensão planimétrica dos edifícios ou a sua evolução, pois as casas são sempre os edifícios que mais mudam, devido à sua degradação, mas também às alterações de gosto dos seus sucessivos proprietários.

Neste contexto, não surpreende que os avanços nos conhecimentos da arquitetura doméstica das cidades provinciais tenham sido lentos e que poucos tenham sido os autores que até ao momento se dedicaram a estudar as casas de regiões concretas, ainda que o número de trabalhos sobre o tema tenha vindo a aumentar. No que respeita ao território da Península Ibérica cabe destacar o significativo aumento do estudos produzidos sobre esta temática, nos últimos 15 anos, que perspetivaram a arquitetura doméstica de diferentes províncias e cidades que compunham a malha administrativa da Hispânia romana no Alto Império. Entre esses trabalhos, que foram de um inestimável valor para a nossa investigação, contam-se os produzidos para a Bética (Gómez Rodríguez, 2006), para a parte nordeste da Tarraconense (Uribe Agudo, 2008; Cortés Vicente, 2009), para a Meseta (Bermejo Tirado, 2011) e, mais recentemente, os que se dedicaram a cidades concretas da Lusitânia, como *Conimbriga* (Correia, 2010), *Augusta Emerita* (Corrales Álvarez, 2014) e a *Tarraco* (Mar *et al.*, 2012; 2015).

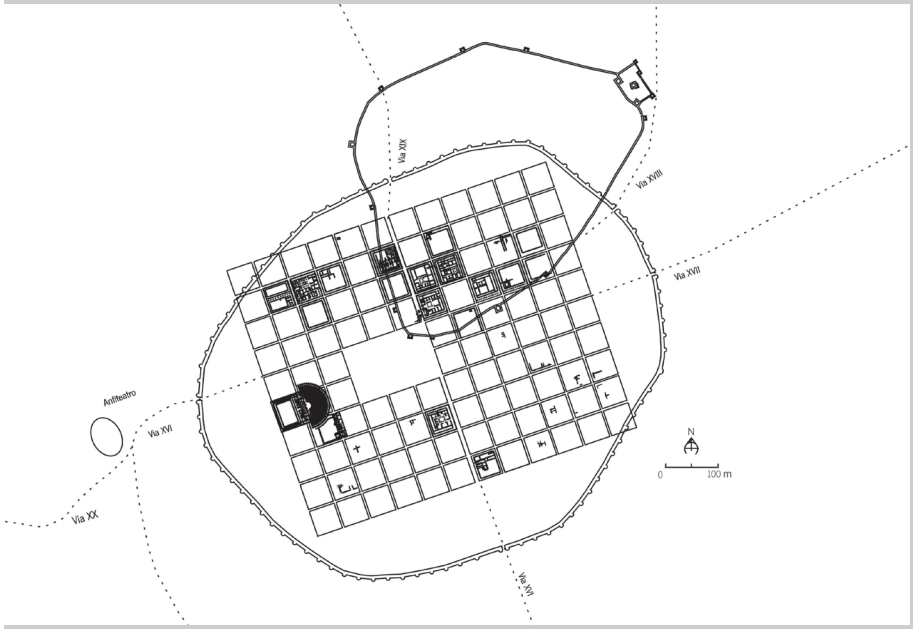
Este conjunto de trabalhos reflete um esforço em retirar do silêncio um notável conjunto de dados obtido pela Arqueologia Urbana, relativos à arquitetura privada, valorizando-se para o efeito os restos arquitetónicos, quase sempre fragmentários, muitas vezes conservados apenas pelo seu valor estético e decorativo, pois se é fácil destruir um pavimento que perdeu a sua decoração, devido a processos de natureza pós deposicional, outro tanto não acontece com pavimentos revestidos com mosaicos, mesmo que nada se saiba sobre os restantes espaços da casa, cujos limites podem mesmo não ser conhecidos. Na verdade, a arqueologia não se libertou ainda por completo do paradigma antiquarista, que tende a valorizar o estético e o monumental, independentemente do contexto.

Sendo certo que os dados facultados pela Arqueologia Urbana peninsular têm contribuído de forma significativa para o conhecimento de muitas cidades romanas, de que são exemplo as três capitais das províncias estabelecidas com a reforma administrativa de Augusto, ou as capitais conventuais, que desenham uma rede mais alargada de centros urbanos da Hispânia romana, é indiscutível que os conhecimentos derivados das intervenções arqueológicas realizadas em meio urbano são bastante difíceis de sistematizar, pela natureza fragmentária e truncada dos edifícios descobertos, que torna muitas vezes difícil, senão mesmo impossível, identificar os limites das construções e a sua planimetria, aspetos que são indispensáveis para realizar uma análise social, ou antropológica do espaço doméstico.



Figura1. Localização de *Bracara Augusta* com a divisão administrativa da Hispânia, as províncias, conventos e capitais (Martins, *et al,* 2012: 34).

Figura 2. Planta da cidade romana, com a sobreposição do sistema defensivo desde a época romana até à Idade Média ©UAUM



No entanto, pese embora todas as dificuldades do registo arqueológico das cidades descobertas pela Arqueologia Urbana é fundamental procurar sistematizar os dados que ela vai produzindo, pela prática continuada das intervenções preventivas, sendo nesse contexto que se insere este trabalho, que se centra na análise e valorização da arquitetura doméstica romana da cidade de *Bracara Augusta*, enquanto contexto de abordagem do quotidiano e sociabilidades das cidades romanas do NO da Península Ibérica, que procuraremos inserir no quadro da disseminação dos modelos de casa itálica na Hispânia. Para o efeito iremos valorizar as *domus* romanas da cidade de Braga, de um ponto de vista arquitetónico e construtivo, mas também económico e social, tendo-se procurado traçar uma perspetiva diacrónica e evolutiva das casas, uma vez que dispomos de bons dados estratigráficos, praticamente em todas as zonas arqueológicas que foram analisadas.

Assim, este trabalho pretende constituir um contributo para o estudo da arquitetura privada do NO peninsular, tirando partido da informação disponibilizada pelas escavações realizadas em Braga ao longo de mais de quatro décadas, por hora sem paralelo nas outras capitais de conventos do NO peninsular. Para o efeito, realizámos um exame detalhado de seis zonas arqueológicas da cidade de Braga, conhecidas a partir das escavações realizadas, posteriormente a 1976, pela Uni-

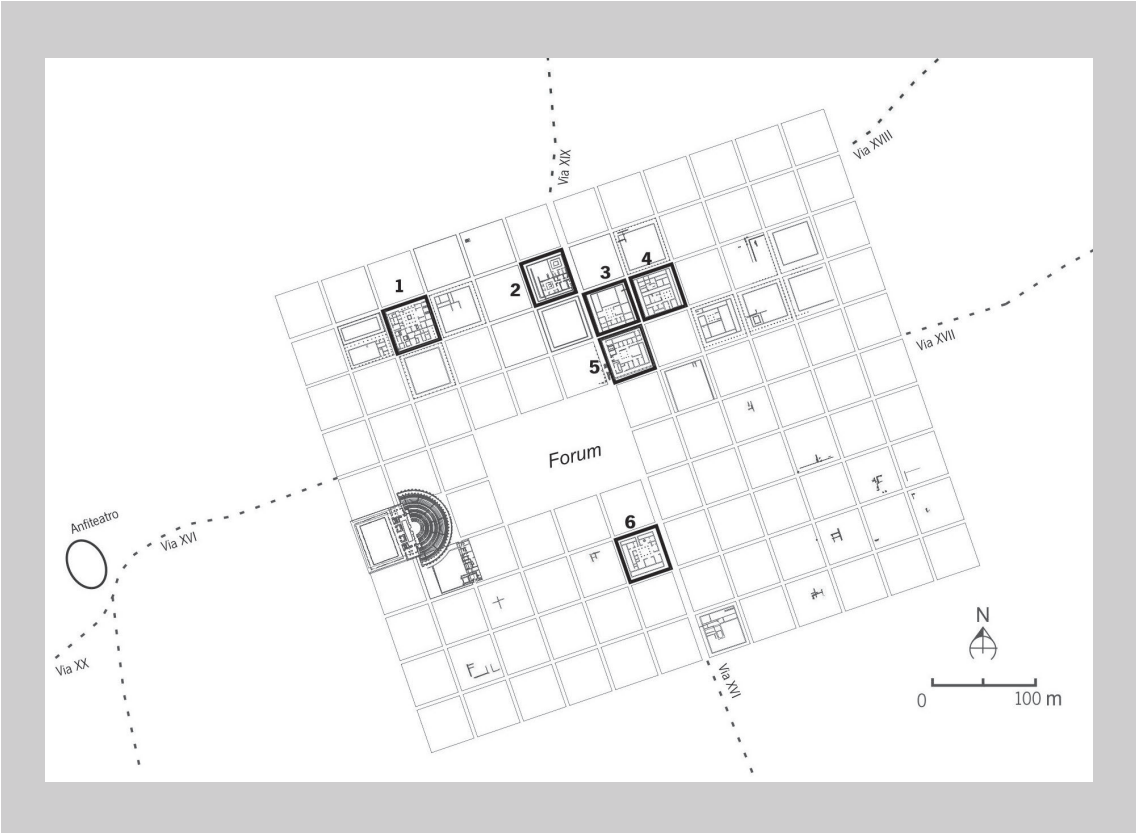


Figura 3. Planta de *Bracara Augusta,* com a localização das unidades domésticas analisadas na Parte II ©UAUM. 1. *Domus* das Carvalheiras. 2. *Domus* da Escola Velha da Sé/Rua Frei Caetano Brandãon°s166-168. 3*. Domus* Frei Caetano Brandão n°s 183-185/Santo António das Travessas n°s 20-26 4. *Domus* Afonso Henriques n°s42-56.5. *Domus* do ex Albergue Distrital. 6. *Domus* das Cavalariças.

dade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) e, pelo Gabinete da Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (GACMB) (Fig. 3). A análise detalhada das casas, cuja planta conseguimos identificar, num total de seis zonas arqueológicas, serão objeto de análise aprofundada na Parte II deste trabalho e constituirão a base de reflexão que elaboraremos na Parte III.

Contudo, reconhecemos que os dados disponíveis para descrever as *domus* de *Bracara Augusta*, ainda que bastante expressivos para suportar a análise da organização dos espaços domésticos, são naturalmente diminutos e principalmente fragmentários, pois resultam basicamente dos trabalhos de arqueologia preventiva realizados na cidade de Braga, ao longo dos últimos 42 anos. A Arqueologia Urbana apenas possibilita a identificação de fragmentos de edifícios, sendo por vezes necessário esperar décadas para que seja possível escavar dois lotes urbanos contíguos, como aconteceu na Zona Arqueológica da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão, onde se esperou aproximadamente doze anos para se poder escavar a parte norte do quarteirão, na qual viria a ser identificada mais uma unidade doméstica. Essa é uma situação recorrente em Braga, ou em qualquer outra cidade que se descobre pela Arqueologia Urbana, pelo que o trabalho de interpretação planimétrica e cartográfica tem que ser continuado e centralizado. Esta é talvez a maior vantagem de Braga relativamente a Lugo e Astorga, onde nunca existiram projetos de estudo das cidades, um enquadramento que se oferece como indispensável para estudar as cidades históricas.

Com este trabalho procurámos dar continuidade às investigações, que iniciámos no quadro do nosso Mestrado em Arqueologia, realizado na Universidade do Minho (Magalhães, 2010), relativas à arquitetura doméstica de *Bracara Augusta*. Nos anos que se seguiram a essa investigação tivemos a grata oportunidade de continuar a escavar em Braga, no âmbito da Arqueologia Urbana e do Projeto de *Bracara Augusta*, quer em trabalhos de natureza preventiva, quer na escavação de áreas que constituem reserva arqueológica da cidade, o que nos deu a oportunidade de aprofundar perspetivas, mas também reiterar o nosso interesse na arquitetura privada romana. Foi o conhecimento dessa temática que procurámos ir alargando através da pesquisa das casas conhecidas de outras cidades do NO peninsular, com destaque para as capitais conventuais de *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta,* cuja abordagem arquitetónica e construtiva foi bastante difícil de fazer dado o estado embrionário das investigações sobre essa temática. Na verdade, podemos considerar que a arquitetura privada não tem constituído matéria de investigação privilegiada, nem em Lugo, nem em Astorga, pese embora a notável qualidade dos mosaicos encontrados em ambas as cidades, que denunciam a existência de sumptuosas casas.

Assim, a nossa ideia inicial de observar o modo como os modelos itálicos foram assimilados pelas elites das diferentes cidades do NO peninsular, acabaria por ficar limitado ao caso de Braga, tendo-se procurado valorizar os modelos de casas romanas da cidade no quadro peninsular, temática que abordaremos na Parte III deste trabalho. Aí começaremos por compreender o modo como os modelos, tipologia e linguagem arquitetónica itálica se disseminaram nos diferentes contextos urbanos, que se afirmam no quadro do avanço da conquista romana dos territórios da Península Ibérica e, a partir de Augusto, no quadro das cidades promovidas, ou das novas fundações urbanas decorrentes do quadro da reorganização administrativa dos territórios hispânicos. A nossa atenção focar-se-á ainda na análise social e semiótica dos espaços das *domus,* com o intuito de percebermos as múltiplas relações entre o público e o privado, as diferentes identidades e sociabilidades que se estruturavam através do uso dos diferentes espaços da casa, bem como o estatuto das famílias que detinham essas casas e o seu papel na sociedade.

Com o intuito de responder aos objetivos que nos propusemos atingir, este trabalho foi organizado em três partes, ao longo das quais tentamos situar a problemática e o âmbito de estudo, descrevendo os resultados da análise detalhada das casas romanas de *Bracara Augusta*, procedendo de seguida à sua valorização no contexto dos conhecimentos disponíveis para a arquitetura doméstica da Hispânia romana. Neste sentido, na Parte I começaremos por delinear a evolução das investigações sobre a arquitetura doméstica romana, iniciando esta resenha com a análise da casa itálica (1.1), seguindo-se uma curta avaliação das investigações sobre a casa romana realizadas nas províncias ocidentais, designadamente, na *Gallia, Britannia* e Norte de África (1.2), terminando o ponto da historiografia com uma análise da evolução dos estudos da casa romana na Hispânia (1.3). De seguida, expomos a problemática, os objetivos que nortearam este trabalho (2) e a metodologia de análise que foi usada para atingir esses objetivos (3). A Parte II do trabalho corresponde à análise detalhada e exaustiva das unidades domésticas de *Bracara Augusta*, presentes nas seis zonas arqueológicas que foram selecionadas, que serão descritas segundo

duas grandes abordagens: a historiografia do sítio e a descrição das fases construtivas. A Parte III será reservada ao estudo da casa romana do NO peninsular, tendo em conta os processos de desenvolvimento dos modelos itálicos nos séculos II/I a.C., e a sua consolidação e generalização progressiva a partir de Augusto. Por fim, analisaremos os elementos constitutivos das casas de tipo itálico na Hispânia, rematando com um ensaio sobre a antropologia da casa romana do NO da Península Ibérica, tendo por base a *domus* das Carvalheiras.

PARTE I

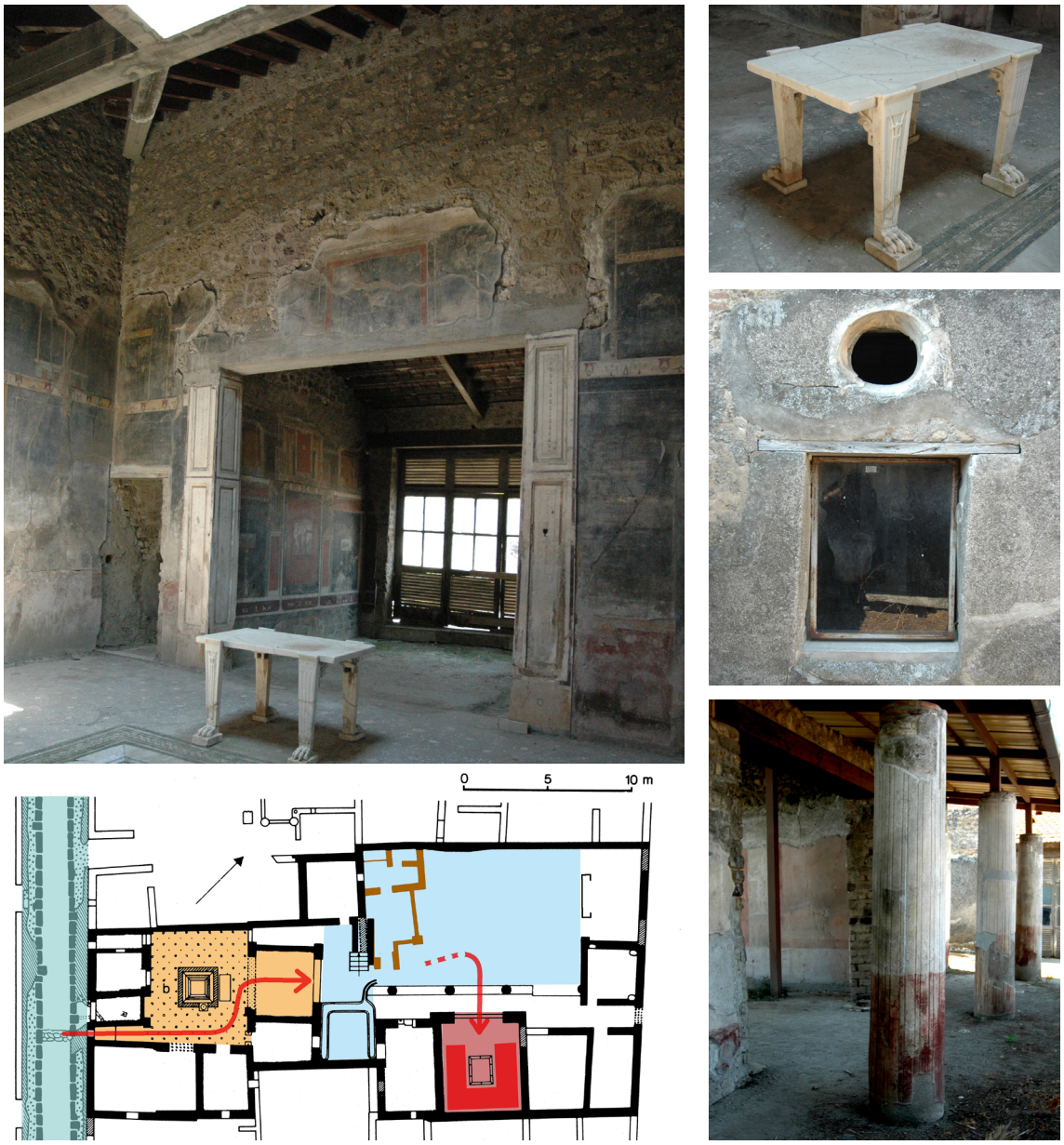


Figura 4. 'Casa de Marco Lucrezio Frontone' em Pompeia (Fotografias: ©Ricardo Mar; Desenho: elaboração da autora a partir de De Vos, 1982: 214).

As casas de Pompeia oferecem uma documentação única para entender aspectos da evolução da casa romana no período de Augusto que são desconhecidos quando dispomos apenas dos dados arqueológicos, como é o caso da Península Ibérica. Esta é uma das muitas casas pompeianas que mostram a evolução do modelo republicano na época imperial. A cobertura do átrio (toscano) não apresenta colunas, é suportada por vigas madeira, que deviam cruzar a largura do espaço. As quatro vertentes do telhado convergem para o interior formando o quadrilátero de *compluvium*. As vigas devem estar apoiadas nas paredes, deixando no meio uma abertura da mesma dimensão do tanque, *impluvium,* que se encontrava junto ao pavimento. A água da chuva, concentrava-se no beiral do *compluvium,* caindo na direção do tanque, sendo depois conduzida para a cisterna subterrânea, que se fazia notar pela presença do rebordo, o puteal. No entanto, as *alae* desapareceram e o conceito original do átrio converteu-se num vestíbulo que perdeu a sua original organização axial. Graças à sua adaptação às limitações da parcela, recupera-se a relação entre o átrio e o jardim com o triclínio. A posição do *cartilabum* (sobre o eixo) e as pilastras que ladeiam a porta do *tablinum,* ajudam a recuperar o valor simbólico da vista para o jardim, destinada a reforçar a imagem de riqueza do proprietário. Estas casas pompeianas também mostram a importância da cor nas paredes e colunas (rodapé pintados de vermelho) e das numerosas janelas de forma pequena. Aspetos que devem estar presentes nas casas do NO, mas que a arqueologia não preservou.

PARTE I – PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E METODOLOGIA

1 Historiografia de investigação sobre a arquitetura doméstica romana

A compreensão do universo doméstico urbano romano carece de ser enquadrada nas linhas das investigações que se foram desenvolvendo sobre esta temática desde que a arquitetura privada das cidades itálicas começou a ser pesquisada com maior profundidade, com destaque para as cidades da baía de Nápoles. Na verdade, as cidades de Pompeia e Herculano representam o principal manancial de informação para compreender o universo privado das cidades romanas da Itália, ainda que limitado no tempo pelo seu dramático fim, servindo sobretudo para perceber o modo como se constituiu e evoluiu a casa romana entre a época republicana e o período flávio.

No entanto, como bem sublinhou Uribe Agudo (2008), os primeiros trabalhos dedicados à casa romana tiveram por base a análise da obra de Vitrúvio e as fontes literárias, oferecendo-se, por vezes, como narrativas algo fantasiosas, cuja preocupação principal era retratar o modo como viviam a elites romanas, objetivo fundamental da História Antiga, à qual interessavam muito pouco os vestígios arqueológicos que iam sendo descobertos em Pompeia e Herculano. A utilização das fontes escritas associada a uma valorização das arqueológicas, usadas sobretudo como elementos de ilustração, está já presente na edição da obra de Wilhem Rein, de 1849, onde a planta da 'Casa do Poeta Trágico' serve de exemplo paradigmático ao autor para corroborar a narrativa de Vitrúvio. No entanto, foi necessário esperar que as escavações de Pompeia adquirissem um cunho mais científico, a partir de 1860, com G. Fiorelli para que a documentação arqueológica passasse a incorporar de forma mais adequada os estudos sobre a casa romana (Zevi, 1981).

Desde a segunda metade de oitocentos e até à atualidade muito se evoluiu no estudo e compreensão da casa urbana romana, não só devido a uma crescente sofisticação dos registos das escavações realizadas na Península itálica, como também pela alteração dos paradigmas teóricos e metodológicos que afetaram a prática da Arqueologia Clássica, a partir da década de 70 do século XX, com impacto também entre os historiadores do mundo antigo, os quais passaram a recorrer mais correntemente aos vestígios arqueológicos para elaborar sobre a cidade antiga e as suas representações arquitetónicas públicas e privadas.

Na evolução recente da historiografia relativa à casa urbana romana cabe igualmente destacar o enorme contributo fornecido pela Arqueologia Urbana, que se afirmou na Europa a partir dos anos 70 do século XX, o qual contribuiu de forma decisiva para a compreensão do processo de difusão e fixação dos modelos de casa itálica e respetiva evolução nas diferentes cidades que integravam o Império. Na verdade, se o conhecimento que possuímos hoje sobre a casa urbana romana é muito devedora da evolução historiográfica recente e da sofisticação das técnicas de escavação e registo, é igualmente digno de nota o alargamento do horizonte espacial e temporal das cidades romanas, sobretudo no ocidente do Império, que permitiu restituir, nas últimas quatro décadas, um painel bastante mais diversificado do urbanismo e das expressões de arquitetura pública e privada nas cidades provinciais. É esse painel que nos permite compreender como os modelos itálicos foram assimilados e reinterpretados nos diferentes territórios que compuseram o

Império, expressando processos de adaptação topográfica, construtiva e identitária.

1.1 A casa itálica

A casa itálica representa um ponto de partida obrigatório para compreender a origem e evolução da habitação romana do ocidente do Império. Sobre ela existe uma extensíssima bibliografia, que não vem ao caso resgatar, mas que nos oferece um necessário quadro de referência, incontornável para compreender o avanço dos conhecimentos sobre a arquitetura privada romana. Em particular, cabe referir obras de carácter geral que se centraram na investigação das casas de Pompeia, Herculano e Óstia, locais onde as excecionais condições de preservação do parque construtivo privado favoreceram a compreensão da diversidade das soluções planimétricas das casas, cujos modelos viriam a ser exportados para as províncias.

Os primeiros trabalhos científicos que usaram conhecimentos e registos das escavações realizadas em Pompeia pertencem a autores como Nissen (1877), J. Overbeck (1884) e A. Mau (1908; 1913), que abordaram apenas a casa de átrio, tendo em vista reconstruir o que se considerava então ser o modelo típico de habitação romana, tendo por base as descrições propiciadas por Vitrúvio. Para esses autores, a típica casa itálica conformava-se como um espaço organizado em torno de um átrio, em volta do qual se organizavam os restantes compartimentos da habitação, podendo comportar um jardim traseiro (Figs. 4, 5 e 6). Neste contexto, um dos tópicos mais recorrentes da historiografia da arquitetura privada romana relaciona-se com a origem da casa de átrio, que uns defenderam de origem itálica (Nissen, 1877) e outros de origem etrusca, vinculada ao Oriente (Patroni, 1902). O modelo de casa romana de átrio teria sido suplantado, no século II a.C., pela casa de peristilo, de influência grega, que teria relegado para segundo plano o tradicional átrio, ou dado origem a uma realidade híbrida que seria a casa de átrio e peristilo. Estes pressupostos acabaram por influenciar grande parte dos autores que trabalharam sobre o tema da arquitetura doméstica, ao longo do século XX, defendendo um modelo de casa tipicamente romana, com uma rígida articulação dos espaços, com funcionalidades específicas, de que são exemplo Carrintong (1933), Boëthius (1934), Maiuri (1936), Étienne (1967), McKay (1975), ou Dwyer (1991).

No âmbito deste primeiro debate historiográfico merecem particular referência os trabalhos desenvolvidos por A. Maiuri (1928; 1942; 1959; 1973) em Pompeia e Herculano, autor que estabeleceu as primeiras diferenças entre os distintos tipos de casas romanas (Maiuri, 1928) e elaborou sobre a evolução entre a casa patrícia e plebeia, sendo responsável pela caracterização da diversidade morfológica da arquitetura doméstica que, em seu entender, se associava ao carácter estratificado da sociedade romana. A historiografia deve-lhe também importantes contributos relativos à evolução das soluções de cobertura das casas, bem como a preocupação com as fases construtivas, que se sustentava na análise estratigráfica.

O questionamento da homogeneidade das formas de arquitetura doméstica, que se teriam estendido a todas as cidades romanas, defendida com Carrington (1934), foi iniciado por Boëthius (1934), que valorizou as casas de Roma, defendendo que, para além das casas de átrio, existiam

também casas de apartamento (*cenacula*), inseridas nas *insulae* do período imperial, igualmente representadas em Óstia, bem como 'shop houses'. Mas esta variedade de tipos de casas não chegou para inspirar uma mudança nas perspetivas de investigação, que só viria a ocorrer mais tarde. Entretanto, o desgaste do debate em torno da típica casa romana percebe-se numa viragem das temáticas da historiografia, que passa a interessar-se pelos proprietários das casas, iniciando uma linha de investigação no âmbito da História Antiga que propõe a compreensão da sociedade e dos seus protagonistas. A reconstrução da identidade dos proprietários das casas, a partir da leitura epigráfica, tem em Matteo Della Corte o seu máximo expoente (1914; 1964), ainda que essa temática se tenha tornado frequente entre os estudiosos da casa romana nas últimas décadas, usando para o efeito outro tipo de fontes. Por outro lado, os temas sociais tendem a entrar no debate historiográfico, bem representado no interesse pelo quotidiano, abordado a partir das fontes textuais, que perpassa nas obras de Carcopino (1939), Paoli (1940), Étienne (1967) e Pavolini (1986).

A existência de um modelo de casa típica romana viria a ser definitivamente questionada, já nos anos 70 do século XX, por B. Tamm (1973), que esboçou dúvidas consistentes sobre o interesse de se realizarem correlações entre a obra de Vitrúvio e as evidências propiciadas pela arqueologia, questionando a ideia de um protótipo de casa romana e defendendo que se deveria falar de 'casas romanas' e não de 'casa romana'. A autora questionou também os postulados vitruvianos como expressivos da casa romana, pois na sua opinião Vitrúvio não teria descrito nenhuma casa, muito menos a pompeiana, tendo apenas definido algumas regras para a sua construção. Baseando-se em dados das casas de Pompeia e de Roma, mas também de algumas outras, en-



Figura 5. Átrio da 'Casa de Sallustio' em Pompeia ©Ricardo Mar.
Exemplar de átrio toscano, um dos mais antigos de Pompeia (século II a.C.). Neste átrio estão presentes todas as caraterísticas que Vitrúvio defendia para esta área: axialidade entre a porta e o *tablinum* e o *impluvium/ compluvium* localizados no centro. No século I as casas pompeianas caraterizam-se pela perda de alguns valores tradicionais desse modelo arquitetónico para se adaptarem aos limites das parcelas. Com efeito, alguns dos elementos originais mantêm-se, como a utilização cenográfica do acesso ao jardim, continuidade da porta tripla (como se pode observar nas casas de *Conimbriga*) e a expressão do estatuto do proprietário através de um jardim luxuoso e do uso de colunas e pilastras decoradas em diferentes lugares da casa.



Figura 6. Átrio da 'Casa de Tramezzo di Legno' em Herculano ©Ricardo Mar
As casas das cidades da Campânia oferecem os exemplares mais completos em que se documenta o uso dos espaços internos no século I, graças à preservação do mobiliário em madeira e das portadas. Nesse caso, observa-se a centralidade do *compluvium/impluvium.* O tanque, revestido a mármore, recolhia as águas da chuva que posteriormente eram conduzidas para a cisterna subterrânea. Junto ao tanque estava o *cartibulum* para reforçar a ideia axial original do modelo arquitetónico. A relação entre o átrio/vestíbulo e o jardim/espaço de banquete é rematada com uma cortina que quando está fechada garantia a privacidade das atividades no jardim. Sugerir a riqueza dos espaços interiores sem mostrar diretamente é uma estratégia de representação que se mostrou eficaz nas casas romanas do período imperial. Naturalmente, esse mobiliário que é fundamental para compreender o uso flexível dos espaços da casa mal se conservaram fora das cidades vesuvianas tal como acontece na nossa zona de estudo.

tretanto descobertas nas cidades provinciais, como *Ampurias* e *Glanum*, B. Tamm concluiu que os modelos vitruvianos de simetria e distribuição do espaço raramente se tinham cumprido, o que indicava claramente a existência de uma grande variedade de expressões construtivas na arquitetura doméstica romana. Na mesma linha se pode situar o trabalho de Evans (1978), que reafirmou a necessidade de se questionarem os padrões estáticos com que eram avaliadas as casas romanas, uma vez que os dados arqueológicos demonstravam exatamente o contrário, registando uma enorme variabilidade da arquitetura doméstica romana, sobretudo nas províncias, conforme foi demonstrado por Hoffmann, com o exemplo da '*row house*' (casas adossadas), presentes tanto em Pompeia como nas cidades provinciais, que serviram para adaptar os modelos arquitetónicos de elite às casas das classes médias.

Os anos 70 do século XX foram propícios a novas abordagens da sociedade romana, que trouxeram à discussão questões de natureza social, designadamente relativas às condições de vida das classes desfavorecidas, o que potenciou uma reavaliação das fontes escritas e uma maior atenção com as fontes arqueológicas no estudo do quotidiano urbano. Assim, graças aos avanços metodológicos registados, quer na disciplina arqueológica, com a Nova Arqueologia, quer na História Antiga, o estudo da arquitetura doméstica ganhou um novo fôlego, beneficiando do fim de ciclo da historiografia essencialmente centrado no tema da *domus* pompeiana. As investigações diversificam-se, com o conhecimento da arquitetura doméstica provincial, desde da *Britannia*, ao Norte de África e ao Oriente, ainda que os pressupostos do anterior debate tenham continuado a

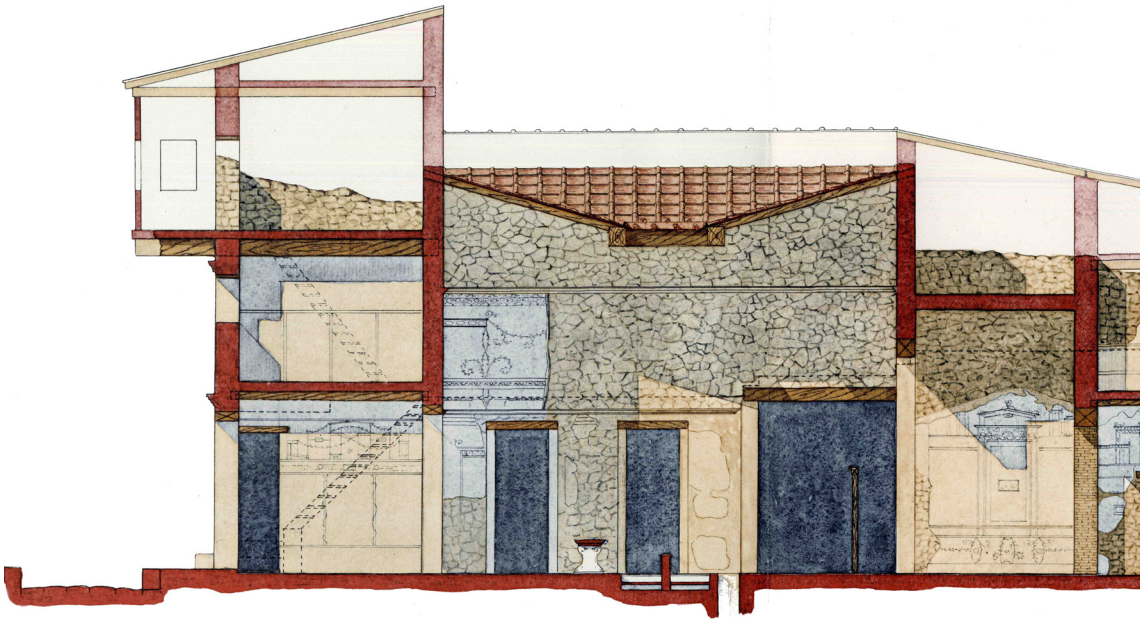


Figura 7. Pormenor do átrio da 'Casa Samnita' em Herculano ©Ricardo Mar
O átrio tem a particularidade de apresentar uma galeria superior com colunas jónicas fechadas com uma tela de rendilhado revestida com um estuque em três lados enquanto o limite leste é deixado em aberto. A complexidade dos espaços interiores estava reforçada pela presença de galerias elevadas (em pedra, estuque ou madeira) que iluminavam os espaços a partir da luz dos pátios e jardins privados, nunca diretamente da rua.

ser pontualmente revisitados por alguns autores (McKay, 1975). Simultaneamente, aumentou o interesse dos investigadores pelas habitações das classes mais modestas da sociedade romana (Packer, 1975), ainda que estas sejam bastante mais difíceis de identificar no registo arqueológico. Assim, a casa romana começou a ser analisada nas suas diferentes componentes, como forma de se valorizarem aspetos particulares da sua organização, desde os programas pictóricos, aos jardins, ou aos espaços comerciais e servis (Salza, 1978-80). Também as instalações termais foram igualmente objeto de destaque na análise das casas (Fabbricotti, 1976).

As novas problemáticas que começaram a ser investigadas, relativas à arquitetura doméstica pompeiana (Evans, 1978), acabariam por demonstrar que não existiu uma casa de átrio típica, mas sim uma enorme variação compositiva dos espaços domésticos, muito abertos a alterações, num evidente sinal de adaptação da construção doméstica às exigências do desenvolvimento urbanístico e económico das cidades, que levava à recomposição das suas elites, o que acabava por ter um impacto nas casas que as mesmas ocupavam (Hoffmann, 1979). Destruído o mito da existência de uma clássica '*domus* romana', as investigações diversificaram-se e abriram-se a novas problemáticas de abordagem de ordem funcional e social.

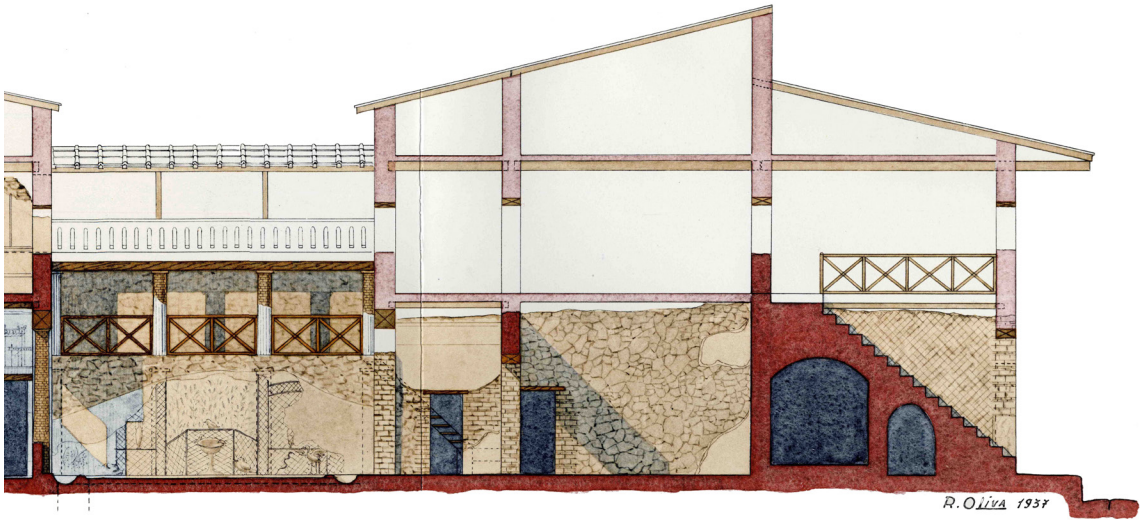
A influência da análise antropológica e dos estudos sociais no discurso histórico, a partir da década de 80 do século XX, tornou a arquitetura doméstica romana num âmbito de análise privilegiado para exercitar a história social, bem patente na narrativa de alguns autores, como Frier (1980), Boersma (1985), ou Thébert (1987), que desenvolvem novos modelos de análise





Figuras 8 e 9. 'Casa de Tramezzo di Legno' a partir da documentação de Maiuri 1958 (p. 207-221, Tav. XVII-XXII). (Sup.) Secção geral da 'Casa de Tramezzo di Legno' em Herculano (Estampa XIX). (Inf.) Planta da casa ao nível do rés-do-chão (Maiuri, Fig. 162, modificada por FM) e interpretação do 1° piso (elaboração de FM). Na figura 6 observámos as portadas de madeira que transformam o uso do átrio/ *tablinum* nesta casa. Quando estava fechada, o *tablinum*, aberto ao jardim, tornava-se o espaço privilegiado do banquete (em baixo a roxo). Isto não impedia a dupla circulação (a vermelho) até aos espaços onde se localizavam os *triclinia* secundários. Isto acontecia nos banquetes com dezenas de convidados que exigiam a instalação de múltiplos espaços triclinares. A verde está representado o núcleo de serviços, discretamente afastados mas facilmente acessíveis. Quando as portadas de madeira estavam abertas, o *tablinum* recuperava a sua função cenográfica pública original.

Três escadas abertas à rua davam acesso a três espaços de aluguer que ocupavam parcialmente a planta superior da casa. Provavelmente, a parte superior do piso, localizada sobre o *tablinum,* era acedida a partir de uma galeria sobre os pórticos do jardim superior, formando parte da vivenda principal, ainda que os dados arqueológicos não sejam conclusivos. Esta casa de Herculano mostra-nos a flexibilidade de usos nas casas romanas de época imperial. Podemos observar uma aproximação a este modelo de arquitetura residencial em alguns exemplares de *Tongobriga*.



para obter mais informação sobre a sua utilização. Pompeia e Herculano, devido à sua particular conservação, continuaram a ser objeto de análise aprofundada (Strocka, 1984; Ling, 1983), tendo conhecido, a partir dos anos 80 do século XX, um ambicioso projeto de informatização dos dados das escavações, o que favoreceu a diversificação e multiplicação das investigações.

Neste novo ciclo historiográfico, que anunciou novos conceitos de análise, inserem-se os trabalhos de Walllace-Hadrill (1988; 1990; 1991; 1994), que procurou compreender a casa romana através da análise da sua 'gramática'. Para o efeito defendeu a combinação do uso dos textos e dos dados arqueológicos e a análise contextual da casa, entendida como uma unidade doméstica, o que o levou a criticar a tradicional excessiva valorização dos elementos decorativos descontextualizados, frequentemente tratados como obras de arte, sem dúvida um resquício das práticas antiquaristas que marcaram os primórdios da Arqueologia Clássica e os estudos das cidades da Campânia.

As abordagens antropológicas e sociológicas de Walllace-Hadrill concentraram-se no conceito de forma arquitetónica, na localização das casas no conjunto da trama urbana, e também na decoração, enquanto forma de linguagem comunicacional, demonstrando que a vida privada romana e as formas arquitetónicas em que a mesma se expressava constituíam um claro reflexo da vida pública (Walllace-Hadrill, 1997), no que é secundado por Paul Zanker (1993). Ambos os investigadores sublinharam a estreita relação que existia no mundo romano entre a vida pública e privada, representada nos cenários construtivos, considerando que a cidade romana constituía uma organização espacial que era fruto de necessidades sociais específicas que se refletiam também nos espaços privados da casa.

Assim, para Walllace-Hadrill, a introdução do peristilo na casa romana representava um reflexo da interferência da vida pública no domínio privado, constituindo uma simulação das áreas porticadas que se encontravam nos espaços forenses. Nesse sentido, a casa romana deveria ser



Figura 10. Pormenor do átrio da 'Casa de Tramezzo di Legno' em Herculano ©Ricardo Mar. No centro do átrio podemos observar o tanque em mármore ladeado pelo rebordo da cisterna subterrânea, o *puteal* e por uma mesa também em mármore, o *cartibulum.* Ao fundo as portadas de madeira.

perspetivada como um centro de comunicação social e como modelo de autorrepresentação do seu proprietário, que a usava para construir a sua própria autoconsciência e para manifestar o seu estatuto social perante os seus clientes e visitantes (Fig. 10). Para Paul Zanker (1993) esse processo ocorria também com as imagens urbanas (Stadtbild) e as formas arquitetónicas que representavam uma linguagem formal associada ao gosto pelo *otium*, que o autor julga estar na origem da casa urbana romana, inspirada na casa de campo, ou *villa*. Este '*gosto por habitar*' (Wohngeschmack), que se reflete em quase todas as casas urbanas romanas, independentemente das suas dimensões e das condições socioeconómicas dos seus residentes, teria acabado por se disseminar por todo o Império. Um pouco na mesma linha de raciocínio de Zanker situam-se as reflexões de Coarelli (1983; 1989), que valorizou a arquitetura doméstica tardo republicana para constatar que as casas aristocráticas se convertem num prolongamento da arquitetura pública de representação que encontramos nos grandes monumentos urbanos. Na mesma lógica de perceção da importância da arquitetura privada enquanto prolongamento do espaço público encontram-se os trabalhos de Gazda (1991), para quem a arte romana nos espaços privados representa um documento social de grande interesse, que deve ser interpretado no seu contexto temporal e espacial de representação cívica.

Apesar da evolução verificada nos conceitos e modelos de análise, a historiografia relativa à casa romana, ao longo dos anos 70 e 80 do século XX, continuou a valorizar sobretudo a casa aristocrática, contornando as condições de vida de boa parte da população urbana das cidades

da Itália e muito particularmente de Roma, onde abundavam os desfavorecidos, que viviam em condições precárias (*tuguria* e *ergasteria*), ou em zonas arruinadas, onde a salubridade deixava muito a desejar, como surge testemunhado na obra de Scobie (1986).

A produção historiográfica dos anos 90 do século XX reflete novos contributos e abordagens interdisciplinares, onde a Arqueologia, a Epigrafia, a Antropologia e a Sociologia são convocadas para desmistificar a ideia de uma casa romana canónica representada na obra vitruviana. Um bom exemplo dessa reflexão está expresso nos contributos da obra coordenada por Walllace-Hadrill e Laurence, dedicada ao espaço doméstico no Mediterrâneo (1997). Novas temáticas de abordagem encontram-se representadas em trabalhos que refletem sobre a relação do espaço doméstico com a natureza dos seus ocupantes (George, 1997), sobre as relações de servidão que tinham lugar na casa de elite (Grahame, 1997; 2000), ou sobre a funcionalidade dos espaços domésticos que pode ser inferida a partir do registo arqueológico referente ao seu mobiliário (Berry, 1977). Nesta mesma linha se inserem os trabalhos de Allison (1992; 1997; 1999; 2001; 2004), que explorou os materiais usados na construção, bem como a decoração arquitetónica para compreender a organização espacial das casas, cuja funcionalidade poderia ser fornecida pelos artefactos, como tentou demonstrar na sugestiva obra '*The Archaeology of Household Activitie*s' (Allison, 1999). Sublinhando a importância do estudo dos contextos arqueológicos para compreender a natureza funcional dos espaços domésticos, a autora concluiu que ela não é rígida e que os ambientes caseiros são frequentemente multifuncionais. Apesar das limitações deste tipo de abordagem, quando aplicado a contextos fora no universo napolitano, mais concretamente de Pompeia e Herculano, importa destacar a contribuição da metodologia proposta e o seu potencial para construir novas narrativas sobre o universo doméstico romano.

Algumas obras de síntese, editadas ao longo da última década do século XX, corporizam o essencial dos conhecimentos adquiridos sobre a casa urbana romana no âmbito de uma prática historiográfica mais consistente, que tira partido do cruzamento dos textos com os dados facultados pelo registo arqueológico. Neste contexto de sistematização, importa referir o trabalho de E. De Albentis (1990), que reflete sobre a evolução da arquitetura privada, adaptando um modelo explicativo socioeconómico e ideológico para caracterizar as distintas expressões de arquitetura privada, ou a obra de Zaccaria Ruggiu (1995), que abordou a arquitetura doméstica como espelho da sociedade, elaborando sobre questões jurídicas e sociais. Com um alcance geográfico mais amplo, cabe referir a obra de Pierre Gros (2001), que se configura como um manual incontornável relativo à arquitetura doméstica de todo o Império.

Globalmente, podemos considerar que o amplo debate que afetou a História Antiga e a Arqueologia a partir dos anos 70 do século XX, que se consolidou já no século XXI, sendo devedor da incorporação dos princípios epistemológicos do Marxismo, da Escola dos Annales, do Estruturalismo e do pós Estruturalismo, se traduziu numa crescente valorização do quotidiano dos grupos sociais, que passaram a ser percecionados na sua ampla heterogeneidade e no quadro dos cenários onde decorria a sua vivência, fossem eles públicos ou privados (Martins e Silva, 2018).

Esta nova agenda de investigação deve muito à releitura de alguns autores referenciais do



Figura 11. Planta fundacional de Cosa com a delimitação das parcelas e implantação dos primeiros quarteirões residenciais (©Ricardo Mar). Numa geração, as casas dos primeiros colonos, que entraram em processo de crescimento e expansão, que modificou o parcelamento e a tipologia inicial da residência, os átrios testudinatos foram substituídos pelos peristilos com jardim e colunas.

pensamento do século XX, que favoreceu novas perspetivas de abordagem de cariz antropológico e sociológico da cidade antiga e das suas arquiteturas, com destaque para os temas económicos, sempre presentes, mas sobretudo para os temas culturais e sociais, entre os quais se destacam os estudos de género, da família, da doença, da religião, da identidade, ou das emoções (Dyson, 2009; Laurence, 2012). Vários autores reinterpretam hoje os dados textuais em conjugação com os arqueológicos à luz do conceito de *habitus,* de Pierre Bourdieu, ou da teoria da rede de atores, de Bruno Latour, discorrendo sobre o papel ativo da arquitetura e da cultura material nas estruturas e relações sociais (Beard, 2016).

Assim, a uma abordagem tradicional das arquiteturas romanas sucedeu-se uma outra bem mais enriquecedora, que procura considerar as cidades e os seus espaços como locais em permanente construção material, mas também social, o que implica uma reelaboração dos dados contidos nas fontes textuais e arqueológicas e a utilização de uma vasta gama de conhecimentos oriundos de diferentes disciplinas. Neste contexto, as investigações tenderam a conferir maior visibilidade aos diferentes cenários que enquadravam as cidades clássicas, nos quais se incluem naturalmente os equipamentos de prestígio, mas também as ruas e as casas, ou os espaços periféricos que serviam de suporte para atividades variadas e expressões construtivas muito menos padronizadas do que aquelas que podemos encontrar no centro das cidades romanas. O estudo da arquitetura privada romana viria, por isso, a adquirir maior expressividade, pois as casas desempenhavam um papel fundamental na construção das relações sociais, uma vez que representavam um meio privilegiado de vivência, no qual ocorriam as interações próprias do universo familiar, sendo um *locus* primordial para compreender as relações de género, de privilégio e de dependência (Laurence, 1997).

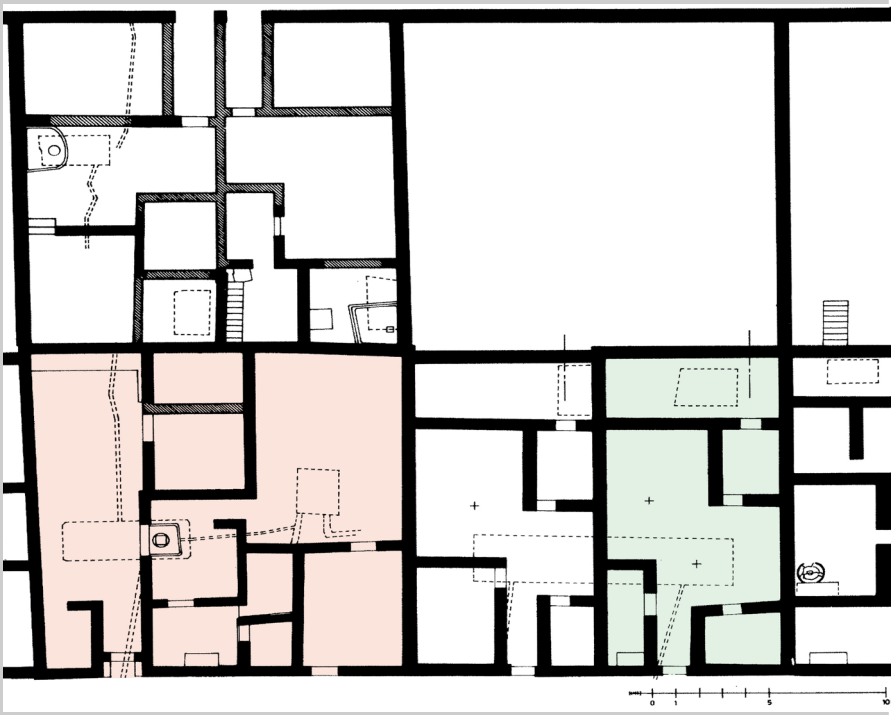


Figura 12. Planta da 'Casa dos Colonos Fundacionais', Cosa IV (Cosa) (Bruno e Scott, 1993:80). Tipologia igualitária dos átrios testudinatos que ocupavam completamente a parcela. Observa-se a verde uma parcela original. A vermelho representa-se uma das casas formada pela união de duas parcelas originais.

A análise socio espacial da arquitetura doméstica e do funcionamento da família romana como unidade social constitui o quadro de fundo das pesquisas mais recentes, representando um campo fértil de investigação para avaliar as sociabilidades e os processos de construção identitária no universo urbano. No entanto, reconhecem-se algumas limitações deste tipo de abordagens, que exigem na sua concretização a disponibilidade de áreas urbanas significativas, razão porque os contextos das cidades de Pompeia, Herculano ou Óstia se têm revelado privilegiados para este tipo de análises, devido ao seu estado de preservação excecional (Walllace-Hadrill, 1988; 1994; 2011). É esse extraordinário estado de conservação que tem alimentado boa parte da produção historiográfica sobre a arquitetura privada romana, quer no passado, quer recentemente, pois potencia sempre novas narrativas desde que mudem as questões que são colocadas.

No entanto, o universo urbano itálico é bem mais vasto e heterogéneo na sua génese e evolução histórica, pelo que importa referir algumas cidades escavadas que propiciaram dados relevantes relativos à arquitetura doméstica romana. Desde logo, cabe destacar os estudos relativos ao urbanismo e arquitetura republicanos da cidade de Cosa, resultantes dos trabalhos desenvolvidos por F. E. Brown e a publicação do *corpus* das suas casas (Bruno e Scott, 1993) (Figs. 11 e 12). Outras colónias republicanas forneceram dados relevantes sobre os âmbitos domésticos como *Paestum* (Zebi, 1990; Greco e Longo, 2000), ou *Fregellae* (Coarelli e Monti, 1998; Battaglini e Diosono, 2010), que disponibilizaram uma valiosa informação sobre as casas republicanas de átrio. Também *Norba* representa um importante observatório para o estudo da arquitetura doméstica republicana (Carfora *et al.,* 2009-2010; 2010a: 2010b; 2011; Ferrante, 2011). Por último, importa referir os trabalhos dedicados a Roma, com destaque para a obra de A. Carandini sobre as casas aristocráticas do Palatino (Carandini e Carafa, 1995; Carandini, 1990; 2010). Na verdade, uma

das linhas de trabalho mais profícuas sobre a cidade de Roma centra-se nas residências do poder, tendo como foco principal as *domus nobiles* do Palatino (Royo, 1999; Mar, 2005; Carandini, 2010; Machado, 2012) e a *domus Aurea* (Ward-Perkins, 1956; Boethius, 1969; Ball, 2003; Tomei e Rea, 2011).

Apesar do particular interesse que as casas de elites urbanas sempre suscitaram entre os investigadores, sobretudo em contextos da Península Itálica, cabe destacar as investigações que se têm desenvolvido sobre as casas alugadas em pisos comuns (Priester, 2002), que ocupavam, pela sua recorrência, um lugar de destaque em Roma. As *insulae* encontram-se também bem representadas em Óstia, tendo igualmente sido objeto de estudo por parte de diferentes investigadores (Brandt, 1985; Scagliarini, 1995). Registe-se aliás que Óstia forneceu uma grande variabilidade de tipos de apartamentos, de várias qualidades, muitos dos quais associados a oficinas e lugares de trabalho (Packer, 1971), tendo os estudos sobre a arquitetura doméstica de Óstia permitido reconhecer um tipo canónico de apartamento, de média dimensão, estudado por Janet DeLaine (2004).

Sem qualquer pretensão de exaustividade e em jeito de síntese sobre a evolução historiográfica de estudo da casa itálica, julgamos poder reconhecer algumas tendências que influenciaram o modo de olhar a arquitetura doméstica nos contextos urbanos provinciais. Assim, apesar da extensa bibliografia disponível sobre a arquitetura doméstica, pode reconhecer-se que ela valorizou sobretudo, e com raras exceções, a topografia do edificado e o seu significado, relegando para segundo plano a sua evolução diacrónica, raramente objeto de reflexão por parte dos investigadores. Este tipo de abordagem é fornecido na obra de De Albentiis (1990), que avaliou o espaço doméstico desde o período arcaico até à Antiguidade Tardia, constituindo um dos raros exemplos em que a construção privada é abordada numa perspetiva diacrónica. Na verdade, a bibliografia tende a refletir uma excessiva atenção prestada aos exemplos de casas de etapas concretas, como acontece com o período de Augusto (Ghedini, 2009:114), sem dúvida um dos mais valorizados, com a época de Adriano, como se reconhece nos trabalhos de Janet DeLaine sobre Óstia (1996; 2014), ou com o período tardo antigo, abordado na obra de Baldini Lippolis (2001), igualmente muito investigado na cidade de Óstia (Guidobaldi, 1995).

Dentro do paradigma topográfico, que norteou grande parte das investigações sobre a casa romana italiana, cabe destacar a focagem na conceção do espaço na sociedade romana, que acabaria por conduzir à interpretação dos ambientes residenciais na sua articulação com a estrutura urbanística das cidades. Esta linha de pesquisa acentuou a óbvia relação entre os espaços públicos e privados (Zanker, 1998), conduzindo a uma abordagem mais elaborada e menos dicotómica dos conceitos de espaço privado e público, fundamentada tanto na releitura da obra de Vitrúvio, como na análise da legislação romana (Gros e Torelli, 2007). Neste enquadramento paradigmático desenvolveu-se uma linha de investigação que valorizou a planificação das cidades de acordo com as leis da construção, com destaque para o estudo da relação das ruas com as habitações (Carocci e De Albentiis, 1990), o que permitiu avançar para a avaliação da metrologia das casas (Schoonhoven, 2006) e compreender a evolução tipológica das suas plantas (Evans,

1980; Dwyer, 1991; Wallace-Hadrill, 1997).

Igualmente avessa a uma perspetiva temporal e evolutiva do espaço doméstico é a sólida tradição de estudos que se centra na avaliação dos programas decorativos, que tradicionalmente ornamentavam as casas de elite, ora orientada para a análise dos mosaicos (Grandi e Guidobaldi, 2006), ora para a pintura mural (Clarke, 1991), que sustentaram avaliações sobre a distribuição dos espaços domésticos (Scagliarini, 1974-76; Bragantini, 2004), segundo perspetivas que defendiam que a essência da arquitetura se articulava com a arte de configurar ritualmente o espaço, que estaria bem representada nas *domus*, *villae* e *pallatia* (Scagliarini, 2003). Esta linha de análise tem vindo a permitir o desenvolvimento de uma abordagem metodológica relacionada com a funcionalidade dos espaços, associada à sua tipologia decorativa, tirando partido das fontes arqueológicas e escritas, que permitem compor uma interpretação dos espaços domésticos em articulação com as atividades que neles deveriam ter sido realizadas (Allison, 2001; 2002; 2004; 2007). Trata-se, contudo, de uma perspetiva que tem conhecido alguma controvérsia, tendo por base a avaliação crítica desenvolvida pelos estudos da Nova Arqueologia, que reconhecem as dificuldades, ou mesmo a impossibilidade de realizar uma interpretação da vida diária e do quotidiano do passado, tendo por base os dados arqueológicos. Na verdade, o aprofundamento da reflexão quanto ao valor e limitações do registo arqueológico, resultante dos trabalhos de Binford (1981), mas sobretudo de Schiffer (1985), relativos aos processos pós deposicionais, exige uma postura bastante crítica relativamente ao modo como se podem inferir dados diretos sobre o quotidiano do passado, tendo por base o registo arqueológico, questão que nem sempre é bem entendida pelos investigadores. Apesar disso, desde a década de 70 do século passado multiplicaram-se os estudos centrados nas casas de Pompeia que procuraram revisitar os espaços que compõem a paisagem doméstica da cidade, tendo em conta a sua potencial utilização (Franklin, 1990; Sutherland, 1990; Pesando, 1997; Stefani, 2003).

Pese embora a controvérsia relativa aos limites da inferência do registo arqueológico, foi-se afirmando uma metodologia de análise da casa de elite itálica, fundamentalmente baseada na avaliação topográfica, considerando os espaços domésticos como conjuntos integrados na vida diária das cidades, capazes de refletir, a partir da sua organização espacial e implantação urbana, as redes sociais, o poder e a identidade dos seus proprietários (Grahame, 2000; Coarelli, 2002). Esta linha de pesquisa assenta nos pressupostos da diferenciação entre áreas públicas e privadas e na articulação dos espaços das casas, subentendendo-se que essa abordagem pode resultar na perceção da estrutura social em que se inseriam os proprietários das casas.

Enquanto a linha de investigação relativa à topografia se centrou na dinâmica das inter-relações entre as casas e a trama urbana, a casa e a família, a casa e o quotidiano, ou a casa e os aspetos construtivos, que mereceram acentuado destaque nos trabalhos de Walllace-Hadrill, (1994) e Coarelli (2002), os estudos desenvolvidos na perspetiva da valorização dos programas decorativos viriam a compor uma outra metodologia de abordagem da casa itálica, associada ao modo de habitar e ao estatuto dos seus proprietários, considerando-se que o modo de decorar as casas refletia a mentalidade de quem as usava (Guidobaldi, 2006; De Carolis *et al.*, 2007). Para-

lelamente desenvolveu-se uma abordagem centrada no tipo de atividades que se desenrolavam na casa, fossem elas de âmbito doméstico (Kastenmeier, 2007), ou de consumo e produção (Laurence, 2007). Por outro lado, cabe destacar a existência de um grande volume de trabalhos dedicado às atividades que tinham lugar na casa, usando diferentes tipos de fontes, com destaque para os incidentes sobre Pompeia (Dobbins e Foss, 2007).

1.2 A casa romana nas províncias ocidentais: *Gallia*, *Britannia* e Norte de África

As investigações relativas à *Gallia*, que conheceu um forte desenvolvimento urbano, iniciaram-se a partir dos finais da década de 50 do século XX, ainda que as suas três províncias administrativas tenham conhecido um estudo bastante desigual no cômputo geral da produção historiográfica francesa. Por outro lado, importa destacar que o conhecimento das cidades da *Gallia*, quer em termos urbanísticos quer arquitetónicos, é muito devedor do desenvolvimento da Arqueologia Urbana francesa, a partir da década de 70 do século XX, que permitiu identificar a morfologia dos traçados de muitas cidades de origem romana e, dentro delas, as suas arquiteturas públicas e privadas.

Apesar da extensa bibliografia disponível sobre o urbanismo e a arquitetura das cidades que compuseram as regiões administrativas da Gália, a atual Provença é, sem dúvida alguma, o território mais investigado, nele se situando algumas das cidades melhor conhecidas daquela região do Império. Entre elas cabe referir *Glanum* (Rolland, 1958), *Massilia* (Tréziny, 2012), *Colonia Iulia Paterna Arelatensium Sextanorum* (Heijmans, 2004), *Aquae Sextiae* (Guyon, 1982) e *Lugdunum* (Audin, 1969; Desbat, 2004), cujas características foram analisadas em vários trabalhos com destaque para a obra coordenada por P. Gros, J. Guyon e P. Leveau (1996).

Tradicionalmente, os estudos sobre a arquitetura doméstica das cidades do contexto gálico privilegiaram as temáticas da topografia e da tipologia das casas, bem como os programas decorativos que as ornamentavam, uma das temáticas a que foram dedicados numerosos trabalhos. Mas, no contexto das análises que animaram a produção bibliográfica francesa relativa à arquitetura romana, cabe destacar o grande contributo fornecidos pelas escavações de *Lugdunum*, que evidenciaram que a grande maioria da população urbana da Gália viveria em casas fabricadas com terra e madeira, sendo as construções de pedra reservadas a uma população bastante minoritária e privilegiada (Picard, 1981).

Os regionalismos que acabaram por ser constatados na arquitetura doméstica da época imperial na Gália acabariam por demonstrar a necessidade de se proceder a estudos regionais, os quais viriam a evidenciar uma grande diversidade nas soluções construtivas da arquitetura habitacional e uma acentuada reinterpretação local e regional dos modelos arquitetónicos importados da Itália.

A dinâmica das investigações relativas ao tema da casa romana na Gália está bem referenciada na mesa redonda celebrada em Nanterre, em 2008, dedicada ao tema '*La maison urbaine au Haut-empire dans la basin parisien*'. A temática tem sido também objeto de análise no âmbito

da produção de um conjunto de atlas topográficos das cidades de fundação romana, onde abundam os detalhes e particularismos arquitetónicos, nem sempre fáceis de comparar.

A historiografia do estudo das cidades romanas da *Britannia* é igualmente bastante extensa (Hingley, 2007; Willis, 2007), tendo-se centrado na problemática da planificação das cidades (Haverfield,1913) e no desenvolvimento dos seus edificados públicos e privados (Wacher, 1974; 1995; de la Bédoyère, 2003; Wilson, 2003). Também, tal como acontece na Gália, o conhecimento do mundo urbano e das suas arquiteturas é muito devedor dos resultados da Arqueologia Urbana, que se desenvolveu a partir da experiência das escavações realizadas em Londres, na área da City, entre 1946 e 1963, dirigidas por F. Grimes (Carver, 1987), experiência essa alargada, em 1967, a Oxford e, em 1968, a Winchester, onde Martin Biddle dirigiu escavações entre 1962 e 1972.

Entre as cidades romanas que foram objeto de estudo mais aprofundado, sobre as quais sabemos mais relativamente às características da sua arquitetura doméstica, cabe destacar *Venta Belgarum*, atual Winchester (Biddle, 1983), *Corinium Dobunnorum*, atual Cirenchester (McWhirr, 1986), *Camulodunum*, atual Colchester (Faulkner, 1994), *Ratae Corieltauvorum*, atual Leicester (Cooper e Buckley, 2003), ou *Calleva Atrebatum*, atual Silchester (Clarke *et al.*, 2006), cabendo referir também *Verulamium* (Neal, 2003).

No entanto, pese embora o número considerável de cidades conhecidas pela arqueologia, o panorama geral dos estudos sobre a arquitetura doméstica na *Britannia* demonstra uma forte influência do paradigma tipológico, com focagem no tipo de planimetrias e no estudo dos programas decorativos das casas de elite, estando as investigações muito centradas nos primeiros momentos do domínio romano do território. O interesse por esse período e o predomínio da perspetiva de estudos de natureza tipológica, favoreceram uma linha de investigação muito explorada pelos arqueólogos britânicos, baseada no estudo comparativo entre as casas urbanas e as *villae* (Waltheu, 1975), muito embora o interesse pelo último tipo de residências se sobreponha claramente ao que é dedicado à arquitetura doméstica urbana. Esta circunstância viria a determinar um conhecimento mais aprofundado do mundo rural relativamente à diversidade do universo urbano, cujo conhecimento depende bastante do grau de aprofundamento das investigações arqueológicas das cidades de fundação romana. Por outro lado, a variabilidade dos edifícios domésticos que se conhecem na *Britannia* justificou uma sobrevalorização dos estudos dos tipos de casas, muito relacionados com o contexto social dos seus residentes (Perring, 2002).

Os estudos realizados permitem constatar que as investigações tem valorizado alguns períodos cronológicos precisos, de que é exemplo o trabalho de Blagg (1990), que avaliou as casas do século I, estabelecendo uma abordagem comparativa com as construções domésticas romanas conhecidas da Gália. Importa referir que um tema recorrente na bibliografia anglo-saxónica relativa à arquitetura doméstica está representado pelos programas decorativos, muito particularmente pelos mosaicos, tendencialmente analisados em catálogos de âmbito regional (Neal e Cosh, 2009).

O panorama das investigações relativas à arquitetura doméstica dos contextos urbanos no Norte de África representa o resultado das investigações arqueológicas que se desenvolveram, sobretudo, a partir da década de 50 do século XX nalgumas cidades, que genericamente se apre-

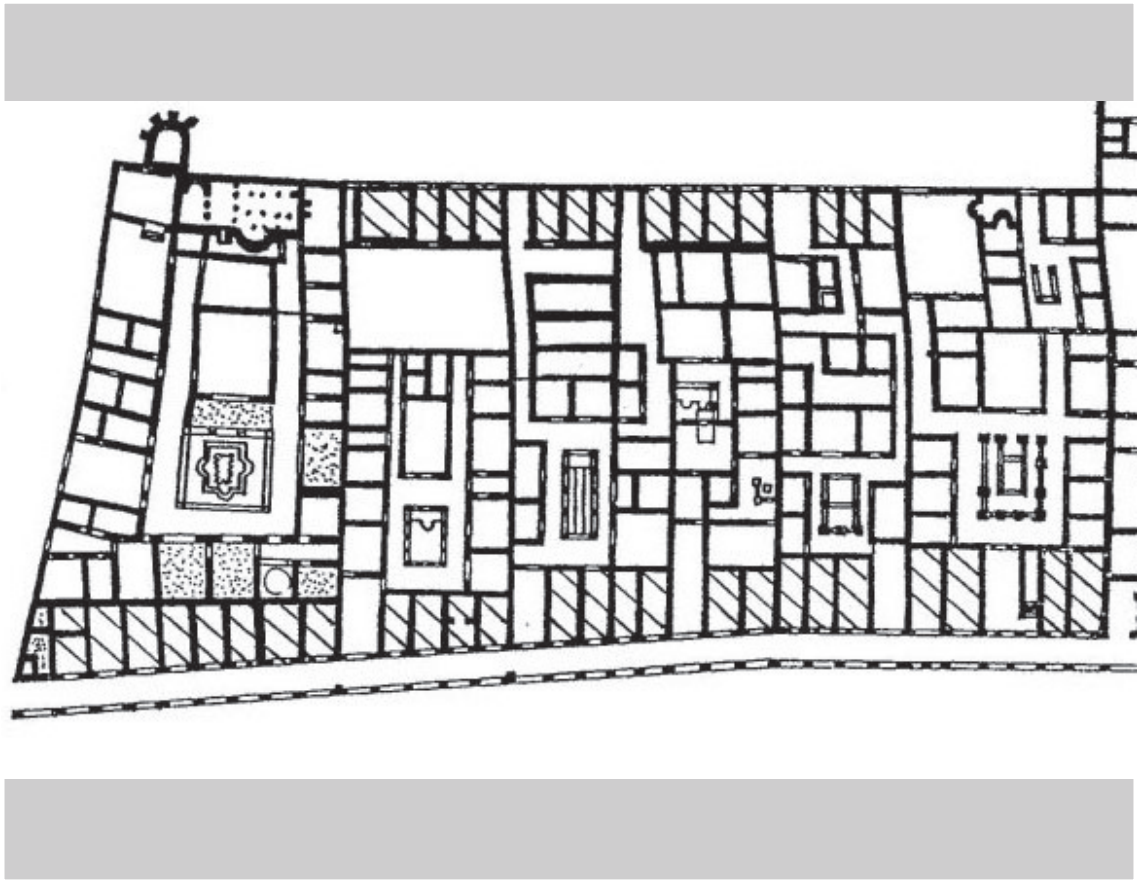


Figura 13. Planta de *Volubilis* na *Mauritania* (Etienne,1960).
Pormenor de casas tardias, com as fachadas ocupadas por lojas. O acesso à casa era ladeado por *tabernae* com um único acesso a partir do exterior, o que pode indicar que essas lojas eram alugadas a terceiros, como rendimento da família.

sentam muito bem conservadas nas zonas de Marrocos, Tunísia e Líbia. Cidades como *Volubilis* (Etiènne, 1960; Panetier, 2002), *Thamusida* (Rebuffat e Hallier, 1970; Rebuffat, 1977), ou *Carthage* (Broise, 2006), representam excelentes exemplos do bom estado de conservação das cidades de origem romana e da sua arquitetura privada, que facultam dados de grande relevância para a compreensão do modo como se realizou a adoção dos modelos de casa romana nas províncias do Norte de África (Fig. 13).

No contexto dos estudos dedicados a esta temática cabe referir os trabalhos desenvolvidos por S. Bullo e F. Ghedini (2003) sobre a atual cidade de Tunes, que valorizaram um conjunto de ideias importantes relacionadas com o contributo da arquitetura doméstica para a formalização da paisagem urbana, os aspetos estruturais e decorativos das casas e os elementos hidráulicos. Também Rebuffat (1969; 1974) avaliou as relações entre espaço, forma, decoração e funcionalidade, valorizando a distribuição dos peristilos e *triclinia* das casas de elite. A articulação entre as construções domésticas e os cenários da vida privada constitui um tópico que interessou alguns investigadores, que tentaram avaliar o estatuto social dos proprietários, a partir de um certo número de indicadores, designadamente das dimensões, tipologias, número de acessos, planimetrias, número de salas de representação, programa decorativo e relação com o centro da cidade (Ghe-

dini, 2015). Este tipo de abordagem permitiu reconhecer que as habitações acolhem múltiplas modalidades de vida privada (Thébert, 2001;Gros, 2006).

1.3 A casa romana na *Hispania*

A historiografia da casa urbana na *Hispania* romana é muito devedora do contributo de A. Balil (1959), que iniciou um longo ciclo de valorização de um tema de investigação, tendencialmente desconsiderado até então nos estudos da romanização da Península Ibérica. Mas o seu contributo estende-se também ao modo como perspetivava a casa urbana romana, pois defendia que ela representava o reflexo das correntes artísticas, mas também de modas e gostos dos seus proprietários, o que sugeria a articulação deste tipo de arquitetura com o nível socioeconómico de quem a mandava construir ou nela residia (Balil, 1959). Na sua perspetiva, a arquitetura privada estava intimamente relacionada com a família, sendo fruto de variadas interações sociais. As suas reflexões punham em causa a ideia de modelos arquitetónicos rígidos, sugerindo conceitos que só viriam a ser desenvolvidos algumas décadas mais tarde por outros investigadores. A sua contribuição estendeu-se também ao plano metodológico, pois defendia um ideário de investigação que passava pela análise das plantas das casas e da disposição dos seus espaços e pela valorização das técnicas construtivas e programas decorativos, uma bem recheada agenda que viria a ser parcialmente desenvolvida nas décadas seguintes, através de vários estudos monográficos publicados na década de 70 do século XX (Balil, 1970; 1971; 1972; 1973; 1974). Nesses trabalhos, A. Balil elaborou sobre a política urbanizadora de Roma e sobre o estabelecimento de fundações *ex novo* e a sua relação com a continuidade de ocupação dos sítios indígenas.

A partir de meados do século XX o avanço dos conhecimentos sobre a arquitetura privada romana hispânica viria a constituir-se como o resultado das escavações em várias cidades. Assim, cabe referir os resultados das intervenções arqueológicas realizadas em *Italica,* que sublinharam a importância da trama viária na organização e regulação dos processos construtivos das casas (García y Bellido, 1964). Várias outras cidades viriam a ser intervencionadas, como *Ampurias* (Santos, 1991), *Celsa* (Beltrán Lloris, 1984), *Bilbilis* (Martín-Bueno, 1991), ou *Baelo Claudia* (Silliè-res, 1991), tendo produzido uma quantidade extraordinária de dados, que, para além dos estudos monográficos, têm permitido o aprofundamento dos nossos conhecimentos relativos à difusão dos modelos de arquitetura itálica na Península Ibérica e à sua regional adaptação e reinterpretação.

O ano de 1988 pode ser considerado um momento importante para o estudo da casa urbana romana, pois foi essa a temática do colóquio que teve lugar em Zaragoza, onde se sintetizaram as problemáticas da investigação sobre a arquitetura doméstica da Hispânia e se questionaram as tendências dominantes na investigação, ainda muito influenciada pelo estudo dos programas decorativos, refletindo uma reduzida percepção da casa enquanto unidade inserida no meio urbano com capacidade para refletir a realidade social (Balil, 1991). Globalmente, pode considerar-se que esse colóquio constituiu um ponto de viragem nas investigações relativas à arquitetura doméstica hispano-romana, habitualmente analisada de forma fragmentária, em termos de técnicas constru-

tivas, decoração, ou organização do espaço, defendendo-se a realização de estudos monográficos. Este objetivo viria a ser atingido com o estudo monográfico da '*Casa dos Delfins*' de *Celsa* (Beltrán Lloris e Mostalac Carrillo, 1994; Beltrán Lloris *et al.*, 1998), um dos trabalhos mais completos sobre a casa hispano-romana, que seguiu de perto as propostas metodológicas elaboradas décadas antes por A. Balil. Outros importantes estudos monográficos foram dedicados a cidades, como *Iuliobriga* (Fernández Vega, 1993), ou a casas específicas, como aconteceu com a '*Casa do Aqueduto*', de *Tiermes*, ou a '*Casa da Fortuna*', de Cartago Nova (Ruiz Valderas, 2001).

Lentamente, o estudo da construção doméstica urbana ganhou um maior relevo no panorama da investigação hispânica, o qual se traduziu na produção de mais estudos monográficos e na tentativa de interpretação dos modelos de casas, das suas morfologias, da sua articulação com a trama urbana e do seu valor social (Beltrán Lloris, 2003). A demonstração deste esforço está bem patente num número considerável de trabalhos de investigação que começaram a surgir desde finais do século passado, dedicados ao tema da casa romana, referentes, quer a cidades específicas, quer a regiões particulares da Península Ibérica. Muitos desses projetos traduziram-se num número significativo de teses de doutoramento defendidas nos últimos 15 anos, que perspetivaram a arquitetura doméstica das diferentes províncias e cidades que compunham a organização administrativa da Hispânia romana no Alto Império. Entre os trabalhos mais relevates podemos citar as teses que foram produzidas por A. Gómez Rodríguez (2006), relativa à *Baetica*, por Paula Uribe Agudo (2008), que se focou na *Tarraconense*, sobretudo nas cidades do quadrante nordeste da Península Ibérica, por Ada Cortés Vicente (2009), que analisou as cidades da Catalunha, por Virgílio Correia (2010), que estudou as casas de *Conimbriga*, por Fernanda Magalhães (2010), que analisou a arquitetura doméstica de *Bracara Augusta*, por Jesus Bermejo Tirado (2011), que estudou as casas do nordeste da Meseta e por A. Corrales Álvarez (2014), relativa à capital da *Lusitania*. Este conjunto de trabalhos reflete um esforço significativo de análise do fenómeno construtivo das casas romanas, percebido como um sistema, que procura tirar partido dos restos arquitetónicos, decorativos e da cultura material, pensados na sua globalidade e na sua intrínseca relação com o espaço urbano.

Sendo certo que os dados da Arqueologia Urbana peninsular contribuíram de forma significativa para o conhecimento de muitas cidades romanas, de que são exemplo as capitais provinciais *Augusta Emerita*, *Tarraco*, *Cordoba*, ou a mais vasta rede de cidades que desempenharam funções de capitais conventuais, é indiscutível que os conhecimentos derivados das intervenções arqueológicas realizadas em meio urbano revelam notáveis dificuldades comparativamente ao estudo daquelas que foram descontinuadas. Sem dúvida que o modo como se desenvolve a Arqueologia Urbana é em grande medida responsável pelo carácter fragmentário dos dados relativos às habitações, que tornam muitas vezes difícil, senão mesmo impossível, valorizar a planimetria das habitações e a sua evolução ao longo de séculos da sua ocupação. Mas, importa também reconhecer que grande parte dos dados facultados pelas intervenções arqueológicas realizadas em meio urbano permanecem ainda por valorizar, não tendo algumas sido objeto de qualquer interpretação, nem espacial, nem cronológica. Trata-se de um dos dramas maiores da Arqueologia Urbana, mais

preocupada em libertar os solos da sua carga patrimonial do que em compreender a evolução das cidades em que atua. Esta será porventura uma pesada fatura que teremos que pagar no futuro, uma vez que estão por estudar centenas de intervenções arqueológicas realizadas no âmbito da arqueologia preventiva, das quais restam por vezes apenas alguns relatórios, que pouco adiantam sobre os vestígios encontrados.

Por isso, reconhece-se o grande interesse em continuar a aprofundar o tema da arquitetura privada romana, nas cidades da Hispânia romana, as quais continuam a carecer tanto de estudos monográficos, como temáticos. O nosso trabalho constitui uma modesta contribuição para essa agenda, sobretudo no âmbito da investigação temática, ainda que procure avaliar, de forma aprofundada, os dados disponíveis sobre as casas de *Bracara Augusta*, representando um desenvolvimento do estudo que realizámos entre 2009 e 2010 no âmbito da nossa tese de Mestrado em Arqueologia.

2 Contextualização histórica e geográfica: o NO peninsular

2.1 O contexto histórico dos finais da Idade do Ferro: as especificidades regionais

O NO peninsular foi uma zona tardiamente integrada no Império, o que aconteceu no fim das Guerras Cantábricas, a partir de 19 a.C., ainda que parte do seu território mais meridional tenha passado a estar sob controlo de Roma desde a campanha de *Decimus Iunius Brutus*, em 137 a.C. Esse precoce contacto da região galaico bracarense com as tropas romanas justificou a particular evolução da área ocidental situada entre Douro e Minho, ao longo do século I a.C., a qual passou a beneficiar de uma forte influência mediterrânica, que viria a afetar o desenvolvimento do povoamento e da organização socioeconómica daquele território. Na verdade, é aí que se reconhece, ao longo do século I a.C., o desenvolvimento de grandes povoados tipo *oppida*, que funcionaram como lugares centrais (González-Ruibal, 2006-2007; Cruz, 2015), alguns dos quais permaneceram ocupados ao longo do século seguinte, como aconteceu com a bem conhecida Citânia de Briteiros (Cruz, 2018), o Castro do Monte Padrão (Moreira, 2009), a Citânia de Sanfins (Silva, 1999), ou o povoado de Monte Mozinho (Silva, 1986).

Terminadas as Guerras Cantábricas, a partir de 19 a.C., foi necessário proceder a uma reorganização administrativa da Hispânia, o que implicou a criação de novas províncias e de cidades dotadas de estruturas sociais e políticas passíveis de consolidar a presença romana na região e facilitar a integração das populações indígenas que habitavam o seu heterogéneo território. Foi nesse contexto político que se inseriu a estratégia de fundação das cidades de *Bracara Augusta, Asturica Augusta* e *Lucus Augusti*, apesar de sabermos hoje que os eventos associados à sua implantação física e ao seu povoamento podem ter conhecido algum desfasamento cronológico (Martins *et al.*, 2018), uma óbvia consequência das especificidades culturais dos territórios em que viriam a ser implantados os novos núcleos urbanos, aspeto que tem vindo a ser bastante sublinhado por Manuela Martins (2012; 2015; 2017a). Na verdade, sendo inquestionável que o programa de urbanização empreendido por Augusto no NO da Hispânia representou um poderoso meca-

nismo de transformação do território e dos seus modelos de ocupação e um importante contexto de aculturação das populações indígenas, é igualmente verdade, à luz dos dados arqueológicos disponíveis, que o universo cultural pré-romano das regiões da *Gallaecia* e *Asturia* pouco tinha em comum. Em parte, as assimetrias culturais dessas regiões poderão constituir uma consequência do diferencial contacto que tiveram com os territórios mais romanizados do sul da Península, cuja evolução muito deve ao processo de conquista romana da Hispânia e ao progressivo controlo do território que ia sendo integrado (Fabião, 2009).

Por isso, na hora de analisar a problemática do arranque do urbanismo romano no NO peninsular importa ter em conta o contexto e as contingências do processo da integração desta região no Império, cuja história se diferencia da de outras regiões hispânicas. Com efeito, poderíamos considerar a existência de três momentos distintos no processo de controlo e conquista do NO peninsular, cobrindo uma cronologia entre 137 a.C. e o fim das Guerras Cantábricas, em 19 a.C. O primeiro momento está representado pela campanha de *Decimus Iunius Brutus*, de 137 a.C., o segundo pela expedição de César a *Brigantium*, cerca do ano 60 a.C., destinada a garantir a segurança da rota atlântica e o terceiro pelas Guerras Cantábricas, que ultimaram a longa conquista romana da Península Ibérica. Dos três momentos é indiscutível a importância do primeiro para a diferenciada evolução da região galaico bracarense. Com efeito, a campanha de 137 a.C. teve como consequência a integração das terras situadas entre Douro e Minho na órbita económica romana, ainda que sem presença militar, o que garantia um poderoso estímulo às rotas de comércio atlântico (Tranoy, 1981: 126-132; González Ruibal, 2006-2007: 512-541; Morais, 2007a; 2007b). O alcance desta integração, bem como os seus efeitos nas comunidades indígenas que habitavam os territórios entre os dois rios, sobretudo nas que ocupavam a região mais ocidental, mais diretamente envolvidas no comércio com o sul da Península, poderão explicar boa parte da especificidade cultural e sociopolítica da região da *Callaecia* bracarense e o seu particular desenvolvimento nos dois últimos séculos do I milénio a.C. (Silva 1986; Martins, 1990). É essa especificidade que justifica o invulgar contexto fundacional da cidade de *Bracara Augusta*, muito marcado pelo protagonismo das elites indígenas dos castros da região bracarense (Martins e Carvalho, 2016; 2017; Martins *et al.,* 2017a).

É hoje genericamente aceite que o precoce contacto da região ocidental da área galaico bracarense com as tropas romanas e a sua aparente pacificação, terão constituído fatores determinantes na reorganização do povoamento da região ocupada pelos *Callaeci*, o primeiro dos *populi* com que *Decimus Iunius Brutus* se terá enfrentado, em 137 a.C., que Paulo Orósio (V, 5, 12) sugere ter sido dizimado, apesar de ter convocado 60.000 combatentes para enfrentar as tropas romanas. No entanto, a arqueologia não documenta qualquer descontinuidade de ocupação da região que terá sido objeto dos confrontos entre indígenas e romanos, assinalando antes que ela conheceu um claro processo de desenvolvimento socioeconómico, associado à reorganização dos povoados indígenas, que passaram a estruturar-se numa rede hierarquizada ao longo do século I a.C. (Martins, 1990; Carvalho, 2008; Martins e Carvalho, 2016). Esta dinâmica de desenvolvimento do território situado na fachada ocidental da região entre Douro e Minho está certamente

associada à afirmação de uma nova identidade cultural na *Callaecia* bracarense, bastante distinta das que caracterizam as regiões mais setentrionais e interiores do NO peninsular (Gonzalez Ruibal, 2006-07; Carvalho, 2008). Com efeito, este território possui traços culturais distintivos, particularmente percetíveis na estruturação de um povoamento claramente hierarquizado, encabeçado por *oppida*, que oferecem características urbanas particulares, designadamente ao nível da organização ortogonal das áreas residenciais dos povoados, bem como elementos culturais diferenciadores, como seja a prática de colocar estátuas de guerreiros em pontos destacados das muralhas (Martins, 2016). Estas características parecem claramente associadas a processos de afirmação identitária das comunidades, associados a uma elite emergente, que se afirmava igualmente através da utilização de uma linguagem decorativa própria, presente na ornamentação dos balneários rituais e das portas de algumas casas (Silva, 1999).

Face aos dados disponíveis parece aceitável pensar que o protagonismo assumido pelas elites indígenas na estrutura social de *Bracara Augusta* constitui o resultado da evolução que essas mesmas elites terão conhecido no último século antes da nossa era, ao longo do qual se foram afirmando, num contexto de competição entre pares, que teve como pano de fundo um conjunto de bens transacionados através da rota atlântica e influências de novos modos e estilos de vida, designadamente quanto à forma de se organizarem, construírem, produzirem e consumirem.

2.2. A organização administrativa e a fundação das capitais conventuais

Bracara Augusta será porventura a cidade do NO peninsular melhor conhecida quanto ao seu enquadramento pré-romano (Martins, 1990; Carvalho, 2008), dispondo-se igualmente de uma boa base arqueológica para a caracterização do território no período romano, ou seja, ao longo dos séculos de organização e desenvolvimento da cidade (Carvalho, 2008; 2013; Martins e Carvalho, 2016). Neste contexto é possível compreender as dinâmicas que presidiram à fundação da cidade, bem como os impactos decorrentes da sua criação, situação que não tem uma necessária correspondência nos territórios da *Callaecia Lucence* e *Asturia,* onde foram fundadas as cidades de *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta.*

Graças ao conteúdo da *tabula* de bronze de Bembibre, datada do ano 15 a.C., sabemos que as regiões de *Asturia* e *Callaecia* se encontravam nessa data integradas na província Transduriana, supostamente criada no ano 25 a.C., ainda que o seu efetivo funcionamento possa situar-se um pouco mais tardiamente, por volta do ano 22 a.C., por ação de *L. Sestio Quirinal* (Villanueva Acuña, 2011). No entanto, a vida dessa província foi bastante curta, tendo os territórios do NO ibérico acabado por ser integrados na Citerior (Villanueva Acuña, 2016), ainda durante a última estadia ocidental de Augusto, durante a qual se terá ultimada a *divisio* provincial da Hispânia, a organização da malha conventual (Salinas de Frias, 2001; Dopico Caínzos, 1986; 1988; 2009) e a promoção e criação de novas *civitates*, entre as quais se incluem os três novos núcleos urbanos do NO peninsular, que terão a função de capitais de conventos jurídicos. No entanto, o estatuto jurídico das três capitais conventuais é ainda problemático, pois não existe documentação escrita que o elucide. A circunstância de outros centros urbanos de menor importância política terem sido

objeto de promoção municipal na época flávia justificou mesmo a sugestão, feita por Patrick Le Roux, de que as três cidades fundadas por Augusto no NO peninsular possam ter usufruído do direito latino desde a sua criação (Le Roux, 1994; 2004).

Apesar do significativo avanço nos conhecimentos relativos ao contexto da conquista e integração do NO no mundo romano, resultante sobretudo de novos dados epigráficos e arqueológicos, importa notar que a profundidade do que se sabe relativamente às três capitais conventuais é muito desigual, sendo difícil esboçar um quadro comparativo dos modelos de organização das três cidades, quer no que respeita ao urbanismo e arquitetura, quer no que se refere à sua relação com o território, ou à sua diferenciada composição social. Também os dados referentes à cronologia das três fundações urbanas deixam perceber contextos algo diferentes em termos organizacionais. Assim, o cruzamento de dados epigráficos e arqueológicos de *Bracara Augusta* demonstra a sua clara origem civil e um povoamento anterior à transição da Era, estando a cidade já ocupada anteriormente a 3/2 a.C., momento em que os bracaraugustanos homenagearam Augusto, no dia do aniversário de *Paulus Fabius Maximus* (Martins e Carvalho, 2016; 2017). Já a cronologia do arranque do povoamento e urbanização de *Lucus Augusti* é bastante mais controversa, o mesmo ocorrendo com a interpretação da origem do novo aglomerado, devido às parcas evidências arqueológicas disponíveis (Villanueva Acuña, 2016). Com efeito, é ainda discutida a natureza civil ou militar do núcleo urbano (Palao Vicente, 2016, 97; Morillo Cerdán, 2016: 65), sendo igualmente difícil precisar o início do arranque do seu povoamento, tendo por base os dados epigráficos e arqueológicos conhecidos. Na verdade, as estelas que referem *Paulus Fabius Maximus*, que deverão datar do momento da visita do legado ao NO peninsular, em torno de 3/2 a.C., com base no conteúdo epigráfico do monumento de Braga, não servem para balizar diretamente o arranque da ocupação de *Lucus Augusti* nesse momento, conforme tem sido sugerido por vários autores (Vilanueva Acuña, 2016). Por sua vez, os dados arqueológicos disponíveis para *Asturica Augusta* apontam claramente para uma datação mais tardia do núcleo urbano, entre os anos 15-20, o qual terá sucedido a um acampamento da *Legio X Gemina* (Sevillano Fuertes, 2014). Este encontra-se bem representado na área arqueológica conhecida por 'Casa do Pavimento de *opus signinum*', onde se detetaram restos de estruturas no formato de trincheiras, igualmente observadas na borda da escarpa noroeste da colina, onde foi identificado um duplo fosso de tipo *fossae fastigatae* (Sevillano Fuertes, 2014)

Esta discrepância de situações relativas às fundações urbanas de Augusto no NO hispânico revela a necessidade de se contextualizarem os dados históricos com os contributos fornecidos pela Arqueologia Urbana, tarefa que nem sempre é fácil, dada a distinta natureza das fontes em causa. No entanto, a arqueologia é fundamental na hora de datar e caracterizar o modo como se processou o povoamento e se materializaram espacialmente as novas cidades, sendo imprescindível valorizar os vestígios arqueológicos para precisar cronologias e inferir os modelos que podem ter ajudado a dar expressão espacial e territorial às novas fundações.

2.3. O conhecimento arqueológico das cidades do NO: os dados e os problemas

O registo arqueológico disponível para as três cidades, fundadas Augusto no NO peninsular, documenta consideráveis diferenças na arquitetura das casas conhecidas, pois, ainda que se inspirem nos mesmos modelos itálicos, elas constituem o resultado de complexos processos de reinterpretação por parte das elites que as encomendaram, mas também dos próprios arquitetos que propunham as soluções formais para os gostos e vontades dos encomendadores, as quais tinham que ter em conta as questões de natureza topográfica e as matérias-primas que seriam utilizadas (Ribeiro, 2011). Todos estes aspetos influenciavam a planta e organização interna das casas, justificando que a sua morfologia fosse assaz variada, apesar de todas poderem dispor do mesmo tipo de espaços. Também a natureza do corpo cívico das cidades terá pesado no tipo de organização das habitações, uma vez que elas traduziam o nível de maior ou menor de emulação competitiva entre os diferentes segmentos das respetivas elites.

No entanto, na hora de comparar os dados relativos à arquitetura doméstica das três capitais de conventos do NO peninsular, o nosso problema principal reside na natureza bastante desigual da informação disponível, que dificulta abordagens comparativas. Na verdade, os dados disponíveis, para além de bastante fragmentários, encontram-se pouco divulgados e sistematizados e também muito pouco interpretados pelos investigadores que os escavaram. Sendo estas características muito comuns no âmbito das cidades descobertas pela Arqueologia Urbana, importa referir, contudo, que a falta de informação sobre as *domus* de *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta* é bastante paradoxal, considerando a amplitude dos trabalhos arqueológicos realizados nas duas cidades ao longo das últimas três décadas.

2.3.1 Bracara Augusta

Os conhecimentos disponíveis sobre o urbanismo e arquitetura de *Bracara Augusta* representam o resultado de mais de quatro décadas de escavações, realizadas na área urbana de Braga desde 1976, enquadradas no âmbito de um projeto de salvamento e de investigação liderado pela Universidade do Minho (Martins, 2014), cujos objetivos foram sendo sucessivamente revistos e ampliados, contemplando a restituição da malha urbana fundacional (Martins e Delgado, 1989-90; Martins, 2009; Martins *et al.*, 2017a), o estudo da arquitetura pública (Silva, 2000; Martins 2005; Ribeiro, 2011; Martins *et al.*, 2013; 2015) e da arquitetura privada (Martins, 1997-98; Silva, 2000; Magalhães, 2010; Ribeiro, 2011; Silva, 2013; Torres, 2014). O avanço nos conhecimentos permitiu ir sistematizando os dados e melhorando os processos interpretativos dos vestígios obtidos, quer em intervenções arqueológicas preventivas, quer em escavações realizadas em áreas protegidas da cidade, cujo ritmo de intervenção e resultados se revelaram muito importantes para a compreensão do urbanismo e da arquitetura da cidade romana (Ribeiro, 2011). Neste último caso, cabe referir as grandes áreas arqueológicas da Colina da Cividade, intervencionada desde 1976, onde se encontram umas termas públicas (Martins, 2005), anexas a um teatro, descoberto em 1999, ainda não totalmente escavado (Martins *et al.*, 2013; 2015), local que tem vindo a ser

paulatinamente intervencionado, com resultados surpreendentes, quer no que respeita à ocupação prévia à construção do teatro, quer articulada com a fase posterior à desafetação do edifício de espetáculos, datada entre o século V/VII (Martins *et al.*, 2015).

Sabemos que a ocupação de *Bracara Augusta* se iniciou nos finais do século I a.C., tendo por base os enterramentos conhecidos da necrópole da Via XVII (Braga, 2010; 2018) e a ocupação das áreas envolventes do *forum*, na primeira metade do século I, sobre o qual pouco se conhece (Martins *et al.*, 2017b). Na verdade, são desconhecidas as características construtivas associadas a uma primeira fase de utilização dos quarteirões que, a partir de meados do século I começam a ser sistematicamente ocupados por *domus* (Martins *et al.*, 2012: 39-44). Assim, apesar do escasso número de indícios relativos às construções dos primeiros anos da cidade não temos dúvidas quanto ao seu precoce povoamento, bem documentado pelos materiais indígenas e importados, sempre presentes nos diferentes quarteirões conhecidos da cidade (Morais, 1997-98; Morais *et al.*, 2013; 2014), bem como pela epigrafia que dá conta da presença de cidadãos romanos que negociavam em Braga, na época de Cláudio e que homenageiam *C. Caetronius Miccio* (Morais, 2005).

Após esse momento de arranque da urbanização de *Bracara Augusta*, relativamente mal conhecido, mas que estará articulado com atividades no *forum* e a construção de um edifício público, conhecido na Colina da Cividade (Martins, 2005), os dados arqueológicos permitem constatar um período de consolidação urbana, a partir de meados do século I. Com efeito, poderá datar desse período a construção das primeiras casas de pedra que ocupam os quarteirões residenciais, sendo esse também o momento em que se terá construído o sistema de saneamento da cidade, representado pelas grandes cloacas construídas sob os dois eixos principais da cidade, infraestrutura indispensável ao escoamento das águas dos quarteirões limítrofes das ruas, onde se ergueram algumas da *domus* analisadas na parte II deste trabalho. Existem ainda múltiplos vestígios de outras casas reconhecidas com base nas escavações de vários setores da cidade, sendo de destacar a do claustro do Seminário de Santiago, a do Largo de S. Paulo, bem como vestígios residuais de outras situadas em diferentes quarteirões localizados no quadrante sudeste da cidade, nos chamados 'terrenos da Misericórdia', escavados nos anos 90 do século passado e recentemente objeto de valorização interpretativa (Fernandes, 2018).

Globalmente, sabemos que entre os flávios e meados do século II todos os quarteirões da cidade se encontravam extensamente construídos e ocupados (Martins *et al.*, 2017b), sendo possível considerar que a arquitetura doméstica da cidade está maioritariamente representada por *domus,* as quais, ou ocupavam a totalidade da área dos quarteirões, ou áreas equivalentes a metade dos mesmo, conforme demonstrámos na parte II deste trabalho. Sabemos também que todas as casas conhecidas conheceram processos de remodelação mais ou menos extensos, entre finais do século III/inícios do IV, os quais tornaram as casas mais sofisticadas, tendo algumas sido dotadas de banhos privados (Magalhães, 2010; 2013; Magalhães e Martins, 2018).

A partir do século V as *domus* sofrem um processo de desarticulação dos seus espaços, que põe fim ao seu uso como unidades domésticas pertencentes a uma única família, reconhecendo-se em várias zonas arqueológicas processos de subdivisão dos espaços e um uso diferenciado

dos mesmos, aspetos que sugerem a reconfiguração do modo de ocupar o espaço doméstico (Martins *et al.*, 2016), típica do período suevo-visigótico um pouco por toda a Península Ibérica (Perich e Roca, 2014).

2.3.2 Lucus Augusti

A partir de 1986 a cidade de Lugo foi objeto de um número muito significativo de trabalhos arqueológicos de carácter preventivo, os quais viriam a revelar muitos dos traços distintivos da cidade romana de *Lucus Augusti*, No entanto, a considerável acumulação de resultados das intervenções arqueológicas realizadas, que permitiu elaborar vários estudos e trabalhos de divulgação, não tem sido acompanhada por um esforço de valorização interpretativa do urbanismo e da arquitetura da cidade romana nas suas diferentes fases. Na verdade, a grande maioria das publicações disponíveis retratam uma realidade urbana e arquitetónica já muito influenciada pela construção da muralha tardia (AA. VV., 1995; González Fernández e Carreño Gascón, 1998; Rodríguez Colmenero e Carreño Gascón, 1999). Neste contexto, pode afirmar-se que os conhecimentos disponíveis sobre a evolução do urbanismo de *Lucus Augusti* estão bastante menos sistematizados do que aqueles que podem ser hoje apontados para *Bracara Augusta*, o que em parte se deve à relevância que a muralha romana, construída entre finais do século III/inícios do IV, adquiriu no cômputo das investigações arqueológicas de Lugo, facto que não será alheia a circunstância daquela infraestrutura defensiva constituir um exemplar de património classificado pela Unesco.

Os dados arqueológicos disponíveis documentam que a cidade só terá alcançado o seu apogeu entre finais do século I e meados do II, no que não se distingue de *Bracara Augusta*, onde os edifícios públicos conhecidos, concretamente umas termas e um teatro constituem uma realidade datável entre finais do século I/inícios do II (Martins, 2005; Martins *et al*, 2013; 2015) e onde as *domus* mais antigas deverão ter começado a surgir apenas a partir de meados do século I, tendo a época flávia correspondido a um momento de grande expansão da urbanização dos quarteirões (Magalhães, 2010; Martins *et al.,* 2012), estimando-se que o século II tenha correspondido ao momento de máxima expansão construtiva da cidade. Este poderá ser também o caso de Lugo, muito embora os dados disponíveis para esta cidade careçam ainda de ser convenientemente valorizados em conjunto.

Ao contrário de *Bracara Augusta*, onde as elites parecem relativamente homogéneas, em termos de capacidade de investimento nas suas casas, sabemos que em *Lucus Augusti* terá residido uma elite de funções, com exigências mais significativas em termos do luxo das casas que ocupavam. Entre os elementos da elite da cidade estaria um *tabularium*, sinalizado no *corpus* epigráfico lucense, com uma possível função vinculada ao *procurator Asturiae et Callaeciae,* o qual constituiria certamente apenas um dos membros da administração provincial, que deve ter circulado por terras do NO peninsular, no âmbito da gestão das regiões mineiras do interior do território.

Apesar do elevado número de escavações e acompanhamentos arqueológicos que tiveram lugar na área urbana de Lugo pouco se sabe sobre a planimetria da cidade romana, designadamente quanto à estrutura dos seus quarteirões, ou à organização dos eixos viários, sendo igual-

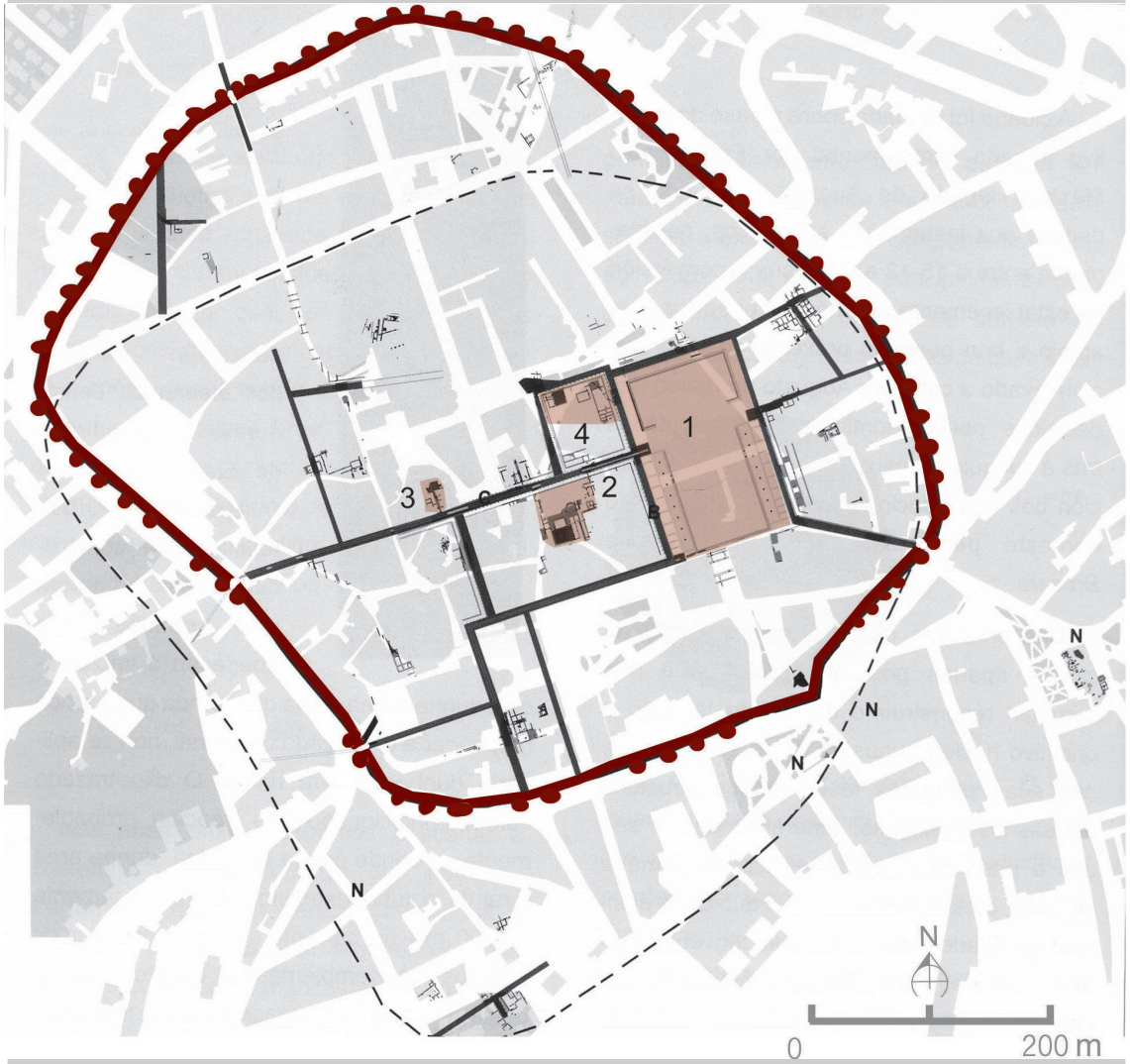


Figura 14. Planta de *Lucus Augusti* com a muralha baixo imperial (Elaborada a partir de González Fernández, 2005: 26). 1. *forum;* 2.' *Domus Oceani;* 3. '*Domus* do Mosaico de Dédalo e *Pasifae*'; 4. '*Domus* da *Insula* de Santo Domingo'.

mente reduzidas as informações relativas aos edifícios públicos e privados da cidade (Martins *et al.*, 2018). Com efeito, apesar de se reconhecer um grande dinamismo construtivo na cidade do Alto Império, momento de implantação de várias infraestruturas urbanas e da construção de equipamentos públicos (González Fernández, 2005: 27), não se conhece a planta completa de

nenhum deles, o que dificulta a sua interpretação funcional e a sua comparação com a restante arquitetura pública do NO peninsular.

Vários autores sublinham que a cidade terá conhecido um importante fulgor construtivo, nos finais do século III, o que terá determinado importantes alterações urbanísticas que afetaram tanto os edifícios públicos como privados, os quais terão sofrido importantes remodelações (González Fernández, 2005:29). No entanto, os dados disponibilizados pelos investigadores para documentar esses processos são bastante diminutos, facto que dificulta a caracterização dos edifícios e a sua comparação com outros da mesma tipologia. As *domus* de Lugo não escapam a esta situação, sendo difícil perceber a natureza das transformações que sofreram, mas sobretudo a sua morfologia original. Contudo, se faltam dados planimétricos sobre as casas romanas de Lugo, o que é indiscutivelmente um problema, que decorre dos constrangimentos da própria investigação, são relevantes os dados que se reportam aos programas decorativos das casas, sobretudo de época tardia. Assim acontece com a *'domus Oceani'* que terá ocupado um quarteirão da cidade, sendo delimitada, por quatro ruas (González Fernández, 2005: 50) (Fig. 14). Uma reforma tardia da casa terá determinado uma profunda remodelação dos seus compartimentos, a qual contemplou a implantação de um balneário privado na ala setentrional, bem como a construção de um luxuoso *oecus,* que foi pavimentado com um mosaico ornamentado com imagens de fauna marinha e uma representação do deus *Oceanus.* Esta sala era acedida através de uma antessala, a qual também se encontrava revestida com mosaicos, em que figuravam representações de cavalos (González Fernández, 2005: 72-75, 91-94).

Para além dos mosaicos da '*domus Oceani'* são conhecidos outros mosaicos de Lugo, todos datados entre finais do século III e o século IV, documentados noutras habitações da cidade, das quais se desconhecem as plantas. Assim acontece com a 'Casa da *Insula* de Santo Domingo' e a '*Casa do Mosaico de Dédalo e Pasifae*', onde foram representadas cenas do relato mitológico das personagens gregas que deram o nome à casa (Nicolás Pedraz, 1998: 412) (Fig. 14). No entanto, desconhecem-se as características dessas casas numa presumível fase alto imperial, bem como a morfologia que assumiram entre o século III e IV, momento que parece ter correspondido ao auge da cidade, bem representado pelos exemplares de *domus* conhecidas até ao momento. Apesar do desconhecimento das suas dimensões e características evolutivas elas confirmam o luxo das residências que se situariam em redor da área do *forum,* da mesma forma que sugerem um elevado estatuto e posição social dos seus proprietários. O mesmo se pode dizer da '*domus do Mitreo'*, na qual foi identificada uma fase alto imperial, mal conhecida, a que sucedeu uma fase tardia, em que a *domus* passou a ter dois pisos, reconhecendo-se um pátio empedrado em torno do qual se estruturam diferentes espaços. Tanto pelas suas dimensões, como pelo programa decorativo, esta casa revela que o seu senhor possuiria um elevado estatuto social, conforme parece confirmado pela construção de um *mithreum*, datado dos inícios do século III, integrado na casa, onde se encontrou uma ara com uma inscrição dedicada a Mitra por um centurião da *Legio VII Gemina*, chamado *G. Victorius Victorinus,* A casa foi destruída nos inícios do século IV, para a construção da muralha tardia, que implicou a criação de um *intervallum,* constituído por uma



Figura 15. Malha urbana de *Asturica Augusta* com a definição das principais *domus*. 1. 'Casa dos Denários'; 2. 'Casa das Pinturas Pompeianas'; 3. 'Casa do Grande Peristilo'; 4 . 'Casa do Mosaico do Urso e dos Pássaros'; 5. 'Casa do Pavimento em *opus signinum*'; 6. 'Casa das Colunas Pintadas'; 7. 'Casa da Muralha '(Elaborada a partir de Burón Álvarez, 1997: 20).

calçada que viria a ocupar parte da anterior habitação, garantindo-se a preservação do edifício de culto, que se terá mantido em utilização até cerca de 320/350 (Rodríguez Cao, 2011: 20-27).

2.3.3 Asturica Augusta

À semelhança do que acontece com Braga e Lugo devemos o essencial das informações referentes ao urbanismo e à arquitetura da cidade de *Asturica Augusta* à Arqueologia Urbana, que se consolidou em Astorga a partir de 1984, a qual permitiu demonstrar que a cidade teve origem num acampamento de uma unidade militar da *Legio X Gemina,* datado dos anos 15-10 a.C., o qual viria a ter uma curta duração (Sevillano Fuertes, 2014: 16). Na verdade, no início do reinado de Tibério, a configuração do espaço físico ganhou corpo de cidade, com a fixação de um traçado ortogonal, que serviu de matriz à construção de edifícios públicos e privados. Este traçado tem vindo a ser precisado pela arqueologia, tendo-se valorizado para o efeito a rede de cloacas que passavam sob as ruas romanas.

Tendo por base os conhecimentos disponíveis admite-se que os primeiros edifícios da cidade são anteriores ao ano 35 e que a área urbana conheceu uma grande remodelação entre os reinados de Cláudio e Vespasiano (Sevillano Fuertes, 2014: 31-37), o que não deixa de ser bastante coincidente com o que se conhece para as outras capitais de conventos do NO peninsular, onde se constata um processo de intensificação do desenvolvimento urbanístico a partir de meados do século I, bastante percetível em *Bracara Augusta*, a partir dos finais da primeira centúria (Martins *et al.,* 2017b).

A importância administrativa de *Asturica Augusta*, enquanto capital de convento jurídico, associada ao seu protagonismo na exploração aurífera estatal do território, determinou a monumentalidade das construções que têm vindo a ser reveladas pela arqueologia ao longo dos últimos 30 anos. Importa igualmente sublinhar o carácter particularmente luxuoso das *domus* que são conhecidas até ao momento, que parecem ter servido de residência a uma elite de funções, bem documentada no expressivo *corpus* epigráfico de Astorga, que dá conta do tipo de personagens que devem ter ocupado as ricas *domus* da cidade. Na realidade, importa considerar que *Asturica Augusta* constituía a base territorial para o controlo económico das minas de ouro do NO peninsular, exercido por parte do pessoal adscrito ao questor que administrava os interesses económicos do *fiscus*, ou caixa imperial na província da Tarraconense. É provável que alguns dos traços particulares do urbanismo de *Asturica Augusta,* como acontece com o pouco canónico *forum*, possam ser relacionados com a preponderância na cidade de pessoal militar, encarregado de supervisionar o controlo da exploração do ouro.

Até ao momento, as intervenções arqueológicas permitiram registar um bom número de edifícios de carácter doméstico, ainda que não se conheça a planta integral de nenhum deles. Algumas *domus* dispõem de luxuosos programas decorativos com estuques e mosaicos, distribuindo-se em volta do *forum,* à semelhança do que parece acontecer em Lugo, onde os quarteirões envolventes do *forum* foram ocupados com ricas casas, também elas profusamente decoradas. Presumindo-se que ocupassem quarteirões inteiros, essas casas agregavam estabelecimentos co-

merciais e artesanais, que se dispunham na parte baixa e que estariam abertos aos pórticos, conforme se confirma nalguns dos exemplares de habitações conhecidas (Burón Álvarez, 2006: 301).

As *domus* escavadas de *Asturica Augusta* partilham entre si uma composição estrutural semelhante, com áreas abertas e pórticos envolventes, organizadas no estilo itálico de *atrium* e *peristylium* (Burón Álvarez, 2006: 301). Este tipo de habitações encontra-se na parte central e no extremo-oriental da cidade, sendo de destacar a designada 'Casa dos Denários' (Cuervo Álvarez, 2014: 84), a 'Casa das Pinturas Pompeianas' (Burón Álvarez, 2006: 303), a 'Casa do Grande Peristilo' (García Marcos e Vidal Encinas, 1996: 928), a 'Casa da Muralha*', a* 'Casa do Mosaico do Urso e dos Pássaros' (García Marcos e Vidal Encinas, 1996: 933) e a 'Casa do Pavimento de opus signinum'(Cuervo Álvarez, 2014: 84). Uma outra *domus*, conhecida como 'Casa das Colunas Pintadas', está localizada na parte oeste do antigo acampamento militar (Fig. 15).

De um modo geral a cronologia das *domus* de Astorga situa-se maioritariamente a partir do século II (Romero Vera, 2016: 59). Assim acontece com a 'Casa do Pavimento de opus signinum*',* localizada nas imediações do *forum*, que documenta uma fase de ocupação dos finais do século II/inícios do III, associada à pavimentação dos corredores em redor do peristilo, a qual revela mosaicos policromados com motivos geométricos (Burón Álvarez, 2002: 265-266). Também a 'Domus das Pinturas Pompeianas' está datada do século II (Romero Vera, 2016: 59), o mesmo acontecendo com a 'Domus do Grande Peristilo*',* construída nas imediações das Termas Maiores (Romero Vera, 2016:59). Apenas a 'Domus da Muralha' parece ter possuído uma fase de ocupação anterior ao século II, datada do século I, tendo sido arrasada para dar lugar a uma casa mais sofisticada, que integrava um balneário privado, com amplas áreas de banho e que foi objeto de um sofisticado programa decorativo (Romero Vera, 2016: 59).

Julgamos poder deduzir dos dados relativos às *domus* de *Asturica Augusta* que faltam informações sobre as casas construídas no século I, certamente mais modestas do que as que foram erguidas no século seguinte, momento de grande prosperidade económica do NO peninsular, mas também de auge da exploração aurífera do território que terá suportado o enriquecimento de *Asturica Augusta* e talvez também de *Lucus Augusti*. A temporária fixação em *Asturica* de agentes destacados do governo provincial, cujos nomes são revelados pelo *corpus* epigráfico, que atesta a presença na cidade de importantes personagens políticos e militares, integrados na ordem senatorial e equestre (*Praeses Provinviae, Legati Iuridici e Procuratores Augusti*), poderá justificar as luxuosas *domus* que foram construídas nos séculos II/III, cuja dimensão e organização morfológica são desconhecidas. Estas sumptuosas habitações terão entrado em processo de abandono ainda no século III, momento que coincide com o início da decadência da cidade, que pode ser justificada pelo fim da exploração mineira do ouro, facto que terá deixado de exigir a presença na cidade de uma elite de funções ligada à gestão daquele importante recurso.

3 Problemática e objetivos do estudo

Acompanhando a evolução do domínio romano da Hispânia, após a II Guerra Púnica,

havia-se registado, ao longo dos séculos II/I a.C., a fixação nos territórios conquistados quer de mercadores, quer de populações oriunda da Itália, que contribuem, de forma marcante, para a disseminação dos modelos de casa itálicos, reinterpretados nos novos contextos, onde se regista o abandono de expressões arquitetónicas anteriores. Assim, a tardia integração do NO peninsular na administração romana, realizada apenas nos finais das guerras cantábricas, a partir de 19 a.C., ocorre num momento em que os modelos e as tipologias de casa itálica e romana se encontravam há muito estabelecidos na chamada área ibérica da Península, que integrava as cidades da costa mediterrânica e as que se distribuíam ao longo dos principais rios que conectavam o interior com o mar. Ora, essas regiões, precocemente romanizadas nos finais da República, têm vindo a ser objeto de estudos específicos, no âmbito de dissertações de doutoramento, que procuraram valorizar o modo como se expressaram os modelos de arquitetura doméstica itálica nos territórios que viriam a ser integrados na *Baetica* (Gómez Rodríguez, 2006) e na Tarraconense, privilegiando-se neste caso o seu quadrante nordeste, o mais romanizado, onde se incluem cidades como *Ampurias*, ou *Tarraco*, capital da Citerior e, a partir de Augusto, da Citerior Tarraconense (Uribe Agudo, 2008; Cortés Vicente, 2009). Alguns trabalhos mais recentes analisaram cidades da Lusitânia, uma província que se constitui com a reforma de Augusto, momento a partir do qual se regista o desenvolvimento da sua capital, *Augusta Emerita* (Corrales Álvarez, 2014), bem como das suas cidades, algumas das quais, como acontece com *Conimbriga* evoluem a partir de núcleos indígenas (Correia, 2010). No último caso estamos perante uma cidade descontinuada e bastante escavada, com vestígios muito bem conservados, que favorecem a análise arquitetónica, em particular das suas sumptuosas casas. Já no caso da capital da Lusitânia nos deparamos com uma cidade da qual se conhece bem a arquitetura pública, mas cuja arquitetura privada é bastante menos conhecida, tendo vindo a ser revelada pelas Arqueologia Urbana, desde os anos 80 do século XX, podendo referir-se para ela os mesmos problemas com que se enfrentam as cidades do NO peninsular, entre os quais se destaca o carácter fragmentário dos dados e, por conseguinte, a falta de plantas completas que permitam compreender as casas num nível antropológico.

No cômputo global da Península Ibérica, e no que se refere ao estudo da arquitetura doméstica romana do NO peninsular, podemos afirmar que a mesma tem sido muito pouco valorizada e ainda menos divulgada e interpretada no contexto da difusão dos modelos e tipologias de casas itálicas, tornando-se por isso necessário realizar uma investigação aprofundada da realidade da arquitetura doméstica urbana desta região.

Assim, depois de termos ensaiado, num trabalho muito preliminar, uma abordagem das características da arquitetura doméstica de *Bracara Augusta* (Magalhães, 2010), decidimos aprofundar o tema no contexto do NO peninsular, com o objetivo fundamental de evidenciar as expressões de arquitetura privada urbana desta região, com particular destaque para os exemplares de *domus* identificados em *Bracara Augusta*, no contexto da adoção e consolidação dos modelos de casa itálicos a nível peninsular.

Na verdade, era nossa intenção inicial compreender o modo como a região do NO peninsular, a mais tardiamente integrada na órbita romana, havia rececionado e reinterpretado os modelos

de casa itálica, já generalizados no sul mediterrânico, ao longo dos séculos II/I a.C. e analisar a sua evolução, tendo por referência os dados disponibilizados pela Arqueologia Urbana de Braga, Lugo e Astorga, sem descurar outros centros urbanos da região, que têm vindo a ser revelados pela arqueologia das últimas décadas, como seria o caso de *Tongobriga* (Dias, 1997). Pretendia-se assim inserir a casa romana do NO no contexto mais amplo da sua paulatina disseminação peninsular, ao longo dos dois séculos que antecederam o fim da conquista romana e a reorganização administrativa da Hispânia empreendida por Augusto. De facto, para compreendermos a realidade da casa romana no NO peninsular, nas suas múltiplas dimensões, com destaque para as arquitetónicas e antropológicas, afigurava-se importante compreender os diferentes contextos em que os modelos e tipologias itálicas se teriam progressivamente afirmado na Península Ibérica. No entanto, os dados disponíveis relativos a *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta* viriam a revelar-se insuficientes para realizar uma análise comparada da arquitetura privada das três capitais de conventos do NO peninsular. Com efeito, há que reconhecer que os dados que dispomos sobre as *domus* romanas de Braga, em resultado das investigações realizadas ao longo dos últimos 42 anos, no âmbito do 'Projeto de *Bracara Augusta*', não têm paralelo nas outras cidades do NO peninsular, das quais se conhecem, sobretudo, espaços domésticos com pavimentos musivos, mas não as plantas dos edifícios, estando os dados cronológicos muito pouco sistematizados. Em Braga, a situação inverte-se, pois são raros os vestígios dos programas decorativos que terão ornamentado as habitações romanas, sendo pelo contrário muito significativos os dados referentes às características da arquitetura privada, entre meados do século I e os finais do século IV. São igualmente consideráveis os dados disponíveis relativos ao modo como as casas romanas se adaptaram à morfologia dos quarteirões e à topografia da cidade, aspetos pouco ou nada considerados nas outras cidades.

Em face das dificuldades encontradas decidimos redimensionar os objetivos do nosso estudo para duas vertentes. A primeira objetivou a criação de um *corpus* analítico das *domus* de *Bracara Augusta*, o qual deveria alimentar o segundo objetivo deste estudo, centrado na compreensão da arquitetura doméstica do NO peninsular no quadro da Hispânia romana.

Relativamente ao primeiro objetivo decidimos cingir-nos aos dados propiciados por seis quarteirões residenciais de *Bracara Augusta*, analisados de forma exaustiva na parte II deste trabalho, os mais extensamente escavados e interpretados, que assumimos como representativos das dinâmicas urbanísticas e construtivas ocorridas na cidade romana até finais do século IV. Na verdade, apesar das largas dezenas de intervenções realizadas na área urbana de Braga terem revelado inúmeros vestígios de habitações romanas, apenas em seis situações conseguimos identificar e analisar as caraterísticas dos conjuntos residenciais, que confirmaram a existência de *domus* de peristilo, mas também de uma casa de átrio e peristilo, representada pela *domus* das Carvalheiras (Martins, 1997-98; Magalhães, 2010), a qual sofreu uma evolução muito particular a partir do século II, demonstrando a versatilidade da reconfiguração dos ambientes domésticos bracarenses.

Tendo em conta os dados disponíveis procurámos realizar uma análise exaustiva das *domus* de *Bracara Augusta*, conferindo-lhe uma identidade que permitisse a sua comparação com outros exemplos peninsulares. Assim, para além da caracterização das casas em termos cons-

trutivos, que implicou a valorização topográfica das mesmas, procurámos, sempre que possível, interpretar a funcionalidade dos diferentes espaços das habitações, pois essa informação revela-se importante para atestar o grau de integração social e cultural dos seus proprietários, o modo como adaptaram os modelos que estariam em circulação no século I, mas, sobretudo o nível de aculturação e o seu poder económico. Neste sentido, procurámos caracterizar a distribuição espacial e funcional das casas, valorizando a sua localização no espaço urbano, pois esta poderá ter influenciado as suas caraterísticas, tanto em termos de dimensão, como de sofisticação. Neste contexto, concedeu-se particular destaque à avaliação das relações entre os espaços públicos e privados das casas, bem como às diferentes sociabilidades que se podiam estabelecer através do uso diferencial dos espaços que formalizavam o interior das *domus.*

Quanto ao segundo objetivo, e face às dificuldades em realizarmos uma comparação detalhada das casas romanas de Braga com as das outras capitais conventuais do NO peninsular, decidimos reorientar o nosso olhar sobre a realidade da arquitetura doméstica romana a nível peninsular. Assim, sem descurar os dados empíricos disponíveis para a região do NO peninsular, decidimos avaliar o contexto de outras cidades da Tarraconense, mas também da Lusitânia.

Essa análise comparativa iniciou-se, inevitavelmente, com os primeiros exemplares de casas de inspiração itálica que surgem na costa mediterrânica e ao longo dos principais rios que corriam do interior da Península para o mar, com destaque para os exemplos de casas de *Ampurias*, *Baetulo, Celsa* e *Tarraco*, nas quais podemos detetar a presença de colonos itálicos nos séculos II-I a.C., prosseguindo com a avaliação dos modelos e tipologias de casas itálicas rececionados pelas comunidades indígenas, quer do sul, quer do NO peninsular, onde essa receção é seguramente posterior a Augusto, como acontece com a Citânia de Briteiros, ou com o Castro do Monte Padrão. Importa, por isso, compreender o papel de Augusto e a reorganização das províncias hispânicas depois das Guerras Cantábricas, no âmbito da qual se vão fundar novas cidades com vias porticadas, como acontece com *Augusta Emerita* (25 a.C.), *Bracara Augusta* (16/15 a.C.), ou *Complutum* (Augusto). A propagação do uso das casas de modelo itálico nos centros urbanos e o desenvolvimento de várias soluções planimétricas que tiram partido da gramática arquitetónica romana constitui um fenómeno explosivo ao longo do século I da nossa Era, sendo neste âmbito que podemos integrar a maior parte dos vestígios de casas conhecidos no NO peninsular. Para melhor compreender esta generalização apresentamos algumas dos exemplos das *domus* construídas na Tarraconense, designadamente em *Ampurias*, *Barcino*, *Celsa*, *Baelo* e *Italica,* enquanto para a *Lusitania* foram selecionados alguns exemplares de casas de *Augusta Emerita* e de *Coninbriga*. Finalmente, procurámos identificar algumas das características identitárias das casas romanas que podem conferir uma possível unidade cultural à *Hispania Tarraconensis,* utilizando-se para o efeito algumas casas das cidades de *Complutum, Iuliobriga* e *Tongobriga.*

Com base nos objetivos acima enunciados, o nosso trabalho pretendeu ultrapassar o tradicional estudo da arquitetura privada romana, muito centrado em análises funcionalistas, para valorizar o conjunto do processo construtivo, no qual interferem as matérias-primas, as tecnologias, mas sobretudo os homens, com o seu estatuto, riqueza e gostos.

4 Metodologia

Para a realização deste trabalho foi necessário desenvolver um conjunto de procedimentos metodológicos que tiveram em vista a sistematização dos dados referentes à arquitetura doméstica de *Bracara Augusta*, de forma a possibilitar a sua análise e posterior interpretação, bem como a compará-la com a de outras regiões, de forma a concretizarmos os objetivos enunciados no ponto anterior.

Nos momentos iniciais, procedemos a uma extensa recolha bibliográfica, que foi sendo avaliada e usada em diferentes momentos da nossa pesquisa, a qual incidiu sobre o estado da investigação da temática relativa à casa romana, mas também sobre o urbanismo e a arquitetura, em diferentes regiões do Império. Trata-se de temáticas fundamentais para compreendermos os contextos históricos, políticos, sociais e económicos em que se desenvolveram as cidades romanas das diferentes regiões da Hispânia e do NO peninsular, dentro das quais podemos analisar a arquitetura privada.

A concretização dos objetivos enunciados para este trabalho teve por base a análise de vestígios arqueológicos de um conjunto de sítios da cidade de Braga, que foram escavados ao longo dos últimos quarenta e dois anos e que revelaram dados relevantes sobre a ocupação romana particularmente associados à arquitetura doméstica. Das diferentes zonas arqueológicas disponíveis optámos por selecionar um conjunto de seis, por serem aquelas que ofereciam possibilidades de garantir uma interpretação mais fiável dos dados de campo, disponíveis nos arquivos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) e do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (GACMB).

Uma vez terminada a escolha das áreas arqueológicas que iriam ser abordadas em profundidade, demos início à análise dos cadernos de campo dessas intervenções, bem como dos relatórios sobre elas elaborados, pois, em vários casos, estamos perante zonas arqueológicas, extensamente escavadas, ao longo de várias campanhas e de vários anos (cf. Parte II). Assim, o processo de análise das zonas arqueológicas selecionadas iniciou-se com a avaliação da informação arqueológica disponível, de forma a analisar as estruturas escavadas e a rever os dados de campo, tendo para o feito sido consultados os registos de campo e os elementos armazenados na base de dados 2ArchIS (Sistema de Informação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho). Foram também analisados os relatórios das intervenções arqueológicas, alguns dos quais ainda inéditos, em depósito na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e, nalguns casos, como aconteceu com as zonas arqueológicas da Escola Velha das Sé e da rua Afonso Henriques, à guarda do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga. Sempre que possível recorremos à observação dos vestígios que ainda se encontram conservados *in situ*, o que acontece nos casos da zona arqueológica das Carvalheiras, da Escola Velha da Sé e da zona arqueológica de Santo António das Travessas.

Uma vez organizada a informação a utilizar procedemos à avaliação da sequência de ocupação de cada zona arqueológica para sistematizar as fases das diferentes *domus,* tendo

em vista identificar as transformações ocorridas em sucessivas remodelações da estrutura dos edifícios, as quais afetaram os espaços, quer física, quer funcionalmente. No decorrer desta análise, foi realizada uma valorização dos dados cronológicos, tendo por base a interpretação da sequência estratigráfica de cada zona arqueológica, nalguns casos já anteriormente avaliada por outros investigadores. Procedeu-se igualmente à valorização das técnicas construtivas, bem como dos materiais datáveis, que permitem estabelecer uma sequência de fases, desde o momento da formalização dos quarteirões, com a fixação dos limites das ruas, até à sua urbanização através da construção das *domus,* o que aconteceu generalizadamente a partir de meados do século I, mas com maior intensidade no período flávio. A nossa análise valorizou ainda as características das reformas realizadas até aos finais do século IV, momento que não corresponde ao abandono das casas, mas assinala o início de um processo associado à sua progressiva desarticulação, que ocorrerá entre os séculos V/VII, associado ao controlo político da cidade por parte dos poderes suevo e visigótico. A análise dos sistemas hidráulicos foi também considerada relevante na hora de valorizar as sucessivas fases das *domus,* tendo-se procurado compreender o sistema de abastecimento das casas e como se organizava o escoamento das águas sujas e pluviais.

Posteriormente, procedemos à descrição detalhada das caraterísticas arquitetónicas, construtivas e funcionais de cada *domus,* o que resultou da interpretação das estruturas através da observação dos registos gráficos das escavações, a partir dos quais foram elaboradas várias plantas interpretadas dos edifícios. Foi através dessas plantas que procurámos valorizar as cotas do terreno e as soluções planimétricas para resolver os desníveis dos diferentes espaços das casas nas sucessivas fases construtivas. Procedemos também à identificação dos aspetos relacionados com as atividades desenvolvidas nos diferentes espaços que formalizavam as casas, quer do domínio privado (*cubicula*), quer no que respeita aos espaços de receção e representação, no âmbito dos quais se incluem o *tablinum,* a *exedra*, os *triclinia, oeci,* peristilos, átrios e jardins. Foram também objeto de análise detalhada os espaços da casa que correspondiam ao domínio público, representados pelas *tabernae*, dedicados ao comércio a retalho e às atividades artesanais, que se dispunham ao longo das fachadas, em espaços anexos aos pórticos que ladeavam as ruas. Os pórticos foram igualmente objeto de descrição e análise, uma vez que constituem um elemento construído dos quarteirões, que embora pertencente ao domínio público, eram erguidas com as casas e certamente também a expensas dos seus proprietários.

Assim, procurámos proceder a uma valorização arquitetónica, construtiva e social dos vestígios arqueológicos das *domus* de Braga, analisando-se diferentes aspetos de natureza morfológica, tecnológica, funcional, económica e social, os quais podem ser inferidos a partir do registo arqueológico. Pretendeu-se, por esta via, elaborar um *corpus* das *domus* de *Bracara Augusta*, que servisse de base para realizar análises comparativas com outros centros urbanos do NO peninsular, bem como com outras regiões da Hispânia. Para o efeito, foi indispensável desenhar e analisar as planimetrias das diferentes casas que se caracterizam pela diversidade de soluções formais, construtivas e funcionais. Por isso, demos uma particular importância ao tratamento gráfico de todas as plantas que foram produzidas no decorrer do desenvolvimento do projeto e que ilustram as

partes II e III do texto. Na verdade, ao invés de utilizar a cartografia que tem sido usada por vários investigadores para ilustrar as casas da cidade de *Bracara Augusta*, decidimos elaborar uma nova base documental, a qual procurou utilizar uma mesma linguagem formal para todas as unidades domésticas estudadas, de modo a tornar mais fácil a sua compreensão por parte do leitor.

Assim, cada *domus* está representada por um conjunto semelhante de plantas que ilustra as suas fases de ocupação e a funcionalidade dos espaços que são conhecidos. As áreas foram organizadas e numeradas em função dos espaços abertos distribuidores, tendo sido usado a letra A para representar o átrio e espaços associados e a letra P para indicar o peristilo e os espaços que podem a ele ser associados. A cada uma dessas áreas foi atribuída uma cor, que foi usada para todas as plantas. A elaboração e tratamento das plantas interpretadas foi realizada com o auxílio dos programas AutoCad2016 e CorelDrawX6.

A descrição dos dados relativos à historiografia e à análise dos sítios arqueológicos que correspondem ao *corpus* documental desta tese, que foram analisados, descritos e interpretados em detalhe, corporiza boa parte da investigação por nós realizada, estando reunida na parte II deste trabalho.

Parte da nossa pesquisa bibliográfica incidiu sobre temáticas que serão abordadas na parte III deste trabalho. Para o efeito procedemos à recolha de dados bibliográficos relativos a várias temáticas articuladas com a análise e interpretação dos espaços domésticos no mundo romano e valorizámos os estudos relativos à casa romana de elite, como contexto de representação e de relação social dos proprietários com a cidade e os seus ocupantes. Nas nossas leituras privilegiámos também temáticas centradas na valorização semiótica dos espaços domésticos, bem como estudos que realizam uma valorização social e antropológica da casa. Por fim, consideramos importante recolher bibliografia sobre a interpretação dos vestígios materiais produzidos pelas atividades quotidianas bem como estudos das atividades domésticas através do registo arqueológico.

A extensa bibliografia consultada serviu-nos para desenvolver os conteúdos da parte III, a qual procurou situar a tipologia das casas romanas de Braga no contexto peninsular, recorrendo-se para o efeito à sua comparação com os exemplares de casas de várias cidades de cronologia tardo republicana e imperial da Tarraconense, mas também da Lusitânia. Entre os exemplares de casas que foram valorizados destacamos as de *Complutum, Iuliobriga, Tongobriga, Augusta Emerita* e *Conimbriga*, tendo-se produzido plantas interpretadas para efeitos de ilustração da nossa análise das unidades domésticas, algumas da quais são objeto de modelos 3D, impossíveis de generalizar a todos os casos analisados devido a limitações de tempo.

PARTE II

Parte II – Os dados e a sua análise. As casas romanas de *Bracara Augusta*

1 A Zona Arqueológica das Carvalheiras

1.1 Historiografia

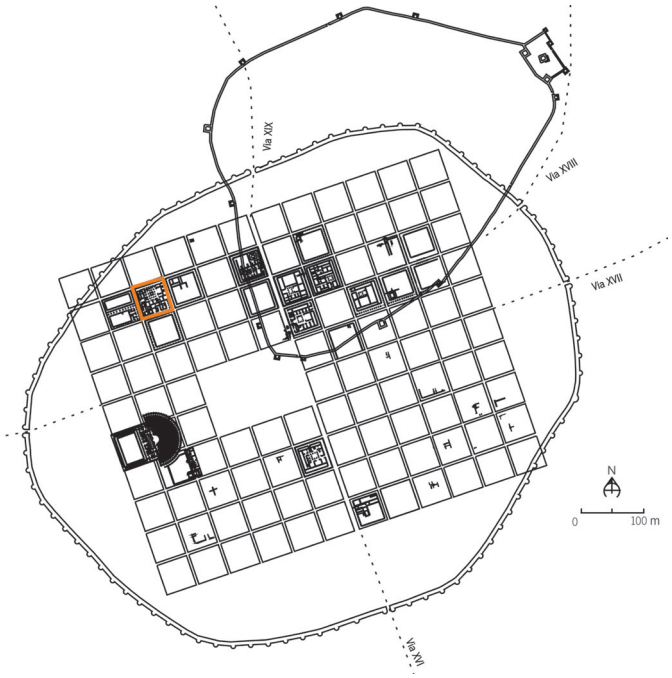
1.1.1 Caracterização da área escavada

A área arqueológica conhecida por 'Zona arqueológica das Carvalheiras' situa-se no interior de um amplo quarteirão da cidade de Braga, localizado a noroeste do Centro Histórico, o qual foi sucessivamente posto a descoberto entre 1983 e 2002. O terreno onde se localiza a referida zona arqueológica situava-se naquele que seria, também, o quadrante noroeste da cidade romana de *Bracara Augusta*, correspondente a uma área habitacional, organizada em quarteirões quadrados com áreas construídas de aproximadamente 1 *actus* (Martins *et al.*, 2017a).

As escavações realizadas nesta zona arqueológica viriam a permitir evidenciar vestígios de dois cardos (K13 e K12) e dois decumanos (D2 e D3) (Martins *et al.*, 2017a), os quais limitavam um quarteirão, integralmente construído e sucessivamente remodelado, sobre cujas características nos debruçaremos adiante e que, para efeitos de descrição, designamos por quarteirão A. Embora hoje apenas seja possível observar os vestígios correspondentes às construções do referido quarteirão, importa referir que os eixos viários que o limitavam confrontavam, naturalmente, com construções pertencentes a outros quarteirões envolventes, parcialmente descobertos pelas escavações, que serão referenciados como quarteirões B (a poente), C (a sudoeste), D (a sul), E (a nascente) (Fig. 16).

Na parte setentrional do terreno foi apenas possível observar escassos elementos do pórtico sul do quarteirão E, anexo ao decumano D2. Mau grado, o carácter pontual da intervenção realizada naquele setor, onde se impõem os limites dos quintais das casas das ruas Visconde Pindela e Cruz da Pedra, a identificação de restos do referido pórtico, permitiu verificar a largura da rua, que se prolonga sob os quintais das casas que limitam o terreno a norte. Já a poente, a ladear os vestígios do cardo K13, foi possível identificar vestígios muito destruídos do pórtico que envolveria as construções habitacionais, limitados a sapatas e aos negativos das valas de saque dos muros desaparecidos. Os limites da zona arqueológica neste setor são imprecisos, pois apenas se podem perceber aqueles que serão os muros de uma construção, com características indefinidas, com os respetivos pórticos a nascente e sul, acompanhando, respetivamente, o cardo K13 e o decumano D3. Várias sondagens realizadas no terreno, que ficaria designado por 'Carvalheiras Oeste', revelaram vestígios de muros pertencentes a uma presumível habitação, infelizmente muito desmantelados e sem carácter de continuidade com aqueles que foram identificados junto ao cardo K13.

Ladeando o decumano D3, sem dúvida o eixo viário melhor conservado desta zona arqueológica, numa extensão de cerca de 90m, podem observar-se, setorialmente, elementos pertencentes aos pórticos que ladeavam aquela rua a norte e sul, bem como vestígios dos edifícios que os integravam. A sul, na área correspondente ao quarteirão C, o terreno disponível para escavação era bastante reduzido, uma vez que se desenvolve aí um alto paredão, que faz a divisória das platafor-



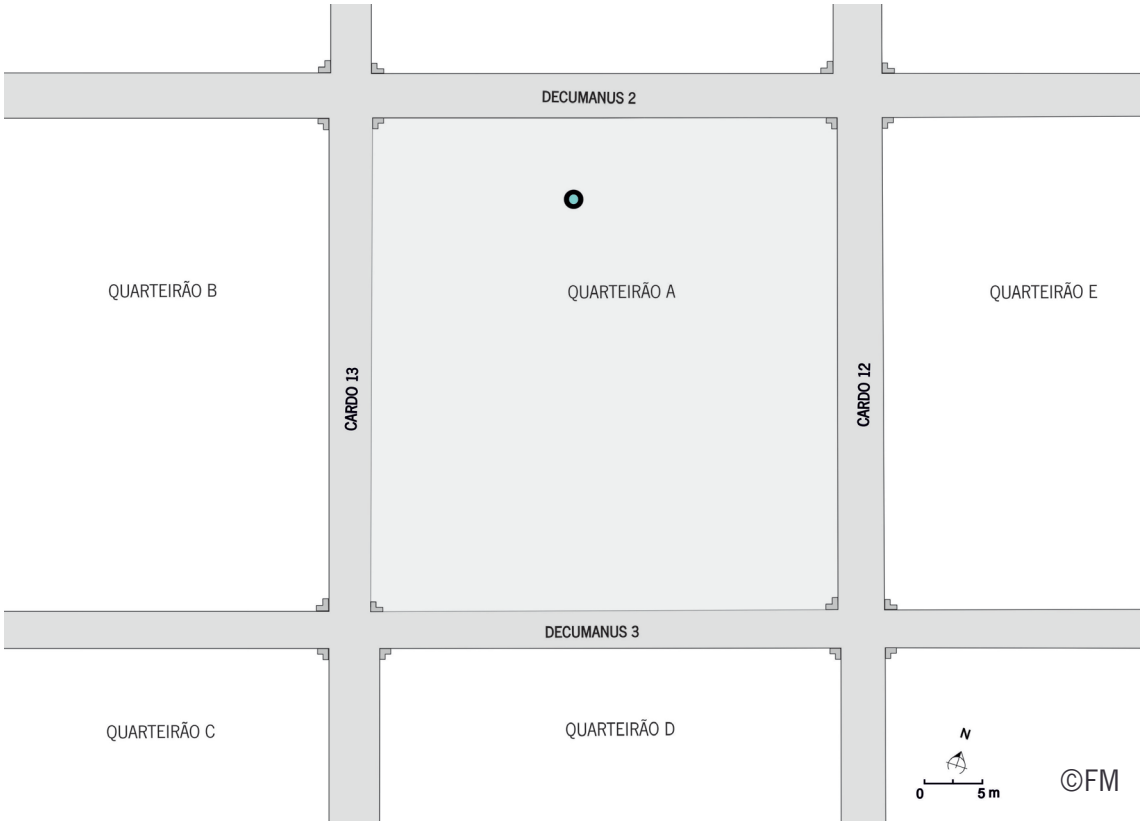


Figura 16. (Sup) Localização da *insula* das Carvalheiras na planta da cidade romana, muralha baixo imperial e muralha fernandina ©UAUM.
(Inf) Quarteirão das Carvalheiras inserido na malha urbana de *Bracara Augusta.* Posicionamento dos quarteirões A, B, C, D, E.

mas da vertente, suportando os terrenos que definem o tabuleiro imediatamente superior, situado cerca de 3 metros acima do nível das ruínas escavadas. Estamos em crer que este muro, com características muito semelhantes aos muros que encontramos na Colina do Alto da Cividade, a limitar as respetivas plataformas, deverá ser medieval, podendo corresponder, aproximadamente, ao eixo de um dos muros divisórios da própria habitação romana que aí existiria e que permitiria vencer o desnível natural do terreno.

A nascente, os limites do terreno escavado corresponderam inicialmente à área vedada que era propriedade da Junta de Freguesia da Sé, facto que permitiu pôr a descoberto apenas parte do cardo este (K12). No entanto, em resultado da intervenção arqueológica realizada no ano de 2001, na área que seria identificada como Carvalheiras Este, foi possível escavar parte dos terrenos onde se situaria o referido cardo, tendo sido possível descobrir os vestígios construtivos correspondentes a um outro quarteirão (C), associados aos seus limites sul e poente, anexos, respetivamente ao cardo K12 e ao decumano D3. Neste setor o limite físico da área escavada corresponde às traseiras dos prédios da R. dos Marchantes, por onde se faz presentemente o acesso ao interior do quarteirão e à área arqueológica.

Assim, o terreno que foi escavado é significativamente maior do que aquele onde se situam as ruínas que são hoje visíveis no local conhecido por 'Zona arqueológica das Carvalheiras', que inclui um conjunto diversificado de estruturas correspondentes a um quarteirão central (A), rodeado por vestígios residuais de outros quatro quarteirões, delimitados por quatro eixos viários, os quais, embora descontínuos e residuais, se oferecem como elementos referenciais para a compreensão do urbanismo da cidade romana e para a compreensão da sua evolução ao longo de cerca de sete séculos, entre o momento fundacional e os finais da Antiguidade Tardia.

Estamos assim perante um terreno com evidências arqueológicas de uma inegável importância que, para além de ter permitido conhecer a planta quase integral de uma *domus* flávia de *Bracara Augusta*, que ocupa o quarteirão A, permitiu identificar, pela primeira vez, as dimensões de um lote residencial da cidade, o qual, em conjugação com outros elementos, facultou a primeira proposta de restituição do módulo urbano fundacional de *Bracara Augusta* (Martins e Delgado, 1989-90; Martins *et al.*, 2017a).

Pensamos que a circunstância dos terrenos onde se localizam as ruínas das Carvalheiras terem ficado fora da cidade medieval e nunca terem sido construídos, posteriormente ao seu abandono, terá favorecido uma razoável preservação do conjunto que viria a ser descoberto pelas escavações. No entanto, os terrenos em questão não foram poupados a abundantes saques, que ocorreram em diferentes momentos entre o século VII e a Idade Moderna, como pode ser demonstrado pelos materiais encontrados nos enchimentos das numerosas valas de saque detetadas nos trabalhos arqueológicos. De facto, muitos muros que formalizavam os edifícios foram saqueados até à rocha, deles restando tão só as valas onde os mesmos se implantavam. Curiosamente foram os muros de melhor qualidade, construídos entre os séculos I/II que foram sistematicamente saqueados, talvez porque as características do seu aparelho regular se adaptavam melhor às exigências dos construtores medievais e modernos, que o usariam essencialmente em edifícios de prestígio. Pelo contrário, podemos constatar que os muros mais tardios, datados dos finais do século III/inícios do IV, foram mais poupados ao saque, pelo que ainda conservam alguns elementos arquitetónicos associados às entradas, designadamente, ombreiras e soleiras.

Assim, o estado de conservação das ruínas desta zona arqueológica é bastante variável, dependendo dos saques ocorridos, sendo possível considerar que existe ainda um outro fator que influenciou a diferenciada preservação das ruínas que chegaram até nós. Trata-se do próprio

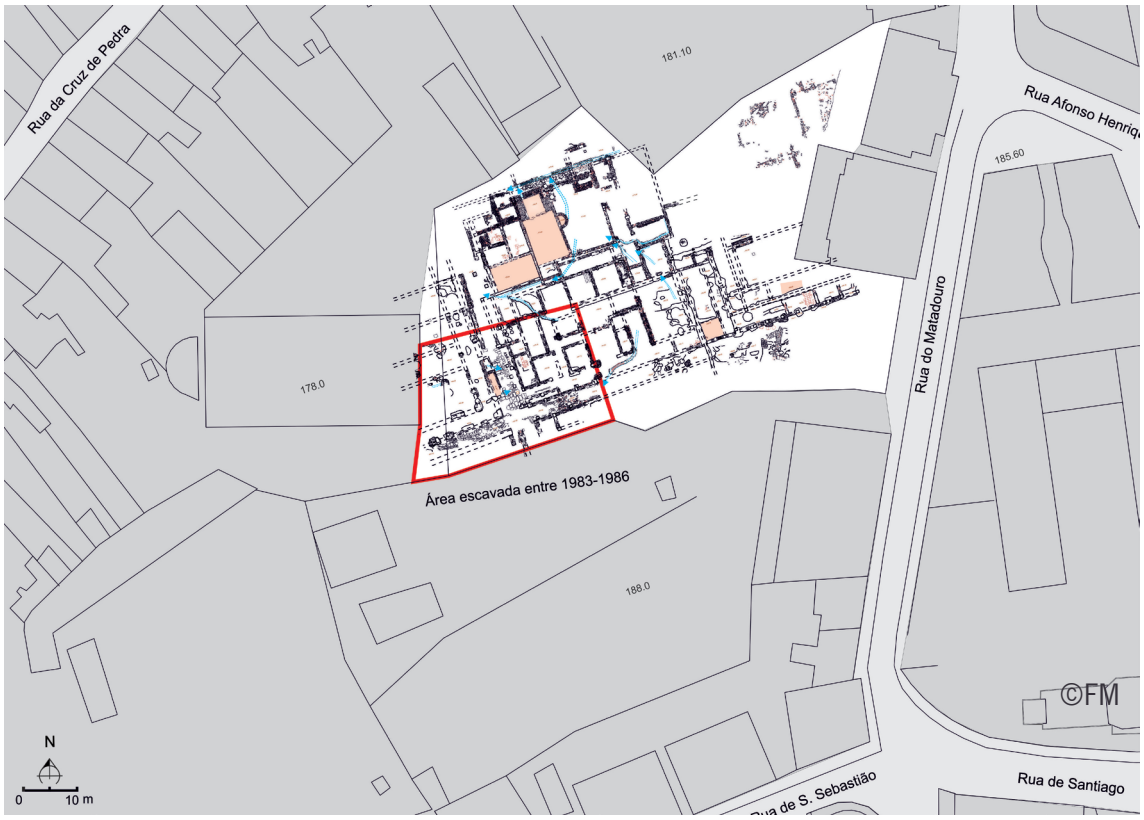


Figura 17. Planta da ZA das Carvalheiras com a definição da área escavada entre 1983-1986.

pendor do terreno, que se revela mais alto a nascente e sul do que a poente e norte. Nesta circunstância, os vestígios exumados na parte nascente do terreno encontram-se muito mais arrasados, devido ao facto de serem relativamente superficiais. Por outro lado, verifica-se um considerável pendor natural do terreno, no sentido S/N, que acompanha a inclinação original da vertente norte da Colina do Alto da Cividade, que teria o seu ponto mais alto no local onde foram construídas as termas e o teatro de *Bracara Augusta* (Martins, 2005; Martins *et al.*, 2013). O pendor natural do terreno e o facto das estruturas se implantarem, na parte norte, numa cota que se situava rebaixada cerca de 3 metros relativamente à parte sul da construção, justificaram uma maior acumulação de sedimentos a norte do muro de suporte, que divide aproximadamente a meio o quarteirão A (UE273). De facto, foi a norte daquela unidade construída que se encontraram verdadeiras unidades sedimentares de derrube, algumas delas de razoável espessura, as quais não se conservaram na parte sul, onde frequentemente a terra humosa se sobrepõe diretamente aos restos de estruturas muito desmanteladas, circunstância que dificultou por vezes a sua datação e interpretação.

1.1.2 Historial dos trabalhos de escavação

As escavações realizadas na 'Zona arqueológica das Carvalheiras' decorreram num total de seis fases diferenciadas, que perfizeram um total de cerca de 70 meses de trabalhos arqueológicos, tendo permitido pôr a descoberto uma extensa área arqueológica com cerca de 1.900 m^2.

A primeira fase de escavações decorreu, de forma descontínua, entre 1983 e 1986, tendo sido coordenada por Francisco Sande Lemos e Manuela Delgado (Fig. 17). O início dos traba-

lhos resultou de um pedido feito pela Câmara Municipal de Braga à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em 1982, para a realização de sondagens arqueológicas, uma vez que estava projetada a construção de um complexo pedagógico e desportivo para o referido terreno. A necessidade de se verificar a existência de ruínas naquele setor da cidade romana, praticamente desconhecido até então, bem como de emitir um parecer justificado quanto à viabilidade de construção naquele terreno, conduziu a uma primeira campanha de trabalhos arqueológicos, que teve a duração de 4 meses, tendo decorrido entre 14 de fevereiro e 30 de maio de 1983. Os resultados então obtidos, que pareciam evidenciar, pela primeira vez, os vestígios de ruas romanas, justificaram a prossecução dos trabalhos de escavação nos anos de 1984 e 1985 (Fig. 18).

Assim, em 1984, foram abertas 22 sondagens quadradas, de 4x4m, algumas delas descontínuas, tendo sido ainda escavada a sondagem N7A, que cobriram uma área de cerca de 360m^2, que permitiu confirmar a interpretação dos vestígios escavados em 1983 e observar a existência de um cruzamento de duas ruas, cuja orientação respeitava os eixos já conhecidos noutros edifícios da cidade. As referidas ruas apresentavam-se ladeadas de vestígios de construções habitacionais, supostamente inseridas em quarteirões da cidade romana, cujo estado de conservação se afigurava bastante diferenciado (Delgado *et al.*, 1984).

Tendo em vista obter uma leitura mais clara das ruínas descobertas em 1984 foram prosseguidas as escavações em 1985, tendo sido abertas 7 novas sondagens de 4x4 m, que, uma vez completamente escavadas, permitiram completar a leitura das ruínas situadas a poente do cardo K13, facto que permitiu verificar que se apresentavam muito mais desmanteladas do que as situadas a nascente do referido eixo. Também os vestígios contíguos ao decumano D3 revelavam-se melhor conservados na parte norte do que na identificada a sul. Do ponto de vista cronológico, parecia já então evidente que as ruínas correspondiam a duas fases construtivas principais, uma datável dos finais do século I e outra dos finais do século III/inícios do século IV (Delgado e Lemos, 1985).



Figura 18. Perspetiva das ruínas descobertas entre 1982 e 1986 na zona arqueológica das Carvalheiras, sendo visível ao centro o cardo K13 ©UAUM

A importância das estruturas exumadas justificou, entretanto, o prosseguimento dos trabalhos, ainda em 1986, os quais tiveram em vista detetar um eventual prolongamento do decumano D3 para nascente, bem como a existência de mais ruínas associadas aos quarteirões situados a norte e sul. Assim, em 1986, foi escavada uma faixa com 24x8m subdividida em quadrados de 4x4m, a qual correspondia ao limite do terreno disponível, na área que poderia fornecer informações sobre o prolongamento do cardo K13.

Em finais do ano de 1986, estando escavada uma área com cerca de 736m^2, deram-se por concluídos os trabalhos, considerando que a importância do conjunto das ruínas descobertas era suficiente para justificar a conservação e classificação patrimonial do sítio e inviabilizar o projeto de construção inicialmente proposto pela Câmara Municipal, decisão que viria a ser acatada pela autarquia (Delgado e Lemos, 1986).

Os terrenos situados a poente da área escavada entre 1983 e 1986 viriam a ser objeto de novas sondagens, em 1989, uma vez que se previa para os mesmos a implantação de um campo de jogos. Esta intervenção, dirigida por José Manuel Freitas Leite, correspondeu a uma 2ª campanha de trabalhos na zona das Carvalheiras, tendo a área escavada ficado identificada por 'Carvalheiras Oeste'. Consistiu na abertura de onze sondagens, de dimensões variadas, com o objetivo particular de se verificar a existência do prolongamento do decumano D3, identificado na área escavada entre 1983 e 1986, ou ainda a eventual ocorrência de um novo cruzamento de ruas, que facultasse a reconstituição da malha urbana deste setor da cidade. Os resultados das escavações viriam a revelar que o terreno em questão havia sido extensamente revolvido por tra-



Figura 19. Planta da ZA das Carvalheiras com a delimitação da área escavada entre 1991-1998.

balhos de lavoura, estando os poucos muros detetados praticamente à superfície e, pontualmente, completamente desmantelados, não tendo sido possível identificar o prolongamento do decumano D3 para poente.

Em 1991, o Museu D. Diogo de Sousa decidiu iniciar um projeto de valorização e restauro das ruínas das Carvalheiras, tendo em vista a sua inserção num circuito de visita à cidade romana, em conjunto com as termas do Alto da Cividade. A execução desse projeto implicou a realização de novos trabalhos de escavação, com o objetivo de delimitar, de forma tão ampla quanto possível, as ruínas descobertas até 1986 e resolver questões de ordem estratigráfica e cronológica, não completamente esclarecidas nos trabalhos anteriores. Iniciou-se assim uma 3ª campanha de trabalhos de escavação, que decorreu entre 1991 e 1994, coordenada por Manuela Martins, a qual se viria a revelar fundamental para o conhecimento e compreensão do conjunto arquitetónico e urbanístico da 'Zona arqueológica das Carvalheiras'.

Os trabalhos, iniciados em junho de 1991, prolongaram-se durante todo o ano de 1992, tendo sido completados entre 1993 e 1994 (Fig. 19). Com efeito, inicialmente com objetivos pontualizados, esta intervenção acabaria por assumir o carácter de uma grande escavação em área, indispensável para uma correta interpretação do conjunto das ruínas anteriormente identificadas. Por outro lado, o próprio projeto de valorização das ruínas implicava avançar a escavação até aos limites do terreno disponível, o qual, uma vez vedado, deveria ficar sob tutela do Museu D. Diogo de Sousa. Estas duas condicionantes conduziram ao alargamento sucessivo da área escavada entre 1983 e 1986, o que implicou a escavação praticamente integral do terreno que se desenvolvia a norte e nascente do núcleo de ruínas conhecido até 1986.

Assim, em 1991, foram abertas cerca de 17 novas sondagens de 4x4m, tendo sido escavada uma área com cerca de 328m^2. As referidas sondagens incidiram em dois setores distintos. Um deles situava-se a norte da anterior área escavada, correspondendo a uma faixa de 20x8 m, com orientação O/E. A escavação desta área permitiu identificar os primeiros vestígios de um balneário, incorporado no quarteirão A. A outra área intervencionada dispunha-se na parte nascente da área escavada em 1986. Aí, a escavação de um conjunto de 11 sondagens, permitiu descobrir toda a área que se dispunha a nascente do cardo K13 e a norte do decumano D3, até ao limite da área vedada do terreno, tendo sido possível delimitar vestígios das construções que bordejavam aquelas ruas. As dimensões irregulares das sondagens resultaram do facto de se adaptarem às características e limites dos terrenos disponíveis.

No ano de 1992 foram abertas 39 sondagens de 4x4m, cobrindo uma área de 624m^2, que avançou a totalidade da área anteriormente escavada até ao limite norte do terreno. Embora não tenha sido concluída a escavação de todas as sondagens, foi possível pôr a descoberto grande parte das salas de um balneário e a totalidade de uma área que teria correspondido ao peristilo de uma habitação. Não menos importante foi a deteção no limite norte do terreno de um troço de um novo decumano (D2), que limitava a norte o quarteirão em escavação.

Os trabalhos dos anos seguintes destinaram-se a completar a escavação da área vedada, disposta a norte e nascente. Assim, em 1993, escavaram-se 10 sondagens, totalizando uma área



Figura 20. Perspetiva geral da área arqueológica das Carvalheiras vista de norte.

de cerca de 160m^2, implantadas em duas zonas diferenciadas. Uma delas, situada a norte, permitiu identificar o limite norte do balneário e a área contígua, entre a parede do edifício e o decumano D2. A outra área sondada situava-se no limite nascente do terreno, já antes escavado, tendo compreendido um conjunto de 4 sondagens, que permitiram identificar mais um cardo (K12) e vestígios de construções anexas. Por sua vez, no ano de 1994 foram escavadas 7 sondagens de 4x4 m, perfazendo uma área de 112m^2. Quatro dessas sondagens destinaram-se a sondar a área situada a nascente do quarteirão A, onde no ano anterior havia sido identificado um troço de um novo cardo (K12), limitado por muros perimetrais da habitação que ocupava o quarteirão A, disposto na área central do terreno escavado. Duas outras sondagens foram abertas na parte norte, nos limites da área escavada no ano de 1994, tendo outra sido escavada para avaliar a potencialidade arqueológica do terreno situado a nascente da área escavada, correspondente já ao quarteirão C. Foi assim possível verificar a existência de uma significativa altura de sedimentos e de uma espessa camada de derrube sobre as estruturas, que forneceu alguns elementos arquitetónicos e fragmentos de fustes de colunas.

Nesta fase dos trabalhos foram ainda realizadas algumas sondagens, de dimensões variáveis, tendo em vista identificar, datar e caracterizar algumas áreas, entretanto consideradas importantes para uma correta interpretação das reformas do edificado. Tais sondagens não seguiram os alinhamentos das coordenadas, orientando-se antes segundo os eixos das estruturas que se pretendiam ver interpretadas. Assim, foram implantadas em vários locais da área escavada, designadamente no peristilo, tendo em vista identificar a primeira fase do mesmo e nas salas, entretanto transformadas em espaços do balneário, designadamente, no *apodyterium* e *frigidarium*, cuja construção implicou uma elevação da cota de circulação, representada por solos de *opus signinum* (Fig. 20). Foram ainda realizadas pequenas sondagens, quer na rua oeste (K13),

quer no pórtico e rua sul (D3). Entre as sondagens realizadas para estudar aspetos concretos do balneário destacamos: a sondagem N91, com 3x2m, aberta no solo de *opus signinum* do frigidário, perpendicular à UE421, tendo em vista detetar a existência de solos anteriores e o silhar do pórtico envolvente do peristilo da Fase I; a sondagem N92, com 2x2m, aberta no solo de *opus signinum* do *apodyterium,* situando-se entre duas unidades construídas (UE425 e UE372), tendo como objetivo verificar a existência de pavimentos anteriores. Na área do peristilo foram abertas várias sondagens, designadamente a N107 (2x2m), perpendicular à UE421, que define a parede nascente do frigidário e a N111, perpendicular à UE439, que corresponde ao limite nascente do peristilo, tendo em vista verificar a vala de fundação daquela unidade murária e a implantação do fuste correspondente à UE438.

No entanto, o maior número de sondagens foram abertas nos eixos de circulação envolventes da casa, quer nos pórticos, quer nas ruas. Assim, entre outras, podemos referir: a sondagem N1, retangular, com 2,5x1m (sentido O/E), destinada a verificar o saque do muro correspondente à UE244, bem como a tentar encontrar o pórtico sul do quarteirão situado a oeste; a sondagem N6, também retangular, com 2,50x0,80m, disposta no sentido N/S, implantada a oeste da UE328, tendo em vista estabelecer a sua relação com os silhares dispostos a poente; a N8, que corresponde a uma sondagem de 1x0,50m, com orientação O/E, implantada entre a UE171, que define a fase tardia das termas e a UE303; a sondagem N17, com 3x2m, disposta no sentido O/E, situada entre o pórtico e a rua; a sondagem N42, com 7x1m, orientada no sentido N/S, que teve em vista observar a relação entre o pórtico sul e ainda o limite norte da rua. A sondagem N47, com 1,5x1m, com eixo maior no sentido N/S, situada entre a UE332 e a UE329, que se destinou a analisar de forma detalhada a escada representada pela UE331.

As escavações realizadas entre 1991 e 1994 quase triplicaram a área descoberta até 1986, permitindo finalmente definir os limites da área construída do quarteirão A, rodeada de vestígios correspondentes à ocupação de outros três quarteirões, dispostos a nascente (B), poente (C) e sul (D). A área escavada nesta campanha, com cerca de 1122m^{2,} somada à que fora escavada entre 1983 e 1986, deixava assim a descoberto um notável conjunto arqueológico, com cerca de 1858m^2. Por outro lado, era absolutamente claro que a ocupação desta área da cidade havia sido longa, estando associada a várias reformas do espaço construído.

Após uma primeira avaliação dos dados arquitetónicos e das fases construtivas foi programada uma última campanha de trabalhos, a qual deveria ter sido realizada em 1999, mas que só viria a ser ultimada em 2000. Estes trabalhos definem uma 4ª fase de intervenção arqueológica no local, que teve a coordenação de Manuela Martins. A intervenção teve em vista o esclarecimento definitivo da planta do edifício, a eliminação de banquetas deixadas em anteriores escavações e a resolução pontual de problemas cronológicos, relacionados com as fases de ocupação mais antigas do conjunto edificado do quarteirão A.

Estando prevista a construção da área situada a nascente do núcleo central de ruínas, entre a Rua do Matadouro e as traseiras dos prédios construídos na mesma rua, foi solicitada à UAUM a realização de escavações nesses terrenos, a fim de se avaliar a sua potencialidade



Figura 21. Planta da ZA das Carvalheiras com a definição da área escavada em 2002.

arqueológica, trabalho que foi desenvolvido ao longo de 2001, sob direção de Manuela Martins. Nesta 5ª campanha de escavações foram detetados vestígios de vários muros correspondentes à ocupação do quarteirão que se dispunha a nascente da área escavada (quarteirão E), não tendo sido possível escavar até à rocha, dada a profundidade das estruturas, tendo-se optado por parar a intervenção, que deveria ser retomada em futuro contexto de obra, situação que não se verificou até ao momento.

Entretanto, no verão de 2002 foram realizados novos trabalhos na parte sudeste do terreno, na área situada entre o cruzamento do cardo K12 com o decumano D3 (Fig.21). Esta 6ª e última campanha de escavações foi igualmente coordenada por Manuela Martins e contemplou a escavação de integral de 27 sondagens de 4x4m, facto que permitiu articular os vestígios desta zona com os existentes na área anteriormente intervencionada, disposta a poente. As ruínas identificadas revelaram-se muito destruídas, tendo-se verificado que parte da área havia sido construída na época contemporânea, tendo nela existido um matadouro, posteriormente desmantelado, do qual se conservaram algumas evidências descobertas nas escavações. Apesar do carácter truncado dos vestígios descobertos na área que ficou conhecida por 'Carvalheiras Este', os resultados científicos daquela intervenção revelaram-se de grande interesse. De facto, a área escavada em 2002 corresponde ao natural prolongamento dos vestígios conhecidos no quarteirão A, bem como das ruas correspondentes ao cardo K12 e ao decumano D3, que o limitavam a nascente e sul. Tal circunstância permitiu ampliar a visão de conjunto do espaço situado entre os dois quarteirões, permitindo uma leitura conjunta da urbanística do local e das suas sucessivas reformulações ao

longo do tempo. Assim, mau grado o deficiente estado de conservação dos vestígios encontrados, as numerosas valas de saque sugestivas da presença de estruturas permitiram sugerir a existência de vários muros, fundamentais para a compreensão das dinâmicas construtivas que se operaram na Antiguidade Tardia, quando os pórticos e as ruas foram sistematicamente invadidas por construções.

O imediato reconhecimento da importância das estruturas descobertas na 'Zona arqueológica das Carvalheiras', logo nas campanhas de escavações de 1983-1986, acabou por determinar o abandono do plano de construção da escola que estava prevista para o local (Delgado e Lemos, 1986). Na sequência daquela decisão, parte do tabuleiro onde se encontravam as ruínas foi vedado e protegido, tendo o conjunto arqueológico sido classificado como Imóvel de Interesse Público. Já o mesmo não viria a acontecer, todavia, com os terrenos anexos, situados a poente da zona vedada, onde acabaria por ser construído um campo de jogos, uma vez que o mau estado de conservação das ruínas nesse setor não foi suficiente para dissuadir a sua construção. Por outro lado, as escavações realizadas na área designada por 'Carvalheiras Este', embora tenham fornecido elementos científicos muito relevantes, que permitiram uma leitura das transformações ocorridas nos eixos de circulação romanos, designadamente nas ruas e pórticos, ao longo da Antiguidade tardia,



Figura 22. Pormenor do ortofotomapa da zona arqueológica das Carvalheiras ©UAUM.

não legitimaram a decisão de preservar esses terrenos, os quais continuam em posse privada, continuando a estar prevista a sua futura construção

1.1.3 Interpretação cronológica e fases construtivas

As ruínas da 'Zona arqueológica das Carvalheiras' representam um conjunto arqueológico e urbanístico de inegável interesse para o estudo da estrutura urbana de *Bracara Augusta*, mas também para a compreensão do processo evolutivo da ocupação dos quarteirões residenciais da cidade romana até à Antiguidade Tardia. Por isso, as ruínas exumadas configuram uma área arqueológica de razoável complexidade interpretativa, pois os edificados foram sendo sucessivamente remodelados, até ao seu abandono definitivo, em momento incerto da Alta Idade Média, certamente em data posterior ao século VII, tendo sido igualmente profundamente arrasados por sucessivos saques de pedra, fazendo-se, por vezes assinalar por sapatas, ou simples valas, onde corriam os muros. Por outro lado, alguma da construção característica da Antiguidade Tardia, que por vezes se sobrepôs aos pavimentos das anteriores áreas construídas, possui um carácter fruste, normalmente sem valas de fundação, o que dificulta a sua interpretação.

Nesta circunstância, as ruínas das Carvalheiras oferecem algumas dificuldades de interpretação e datação, sobretudo nas suas fases mais avançadas. Por esse motivo a divulgação dos dados propiciados pelas escavações tem sido lenta, tendo incidido sobretudo na caracterização da *domus* de átrio e peristilo, que ocupou o quarteirão A na época flávia e na remodelação que se operou no século II (Martins, 1997/98; Magalhães, 2010, Martins, 2015), tendo os dados correspondentes a essas duas fases construtivas sido referidos em numerosas publicações de carácter genérico, relativas ao urbanismo e arquitetura de *Bracara Augusta* (Martins, 2000a; 2004; 2009; Martins *et al*., 2011; 2012). Na verdade, a análise detalhada dos dados referentes às duas primeiras fases construtivas facultaram, quer a restituição da planimetria da *domus* flávia, quer as alterações ocorridas no século II (Martins, 1997/98), o que permitiu a primeira tentativa de restituição volumétrica das duas primeiras fases de ocupação, proposta pelo arquiteto José Rui Silva, no âmbito da sua dissertação de Mestrado, em Arqueologia Urbana, defendida na Universidade do Minho, em 2000 (Silva, 2000).

A longa sequência de ocupação registada na 'Zona arqueológica das Carvalheiras' e o enorme acervo de materiais que facultou têm dificultado a interpretação das outras fases de ocupação mais tardias, para a qual muito têm contribuído os estudos dos materiais que têm vindo a ser realizados desde a conclusão das escavações em 2002. Assim, merecem destaque os contributos de vários investigadores, que estudaram diferentes categorias de materiais, que ajudaram a datar os sucessivos contextos construtivos. No âmbito do estudo do espólio não podemos deixar de mencionar a inestimável colaboração de Manuela Delgado, quer durante as escavações, quer na etapa de datação do conjunto. A ela devemos a classificação de muitos materiais, designadamente das produções importadas e comuns e a supervisão de todos os investigadores que contribuíram para datar as unidades estratigráficas das Carvalheiras. Destes, merecem destaque Rui Morais, que estudou as ânforas (Morais, 1998), as *sigillatas* alto-imperiais e as lucernas, materiais que

viria a incluir na sua dissertação de doutoramento (Morais, 2005), bem como as *sigillatas* tardias. Importa também referir os trabalhos de Alexandra Gaspar, que estudou os materiais tardo antigos (Gaspar, 2000), de Mário Cruz, responsável pelo estudo dos vidros (Cruz, 2009) e de Luís Coutinho, que elaborou o estudo das moedas (Amaral, 2007), cuja datação foi fundamental para a valorização dos respetivos contextos.

A interpretação arquitetónica da evolução do edificado tem cabido a Manuela Martins que esboçou, ainda na década de 90 do século passado (Martins, 1997-98), uma primeira proposta da evolução do quarteirão A, na qual caracterizou com detalhe as duas primeiras fases construtivas: a Fase I que corresponde à construção de uma *domus* de átrio e peristilo e a Fase II, antonina, caracterizada pela instalação de um balneário no quadrante noroeste da habitação. Já na década passada foram reavaliados os marcadores arquitetónicos dessas duas fases (Magalhães, 2010), cuja caracterização tem servido a vários trabalhos de divulgação daquela que constitui a única *domus*, cuja planta integral pode ser inferida a partir dos vestígios escavados (Magalhães, 2013; 2015; Magalhães *et al.*, 2015). Também os aspetos construtivos têm servido de matéria para outras investigações, designadamente as realizadas por Jorge Ribeiro (2010), que se têm centrado nas questões do processo de organização e nos custos da construção em *Bracara Augusta* (Ribeiro e Martins, 2013; Ribeiro *et al.*, 2015).

A acumulação de dados propiciados pela datação dos materiais e pela interpretação arquitetónica permitiu uma reflexão mais aprofundada da evolução sofrida pelo edificado, quer do quarteirão A, quer dos limítrofes, que paulatinamente foram sendo divulgados e que potenciaram novas narrativas. De facto, estamos perante um conjunto notável de vestígios que potenciam vários tipos de análise, de natureza construtiva, urbanística, mas também económica e social (Martins *et al.*, 2012; Magalhães, 2015). Neste sentido, a investigação tem evoluído no sentido de uma maior compreensão das dinâmicas associadas à ocupação e articulação dos espaços da *domus,* mas também do entendimento que é possível estruturar relativamente à remodelação operada na época antonina, no período tardo-romano e na Antiguidade Tardia. Assim, embora inicialmente o balneário instalado no quadrante noroeste da *domus*, no século II, tenha sido considerado inicialmente como o primeiro exemplo de integração de um *balneum* numa casa de prestígio da cidade romana (Martins, 1997-98; Magalhães, 2010; Ribeiro, 2010), este viria a ser considerado, mais recentemente, como um equipamento de carácter público, embora de propriedade privada (Martins *et al.*, 2011; Martins, 2015), o que obrigou a considerar que o tempo de vida da *domus* terá sido bem mais curto do que o inicialmente admitido. Este reconhecimento obrigou a repensar a evolução morfológica e construtiva da ocupação do quarteirão A, o qual, a partir do século II, terá conhecido uma dinâmica diferente daquela que tem sido testemunhada noutros locais da cidade, onde a estrutura das *domus* construídas no século I, pouco terá mudado, em termos funcionais, ao longo de séculos, apesar das reformas que quase todas sofreram nos finais do século III/inícios do IV. Assim não terá acontecido com a *domus* das Carvalheiras, que desaparece na época antonina, sendo substituída por uma unidade residencial, que ocupou o lote sul do quarteirão e por um *balneum* público que se instalou na parte norte da anterior casa, o qual terá integrado uma

palestra que reutilizou a zona do peristilo da anterior casa

A configuração arquitetónica do espaço, que caracteriza a fase antonina e severiana do quarteirão A das Carvalheiras, terá permanecido até finais do século III/inícios do IV, período em que se regista o generalizado encerramento dos pórticos, que permitiu aumentar a área construída dos quarteirões. No entanto, esta fase continua a levantar algumas questões, designadamente relacionadas com o *balneum*, que terá sido aparentemente desafetado, não se registando atividades construtivas que permitam compreender com clareza as novas funções que foi dado a esse espaço, que aparenta persistir ocupado na Antiguidade Tardia. Por outro lado, é possível verificar que no limite sudeste do quarteirão foi construído um pequeno balneário, do qual se conservaram restos de um hipocausto, com um *praefurnium* anexo, o que sugere que a parte habitacional do quarteirão continuou ocupada até à Antiguidade Tardia, o mesmo acontecendo com a área envolvente da anterior palestra do *balneum*.

No período tardo antigo persiste alguma atividade construtiva, de que são expressão alguns novos muros que fragmentaram os espaços anteriores, ou que se erguem junto às fachadas, avançando a construção sobre os cardos poente (K13) e nascente (K12). Sabemos que o *praefurnium* do balneário tardio foi entulhado, dando origem a uma pequena sala, cujo piso, em *opus signinum*, ainda conservava algumas tesselas, o que constitui um indicador relevante da importância dos ocupantes do quarteirão.

As atividades construtivas terão cessado em momento ainda indeterminado da tardo antiguidade, sendo possível estimar, com base na cronologia dos materiais estudados e do conhecimento que dispomos para outras *domus* da cidade, que o ciclo de vida do quarteirão terá terminado posteriormente ao século VII, talvez na sequência da construção da primeira cerca medieval que deixou extramuros esta área da cidade tardo antiga (Ribeiro, 2008; Martins e Ribeiro, 2013). Todavia, permanece problemático o momento exato em que os terrenos das Carvalheiras terão sido progressivamente transformados em área agrícola. Seguramente que esse processo terá ocorrido num momento em que se abandonou grande parte da cidade romana, talvez, posteriormente ao século VIII. A utilização agrária do local está representada por alguns estratos e pela construção de um muro de contenção de terras, implantado no limite sul da plataforma, ainda hoje conservado. O local continuou a ter utilização agrícola até ao século XX, sendo possível diferenciar unidades estratigráficas da Baixa Idade Média de outras que poderão corresponder aos séculos da Idade Moderna, tendo em conta a presença de numismas com as cronologias sugeridas (Amaral, 2007).

Problemática é também a compreensão das características de uma primeira fase de ocupação da área anterior à época flávia. Na verdade, existem vários testemunhos que atestam que os quarteirões deste setor da cidade terão conhecido uma ocupação precoce, com características difíceis de precisar, documentada pela presença de cerâmica indígena e por abundantes testemunhos de ânforas Haltern 70 (Morais, 1998), sempre presentes nos enchimentos de numerosas fossas abertas no saibro, claramente anteriores à construção da *domus* que ocupa o quarteirão A, materiais que são comuns em Braga desde a época fundacional, ou seja, desde a última década antes da transição da Era.

Tendo por base os dados disponibilizados pelo estudo dos materiais e pela interpretação arquitetónica julgamos hoje poder identificar cinco fases de ocupação no quarteirão A das Carvalheiras, que descreveremos de seguida, as quais tem igualmente representação nos quarteirões limítrofes, identificados a poente (B), nascente (C), sul (D) e norte (E).

1.2 Descrição das fases

1.2.1 Fase I. Implantação e ocupação pré-flávia dos quarteirões

1.2.1.1 Descrição geral

O conjunto de intervenções arqueológicas realizado nas seis campanhas de escavação na 'Zona arqueológica das Carvalheiras', que referimos anteriormente, não logrou avaliar com clareza as características da ocupação dos quarteirões identificados anteriormente à época flávia, altura em que no quarteirão A é construída uma casa de átrio e peristilo e em que os quarteirões limítrofes são igualmente objeto de atividades construtivas, que parecem assinalar a consolidação da urbanização desta área da cidade romana. Na verdade, dispomos de materiais arqueológicos datados das primeiras décadas do século I, presentes nos enchimentos de várias fossas detríticas, abertas na alterite granítica, bem como nas valas de fundação de alguns muros flávios, facto que comprova um uso continuado das áreas dos quarteirões identificados ao longo das primeiras décadas do século I, sem que se possa avaliar com clareza a natureza da ocupação que aí terá tido lugar, ou mesmo o início da utilização deste setor da cidade, uma vez que o espectro cronológico dos materiais reconhecidos apenas permite balizá-los entre a transição da Era e a época flávia. A este propósito cabe destacar que a única moeda encontrada nas escavações que pode ser atribuída a este período corresponde a um numisma de Cláudio I, não se reconhecendo neste setor da cidade a presença de numerário augustano, reconhecido na Colina do Alto da Cividade (Amaral, 2007).

Tendo por base os conhecimentos adquiridos sobre o contexto fundacional de *Bracara Augusta*, resultantes do conjunto dos dados facultados pelas intervenções arqueológicas e pelos dados epigráficos disponíveis, é presumível que a cidade tenha sido fundada entre 15 e 13 a.C., muito embora seja impossível estimar a data concreta em que pode ter ocorrido a implantação do seu traçado ortogonal, sendo apenas possível considerar que as operações de marcação da cidade e do território devem ter tido lugar anteriormente aos anos 3/2 a.C., uma vez que nessa data já estariam em curso atividades construtivas, designadamente do *forum* e áreas adjacentes (Martins *et al.*, 2017a; 2017b).

Assim, tudo indica que o povoamento da cidade se tenha iniciado ainda na última década do século I a.C., pois possuímos testemunhos que comprovam o início da construção da Via XVII e o uso funerário do espaço situado a sul da mesma, ainda em finais daquela década (Braga, 2010; 2018). Também será de supor que nas décadas que se sucederam à fundação da cidade esta tenha sido objeto de um povoamento continuado, com destaque para uma forte componente de população oriunda dos castros da região bracarense, conforme se encontra testemunhado pelo *corpus* epigráfico da cidade (Redentor, 2011), mas também pelo aumento do número de enterramentos registado na necrópole da Via XVII, entre Augusto e Tibério (Braga, 2010; 2018). A presen-

ça de uma população de extrato indígena, que deverá ter constituído o essencial da mão-de-obra para a construção da cidade, está igualmente documentada nas produções cerâmicas de origem local, que surgem normalmente associadas a produtos itálicos (*sigillata*, paredes finas, lucernas e vidros) e béticos (ânforas), presentes em contextos funerários, mas também nos enchimentos de fossas, ou de valas de fundação de muros datados da época flávia (Morais, 2005; Morais *et al.*, 2013). A recorrência deste tipo de materiais atesta, não só o povoamento da área urbana, como também uma intensa atividade comercial da cidade logo nas suas primeiras décadas de existência, de resto documentada pela inscrição dedicada pelos cidadãos romanos que negociavam na cidade a *C Caetronius Miccio* (Morais, 2005). No entanto, apesar do significativo número de evidências epigráficas e arqueológicas disponíveis, que documentam um povoamento extensivo da cidade, entre o período de Augusto e a época flávia, com expressão funerária na necrópole da Via XVII, são reduzidos os vestígios construtivos de carácter residencial que podem ser atribuídos a esse período. Na verdade, todos os dados apontam para que a generalização da construção de *domus* se efetive a partir de meados do século I, nas áreas adjacentes ao *forum*. Neste processo se insere, seguramente, a construção da *domus* que ocupou o quarteirão A das Carvalheiras, a qual parece ter implicado a destruição de evidências arquitetónicas mais antigas, situação que parece recorrente noutros locais escavados, que abordaremos mais adiante, como acontece na zona do Ex Albergue Distrital (Torres, 2014) e na zona das Cavalariças (Silva, 2013). Uma ocupação pré flávia foi igualmente detetada na zona arqueológica da Rua Afonso Henriques (Martins *et al.*, 2014) e na zona arqueológica da Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas. Em todos os locais referidos existem materiais que apontam para uma ocupação datada das primeiras décadas do século I, mas que não configura projetos arquitetónicos bem definidos, quer porque a posterior construção das *domus* tenha destruído as suas evidências, quer porque as estruturas associadas podem ter usado materiais de natureza perecível que não se conservaram.

A fase pré-flávia na 'Zona arqueológica das Carvalheiras' não escapa ao aparente carácter fruste e provisório da ocupação dos restantes quarteirões romanos conhecidos até ao momento em Braga, basicamente representada por um conjunto de fossas, em cujos enchimentos se reconhecem materiais cerâmicos, que documentam a segura utilização desta área da cidade, organizada em lotes, delimitados pelos eixos viários que compunham a malha ortogonal implantada em época de Augusto (Martins *et al.*, 2017a).

1.2.1.2 Topografia fundacional

Nesta zona arqueológica reconhecem-se vestígios de dois cardos (K12 e K13), os quais, juntamente com os dois decumanos (D2 e D3), também identificados na escavação, formalizam o quarteirão A, bem como os limites de outros quatro quarteirões limítrofes (Martins *et al.*, 2017a). Marcados com uma largura média de 12 pés, estes eixos viários viriam a ser profundamente alterados no período tardo romano e tardo antigo, quando que registou o avanço das construções sobre as ruas, facto que determinou o estreitamento do cardo K13 e o total desaparecimento do cardo K12, totalmente construído na Antiguidade Tardia.

No estado atual dos nossos conhecimentos julga-se que as ruas, que fossilizaram a malha urbana ortogonal de *Bracara Augusta*, devem ter sido materializadas com silhares, que marcariam os alinhamentos dos limites dos eixos viários, mas também os lotes de terreno a urbanizar, que correspondiam a áreas construtivas de 1 *actus* (120 pés) (Martins *et al.* 2017a), embora estas possam ter sido subdivididas em lotes mais pequenos. Na circunstância, e considerando o reduzido número de vestígios que podemos reportar às primeiras décadas do século I, não é possível estabelecer com segurança se as áreas dos quarteirões terão conhecido alguma subdivisão prévia dos lotes, anteriormente à sua construção na época flávia, altura em que, pelo menos no caso do quarteirão B, se reconhece a sua clara subdivisão em dois lotes distintos, que estariam separados por um eixo de circulação interior, com orientação E/O. Merece ainda destaque o facto do quarteirão A se organizar na época flávia em duas plataformas distintas, separadas por muros de contenção, cujo alinhamento E/O poderia dividir o quarteirão a meio. Assim, muito embora seja difícil de perceber a estrutura do loteamento da fase pré flávia pode considerar-se que o módulo original correspondesse a áreas construtivas de meio *actus*, o qual parece ter ficado fossilizado na fase flávia do quarteirão B, tendo o quarteirão A sido adquirido por um único proprietário que aí ergueu uma luxuosa residência.

Tendo em conta os materiais presentes nas valas de fundação dos silhares que compunham os pórticos anexos às ruas julgamos que estes elementos característicos do urbanismo de *Bracara Augusta* terão sido estruturados aquando da construção das casas na época flávia. Na verdade, embora os pórticos fossem áreas públicas cobertas, a sua construção parece ter sido acometida aos proprietários das casas, justificando-se, por isso, alguma variabilidade das dimensões que apresentam na área em análise, como veremos de seguida. Podemos assim considerar que anteriormente

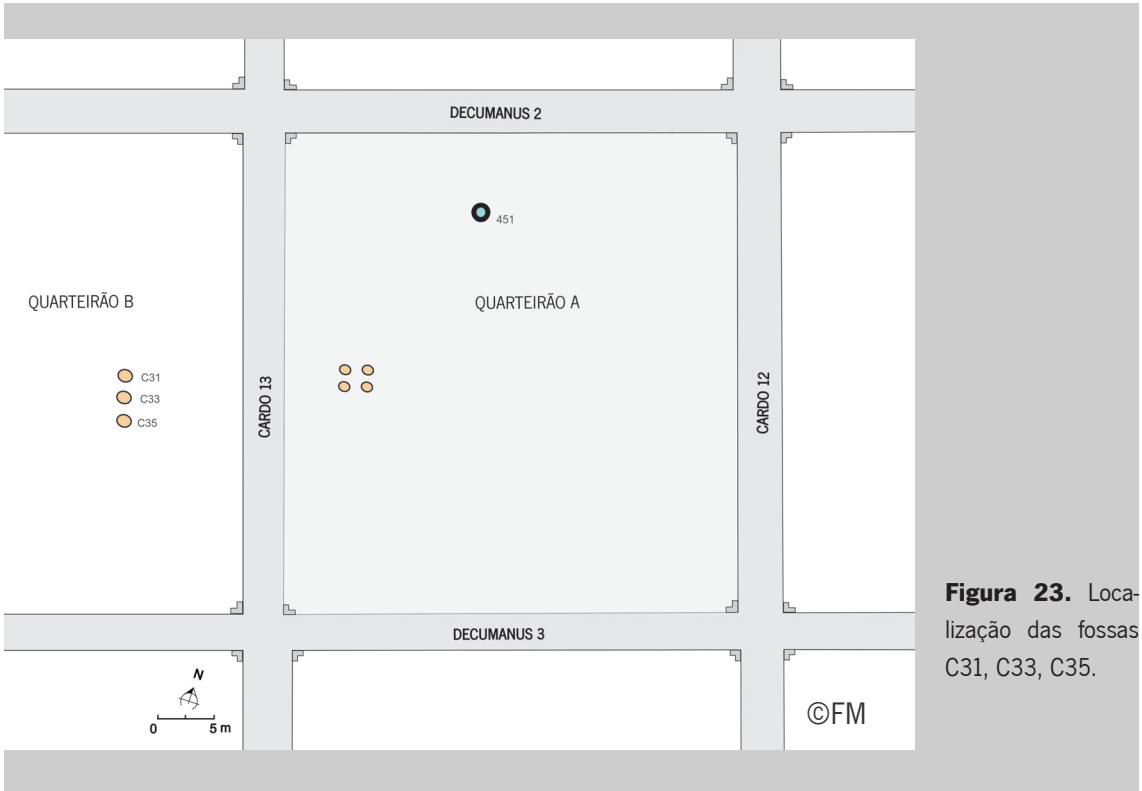


Figura 23. Localização das fossas C31, C33, C35.

à época flávia o terreno deste setor da cidade seria composto pelos quarteirões, cujas áreas seriam definidas pelos alinhamentos dos eixos viários, que poderiam ter sido estruturados com silhares, que assinalariam os cantos dos quarteirões, os quais poderiam ter sido divididos em dois lotes. No seu interior devem ter sido construídas, até ao último quartel do século I, algumas estruturas de carácter fruste, com diferentes funcionalidades, de difícil caracterização, mas eventualmente de natureza artesanal e residencial, conforme parece demonstrado pelas fossas e pelos materiais nelas contidos que documentam a ocupação deste setor da cidade.

1.2.1.3 Os vestígios de ocupação e o seu significado

As fossas que podem ser atribuídas a esta fase de ocupação apresentam características diversas. Basicamente podem ter servido para extrair saibro, que terá sido usado na construção, estando o seu uso reconhecido como elemento das argamassas dos muros e de pavimentos (Ribeiro, 2010). Uma vez cumprida a sua função, as fossas devem ter sido entulhadas, servindo como lixeiras. No entanto, cabe destacar, pela sua regularidade, quatro fossas, identificadas a nascente do cardo K13, no quarteirão A, cujas características sugerem que podem ter servido para conter recipientes de armazenagem (Fig. 23). Igualmente dignas de nota são 3 fossas (C31, 33 e 35), identificadas no quarteirão B, escavadas em contexto da construção do muro do campo de jogos, as quais se revelaram repletas de fragmentos cerâmicos. As fossas foram abertas na alterite granítica, sendo sobrepostas por um enchimento estéril (03), sobreposto por uma camada muito remexida (02), que forneceu materiais cerâmicos de fabrico comum, cuja morfologia é recorrente entre os séculos I e IV, no qual foi encontrada uma moedas de imitação de Cláudio I, que pode ter circulado até aos finais da dinastia flávia,

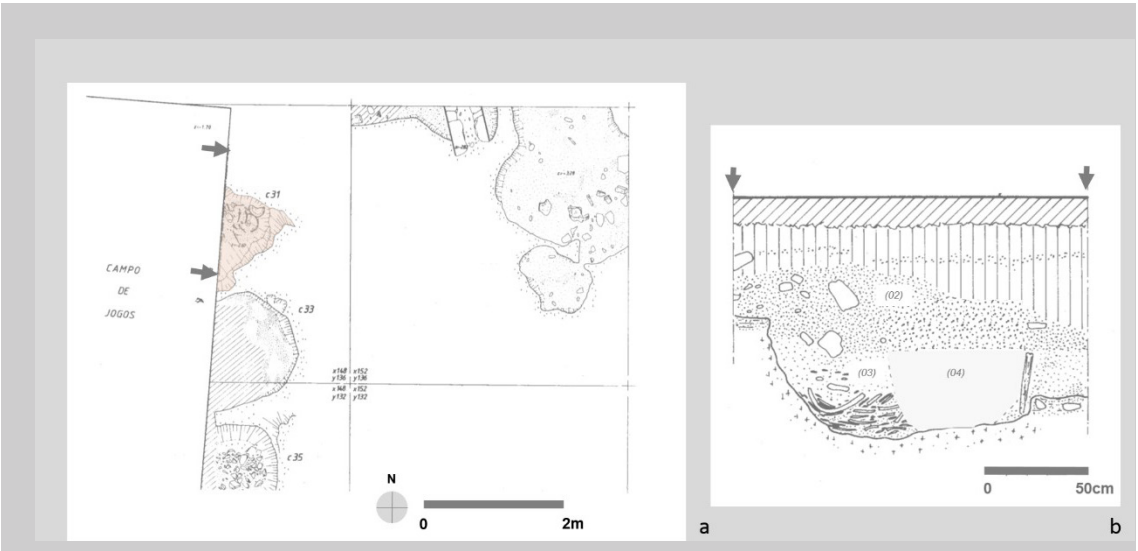


Figura 24 a) Planta de localização das fossas C31, 33 e 35; b) corte da fossa C31.

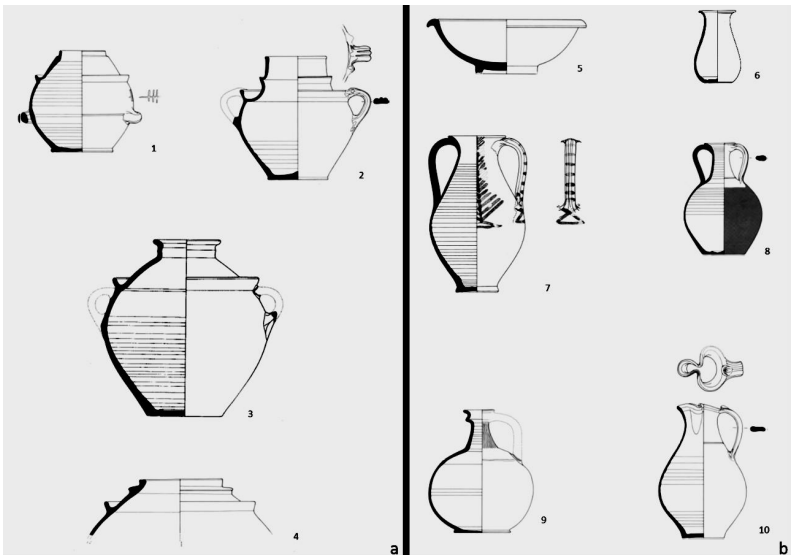


Figura 25. Cerâmica da fossa C31 *apud* Delgado 1996/97: a) potes meleiros; b) outras cerâmicas comuns.

ou inícios do século II. O enchimento da fossa encontrava-se perturbado por um saque (04) (Fig. 24).

Do conjunto das três fossas cabe destacar a identificada como C31, que forneceu um conjunto muito significativo de fragmentos de cerâmica comum, que permitiu reconstituir cerca de 63 peças diferenciadas, algumas com cronologias mal definidas, designadamente pratéis, taças, pequenas jarras e potes de pastas grosseiras e outras, cujo espetro cronológico permite situá-las entre meados do século I e meados do II (Delgado, 1996/97: 152). A essa cronologia pertencem seguramente um prato que imita a forma Drag. 36, característica da produção gálica e hispânica, desde Nero até ao século II, um copinho de perfil em S, frequente em contextos da segunda metade do século I, mas que podem ir até ao século II, jarras de perfil em S, que aparecem associadas à produção bracarense, comuns em estratos da 2ª metade do século I, podendo o seu fabrico prolongar-se até à 2ª metade do século II e uma bilha, cuja cronologia pode ser estimada entre meados do século I e II, bem como quatro potes meleiros (Delgado, 1996/97: 153) (Fig. 25).

O facto dos fragmentos cerâmicos presentes no enchimento da fossa C31 terem permitido a restituição de um número elevado de formas induz a pensar que estamos perante um descarte intencional de peças, comum nas imediações de locais de fabrico de cerâmica. Por outro lado, a circunstância do enchimento da fossa se encontrar selado por um nível estéril, composto basicamente por saibro, permite considerar que as peças, cuja forma foi recuperada, se inserem num contexto de produção de cerâmica comum fina e grosseira, claramente anterior à época flávia, se valorizarmos a sua cronologia mais antiga. Trata-se de uma hipótese que consideramos de grande alcance para situar o início da produção oleira de *Bracara Augusta*, que embora bem conhecida do ponto de vista dos fabricos, não foi ainda plenamente compreendida em termos cronológicos. Na verdade, se o período de Augusto e Tibério prima pela generalizada presença de cerâmica de produção indígena, a par da presença de produções importadas, julgamos ser possível estimar, com base nos dados fornecidos pela fossa C31, que a instalação em Braga de oleiros, produtores de cerâmica comum de claro fabrico romano, pode ter ocorrido em meados do século I, entre Cláudio e Nero, o que indica que se deverá ter então iniciado a exploração dos barreiros da zona de Prado, região que sabemos ter fornecido a matéria-prima para este tipo de produtos (Gomes, 2000). Por outro lado, a admitir que a fossa em

questão pode estar associada à proximidade de uma oficina, que poderia ter laborado até à época flávia, altura em a área parece ter assumido uma clara vocação doméstica, julgamos poder considerar que a primeira fase de ocupação da zona poderá ter assumido um carácter artesanal, associado a construções de carácter residencial, com características difíceis de estabelecer, mas seguramente de carácter fruste, arrasadas para posterior urbanização, situação que foi também verificada nas zonas arqueológicas do ex Albergue Distrital e Antigas Cavalariças (Martins *et al.*, 2017a).

O único marcador construtivo executado em pedra, que podemos claramente atribuir a esta fase, muito embora se desconheça a sua cronologia exata, está representado por um poço (UE451), localizado no quadrante nordeste do quarteirão A, o qual viria a ser integrado na *domus* flávia (Fig. 26). Este elemento arquitetónico, que exibe um diâmetro de 0.90m e um aparelho de grande qualidade, em *opus vittatum*, assinala o modo como a cidade se abasteceu de água durante as primeiras décadas de ocupação, ou seja, anteriormente à construção do aqueduto que irá transportar água para a cidade e que presumivelmente a captaria na zona das Sete Fontes (Martins e Ribeiro, 2012; Martins *et al.*, 2012). Na verdade, tendo por base os dados facultados pelas escavações do aqueduto do Alto da Cividade, que abastecia as termas públicas, construídas em simultâneo com o teatro, é possível admitir que a construção de um aqueduto de abastecimento de água à cidade seja uma obra datável da época flávia, altura em que a expansão da cidade e o início da construção dos primeiros equipamentos termais terão exigido um abastecimento mais regular do que aquele que seria suprido pelos poços (Martins *et al.*, 2012).

A presença de um poço atribuível a esta fase subentende que o quarteirão A teria sido ocupado anteriormente à construção da *domus*, ainda que não indique com clareza a natureza dessa ocupação pristina, que pode ter tido uma vocação mista de natureza doméstica e artesanal, à semelhança do que vem sendo documentado noutros quarteirões conhecidos da cidade (Martins *et al.*, 2012).

Face aos escassos dados disponíveis são muitas as dúvidas que persistem sobre a natureza da ocupação deste amplo setor, que se situava no quadrante noroeste da cidade romana, relativamente perto do *forum*, onde se deve ter concentrado boa parte das atividades construtivas, anteriormente



Figura 26. Poço (UE451), identificado no quadrante nordeste do quarteirão A. Esta estrutura de captação de água data da primeira fase ©UAUM.

à época flávia. No entanto, face aos escassos vestígios que podem ser claramente atribuídos a uma ocupação das áreas dos quatro quarteirões identificados nesta área arqueológica, podemos presumir que neles se teriam fixado algumas atividades e residentes que deram expressão a uma primeira fase de utilização do espaço urbano de *Bracara Augusta*, anterior ao sistemático processo urbanizador dos quarteirões, representado pela construção de várias *domus*, iniciado a partir de meados do século I, na envolvente do *forum* e que se intensifica na época flávia, do qual é expressão a conhecida *domus* de átrio e peristilo que é erguida no quarteirão A e que se enquadra na Fase II de ocupação da 'Zona arqueológica das Carvalheiras'. Muito embora as principais evidências disponíveis relativas a essa fase estejam sobretudo representadas no quarteirão A, sabemos que também mudou a ocupação dos quarteirões limítrofes. Um testemunho importante dessa mudança surge representado pela circunstância das fossas situadas no quarteirão B terem sido seladas por um nível de areão, que assinalará o presumível fim de ciclo das atividades que aí teriam tido lugar ao longo do século I e uma eventual preparação do terreno para novas atividades construtivas, representadas por silhares que formalizam pórticos e vestígios de muros que assinalam uma nova organização do espaço e a segura segmentação do quarteirão em dois lotes.

A natureza da urbanização flávia dos quarteirões da zona das Carvalheiras terá implicado o arrasamento das preexistências construtivas, à semelhança do que aconteceu noutras zonas da cidade, circunstância que impede uma melhor avaliação dos processos ocupacionais e construtivos que caracterizam a Fase I deste setor da cidade romana.

1.2.2 Fase II. A urbanização flávia dos quarteirões

1.2.2.1 A *domus* flávia do quarteirão A

1.2.2.1.1 Descrição geral

A fase construtiva correspondente ao primeiro projeto arquitetónico que ocupou a totalidade do quarteirão A das Carvalheiras corresponde à construção de uma *domus* de átrio e peristilo, ladeada por pórticos, datada da época flávia, momento em que se terá igualmente registado a primeira construção pétrea dos quarteirões anexos.

A construção da casa terá implicado o arrasamento das preexistências e a regularização do terreno, que regista um acentuado pendor no sentido S/N e um declive moderado no sentido E/O. O maior desnível, no sentido S/N, foi vencido de forma engenhosa com a construção de um robusto muro de contenção (UE273), o qual formalizou duas plataformas da habitação, que comunicavam entre si através de uma escada interior (UE365 e UE378), da qual se conservaram vestígios, ainda que seja possível considerar que terá existido uma outra escada, que associaria a área do átrio com um estreito corredor de serviço articulado com uma entrada, rasgada na fachada poente da *domus* (Fig.27). Tudo indica que esta escada tenha sido destruída numa reforma posterior do edifício. As duas escadas articulavam duas áreas claramente diferenciadas da casa, uma mais pública, organizada em torno do átrio, com entrada a partir do decumano D3 e outra mais privada, estruturada em torno de um grande peristilo, com entrada a partir do decumano D2.

Em termos altimétricos importa destacar o papel desempenhado pelo muro de contenção



Figura 27. Planta da *domus* de átrio e peristilo com a identificação das unidades estratigráficas construídas.

que dividia a casa a meio (UE273), com cerca de 20m de extensão, estando delimitado a poente pelo muro referenciado com a UE367 e a nascente pelo robusto muro correspondente à UE375, ambos desempenhando a função de muros de carga, que exigiram o corte vertical da espessa camada de alteração granítica da zona. A construção desses muros regularizou a cota da área situada a norte, a cerca de 179.30m de altura, tendo por base a cota do saibro, sobre o qual terão sido dispostos os pavimentos, enquanto a plataforma sul oferece cotas ao nível do saibro ligeiramente diferenciadas, oscilando entre 182.20m, na zona do átrio e 183.20m, no limite sudeste, alturas que acompanhavam a inclinação do terreno ao nível das lojas que abriam ao pórtico associado ao decumano D3, tendo o desnível dos pórticos sido compensado com lanços de escadas (Fig. 28). Na plataforma norte, destaca-se o núcleo do peristilo, formalizado à cota de 179.30m, dispondo-se as áreas adjacentes ao pórtico do cardo K12 a cerca de 178.40m. A definição dos níveis de utilização dos diferentes espaços da casa foi proporcionada pelos cortes estratigráficos do terreno, tomando por referência o conjunto dos vestígios exumados, com destaque para os níveis de saibro compacto que terão servido de base para o assentamento dos diferentes enchimentos preparatórios do assentamento dos pavimentos, só parcialmente conservados. Por isso, a definição de cotas de circulação constituiu, nalguns casos, um exercício difícil, particularmente na área do átrio, devido ao arrasamento dos vestígios que se dispõem,

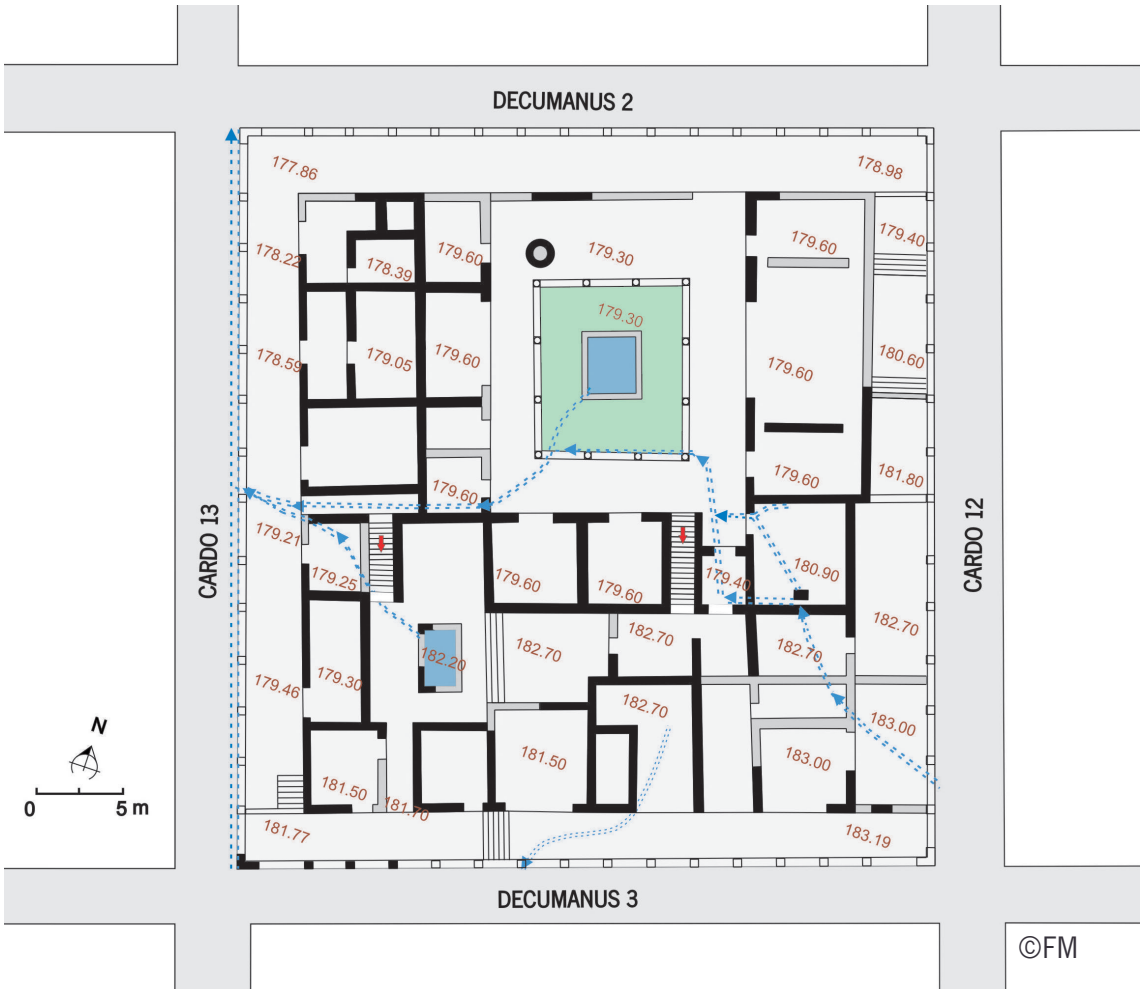


Figura 28. Planta da *domus* flaviana com as cotas identificadas em cada espaço.

circunstancialmente, ao nível da alterite, não fornecendo os necessários níveis de compactação que seriam indispensáveis para o assentamento dos pavimentos. Neste sentido, o recurso às cotas do decumano D3 foram fundamentais para referenciar a altimetria do átrio e dos compartimentos conexos.

Do ponto de vista do edificado cabe sublinhar a boa qualidade técnica dos muros atribuídos a esta fase, com aparelho tipo *opus vittatum*, solidamente implantados na rocha, normalmente com valas de fundação rasgadas na arena granítica, repousando sobre sapatas compostas por cascalho grosso e argamassa. Os grandes muros exteriores são mais robustos, com larguras que variam entre os 0.51m e 0.56m, aproximando-se dos 2 pés. Dos muros perimetrais conhecem-se apenas os correspondentes à fachada sul (UEs 335, 348, 350, 351, 353), aquele que formalizava a fachada poente (UE332) e os robustos muros da fachada nascente (UE375 e UE401). Já a fachada norte surge apenas representada pelo muro identificado com a UE476 (Fig. 27). As paredes interiores divisórias dos diferentes compartimentos possuem em média cerca 1.5 pés (0.45m) de largura (Ribeiro, 2010).

O estado geral de conservação dos muros é bastante desigual, sendo alguns percetíveis apenas pelas sapatas, pois muitos deles foram desmontados nas fases mais tardias. Assim, os muros

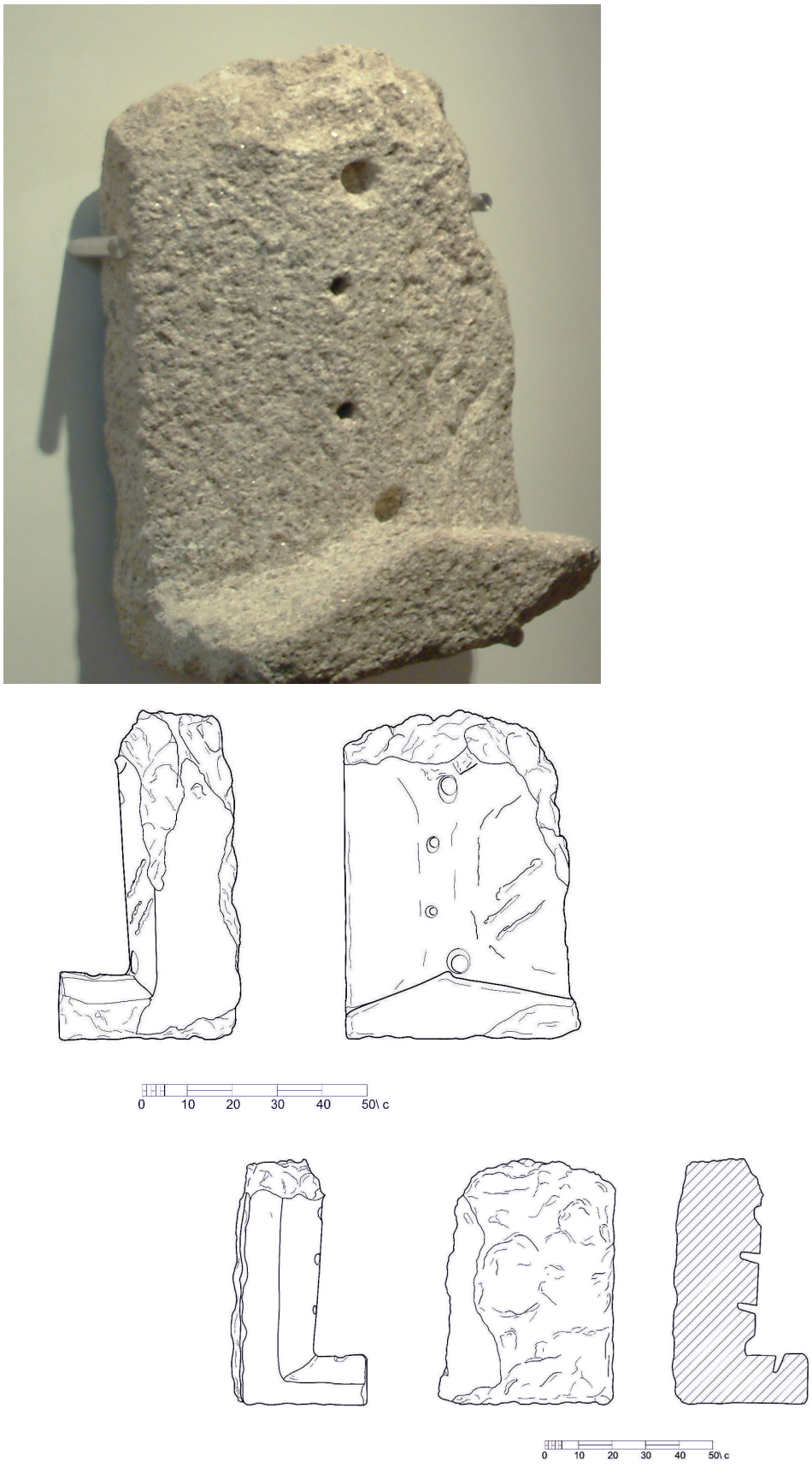


Figura 29. Elemento de janela em granito pertencente à *domus* das Carvalheiras.

que compunham a fachada sul, que integrava a porta de acesso ao átrio e um conjunto de cinco lojas apresentam-se muito arrasados, dispondo-se praticamente à superfície, devido à cota elevada do terreno. Igualmente mal conservado se encontra o muro da fachada norte, definido pela UE476, o qual terá sido alterado na Fase III, para construir a parede correspondente à UE469, destinada a definir uma fachada ligeiramente recuada e porticada (Fig. 27). Já o poderoso muro da fachada nascente (UE401 e UE375) encontra-se melhor conservado e venceria um forte pendor do terreno, entre as cotas 183.30m (a sul) e 179.60m (a norte), facto que exigia que o pórtico que ladeava o cardo K12 se dispusesse em plataformas, devendo ter sido servido por lances de escadas (Fig. 28). A fachada poente, que vencia um pendor menos significativo, está definida por um robusto muro (UE332), travado naquele que definia a fachada sul. Um muro muito destruído, percetível ao nível do alicerce (UE327) e paralelo ao muro da fachada, parece corresponder ao alinhamento de uma estrutura de contenção, que formalizaria o limite do cardo K13, sobre o qual se disporia a colunata do pórtico que acompanhava a rua.

Ao longo da fachada poente dispunham-se cinco lojas, três das quais, situadas no quadrante noroeste, foram parcialmente incorporadas no *balneum* que aí foi construído na época antonina. Aproximadamente a meio da fachada, entre os muros referenciados com as UEs 368 e 372 desenha-se uma estreita passagem, situada entre dois muros (UE372 a norte e UE368 a sul), que parece estruturar um corredor de circulação que julgamos associado a uma entrada secundária da habitação, feita a partir do pórtico poente, o qual daria acesso a um vão de escadas que desembocava na área do átrio, dispondo-se entre os muros referenciados com as UEs 340 e 342.

Do ponto de vista morfológico cabe salientar, uma vez mais, que a área construída da *domus* se estruturava em duas plataformas, claramente interligadas do ponto de vista do edificado e das suas ligações internas. A articulação dessas plataformas era assegurada por robustos muros de contenção, dispostos no sentido E/O (UE368 e 273), por sua vez travados nos muros representados pelas UEs 367 e 375, com orientação N/S, que asseguravam, de forma engenhosa, a adaptação do edifício ao pendor do terreno. Curiosamente, esses muros formalizam dois corpos bem definidos da habitação que, não fora as escadas interiores, que seguramente articulavam as duas áreas da casa, poderiam induzir a considerar estarmos face a duas unidades domésticas perfeitamente autónomas, algo que parece claramente acontecer no quarteirão B, que se dispõe a poente do cardo K13. No entanto, a morfologia das duas plataformas, unidas pelas escadas, não deixa de ser sugestiva de que o quarteirão estivesse inicialmente dividido em dois lotes, adquiridos por um único proprietário para a construção de uma grande *domus* na época flávia.

Dos pavimentos correspondentes aos diferentes espaços da casa nada se conservou, sendo presumível que a habitação deveria ter possuído pavimentos revestidos a material laterício e mosaicos, tendo por base evidências reconhecidas noutros setores da cidade onde foram encontrados vestígios desses materiais usados nos revestimentos dos pisos. O mesmo podemos dizer das paredes que terão recebido estuques, eles também genericamente mal conservados em *Bracara Augusta*. Importa igualmente referir a escassez dos elementos arquitetónicos que devem ter pertencido à *domus*, que terão sido sucessivamente reaproveitados noutras fases de ocupação do quarteirão. Do

programa decorativo que deve ter ornamentado a casa apenas sobreviveram alguns fustes, bases e capitéis, maioritariamente toscanos, sendo de destacar que o lintel em granito, encontrado num nível de demolição da área envolvente do peristilo, com cerca de 1.93m de comprimento por 0.25m de espessura, pode ter ornamentado a porta de entrada da sala P1, ou seja, do *triclinium*, ainda que seja de registar a sua reutilização nas fases posteriores. A peça apresenta-se decorada numa das faces com losangos (Fig. 33).

Destacamos, ainda, a identificação de um elemento de janela, em granito, que deveria ter sido incorporada na parte alta de uma das paredes, presumivelmente da fachada poente, considerando o local em que a peça foi encontrada, num nível de demolição sobre a rua disposta a poente (cardo K13). A peça possui 0.72m de comprimento, por 0.37m de espessura e 0.54m de largura, apresentando uma morfologia sugestiva de que cumpria uma função de arejamento da habitação, pois possuiria um gradeamento de ferros (Fig. 29).

1.2.2.1.2 A área pública da *domus*: a zona do átrio

A zona do átrio da casa era acessível por uma porta principal rasgada na fachada sul, a partir do pórtico, que ladeava o decumano D3, sendo igualmente acessível a partir de umas escadas, às quais se acedia a partir de um corredor (área A10) e de uma entrada rasgada na fachada poente, a partir do pórtico contíguo ao cardo K13.

O átrio, implantado à cota de 182.20m, possuía uma área útil de 45m^2, definindo uma superfície aproximadamente quadrangular, com 22 pés de largura por 23 de comprimento e dispunha de um *impluvium,* muito mal conservado, definido por um pequeno tanque, do qual se conservaram apenas as sapatas (UEs 343, 343A, 463). O tanque seria presumivelmente retangular, com orientação N/S e ocuparia uma área com cerca de 10m^2, estando a sua existência comprovada por uma canalização (UE371), com orientação SE/NO, a qual drenava a água do tanque para poente, em direção a uma conduta que deveria correr ao longo do pórtico que acompanhava o cardo K13. Em torno do *impluvium* organizava-se um estreito corredor de circulação que dava acesso aos diferentes compartimentos envolventes do átrio.

Apesar de não dispormos de elementos arquitetónicos suficientes para caracterizar com rigor o tipo de átrio da *domus* julga-se possível considerar que estamos em presença de um modelo toscano, justificável pela sua reduzida dimensão, que exclui, logo à partida, a tipologia de átrio coríntio. Por outro lado, a presença de um *impluvium* permite excluir a possibilidade de estarmos em presença de um átrio *displuviatum* ou *testudinata*, ambos incompatíveis com a documentada presença de um tanque de recolha da água das chuvas.

A entrada do átrio, situada a sul, dava acesso a um pequeno corredor (*fauces*), com 18 pés de comprimento (5.20m), por 5 pés de largura (1.50m), limitado pelos muros de duas lojas (UE334 e UE347), que se dispunham a poente e nascente (T6 e T7). A diferença de cotas entre o pórtico sul e a área do átrio é sugestiva da existência de um ligeiro pendor deste corredor, a partir do qual era possível aceder ao interior da loja T6, por uma porta, da qual se conservou a soleira, que estava rasgada na parede referenciada com a UE334. Por se integrar já no interior da casa esta entrada sugere que



Figura 30. Planta da *domus* das Carvalheiras com a localização dos espaços no núcleo do átrio.

a loja deveria estar sob exploração do seu proprietário (Fig. 30).

Três compartimentos principais compunham a área pública do átrio, servidos pelo estreito *ambulacrum* que envolvia o conjunto do *impluvium* (Fig. 30) Os compartimentos desempenhariam um conjunto de funções, presumivelmente associadas às atividades de representação que se desenvolviam neste espaço da habitação e que envolviam o dono da casa e as suas atividades diárias de receção.

A sala disposta a norte do *impluvium* possuía uma área de cerca de 20m^2 e encontrava-se aberta ao átrio por um amplo vão disposto a toda a largura do compartimento, estando limitada pelos muros referenciados com as UEs 342, 368 e 367. Com 16 pés de profundidade e 14 pés de comprimento este compartimento apresenta dimensões compatíveis com a sua presumível função de *tablinum,* de acordo com as recomendações vitruvianas (*De Arch.* VI, IV), constituindo a sala de receção onde teria lugar o *salutatio* matinal do dono da casa. A disposição deste compartimento, adossado ao paramento cego da parede norte e aberto ao átrio colhe paralelos em várias casas do ocidente do Império, designadamente em *Celsa Sulpicia* (Beltrán Lloris, 1991: 152-53).

A poente do átrio desenhava-se um outro compartimento (A5), com uma área útil de 20m^2, registada a partir dos limites dos muros identificados com as UEs332, 333. 338 e 342, conservados apenas ao nível do rés-do-chão, onde se situaria a loja T5 (Fig. 34). Neste sentido, não nos é possível saber qual o tipo de piso que possuiria, nem se o compartimento comportaria algum tipo de divisória que assegurasse a repartição do espaço em *cubicula*. O que podemos considerar é que deste compartimento se poderia aceder a um outro interior (A4), que se dispunha a norte, com entrada através da parede referenciada com a UE338 (Fig. 30). Considerando os dados disponíveis é difícil precisar a funcionalidade dos compartimentos A4 e A5, cuja cota de circulação deveria corresponder à do átrio (182.20m), dispondo-se os seus pisos respetivamente sobre as lojas T4 e T5, à cota de 179.60m, que definiria o nível dos pavimentos daqueles dois estabelecimentos, cujo pé direito rondaria 2.60m e que seriam acessíveis a partir do pórtico poente, anexo ao cardo K13 (Fig. 34).

Finalmente, a nascente do átrio desenhava-se um amplo compartimento (A2), com uma área útil de 30m^2, limitado por três paredes (UEs 273, 357 e 245). O acesso a partir do átrio, situado cerca de 0.50m abaixo do piso estimado para aquela sala, exigia um lance de escadas, talvez com 2 degraus, cuja sapata foi identificada com a UE344. Cabe sublinhar a morfologia irregular deste espaço, tendo em conta os muros sobreviventes, pois, na verdade, o compartimento poderia ter comportado uma subdivisão plausível na parte nascente, cujo limite poderia ter sido assegurado pelo alinhamento do muro correspondente à UE352 (Fig.27), hipótese que formalizaria um espaço de receção perfeitamente quadrado. Importa ainda referir que estamos perante o maior compartimento da área pública do átrio, cujas dimensões se ajustariam à sua interpretação como *exedra,* devendo ter funcionado como sala de estar para apoio às atividades que aí tinham lugar (Silva, 2000). Na verdade, apesar das êxedras se associarem preferencialmente aos núcleos do peristilo, reconhece-se igualmente a sua existência em associação com os átrios, de que constitui exemplo a 'Casa C da insula I' de Celsa, onde a êxedra possui também uma localização orientada a poente (Beltrán Lloris, 1991: 148, 157). Assim, estamos em crer que o espaço A2 poderia ter funcionado como sala de receção dos clientes que diariamente se apresentavam na casa, enquanto aguardavam a sua vez de ser recebidos pelo *dominus* no *tablinum* (A3).

A nascente do compartimento A2, na parede correspondente à UE357 (Fig.27), deveria abrir-se uma porta que daria acesso a um espaço interior (A6), a partir do qual se acedia ao vão de escadas que, pelo interior da casa, conduzia à área do peristilo, permitindo o acesso à parte privada da habitação (Fig. 30). A norte da área A2 e com a mesma cota de 182.70m, deveriam existir dois compartimentos (A8 e A9), que se sobrepunham aos espaços P4 e P5, que seriam acessíveis a partir do *ambulacrum* do peristilo, situando-se no piso térreo e que teriam cerca de 2.90m de altura. O compartimento A9 seria seguramente acessível a partir da área A2, por abertura rasgada na parede norte (UE273), admitindo-se que o acesso ao adjacente compartimento A8 seria feito por entrada aberta na mesma parede. Trata-se de dois *cubicula*, de razoáveis dimensões, cuja funcionalidade exata nos escapa (Fig. 30). Ainda a nascente da área A6 desenha-se um outro espaço interior (A11), acessível a partir da área A6, com cerca de 12m^2, limitado pelas paredes correspondentes à UE273, a norte, UE363, a nascente, UE356, a sul e UE358, a poente (Fig. 30). A entrada fazia-se na parte norte da

parede poente (UE358), sendo difícil avaliar a função da área A11, sendo certo que seria através dela que se tinha acesso ao pequeno compartimento A7, que se dispunha a nascente da escada, cujo piso estaria à cota de 182.70m, definindo um piso superior da área P11, situada à cota de 179.40m, acessível a partir do peristilo (Fig. 28).

1.2.2.1.3 A área privada da *domus:* a zona do peristilo

A zona do peristilo (P) encontrava-se estruturada à cota de 179.30m e desenvolvia-se em torno de um amplo espaço aberto, com cerca de 237m^2 de área útil, envolvido por um deambulatório de circulação colunado. A presença de um tanque, que ornamentaria a área descoberta, é sugerida por uma extensa conduta (UE392) que drenava as águas sobrantes para poente, em direção ao cardo K13 (Fig. 27).

A área aberta, definida pelo limite da colunata, que seria ajardinada, possui uma disposição retangular, com eixo maior no sentido N/S (10.2x8.4m), possuindo uma superfície de 85.2m^2 (Fig. 31). A colunata apresentava 4 colunas de cada lado, estando os espaços entre os silhares de assentamento das colunas preenchidos por muretes, que impediriam a entrada da água das chuvas para o interior do pórtico. Nos lados sul e norte o intercolúnio apresenta um valor de 10 pés, enquanto nos



Figura 31. Planta da *domus* das Carvalheiras com a localização dos espaços em redor do peristilo.



Figura 32. Dois fustes que deveriam pertencer à colunata do peristilo ©MDDS.

outros dois lados ele é de 12 pés, o que permitiu uma distribuição colunada em número igual entre partes, com quatro elementos de coluna em cada lado do pórtico, criando um equilíbrio formal e um bom ritmo compositivo (Silva, 2000). Também as medidas do *ambulacrum* envolvente do peristilo são diferenciadas. Assim, enquanto a sul e poente o pórtico possui cerca de 10 pés de profundidade, a nascente ela é menor, oferecendo um valor de 7.5 pés, sendo maior a norte (13 pés), o que poderá justificar-se pela circunstância de se situar neste *ambulacrum* o poço que foi construído na fase anterior e que terá continuado a desempenhar um papel importante no abastecimento de água limpa à casa.

O estudo realizado por José Silva sobre a colunata do peristilo, tendo por base os tambores das colunas conservados *in situ* e os diâmetros das suas bases, permitiu estimar para as mesmas uma altura de 9 pés (Silva, 2000: 49), apontando para um cânone estilístico de modulação toscana. Neste sentido, a volumetria proposta pelo autor é de 12 pés, considerando o uso de silhares de assentamento das colunas de 2 pés e o recurso a um entablamento de 1 pé.

Do conjunto de fustes detetados nas escavações julga-se poder atribuir à colunata do peristilo dois elementos inteiros que apresentavam alturas aproximadas 0.94m, tendo em conta as suas características. Ao peristilo pertenceriam também duas bases de coluna em toro (N.º Inventário 1993.0233, UE929), sendo presumido que os capitéis fossem toscanos, à semelhança do que aconteceria nos pórticos que se integrariam na mesma ordem.

A área da casa que se organizava em torno do peristilo (P) era servida por uma porta, aberta na fachada norte (UE476), que permitia o acesso ao pórtico, elemento distribuidor para as alas nascente, sul e poente (Fig. 31). A sul e nascente encontramos os espaços de receção e banquete da *domus*, enquanto a ala poente deveria corresponder a uma área mais privada, onde se deveriam localizar os *cubicula*.

A área situada a nascente do peristilo seria organizada por um conjunto de compartimentos limitados a norte pela UE487, a este pela UE401, a sul pela UE404 e a poente pela UE461 (Fig. 27). Numa posição central desenhava-se um amplo espaço cujas características sugerem a sua função de *triclinium* (P1). É interessante notar que este compartimento se articulava com um outro compartimento anexo, situado a sul (P3), com cerca de 23.40m^2, uma vez que a parede, representada pelo muro identificado com a UE432, apresentava duas passagens dispostas a poente e nascente. Por

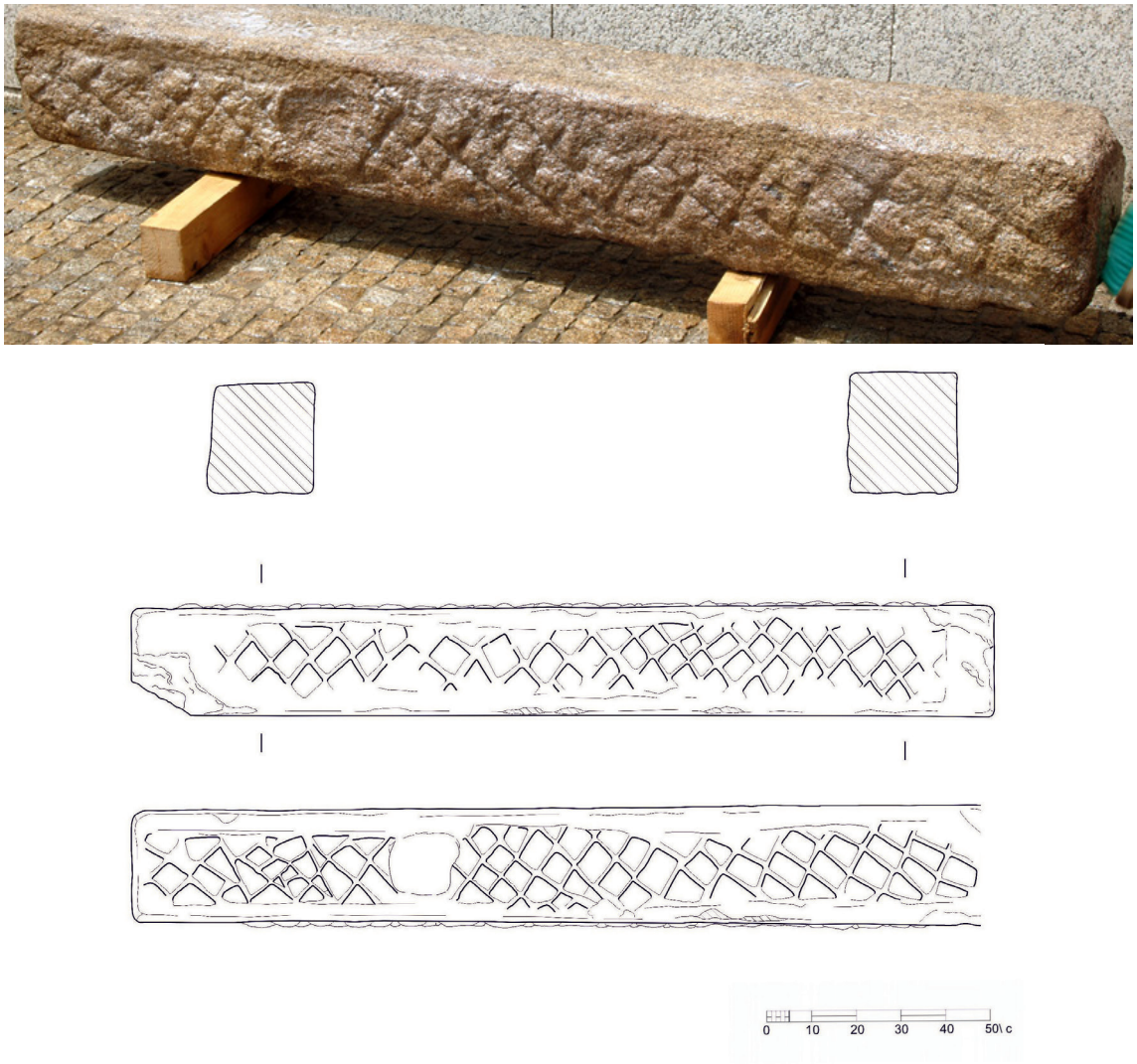


Figura 33. Lintel em granito, que deveria pertencer à entrada do *triclinium* ©MDDS.

razões de simetria julgamos que o mesmo aconteceria a norte, com o compartimento identificado como P2, que deveria possuir cerca de 23.70m^2, apesar de não dispormos de informação relativa a esta área da casa, que não foi ainda escavada em virtude de sobre ela assentar um tanque da antiga quinta, que não foi ainda removido. Assim, julgamos que o grande salão triclinar da casa (P1) deveria possuir cerca de 51.60m^2, devendo as duas salas laterais destinar-se a apoiar os serviços de receção aos convidados e às refeições que teriam lugar no espaço P1 (Fig. 31).

Assim, o conjunto dos compartimentos P1, P2 e P3, situado a nascente do peristilo, formalizando uma destacada simetria no conjunto da área privada da casa, possuía uma ampla visibilidade para a área ajardinada do peristilo, gozava de uma boa exposição solar e desempenhava um papel funcional e social de primeira grandeza na organização do espaço da *domus.* Sendo comum que os triclínios ocupassem uma área significativa das casas de elite, sabemos que não existem modelos rígidos para a organização deste tipo de espaços, que registam uma grande variabilidade de soluções, quer em Itália, quer nas províncias ocidentais, sendo um dos espaços sujeitos a maior reinterpretação por parte dos arquitetos locais, que conheceriam os modelos vitruvianos, mas estavam sobretudo dependentes dos gostos, estatuto e riqueza de quem encomendava as obras, mas também das ca-

racterísticas topográficas das áreas a construir (Ribeiro, 2010).

A sul do conjunto de compartimentos associados aos banquetes, dispunha-se um espaço amplo (P10), com uma área útil de 24.60m^2, que se presume poder corresponder a uma cozinha (culina), onde seriam preparadas as refeições. A existência de uma canalização de drenagem (UE406), contígua à parede norte do compartimento (UE404), bem como de uma outra de adução de água limpa (UE360), a partir do cardo K12, que cruzaria a parede sul do compartimento (UE273) e que abasteceria um tanque anexo à parede, com uma possível fonte, constituem elementos adicionais que nos ajudam a propor a funcionalidade deste espaço como culina. Anexa à cozinha, mas já na ala situada a sul do peristilo, desenha-se um pequeno compartimento (P11), com entrada próxima à da cozinha, com cerca de 6.40m^2, que poderá ter funcionado como *cella penaria*, a qual seria limitada a poente pelo muro da escada (UE378), que assegurava a circulação interior da habitação entre a área do átrio e a do peristilo (Fig.). Tem sido admitido que aqui pudesse funcionar também uma latrina, muito embora os dados disponíveis não o permitam comprovar, sendo essa hipótese sugerida pelo posicionamento de uma estrutura construtiva de base semicircular, de carácter fruste, muito arrasada por outras utilizações posteriores deste espaço. A orientação da canalização identificada com a UE412, para onde confluíam as águas sobrantes da conduta de adução (UE360) e da canalização (UE406) que cruzavam o compartimento P10, pode ser igualmente sugestiva da existência de uma



Figura 34. Planta da *domus* das Carvalheiras com a marcação das lojas ao longo dos pórticos sul, oeste e este.

pequena latrina no espaço P11 (Fig.31).

No lado sul do peristilo, a poente da escada, representada pela UE365, desenha-se uma sequência de dois compartimentos, abertos ao peristilo, no eixo perpendicular ao do *triclinium,* com áreas úteis de 21m^{2,} que deveriam formalizar salas de receção (Fig. 31). No entanto, este tipo de salas poderia servir diferentes necessidades associadas à receção e banquete que caracterizavam normalmente os espaços situados em torno do peristilo, podendo ter ocupação sazonalmente diferenciada. Na verdade, estes salões poderiam funcionar tanto como salas de receção como salas de jantar, que seriam mais frescas no período estival.

A organização da ala disposta a poente do peristilo, que viria a ser, no século II, sobreposta pelo *frigidarium* do balneário, é desconhecida. Estaria definida no lado nascente pela parede correspondente à UE394, ainda reaproveitada no edifício termal, tal como a referenciada com a UE368, que se dispõe a sul, com a UE425, situada a poente e com a UE476, que corresponde ao limite norte do edifício (Fig. 27). A área correspondente a esta ala estaria subdividida num número incerto de compartimentos, que presumimos destinados ao uso privado (*cubicula*) e que julgamos corresponderem a um mínimo de quatro (P6, P7, P8 e P9). Admitimos, por isso, que esta ala seria constituída por um eixo alinhado de *cubicula,* expostos a nascente, com áreas relativamente modestas, entre 7.40m^2 e 9.75m^2, embora alguns pudessem apresentar áreas potencialmente maiores, entre 16.20 m^2 (P9) e 18.50m^2 (P6).

1.2.2.1.4 Os espaços económicos

Rasgados nas fachadas poente e sul da *domus* dispunham-se vários espaços cujas características apontam para a sua função de *tabernae*, abertos aos pórticos que ladeavam as ruas. Muito embora seja fácil aferir a natureza claramente económica desses espaços, destinados ao aluguer, devido à sua relação com os pórticos, não é possível atestar com rigor o tipo de atividades que aí terão tido lugar nesta fase de ocupação, uma vez que esses espaços sofreram certamente outro tipo de utilizações ao longo dos séculos seguintes.

Oscilando em termos de área ocupada, estes espaços revelam uma assaz diferenciada morfologia. No caso dos espaços T1 e T2 é de salientar a lógica de formalização de possíveis antecâmaras, que resulta de uma subdivisão das áreas, eventualmente associada à criação de *cubicula* interiores, que poderiam destinar-se à armazenagem de produtos, ou a outras atividades de produção associadas ao tipo de mercadorias comercializadas, podendo igualmente ter servido como local de residência dos retalhistas. Por outro lado, não deixa de ser surpreendente a área da casa reservada à atividade comercial, facto que atesta um bom nível de rendas do proprietário da *domus* (Fig. 34)

Na fachada poente são claramente reconhecíveis cinco compartimentos que podem ser classificados como lojas. As lojas T1 e T3 possuem uma área de cerca de 30m^2, enquanto a loja T2 teria 36m^2. Sob os compartimentos A4 e A5, que compunham a ala poente do átrio, dispunham-se duas outras lojas, de iguais dimensões, com 19 e 20m^2 respetivamente (Fig. 34). Ao longo da fachada sul, foram individualizadas mais cinco espaços económicos, de morfologia e dimensões variáveis. Os compartimentos T6 e T7 são praticamente simétricos, possuindo áreas semelhantes de 16 e 15.59

m^2, respetivamente, ladeando a entrada da casa e a *fauces* (área A1) (Fig. 30). Merece destaque o facto da loja T6 possuir comunicação com o interior da casa, facto que indica que a sua exploração seria seguramente feita pelo seu proprietário (Fig. 34). A loja T7 possuía uma área ampla, com cerca de 28.38m^2. Por sua vez, a loja T8, com uma área útil de 40.41m^2 revela vestígios de um balcão, disposto no sentido N/S, tendo sido admitido que poderia formalizar um *termopolium,* um tipo de loja bastante comum nas fachadas das habitações das cidades de Pompeia, Herculano e Óstia. Uma canalização cruzava o subsolo da loja drenando para o decumano D3, sendo contudo impossível avaliar a que tipo de estrutura estaria associada. O compartimento T10 é o maior espaço comercial do conjunto conhecido, possuindo uma área útil de 79.41m^2, sendo possível que pudesse comportar subdivisões, impossíveis de apurar com segurança, dado o estado de arrasamento da área escavada deste setor da *domus* e das reutilizações a que esteve sujeito nas fases seguintes (Fig. 34). No entanto, julga-se poder perceber uma subdivisão do espaço representada pelo muro identificado pela UE363.

Apesar de ter sido parcialmente escavada, a área situada a nascente dos muros correspondentes às UEs 375 e 401 é mal conhecida, sendo bastante escassos os elementos construtivos que podemos seguramente atribuir a esta fase, uma vez que esse setor, adjacente ao cardo K12, viria a ser integralmente construído na Antiguidade Tardia, facto que camuflou e alterou a estrutura original da fachada nascente da *domus* flávia. No entanto, cabe destacar alguns muros dispostos no sentido E/O que podem ter formalizado lanços de escadas, como é o caso daqueles que foram referenciados com as UEs 430, 1119 e 1202 e que podem ter definido diferentes patamares de circulação (Fig. 27). Uma interpretação meramente formal deste setor é sugestiva de que a fachada nascente possa ter integrado pelo menos duas lojas. Uma delas estaria representada pelo espaço T11, limitado por um conjunto de muros (UEs 273, 363, 356 e 375), que formaliza um compartimento retangular, disposto

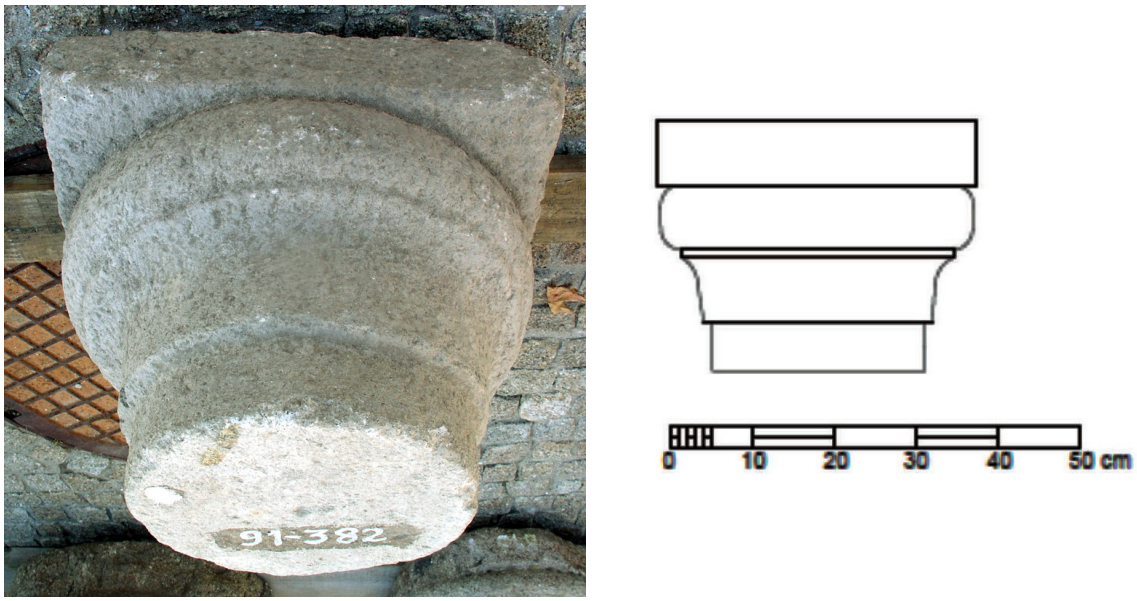


Figura 35. Capitel toscano,Tipo 3 Behemerid, provavelmente associado ao pórtico sul (Ribeiro, 2011; Lopes, 2016:393) Como o diâmetro não coincide com os fustes de granito do peristilo, deveria corresponder a outra parte da casa. Uma possibilidade é que correspondesse ao pórtico de acesso ao *balneum.*

no sentido E/O, à cota de 182.70m, com cerca de 16.72m^2 (Fig. 34). A norte desta loja, poderia ter-se situado uma outra (T12), que subentendemos situar-se à cota de 182.70m, definindo um compartimento retangular sobre o espaço P10, que era acessível a partir do peristilo (Fig. 34).

Mesmo considerando apenas as lojas que têm sido reiteradamente consideradas nas publicações, num total de 10, dispostas ao longo das fachadas sul e poente, é digno de nota o peso da parte económica do quarteirão, reservada a espaços de natureza comercial, que ocupavam um total de 542m^2, ou seja, cerca de 47% do total da área construída, habitualmente estimada em 1156m^{2,} não contemplando, portanto uma presumível área de lojas dispostas na fachada nascente, que aqui defendemos. Boa parte da atividade comercial da cidade, bem como certamente também da pequena produção artesanal, poderia realizar-se ao longo das ruas, decorrendo essas atividades em íntima articulação com os espaços construídos dos quarteirões (Martins *et al.,* 2012). De facto, ainda que seja bastante difícil avaliar a função exata dos espaços que foram reservados a atividades económicas no quarteirão A, podemos admitir que elas se destinariam, quer ao comércio retalhista, quer ao fabrico de certos produtos que não fossem excessivamente exigentes em infraestruturas.

1.2.2.1.5 Os pórticos

Os pórticos constituem uma característica estrutural do urbanismo de *Bracara Augusta* no Alto Império (Martins *et al*., 2017a), tal como acontece de forma recorrente noutras cidades do ocidente do Império. Localizados a ladear ruas, os pórticos eram também espaços fundamentais na vida económica das cidades, separando os pedestres do tráfico, possibilitando que os potenciais clientes avaliassem os serviços ou os produtos oferecidos nas lojas anexas, dispostas ao longo das fachadas. Neste sentido, cabe referir que todas as *domus* referenciadas até ao hoje em Braga possuem sempre as suas fachadas porticadas, facto que sugere uma animada vida económica ao longo das ruas.

Os pórticos são por natureza passeios cobertos, cuja construção só podia ser viabilizada em simultâneo com a urbanização dos quarteirões, razão que explicará o facto das suas dimensões e disposição fugirem frequentemente à modulação geométrica que pode ter sido inicialmente prevista para estas áreas públicas destinadas à circulação pedestre. Assim acontece no quarteirão das Carvalheiras onde os pórticos oferecem larguras diferenciadas. De facto, os pórticos situados a nascente e poente são mais estreitos (cerca de 9 pés) do que os que se dispõem a norte (12 pés) e a sul (10 pés), circunstância que pode decorrer de várias razões. Assim, constata-se que o pórtico poente terá sido sacrificado devido à maior largura do cardo K13, que possui cerca de 18 pés, em vez dos estimados 12 pés, valor que se encontra no cardo K12 que ladeia o quarteirão no lado nascente. Já o pórtico sul apresenta uma largura de 10 pés, possuindo o pórtico norte cerca de 12 pés. Sem dúvida que as dinâmicas construtivas tiveram uma influência profunda na variabilidade das dimensões dos pórticos, podendo estes pontualmente ter sido sacrificados pela maior dimensão das áreas construídas das casas.

Tal como acontece com os eixos viários que delimitaram o quarteirão das Carvalheiras, com pendentes entre os 2 e os 3%, também os pórticos tinham que vencer os desníveis do terreno. Mas, enquanto nas ruas terá sido frequente recorrer a processos de aterro e desaterro para criar pendentes

mais suavizadas, que permitiam a circulação viária, nos pórticos foi frequente o uso de muros de contenção e de lances de escadas para compensar os desníveis, como claramente aconteceu nos pórticos dispostos a poente e nascente da casa, que tinham que vencer uma pendente acentuada. De resto, o uso de elementos de escada parece uma constante, quer no exterior, quer no interior da unidade habitacional, facto que permitiu resolver os diferenciais de cota das pendentes morfológicas do terreno original (Silva, 2000: 64).

O registo arqueológico permitiu constatar a existência de silhares para embasamento das colunas que formalizavam os vãos dos pórticos exteriores, dispostos normalmente com equidistâncias de 10 pés, permitindo o assentamento nivelado das colunas e a consolidação estática da massa construída. Por outro lado, estima-se que a ordem representada nos pórticos terá sido a toscana, conforme é sugerido por alguns capitéis, identificados nas escavações. Entre os capitéis recolhidos que podem ser atribuídos aos pórticos destacamos o que corresponde ao n.º de inventário 1991.0382, Tipo 3 Behemerid, datável do século I/II (Ribeiro, 2010), que poderá ter pertencido à colunata do pórtico sul, bem como um outro, com a mesma tipologia (n.º de inventário 1991.0267), que poderá ter integrado a colunata do pórtico norte, tendo por base a localização da sondagem onde foi individualizado (Ribeiro, 2010).

O pórtico sul, anexo ao decumano D3, com uma profundidade de 2.90m (10 pés), desenvolve-se ao longo de 38.15m (129 pés), tendo como limites os muros que formalizavam os pórticos nascente e poente. As cotas nessas extremidades oscilam entre 183.19m no lado nascente e 181.77m no lado poente, desnível que seria compensado por pequena escadaria que acompanharia a fachada setentrional, entre as lojas T7 e T8 (Fig. 34). Por sua vez, a métrica modular entre eixos de colunas é de 10 pés, medida igual à da profundidade do pórtico, cujo limite é estabelecido pelo muro correspondente à UE284, que integra os silhares sobre os quais assentavam as colunas, os quais revelam um módulo de 1.5 pés, valor igual à largura do muro. Admite-se que nos extremos do pórtico, bem como nos desníveis de acompanhamento da cobertura, os elementos estruturais de suporte do telhado fossem quadrangulares e não circulares para poderem reforçar o conjunto do ponto de vista construtivo (Silva, 2000: 66). Por outro lado, estima-se que as coberturas do pórtico tivessem uma pendente entre os 21 e 23%, valores que são recorrentes neste tipo de construções, conforme é apontado por J.-P. Adam (1995: 213-233).

O pórtico poente, anexo ao cardo K13 desenvolve-se entre as cotas de 181.77m, a sul e 178.22m, a norte, sendo o desnível com o pórtico setentrional vencido por um lance de escadas (Fig. 28). Aqui, a colunata assentava no muro referenciado com a UE327, que constitui uma estrutura de suporte das terras sobre as quais corria o cardo K13, cujo piso se situava num plano superior à cota de circulação do pórtico, alinhando-se em estrados de assentamento murados que rematavam os declives da rua e resolviam a formalização estrutural do suporte da cobertura do pórtico (Silva, 2000: 67). A morfologia deste pórtico, de circulação rebaixada relativamente à rua, constitui uma solução engenhosa para formalizar as lojas que se dispunham sob os pisos dos compartimentos A4 e A5 que se desenvolviam em torno do átrio.

A existência de um pórtico situado na parte norte do quarteirão, que correria ao longo do de-

cumano D2, não foi nunca equacionada em trabalhos anteriores, sendo em nossa opinião defensável, se considerarmos o espaço entre a fachada da casa e o limite da rua, correspondente a cerca de 12 pés, valor médio dos pórticos que tem vindo a ser reconhecidos noutros setores da cidade. Na verdade, a sua comprovação exigiria uma escavação de terrenos que não puderam sequer ser sondados, pois correspondem já a quintais de vários prédios privados. Neste sentido, a proposta de que a casa possuísse também aqui uma solução de pórtico, que acompanharia o decumano D2, constitui uma mera hipótese de trabalho, que resulta da análise morfológica do edificado do quarteirão. Importa referir que o declive do decumano D2 é pouco acentuado, possuindo uma inclinação de 2% entre as cotas de 178.98m, a nascente e 177.86m, a poente.

Tal como acontece relativamente ao setor norte, também a nascente nunca foi considerada a possibilidade de existir um pórtico corrido, facto que decorreu da falta de informação relativa à área envolvente do cardo K12, apenas escavada na parte sudeste, em 2002. As estruturas então descobertas documentam o desaparecimento deste eixo viário na Antiguidade Tardia e a ocupação do seu espaço por construções, processo recorrente nesse período, constatado em vários locais escavados da cidade. No entanto, se considerarmos a largura do espaço que até agora tem sido considerado de circulação pedestre, disposto a nascente da fachada da casa e valorizando a probabilidade de alguns dos muros detetados neste setor poderem ter funcionado como escadas (UEs 430, 1119 e 1202), que acompanhariam aquela fachada, julgamos poder admitir que deveria ter existido um pórtico corrido, limítrofe do cardo K12, que teria que compensar uma acentuada inclinação morfológica do terreno, entre as cotas 183.19m, a sul e 178.98m, a norte. Assim, o pórtico seria mais largo na parte sul, até ao alinhamento do muro correspondente à UE402, onde regista uma inclinação suave (183.19/183/182.70m), possuindo nesse troço uma largura de 15 pés, a qual permitia a formalização de uma plataforma que dava acesso às lojas T11 e T12 (Fig. 34). Já a parte norte do pórtico seria mais estreita (10 pés) e acompanharia um declive do terreno mais acentuado, que seria compensado com três lances de escadas de 4 degraus cada, definindo três plataformas, no sentido S/N, eventualmente situadas às cotas de 181.80m, 180.60m, e 179.40m.

Cabe ainda referir que os silhares que suportavam a colunata dos pórticos se integravam em muros que asseguravam a sua estabilidade estrutural, permitindo também proteger a área pedonal e as lojas adjacentes da água das chuvas, que seriam captadas em condutas que corriam ao longo nas ruas.

1.2.2.1.6 Estruturas hidráulicas

As estruturas hidráulicas que podem ser atribuídas a esta fase são escassas e resumem-se à presença de um poço (UE451), de uma canalização de adução de água limpa (UE360) e a quatro canalizações que asseguravam a drenagem de águas sujas e pluviais (UEs 406, 372, 371 e 355) (Fig. 36).

Relativamente ao poço (UE451), que terá sido construído na fase anterior, cabe destacar a sua importância como fonte de abastecimento de água limpa, uma vez que ficou implantado no *ambulacrum* norte do peristilo, onde ocupava um espaço significativo, razão porque consideramos

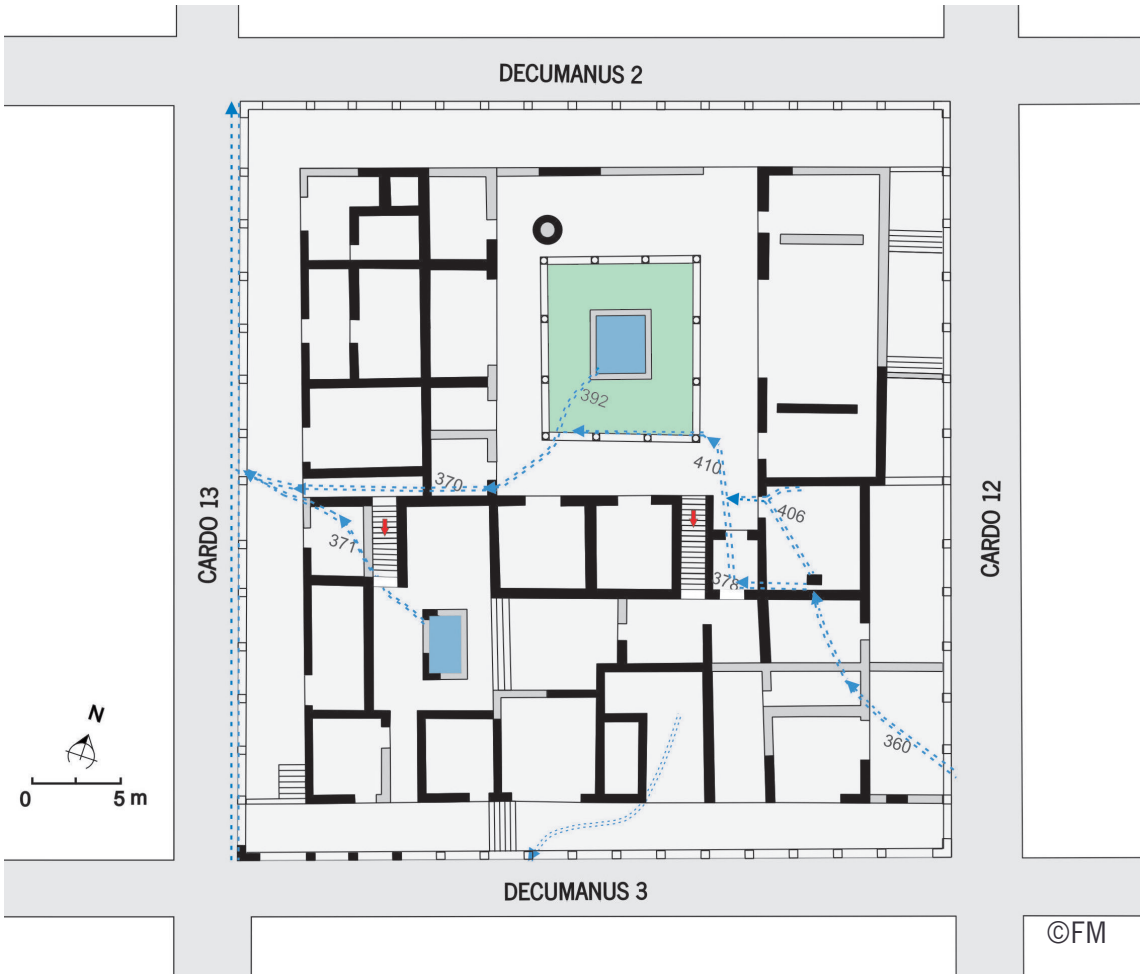


Figura 36. Planta da *domus* das Carvalheiras com o desenho das estruturas hidráulicas.

que a sua construção precede a edificação da *domus.* A sua preservação, ainda na fase antonina, é eloquente quanto à sua relevância, que terá voltado a ter um maior protagonismo na Antiguidade Tardia, quando terão deixado de funcionar os sistemas de captação de água do exterior da cidade (Martin*s et al.*, 2012).

A única conduta de adução de água limpa do exterior está representada pela UE360, muito mal conservada, a qual garantiria o abastecimento da cozinha (P10), a partir do cardo K12, que cruzaria a parede sul (UE273) e que abasteceria muito provavelmente um tanque anexo à parede, com uma possível fonte (Fig.36). As águas sobrantes do tanque corriam sob o piso do compartimento numa conduta (360A), em direção ao seu canto noroeste, sendo provável que se juntasse à conduta representada pela UE406, que drenava água suja daquele compartimento para uma conduta exterior, que corria sob o pórtico (UE410) (Fig. 36).

As restantes estruturas hidráulicas correspondem a condutas de drenagem de águas do interior da casa, bem como do interior da loja T9. Desde logo, cabe destacar as canalizações que asseguravam o escoamento das águas sobrantes do *impluvium* e de um tanque que se situaria no peristilo. Assim, a canalização referenciada pela UE371, implantada na alterite granítica, drenava a água do *impluvium* do átrio, a qual era escoada em direção ao cardo K13. A mesma direção é a que tomaria a água que circulava na canalização identificada com a UE392, que drenava o excedente de

um tanque que deveria encontrar-se no centro da área descoberta do peristilo, correndo sob o solo da palestra em direção a uma conduta (UE1093), que se dispunha ao longo do estreito corredor situado entre as paredes representadas pelas UEs372 e 368 (Fig. 27). Também as águas sujas oriundas do compartimento P10, que corriam numa canalização de drenagem (UE406), contígua à parede norte (UE404), deveriam orientar-se para uma conduta, que presumimos ser a identificada com a UE410, para a qual drenariam também as águas sobrantes do tanque (UE361) que era alimentado pela água oriunda da rua (UE360) (Fig. 34). A canalização representada pela UE410 poderia também colher a água suja da hipotética latrina que se supõe poder existir no compartimento P11. Julgamos que o destino dessa água seria uma conduta que deveria existir no lado interno do muro representado pela UE415, que recolheria a água do telhado do pórtico do peristilo, articulando-se com a conduta identificada pela UE392, a qual estabelecia a ligação com a conduta que drenaria as águas sujas e pluviais para poente, em direção ao cardo K13 (UE1093).

Já a canalização referenciada pela UE355, também implantada na alterite granítica, que cruzava a loja T9 situada na fachada sul da casa, teria origem em local desconhecido, sendo certo que corria ainda na direção poente sob o pórtico sul. Presume-se que deveria drenar para a conduta que acompanharia o limite do pórtico e que recolheria igualmente a água da chuva dos telhados que cobriam aquela área pedonal.

1.2.2.2 A ocupação dos quarteirões limítrofes

Um amplo conjunto de vestígios detetados nas escavações testemunha a ocupação dos quarteirões adjacentes ao quarteirão A. Em particular cabe destacar as evidências construtivas dos quarteirões situados a poente (B), sudoeste (C), sul (D) e nascente (E), que nos oferecem informações relativas ao processo de urbanização deste setor da cidade. Apesar da natureza fragmentária dos vestígios conhecidos, julgamos que representam um testemunho muito elucidativo das dinâmicas construtivas relacionadas com a construção sistemática dos quarteirões na época flávia.

No caso do quarteirão B, disposto a poente do cardo K13, sabemos que data desta fase a formalização dos pórticos nascente e sul que não puderam ser totalmente descobertos, pois situam-se no limite do terreno protegido e vedado da zona arqueológica. Numa faixa de terreno com cerca de 10m de largura, paralela ao cardo K13, foram identificados os vestígios de um pórtico, com cerca de 12 pés de largura, que se articula com um outro, com cerca de 10 pés de profundidade, que se dispõe na parte sul do quarteirão e que acompanhava o decumano D3, cujos vestígios foram identificados numa extensão de cerca de 16m. Os referidos pórticos fazem-se representar por alguns silhares conservados *in situ*, mas também por valas de saque de outros silhares, denunciando que se encontravam associados aos muros de uma construção, cujas características e dimensão exatas desconhecemos. Julgamos contudo perceber que as paredes que suportariam os pórticos definiriam um edifício que ocuparia apenas metade da área útil do quarteirão, no sentido N/S. Na verdade, o silhar de canto norte, referenciado com a UE315, presente no pórtico nascente, bem como aquele que definia um canto estrutural do edifício, situado igualmente a norte (UE312), associado a um muro disposto no sentido E/O (UE313), sugerem uma segmentação do quarteirão, aproximadamente a meio

da sua área construtiva, indicando a proximidade de um eixo de circulação que cruzaria o referido quarteirão no sentido E/O.

A circunstância dos vestígios associados à construção do quarteirão B se encontrarem muito desmanteladas, devido ao facto do substrato rochoso ser aí mais superficial e ter sido submetido a vários saques de pedra, não facilita a compreensão das características dos edifícios que se desenvolveriam no quarteirão situado a nascente do cardo K13. Na verdade, apenas se identificam vestígios residuais do muro que compunha a fachada nascente (UE307 e UE311), alinhado pelo silhar de canto que articulava aquela fachada com a que se dispunha a sul (UE309) e com o silhar do canto norte (UE315). Outros vestígios residuais de muros e de saques indicam a possível segmentação do espaço da construção no sentido E/O, associada aos muros identificados com as UEs1099 e 1098. Alguns muros muito arrasados, com orientação N/S, sugerem uma possível compartimentação dos espaços, difícil de apurar, pois não configuram nenhuma morfologia canónica.

São muito reduzidas as evidências associadas ao quarteirão que se dispunha a sul daquele que foi identificado como B, praticamente reduzidas à vala de saque do silhar de canto que definia a articulação dos pórticos norte e nascente do quarteirão, que ladeavam, respetivamente, o decumano D3 e o cardo K13. O alinhamento do pórtico norte está definido pela UE321 e o do pórtico nascente pela UE272, correspondente a um muro muito arrasado. Ambos os alinhamentos permitem estimar as larguras dos dois eixos viários referidos. Assim, o decumano D3 possui neste setor uma largura de cerca de 8.5 pés (aproximadamente 2.50m), enquanto o cardo K13 apresenta nesta área uma largura de 18 pés, estimada entre o alinhamento do pórtico nascente e aquele que formaliza o alinhamento do pórtico poente do quarteirão D, situado a este daquele eixo viário. A largura daquele eixo viário é assim semelhante aquela que foi estimada com base nos vestígios que compõem os pórticos dos quarteirões A e B.

Os vestígios identificados como associados ao quarteirão D, que se dispõe a sul do quarteirão A são escassos e ocupam uma estreita faixa de terreno que se situa entre o decumano D3 e o grande paredão que suporta o terreno situado a sul da zona arqueológica, a qual, por razões de segurança, não pode ser integralmente escavada. A grande maioria das estruturas identificadas nesse terreno correspondem a muros de cronologia tardia que fossilizam os alinhamentos dos pórticos originais, que presumimos datáveis da época flávia e que se dispõem a norte e poente do quarteirão.

O muro referenciado pela UE280, com orientação E/O, será seguramente um muro que assinala o processo de encerramento do pórtico norte do quarteirão, disposto a sul do decumano D3, sendo datável entre finais do século III/inícios do século IV, articulando-se com o muro identificado pela UE278, o qual fechou o pórtico poente do quarteirão. A largura original dos pórticos na sua fase flávia pode ser estimada em 7.5 pés para o pórtico norte e 8 pés para o poente. Neste último, para o apuramento da profundidade do pórtico norte, tomámos por referência o silhar correspondente à UE509, inserido no muro que o encerrou (UE280) e o silhar representado pela UE510 que define o canto estrutural do edifício, que ocupava o quarteirão, limitado a norte pela UE112. Cabe sublinhar que alguns dos silhares que terão servido para embasamento dos fustes da colunata do pórtico se encontram inseridos no muro tardio (UE509 e UE281), enquanto outros foram deslocados para a facha-

da baixo imperial do quarteirão, como acontece com os muros identificados com as UEs 507 e 533.

O quarteirão E situa-se a nascente do quarteirão A, tendo a separá-los o cardo K12. Os dados disponíveis sobre este quarteirão são escassos e reportam-se a setores distintos da área construída, escavados de forma descontínua entre 2001 e 2002. Assim, em 2001 foram detetados vestígios de vários muros correspondentes à parte norte do quarteirão, não tendo sido possível escavar até à rocha, dada a profundidade das estruturas. Assim, não dispomos de dados para avaliar nem a sua cronologia, nem a morfologia dos espaços construídos daquele setor do quarteirão, muito embora apresentem uma orientação global coerente com a das estruturas identificadas no quarteirão A. Por outro lado, é possível estimar que o muro identificado com a UE1216 corresponda à linha da fachada norte da área construída do quarteirão, uma vez que se encontra no alinhamento da parede da fachada norte da *domus* flávia do quarteirão A (UE476). Os restantes muros detetados nos trabalhos arqueológicos de 2001 não permitem valorizar a organização estrutural do edifício na época flávia. Contudo, cabe destacar que a norte daquela fachada poderia desenvolver-se um pórtico, com a mesma largura daquele que presumimos existir para o quarteirão A.

Melhor conhecidas são as características que formalizavam os limites do quarteirão a poente e sul, os quais terão sido fossilizados com a construção flávia dos pórticos que corriam ao longo do cardo K12 e do decumano D3, coeva da ocupação do quarteirão por uma possível *domus.*

Tendo por base os dados obtidos na campanha realizada em 2002 foi possível definir o alinhamento do pórtico sul do quarteirão, anexo ao decumano D3, representado pelo muro identificado com a UE1200, o qual integrava um número significativo de silhares, presumivelmente *in situ* (UEs1336, 1227, 1228, 1229, 1230, 1231, 1232, 1233 e 1234). Particular destaque merece a localização do silhar de canto (UE1234), que rematava a articulação dos pórticos sul e poente, tendo por isso permitido estimar a largura original do cardo K12, que seria de 10 pés. Este eixo viário viria a ser inutilizado na Antiguidade Tardia com a construção de um conjunto de compartimentos que acabaram por fundir o edificado do quarteirão A com o do quarteirão E.

Pese embora as pesadas remodelações tardias que descaracterizaram a morfologia original dos pórticos e dos numerosos saques que fizeram desaparecer os muros, foi possível identificar o alinhamento da fachada sul do edifício que ocupava o quarteirão (UE1209), tendo por base uma vala de saque de um muro, presumindo-se igualmente o alinhamento da sua fachada poente (UE1221), que correria paralela a um pórtico adjacente, definido por um muro totalmente saqueado (UE1214), que integraria os silhares de assentamento da colunata, dos quais um se conservou *in situ* (UE1345).

Apesar do carácter truncado dos vestígios correspondentes ao setor sudoeste do quarteirão E, intervencionado em 2002, o qual ficou conhecido por 'Carvalheiras Este', os resultados daquela intervenção documentam a uniformidade da intervenção urbanística que teve lugar nesta área da cidade romana, na época flávia, quando os quarteirões parecem ter sido sistematicamente ocupados e construídos com edifícios que compunham habitações rodeadas de pórticos. Ainda que não seja possível percecionar as características do edificado que se instalou no quarteirão E, cabe destacar que os elementos obtidos relativos aos pórticos e linhas de fachada se oferecem como o natural prolongamento dos vestígios conhecidos no quarteirão A, bem como das ruas correspondentes ao cardo



Figura 37. Planta da *domus* das Carvalheiras com as unidades estratigráficas associadas à construção do balneário

K12 e ao decumano D3, que o limitavam a nascente e sul.

1.2.3 Fase III - A reestruturação antonina do quarteirão A

1.2.3.1 Descrição geral

Em meados do século II o quarteirão A sofreu uma importante remodelação funcional, que fez desaparecer a *domus* flávia, muito embora grande parte da sua estrutura morfológica tenha persistido no traçado do edificado que sobreviveu nos séculos seguintes. A referida remodelação resultou da construção de um *balneum* na parte noroeste do quarteirão, cujo carácter público determinou uma nova funcionalidade para a área correspondente ao anterior peristilo da *domus* e compartimentos adjacentes, que se dispunham a sul e nascente. Tendo em conta os elementos disponíveis julgamos hoje que o peristilo terá sido transformado numa palestra e os seus espaços envolventes em áreas comerciais. Assim toda a parte norte do quarteirão terá passado a ter uma função pública, mantendo-se a parte sul como área habitacional (Martins, 2015).

A instalação do balneário sacrificou um conjunto de três lojas da fachada poente (T1, T2 e T3) e a parte do pórtico poente a elas anexo, os *cubicula* que se situavam na ala poente do peristilo e ainda a parte poente do *ambulacrum* do peristilo, tendo ocupado cerca de um quarto da área total do quarteirão (Fig. 37). Este novo corpo, que reconfigurou o setor noroeste da anterior habitação, alinhou

a sua fachada poente pelo limite do cardo K13, passando a dispor a norte de um conjunto de espaços de apoio ao *praefurnium* do balneário, que se ajustaram ao alinhamento do muro da anterior fachada norte, representada pela UE476, estando limitado a nascente pelo muro que formalizava a parede do *frigidarium* (UE421), o qual fossilizou o alinhamento do pórtico do peristilo, fechando a sul no muro correspondentes à UE394, correspondente à parede nascente dos anteriores *cubicula* que compunham a ala a poente do peristilo. A sul, o balneário rematava no muro correspondente à UE372, que definia a parede sul da anterior loja T3 e numa nova parede, identificada pela UE395, que rematava a parte sul do *frigidarium* (Fig.37).

A intervenção construtiva associada à formalização do *balneum* antonino, ao tirar o máximo partido da morfologia dos anteriores espaços da *domus*, revela uma lógica de maximização do espaço construído, com um mínimo de custos. Na verdade, o novo corpo termal terá exigido o desmantelamento parcial dos muros das fachadas poente e norte (UE332 e UE476), bem como da parede nascente do peristilo (UE394). Basicamente as novas paredes correspondem ao paramento nascente do *frigidarium* (UE421), ao muro que fechava a referida sala na parte norte (UE473), a sul do anterior muro da fachada (UE376) e à fachada do conjunto que faceava o cardo K13 (UE398 e UE376), tendo alguns dos muros divisórios anteriores sido prolongados para nascente (UE447, UE426 e UE372) (Fig. 37). O restante investimento construtivo comportou sobretudo a construção do sistema de aquecimento de duas salas (*caldarium* e *tepidarium*), a sua cobertura em abóbada e um novo telhado, o reforço do sistema hidráulico e o programa decorativo de pisos e estuques.

Assim, apesar do impacto do novo equipamento em termos funcionais a intervenção realizada pode ser considerada minimalista em termos construtivos, tendo-se mantido a cota de circulação anterior, de 179.30m, o que implicou a remoção de cerca de 1m de terras para implantação dos hipocaustos sob as salas quentes.

Pese embora a evidente descaracterização da área do peristilo que resultou da construção do balneário, as primeiras interpretações deste equipamento sugeriram-no como mais um espaço privado da casa, facto que subentendia que a *domus* teria persistido, embora com alguma reconfiguração funcional das suas anteriores áreas, hipótese parcialmente sustentada pelo facto de se ter mantido em funcionamento a escada interior que garantia a articulação das duas plataformas da casa (Martins, 1997-98).

No entanto, sempre se consideraram estranhos alguns aspetos construtivos do equipamento, relacionados, quer com a sua dimensão, quer com a circunstância de poder ser acedido diretamente a partir da fachada poente, que bordeja o cardo K13, onde se reconhece a existência de uma entrada monumentalizada por pequeno pórtico, tendo chegado mesmo sido sugerida a sua funcionalidade mista (Martins, 1997-98: 33). O seu exclusivo carácter público viria ser assumido mais recentemente (Martins *et al.*, 2011; Martins, 2015), o que implicou repensar uma nova funcionalidade para a área nascente do quarteirão, pois seria impensável que um *balneum* público convivesse com o uso representativo do peristilo e respetivos espaços de receção envolventes, representados pelas anteriores áreas P1/P2/P3, a nascente e P4/P5, a sul. Assim, entende-se que aquela área terá passado a assumir uma função essencialmente comercial, claramente destacada, do ponto de vista funcional,

da área residencial do quarteirão que se manteve na parte sul.

Tendo por base os dados disponíveis julgamos que a metade sul da anterior *domus* não terá sofrido alterações substantivas em termos morfológicos, tendo-se mantido na íntegra toda a área do átrio, acessível a partir do decumano D3, conservando-se a *fauces* (A1) e o *impluvium* central do *atrium*, bem como os compartimentos que se dispunham em torno do corredor que o envolvia (A2, A3, A4 e A5), sendo plausível que os compartimentos A6, A7, A8 e A9 se tivessem igualmente mantido como *cubicula*.

Assim, podemos considerar que a reforma antonina, que fragmentou o quarteirão em duas parcelas funcionalmente distintas, uma privada e residencial a sul (*domus* de átrio) e outra pública a norte (*balneum* e área comercial), pode ser considerada como um exemplo das dinâmicas construtivas que caracterizaram as cidades romanas, onde as operações imobiliárias seriam bem mais comuns e complexas do que aquelas que podem ser inferidas a partir do registo arqueológico, devido ás dificuldades em recuperar elementos construtivos importantes, que desapareceram nos processos de reconfiguração dos edifícios. No caso do quarteirão das Carvalheiras temos a sorte dos elementos conservados, alguns dos quais sobreviventes até à Antiguidade Tardia, nos permitirem perceber como evoluiu o espaço construído de um quarteirão, num período relativamente curto de cerca de três gerações (75 anos), ocupado inicialmente por uma luxuosa *domus,* que se fragmentou em dois espaços com funcionalidades distintas. Um deles manteve uma vocação residencial e privada, enquanto o outro evoluiu para uma função pública, marcada pela inclusão de um *balneum* num dos quadrantes da anterior casa, o qual determinou a atribuição de uma nova funcionalidade à área situada a nascente, que sugerimos de natureza comercial. Este processo conseguiu salvaguardar as características do conjunto residencial da plataforma sul, o qual se deve ter conformado como uma unidade residencial menos prestigiada, mas bastante coerente, que continuou a cumprir com os requisitos de uma casa de elite, mantendo o átrio como espaço de receção do dono da casa, que poderia ser, senão o dono, pelo menos o responsável pela exploração do balneário e das áreas comerciais do quarteirão.

1.2.3.2 A reforma da plataforma norte: a construção do balneário

O balneário que foi construído no quarteirão A das Carvalheiras realiza um conceito de edifício termal que seria de uso público, mas de propriedade privada, correspondendo à tipologia dos familiares *balnea,* bem conhecidos em Roma e em Óstia (Mar, 1990: 31-77), cuja característica mais marcante resulta do seu caráter orgânico, integrando-se no interior dos quarteirões, paredes meias com as habitações. Assim aconteceu também com o *balneum* do Carvalheiras, construído no quadrante noroeste da anterior *domus*, tirando partido de boa parte dos seus muros originais.

Os dados cronológicos disponíveis apontam para que este equipamento tenha disso construído em meados do século II, facto que o situa num horizonte temporal semelhante ao das termas públicas da rua Afonso Henriques, correspondente a um período de grande prosperidade económica da cidade de *Bracara Augusta* (Martins *et al.*, 2012). No entanto, os elementos cronológicos disponíveis para datar a construção, bem como e abandono do balneário são bastante escassos, devido aos abundantes saques dos muros que formalizaram as paredes do edifício, que



Figura 38. Planta da *domus* das Carvalheiras com os espaços do balneário.

perturbaram as respetivas valas de fundação. Os indicadores mais seguros para datar a construção são constituídos pelos materiais cerâmicos contidos no enchimento da vala de fundação da parede nascente do *frigidarium* (UE421) e da respetiva êxedra (UE440), com uma datação em torno de meados do século II, cronologia mais segura do que a sugerida pela moeda de Trajano, datada entre 98 e 117, encontrada no miolo do solo de *opus signinum* (UE846) do *frigidarium*.

Apesar do mau estado de conservação das ruínas os limites do balneário são bem conhecidos, o mesmo acontecendo com a compartimentação das salas que asseguravam o serviço de banhos, que formalizavam um bloco compacto de quatro salas, representadas por um *apodyterium*, acessível a partir do cardo K13, um *tepidarium*, um *caldarium* e um *frigidarium*. A norte desenha-se uma área de serviços que incorporava o prefúrnio e áreas de armazenamento de combustível, muito bem posicionadas, pois seriam servidas pelo cruzamento de dois eixos viários, um situado a poente (cardo K13) e outro a norte (decumano D2).

O *apodyterium* (B1) corresponde a um compartimento disposto no sentido E/O, com uma área útil de 33.90m^2, estando limitado a poente pelo novo muro da fachada (UE276), por onde se fazia a entrada no edifício e reaproveitando nos lados norte, nascente e sul as paredes já existentes (UEs 426, 425 e 372, respetivamente). Esta sala possuiria uma ligação ao *frigidarium* (B2), que estaria rasgada na parede nascente (UE425) e ao *tepidarium* (B3), com passagem pela parede



Figura 39. Planta da *domus* das Carvalheiras com os espaços do balneário e as cotas dos pavimentos.

norte (UE426). O piso conservado é composto por um solo em *opus signinum* (UE645), com cerca de 0.10m de espessura e com cota de 179.60m, sobre o qual deveria assentar um pavimento de mosaico.

O *frigidarium* (B2), de forma retangular, situava-se a nascente do bloco composto pelo *apodyterium* (B1) e pelos espaços aquecidos, situados a norte, representados por um *tepidarium* (B3) e por um *caldarium* (B4). Trata-se de uma extensa sala com orientação N/S, com uma área útil de 78m^2, limitada a nascente pela parede representada pela UE421, a norte pelo muro correspondente à UE473 e a sul pelo muro que formalizava o remate da sala (UE368). A sul desenhava-se uma pequena antecâmera (B7), com cerca de 6.65m^2, cuja estrutura claramente reaproveita a parede sul do *frigidarium* (UE368), sendo limitada a nascente por um muro pré-existente, com orientação N/S (UE394), a sul pelo novo muro definido pela UE395 e a poente pela parede oeste da sala (UE425) (Fig.37). A formalização deste espaço, bem como o facto de na sua parte sul se desenhar um estreito corredor entre os muros referenciados com as UEs 368, a sul e 395, a norte, criando um vão de cerca de 0.62m, bem como a circunstância de nele correr uma canalização que drenava a água do tanque que deveria existir no espaço aberto situado a nascente do *frigidarium*, sugerem que podemos estar perante um compartimento que pode ter servido como latrina do *balneum*. Destacamos, a este propósito, a criação de um espaço reservado à passagem da conduta,

formalizado pelas UEs 396 e 493, encaixada na parte sul do muro que define a parede poente da sala fria (UE425), a qual assegurava a circulação da água sob o piso da estreita passagem que persistiu entre os muros correspondentes às UEs372 e 368 (A10) (Fig. 37). Este corredor representa uma reminiscência da fase anterior, que terá persistido e se articulava com uma entrada existente na fachada poente, que dava acesso ao bloco de escadas poente e, através dele, à área do átrio.

O *frigidarium* exibe um solo de *opus signinum* (UE0846), à cota de 179.60m, com cerca de 0.10m de espessura, apoiado em dois níveis de preparação, formados por pedras toscas misturadas com fragmentos de tijolo e argamassa, que deve ter sido recoberto por *tessellae*, possuindo duas pequenas piscinas de água fria. Uma delas, com uma área de 10m^2, ocupa o topo norte da sala, revelando uma profundidade de cerca de 0.80m, com capacidade para 8.000 litros de água (Martins *et al.*, 2011: 23). Na parte sul da pequena piscina desenham-se três degraus, que se apresentam revestidos de *opus signinum*, tal como acontece com o fundo e as paredes da estrutura, sendo certo que deve ter recebido uma decoração em *opus tessellatum* que não se conservou. A outra piscina recorta-se na fachada nascente da sala (UE421), aproximadamente a meio, onde se desenha uma êxedra (UE440), que formalizava um pequeno *alveus*, com cerca de 0.60m de profundidade e uma área útil de cerca de 8m^2, com revestimento de *opus signinum*, o qual teria capacidade para 4.800 litros de água. Uma reentrância no paramento da parede nascente (UE453) integrava o poço que terá continuado a desempenhar uma importante função no aprovisionamento de água (UE451) (Fig. 37).

O *tepidarium* (B3) deixa-se perceber apenas por algumas tijoleiras conservadas que compunham a *area* do hipocausto, à cota de 178.46m. Trata-se de uma sala retangular, anexa ao *frigidarium*, com o qual contactava através da parede nascente (UE425) e com ligação ao *apodyterium*, assegurada por porta que se dispunha na parede sul (UE426). Com orientação E/O possui uma área útil de 19.50m^2. A sua articulação com o *caldarium* (B4) era assegurada por passagem que deveria existir na parede poente (UE428). Este último espaço quente constituía um espaço retangular, com orientação N/S, paralelo ao anexo tepidário, fazendo-se representar pelas tijoleiras que compunham a *area* do hipocausto, à cota de 178.44m, sobre as quais se reconhecem as bases de assentamento de algumas das *pilae*, que suportavam a *suspensura* da sala. O *caldarium* possui uma área útil de 23.40m^2, sendo reconhecido que possuía uma piscina, situada no canto noroeste da sala, da qual se conservou apenas a preparação do pavimento, ligeiramente sobrelevado em relação à *area* do hipocausto, o que permite estimar a sua altura em cerca de 0.80m, bem como a sua área útil (5.80m^2) e capacidade (3.500 litros de água).

A norte do *caldarium* (B4) e do *tepidarium* (B3) dispunham-se dois espaços (B5 e B6) que terão funcionado como área de serviços para apoio ao funcionamento do balneário (Fig.38).

Contíguo ao *caldarium* e integrada na sua parede norte (UE447), desenhava-se a boca do *praefurnium* (UE460), que assegurava o aquecimento direto daquele espaço e indireto do *tepidarium* situado a nascente. Dele são visíveis algumas das lajes de granito que formalizariam a base da estrutura, que evidenciam um acentuado desgaste, indicador de um prolongado uso, oferecendo uma cota de 178.20m. As suas características sugerem que o prefúrnio seria de canal aberto,

semelhante aquele que alimentava o *caldarium* da fase I das termas do Alto da Cividade (Martins, 2005), correspondendo ao Tipo III de J. M. Degbomont (1984: 62).

Anexo ao espaço B5, onde se encontrava o *praefurnium*, dispõe-se um outro espaço (B6) que deveria servir para arrumo de lenha, apresentando uma área de cerca de 9.50m^2. A norte desses dois compartimentos de apoio parece desenhar-se um corredor de serviço (B7), provavelmente com entrada pelo decumano D2, por onde se faria o abastecimento de combustível e o acesso dos serviçais que mantinham o funcionamento do *praefurnium*. A nascente existia ainda um outro compartimento (B8), presumivelmente também para arrumação de lenha.

Tanto o *tepidarium* (B3) como o *caldarium* (B4) conservaram vestígios muito pontuais das respetivas *areae* dos hipocaustos (UEs 426 e 442), organizadas com tijolos tipo *lydion* e dos colunelos (UEs 443, 444 e 445), os quais suportariam as respetivas *suspensurae*, cujas *pilae* eram formadas por tijolos *bessales*, encontrando-se espaçadas entre si cerca de 0.45m. Na verdade, mau grado o mau estado de conservação dos hipocaustos é possível perceber que possuiriam as características comuns deste tipo de estabelecimentos termais e que seriam formados por *pilae* que suportavam os pisos de circulação das salas aquecidas. Sabemos também, com base no material laterício proveniente dos derrubes, que o *caldarium* possuía *tubuli laterici* nas paredes, facto que não é de estranhar considerando a cronologia avançada de construção do balneário. Também a presença de tijolos em aduela, bem representados nos níveis de derrube, onde se encontraram igualmente fragmentos de tijolos *longum* semi *pedales*, documenta que as salas aquecidas seriam abobadadas. Os tijolos em aduela apresentam três categorias distintas, denunciando três tipos de sistemas de abóbadas, o que parece sugerir uma reforma da cobertura da área quente, impossível de determinar, pois este tipo de abóbadas é comum apenas nas salas aquecidas. Por sua vez, os tijolos retangulares que foram identificados apresentam as extremidades mais curtas biseladas, ajustando-se ao seu uso nos entalhes dos tijolos em aduela, tendo por função o preenchimento do espaço entre os arcos.

O reconhecimento de vidro de janela nos níveis de demolição da área do balneário sugere que, pelo menos alguma das paredes limítrofes, poderá ter possuído uma janela envidraçada. Presumivelmente ela poderia estar rasgada na fachada nascente do *frigidarium* (UE421), permitindo a entrada de alguma claridade neste vasto espaço frio.

A natureza pública do *balneum* construído no século II, sugerida pela existência de um amplo *apodyterium* (B1), ao qual se acedia a partir do cardo K13, através de uma fachada monumentalizada, com pequeno pórtico colunado, obriga-nos a refletir sobre a natureza das alterações que se podem ter registado na área situada a nascente da área de banhos, onde se localizava o anterior peristilo e os compartimentos de representação envolventes, correspondentes às anteriores áreas P1, P2, P3, P4 e P5 (Fig. 40). Na verdade, assume-se que o balneário terá tido um impacto significativo na reconfiguração funcional dos anteriores espaços de receção e banquete da parte privada da anterior *domus*, ou seja, em toda a área que se situava a norte do grande muro de contenção que separava as duas plataformas do quarteirão. Neste contexto, entende-se que a área do peristilo se terá mantido como espaço aberto, embora se tenha tornado menos monumental,

pois viu sacrificada a área do pórtico poente, integrada no *frigidarium*. Embora tenha mantido as suas características essenciais e tenha continuando a funcionar como espaço aberto ajardinado presumimos que a sua função terá sido alterada, podendo ter passado a funcionar como palestra do balneário, ou como espaço ornamental, em torno do qual se manteve um conjunto de salas acedidas a partir do *ambulacrum* do pórtico, agora limitado a três lados. O acesso a este espaço podia ser feito pela fachada norte a partir do decumano D2, por uma entrada agora rasgada no novo muro que irá monumentalizar aquela fachada (UE469), ao criar uma reentrância, eventualmente colunada.

No estado atual dos nossos conhecimentos é difícil precisar a funcionalidade exata do espaço aberto que formalizava o anterior peristilo, pois na verdade, ele tanto podia ser acedido a partir da fachada norte, como pelos utentes do balneário, através da fachada sul do *frigidarium* (UE368). Se esta potencial articulação sugere que o anterior peristilo possa ter passado a funcionar como palestra, não é menos verdade que temos que presumir que o tanque central que o ornamentava terá continuado a funcionar, pois a canalização (UE392) que drenaria a água daquele depósito manteve-se ativa nesta fase, facto que, não inviabilizando a função do recinto aberto como espaço destinado a exercícios físicos, não deixaria de limitar a área que poderia ser



Figura 40. Planta da casa com as lojas a nascente do balneário.



Figura 41. Pormenor dos muros que formavam os compartimentos localizados a nascente do balneário ©UAUM.

reservada para esse fim.

Menos problemático parece ser o novo destino dos compartimentos envolventes que presumimos terem sido transformados em lojas, satisfazendo, assim, uma das características da envolvência dos estabelecimentos termais, circunstância que parece justificada pelo facto dos referidos espaços terem sido dotados de pesadas ombreiras e soleiras, as quais revelam os encaixes para a fixação de traves de madeira e/ou de ferro e de gonzos de portas, características que se associam mais a *tabernae* do que a divisórias interiores de habitações.

Assim, as salas que formalizavam a área de banquetes da anterior *domus* (P1, P2 e P3) terão sido convertidas em espaços comerciais ou artesanais, sendo interessante destacar o fechamento (UEs431 e 433) das passagens laterias dispostas a este e oeste da parede que separava anteriormente os compartimentos P1 e P2 (UE432). Esta evidência sugere uma maior autonomia dos dois compartimentos, mais adequada à sua função de lojas. Também os compartimentos que se dispunham a sul (P4 e P5) terão sido convertidos em espaços comerciais (T14 e T13, respetivamente), o mesmo podendo ter acontecido com o compartimento P10, que antes teria servido como cozinha da *domus* flávia. Mais problemático se configura o aproveitamento que terá sido dado ao compartimento P11, o qual, na sua formalização original pode ter funcionado como dispensa e eventual latrina da casa. A sua presumível função como latrina pode ser defendida tendo por base a continuidade do funcionamento da conduta correspondente à UE410 que se articulava com as referenciadas com as UEs 406 e 360A.

Um aspeto interessante relativo à reorganização dos espaços da parte norte do quarteirão, resultante da construção do balneário é-nos sugerido pela manutenção das escadas que articulavam as duas áreas funcionais da *domus* flávia dispostas a norte e sul. Na verdade, enquanto a persistência do lance de escadas poente parece justificar-se pela manutenção de uma entrada

secundária na nova *domus*, a partir do pórtico poente, a sobrevivência da escada situada a nascente só pode explicar-se se considerarmos que o dono da *domus* antonina necessitava de ter um acesso privilegiado com a palestra/jardim das termas e com toda a área comercial envolvente, o que parece indicar que poderia ser o responsável pela sua exploração.

1.2.3.3 A domus de atrium da plataforma sul

Como já afirmámos anteriormente a área correspondente à plataforma sul manteve na época antonina as características morfológicas que formalizavam a área pública da *domus* flávia, estruturada em torno do *atrium.* Na verdade, tudo leva a crer, pela morfologia conservada, que estejamos verdadeiramente perante uma nova unidade habitacional que realiza a tipologia de uma *domus* de *atrium*, com uma área útil de cerca de 250m^2, na qual se inscreveriam claramente uma área pública disposta em torno do *atrium*, a norte e poente e uma área privada situada a nascente. O *atrium* terá continuado a ser acessível a partir do decumano D3, através da *fauces* (A1) e do pórtico que ladeava o cardo K13, mantendo-se em funcionamento o estreito corredor (A10) que permitia aceder ao lance de escadas que desembocava no corredor envolvente do *impluvium* do átrio.

Assim, consideramos como integráveis na área pública do *atrium* o compartimento A3, que pode ter mantido as funções de *tablinum* e o compartimento A5, que poderá ter passado a funcionar como sala de espera e receção (*exedra*) para os clientes que aguardavam o momento de ser recebidos, a qual terá mantido a anterior ligação ao compartimento interior A4, que formalizava um *cubiculum,* cujas funções são difíceis de estabelecer. Por sua vez, o grande compartimento A2, deverá ter conhecido uma nova funcionalidade, sendo presumível que tenha passado a estar articulado com as atividades mais privadas da casa, podendo ter servido como espaço de receção e banquete. A partir desta sala poderia aceder-se ao compartimento A9, por porta rasgada na parede norte (UE273), sendo possível que o *cubiculum* A8 continuasse acessível a partir do compartimento A6. Assinalamos a persistência do compartimento A11 que daria acesso ao pequeno cubículo representado pela área A7, situado sobre o compartimento P11 (Fig. 42). Por sua vez, o acesso à escada que assegurava a ligação com a palestra/jardim do *balneum*, bem como com a área comercial envolvente, composta pelas T13 e T14 a sul e T15, T16 e T17 a nascente continuou a ser feito através da área A6.

Tendo por base as características da casa que se conserva na plataforma sul, julgamos estar perante uma área habitacional ainda significativa, que poderia albergar uma família menos poderosa do que aquela que teria ocupado a *domus* construída em época flávia, mas ainda assim com proventos suficientes para assegurar a manutenção e o uso adequado da *domus.* Por sua vez, a configuração do espaço permite considerar que a área que sobreviveu da casa oferece a morfologia de uma *domus* de *atrium*, que teria agora como área pública os compartimentos A3 e A5, podendo os espaços A2 e A5 ter sido convertidos a novas funcionalidades privadas. Em particular cabe destacar uma eventual apropriação privada do grande compartimento A2, que teria cumprido a função de êxedra na fase anterior. Tendo mantido as suas características e ampla dimensão, este



Figura 42. Planta com os compartimentos da *domus* de *atrium* na plataforma sul.

espaço parece ter passado a constituir uma área privilegiado da nova *domus*, podendo desempenhar as funções de receção e banquete.

1.2.3.4 Os espaços económicos

A reforma antonina conferiu uma enorme centralidade económica ao quarteirão A, pois para além de terem sobrevivido 7 das 10 lojas que compunham as fachadas poente e sul, bem como provavelmente as 2 que existiriam a na fachada nascente, será implantada uma importante área comercial no quadrante nordeste do quarteirão, que tirou partido dos anteriores espaços de receção e banquete da *domus* (Fig. 43). Assim, importa destacar a criação de mais 6 espaços comerciais, que ocuparam as anteriores áreas reservados a receção e banquete na *domus* flávia, sendo presumível que a anterior cozinha tivesse igualmente sido convertida em loja. Assim, as lojas T13 e T14 corresponderão às anteriores salas P9 e P8, enquanto a nascente surgem mais 4 lojas, uma na anterior cozinha (T15) e 3 que aproveitaram os anteriores espaços de receção e banquete P1 (T17), P2 (P16) e P3 (T18). A entrada nesta área comercial era assegurada através de uma abertura que deveria existir no novo muro que ajudou a criar uma fachada recortada e porticada a norte (UE469), entre o muro representado pela UE435 e a fachada nascente do *frigidarium* (UE421). A entrada permitia aceder ao *ambulacrum* que circundava a área aberta ajardinada, que se dispunha agora a nascente da fachada do *frigidarium.*



Figura 43. Planta com o *balneum* e as *tabernae.*

Na fachada poente, que conservou a estrutura herdada do período anterior, mantiveram-se em as lojas T4 e T5, cujas entradas se faziam a partir do pórtico poente através do muro da fachada da área privada do quarteirão, dispondo-se, respetivamente, sob os compartimentos A4 e A5 associados ao átrio (Fig. 43). Tudo leva a crer que se tenha mantido o conjunto das cinco lojas da fachada sul, que terão conservado as características herdadas da fase flávia, uma vez que não se registam atividades construtivas neste setor da casa. Do mesmo modo, julgamos que se devem ter mantido em funcionamento as lojas que presumimos instaladas na fachada nascente (T11 e T12), a última das quais se dispunha sobre a anterior cozinha, agora transformada na loja T15.

Tal como acontece com as restantes lojas já referidas, que compõem as fachadas poente e nascente do conjunto edificado, desconhecemos a funcionalidade exata do conjunto de lojas que se instalou na plataforma norte, sendo contudo de destacar, a natureza ampla dos espaços, capaz de albergar diferentes atividades, quer comerciais, quer artesanais.

1.2.3.5 Os pórticos

O pórtico sul, anexo ao decumano D3, não parece ter conhecido qualquer alteração nesta fase, tendo mantido a sua morfologia e dimensões, conservando uma profundidade de 2.90m

(10 pés), desenvolvendo-se entre os limites dos pórticos nascente e poente, dispondo-se em duas plataformas, separadas por um pequeno lance de escadas, presumivelmente situado entre as lojas T7 e T8, o qual compensaria o pendor natural do terreno. A sua métrica modular entre os eixos de colunas continuará a ser de 10 pés, medida que iguala a profundidade do pórtico.

Já o pórtico poente, anexo ao cardo K13, terá sido sacrificado na sua parte norte para formalizar a fachada do *balneum*, que avançou até à rua, estando a entrada inserida no muro representado pela UE276, ligeiramente reentrante relativamente ao muro definido pela UE398, de forma a formalizar um pequeno pórtico, que nivelava a entrada no edifício à cota de 179.60m. A parte sobrevivente da colunata do pórtico original continuou a assentar no muro de contenção referenciado com a UE327, pelo que a área de circulação se manteve rebaixada relativamente à rua, sendo o diferencial de cota compensado pelas escadas situadas na parte sul do pórtico.

O pórtico que presumimos ter existido na fase flávia na parte norte do quarteirão, que se dispunha ao longo do decumano D2, terá sido sacrificado nesta fase. A demonstração desse facto parece garantida pela alteração da fachada norte, determinada pela construção do *balneum*, tendo como limite o muro representado pela UE476, que surge agora adossado a uma espessa parede (UE473) que formalizava a cabeceira norte do *frigidarium*. A ausência de pórtico nesta fase pode igualmente ser sugerida pela grande canalização (UEs472 e 475) que se constrói ao longo do muro da fachada do edifício, prolongando-se para nascente, a qual deveria recolher a água dos telhados que compunham as coberturas, mas também as águas das piscinas do *frigidarium* e do *caldarium*. Por outro lado, a construção de um muro reentrante em relação à linha da fachada (UE469), através do qual se fazia o acesso ao espaço situado a nascente do *balneum,* permitiu formalizar um pequeno pórtico, numa solução semelhante à da entrada no balneário, que seria incompatível com a manutenção de um pórtico corrido como presumimos existir na fase anterior.

O pórtico que deveria existir na parte nascente do quarteirão, anexo ao cardo K12, deverá ter sido mantido como eixo de circulação pedestre, tendo seguramente conservado as características da fase anterior, mantendo-se mais largo na parte sul (15 pés), até ao alinhamento do muro correspondente à UE402, que definia uma plataforma que dava acesso às lojas T11 e T12, do que na parte norte, onde teria uma profundidade de apenas 10 pés.

1.2.3.6 As estruturas hidráulicas

Pese embora a sobrevivência do poço (UE451) que foi integrado na fachada nascente do balneário, a construção deste último equipamento implicou necessariamente o reforço do abastecimento de água limpa, algo que só podia ser feito a partir da rede de abastecimento à cidade. Este processo está bem testemunhado pela canalização correspondente à UE405, dentro da qual se conservou parte de um tubo de chumbo (*fistula*), com aproximadamente 1.58m de comprimento e uma secção de 0.14m (Fig. 45). A canalização corria ao longo da parede sul do espaço T16, sendo conhecido o seu trajeto apenas na área do pórtico do peristilo. Estamos certos de que esta adução de água era fundamental para abastecer as duas piscinas do *frigidarium* e a pequena piscina do *caldarium*, que exigiam água corrente e cuja capacidade global se estima em cerca de



Figura 44. *Alveus* do *frigidarium* do balneário ©UAUM.

16.300 litros.

A localização da canalização e da *fistula* sugerem que a água procedia do cardo K12, onde parece que teria igualmente origem uma outra canalização (UE360), muito destruída, que abastecia o compartimento P10, a qual, na fase anterior, teria funcionado como cozinha. Admitimos que esta canalização de adução de água deve ter sido mantida nesta fase, pois poderia abastecer a *domus*, ainda que não se tenham conservado quaisquer vestígios de adução de água limpa à casa.

Também o sistema de drenagem de águas sujas se complexificou com a construção do balneário, tendo sido naturalmente reforçado, devido à necessidade de evacuar a água das piscinas, que passam a ser escoadas para norte e poente. Assim, a água do *alveus* do *frigidarium* era escoada para o decumano D2, através de uma canalização (UE450) (Fig. 44). Esta estrutura drenava para uma canalização principal que bordejava a fachada na rua norte (UE475), constituída por um lastro de tijoleiras e paredes de pedra. Para essa canalização drenava também a água da piscina do *frigidarium*, através de uma pequena canalização (UE477), que se integrava na parede norte do compartimento (UE473), sendo formada por elementos de laterício em forma de U, perfeitamente cimentados ao aparelho do robusto muro que rematava a piscina e o compartimento.

O estado de arrasamento da parte noroeste do edifício impede-nos de saber como seria escoada a água da pequena piscina do *caldarium*. No entanto, presumimos que poderia fazer-se de modo semelhante ao detetado para a piscina do *frigidarium*, ou seja, através da parede da fachada poente do edifício (UE398), drenando, neste caso, para um coletor de águas que tinha que correr ao longo daquela fachada e que já deveria existir na fase anterior, pois recolheria a água dos telhados do pórtico, mas também do *impluvium* do átrio, através da canalização identificada com a UE371. Esta canalização, também ela feita de elementos laterícios, em forma de U, manteve-se em funcionamento nesta fase. Também a água do tanque do anterior peristilo seria drenada pare





Figura 45. Tubo de chumbo *(fistula*) que devia abastecer as piscinas do *frigidarium* e *caldarium* ©MDDS.

esse coletor, situação que persiste nesta fase, pois mantem-se em funcionamento as canalizações que asseguravam a referida drenagem (UEs392 e 1093), tendo servido igualmente para manter em funcionamento a latrina do balneário que se situaria no compartimento B7, situado na parte sul do frigidário. A canalização correspondente à UE392 passava através da parede identificada com a UE394, correndo entre os muros representados pelas UEs395 e 368 e pelo estreito canal aberto na parede correspondente à UE425, correndo pela canalização referenciada com a UE1093, composta por elementos laterícios em forma de U, cobertos por tijoleiras (UE370).

Tudo leva a crer que a canalização, que cruzava a loja T9 (UE357), que escoava as águas de um ponto indeterminado, se tenha mantido em funcionamento nesta fase, circulando a meio do pórtico, em direção a um coletor de águas pluviais dos telhados que devia existir ao longo do pórtico sul (Fig. 46).

1.2.4 A Fase IV – A reorganização tardia da domus do quarteirão A

1.2.4.1 Descrição geral

Uma importante remodelação afetou o espaço construído do quarteirão A, nos finais do século III/inícios do IV. Esta reforma alterou a organização e funcionalidade de alguns pórticos, facto que implicou a reorganização das fachadas que avançaram, nalguns casos, até ao limite das ruas. A dinâmica construtiva deste período, reconhecida na parte sobrevivente do pórtico poente, mas também no pórtico sul, está bem documentada noutras zonas arqueológicas de Braga, onde se detetaram *domus*, cujas características alto imperiais são alteradas nesta fase (Martins *et al.,* 2016), como acontece na zona do ex Albergue Distrital (Torres, 2014) e na zona arqueológica da Escola Velha da Sé (Magalhães, 2010). De um modo geral as reformas deste período caracterizam-se por um sistemático avanço da construção sobre a área dos anteriores pórticos, que são fragmentados, talvez para neles se instalarem novas lojas, ou outros compartimentos de uso privado, denunciando a necessidade de mais espaço residencial, da qual resulta a incorporação dos espaços das anteriores lojas na arquitetura das casas.

Tendo em conta o estado de arrasamento da área do balneário, construído no período antonino, cujos muros foram profundamente saqueados, torna-se difícil precisar a data exata do seu abandono, o qual julgamos poder ser situado na segunda metade do século IV. Assim, e na ausência



Figura 46. Planta da casa de átrio com a definição das estruturas hidráulicas.

de dados mais precisos sobre este equipamento, presumimos que a reforma do quarteirão A, que afetou a área dos pórticos, possa ter ocorrido ainda com o *balneum* em funcionamento.

As evidências construtivas desta fase estão associadas ao avanço da construção sobre a parte conservada do pórtico poente, que foi subdividido em três novos espaços, dois dos quais correspondentes a lojas (T20 e T21) (Fig. 47). Também no pórtico sul, sobretudo no setor sudeste, registamos atividades construtivas associadas à anexação de parte da área do pórtico, a qual foi utilizada para a construção de um pequeno balneário privado, cuja fachada se anexa ao decumano D3. Assim julgamos reconhecer no quarteirão A as mesmas dinâmicas construtivas que se fazem sentir um pouco por toda a cidade, que conhece no período entre os finais do século III/inícios do IV uma considerável reforma do seu parque edificado, quer privado, quer público, determinada pela promoção da cidade a capital provincial, com Diocleciano, facto que determina a instalação na cidade de uma elite de funções que terá atuado como agente dinamizador da construção (Martins *et al.*, 2016), mas que terá também tido um efeito social bastante complexo, pois terá determinado um aumento da competição entre os vários segmentos da elite que residia na cidade.



Figura 47. Planta da casa de átrio com a localização das *tabernae* oeste e a nova área de banhos, a este.

Compulsando os dados disponíveis sobre a evolução das *domus* de *Bracara Augusta* julgamos que as exigências de mais espaço para a construção doméstica terão sido determinadas pelo maior protagonismo que as casas adquiriram a partir do período tetrárquico, pois a ampliação das áreas construídas é claramente acompanhada por um reforço dos sinais de luxo das *domus*, numa evidente expressão de competição entre as elites urbanas. Alguns desses sinais de luxo evidenciam-se através da integração de banhos privados nas *domus* e na sofisticação dos programas decorativos que ornamentariam os diferentes espaços das habitações, que se traduzem nos revestimentos de pisos e paredes, infelizmente mal conservados.

1.2.4.2 A alteração das fachadas poente e sul da *domus* de átrio

As principais linhas de força que caracterizam a reforma que tem lugar nos finais do século III,/inícios do IV associam-se, por um lado, ao encerramento funcional do segmento sobrevivente do pórtico poente, que dará uma nova configuração à fachada e, por outro, a uma intervenção mais circunscrita na parte nascente do pórtico sul. O conjunto destas intervenções parece ter sido



Figura 48. Perspetiva das *tabernae* oeste (N/S) ©UAUM.

determinado pela construção de um *balneum* privado, no seu quadrante sudeste, que sacrificou a loja T10 e implicou a privatização de uma área do pórtico sul e o fim da sua articulação pedonal com o pórtico nascente. Simultaneamente, regista-se o desaparecimento do segmento conservado do pórtico nascente, que foi também privatizado para nele instalar duas novas lojas.

No lado poente, a fachada avançou ligeiramente sobre o limite da rua, passando a estar definida pelos muros representados pelas UEs328, 214 e 211, que rematam a norte no muro identificado com a UE368, o qual é prolongado até à rua, fechando a sul no muro definido com a UE329, que alinha com a anterior fachada sul da casa (Fig. 51).

A par do avanço da fachada até ao limite da rua, o anterior espaço do pórtico é subdividido em 3 novos espaços. A sul desenha-se um compartimento retangular (T19), de difícil atribuição funcional, com entrada a partir do pórtico sul, através de lanço de escadas rasgado no muro correspondente à UE329. A entrada estaria limitada a norte por um novo muro, correspondente à UE618. A norte desta parede encontra-se um novo espaço comercial (T20), limitado na parte setentrional pelo muro identificado com a UE339, que assinala a parede sul da loja seguinte (T21). A par da construção dos novos muros que compartimentaram o espaço do anterior pórtico assinala-se uma reorganização dos esquemas de circulação e dos circuitos de acesso aos compartimentos, verificando-se o encerramento da abertura de acesso à anterior loja T5, que foi entaipada (UE337) e exigiu a criação de um novo espaço de circulação entre aquela área e a nova loja, definida a sul pela ombreira conservada, correspondente à UE549.

Presume-se que o novo esquema de articulação dos espaços da fachada poente não tenha comprometido a escada poente que articulava um acesso secundário à *domus* entre o pórtico e o átrio, através da área A10. Na verdade, é possível que o corredor A10 se tenha mantido ativo,



Figura 49. Pormenor da rua oeste e das *tabernae* (S/N) ©UAUM.

através do seu prolongamento até à nova fachada poente, formalizada agora pelo muro que fechou o pórtico (UEs 328, 327, 171). Com esta intervenção julgamos que a loja T4 passou a ser acessível a partir da loja T21, comunicando o espaço T5 com a nova loja T20. É interessante notar que as anteriores lojas que compunham a fachada poente, estão agora articuladas com as novas lojas que passam a facear a rua, subentendendo-se que aquelas que se localizavam no interior tenham passado a constituir armazéns, ou *cubicula*.

Na parte sudeste do pórtico sul regista-se uma reorganização do espaço, que tira partido da ampla área da anterior loja T10 e implicou o avanço da construção sobre parte do pórtico sul. Esta intervenção construtiva destinou-se a criar uma área de banhos privados associada à *domus,* a qual, para além de demonstrar um evidente sinal de luxo da habitação, aumentou a área de residência do proprietário, conseguida basicamente com a anexação da área da anterior loja que foi incorporada na casa e pela construção de um compartimento na área do pórtico sul, correspondente a uma área aquecida, a partir de um prefúrnio detetado a nascente. Trata-se, mais uma vez, de uma intervenção cirúrgica, que tira partido de pré-existências (loja T10) e acrescenta um mínimo de espaços, através de uma anexação de parte do pórtico sul, avançando a fachada da construção até ao muro definido pela UE284, que faceia o decumano D3.

O balneário privado, construído no quadrante sudeste da habitação, dispõe-se no sentido N/S e integraria uma ampla sala fria (*frigidarium*), de forma retangular, com 24 pés de comprimento, por 20 de largura, com cerca de 35m^2 de área útil (7x5m). A nascente desta sala dispunha-se um corredor (A), com cerca de 10 pés de largura, por 24 de comprimento, situado entre os muros definidos pela UE358, a poente e pela UE363, a nascente (Fig. 50). A sul desenha-se um espaço quente, com cerca de 18m^2 (6x3m), dispondo-se no sentido E/O, alimentado por um préfurnio, si-



Figura 50. Planta com as unidades estratigráficas das estruturas da à área de banhos este da *domus* de átrio.

tuado a nascente, numa pequena área de serviços que ocupou a área de interseção do pórtico sul com o nascente. Considerando a amplitude da sala, podemos admitir que pudesse ser subdividida a meio ao nível do piso de circulação, definindo duas salas que funcionariam como *tepidarium* e *caldarium.* O conjunto dos três espaços que podem ser afetos ao balneário correspondem a uma área útil de cerca de 74m^2.

Apesar do estado de arrasamento da área correspondente ao quadrante sudeste do quarteirão A, onde se implantou o balneário, foi possível detetar alguns vestígios da *area* do hipocausto da parte aquecida, situada a sul (UE1289), os quais se conservaram no canto sudeste do compartimento anexo ao muro referenciado coma a UE284. A *area* do hipocausto seria composta por tijolos tipo *lydion,* tendo-se reconhecido 4 séries de pilastras que sustentavam a *suspensura* (UE1243), formadas por tijolos *bessales*. Uma vez que a *area* do hipocausto se situava à cota de 183m, deduzimos que a cota de circulação das salas aquecidas e do *frigidarium* deveria situar-se a cerca de 184m, o que implicaria a existência de lances de escadas entre o compartimento interior A11 e o corredor situado a sul (A), bem como no acesso ao *frigidarium.* A sobrelevação destes compartimentos justifica que deles nada se tenha conservado.

Assim, o conjunto balnear que foi incorporado na habitação constituía-se como um bloco compacto, periférico da área residencial, acessível a partir do compartimento interior A11, dis-



Figura 51. Planta com as unidades estratigráficas dos muros relacionados com as lojas oeste.

pondo-se a área de serviços junto ao cruzamento das ruas sul (decumano D3) e nascente (cardo K12), que limitavam o quarteirão e permitiam um fácil abastecimento da lenha necessária para alimentar o *praefurnium.*



Figura 52. Ânfora identificada na escavação de uma das lojas ©UAUM.

2 A Zona Arqueológica da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão nºs166-168

2.1 Historiografia

2.1.1 Caracterização da área escavada

A área conhecida pela designação 'Zona arqueológica da Escola Velha da Sé/ rua Frei Caetano Brandão nºs 166-168' localiza-se no remate de um quarteirão da cidade de Braga, situado na parte sudoeste do Centro Histórico, o qual foi sucessivamente posto a descoberto nas duas últimas décadas por escavações realizadas, entre 1998 e 2003, na área que ficou conhecida por 'Escola Velha da Sé' e, entre 2015 e 2016, nos lotes nº 166-168 rua Frei Caetano Brandão. A referida zona arqueológica situava-se naquele que seria o quadrante noroeste da cidade romana de *Bracara Augusta* (Fig. 61)

As escavações efetuadas nesta zona arqueológica permitiram evidenciar vestígios associados à ocupação romana e tardo antiga de um quarteirão romano, que se encontrava limitado a nascente pelo cardo máximo (K9), a sul pelo decumano D3, a poente pelo cardo K10 e a norte pelo decumano D2 (Martins *et al.*, 2017a). Embora hoje apenas seja possível contemplar parte dos vestígios romanos que foram escavados, os quais se encontram inseridos no Núcleo Museológico da Escola Velha da Sé, importa referir que os eixos viários que se dispunham nos limites desse quarteirão romano confrontavam, naturalmente, com construções pertencentes a outros adjacentes, tendo sido descobertos vestígios associados ao limite nordeste do quarteirão que se dispunha a sul do decumano D3, os quais estão relacionados com a presumível fachada da habitação que aí deveria existir. Apesar do carácter pontual e restrito da intervenção arqueológica realizada, que permitiu identificar aquele setor da zona arqueológica, os elementos arqueológicos disponíveis, associados a paredes e aos pórticos, permitiram confirmar a malha urbana projetada para a *Bracara Augusta*, confirmando a largura do decumano D3, que se prolonga sob parte da atual rua D. Afonso Henriques.

O limite ocidental da zona arqueológica apresenta vestígios estruturados das muralhas alto e baixo medievais da cidade de Braga, bem como parte de um dos torreões que reforçavam a muralha dos séculos XIV/XV, também conhecida por muralha fernandina. Trata-se de dois importantes testemunhos arqueológicos que documentam a evolução urbana da cidade de Braga, a partir dos fins da Antiguidade Tardia, permitindo constatar o modo como a cidade alto medieval se reduziu em relação à cidade romana, bem como a forma encontrada para reforçar o sistema defensivo da cidade medieval, quando se constrói a cerca fernandina. Assim, as escavações permitiram verificar que a construção da cerca alto medieval implicou a destruição de boa parte das estruturas relacionadas com a *domus*, cujos espaços permaneceram ocupados na Antiguidade Tardia, necessária para a criação do caminho de ronda interno da muralha. O desmonte desta estrutura terá fornecido abundante material para a construção da muralha, estando os saques dos muros da casa bem testemunhados por numerosas valas detetadas nas escavações. Neste contexto, julgamos poder afirmar que os vestígios romanos e tardo antigos foram sobretudo destruídos para a construção da primeira cerca medieval (UE154), que atravessa toda a parte oeste da *domus,* no sentido N/S. Paralela a esta muralha dispõe-se uma outra (UE108), com a mesma orientação, construída nos séculos XIV/XV, articulada com um torreão, do qual se identificou apenas um paramento externo (UE220), orientado E/O.

A parte nascente da área escavada permitiu pôr a descoberto alguns vestígios que podem associar-se ao cardo K9. Trata-se de vestígios bastante deteriorados, fruto de extensos saques do lajeado que certamente pavimentava aquela importante artéria da cidade.

Desta forma, a área que foi escavada inclui um conjunto diversificado de estruturas correspondentes a um quarteirão residencial da cidade romana, que se dispunha a poente do cardo K9, oferecendo igualmente vestígios residuais de um outro quarteirão, disposto a sul do decumano D3. Estamos assim perante um lote urbano com vestígios arqueológicos de uma inegável importância, os quais, para além de possibilitarem conhecer a planta quase integral de uma *domus* de *Bracara Augusta*, permitiu confirmar a proposta de restituição do módulo urbano fundacional da cidade (Martins e Delgado, 1989-90; Martins *et al.,* 2017a).

A análise da cartografia histórica de época moderna e contemporânea de Braga, na qual se encontram preservados os registos urbanísticos da cidade, desde o século XVI, permite uma maior perceção da evolução sofrida pela área urbana que corresponde à zona arqueológica em análise e que resultou na complexa sequência de ocupação que foi registada nas sucessivas campanhas de escavação realizadas naqueles terrenos. Assim, com base no chamado Mapa de Braunio, datado de 1594, apercebemo-nos que, na segunda metade do século XVI, o antigo caminho de ronda interior da muralha baixo medieval de Braga se encontrava já ocupado por construções que pouco a pouco desconfiguraram esse caminho, antes reservado para patrulhar o acesso à fortificação (Fig. 53). Lentamente, as habitações terão começado a parasitar a cerca medieval, tendo o edificado inicialmente sido concentrado no lado exterior do perímetro amuralhado, enquanto os terrenos intramuros anexos à cerca foram utilizados como pequenas hortas que correspondiam ao fundo dos lotes das habitações.

Este processo de ocupação do caminho de ronda encontra reduzida expressão nesta zona arqueológica. Com efeito, os muros de divisão de propriedade não possuem fundações profundas, podendo a maior parte dos revolvimentos das terras, observados na escavação, constituir uma consequência das atividades agrícolas que aí tiveram lugar, cujo impacto em profundidade pode dever-se aos tipos de plantio realizados. Na verdade, tal como se pode observar na figura , nos finais do século XVI, os terrenos onde está situada esta zona arqueológica, correspondiam a jardins e hortas implantados entre as habitações e a muralha fernandina.

Se valorizarmos a cartografia posterior, datada do século XVIII, verificamos que a matriz de ocupação da zona sudoeste de Braga em época moderna se manteve praticamente inalterada, tendo-se mantido a configuração dos lotes entre os séculos XVI e XVIII (Fig. 54). A documentar esse conservadorismo está a rua Verde, que materializa parte do traçado do cardo máximo (K9) da cidade romana, o qual terá permanecido praticamente inalterada até os finais do século XX.

O estado quase inalterado dessa parte da cidade durante vários séculos, desde os fins da Idade Média até os finais do século XIX, ou melhor, desde a implantação da muralha fernandina até à abertura da rua D. Frei Caetano Brandão, pode ser interpretado como uma consequência da manutenção dos quarteirões de tipo medieval durante um longo período de tempo. Esses quarteirões foram constituídos pela formalização de um perímetro construído com habitações, que correspondem

a parcelas que exibem casas simples, maioritariamente apenas com o andar térreo, embora algumas pudessem apresentar dois pisos (Ribeiro, 2008: 416-420).

Com o avanço do século XVIII e o início da centúria seguinte, a configuração dos quarteirões do setor da cidade onde se situa a zona arqueológica em análise não sofreu alterações estruturais. Com efeito, são preservadas amplas zonas abertas e sem construções, com espaços reservados para pequenas hortas e jardins nas traseiras das habitações. Percebe-se, contudo, o gradativo crescimento das parcelas construídas na direção dos logradouros, diminuindo os espaços abertos no interior dos quarteirões.

Se ao nível dos quarteirões as modificações não foram muito significativas, já a morfologia da cidade começou a sofrer importantes alterações no decurso da centúria de oitocentos. Com feito, o processo de urbanização da periferia imediata de Braga é intensificado nessa época, o mesmo acontecendo com algumas áreas situadas no interior da cidade que são modificadas. Entre as mudanças mais significativas desse século destacamos a abertura de uma rua que prolongou para poente a rua das Travessas, atual rua D. Afonso Henriques, a qual implicou o desmonte de parte da muralha fernandina, com o intuito de possibilitar um acesso direto do bairro medieval das Travessas ao Largo das Carvalheiras (Martins e Ribeiro, 2013). A implantação dessa via implicou um impacto direto nos terrenos anexos à zona arqueológica, sobretudo na sua parte sul, onde se situava o decumano D3, o qual seria ladeado de pórticos, espaços que foram pontualmente testemunhados por vestígios que foram detetados nas escavações, em muito mau estado de conservação, em resultado dos vários saques que terão ocorrido para obter material de construção para a muralha medieval, o que justifica que algumas estruturas estejam apenas representadas pelos negativos das fundações.

Nos finais do século XIX os terrenos correspondentes à zona arqueológica sofreram profundas alterações. De facto, as mudanças anteriormente referidas apenas haviam modificado pontualmente a morfologia do quarteirão de traça medieval, formado pelas habitações, cujos limites dos respetivos jardins traseiros parasitaram a muralha fernandina no trecho entre o Postigo da Cividade e a Porta de Maximinos, ocupando o espaço onde havia corrido o caminho de ronda da muralha fernandina (Fig. 56). Já, a abertura da rua Frei Caetano Brandão, em 1878, que resultou do alargamento e unificação das anteriores rua Verde e rua do Couto do Arvoredo (Cruz, 1980: 706-707), correspondeu a uma intervenção urbanística de grande impacto. A implantação desse eixo viário, com a sua invulgar largura e traçado bastante retilíneo, regularizou o eixo viário precedente, bastante mais estreito e irregular, de matriz medieval, acabando por provocar a destruição das fachadas das casas que formalizavam o parcelamento medieval dos quarteirões, o qual não foi alterado nos valores da largura, mas sim nas medidas relativas à sua profundidade, o que terá provocado a perda de parte dos jardins internos das casas.

2.1.2 Historial dos trabalhos de escavação

Esta zona arqueológica integra os terrenos de duas áreas arqueológicas contíguas da cidade de Braga que foram intervencionadas em duas fases diferentes. A primeira área corresponde à área ocupada pela chamada 'Escola Velha da Sé', que foi escavada entre 1998 e 2003, pelo Gabinete de

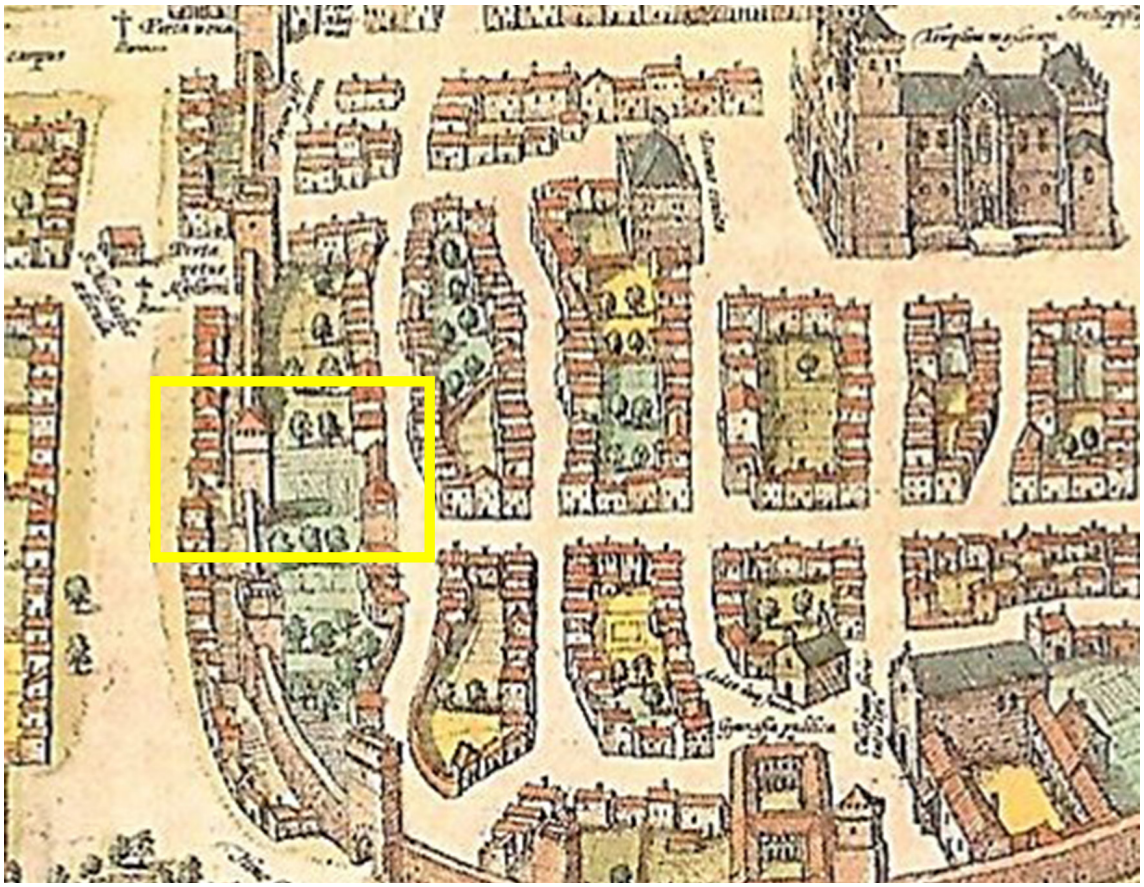


Figura 53. A zona arqueológica localizada no Mapa de Braunio, 1594 ©UAUM.



Figura 54. Localização do quarteirão no mapa de Braga Primas de André Soares, 1755 ©UAUM.



Figura 55. Pormenor da planta da cidade de Braga de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, datada do século XIX, Escala 1:4000 ©UAUM.

Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, sob a direção técnica e científica de Armandino Cunha, tendo contemplado cinco campanhas (Fig. 57). A intervenção resultou da intenção de remodelar o edifício da antiga 'Escola Velha da Sé', propriedade do Município de Braga, prevendo-se, em sede de projeto, a implantação de um auditório, facto que determinou a necessidade de avaliação da potencialidade arqueológica do subsolo, igualmente determinada pelo facto do espaço a intervir possuir uma condicionante arqueológica devido à sua localização no centro histórico de Braga. A área que foi escavada corresponde a cerca de 720 m^2 (Magalhães, 2010: 49).

A segunda área que se integra nesta zona arqueológica está situada no terreno anexo, que se dispõe a norte da 'Escola Velha da Sé', correspondendo ao lote nº 166/168 da rua Frei Caetano Brandão, o qual foi intervencionado pela UAUM, entre 2015 e 2016 (Fig. 58). Na origem desta intervenção esteve a requalificação de uma casa, que implicou a realização de sondagens para avaliação de impactos, uma vez que o referido terreno possuía uma forte condicionante arqueológica, pela sua contiguidade relativamente à 'Zona arqueológica da Escola Velha da Sé', onde na década de 90 do século XX se havia reconhecido uma importante sequência de ocupação e detetado um conjunto de ruínas cujo valor patrimonial justificou a sua abertura ao público.

As escavações realizadas no conjunto desta zona arqueológica, que totalizaram sete campanhas, num total de 48 meses de trabalhos arqueológicos, acabariam por permitir pôr a descoberto uma extensa área arqueológica, com cerca de 1153m^2, na qual se reconhecem vestígios de uma *do-*

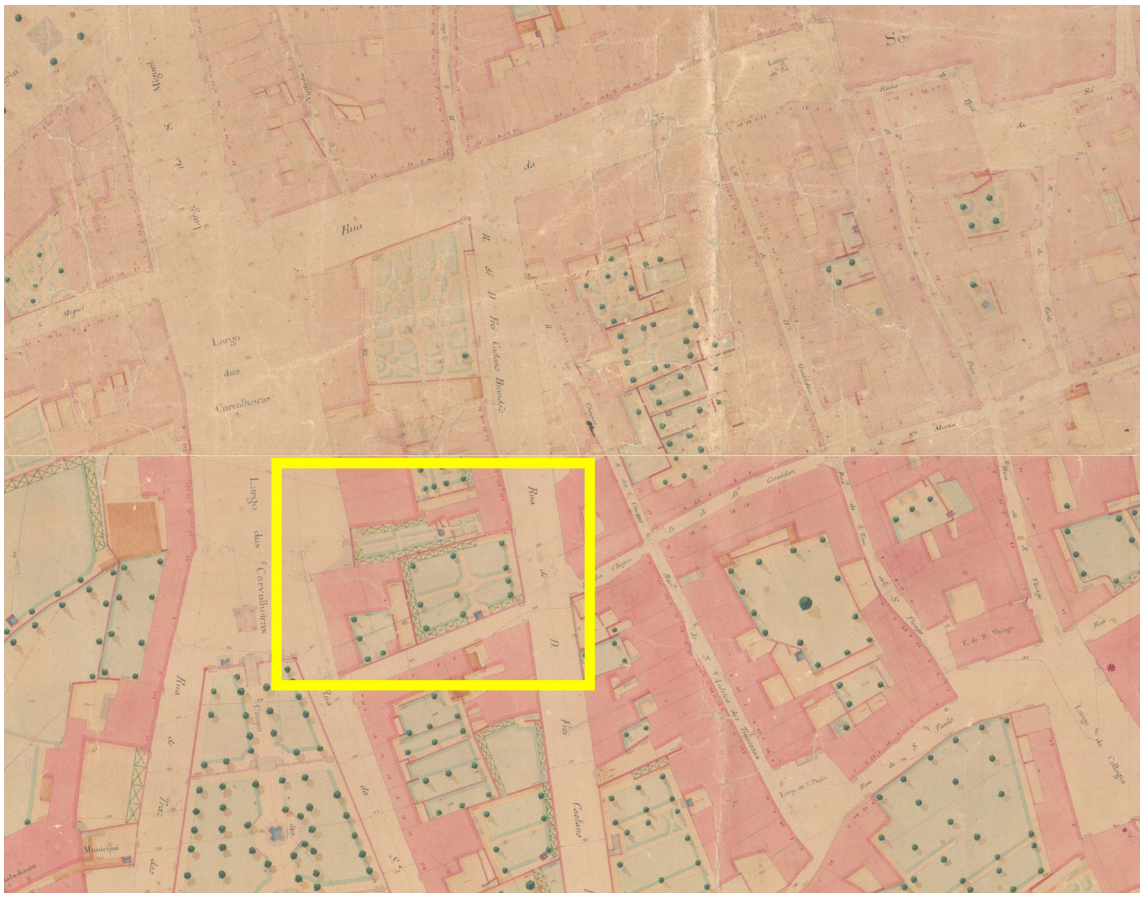


Figura 56. A zona de estudo localizada na planta topográfica da cidade de Braga de Francisque Goullard, 1883-1884. Escala 1:500 ©UAUM.

mus romana de cronologia flávia, com uma importante remodelação nos finais do século III/inícios do IV, ainda ocupada na Antiguidade Tardia. A parte poente da casa viria a ser destruída pela construção das duas muralhas medievais, detetadas no local.

A primeira fase dos trabalhos decorreu em finais de 1998 e teve por objetivo o melhor conhecimento da estratigrafia e estruturas preservadas no subsolo do imóvel conhecido pelo nome de 'Escola Velha da Sé'. Para tal, foram implantadas duas sondagens, referenciadas por Qd.2 e Qd.5, com 1,5m x 2m cada, no espaço designado por Sala 1 e uma sondagem, identificada por Qd.1, com as mesmas dimensões, que foi implantada na Sala 2. Logo após a remoção das camadas iniciais da sondagem Qd.2 foi identificado um amplo pavimento em *opus signinum*, que demonstrou a presença de ruínas romanas no local. Por outro lado, a escavação realizada na Sala 2, correspondente à sondagem Qd.1, permitiu pôr a descoberto dois outros pavimentos, um dos quais em terra batida e um outro revestido com *opus tessellatum.*

Com o reconhecimento de níveis romanos associados a pavimentos, pequenos muros e uma soleira, que sinalizavam a preservação de vestígios de estruturas de cronologia romana, estava confirmada a necessidade de se realizarem trabalhos arqueológicos, quer de acompanhamento do processo de remoção de terras para a construção do auditório projetado para aquele edifício, quer de escavação para verificar o prolongamento dos pisos encontrados, bem como a identificação de outras estruturas potencialmente preservadas.

Desta forma, o projeto de reforma da antiga 'Escola Velha da Sé' avançou sob acompanhamento arqueológico, dando origem a uma segunda campanha de trabalhos, que tiveram lugar entre setembro e outubro de 1999, tendo por objetivo a abertura de seis sapatas necessárias ao novo edificado. A estratigrafia da Sapata 1 revelou uma sequência bastante simples, composta por níveis de abandono e destruição, que se sobrepuseram a um pavimento revestido com *opus tessellatum*, preservado em 22 conjuntos em forma de losangos, com *tessellae* feitas em material laterício e calcário, ainda que mais degradado. Já as áreas que correspondiam às Sapatas 3 e 4 revelaram um piso em *opus signinum*, bastante deteriorado, enquanto na área da Sapata 5 foi identificado um pavimento em terra batida. Nas restantes sondagens, correspondentes às áreas das Sapatas 2 e 6, apenas se descobriram níveis sedimentares de revolvimento e enchimento para regularização da cota do terreno.

A constatação de vestígios com alto valor arqueológico e patrimonial no subsolo do edifício da 'Escola Velha da Sé', compostos por níveis e estruturas romanas e medievais, entre os quais se destacam os vestígios de tramos das muralhas alto medieval e fernandina, bem como parte de um dos torreões desta última fortificação, implicou uma modificação no projeto inicial, tendo sido abandonada a ideia de se construir um auditório no local, equacionando-se a possibilidade das ruínas descobertas virem a ser valorizadas para futuro usufruto público.

A terceira campanha de escavações, que aconteceu ao longo de 27 meses consecutivos, entre setembro de 1999 e outubro de 2001, visou a escavação arqueológica integral do terreno. Nessa campanha foram realizadas nove sondagens, das quais sete conformavam quadrados com 4x4m, enquanto as outras correspondiam a retângulos com dimensões de 4x3m. A oportunidade de proceder a uma escavação arqueológica, com prazos alargados e com objetivos científicos e patrimoniais viria a revelar-se muito importante para registar e compreender os vestígios existentes no local. De facto, nesta campanha foi possível exumar um conjunto bastante complexo de estruturas de cronologia romana, que formalizam uma *domus,* de cronologia flávia, profundamente remodelada nos finais do século III/inícios do IV. Do conjunto de estruturas identificadas cabe salientar os muros que delineavam os limites de compartimentos com diferentes dimensões, bem como alguns pavimentos simples, em terra batida e outros mais elaborados, alguns revestidos em *opus signinum* e outros em *opus tesselatum.* Ainda nessa campanha foi possível individualizar algumas infraestruturas hidráulicas ligadas à habitação romana e observar as muralhas medievais, cujos tramos se localizam no limite poente da área escavada.

Ao longo da terceira campanha de trabalhos, com o avanço da identificação de novas estruturas, foi-se consolidando a ideia de musealizar o conjunto de vestígios descobertos, o que pressupôs a realização de uma nova campanha de escavações, destinada a regularizar o terreno que estava a ser escavado para permitir a entrada da maquinaria necessária para a abertura de valas onde deveriam vir a ser implantadas os pilares de sustentação do edifício.

Essa quarta campanha de trabalhos arqueológicos decorreu entre maio e junho de 2000, não tendo revelado quaisquer dados arqueológicos dignos de destaque, uma vez que os pilares foram implantados em áreas já escavadas, onde era seguro proceder à abertura de valas sem risco de se encontrarem novos vestígios arqueológicos. Os trabalhos decorreram entre 27 de agosto de 2001 e 10

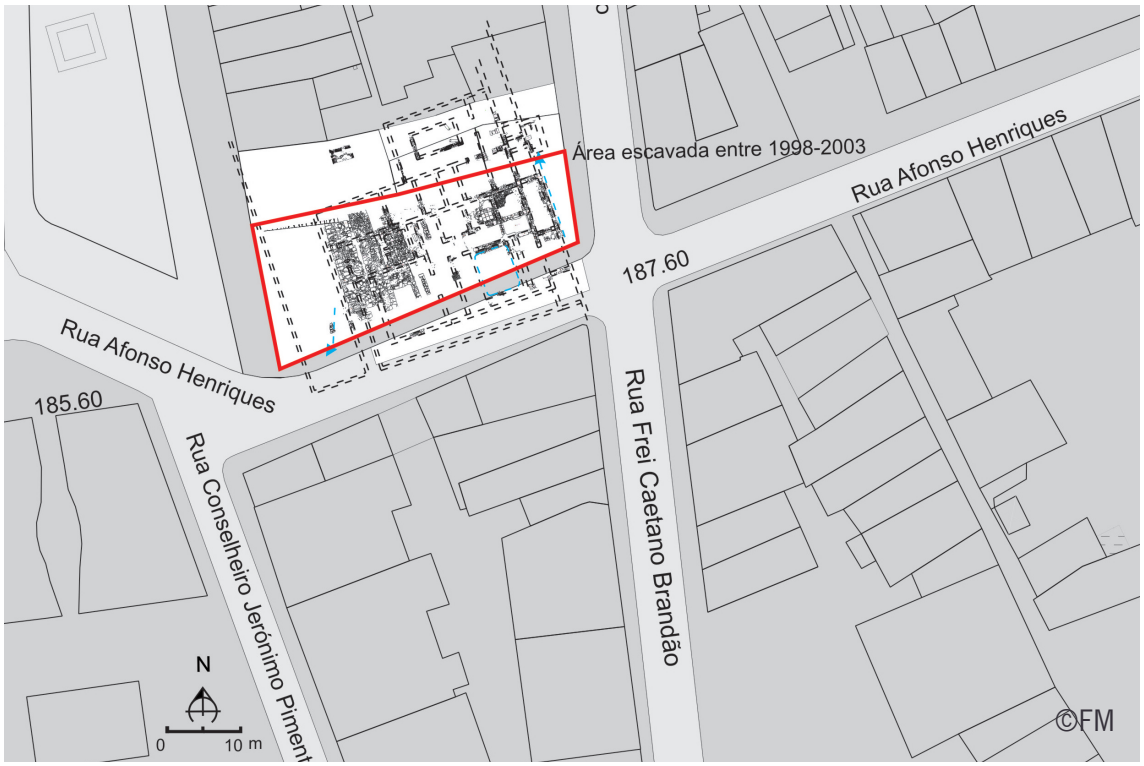


Figura 57. Planta da ZA da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão com a delimitação da área escavada entre 1998-2003.

de julho de 2003, tendo como objetivo a finalização da escavação e o acompanhamento da abertura de valas na parte externa do edifício para a instalação de infraestruturas ligadas ao fornecimento de gás e eletricidade e para a drenagem das águas pluviais. Nesta campanha foram identificadas várias estruturas que configuravam compartimentos de um balneário, do qual foram evidenciadas as salas aquecidas, pela presença de restos de *pilae* e por um *praefurnium*. Os vestígios dos hipocaustos do balneário apresentavam-se parcialmente destruídos pela implantação da muralha alto medieval que surgiu imediatamente a oeste das estruturas preservadas nesse setor da zona arqueológica.

Naquela que constitui a quinta e última campanha arqueológica foi possível escavar o tramo da cerca medieval que atravessava o terreno no sentido N/S, o que resultou na melhor identificação de suas características, designadamente relativas às dimensões e ao modo de implantação.

Por sua vez, a abertura das valas para a implantação das infraestruturas, na parte externa situada a sul do edificado, incidiu sobre a área onde deveria situar-se o decumano D3, que delimitaria o quarteirão onde se implantava a habitação romana no lado sul, tendo sido identificados vestígios associados a um pórtico (fig. 61). O pavimento que corresponde a essa via encontrava-se bastante deteriorado, não apresentando vestígios de lajeado. Também os níveis de preparação do piso da via se encontravam remexidos e cortados, apesar de ter sido possível identificar o nível correspondente ao *rudus.*

No que toca ao quarteirão situado a sul do decumano D3, importa referir que os elementos que compuseram o pórtico norte foram bastante saqueados e que apenas foram reconhecidas as valas de fundação das estruturas que formalizavam esta zona do quarteirão, tendo apenas sido detetados vestígios do muro que delimitava o espaço construído do quarteirão (Fig. 62).

Apesar da segunda parte da intervenção arqueológica, realizada nesta campanha, não ter incidido sobre a área construída do quarteirão foi possível identificar vestígios urbanísticos relevantes, relacionados com restos do decumano D3 e com a área do pórtico anexo que se dispunha a sul, espaço que claramente identifica um outro quarteirão urbanizado da cidade romana.

O interesse patrimonial e histórico das ruínas descobertas nas cinco campanhas arqueológicas, realizadas, entre 1998 e 2003, justificou a sua conservação e posterior musealização, assumida pelo município, na origem do Núcleo Museológico da *Domus* da Escola Velha da Sé, inaugurado em outubro de 2009, equipamento que se encontra sob gestão municipal.

Doze anos após as escavações realizadas na 'Zona arqueológica da Escola Velha da Sé' foram iniciados os trabalhos de escavação nos terrenos contíguos, dispostos a norte, que formalizavam o lote identificado com os nºs 166-168 da rua Frei Caetano Brandão. As novas escavações foram realizadas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e decorreram da necessidade de confirmar a existência de ruínas no âmbito de um projeto de remodelação do edifício para a construção de uma nova habitação.

Esta nova intervenção, identificada por 'Zona arqueológica da rua Frei Caetano Brandão nºs 166-168' decorreu em duas campanhas. A primeira teve lugar entre 18 de junho e 1 de julho de 2015, tendo por objetivo verificar a existência de vestígios arqueológicos que pudessem comprometer o projeto arquitetónico do novo edifício, tendo sido estabelecidas duas sondagens de diferentes dimensões, implantadas em diferentes locais. A sondagem S1, com 5x2m, foi implantada na área onde se pretendia construir uma piscina, enquanto a sondagem S2, com 4.5x1.5m, foi aberta no local em que se previam implantar as fundações do edifício.

O local onde foi aberta a sondagem S1 situou-se no alinhamento do traçado projetado das muralhas medievais, identificadas na área adjacente, da 'Escola Velha da Sé', disposta a sul, estruturas que se presumiam estarem preservadas. De facto, a sondagem permitiu verificar que, por baixo de níveis de preparação dos pavimentos modernos, as cercas medievais encontravam-se preservadas e que serviram de suporte, durante a época moderna e no início da contemporaneidade, para assentar a habitação, a qual reaproveitou as suas fundações e parte dos seus alçados para implantar as paredes do edificado.

Por sua vez, a sondagem S2 foi aberta de modo a verificar o prolongamento dos muros romanos identificados na adjacente zona arqueológica da 'Escola Velha da Sé', cuja confirmação e bom estado de conservação poderiam pôr em causa as fundações projetadas para o novo edifício. Nesta sondagem foram identificadas paredes medievais que se sobrepunham aos muros romanos que integravam a *domus,* referenciada nos terrenos dispostos a sul, escavados entre 1998 e 2003.

Considerando a presença de estruturas com valor arqueológico e patrimonial no terreno destinado a construção, foi decidido alargar a área escavada de modo a identificar zonas livres de vestígios romanos ou medievais, onde pudessem ser implantadas as fundações da nova habitação, o que resultou na abertura de mais dez sondagens (S3 a S12). A sua escavação decorreu entre o dia 2 de novembro de 2015 e o dia 28 de novembro do ano seguinte, tendo-se traduzido numa gigantesca intervenção arqueológica que recobriu todo o terreno do lote correspondente aos nºs 166-168 da rua

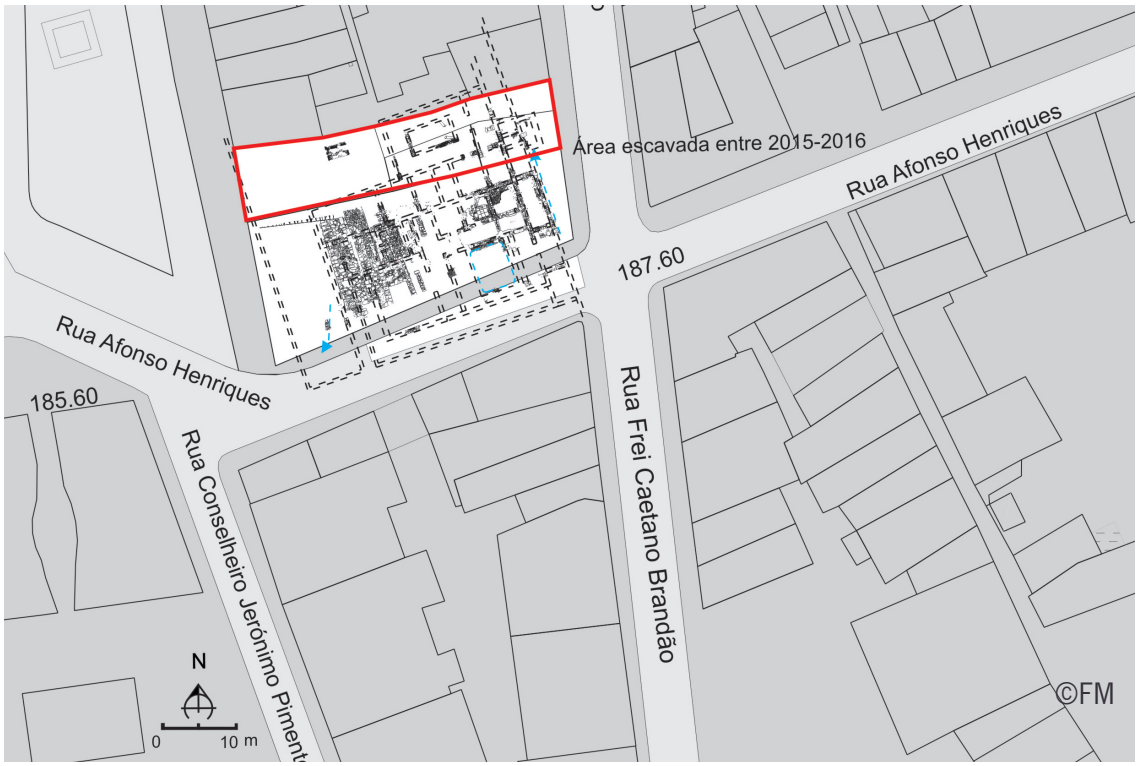


Figura 58. Planta da ZA da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão, com a delimitação da área escavada entre 2015-2016.

Frei Caetano Brandão.

As dimensões e a localização das sondagens foram estabelecidos de modo a dar resposta sobre a exequibilidade das novas propostas de fundação das sapatas do edifício sugeridas pelos arquitetos, tendo o projeto arquitetónico sido sucessivamente alterado em consonância com os vestígios que foram sendo encontrados nas escavações. Assim, as sondagens 3, 4 e 5 foram implantadas nos locais onde estavam projetados pilares, enquanto a sondagem S6 pretendeu avaliar o impacto da área em que se pretendia implantar a caixa do elevador. As restantes sondagens, S7 a S12, resultaram da necessidade de alargar a área escavada devido à identificação de vestígios que inviabilizavam a fixação dos alicerces, dos pilares e da caixa do elevador à profundidade desejada.

O alargamento da intervenção nessa zona arqueológica permitiu registar um conjunto de vestígios que correspondiam à parte norte do quarteirão romano, onde se integrava a *domus* descoberta na 'Escola Velha da Sé'. Na verdade, a escavação de todo o lote correspondente aos nºs 166-168 da rua Frei Caetano Brandão evidenciou o prolongamento dos muros que haviam sido identificados no limite norte daquela área arqueológica, tendo também revelado um conjunto de estruturas que conformavam novos espaços do quadrante nordeste do quarteirão romano. Assim, foi identificado o limite nascente da habitação, bem como as fundações do pórtico que se dispunha a oeste do cardo máximo (K9). Já no interior da área construída do quarteirão foram registados os prolongamentos dos muros já individualizados na 'Zona arqueológica da Escola Velha da Sé', os quais conformavam os compartimentos que se dispunham na parte sul da habitação.

No limite poente da área intervencionada, e tendo por base os resultados das sondagens que incidiram na área da garagem e da piscina, foi possível exumar níveis associados ao período medie-



Figura 59. Pormenor das ruínas dos *cubicula* e do pórtico este da *domus* 1 ©GACMB.

val, mais concretamente relacionados com as duas muralhas medievais. Em particular, destacamos os vestígios correspondentes ao prolongamento para norte dos vestígios da muralha alto medieval, identificada na 'Zona arqueológica da Escola Velha da Sé', bem como do caminho de ronda interno, que se configurava como um pavimento empedrado, que percorria o perímetro interno da cerca. Na área prevista para a construção da garagem do imóvel, a remoção do pavimento recente viria a revelar que as fundações das paredes aí existentes reaproveitavam o paramento externo da torre medieval e assentavam sobre essa estrutura.

À semelhança do que já se havia verificado no subsolo da Escola Velha da Sé, foi identificado um amplo conjunto de estruturas nas escavações do lote 166-168 da rua Frei Caetano Brandão, perfeitamente coerente com os vestígios que já haviam sido referenciados nos terrenos dispostos a norte. Considerando o cariz dos vestígios registados, mas também a natureza privada do lote, optou-se por preservar as ruínas identificadas, tendo o projeto de construção sido profundamente alterado para viabilizar a sua conservação. De facto, grande parte das fundações e das infraestruturas do novo edifício tiveram que ser modificadas de modo a não colidir com as ruínas, que foram entulhadas e se encontram conservadas sob o piso da nova construção.

2.1.3 Interpretação cronológica e fases construtivas

As ruínas da 'Zona arqueológicas da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão nºs 166-168' materializam um conjunto arqueológico de inegável valor patrimonial para a compreensão do



Figura 60. Perspetiva geral das ruínas da *domus* 2 no decorrer dos trabalhos arqueológicos de 2016 ©UAUM.

urbanismo e da arquitetura doméstica de *Bracara Augusta*, mas também da evolução sofrida pelos quarteirões residenciais da cidade romana, ao longo da sua ocupação e muito particularmente nas fases tardias, entre os século IV a os finais do século VII, momento que parece assinalar o abandono do quarteirão romano e das suas construções. As escavações permitem ainda perceber como as muralhas medievais se sobrepuseram a parte da área construída dos quarteirões romanos, cujos vestígios terão sido desmontados para obter material de construção para as fortificações.

Os vestígios romanos encontrados no conjunto das duas áreas arqueológicas, que acabámos de analisar, permitem reconhecer três fases de ocupação, que se situam entre o momento fundacional e os finais do século IV. As fases seguintes correspondem à ocupação do local entre os séculos V e VII (Fase IV), à construção da muralha da Alta Idade Média (Fase V) e à construção da muralha fernandina (Fase VI). No âmbito deste trabalho interessa-nos particularmente as três primeiras fases, que correspondem à formalização do quarteirão (Fase I), à sua ocupação alto imperial em que é ocupado por duas *domus* (Fase II) e à reforma que dos finais do século III/inícios do século IV, quando as duas casas são unificadas numa única habitação (Fase III).

As atividades que podemos associar à Fase I estão relacionadas com a materialização dos alinhamentos projetados para a malha urbana fundacional de *Bracara Augusta*, que ajudaram a formalizar os eixos viários que delimitavam o quarteirão, onde se inscrevem os vestígios ocupacionais que nos ocupam. Assim, dispomos a nascente de vestígios do cardo máximo (K9) e a sul de elementos que podemos associar ao decumano D3, sendo certo que esses dois eixos deveriam já encontrar-se

nesta fase delimitados, de modo a garantir que a ocupação dos quarteirões não comprometia o funcionamento das ruas. No entanto, e à semelhança do que ocorre noutras zonas arqueológicas da cidade desconhecemos qual o tipo de ocupação que terá caracterizado o quarteirão entre a época de Augusto e o período flávio.

A Fase II corresponde à ocupação doméstica do quarteirão romano, que se encontra delimitado a nascente pelo cardo máximo (K9), a sul pelo decumano D3, a poente pelo cardo K10 e a norte pelo decumano D2 (Martins *et al.*, 2017a). Nesta fase temos razões para pensar que o quarteirão terá sido dividido em dois lotes, ocupados por duas habitações distintas, uma na fração norte e outra naquela que se situava a sul. Trata-se de habitações que configuravam típicas *domus* romanas, cujas planimetrias são difíceis de restituir na totalidade devido à profunda reforma que o quarteirão conheceu nos finais do século III/inícios do século IV, que define a Fase III. Esta reforma provocou alterações na generalidade dos compartimentos da *domus* que se dispunha no lote sul do quarteirão, onde se implantou um balneário privado. Estamos também em crer que nesta fase os dois anteriores lotes se unificam, passando a existir uma única *domus*, que tirou partido de grande parte dos espaços das construções anteriores. Apesar de não ser possível restituir a planimetria total da *domus* do século IV, devido à destruição profunda que a mesma sofreu com a construção da muralha alto medieval (Fase V), julgamos que na Fase III os dois lotes foram unificados e que o quarteirão terá passado para a posse de um único proprietário.

A implantação da cerca defensiva da Alta Idade Média (Fase V) arrasou uma parte substantiva do setor poente da habitação, impossível de recuperar, pois a oeste foi posteriormente erguida a chamada muralha fernandina (Fase VI). Por sua vez, a desafetação da muralha medieval enquanto sistema defensivo de Braga, o que certamente terá acontecido já no século XVI (Fase VII), denota a presença de habitações a parasitar o paramento externo da muralha fernandina. A constante atividade construtiva nos terrenos correspondentes a esta zona arqueológica indica também a continuação da destruição das ruínas romanas, que ora foram saqueadas para a obtenção de matéria-prima, ora serviram de alicerce para novas construções.

A última grande modificação urbanística ocorrida nesta zona da cidade data do século XIX e relaciona-se com a desmontagem de um troço da muralha fernandina que assegurou o prolongamento da rua das Travessas, atual rua D. Afonso Henriques e que permitiu a ligação do antigo Bairro das Travessas, de origem medieval, ao campo das Carvalheiras. Também a linearização do eixo viário formado pela rua Verde e pela rua Couto de Arvoredo, que resultou na abertura da rua D. Frei Caetano Brandão, viria a determinar importantes impactos sobre os vestígios romanos desta zona da cidade.

2.2 Descrição das fases

2.2.1 Fase I. Implantação e ocupação pré-flávia

2.2.1.1 Descrição geral

A natureza da intervenção arqueológica realizada na área correspondente ao lote 166-168 da rua Frei Caetano Brandão, relacionada com a necessidade de avaliar o potencial arqueológico do terreno não possibilitou a escavação integral do terreno, tendo os trabalhos sido suspensos sempre que foi

atingida a profundidade necessária para verificar a exequibilidade das fundações programadas para o edifício que se pretendia construir. Assim, os dados mais antigos, relacionáveis com a ocupação anterior à época flávia, são mal conhecidos. Na verdade, apenas podemos testemunhar que nas primeiras décadas do século I esta zona da cidade estaria organizada em quarteirões, cujas características são comuns às que encontramos noutros locais escavados da cidade.

Dos quatro eixos viários que delimitavam o quarteirão que integrava as ruínas encontradas nesta zona arqueológica foram identificados vestígios do cardo K9, sendo igualmente percetível a área correspondente ao decumano D3. O cardo K9 corresponde ao principal eixo viário da cidade, possuindo cerca de 7.24m (24 pés) de largura, medida que foi estimada na 'Zona arqueológica do Ex Albergue Distrital', que será analisada mais adiante. Naquela zona foi também possível verificar a existência de uma cloaca, construída em finais da época júlio-cláudia, que corria sob a rua (Lemos e Leite, 2000), estrutura que sabemos que se prolongava ao longo do eixo viário e que passava nas imediações da zona arqueológica em análise. No entanto, a localização dos terrenos escavados desta zona arqueológica, quer na área da 'Escola Velha da Sé', quer na área correspondente ao lote 166-168 da rua Frei Caetano Brandão não permitiu observar nem as características da rua, nem as da cloaca que sob ela corria, sendo no entanto, presumível que o cardo mantivesse neste setor a mesma largura de 24 pés, documentada na área arqueológica do ex Albergue Distrital. Já o decumano D3 apresentava uma largura próxima dos 12 pés (3.6m), medida restituída entre os presumíveis limites dos quarteirões situados a norte e sul daquela artéria.

Apesar do mau estado de conservação destacamos as valas de fundação das estruturas que se associariam ao limite norte do quarteirão que se dispõe a sul do decumano D3, as quais não apresentavam materiais associados. No entanto, presumimos que a sua cronologia seria semelhante à que podemos estimar para a 'Zona arqueológica do Ex Albergue Distrital', onde se atesta a antiguidade das estruturas, enquadradas na primeira metade do século I devido à presença de fragmentos de ânforas *Haltern* 70 (Torres, 2014).

A fase pré-flávia nesta área arqueológica não foge ao carácter fruste e fragmentário da ocupação dos restantes quarteirões romanos conhecidos até ao momento em Braga, basicamente representada por pilares que delimitavam os alinhamentos dos quarteirões, ao longo dos quais se construíram na fase seguinte as colunatas dos pórticos, que se ergueram em torno das *domus* de *Bracara Augusta*. Importa igualmente referir que os enchimentos das valas de fundação de alguns dos silhares de pórtico, datados da Fase II, possuem em geral materiais cerâmicos que documentam uma ocupação significativa dos quarteirões, desde Augusto até os flávios, os quais terão sido precocemente delimitados pelos eixos viários que compunham a malha ortogonal implantada em época de Augusto (Martins *et al.*, 2017a).

O parcelamento dos quarteirões para futura construção terá sido certamente realizado ainda durante os tempos de Augusto, num momento em que a cidade foi estruturada ao nível de seus limites, divisões e organização interna. Assim, no decurso do período júlio-cláudio a cidade conformava-se como um conjunto de áreas reservadas para construção pública e privada, definidas pelos eixos viários que formalizavam os quarteirões e, dentro deles, as parcelas que estabeleciam a sua subdivisão.

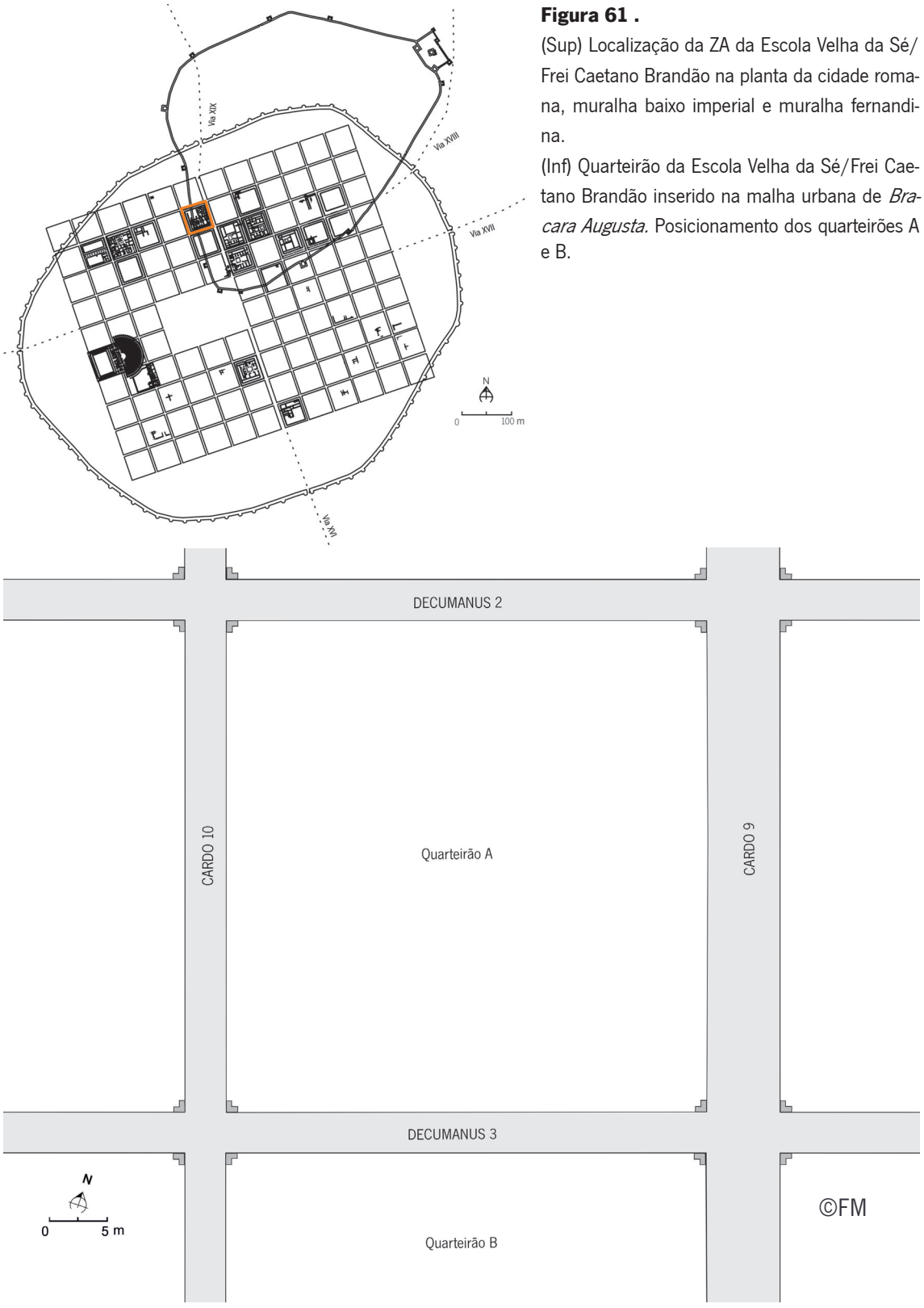


Figura 61 .
(Sup) Localização da ZA da Escola Velha da Sé/ Frei Caetano Brandão na planta da cidade romana, muralha baixo imperial e muralha fernandina.
(Inf) Quarteirão da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão inserido na malha urbana de *Bracara Augusta.* Posicionamento dos quarteirões A e B.

Tanto quanto nos é possível avaliar com base nos dados disponíveis, as áreas construíveis dos quarteirões poderiam corresponder a 1 *actus* quadrado ou a metade dessa área, tal como comprovámos acontecer no quarteirão B da 'Zona arqueológica das Carvalheiras'. Os materiais identificados nas fundações dos alinhamentos dos quarteirões, representados por silhares, que foram posteriormente integrados nos pórticos, ainda que pouco frequentes, documentam a precoce instalação desses ele-

mentos, datados de um período anterior aos flávios.

2.2.1.2 Topografia fundacional

Sabemos que a cidade romana foi implantada numa pequena colina aplanada, cuja altitude máxima não ultrapassaria os 199m. No ponto mais alto estava situado o *forum*, que ocupava uma extensa área de topografia regular, em comparação com as vertentes da colina, ao longo das quais se implantaram os quarteirões da cidade. Estes estavam sujeitos às variações topográficas das pendentes mais ou menos acentuadas das vertentes, tendo as soluções adotadas para solucionar as variações de cota resultado em distintas e específicas soluções para vencer os declives.

No caso concreto da zona arqueológica em análise estamos perante uma área que se dispunha na vertente norte da colina, com um declive moderado no sentido N/S. O quarteirão para o qual possuímos mais informação oferece uma variação de cota, ao longo do pórtico nascente, entre 186.20m, a sul e 184.90m, a norte. Tendo em consideração a continuidade do declive do terreno, podemos admitir que a altitude no canto nordeste do quarteirão, na área do cruzamento entre do cardo K9 com o decumano D2, seria de 184.20m. Uma vez que o canto sudeste, associado ao cardo K9 e ao decumano D3, se situava a cerca de 186.20m, podemos estimar um desnível de cerca de 2m ao longo de cerca de 42m de extensão do pórtico. Esta pendente, pouco acentuada, seria vencida sem necessidade de grandes infraestruturas e desmontes, basicamente recorrendo à criação de plataformas desniveladas, enquanto ao nível dos pórticos se pode ter recorrido a lances de escadas.

2.2.2 Fase II. A urbanização flávia: descrição geral

Inicialmente, e tendo por base os resultados obtidos até 2003, com a intervenção realizada nos terrenos da 'Escola Velha da Sé', acreditava-se que o quarteirão estaria ocupado com uma única grande habitação, à semelhança do que terá acontecido na 'Zona arqueológica das Carvalheiras', anteriormente analisada. No entanto, a natureza dos dados obtidos com a escavação dos terrenos contíguos, dispostos a norte, no lote 166-168 da rua Frei Caetano Brandão, permitiu considerar uma outra dinâmica de ocupação do quarteirão, que poderá corresponder à ocupação do quarteirão por duas *domus* distintas, que viriam a ser unificadas numa única unidade doméstica na fase seguinte. Assim, os dados arqueológicos disponíveis documentam que o quarteirão romano, situado entre os decumanos D2 e D3 e os cardos K9 e K10, apresentava dois lotes, de igual dimensão, os quais foram ocupados na época flávia por duas *domus* contíguas, retangulares, dispostas no sentido E/O. Para efeitos de análise designámos por *domus* 1 aquela que se dispõe na parte sul do quarteirão e por *domus* 2 a que ocupa o lote disposto a norte.

Apesar das extensas escavações realizadas nas duas áreas que formalizam esta zona arqueológica, são escassos os vestígios que possuímos para caracterizar as duas habitações, que viriam a ser desmontadas na parte poente para dar lugar às fortificações medievais, conforme já referimos anteriormente. São igualmente desconhecidos os dados correspondentes à fachada sul da d*omus* 1, que deveria incluir um conjunto de lojas abertas ao pórtico, que bordejava o decumano D3, o mesmo acontecendo com a fachada norte da *domus* 2, que poderia também integrar

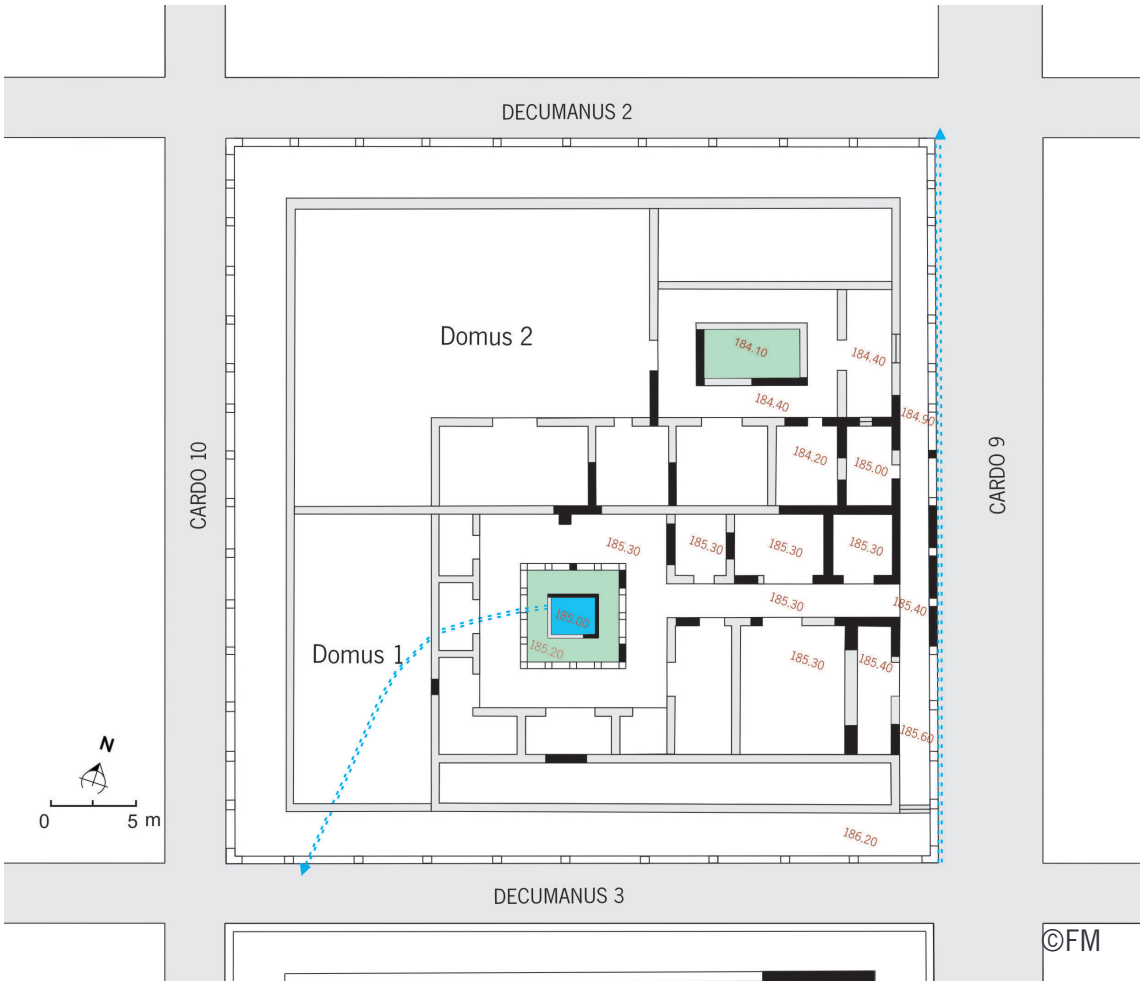


Figura 62. Planta ZA da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão com as cotas de cada compartimento.

lojas, anexas ao pórtico que acompanhava o decumano D2.

Muito embora os dados disponíveis para a fachada nascente das duas casas sejam mais numerosos, não foi possível identificar a totalidade do pórtico que deveria acompanhar o cardo K9, uma vez que este foi profundamente alterado pelas reformas da Fase III, quando este eixo de circulação pedestre foi subdividido e integrado na construção da *domus* que viria, ao longo do século IV, a ocupar a totalidade do quarteirão.

Os vestígios correspondentes à *domus* 1, detetados na parte sul do quarteirão, ocupam a generalidade dos terrenos escavados da 'Escola Velha da Sé' e correspondem a um conjunto de compartimentos que se dispõe a uma cota média de 185.30m, estando a área interior do peristilo a uma cota ligeiramente mais baixa, próxima dos 185.20m e o tanque situado no centro do jardim a cerca de 185.00m (Fig. 62). Contudo, regista-se um desnível de cerca de 1m, entre aquela que seria a cota da rua situada a sul do quarteirão (decumano D3), próxima da que deveria corresponder ao pórtico anexo, que possuía na extremidade nascente cerca de 196.20m de altura. Isso significava que, ao longo do pórtico deveria dispor-se um conjunto de lojas cujos pavimentos se situavam a uma cota mais alta que a registada no interior da casa.

Por sua vez, a *domus* 2 situada na parte norte do quarteirão revela uma maior variação altimétrica dos seus compartimentos e espaços limítrofes. Embora a área do pórtico que corria

a nascente, associado ao cardo K9, se dispusesse a uma cota que variava entre 185.30m e 184.90m, os pavimentos dos compartimentos do interior da habitação apresentam cotas ligeiramente mais baixas, da ordem dos 184.40/184.20m, as quais se encontram representadas nos pisos que podemos integrar nesta fase construtiva (Fig.62).

A grande linha divisória dos dois lotes está representada pelo muro correspondente à UE066, detetado nas escavações realizadas na área da 'Escola Velha da Sé', aproximadamente a meio do quarteirão, o qual conhece um prolongamento no muro identificado com a UE001.

No que toca à diferença da qualidade dos vestígios entre as duas habitações, é preciso salientar as especificidades da ocupação dos dois lotes, mas sobretudo o diferencial volume de informação que possuímos para as duas áreas. Assim, a *domus* 1 oferece mais dados e permite uma maior segurança na sua restituição planimétrica, ainda que parcial, enquanto os dados disponíveis para a *domus* 2 são reduzidos e bastante mais fragmentados, facto que resulta da maior destruição dos vestígios romanos dessa área, pois a parte nascente do lote terá sido construída logo desde os finais da Idade Média, ao contrário do que parece ter acontecido na área ocupada pelos vestígios correspondentes à *domus* 1, que se manteve como terreno não construído até à época contemporânea. Importa também referir que os terrenos onde se situa a *domus* 2 foram globalmente menos escavados, possuindo, por isso, menos evidências sobre a sua ocupação romana, testemunhada por muros cujas características não podemos aferir com rigor.

De qualquer das formas, apesar dos inconvenientes próprios da Arqueologia Urbana, que estão bem representados nesta zona arqueológica, objeto de duas intervenções arqueológicas, com características diferentes, dirigidas por equipas também distintas e ocorridas com um hiato de cerca de quinze anos, bem como da enorme complexidade de sobreposição de níveis de ocupação, foi possível restituir com alguma segurança um conjunto de espaços que nos permite tecer algumas considerações sobre a construção das duas *domus* na época flávia.

2.2.2.1 A *domus* 1 e o lote sul do quarteirão

O primeiro projeto arquitetónico realizado no lote sul do quarteirão situado entre os decumanos D2 e D3 e os cardos K9 e K10 corresponde à construção de uma *domus* de peristilo datada da época flávia. Dos limites da *domus* apenas se conhece parte daquele que se dispunha a nascente, anexo ao pórtico que acompanhava o cardo K9, do qual se conservaram alguns silhares da colunata.

O muro divisório das duas habitações e que subdividia o quarteirão a meio está representado pela UE066=001, sendo conhecido apenas na sua parte nascente. Trata-se do muro norte da *domus* 1, que correspondia também ao muro sul da *domus* 2, que se articulava com o muro perimetral que definia a fachada nascente da casa (UE022=232), a única reconhecida na escavação. Com efeito, desconhecem-se aquelas que seriam as fachadas sul e poente da habitação, que apenas podemos presumir que seria rodeadas de pórticos, tal como acontece na fachada nascente. Podemos igualmente considerar que a fachada sul da casa seria rasgada por lojas, que se deveriam dispor a sul do muro correspondente à UE240 (Fig.63), cuja projeção, até à fachada nascente da casa (UE022=232), para conformar aquele que pode ter sido o limite sul dos compartimentos dispostos a sul do peristilo

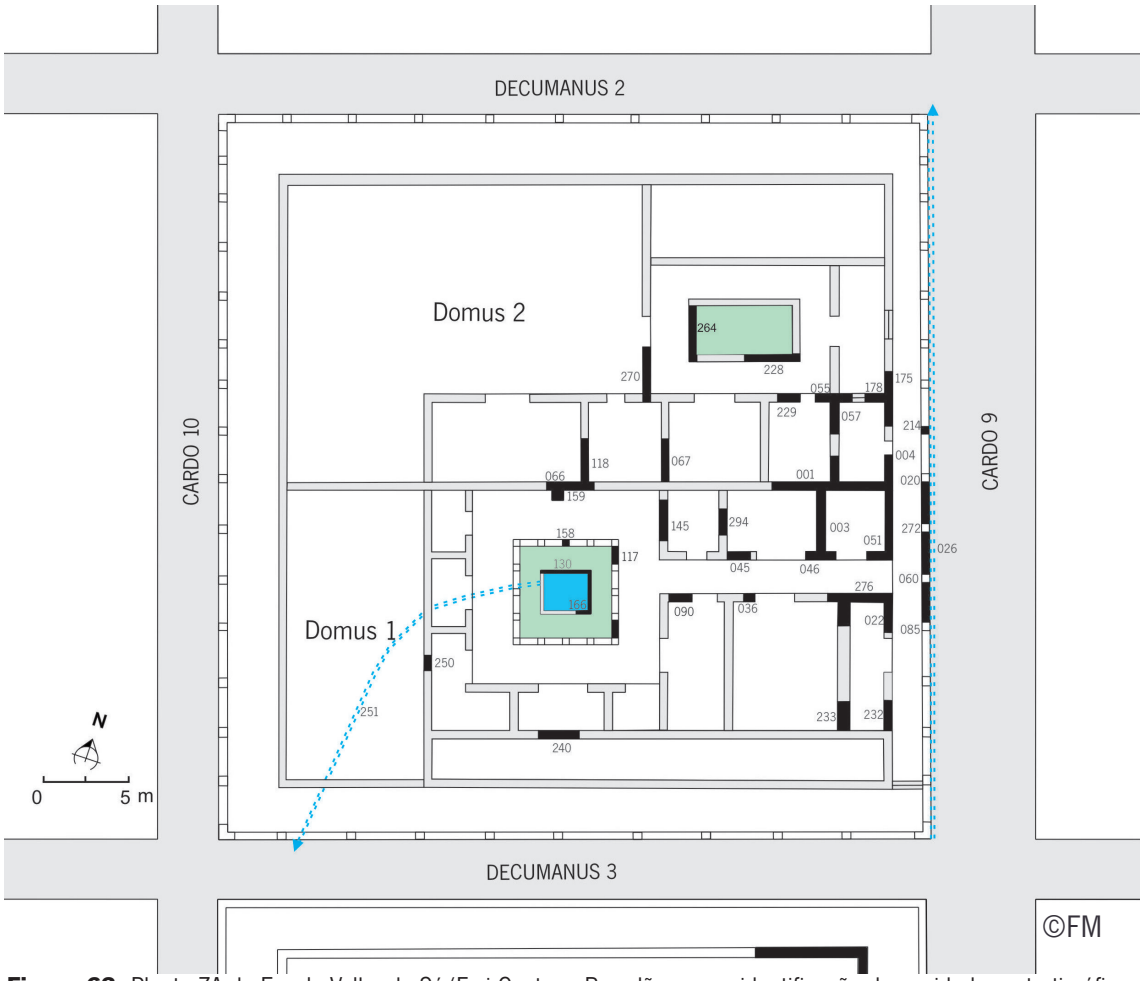


Figura 63. Planta ZA da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão com a identificação das unidades estratigráficas atribuídas aos muros.

e do corredor de entrada na casa (espaços P9, P8, P7, P6, P5 e loja T1) (Fig.65).

A cronologia exata do muro meeiro das duas casas (UE066=001) é algo duvidosa, uma vez que a sua vala de fundação apenas pode ser datada com base em fragmentos de contentores anfóricos *Haltern 70*.

No que se refere à topografia cabe referir que a *domus* 1 se implantou num terreno que apresenta uma pendente bastante reduzida, com uma variação apenas de cerca de 0.20m no sentido E/O, verificando-se a cota de 185.40m na área do pórtico adjacente ao cardo K9, junto à entrada principal da habitação, enquanto os compartimentos situados a poente se dispunham a 185.20m. Tendo por base os dados disponíveis podemos considerar que o *ambulacrum* do peristilo (P) estaria situado a uma altitude próxima de 185.30m, pelo que os desníveis interiores da casa seriam bastante suaves, conforme se pode verificar no corredor que se estrutura ao longo de 13m e que da entrada conduzia ao peristilo, separando duas áreas da casa (Fig. 64). Os compartimentos que se desenvolvem ao longo desse corredor, tanto a norte como a sul, foram construídos tendo por referência a altitude média do mesmo, ou seja, 185.40m. Reduzida é também a diferença altimétrica entre o pavimento da taberna T1, rasgada na fachada nascente e a cota do pórtico, que deveria estar próxima dos 185.50m. O maior desnível deveria ser vencido entre o pórtico sul da casa, situado a cerca de 186.20m e a cota do pórtico nascente, junto à entrada da habitação (185.40m). O desnível de cerca

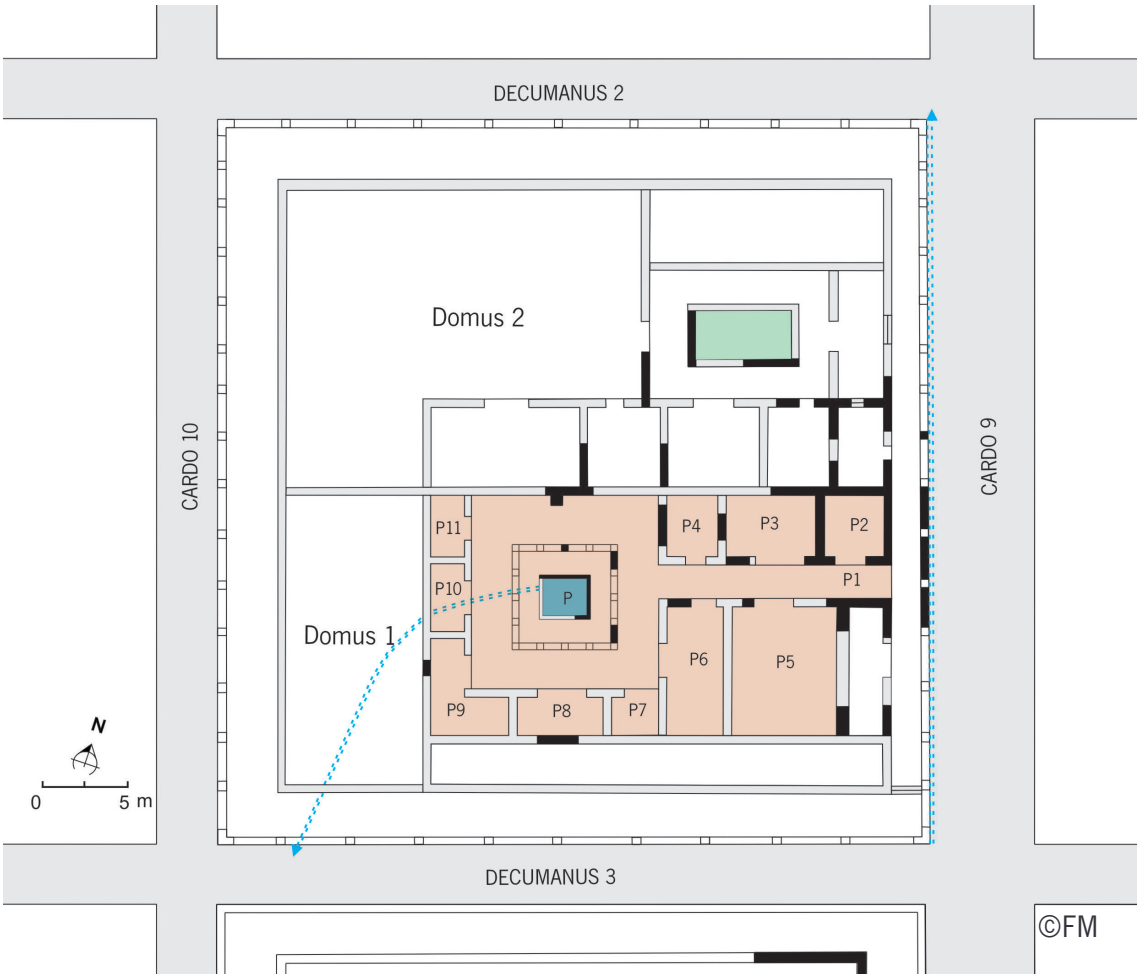


Figura 64. Planta da *domus* 1 com a definição do peristilo e dos compartimentos em redor.

de 0.80m deveria ser vencido por um lance de degraus implantado na articulação dos dois pórticos.

Os muros desta fase revelam uma boa qualidade técnica do seu aparelho, mas também ao nível das fundações. Estas encontram-se solidamente implantadas na arena granítica, sobre a qual foram implantadas as sapatas e os alicerces que suportaram os robustos muros que oferecem um aparelho tipo *opus vittatum.*

A *domus* desenvolvia-se no sentido E/O, ao longo do corredor P1 que estabelecia a relação entre o pórtico e a rua anexa (K9) e o peristilo P. O corredor P1, com cerca de 1.90m de largura, articulava a entrada da casa, situada na fachada nascente, com a área do peristilo, dando acesso a um conjunto de cinco compartimentos dispostos a norte e a sul. A norte desse eixo de circulação estavam dispostos três espaços, que foram identificados como P2, P3 e P4. As suas reduzidas dimensões permitem sugerir tratar-se de três *cubicula*, com diferentes áreas. O espaço P2 corresponde a um compartimento quadrado com cerca de 10.50m^2. Já o compartimento P3 define um espaço retangular com uma área de cerca de 16 m^2, sendo o espaço P4 o mais pequeno dos três *cubicula,* apenas com cerca de 9m^2(Fig.64).

A sul do corredor dispõem-se dois compartimentos também de dimensões desiguais. O compartimento P5, bastante amplo, com cerca de 46m^2, pode ter assumido a função de *tablinum*, dada a sua proximidade relativamente à entrada da casa, que facilitaria as atividades económicas e sociais

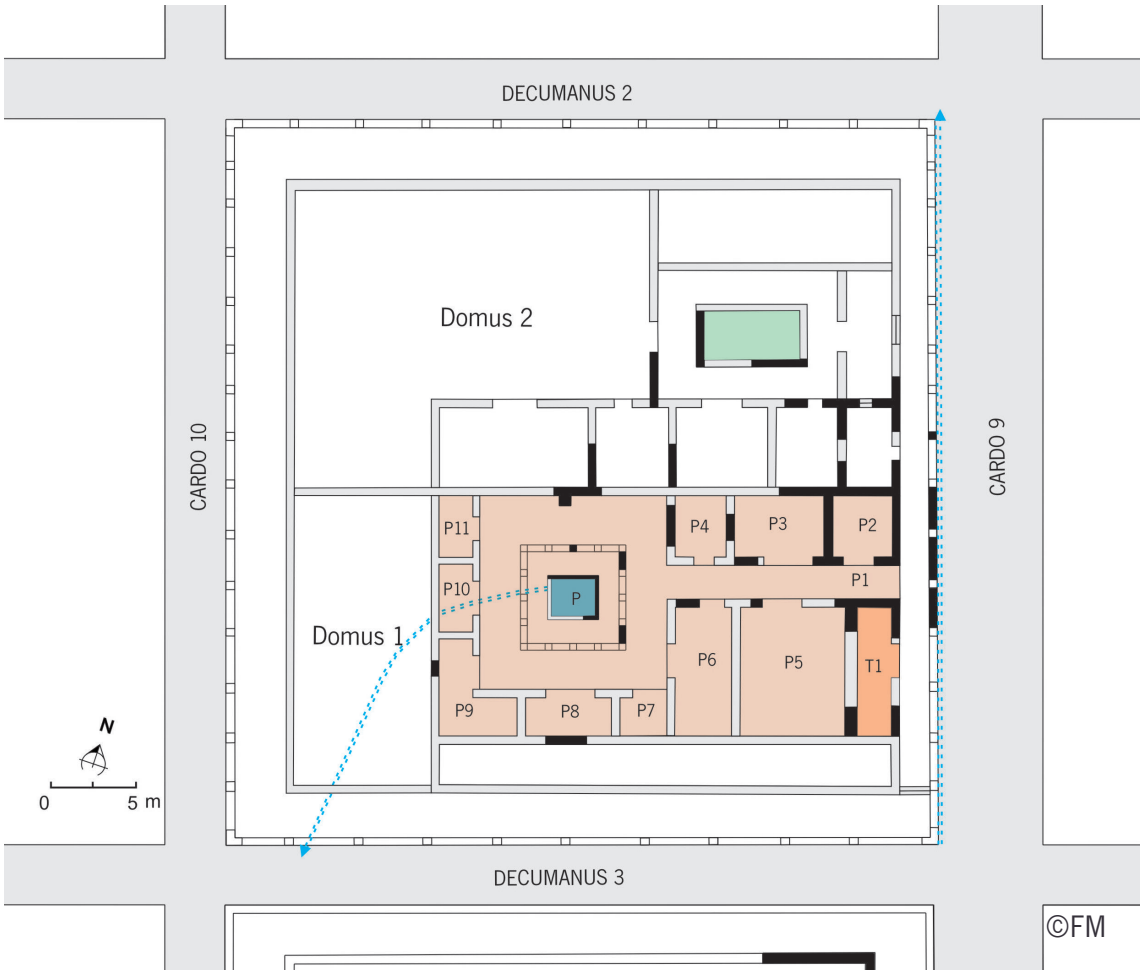


Figura 65. Planta da *domus* 1 com a definição do peristilo e dos compartimentos em redor e uma *taberna* rasgada na fachada este.

tradicionalmente realizadas nesse tipo de espaço da casa romana. Por sua vez, o compartimento P6, mais estreito, com duas entradas, uma a norte, voltada ao corredor P1, e outra a oeste, aberta ao peristilo (P), poderia constituir uma sala de receção, ou de banquete, oferecendo uma área de cerca de 23m$^{2.}$

A área do peristilo (P) foi implantada á cota de 185.30m, encontrando-se formalizada por uma área central aberta, delimitada por muretes, onde se incluíam as colunas que formalizavam o espaço ajardinado e sustentavam o telhado que cobria o *ambulacrum*. O único murete registado está representado pela UE117, estando a colunata norte representada pelo silhar identificado com a UE158. No interior da área aberta e ajardinada do peristilo existiria um tanque, cuja base se conservou, limitada pelos muros referenciados com as UEs130 e 166. O tanque era quadrado e possuía cerca de 3m de lado, apresentando uma área de 9m^2. A cota do solo do tanque situava-se a 185.00m, registando-se uma cota próxima dos 185.20m na área do pórtico.

O peristilo (P) cumpria a função de ordenar e distribuir uma série de compartimentos que se dispunham em seu redor. Tendo em conta a dimensão que presumimos para a área do peristilo, limitado pelo muro correspondente à UE066=001, situada a norte, pela UE250, situada a poente, pela UE240, localizada a sul e pela parede correspondente à UE145, localizada a nascente, julgamos

que apenas deveriam existir compartimentos dispostos a poente e sul. A sul poderiam dispor-se três salas (P7, P8 e P9) que estariam limitadas pelo muro correspondente à UE240, enquanto a poente existiria também espaço para outros três compartimentos (P9, P10 e P11), defendendo-se que o compartimento P9, localizado a sudoeste do pórtico, pudesse apresentar uma planta em L (Fig.65). No entanto, admitimos que são bastante parcos os dados que dispomos para este setor da *domus*. Essa limitação impede-nos de precisar as características e a natureza e funções dos espaços que deveriam ter existido em redor do peristilo, do qual se conservaram apenas elementos esparsos relacionados com a estrutura da área descoberta do mesmo.

As salas dispostas no que seria a parte norte da unidade doméstica, organizadas a norte do corredor P1 poderiam assumir uma função privada, associadas a *cubicula* (P2, P3, P4), sendo presumível que as áreas dispostas a sul do referido corredor (P5 e P6) pudessem corresponder a espaços públicos, vocacionados para a receção e banquete. Podemos também conjeturar que na parte norte do peristilo, na área do pórtico, estivesse localizado um espaço dedicado à *religio priuata*, pois o silhar identificado com a UE159 poderia estar associado a um *lararium* ou uma ala com os símbolos do culto doméstico.

Apesar de ocupar apenas meio quarteirão, essa habitação dispunha de elementos caracterizadores das casas da elite romanas, com espaços privados, puramente domésticos, e salas devotadas à receção de visitantes. O acesso à casa era realizada pelo pórtico nascente, adjacente ao cardo máximo (K9), uma das principais artérias da cidade romana (Fig. 66). Certamente a importância dessa rua, em relação às demais que rodeavam a habitação, nomeadamente o cardo K10 e o decumano D3, terá constituído um fator decisivo no que toca à presença de espaços comerciais testemunhados na fachada nascente (T1), tal como deveria acontecer na fachada sul, anexa ao pórtico que bordejava o decumano D3. Sendo impossível por ora comprovar a existência de espaços comerciais na fachada sul, fica-nos o registo da loja T1, na fachada nascente, um espaço com uma área útil de cerca de 6.6m^2.

2.2.2.2 A *domus* 2 e o lote norte do quarteirão

A metade norte do quarteirão, delimitado pelo decumano D2 a norte e pelos cardos K9 e K10, a nascente e poente, também conheceu uma ocupação em época flávia que resultou na construção de uma casa de peristilo com entrada a este, aberta ao pórtico anexo ao cardo máximo. Apesar de parte das estruturas associadas a essa habitação terem sido identificadas nas campanhas de escavação levadas a cabo na 'Zona arqueológica da Escola Velha da Sé', entre 1998 e 2003, apenas com a intervenção realizada na rua Frei Caetano Brandão n^{os} 166/168, em 2016 e 2017, foi possível ter acesso a dados suficientes para caraterizar a parte nascente da *domus* 2. Trata-se de um habitação de peristilo, que ocupava o lote norte do quarteirão, presumivelmente de forma retangular, com orientação E/O.

O terreno apresenta um declive mais acentuado do que aquele que foi observado na parte sul do quarteirão, coincidente com a área da 'Escola Velha da Sé'. Assim, o pórtico adjacente ao cardo K9, junto à entrada da casa, apresenta uma altitude de cerca de 184.90m, enquanto o comparti-



Figura 66. Pormenor das ruinas do pórtico este e da canalização UE026 ©GACMB.

mento anexo à entrada da casa (P1), está implantado cerca de 0.50m abaixo daquela cota, atingindo 184.40m, diferença que facilmente seria vencida por dois degraus, mas cujos vestígios não se encontram preservados. Ao mesmo nível que o espaço P1 deveria estar o compartimento P2, sendo provável que os demais compartimentos, que se dispunham em redor do *ambulacrum* do peristilo (P), possuíssem também uma cota próxima de 184.40m. Por sua vez, o *ambulacrum* do peristilo situa-se a 184.60m e a área interior aberta do jardim a 184.10m, ou seja, ligeiramente rebaixada em relação ao pórtico envolvente.

Tendo em conta os limites da intervenção arqueológica que permitiu por a descoberto a *domus* 2, só foi possível projetar a parte nascente da planta da casa, uma vez que não foi possível escavar a sua metade poente. Neste sentido, o nosso conhecimento desta casa é bastante mais reduzido do que aquele que possuímos da vizinha *domus* 1. A habitação estaria limitada a nascente pelo muro perimetral correspondente à UE022=004 e a sul pelo muro meeiro do quarteirão, identificado pela UE066=001, sendo desconhecidos os muros que formalizavam os limites norte e poente da casa. Tal como acontece com a *domus* 1 presumimos que a parte nascente da habitação terá sido irremediavelmente destruída para a construção da muralha medieval, sendo contudo possível que o limite norte possa ainda vir a ser recuperado em novas escavações arqueológicas que venham a ser realizadas no terreno que se dispõe a norte do nº 166-168 da rua Frei Caetano Brandão.

Estamos perante uma *domus* de peristilo, localizado na parte nascente da casa, perto da entrada principal. O interior da casa seria acessível a partir de um *vestibulum* contíguo à entrada, a partir do pórtico nascente do quarteirão, adjacente ao cardo K9. À semelhança do que acontecia com

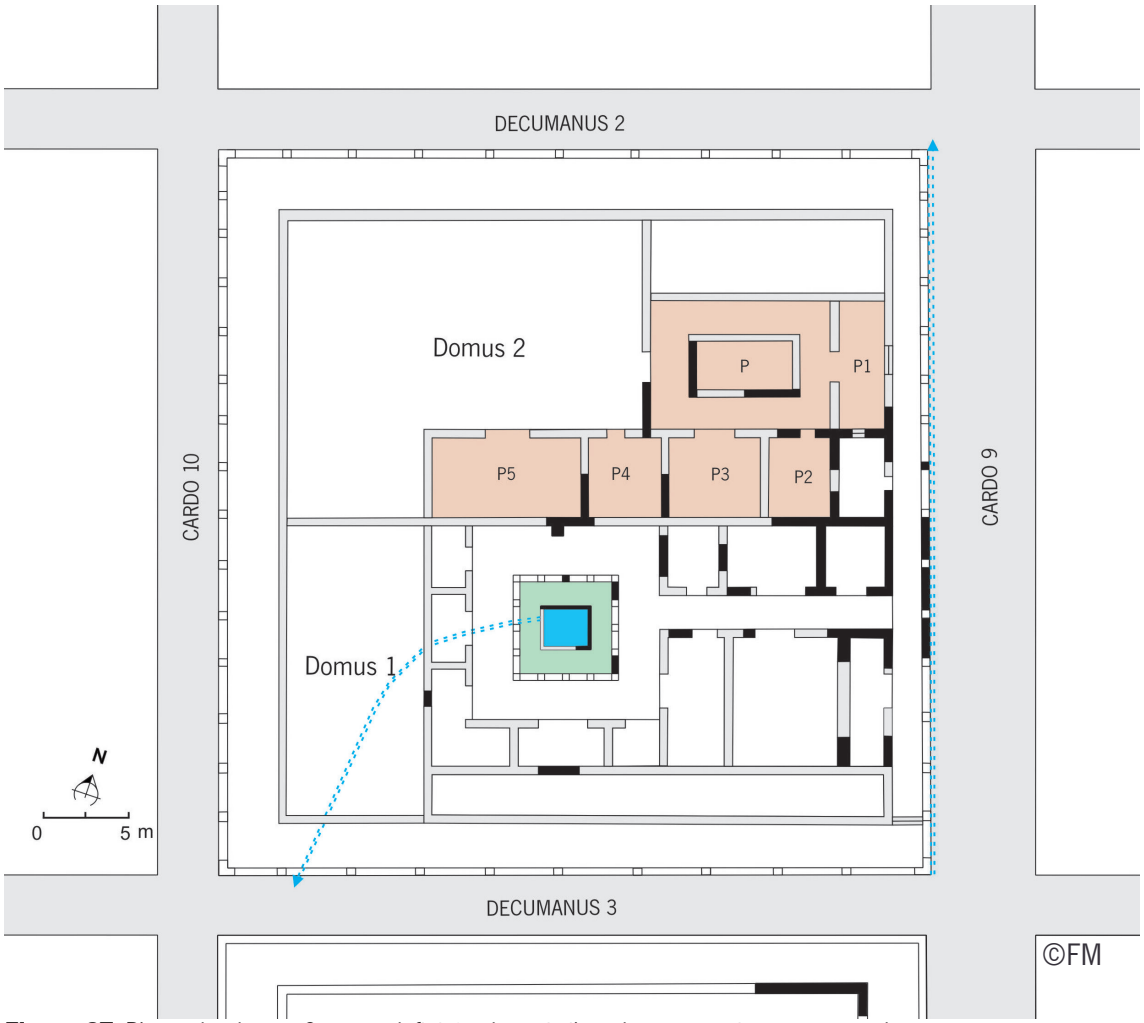


Figura 67. Planta da *domus* 2 com a definição do peristilo e dos compartimentos em redor.

a *domus* 1, a entrada na unidade doméstica seria ladeada por lojas, rasgadas na fachada nascente da casa (UE022=004), sendo possível identificar pelo menos uma delas, disposta a sul da entrada (T1) (Fig. 69). Trata-se de um compartimento retangular, orientado N/S, com cerca de 12m^2. Anexo à entrada da casa, do lado interior, dispunha-se um *vestibulum* (P1), de morfologia retangular, disposto no sentido N/S, com cerca de 20m^2. Este compartimento da casa dava acesso ao *ambulacrum* do peristilo (P), a sul do qual se dispunham os espaços P2, P3 e P4, admitindo-se igualmente a existência de um outro compartimento (P5), situado a poente do espaço P4 (Fig. 67) .

A área P2, disposta a sul do peristilo, próxima da entrada da casa e com uma articulação à loja T1 poderá ser interpretada como um *tablinum*, Trata-se de uma sala retangular, com orientação N/S, com uma área de cerca de 16m^2. A sala contígua, disposta a poente (P3), corresponde a uma sala retangular, com cerca de 22m^2, cuja localização e dimensão parecem adequadas à sua função de *triclinium.* Essas duas salas de receção e banquete possuíam as suas portas abertas ao peristilo, o que garantia uma relação visual com a sua colunata. Já o compartimento P4 aparece descentrado do peristilo, possuindo uma área de cerca de 18m^2. A sua localização sugere que possuía uma relação com um compartimento que deveria dispor-se na parte poente do peristilo, cujas características ignoramos (Fig. 67). Assim, sabemos que a casa tinha continuidade no lado poente, muito embora



Figura 68. Capitel de pilastra, coríntio em granito, identificado na área do peristilo da *domus* 2. Deveria pertencer a uma das entradas do peristilo ©UAUM.

o último muro registado na escavação corresponda à UE270, com orientação N/S, o qual define o fecho a poente do *ambulacrum* daquele espaço. Contudo, julgamos possível considerar que nesta fase existiria ainda mais uma área (P5), situada a poente do compartimento P4, com cerca de 50m^2, cuja função é difícil de avaliar com base nos escassos dados disponíveis para este setor da casa.

Se os limites da área intervencionada da casa não permitem estabelecer a sua planta, tão pouco é possível definir as características das suas fachadas situadas a norte e poente. Na verdade, apenas se conhece o muro orientado E/O, representado pelas UEs001 e 066, que dividia o quarteirão a meio, o qual representa o limite sul da *domus* 2, sendo também conhecido o muro da fachada nascente, adjacente ao cardo K9, o qual se encontrava parcialmente preservado. Este muro constitui o limite do pórtico que bordejava aquele eixo viário, o qual se encontra igualmente testemunhado por silhares associados à colunata. Na verdade, foram identificados dois embasamentos de colunas (UEs020 e 214), que oferecem um intercolúnio de cerca de 2.6m (cerca de 9 pés), medida que aparece documentada também na metade sul do quarteirão e que pode ser projetada para o resto do alinhamento da colunata do pórtico (Fig. 70).

Associada ao limite nascente da unidade habitacional estaria a entrada principal da casa, que dava acesso ao vestíbulo, alinhada com o peristilo (P). A sul existia uma loja (T1), que juntamente com a loja T1 da *domus* 1 demonstra que a fachada nascente do quarteirão oferecia uma vocação comercial, a qual se justificaria pela relação com o cardo máximo K9 e pela importância desta via principal da cidade. Presumimos que as outras fachadas do quarteirão possuíssem também lojas rasgadas nas suas fachadas, numa clara analogia com o que se passa noutras zonas arqueológicas da cidade.

O sistema hidráulico desta fase está basicamente representado por canalizações de drenagem de águas sujas. A canalização que corria anexa ao pórtico nascente (UE026=UE057), à cota de

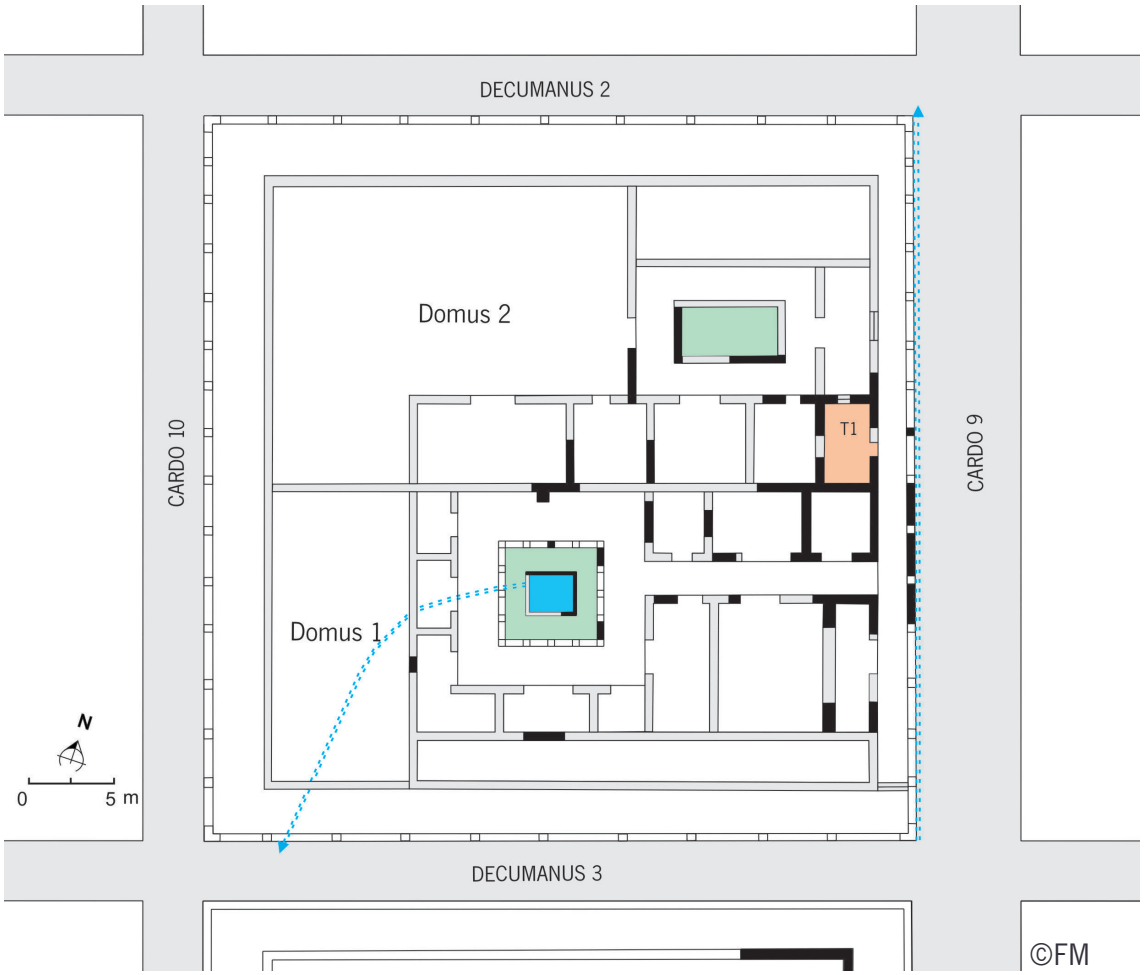


Figura 69. Planta da *domus* 2 com a identificação da *taberna* rasgada na fachada (T1).

185.50m, teria a função de drenar as águas das chuvas dos telhados dos pórticos e as águas sujas do interior da casa, presumindo-se que ela corresse em direção a norte (Teixeira, 2012: ficha 25). Uma outra canalização está representada pela UE251 que drenava a água do tanque do peristilo da *domus* 1 para o decumano D3 (Fig.63).

2.2.3 A Fase III. A grande domus de peristilo do século IV

O conjunto dos dados disponíveis para esta zona arqueológica dão conta de uma importante remodelação da área construída do quarteirão, que aponta para uma unificação do espaço construído das duas anteriores *domus* de cronologia flávia, analisadas nos pontos anteriores. Na verdade, muito embora se continue a ignorar as características das áreas que se localizariam na parte poente do quarteirão, julgamos poder afirmar que a construção de um *balneum* privado no interior da habitação terá determinado a unificação dos dois lotes, os quais teriam passado a pertencer a um único proprietário. Em parte, a chave para esta hipótese é fornecida pela própria estrutura do balneário, com três salas aquecidas (B3 e B4), duas delas situadas na área correspondente à anterior *domus* 1 e outra (B5) situada na anterior área P5.

Assim, se no período flávio os lotes do quarteirão seriam pertença de dois proprietários distintos, os quais construíram duas *domus* independentes, nos finais do século III/inícios do IV a área



Figura 70. Pormenor das ruínas da *taberna* 1 da *domus* 2 ©UAUM.

construída passou para a posse de um único proprietário, que dotou a sua *domus* de uma termas e de um requintado programa decorativo, do qual conhecemos apenas parte dos pavimentos ornamentados por *opus tesselatum*. Por sua vez, foram realizadas obras que incidiram, primeiramente, na abertura de uma passagem no muro correspondente às UEs001 e 066, que anteriormente separava as duas casas, tendo-se assim estabelecido uma ligação interna entre os espaços das duas anteriores casas (Fig. 72). Desta unificação resultou uma grande habitação, que preservou o peristilo da *domus* 2 e sacrificou o peristilo da *domus* 1 para instalação do *balneum* e das áreas anexas.

Uma outra característica da reforma empreendida nesta fase associa-se ao avanço da área construída da habitação sobre o pórtico nascente, o que resultou no seu aparente encerramento, tendo a fachada da habitação avançado até ao limite do cardo K9. O encerramento do pórtico, implicou a desafetação da colunata, com integração de alguns silhares na nova fachada, facto que se traduziu na integração na casa dos anteriores espaços de lojas que existiam na fachada das *domus* 1 e 2 (T1 da *domus* 1 e T1 da *domus* 2). Este processo associa-se claramente a um aumento da área da habitação, remetendo para os anteriores pórticos agora compartimentados, as lojas que animavam o comércio da cidade. Este avanço da propriedade privada sobre o espaço público está largamente documentado em Braga, mas também noutras cidades romanas (Martins *et al.*, 2016).

A reforma desta fase contemplou a manutenção do peristilo (P) da anterior *domus* 2, que julgamos ter mantido a mesma área, tendo-se contudo verificado algumas alterações na organização e funcionalidade dos espaços dispostos a nascente e a sul daquela área porticada. Em parte, essas

alterações parecem decorrer da articulação interna da área das duas anteriores *domus*, através do corredor P10 e do avanço da construção sobre o pórtico nascente, ocupado por um conjunto de seis lojas. Na verdade, a anterior entrada da *domus* 1 foi fechada e a entrada principal da casa passou a fazer-se na parte norte da habitação, no alinhamento do peristilo (P), com acesso a um *vestibulum* (P1), situado na ala nascente do peristilo (Fig. 1). De facto, além de não ter sofrido alterações estruturais, o peristilo (P) ganhou maior protagonismo na orgânica da casa do século IV, aproveitando-se o avanço da construção sobre o pórtico para se configurar uma entrada axial, que recupera, em grande medida, a configuração vitruviana/pompeiana de uma entrada, realizada através de uma *fauces*, disposto a norte da taberna T2.

Com o encerramento do pórtico nascente a antiga loja T1 foi incorporada no interior da habitação, passando a constituir o espaço P9, anexo ao espaço P8 (anterior P2 da *domus* 1), com o qual deveria manter uma estreita ligação, verificando-se um estreitamento da anterior sala P3, para dar lugar a um corredor de ligação entre as duas metades da casa (P10). Na parte a nascente do peristilo podemos identificar dois *cubicula*, que se disporiam a norte (P6) e sul (P7), do novo *vestibulum* da casa (P1) (Fig. 74).

Na parte sul da casa, mantêm-se os compartimentos P2, P3 e P4, situados a norte do corredor P10, cujo acesso anterior, feito a partir da fachada nascente, foi fechado (Fig. 74). Dois daqueles compartimentos possuíam pavimentos de compostos por tijoleiras *sesquipedales*, de forma retangular (UE011 e UE275).

A sul desse corredor surge agora a área P11, que corresponde a uma área aberta da casa, presumivelmente um pátio, que representava um espaço de arejamento a iluminação deste setor da casa.

A poente do corredor P10 dispõe-se um conjunto de espaços que formalizam uma área balnear, cuja construção determinou o desaparecimento da zona do peristilo da anterior *domus* flávia que ocupava o lote sul do quarteirão. A implantação do balneário privado implicou a construção de um conjunto de novos muros que permitiram definir vários compartimentos frios e aquecidos, os quais passaram a integrar este espaço de ócio da casa, que se articulava com a área interior da habitação, através do corredor P10.

O acesso ao balneário seria feito através de uma pequena área retangular (B1), limitada pelas UEs 114 e 117, a partir da qual se acedia a dois compartimentos aquecidos (B3 e B4) e a uma sala fria que se dispunha a sul (B2). A entrada no complexo balnear está assinalada na parede identificada com a UE114 e estamos em crer que o espaço poderia funcionar como um pequeno *apodyterium* (Fig. 75). A poente da área B1 dispunha-se um compartimento aquecido por sistema de hipocausto, o qual interpretamos como *tepidarium*, limitado a norte pela parede representada pela UE066, reforçada internamente pela UE160, tendo a nascente a parede correspondente à UE117 e a poente um muro (UE165) que separava este espaço da área aquecida B4. A este muro associam-se ainda dois silhares, um dos quais (UE158) integrava a colunata do peristilo da anterior *domus* 1, tendo passado, nesta fase, juntamento com o silhar correspondente à UE280, a definir uma passagem de ar quente do *caldarium* (B4) para o *tepidarium* (B3) (Ribeiro, 2010: 404).



Figura 71. Planta da *domus* de peristilo do século IV com a identificação das unidades estratigráficas dos muros.

A área correspondente ao *caldarium* foi bastante destruída com a construção da muralha, razão porque desconhecemos os seus limites exatos. Contudo, julgamos possível considerar que o *praefurnium* que alimentava o hipocausto sob essa sala estaria situado num espaço disposto a nascente do muro representado pela UE250, onde deveria também localizar-se o *praefurnium* que aquecia o compartimento B5. Este compartimento deveria possuir uma piscina disposta a nascente (Fig. 75). O abastecimento de lenha para os *praefurnia,* que aqueceriam os hipocaustos das salas B3, B4 e B5, seria feito através de uma entrada rasgada na fachada sul, que conduziria a um corredor onde se disporiam os pré-fúrnios.

A sul da área quente do balneário, formada pelos compartimentos B1, B3 e B4, dispunha-se um amplo compartimento frio (B2), do qual conhecemos o limite nascente (UE114), que acompanharia o corredor P10 e o limite sul (UE240). Presumimos que possuísse uma piscina fria, situada na parte norte, a qual terá reaproveitado o pavimento do tanque central do peristilo, limitado pelas UEs 130 e 160 (Fig. 71).

A circulação entre a metade norte do quarteirão e a metade sul passou a ser realizada através de uma passagem criada no antigo compartimento P4, que foi transformado num corredor no sentido N/S e permitiu ampliar o corredor P10, anteriormente apenas com sentido E/O. Este corredor passou a ter a forma de T, assegurando a ligação da área do peristilo, a norte, com o balneário a sul e a sua



Figura 72. Planta da *domus* de peristilo do século IV com a identificação das cotas de cada compartimento.



Figura 73. Pormenor do *hypocaustum* de uma das salas do *balneum* que foi construído na habitação ©GACMB.

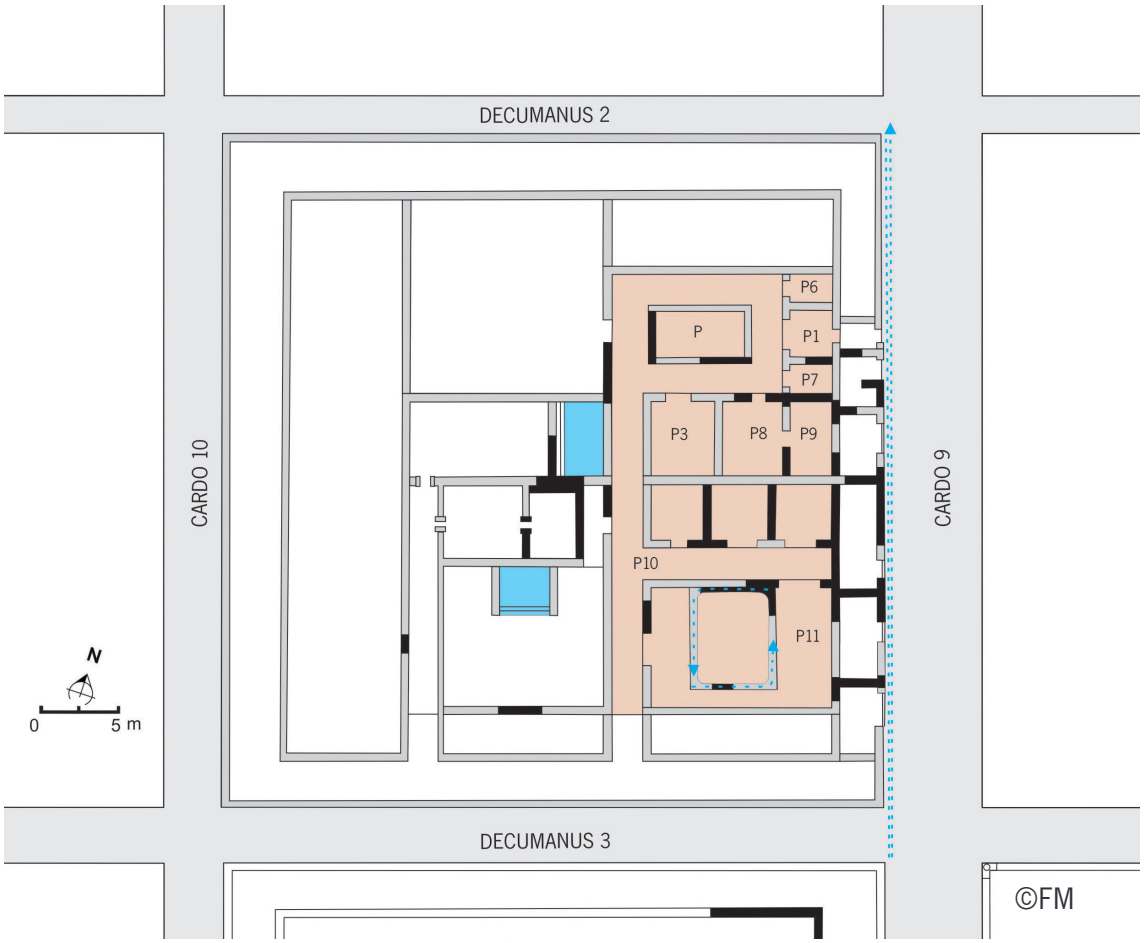


Figura 74. Planta da *domus* do século IV com a definição do peristilo e compartimentos em redor.

entrada no espaço B1, ou no *frigidarium* (B2). Assim, através do corredor P10 passou-se a ter acesso a um conjunto alargado de compartimentos, sendo de destacar a uniformidade do seu pavimento em *opus tesselatum* (UEs 095, 044, 193 e 056), cuja decoração foi possível recuperar (Fig. 76). O mosaico era bordejado por um friso de sete fiadas de tesselas, em cerâmica, que se encontravam bem conservadas, ao contrário do pavimento que foi encontrado em muito mau estado de conservação, realizado com tesselas de calcário brancas.

A reforma da fachada nascente está representada pelo avanço da construção sobre o anterior pórtico anexo ao cardo K9. Na área conhecida do quarteirão foi possível individualizar cinco compartimentos dispostos a sul do corredor (*fauces*) de entrada na casa. Presumimos que esses compartimentos tenham correspondido a áreas comerciais/ou artesanais, pelo que podemos considerar que este tipo de espaços aumenta significativamente de número no período tetrárquico. Das novas lojas destacamos a identificada como T2, no interior da qual foi identificado um muro (UE199), orientado E/O, sensivelmente a meio do compartimento, sugestivo da existência de um espaço reservado, eventualmente destinado a armazenagem. O maior compartimento comercial está definido pelo espaço T4, com 6m de comprimento, no sentido N/S. A localização da sua porta no limite sul, sugere que poderia encontrar-se subdividido, podendo possuir alguma área reservada (Fig. 75).

Apesar da acidez dos solos graníticos de Braga provocarem um alto grau de corrosão nos materiais calcários que compunham os mosaicos foi possível documentar alguns aspetos dos investi-



Figura 75. Planta da *domus* do século IV com a definição do *balneum* e *tabernae* da fachada este.

mentos realizados no programa ornamental da habitação, sobretudo a nível dos pavimentos, cabendo destacar aquele que decorava o corredor P10, que apresentava uma decoração com motivos geométricos com *tessellae* brancas e pretas, rematado ainda por um friso de tesselas brancas. Convém destacar que outros compartimentos também tiveram os seus pisos revestidos com mosaicos com *tessellae* policromadas, presentes no *frigidarium* B2 e no *caldarium* B5 do balneário.

Do ponto de vista da altimetria da nova habitação, grande parte das cotas identificadas representam uma clara continuidade em relação às cotas da habitação flávia, sobretudo naqueles compartimentos que não sofreram alterações. Por outro lado, a generalidade dos demais espaços do quarteirão foram nivelados aquando da unificação dos dois lotes, que elevaram a cota de circulação desses espaços em comparação com aquela que era utilizada no período anterior, sendo exceção apenas os hipocaustos das salas quentes do balneário, onde foram realizadas escavações de modo a garantir-lhes a profundidade desejada.

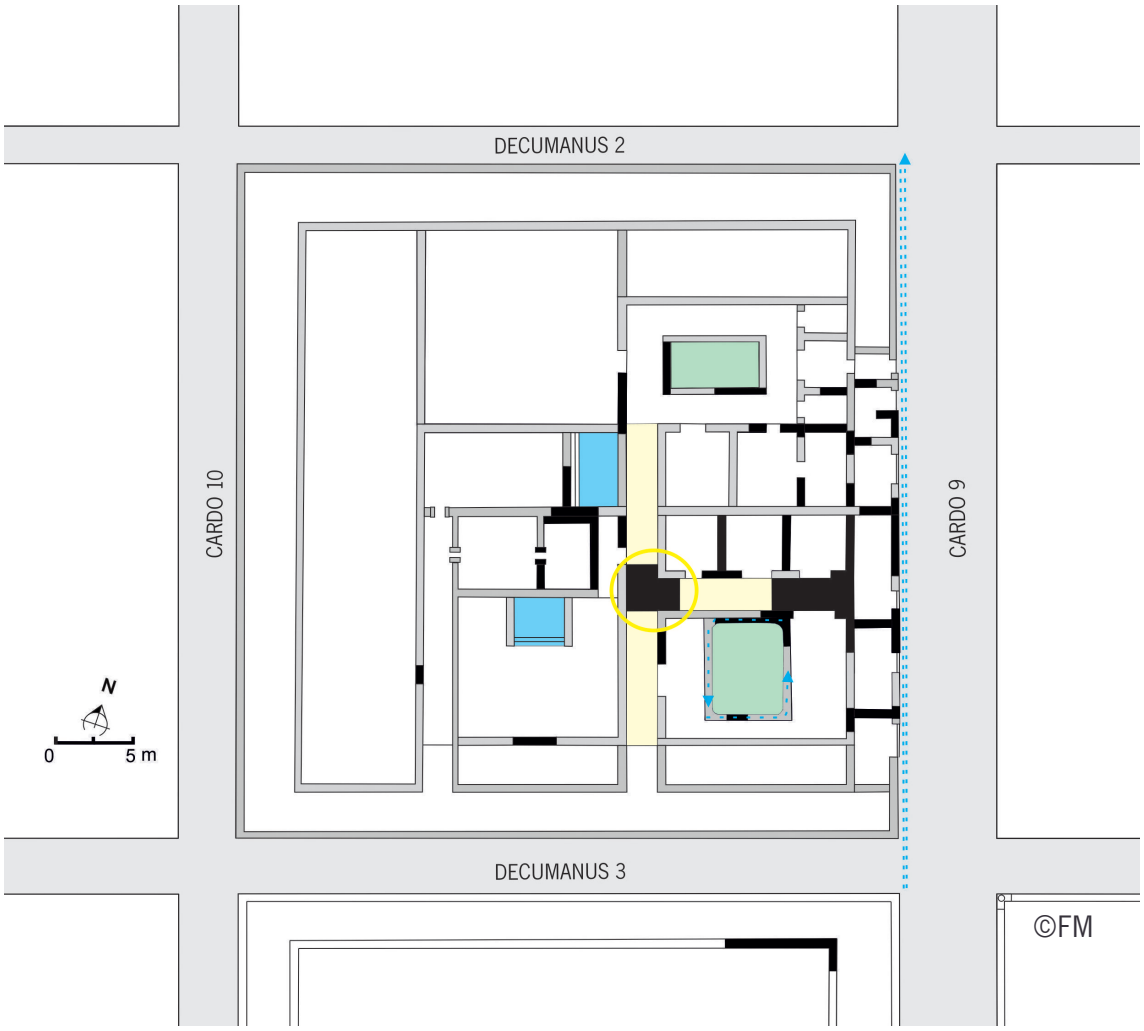
No que toca às novas *tabernae*, verifica-se uma reduzida variação altimétrica em relação às cotas verificadas para o pórtico da Fase II, adjacente ao cardo K9, sendo essa variação mais acentuada nas lojas da parte norte do quarteirão. Na metade sul do pórtico as lojas mantiveram o nível de circulação de época flávia, registando 185.60m no espaço T6 e 185.40m nos pavimentos dos compartimentos T4 e T5, a mesma altitude registada no antigo pórtico.

O sistema hidráulico nesta fase parece manter ativa a canalização que corria a nascente da



Figura 76. Pormenor de mosaico em *opus tesselatum* decorado com motivos geométricos, com tesselas bicromáticas, de cor branca e preta ©GACMB.

fachada da casa, agora rasante do cardo K9, representada pelas UEs26=57, que recolhia a água do telhado. Também parece ter-se mantido em atividade a canalização de drenagem identificada com a UE251, a qual drenava a água da piscina do *frigidarium* para o decumano D3. A drenagem da água do canal do novo espaço P11 seria assegurada pela canalização correspondente à UE121, contida pelos muros correspondentes às UEs 088 e 036 e disposta a uma cota inferior ao pavimento representado pela UE089 (Teixeira, 2012: ficha 24).



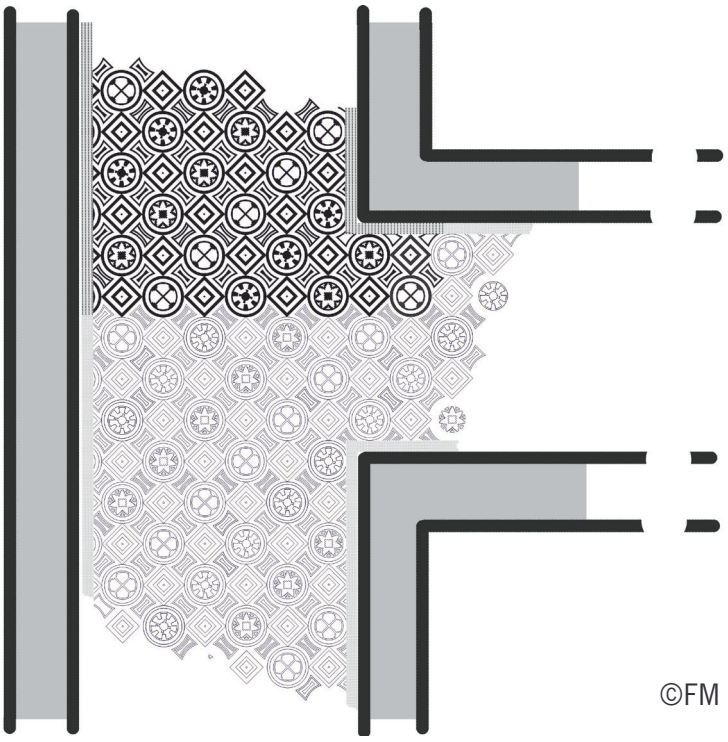


Figura 77. (Sup) Localização de vestígios do pavimento em *opus tesselatum.*
(Inf) Pormenor do mosaico com decoração geométrica. O pavimento era bordejado por um friso de sete fiadas de tesselas, em cerâmica, que se encontravam bem conservadas, ao contrário do mosaico que foi encontrado em muito mau estado de conservação.

3 A Zona Arqueológica da rua Frei Caetano Brandão nºs 183-185/Santo António das Travessas nºs 20-26

3.1 Historiografia

3.1.1 Caracterização da área escavada

A área conhecida como 'Zona arqueológica da Frei Caetano Brandão n°s 183-185/Santo António das Travessas n°s 20-26' insere-se no interior de um quarteirão da cidade de Braga, em pleno centro histórico, tendo sido alvo de uma série de campanhas de escavação realizadas entre 1998 e 2001. O terreno intervencionado localiza-se naquele que foi o quadrante nordeste da cidade romana de *Bracara Augusta*, o qual conheceu uma continuidade de ocupação até à atualidade, tendo sido sucessivamente sobreposto construções da cidade medieval e moderna e substancialmente modificado pelas alterações urbanísticas ocorridas entre a segunda metade do século XIX e os inícios do século XX, as quais deram expressão à cidade contemporânea (Martins e Ribeiro, 2013). Concretamente, a área escavada corresponde à totalidade de dois lotes de terreno, que se interligam no interior de um quarteirão da cidade atual, possuindo as suas fachadas para a rua Frei Caetano Brandão (lote 183-185) e para a rua Santo António das Travessas (lotes 20-26). Em época romana a área arqueológica inseria-se no quarteirão limitado a norte e sul, respetivamente, pelos decumanos D3 e D4 e a este e oeste pelos cardos K8 e K9.

As escavações realizadas nesta zona arqueológica permitiram pôr a descoberto vestígios do cardo K9, que sabemos corresponder ao cardo máximo, o qual se dispunha a poente do quarteirão em que se inserem os vestígios arqueológicos revelados pelos trabalhos arqueológicos. Esses vestígios correspondem a duas construções bastante diferenciadas, estando a mais antiga relacionada com uma *domus*, de cronologia flávia, que viria a ser arrasada para a construção de umas grandes termas públicas, de cronologia antonina, que ocuparam dois quarteirões contíguos (Martins *et al.*, 2011; Martins, 2015). Associada ao eixo viário referido (cardo K9) foi possível reconhecer parte de uma robusta cloaca, também identificada na 'Zona arqueológica do ex-Albergue Distrital' (Lemos e Leite, 2000), bem como alguns silhares que serviam de base para a colunata do passeio porticado que se desenvolvia a nascente do eixo viário e que ladeava a *domus* que ocupava o quarteirão.

Pese embora a amplitude da área arqueológica intervencionada, os seus limites norte e sul são bastante irregulares, o que dificulta a compreensão das estruturas que integrariam a casa romana, cujos limites apenas podem ser estimados em função da regularidade dos quarteirões da cidade romana, que sabemos possuírem áreas construídas de 1 *actus* (Martins *et al.*, 2017a). Sendo impossível restituir a totalidade da planta da casa, desconhecem-se também alguns aspetos importantes da sua morfologia, sendo difícil apurar a funcionalidade de algumas das áreas descobertas. Contudo, a minuciosa análise do registo estratigráfico e topográfico permitiu compreender a organização do quadrante sudoeste de uma *domus* que se inseria num quarteirão romano que se dispunha a sul daquele que é conhecido a partir das escavações realizadas na 'Zona arqueológica do ex Albergue Distrital', que será analisada mais adiante. Trata-se de vestígios de uma *domus* de peristilo que se destaca dos demais conjuntos habitacionais arqueologicamente recuperados na cidade de Braga pela

preservação de vestígios de pinturas que recobriam o reboco das paredes de alguns compartimentos, facto que se deve à circunstância da casa ter sido destruída no século II para sobre ela se construírem umas termas públicas, o que implicou significativos entulhamentos para regularização das cotas. A circunstância desta área da cidade ter sido sucessivamente construída terá igualmente contribuído para a preservação dos vestígios de pinturas murais, uma vez que a existência de edifícios contribuiu para diminuir a concentração de humidade no subsolo.

Desta forma, a área que foi escavada inclui um conjunto diversificado de estruturas correspondentes à parte sudoeste de um quarteirão romano, rodeado por vestígios residuais de parte do cardo K9, sob o qual corria uma cloaca, pontualmente observada nas escavações. Estamos assim perante terrenos com vestígios arqueológicos de uma inegável importância que, para além de terem facultado dados relativos a mais uma habitação romana datada da época flávia, permitiu confirmar a proposta de restituição do módulo urbano fundacional da cidade de *Bracara Augusta* (Martins e Delgado, 1989-90; Martins *et al.*, 2017a).

As transformações urbanísticas deste setor da cidade ao longo dos séculos que sucederam ao fim da administração romana e à implantação do reino suevo, com capital em Bracara, a partir de inícios do século V, bem como a posterior ocupação visigótica, resultaram na continuidade de ocupação desta zona da cidade até à Alta Idade Média, ainda que se desconheçam as características exatas da ocupação que pode ter tido lugar posteriormente à invasão muçulmana, que presumivelmente terá determinado a contração da cidade que se reduzirá a um quarto da anterior área (Fontes *et al.*, 2010). Sabemos, com base nos dados arqueológicos, que este setor da cidade, correspondente aos quarteirões que se dispunham a nascente do cardo máximo, terá continuado a ser utilizado, sendo presumivelmente paulatinamente abandonado a partir do século VII, conhecendo processos de saque das estruturas que ocupavam os quarteirões romanos, certamente para construção de novos edifícios e também daquela que sabemos ser a muralha da Alta Idade Média, detetada na 'Zona arqueológica da Escola Velha da Sé', já analisada. Esta muralha redefiniu o núcleo urbano, bastante mais pequeno, dentro do qual se constituirá o bairro das Travessas, eminentemente residencial, cuja morfologia, deveras atípica para a generalidade dos núcleos habitacionais, apresenta ruas algo regulares, que quase formavam ângulos retos entre si, um claro resultado da fossilização dos eixos viários romanos e dos alinhamentos retilíneos da cidade anterior (Ribeiro, 2008: 412).

A análise da cartografia histórica bracarense, que regista a evolução da cidade desde a época moderna (1594) até à contemporaneidade, possibilita-nos perceber a evolução deste setor da cidade. Assim, tendo por base o Mapa de Braga de Georg Braun, de 1594, sabemos que os terrenos correspondentes a esta zona arqueológica se dispunham entre a medieval rua Verde e a rua de Santo António das Travessas, aberta desde o século XIV, correspondendo a área arqueológica escavada aos logradouros das casas que formalizavam o interior do quarteirão que aparece limitado a poente e nascente pelas duas ruas referidas, cuja génese é medieval (Fig. 78).

A matriz de ocupação dessa zona de Braga em época moderna não sofre significativas alterações nos séculos XVII e XVIII. Contudo, ocorreram algumas modificações pontuais a nível dos arruamentos, o que constitui o resultado das dinâmicas urbanísticas desencadeadas neste setor

da cidade, as quais estiveram relacionadas, sobretudo, com a perda do uso defensivo da muralha fernandina, construída nos séculos XIV/XV e a consequente ocupação dos caminhos de ronda, bem como pelas construções que começam a erguer-se no exterior da muralha, as quais acabarão por justificar a abertura de novos eixos viários e a regularização e linearização de outros de origem mais antiga (Ribeiro *et al.*, 2018).

Ao longo do século XVIII, os terrenos correspondentes à zona arqueológica em análise continuou a integrar-se no miolo de um quarteirão, como se verifica no Mapa da cidade de Braga Primas, da autoria do arquiteto André Soares (Fig. 79). O uso agrícola da parte interna dos quarteirões, cujo logradouro se traduz num prolongamento dos lotes para além da parte construída das habitações constitui um traço recorrente do urbanismo medieval bracarense, gradativamente modificado ao longo dos finais da Idade Moderna e nos inícios da contemporaneidade na área do centro histórico de Braga.

A cartografia histórica permite também verificar que a morfologia do Bairro das Travessas não sofrerá grandes alterações ao longo da época moderna, sendo percetível a sua continuidade na estrutura dos limites e arruamentos que conformavam a principal zona habitacional da cidade desde o período medieval até o século XIX (Martins e Ribeiro, 2013: 40). Contudo, a cartografia do século XIX, designadamente a que se pode inferir da planta da cidade de Braga, da autoria de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, demonstra uma densificação construtiva no interior dos quarteirões, com redução da área de cultivo (Fig.), aspeto que pode igualmente ser comprovado, no caso da área correspondente à zona arqueológica em análise, na Planta Topográfica da cidade de Braga de Francisque Goullard, 1883-1884, onde os lotes que foram escavados nos surgem quase que integralmente construídos na parte referente aos logradouros (Fig. 81).

Se, por um lado, a morfologia dos quarteirões situados no Bairro das Travessas não sofre alterações relevantes no período que medeia entre os séculos XVI-XVIII, o mesmo não se passou com a reconfiguração de partes dos arruamentos desse setor da cidade. Com efeito, a perda do caráter defensivo da muralha fernandina ao longo da modernidade atinge o seu apogeu no século XIX e, em particular, na sua segunda metade, quando alguns troços da muralha são destruídos em diversos pontos para permitir o prolongamento dos eixos viários e a sua articulação com arruamentos da periferia imediata da cidade, que neste momento já se encontrava em pleno processo de desenvolvimento.

Conforme se documenta na Planta Topográfica da cidade de Braga de 1883-1884, de autoria de Francisque Goullard, nos finais do século XIX, a área da cidade que nos interessa foi alvo de profundas modificações, sobretudo decorrentes da abertura, em 1878, da rua Frei Caetano Brandão. Nesse momento observa-se também que foi aberta uma rua entre a Travessa das Chagas e a Rua da Senhora da Saúde, o que permitiu a ligação entre o Bairro das Travessas e o Campo das Carvalheiras.

A continuidade da ocupação dos terrenos onde está localizada a zona arqueológica em análise, durante as épocas medieval, moderna e contemporânea, esteve na origem dos sucessivos saques sofridos pelas estruturas romanas. Por isso, se é verdade que a permanência da configuração morfológica do Bairro das Travessas, entre os séculos XIV ao XIX, terá atuado positivamente para a preservação das ruínas no subsolo desta área a cidade, também é verdade que o avanço da área construída dos quarteirões em direção ao interior dos mesmos e o alargamento das vias que os cercavam pro-



Figura 78. Localização da área de estudo no Mapa de Braunio, 1594 ©UAUM.

moveram uma maior perturbação nos níveis romanos e a expressiva destruição de suas estruturas.

3.1.2 Historial dos trabalhos de escavação

As escavações executadas nesta zona arqueológica foram realizadas ao longo de quatro campanhas, que decorreram entre 1998 e 2003, duas em cada um dos lotes intervencionados. Ao todo, esses trabalhos totalizaram cerca de 15 meses e permitiram descobrir uma área arqueológica de assinaláveis dimensões, correspondente a cerca de 360m^2.

Os trabalhos arqueológicos foram executados em momentos distintos em cada um dos lotes escavados, tendo-se iniciado no lote 183-185 da rua Frei Caetano Brandão. A primeira campanha decorreu entre 26 de março e 12 de maio de 1998 e foi realizada pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, sob a coordenação de José Manuel Leite. A intervenção teve por objetivo a implantação de três sondagens, destinadas a verificar a existência de ruínas e a observar o seu estado de conservação, uma vez que havia intenção de realizar obras no local, que implicavam alteração do subsolo. Por motivos de segurança apenas foram abertas duas sondagens, as quais revelaram um significativo conjunto de estruturas de época romana, cujo valor científico e patrimonial levaram à alteração do projeto de construção da habitação para ali projetada (Lemos e Leite, 2013: 2-5). Entre os vestígios exumados, encontrava-se um poderoso muro com orientação NO/SE, preservado numa extensão de 8m, com cerca de 0.90m de largura, construído num aparelho regular, tipo *opus vittatum*. No remate sul dessa estrutura dispunha-se um cunhal, com vértice a nascente, que delimitava o canto sudoeste do edifício ali construído, a partir do qual se desenvolviam as fachadas oeste e sul (Lemos e Leite, 2013: 5) (Fig. 82).



Figura 79. Mapa da cidade de Braga Primas de André Soares, 1755 com a localização da área de estudo ©UAUM.

A segunda campanha de trabalhos incidiu na parte oeste da zona arqueológica, compreendida pelos nºs 183-185 da rua Frei Caetano Brandão, tendo resultado do reconhecimento do valor patrimonial dos vestígios exumados na intervenção anteriormente descrita, que obrigou à realização de trabalhos arqueológicos suplementares para acompanhar o previsto desaterro do terreno. Essa empreitada teve início a 14 de fevereiro de 2001 e foi dada como finalizada a 25 de maio, tendo sido igualmente coordenada por José Manuel Leite, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Os trabalhos desta campanha permitiram detetar um conjunto de vestígios arqueológicos bastante significativo, representado por canalizações, muros, cunhais e pavimentos de época romana. Foi igualmente identificado um segmento da cloaca, que corria sob o cardo máximo (cardo K9), com cerca de 3.52m de extensão. Trata-se de uma robusta estrutura com paredes e lastro em granito, com cerca de 1.5m de altura, que drenava as águas sujas e pluviais da cidade romana, para a qual confluíam outras canalizações de drenagem da cidade, como foi possível comprovar com a canalização identificada com a UE882, situada no limite sul da área construída do quarteirão, com orientação E/O, a qual recolhia a água dos telhados, bem como outras oriundas do interior da casa.

Alinhado com o cunhal identificado na primeira campanha, o qual delimitava o edifício no canto sudoeste, foi detetado um conjunto de silhares a sensivelmente 3.3m de distância, o qual definia o limite sudoeste do quarteirão, adjacente, portanto, ao cardo K9. O intervalo identificado entre os dois conjuntos de cunhais documenta, portanto, a largura do pórtico que rodeada a habitação romana a poente, o qual possuía cerca de 12 pés. Foram ainda identificados outros muros de cronologia romana,



Figura 80. Localização da área de análise na planta da cidade de Braga de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, século XIX. Escala 1:4000 ©UAUM.

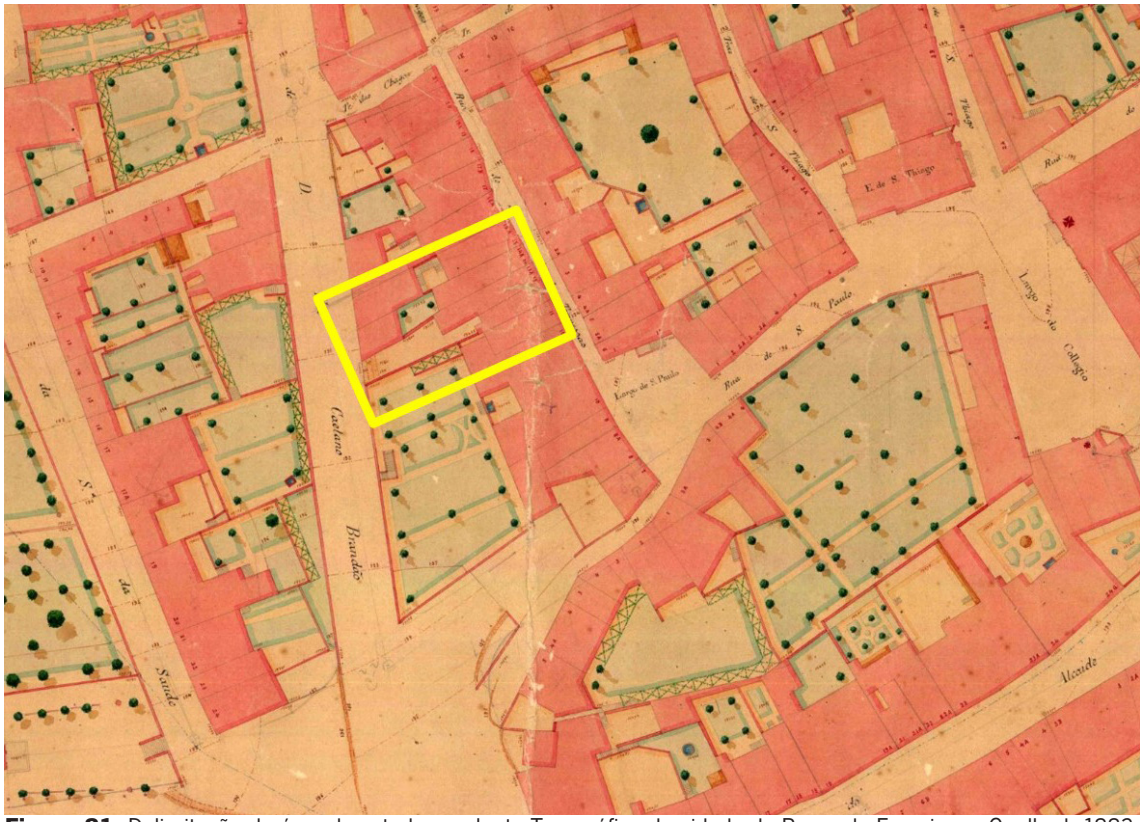


Figura 81. Delimitação da área de estudo na planta Topográfica da cidade de Braga de Francisque Goullard, 1883-1884. Escala 1:500 ©UAUM.

associados tanto ao primeiro projeto arquitetónico realizado no quarteirão, referentes a uma *domus*, como com o segundo momento construtivo, correspondente à Fase III, datada da época antonina, momento em que o quarteirão é ocupado por umas termas públicas. Foram ainda identificados vários pavimentos, quer de terra batida, quer compostos por lajes em granito.

As duas campanhas de escavação realizadas nos nºs 183-185 da rua Frei Caetano Brandão permitiram identificar um conjunto de estruturas datadas da época moderna e dos inícios da contemporaneidade, representado por muros, pavimentos e canalizações, que documentam o longo uso dos terrenos, processo bem assinalado no muro referenciado com a UE826, construído sobre um outro muro (UE825), de época romana, o qual serviu, portanto, de subestrutura para a construção moderna e de limite nascente da casa do século XVIII/XIX que existia no local (Lemos e Leite, 2013: 4).

Nos finais da campanha anteriormente referida, mais concretamente a 2 de maio de 2001, foi iniciada a primeira campanha de trabalhos arqueológicos no lote 20-26 da rua Santo António das Travessas, a qual se prolongou até 14 de setembro do mesmo ano. Mantendo-se a mesma metodologia aplicada na intervenção da rua Frei Caetano Brandão, nº 183-185, mas alargando-se o número de coordenadores científicos, com a inclusão de Armandino Cunha, do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, os objetivos dessa intervenção centraram-se na abertura de duas sondagens de diagnóstico com o intuito de se verificar a continuidade das ruínas identificadas no lote contíguo da rua Frei Caetano Brandão, existindo a intenção de se proceder, se possível, à preservação do conjunto dos vestígios identificados nos dois núcleos (Lemos e Leite, 2013: 11).

Esta terceira campanha de trabalhos arqueológicos permitiu exumar um conjunto de muros que registam diferentes fases da ocupação, bem como uma canalização. Parte das estruturas estavam associadas tanto à domus como às termas que já haviam sido sinalizadas nos terrenos da rua Frei Caetano Brandão. Relacionadas com a *domus* cabe destacar o canto de um compartimento (UEs624 e 630), que arrancava de um silhar (UE790), estando as termas representadas pelo muro identificado com a UE620, travado num cunhal (UE664). Um dos aspetos dignos de nota nesta campanha articulou-se com a identificação de vestígios preservados de reboco e pintura de paredes, que se conservaram em paredes que permaneceram entulhadas, na sequência do desmantelamento da habitação, no século II, destinado a permitir a construção de um edifício termal (Magalhães, 2010: 61; Lemos e Leite, 2013: 10-13) (Fig. 83).

Face à confirmação da continuidade das estruturas identificadas no lote 20-26 da rua Santo António das Travessas, o projeto para a implantação do novo edificado nesses terrenos viria a ser alterado, de modo a garantir a preservação das ruínas exumadas. Por outro lado, tendo em linha de conta a qualidade dos vestígios encontrados, decidiu-se que a integração dos dois espaços seria uma mais-valia para o conjunto patrimonial musealizado da cidade, pelo que foi decidido proceder à escavação integral da área, o que viria a ser concretizado através de nova campanha de escavações, dirigida por José Manuel Leite e Francisco Sande Lemos, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e Armandino Cunha, do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga. Os trabalhos decorreram de 28 de janeiro de 2002 até 7 de junho do mesmo ano.

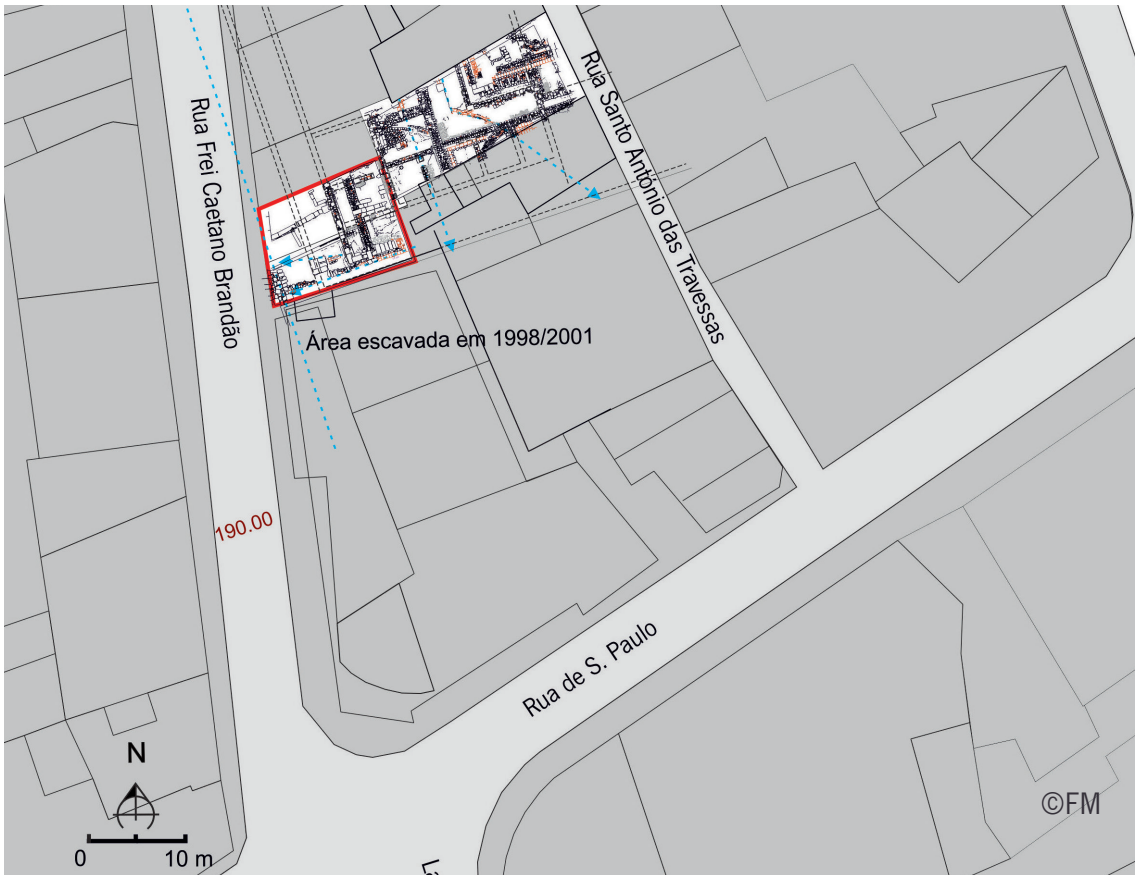


Figura 82. Planta da ZA da Frei Caetano Brandão nºs 183-185/Santo António das Travessas nºs 20-26 com a delimitação da área escavada em 1998/2001.

Esta nova campanha permitiu confirmar a qualidade e o interesse científico das ruínas identificadas anteriormente, quer no lote 20-26 da rua Santo António das Travessas, quer no lote 183-185 da rua Frei Caetano Brandão, revelando a continuidade das estruturas e ampliando a capacidade de restituição planimétrica dos edifícios construídos no quarteirão (Fig. 84).

De facto, foi exumado um amplo conjunto de muros, canalizações, silhares e pavimentos, o qual documenta o prolongamento das estruturas e dos compartimentos previamente identificados nas sondagens da área escavada da rua Frei Caetano Brandão, que confirmam os dados urbanísticos e arquitetónicos daquela campanha. O novo conjunto de ruínas da rua Santo António das Travessas permitiu validar as interpretações que previamente foram realizados para a parte poente da zona arqueológica, tendo a importância das ruínas justificado a alteração do projeto de construção da habitação prevista para o lote 183-185, que viria a ser construída, enquanto o lote 20-26 da rua Santo António das Travessas nºs 20-26, propriedade da Câmara Municipal de Braga, permanece por musealizar.

3.1.3 Interpretação cronológica e fases construtivas

As ruínas identificadas na 'Zona arqueológica da Frei Caetano Brandão nºs183-185/Santo António das Travessas nºs 20-26' representam um conjunto arqueológico de inegável valor para o conhecimento do urbanismo e arquitetura da cidade romana de *Bracara Augusta*, mas também para a compreensão da evolução sofrida pelos quarteirões da cidade, quer na época romana, quer nos pe-

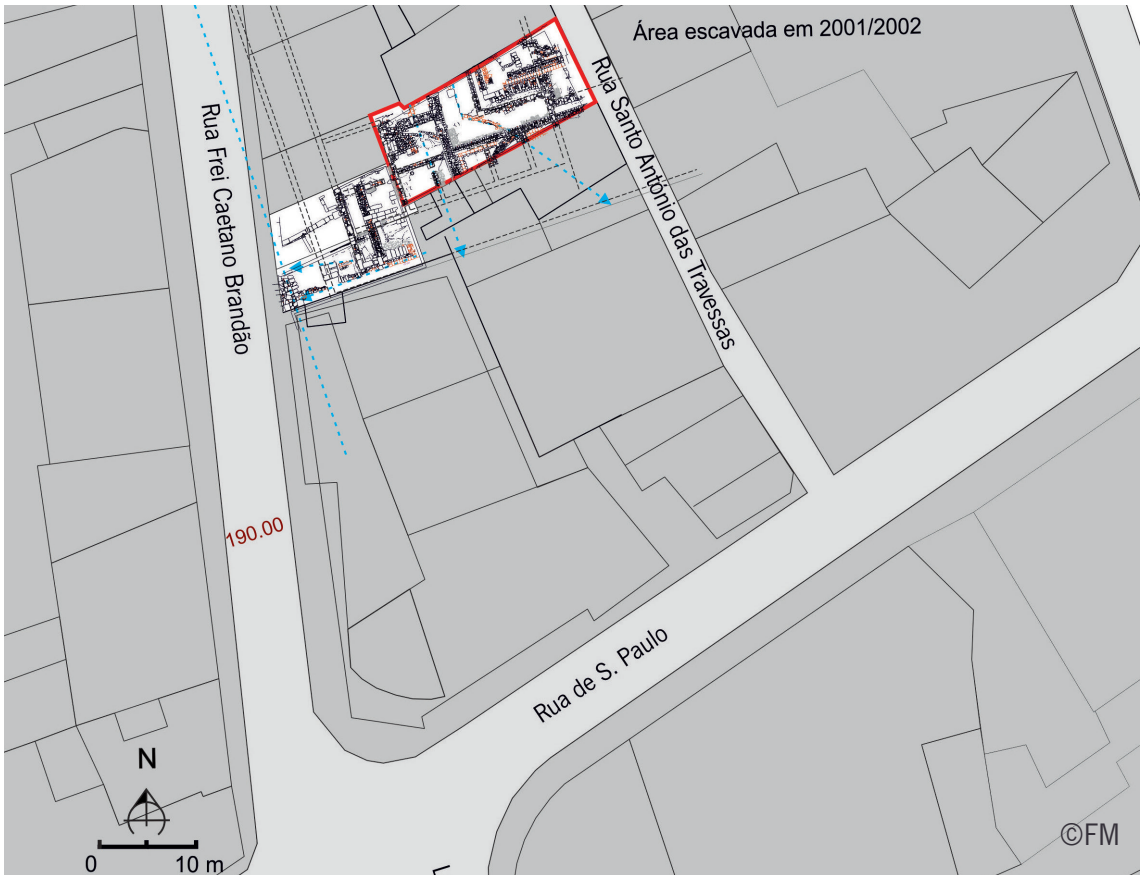


Figura 83. Planta da ZA da Frei Caetano Brandão nºs 183-185/Santo António das Travessas nºs 20-26 com a delimitação da área escavada em 2001/2002.

ríodos que se sucederam ao fim do domínio romano da região, cujos contextos políticos, económicos e sociais viriam a conferir a Braga diferentes dinâmicas de desenvolvimento que deram expressão à cidade atual.

Em particular, interessam-nos neste trabalho as três primeiras fases de ocupação registadas nas escavações desta zona arqueológica, correspondentes a um período que medeia entre a fase fundacional da cidade, situada na época de Augusto e meados do século II, altura em que a *domus* romana que aí havia sido construída, datada da época flávia, foi arrasada para dar lugar a umas grandes termas públicas (Fase IV).

Assim, a Fase I corresponde a um período posterior ao momento fundacional, datado entre os finais do século I a.C., e meados do século I, altura a que podemos datar o início do processo de urbanização do quarteirão limitado a norte e sul respetivamente pelos decumanos D3 e D4 e a este e oeste pelos cardos K8 e K9. Pouco sabemos sobre a ocupação deste quarteirão durante este período, característica que é aliás comum a outras zonas arqueológicas já analisadas, sendo suposto que o mesmo tenha sido objeto de atividades construtivas que não deixaram marcas visíveis no registo arqueológico, talvez devido ao facto de terem sido destruídas, provavelmente aquando da fixação no local de uma *domus* de peristilo, construída em meados do século I, que assinala o início da ocupação da Fase II.

Admitimos que na Fase I tenham sido consolidados os alinhamentos correspondentes aos limites das ruas, os quais traduzem também aqueles que eram os limites construíveis dos quarteirões, certamente objeto de paulatina ocupação. No entanto, a reduzida área do quarteirão que foi intervencionada, reduzida ao seu quadrante sudoeste impossibilitou a identificação de possíveis



Figura 84. Perspetiva geral dos trabalhos arqueológicos no prédio da rua Santo António das Travessas nºs 20-26 ©UAUM.

limites atribuíveis a esta fase. Pelo contrário, são bastante mais percetíveis os vestígios arqueológicos que podem ser atribuídos à Fase II, que correspondem ao quadrante sudoeste de uma habitação, construída entre os finais do período júlio-cláudio e os flávios, cujos vestígios se encontravam bastante arrasados devido à profunda destruição a que foram submetidos para a construção de umas termas públicas no século II, que definem a Fase III de ocupação deste setor da cidade.

A privilegiada localização da *domus*, construída no século I, situada nas proximidades do *forum* de *Bracara Augusta*, com entrada a partir do *cardo maximus,* justificaria uma boa posição social de seu proprietário, o qual deveria integrar a elite urbana, o que de resto está patente no cuidado programa decorativo, percetível pelos revestimentos de algumas paredes, que revelaram restos de pinturas, cujos vestígios se preservaram nos restos de muros que foram entulhados de forma a criar as substruções necessárias para a construção do espaço termal de época de Adriano (Fase III) (Martins, 2015). Na verdade, apesar de bastante rica e sumptuosa, a *domus* edificada no quarteirão limitado pelos decumanos D3 e D4 e pelos cardos K8 e K9 não conheceu tanta longevidade quanto outras unidades domésticas romanas conhecidas em Braga (Martins *et al.*, 2016), pois, apenas cerca de um século depois de ter sido construída, foi desmantelada para a construção de um complexo balnear que viria a ocupar toda a área do quarteirão, bem como a do quarteirão disposto a nascente, tendo sido necessário desativar o cardo K8 para unificar os dois quarteirões.

Na sequência do arrasamento de grande parte da habitação, cujos muros foram reduzidos a algumas fiadas, os compartimentos da casa receberam poderosos enchimentos para uniformizar a



Figura 85. Perspetiva das ruínas identificadas na rua Frei Caetano Brandão, associadas ao limite sul da *domus* ©UAUM.

cota de circulação do futuro edifício termal. Certamente mantidas pelo erário municipal, estas termas ocupavam uma área de cerca de 3.000 m^2, situando-se numa área central da cidade, nas imediações do *forum* administrativo, devendo possuir a sua entrada principal pelo *cardo maximus* (K9). Os dados disponíveis permitiram verificar que as termas conheceram uma importante remodelação nos finais do século III/inícios do IV (Fase IV) e que alguns dos seus espaços foram ainda remodelados entre meados e finais do século IV (Fase V), sendo provável que o edifício se tenha mantido ocupado até ao século V, momento que parece assinalar o processo de progressivo abandono do edifício (Fase VI), ainda que a área construída possa ter continuado a ser usada com outra funcionalidade, talvez ainda durante o século VI. Posteriormente ao século VII o registo arqueológico parece assinalar uma ausência de atividades construtivas que testemunhem uma clara continuidade de ocupação desta área, evidenciando, pelo contrário, o saque das estruturas pertencentes ao balneário romano, particularmente evidentes no vizinho quarteirão situado a nascente, cuja ocupação abordaremos no ponto seguinte (Martins *et al.*, 2014). Em parte, esses saques podem ser explicados pela construção da primeira cerca medieval, cujo traçado será coincidente com o da cerca fernandina, construída entre os séculos XIV/XV, que poderá explicar uma nova fase de saques de pedra que foi registada na Fase



Figura 86. Pormenor do alçado oeste do muro UE825 ©UAUM.

VII, também constatada na anexa zona arqueológica da Rua Afonso Henriques (Martins *et al.*, 2014).

A ocupação tardo medieval (séculos XIV/XV) deste setor da cidade (Fase VII), que se transforma no Bairro das Travessas, rompeu completamente com a morfologia dos quarteirões romanos, tornando-se no principal núcleo habitacional de Braga ao longo de muitos séculos. Na verdade, não se reconhecem nesta zona da cidade grandes alterações durante o período moderno (Fase VIII), tal como podemos inferir da documentação facultada pela cartografia histórica bracarense, a qual retrata a cidade entre os séculos XVI e XVIII.

A última grande modificação verificada neste setor da cidade foi realizada no século XIX (Fase IX). Embora sem grandes alterações na morfologia interna do Bairro das Travessas, cabe destacar o aumento das larguras das ruas e a densificação construtiva do interior dos quarteirões, processos que tiveram importantes impactos na preservação das ruínas, tendo muitos dos novos limites dos lotes sido implantados sobre restos de muros de época romana.

A longa ocupação desta zona arqueológica, com o potencial de retratar a evolução da cidade de Braga ao longo de seus dois milénios de existência, foi alvo de estudos no âmbito de teses de doutoramento, que abordaram a evolução diacrónica do espaço urbano de Braga (Ribeiro, 2008), ou analisaram as técnicas construtivas da época romana (Ribeiro, 2010). Cabe destacar igualmente alguns estudos que aborda-



Figura 87. Vestígios de reboco e pintura associados à decoração das paredes da casa ©UAUM.

ram a zona arqueológica no âmbito da valorização da arquitetura doméstica romana (Magalhães, 2010).

A partir dos dados disponibilizados pelo estudo dos materiais e pela interpretação arquitetónica julgamos hoje poder identificar duas fases de ocupação, datáveis entre a fundação da cidade e a época de Adriano, nas quais se pode reconhecer um uso doméstico do quarteirão, tema que interessa particularmente ao nosso trabalho e a cuja caracterização procederemos de seguida.

3.2 Descrição das fases

3.2.1 Fase I. Implantação e ocupação pré-flávia dos quarteirões

A configuração dos quarteirões de *Bracara Augusta* inscreve-se num programa planeado para toda a cidade, processo que tem sido evidenciado pelo balanço dos estudos realizados com base no cruzamento do conjunto de vestígios arqueológicos que documentam as atividades construtivas da cidade no períodos que se sucedem à sua fundação (Martins *et al.*, 2017a). No entanto, reconhece-se que são bastante limitados os dados disponíveis para caracterizar a primeira fase de ocupação que se sucedeu ao processo de marcação dos eixos viários e dos quarteirões e que assinalam o início do povoamento da cidade, em grande medida devido ao carácter fruste dos vestígios que podem ter caracterizado a ocupação da grande maioria dos quarteirões de *Bracara Augusta* até meados do século I.

De um modo geral esta fase está representada por estruturas em negativo, bem como por valas e sapatas para a implantação de silhares que terão servido para marcar os alinhamentos dos eixos viários da cidade e também para delimitar a área construível dos quarteirões. Na verdade, julgamos poder aceitar que as esquinas dos quarteirões deveriam ter sido definidas nos primeiros anos de vida da cidade, tendo servido de referência para o arranque do processo construtivo dos quarteirões, inde-

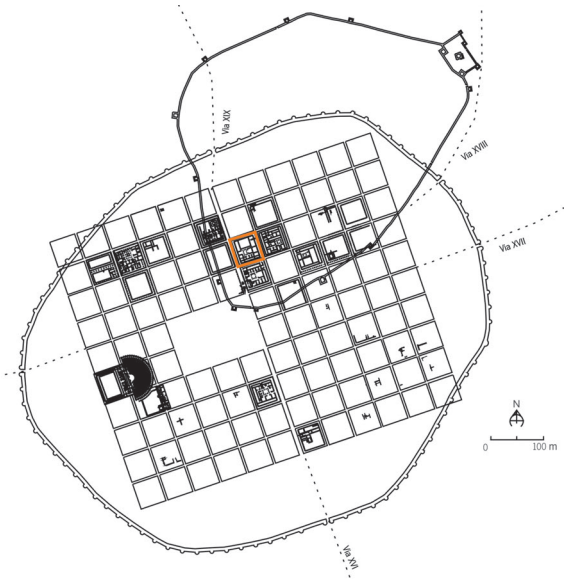
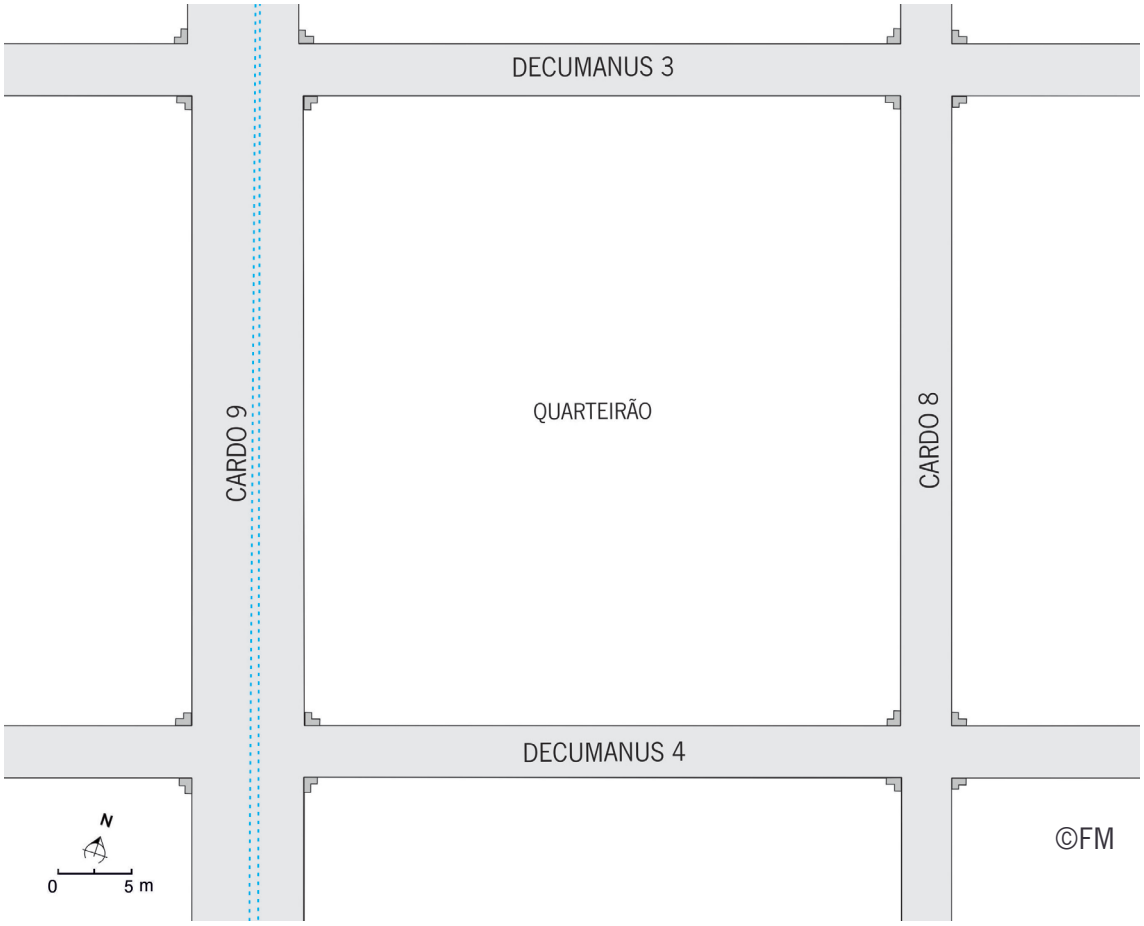


Figura 88. (Sup) Localização da ZA da Frei Caetano Brandão nºs 183-185/Santo António das Travessas nºs 20-26 na planta da cidade romana, muralha baixo imperial e muralha fernandina.
(Inf) Quarteirão da ZA da Frei Caetano Brandão nºs 183-185/Santo António das Travessas nºs 20-26 inserido na malha urbana de *Bracara Augusta.* Posicionamento do quarteirão A .



pendentemente da natureza dos edifícios que aí terão sido instalados nas primeiras décadas de vida da cidade. Mas, só circunstancialmente se conservaram vestígios de construções desta primeira fase, sendo presumido que quaisquer edifícios erguidos nessa fase tenham sido arrasados para erguer as primeiras *domus* que se instalam ao longo das vias a partir de meados do século I.

Nesta zona arqueológica, possuímos um único testemunho que podemos seguramente atri-

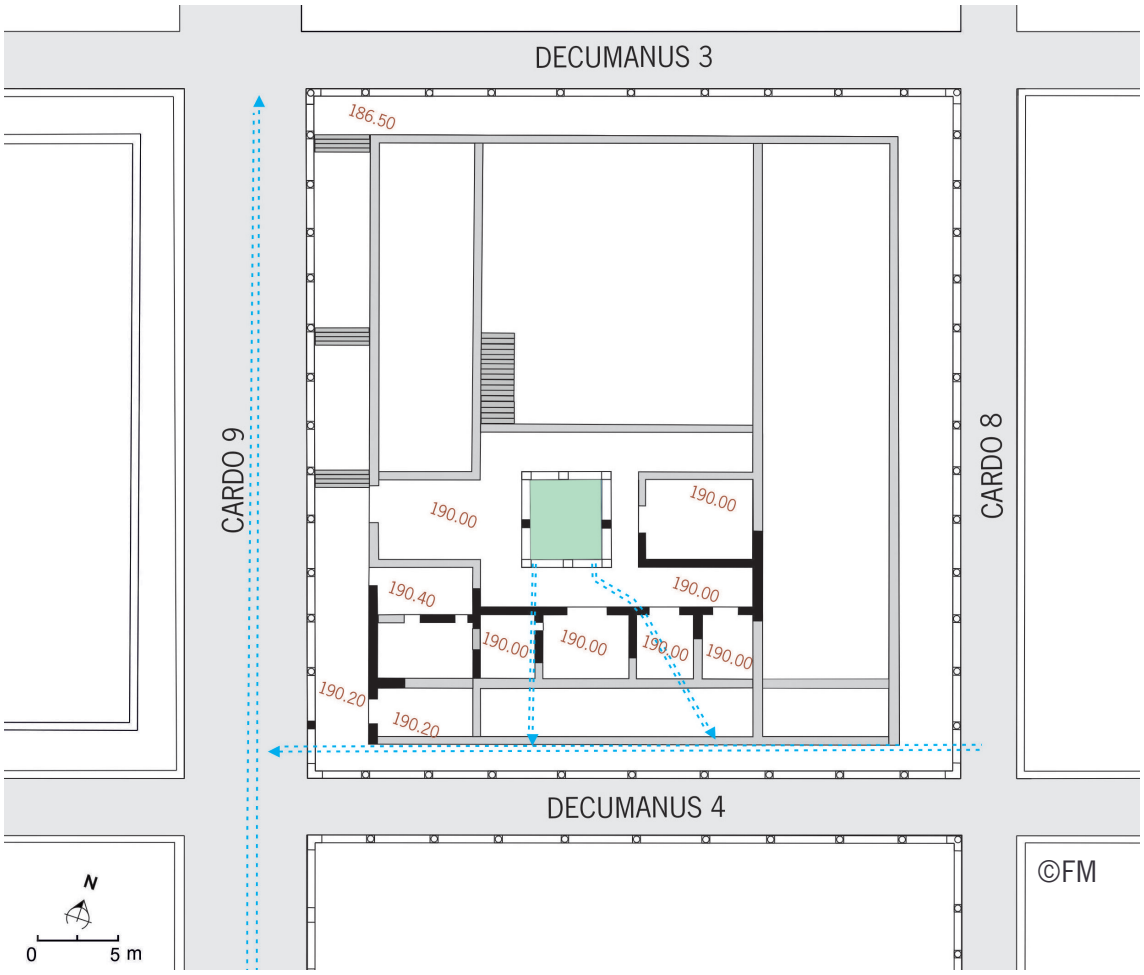


Figura 89. Planta da *domus* com as cotas de cada compartimento.

buir a esta fase, representado pela cloaca que corria sob o cardo K9, infraestrutura que foi datada entre Cláudio e Nero e que se julga poder associar ao início da urbanização dos quarteirões limítrofes daquela artéria (Martins *et al.*, 2017a).

3.2.2 Fase II. A domus de meados do século I

O primeiro projeto arquitetónico para o quarteirão romano identificado na 'Zona arqueológica da Frei Caetano Brandão nºs 183-185/Santo António das Travessas nºs 20-26' refere-se a uma *domus* de peristilo, a qual terá ocupado a totalidade do quarteirão situado entre os cardos K8 e K9 e os decumanos D3 e D4. No entanto, devido ao facto da intervenção arqueológica ter incidido apenas sobre uma parte do quarteirão, o nosso conhecimento sobre esta habitação é bastante fragmentado, sendo impossível de restituir a planta total da habitação.

Em termos topográficos sublinhamos que o quarteirão romano em que se inscrevem as ruínas em análise se situa na vertente norte da Colina da Cividade, a qual regista uma pendente considerável que tinha que ser compensada em termos construtivos com a criação de plataformas desniveladas no interior das casas, que se ajustariam às cotas de entrada nas mesmas a partir dos pórticos que bordejavam tanto os cardos como os decumanos.

Tendo por base os dados das escavações sabemos que no vértice sudoeste do quarteirão,

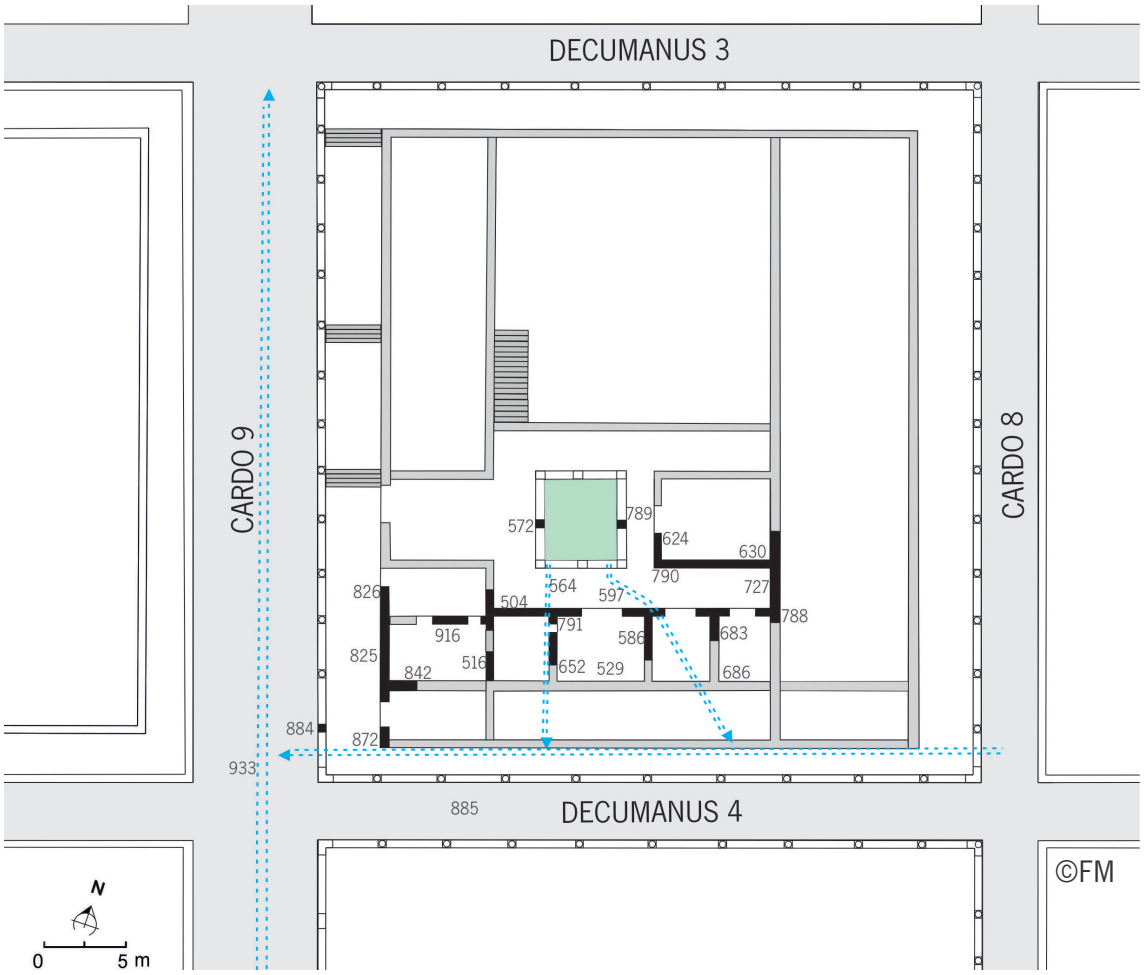


Figura 90. Planta da *domus* com a atribuição das unidades estratigráficas dos muros.

correspondente à parte sul do pórtico que se situava a nascente do cardo K9, a cota de circulação seria de cerca de 190.20m, enquanto no limite norte do pórtico a cota deveria rondar os 186.50m (Fig. 89). Essa acentuada pendente, verificada ao longo de cerca dos 42m de dimensão do quarteirão, terá implicado que a casa se organizasse em duas plataformas distintas, eventualmente articuladas por escadas interiores, solução que foi reconhecida na *domus* das Carvalheiras e cujas características foram arqueologicamente documentadas e descritas anteriormente. No entanto, desconhecemos praticamente tudo sobre a parte norte da casa, razão porque apenas iremos concentrar-nos na análise da sua parte sul, parcialmente descoberta pelas escavações.

Das fachadas da casa apenas conhecemos a que se situava a poente, representada pelas UEs826, 825 e 872, na qual se encontravam rasgadas duas lojas (T1 e T2) dispostas a sul da entrada na casa (Fig. 92). A reduzida inclinação da parte sul do pórtico, disposto a oeste da fachada, poderá ter justificado a instalação neste setor de uma entrada na habitação, a qual daria acesso a um vestíbulo (P1) e ao peristilo (P), que estruturava e ordenava os demais espaços da casa, alguns dos quais, dispostos a nascente e sul, foi possível reconhecer com base nos dados facultados pelas escavações. Assim, podemos afirmar que os espaços externos à habitação, designadamente os correspondentes ao pórtico situado a nascente do cardo K9 e às lojas, apresentam diferentes altitudes. O mesmo não se poderá afirmar dos compartimentos que compõem a zona do peristilo

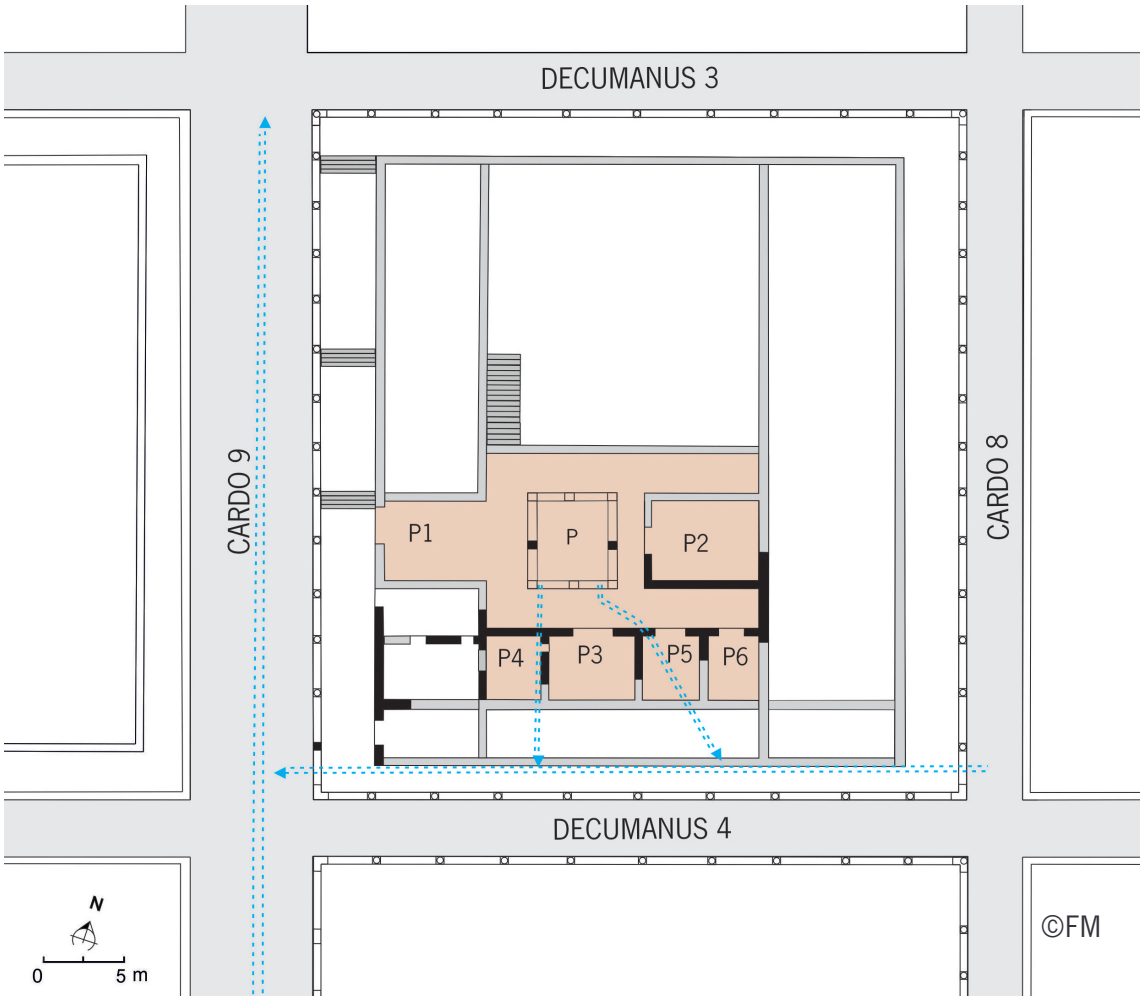


Figura 91. Planta da *domus* com a delimitação do peristilo e compartimentos em redor.

da *domus,* nivelados à cota da entrada na habitação, que se situava próxima dos 190.00m, o que tornou o setor sudoeste da casa praticamente plano.

A entrada na casa seria realizada a partir de um *uestibulum* (P1) que dava acesso ao *ambulacrum* do peristilo (P), com uma largura de sensivelmente 2.5m (cerca de 9 pés), a norte, sul e oeste, enquanto a nascente a distância entre o espaço porticado e o compartimento P2 era apenas de 1.6m, o que equivale a cerca 5.5 pés.

Tendo por base os dados disponíveis presumimos que a área descoberta do pórtico seria rematada por uma colunata com 3 colunas de cada lado, sendo conhecidos dois dos silhares (UE572 e UE789) que suportavam a referida colunata nos lados nascente e poente.

Os espaços implantados na parte situada a norte do peristilo são completamente desconhecidos, ao contrário daqueles que se dispunham a sul que podem ser caracterizados com base nos vestígios conhecidos. Assim, a sul, encontramos quatro compartimentos, um dos quais, identificado como P4, possuía uma clara articulação com a loja T1, tendo também assegurada uma passagem com o espaço P3, uma ampla sala, com cerca de 21m^2. A nascente desta última sala dispunham-se dois compartimentos de reduzidas dimensões (P5 e P6), que deveriam cumprir a função de *cubicula*. Estes compartimentos eram acessíveis a partir de um corredor situado a norte,

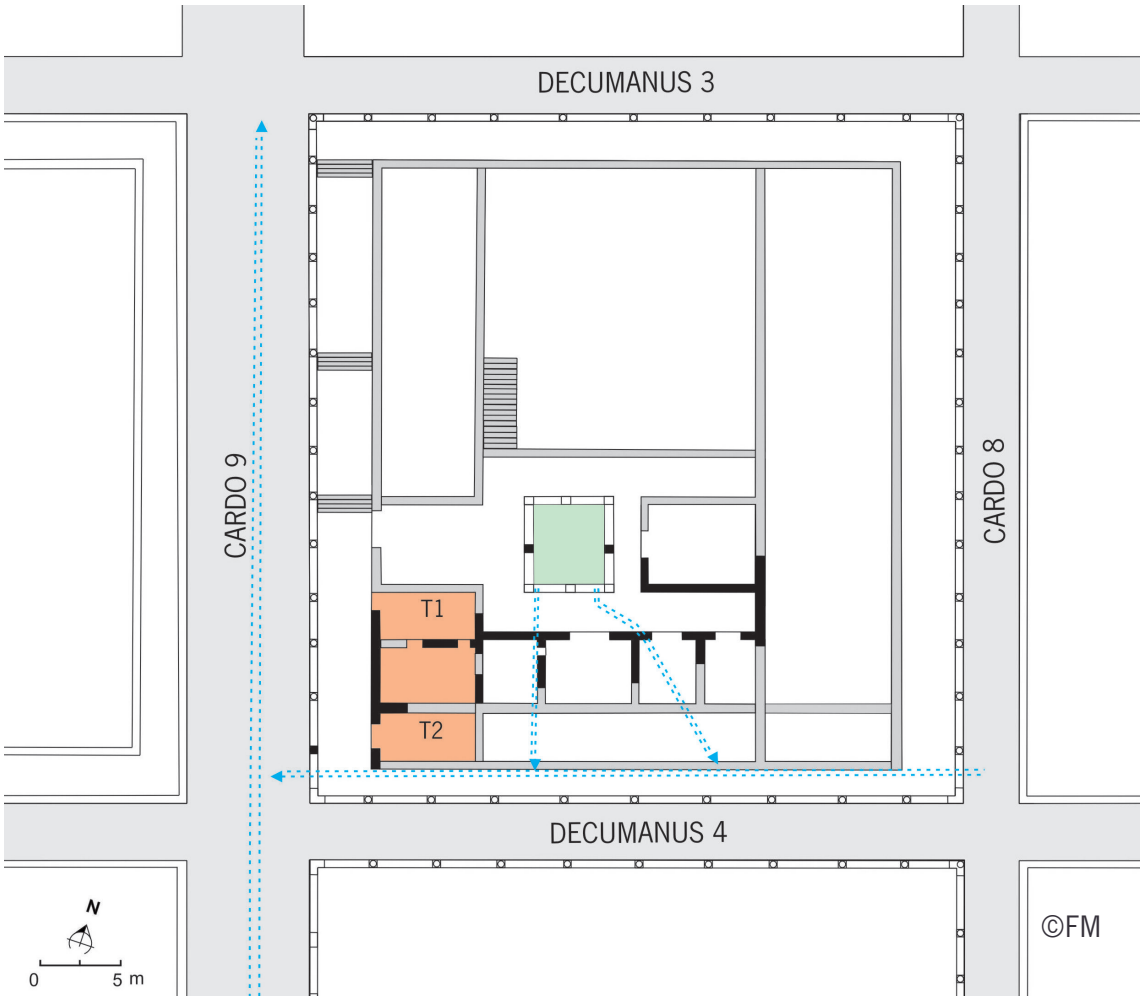


Figura 92. Planta da *domus* com a localização das *tabernae* (T1 e T2) na fachada oeste.

com cerca de 7m de extensão, que tinha continuidade no *ambulacrum* sul do peristilo. Sabemos que as paredes que limitavam este corredor (UEs 727 e 730) eram rebocadas e ofereciam pinturas murais parcialmente conservados sobre os níveis de preparação do acabamento dos muros (UEs 727 e 790) (Fig. 90). Foram igualmente identificados múltiplos fragmentos de pinturas em níveis de enchimento, associados a diferentes compartimentos, os quais revelaram motivos geométricos, formando losangos e linhas verticais e horizontais, usando uma enorme diversidade policromática, como o amarelo, o castanho, o azul acinzentado, o vermelho pompeiano, o preto e o branco.

A nascente do peristilo situava-se um grande compartimento, o qual pela sua localização alinhada com a área descoberta do jardim e com a entrada da casa, julgamos que corresponderia ao *triclinium,* espaço referenciado como P2. O compartimento estaria delimitado a nascente pelo muro correspondente à UE727, a sul pela UE790 e a poente pela UE624. A parede sul do compartimento (UE790) encontra-se conservada toda a sua extensão (6.6m), ainda que se conservem poucas fiadas de seu alçado, o que permitiu restituir a área desse compartimento com bastante segurança através do uso da simetria com os demais espaços identificados em seu redor (Fig. 91). Tendo por base a restituição simétrica do compartimento este teria cerca de 33m^2.

Estamos perante uma habitação construída numa zona de grande prestígio da cidade,



Figura 93. Exemplar de capitel toscano, base em toro e fuste monolítico tronco-cónico, provavelmente, associados à colunata de um dos pórticos da casa. Estes três elementos formaram uma colunata com 2.64 m (Ribeiro, 2010: 355)



Figura 94. O Muro UE727 conservou vestígios de pinturas ©UAUM.

com entrada principal virada ao *cardo maximus*, fator que justificou a implantação de uma série de *tabernae* ao longo da fachada nascente da casa, adjacente ao pórtico que bordejava aquela artéria principal da cidade, aproveitando-se assim o intenso trânsito de pessoas como forma de impulsionar uma série de atividades comerciais.

Na reduzida área intervencionada foi possível identificar duas lojas, cujos pavimentos permitiram alinhar a cota de circulação do interior desses espaços com o pórtico, de modo que a loja T2, situada a sul, na esquina entre o cardo K9 e o decumano D4, se dispõe à cota de 190.20m (Fig. 92). Imediatamente a norte encontrava-se a loja T1, em cujo interior foi identificado um pavi-

mento (UE890), que documenta o nível de circulação desse estabelecimento, situado a cerca de 190.40m, o que exigiria um degrau, situado na sua entrada, de forma a permitir vencer o desnível. A loja T1 destaca-se, ainda, por possuir dois compartimentos, separados por uma parede (UE916), que apresentava duas passagens. A parte norte da loja possuía uma área com cerca de 17m^2, enquanto o espaço interior, disposto a sul, era ligeiramente maior, com aproximadamente 20m^2. Tendo em vista as reduzidas dimensões do muro que separavam as duas áreas, não julgamos pertinente considerar que o mesmo pudesse corresponder a um balcão. Por outro lado, o significativo tamanho da parte sul da loja, quando comparado com aquele que se dispõe na parte norte, leva-nos a supor que este espaço se destinasse a transacionar grandes quantidades de produtos, funcionando o compartimento sul como possível armazém. Importa igualmente sublinhar a articulação que parece existir entre a loja T1 e o compartimento T4, disposto na ala situada a sul do peristilo, a qual parece indicar que o proprietário possuía interesses diretos na exploração da loja, situação que é comum noutras zonas arqueológicas de Braga, designadamente nas Carvalheiras, já anteriormente analisada.

O sistema hidráulico da *domus* é mal conhecido o que não é de espantar, considerando a área limitada da casa que foi escavada, bem como as grandes transformações que foram operadas neste espaço no século II com a construção das termas. No entanto, podemos atribuir a esta fase um conjunto de três canalizações de drenagem de águas. Duas dessas canalizações estão articuladas com a drenagem das águas da área descoberta do peristilo. Trata-se das canalizações correspondentes às UEs 543 e 597, que drenavam a água em direção à parte sul do quarteirão, muito provavelmente em direção ao grande canal representado pela UE885, que corria junto à fachada sul do quarteirão e que drenava a água para a cloaca que corria sob o cardo K9 (Fig. 90).



Figura 95. A canalização UE597 drenava a água do peristilo ©UAUM.

4 A Zona Arqueológica da rua Afonso Henriques nºs 42 a 56

4.1 Historiografia

4.1.1 Caracterização da área escavada

A área conhecida pela designação de 'Zona arqueológica da Rua Afonso Henriques nºs 42 a 56' corresponde aos terrenos que se situavam no miolo interior de um quarteirão da cidade de Braga, delimitado, a norte, pela R. D. Afonso Henriques, a este pela R. de Santiago, a sul pela R de S. Paulo e a oeste pela R. de Santo António das Travessas, correspondendo às traseiras dos prédios nºs 42 a 56 da Rua Afonso Henriques.

Os trabalhos arqueológicos realizados nesta zona arqueológica inscreveram-se no âmbito de ações preventivas de minimização de impactes nos terrenos referidos, devido à intenção de se proceder à remodelação do imóvel com fachada para a R. de Santiago (nºs 2-12), a qual implicava a remoção de terras no interior do quarteirão, suscetíveis de poderem afetar o subsolo e eventuais ruínas, sugeridas pelos resultados dos trabalhos arqueológicos realizados, em 1993, nas traseiras do prédio nº36-42 da R. Afonso Henriques.

Considerando a elevada sensibilidade dos terrenos desta zona arqueológica, muito próxima do *forum* romano, a Câmara Municipal de Braga impôs uma condicionante arqueológica, que viria a ser corroborada pelo ex IPPAR, a qual previa a realização de trabalhos arqueológicos prévios à execução da obra no interior do quarteirão. Este viria a ser praticamente todo escavado, na sequência da deteção de um conjunto significativo de ruínas pertencentes a diferentes períodos de ocupação deste setor da cidade de Braga, que se estendem entre a época fundacional e a Idade Contemporânea (Cunha *et al.*, 2014).

Tanto quanto podemos avaliar, com base nos dados arqueológicos obtidos na própria escavação, os terrenos correspondentes a esta zona arqueológica foram abandonados nos finais da Antiguidade Tardia, a partir do século VIII, tendo-se transformado num possível logradouro ao longo da Alta Idade Média, momento em que se terá registado uma reestruturação da morfologia dos quarteirões romanos, que deu lugar ao aparecimento de outros que vão formalizar o traçado do conhecido bairro medieval da Travessas, caracterizado por quarteirões retangulares, que se reconfiguraram a partir da fusão e reparcelamento dos anteriores quarteirões romanos (Martins e Ribeiro 2013). Este processo urbanístico encontra-se igualmente associado ao aparecimento das típicas 'casas de vizinhos', de estreita parcela, que ocupam as áreas contíguas às ruas, associando na parte traseira pequenos quintais, que vão formalizar a estrutura dos logradouros do interior dos quarteirões medievais e posteriormente modernos. Muitos desses logradouros persistem ainda hoje na morfologia da área correspondente ao centro histórico de Braga, constituindo ainda um importante repositório de dados sobre a organização da cidade romana que só a arqueologia pode desvendar.

Assim, a quase ausência de estruturas medievais e modernas na zona intervencionada parece dever-se à circunstância da mesma se ter transformado num logradouro, a partir da Alta Idade Média, assim tendo permanecido até ao momento da escavação.

No entanto, ao contrário do que acontece noutras zonas arqueológicas que ficaram fora da cidade medieval, os terrenos escavados ficaram inseridos no espaço intramuros, quer da Alta, quer da Baixa Idade Média. Apesar de não se registarem ações construtivas com essas cronologias, registam-se ao longo dos séculos do período medieval numerosos saques de muros, os quais podem ter sido determinados pela necessidade de pedra para a construção da primeira cerca medieval, cujo traçado coincide na parte sul com o da muralha fernandina (Martins e Ribeiro 2013) e que passaria nas imediações desta zona arqueológica. Assim, uma primeira fase de saques pode ser atribuída ao perídio em que a primeira muralha medieval foi construída, estando a segunda, datada dos séculos XIV/XV, igualmente representada no registo arqueológico. Ambas podem articular-se com as fases de construção do sistema defensivo medieval.

As evidências arqueológicas a partir dos séculos XIV-XV associam-se à utilização do espaço como logradouro, registando-se ainda alguns saques pontuais de muros e a formação de níveis sedimentares, relativamente potentes, que tendem a regularizar o terreno. As escavações demonstraram também a continuidade da regularização do terreno do logradouro, iniciada na época moderna, responsável pela considerável subida de cota entre os níveis de ocupação romanos e as unidades sedimentares que definiam o solo atual, processo que resultou de significativos aterros, que integram abundantes materiais datáveis entre o período moderno e contemporâneo. Já neste período, mais especificamente no século XIX, registam-se algumas ações construtivas relacionadas com a implantação de muros traseiros de habitações, ou com a implantação de canalizações que cruzaram o terreno em várias direções, que se torna mais intensa no século XX (Cunha *et al.*, 2014).

4.1.2 Historial dos trabalhos de escavação

Os trabalhos arqueológicos realizados nesta zona arqueológica tiveram em vista ações de avaliação da potencialidade dos terrenos, devido à intenção de se proceder à remodelação do imóvel com fachada para a R. de Santiago, nºs 2-12, a qual implicava a remoção de terras no interior do quarteirão, tendo a intervenção recebido os acrónimos BRA-98-R.D.A.Henriques Nº42/56 e BRA-2002- R. D. A. Henriques Nº42/56, referentes, respetivamente, às campanhas realizadas em 1998 e 2002.

Os trabalhos arqueológicos foram desenvolvidos pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (GACMB), tendo contado com a colaboração de Francisco Sande Lemos, Manuela Martins e Manuela Delgado da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

As escavações desta zona arqueológica decorreram em duas fases distintas. A primeira teve lugar em 1998 e consistiu na escavação de um conjunto de 6 sondagens de 4x4m, abertas em xadrez, a fim de se cobrir a totalidade da área que viria a ser afetada pelas obras que haviam sido projetadas para o local, tendo sido postos a descoberto vários muros romanos, situados a uma profundidade de cerca de 2.5m abaixo da cota do solo do logradouro. A interpretação preliminar das ruínas descobertas permitiu constatar que correspondiam a um balneário romano, que se percebeu articulado com os vestígios exumados no ano de 1993 no logradouro anexo. A segunda

e última campanha realizada no ano de 2002, destinou-se a completar a escavação da área do interior do logradouro, designadamente das sondagens que não foram escavadas na campanha de 1998, considerando que os resultados da primeira intervenção haviam revelado vestígios indiscutíveis de estarmos perante um edifício termal. Assim, esta fase de escavação destinou-se a concluir a escavação da totalidade do terreno, dando continuidade aos trabalhos que haviam sido interrompidos em 1998, devido às dificuldades sentidas na remoção das terras do interior do quarteirão, considerando a profundidade a que se encontravam os vestígios arqueológicos romanos.

Cabe referir que a compreensão global das ruínas romanas detetadas nesta zona foi ajudada pela articulação com os dados obtidos na intervenção realizada, em 1993, no logradouro anexo, situado a norte, pertencente à casa nº 36 a 40 da R. Afonso Henriques, onde se observaram vestígios que constituem um prolongamento natural das ruínas que viriam a ser identificadas posteriormente nas campanhas de 1988 e 2002 (Fig. 98 e 99).

Os trabalhos arqueológicos viriam a revelar uma longa sequência de ocupação nesta zona arqueológica, situada entre o momento fundacional e os finais da tardo antiguidade, cuja caracterização se revelou difícil, atendendo ao grande volume de materiais que foi exumado na escavações e cujo estudo se revelou imprescindível para a datação das fases de ocupação, Por razões várias o estudo dos materiais só foi realizado entre 2013 e 2014 o que facilitou a sequenciação das fases construtivas, realizada por Manuela Martins (Cunha *et al.*, 2014; Martins *et al.*, 2014), potenciada pelo estudo das produções cerâmica romanas e tardo antigas, realizado por Jorge Ribeiro e Adolfo Fernández, tendo as cerâmicas medievais sido estudadas por Raquel Martinez Peñin (Ribeiro *et al.*, 2013; Martinez Peñín *et al.,* 2013). Entre os materiais exumados destacam-se também os vidros que foram analisados e classificados por Mário Cruz e as moedas, estudadas por David Mendes.

4.1.3 Interpretação cronológica e fases construtivas

O conjunto de vestígios que foram exumados nesta zona arqueológica representa um significativo contributo para o conhecimento da estrutura urbana da área situada a norte do *forum*, bem como das dinâmicas que caracterizaram a ocupação dos quarteirões da cidade romana ao longo dos séculos.

Tal como acontece noutras zonas arqueológicas já analisadas as ruínas descobertas configuram uma área arqueológica complexa, em resultado da progressiva remodelação dos edificados, até ao seu abandono definitivo, certamente em data posterior ao século VII, mas também dos saques a que os muros dos edifícios estiveram sujeitos ao longo dos séculos seguintes para obtenção de pedra. Assim, há muris dos quais apenas temos as sapatas, ou os negativos das valas de fundação, o que dificulta a interpretação cronológica e construtiva.

Nesta zona arqueológica foram identificados dez momentos de ocupação, entre a época fundacional e o século XX (Cunha *et al.*, 2014), dos quais apenas os cinco primeiros correspondem às épocas romana e tardo antiga, apresentando, por isso, um maior interesse para este trabalho, pois pautam uma evolução que já foi reconhecida noutros quarteirões da cidade. De especial interesse são as Fases I e II, as únicas que serão desenvolvidas, uma vez que a Fase III corresponde ao



Figura 96. Perspetiva geral do logradouro dos prédios nºs 42 a 56 da Rua Afonso Henriques ©GACMB.



Figura 97. Pormenor dos trabalhos de demolição dos prédios nºs 42 a 56 da Rua Afonso Henriques ©GACMB.

fim da ocupação doméstica do quarteirão e à sua conversão num edifício público termal (Martins *et al.*, 2011; Martins 2015), processo que apesar do seu interesse urbanístico escapa ao teor deste trabalho.

Tendo por base o cruzamento dos dados construtivos e sedimentares é possível definir um primeiro momento de ocupação (Fase I), balizado entre a época fundacional e o período flávio. Os

vestígios reportáveis a esta fase correspondem a valas e sapatas para a implantação de silhares, que foram detetadas na parte a sul da área intervencionada. Estas estruturas apresentam-se como recortes abertos na arena de alteração granítica, cuja localização, em face da planimetria restituída da malha urbana da cidade, sugere que corresponderiam à implantação de silhares que delimitariam um decumano D5 (Martins *et al,*. 2017a). Foram ainda identificadas duas outras valas relacionadas com estruturas situadas, quer no alinhamento da fachada da construção, que se terá erguido no quarteirão situado a sul do decumano D5, quer no interior do mesmo.

A fase seguinte (Fase II) está representada pela ocupação do quarteirão, a partir de meados do século I, a qual parece caracterizar-se pela instalação de duas *domus*, que terão ocupado dois lotes contíguos, dispostos a norte e a sul, separadas por uma parede que deveria ter estabelecido o desnível entre duas plataformas distintas onde se implantavam os edifícios. Embora os vestígios deste período sejam escassos, pois a área escavada não corresponde à totalidade do quarteirão, julgamos que se trata de duas *domus* autónomas, dado o desnível de cerca de 2 m que entre elas e o facto de possuírem dois peristilos autónomos.

A Fase III corresponde a uma grande transformação funcional deste quarteirão, que implicou a destruição de algumas estruturas da fase anterior, a adaptação de algumas paredes para o novo edifício, a realização de nivelamentos para regularização de cotas de circulação, bem como trabalhos de escavação do terreno do miolo do quarteirão para a instalação dos hipocaustos necessários para a instalação no local de umas termas públicas. A datação destas remodelações apontam para uma cronologia antonina para a construção do balneário, o qual ocupou também o quarteirão disposto a poente do cardo K8, já analisado anteriormente (Martins, 2015).

Num período que admitimos situar-se entre finais do século III/ inícios do IV registam-se algumas importantes transformações no balneário, correspondentes à Fase IV. Nesta fase regista-se a transformação da funcionalidade de alguns espaços do anterior edifício, sendo de destacar que, apesar de se ter mantido a estrutura básica do edifício, herdada da fase anterior, se registam reformas que apontam para o manifesto aumento dos espaços frios do balneário e para uma diminuição de áreas aquecidas, característica que é comum noutras termas de *Bracara Augusta*, designadamente nas termas do Alto da Cividade (Martins, 2005).

A Fase V assinala um conjunto de pequenas reformas que podem ser datadas de meados do século IV, mantendo o edifício termal a sua estrutura genérica. Admite-se que o balneário se terá mantido em funcionamento até aos inícios do século V, momento a partir do qual poderá ter sido ainda utilizado com outra função, talvez ainda durante o século VI. Na verdade, as valas de saque dos muros e de outras estruturas do edifício contêm um volume significativo de cerâmicas datadas entre os séculos V-VII, que sugerem que a área do edifício terá continuado a ser ocupada pelo menos durante parte desse período, que definirá a Fase VII de ocupação.

Apesar da relevância dos dados sugeridos pelas diferentes fases de ocupação registadas nesta zona arqueológica, apenas nos referiremos, de seguida, às duas primeiras fases, que caracterizam a primitiva ocupação do quarteirão (Fase I) e aquela que corresponde à presença no mesmo de duas *domus* que aí se instalam a partir de meados da primeira centúria (Fase II).



Figura 98. Planta da ZA da rua Afonso Henriques nºs 42 a 56 com a delimitação da área escavada em 1998.

4.2 Descrição das fases

4.2.1 Fase I. Implantação e ocupação pré-flávia

4.2.1.1 Descrição geral

Esta primeira fase de ocupação pode ser datada entre o período de Augusto/Tibério e meados do século I, estando representada por um conjunto de estruturas em negativo, associadas quer á extração de saibro, quer a valas e sapatas para a implantação de silhares, sobretudo assinaladas na parte a sul da área intervencionada. Na maior parte dos casos as referidas estruturas fazem-se representar por recortes abertos na alterite granítica, denunciando a existência de estruturas que foram desmontadas para permitir erguer novos edifícios, o que na circunstância corresponderá a um período que podemos datar da segunda metade do século I, tendo por base a datação dos materiais contidos nos enchimentos das estruturas em negativo que foram referidas, que não ultrapassa os meados do século I.

A localização das estruturas correspondentes a esta fase permite considerar a existência de atividades construtivas nos limites dos quarteirões que se situavam a norte e a sul do decumano D4, entre um momento fundacional e os meados da primeira centúria. Nenhum dos presumíveis silhares que terá sido implantado nesta fase de ocupação se preservou, tendo sido todos saqueados em momentos distintos. Alguns deles podem ter sido implantados num período

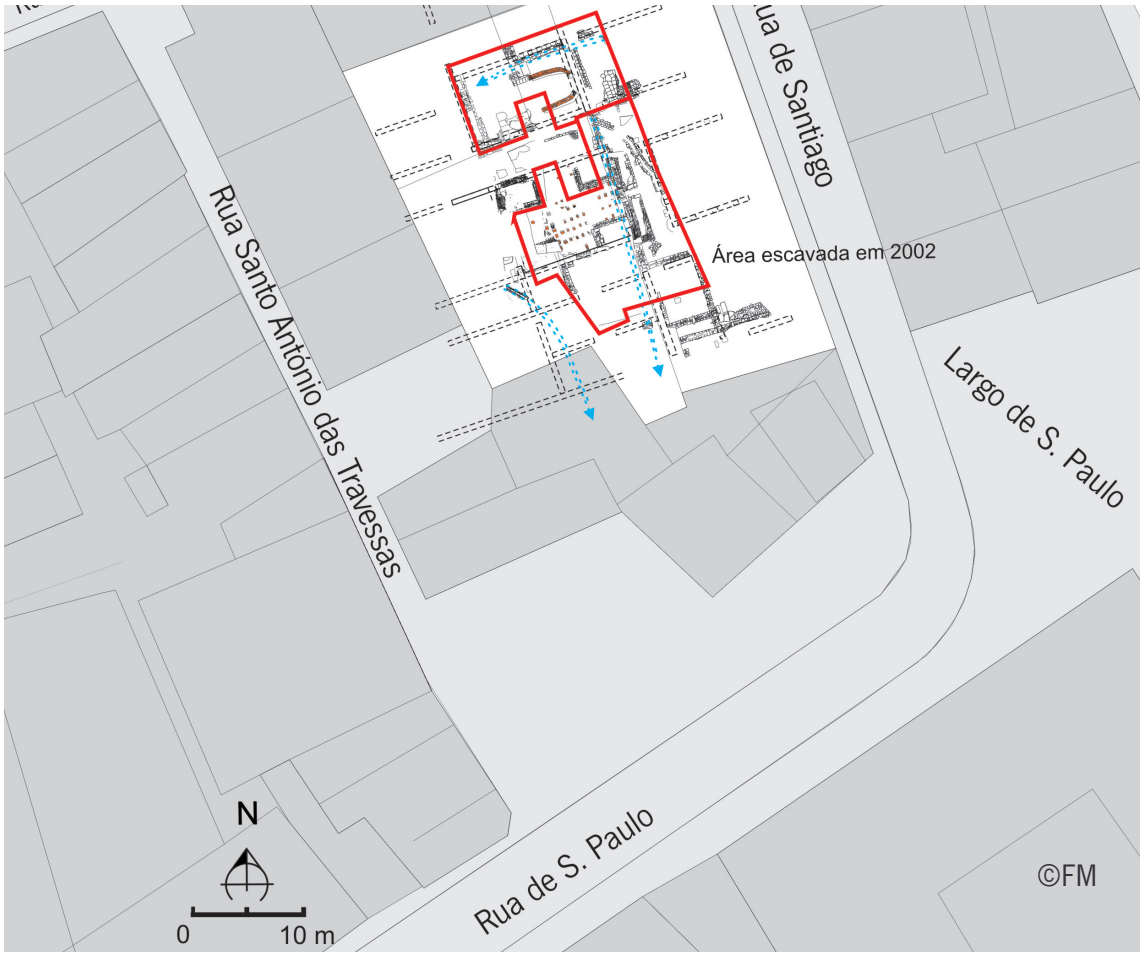


Figura 99. Planta da ZA da rua Afonso Henriques nºs 42 a 56 com a delimitação da área escavada em 2002.

próximo da fundação da cidade, podendo cumprir a função de delimitar os alinhamentos dos quarteirões, atividade indispensável à gestão do espaço sobretudo quando se tratava da sua construção (Fig. 101). Esses limites deveriam estabelecer-se a partir de medidas que tinham por referência os eixos das ruas, marcados no âmbito das operações cadastrais. Neste sentido, merece destaque a sinalização do eixo do decumano D4, que teria sido marcado com um silhar, do qual se detetou apenas a vala de saque, em cujo enchimento (UE501) se detetou um conjunto de materiais muito homogéneo, com cronologia da primeira metade do século I.

Para além de valas associadas à implantação de silhares, fossas de extração de saibro e de um pavimento de terra batida, cabe destacar as caraterísticas dos materiais presentes nesta zona arqueológica que se integram neste período. Falamos de cerâmicas de produção indígena e de cerâmicas importadas, designadamente ânforas béticas e lusitanas, bem como *sigillata* itálica, produtos sempre presentes nos enchimentos das valas de saque, que assinalam o fim desta fase, mas também nas valas de fundação dos muros que conformam o edificado que dá expressão à fase seguinte. Estes materiais são por demais comuns em todas as zonas arqueológicas que analisámos até agora. Não logrando esclarecer a natureza da utilização do quarteirão, eles representam um testemunho de atividades construtivas e de uso do espaço do quarteirão, anteriormente à sua urbanização mais efetiva que só se registará na Fase II.



Figura 100. Perspetiva geral da zona arqueológica durante os trabalhos de escavação ©GACMB.

Assim, tal como acontece noutras zonas arqueológicas já analisadas, os vestígios correspondentes à ocupação do quarteirão nesta fase são escassos e frustes, documentando basicamente uma utilização da área, desde um momento fundacional, inferida pelos materiais presentes nos enchimentos de fossas e valas de saque, bem como pelas valas de fundação de alguns muros posteriores, singelos elementos que comprovam um uso continuado da área do quarteirão, sem que se possa ser avaliada a natureza da sua ocupação (Martins *et al.*, 2014).

4.2.1.2 Topografia fundacional e infraestruturas

Apesar da extensão da área escavada, correspondente à totalidade do miolo de um quarteirão da cidade atual de Braga, não se logrou referenciar nenhuma das ruas da cidade romana. Na verdade, grande parte da área intervencionada reporta-se ao interior do quarteirão definido, a norte e sul, pelos decumanos D3 e D4 e, a nascente e poente, pelos cardos K7 e K8 (Fig. 101). Apenas na parte sul da área intervencionada se registam alguns vestígios que podem ser associados à topografia do decumano D4, sugerido pela presença de negativos de silhares que correspondem ao alinhamento do pórtico que terá existido no limite sul do quarteirão referido e daquele que terá sido o pórtico norte do quarteirão que se dispunha a sul daquele decumano (Martins *et al.*, 2017a). Os referidos negativos de silhares, dispostos, respetivamente, a norte (UEs012, 063 e 060) e a sul (UE008) do decumano D4,

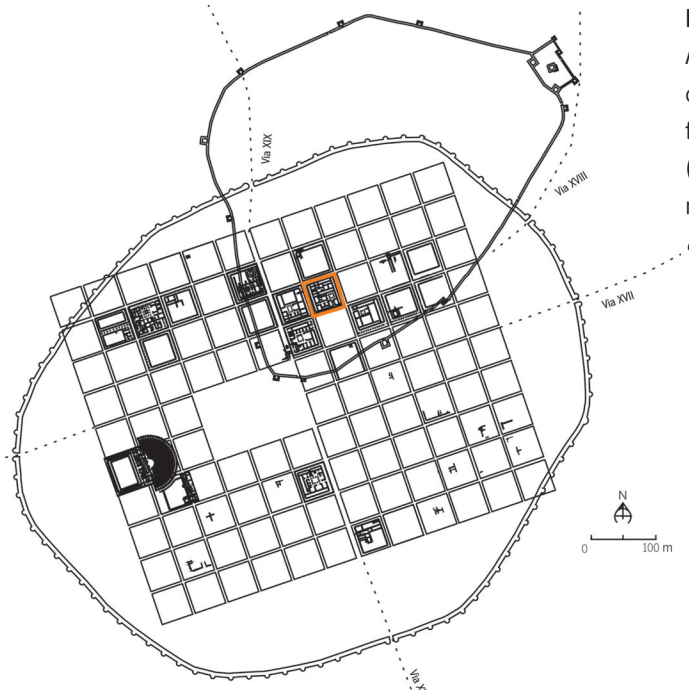
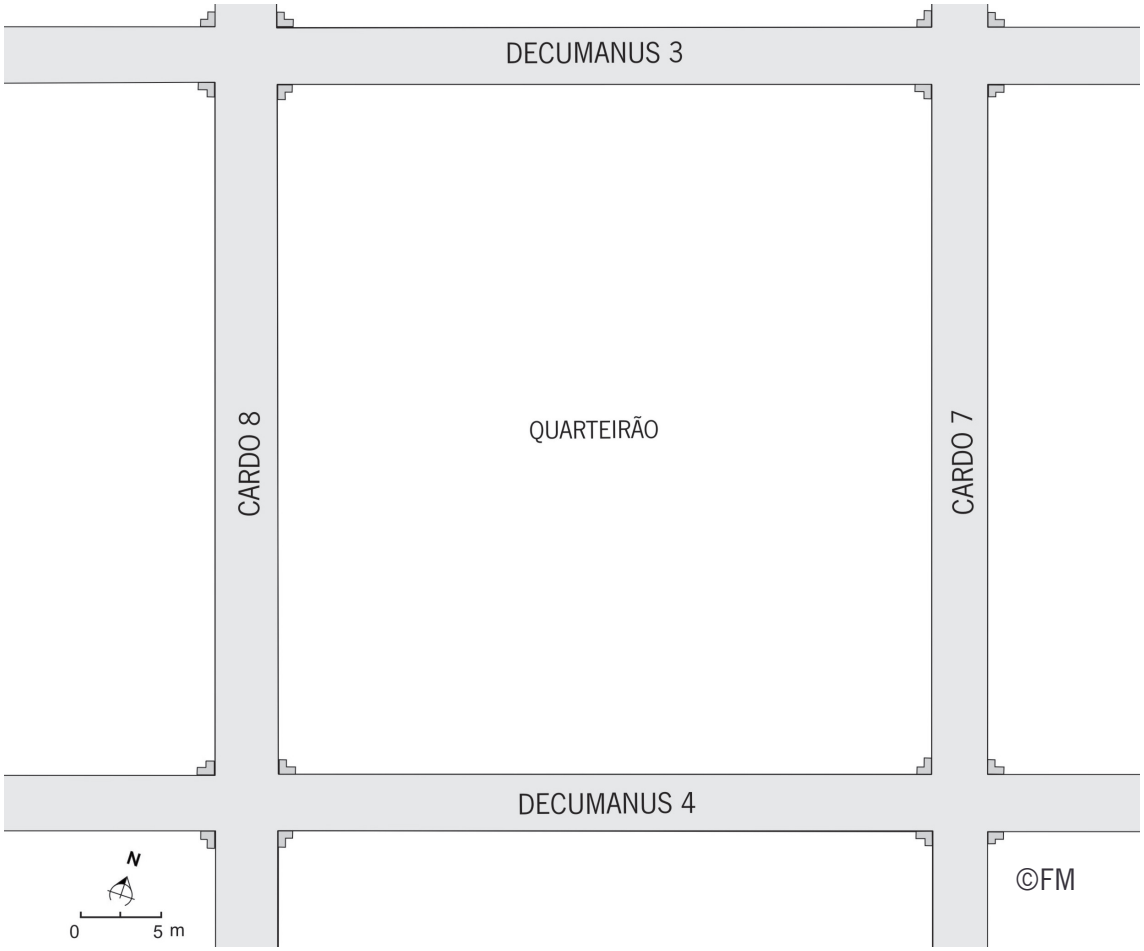


Figura 101. (Sup) Localização da ZA da rua Afonso Henriques nºs 42 a 56 na planta da cidade romana, muralha baixo imperial e muralha fernandina.
(Inf) Quarteirão da ZA da rua Afonso Henriques nºs 42 a 56 inserido na malha urbana de *Bracara Augusta*. Posicionamento do quarteirão A .



bem como outros negativos (UEs004 e 009), situados no alinhamento da fachada da construção que se terá erguido no quarteirão situado a sul do decumano D4, representam, na prática, a fossilização daquele eixo viário, cujo piso não foi detetado. Trata-se de um decumano secundário, com cerca de 12 pés de largura, valor correspondente à média deste tipo de vias, registadas noutras zonas arqueo-

lógicas.

Importante marcador da topografia fundacional da cidade parece ser a vala correspondente à UE019, que se situava no eixo central do decumano D4, que terá sido marcado no âmbito das operações cadastrais que devem ter ocorrido anteriormente aos anos de 3/2 a.C., as quais terão servido para definir a estrutura da cidade e a malha dos quarteirões (Martins *et al.*, 2017a). O desaparecimento do referido silhar, num momento que corresponde a meados do século I, em que se sinaliza o arranque da urbanização do quarteirão que nos ocupa, disposto a norte do decumano D4, parece sugerir que este tipo de solução de marcação pode ter servido para sinalizar o eixo das vias num momento inicial da vida da cidade, que deixaria de ser necessária à medida que a cidade se ia consolidando com a construção dos quarteirões. Na verdade, terá sido a estrutura dos pórticos, anexos às casas, que se implantam a partir de meados do século I, que acabarão por marcar em definitivo os limites das áreas construídas dos quarteirões e os limites das ruas.

O processo referido está documentado cronologicamente nesta zona arqueológica a pela datação dos materiais presentes no enchimento da vala do silhar que não ultrapassam os meados do século I (Ribeiro *et al.*, 2014), cronologia que é bastante compatível com as datas que assinalam a ocupação do quarteirão com duas *domus,* a que nos referiremos mais adiante.

4.2.1.3 Os vestígios de ocupação e o seu significado

O conjunto de estruturas mais antigas identificadas na escavação desta zona arqueológica pode ser datado pelos enchimentos das suas valas de fundação, ou a partir de enchimentos que as amortizaram. Trata-se de um conjunto de valas e sapatas para a implantação de silhares, estruturas negativas que foram detetadas na parte a sul da área intervencionada, representadas por recortes abertos na arena de alteração granítica. Se tivermos em conta a sua localização na planta da cidade romana e o seu posicionamento relativamente á malha dos quarteirões (Martins *et al.*, 2017), pode considerar-se que esses silhares delimitariam um decumano D5.

Assim, consideramos como integráveis nesta primeira fase de ocupação do quarteirão as valas representadas pelas UEs012, 063 e 060, que serviram para implantar silhares que se dispunham na parte norte do decumano D4 e a UE008 que definiria o limite sul da referida via, o qual poderia ter definido o alinhamento de um pórtico pertencente ao quarteirão situado a sul do decumano D4. Foram ainda identificadas duas outras valas (UEs004 e 009), que parecem definir um elemento situado no alinhamento da fachada da construção, que se será erguido no quarteirão situado a sul do decumano D4, enquanto a UE009 parece definir uma estrutura que se integrava no interior do referido quarteirão.

Nenhum dos silhares referidos se conservou, tendo sido saqueados em momentos distintos da ocupação deste setor da cidade. No entanto, julgamos de considerar que a sua implantação terá ocorrido num período próximo da fundação da cidade, destinando-se a delimitar os quarteirões. Neste contexto, merece particular destaque a vala correspondente à UE019, cujo enchimento, constituído pela UE501, forneceu abundante material cerâmico, designadamente fragmentos de cerâmica de fabrico indígena, de ânforas béticas e lusitanas e alguns fragmentos de *sigillata*, produções que apon-

tam, genericamente, para uma cronologia que não ultrapassa os meados do século I (Ribeiro *et al.*, 2014). Cabe destacar o posicionamento da referida vala, situada no eixo central do decumano D4, a qual sugere a existência de um silhar que teria servido de marcador do eixo da via, a partir do qual se terão marcado os quarteirões, o que deve ter ocorrido anteriormente aos anos de 3/2 a.C. (Martins *et al.*, 2017). O facto de o silhar ter sido removido e da sua vala de saque ter sido entulhada, com sedimentos que integravam abundante material cerâmico, cuja cronologia não ultrapassa os meados do século I, sugere que a sua função de marcador poderia ter deixado de ser necessária. A coincidência cronológica do material presente no depósito, com as atividades construtivas que parecem assinalar a urbanização pétrea do quarteirão situado a norte do decumano D4, sugere que a urbanização dos espaços dos quarteirões terá sido fundamental para garantir a fixação dos limites dos eixos viários, o que seria assegurado com a construção dos pórticos que se anexavam às ruas.

Tendo em conta os dados arqueológicos disponíveis apenas podemos valorizar as atividades construtivas que ocorreram no quarteirão norte, as quais parecem datar de meados do século I, quando aí parecem instalar-se duas *domus* (Fase II). No entanto, entende-se que a área do quarteirão em análise foi ocupada durante a 1ª metade do século I, ainda que não seja possível descrever as suas características, situação que é recorrente noutras áreas arqueológicas já avaliadas. Na verdade, para além das valas já referidas para a implantação dos silhares, apenas encontramos vestígios muito residuais de estruturas que podem ser reportadas a esta primeira fase de ocupação.

Entre as estruturas que podem ser atribuídas a esta fase e para além das fossas que podem ter servido para extração de saibro, cabe destacar uma fossa (UE369), identificada na sondagem Qd.422, que poderá corresponder à vala de implantação de um possível silhar (UE474), posteriormente cortada pela vala de fundação da parede sul de um tanque (UEs360=345), atribuível à Fase II. A referida fossa encontrava-se alinhada com uma outra identificada na sondagem Qd.423, individualizada com a UE377. Trata-se de estruturas em negativo que poderão estar associadas à utilização do interior do quarteirão, cuja funcionalidade é impossível apurar.

A esta fase podem igualmente ser atribuídos alguns enchimentos e pisos, designadamente o piso de terra batida representado pela UE126, identificado no Qd.318, que assenta num nível de enchimento sobre a rocha (UE481), piso que foi cortado para implantar a UE322 (M33) e o silhar UE516, estruturas correspondentes à Fase II.

4.2.2 Fase II. A urbanização dos meados do século I

4.2.2.1 Descrição geral

A Fase II identificada nesta zona arqueológica pode ser balizada em meados do século I, caracterizando-se pela construção e ocupação de duas *domus,* que ocupavam o quarteirão localizado entre os decumanos D3 e D4 e os cardos K8 e K7 (Martins *et al.,* 2017a). Para a cronologia sugerida, sobretudo no que respeita à baliza inferior, apontam os materiais presentes nalgumas valas de fundação dos muros atribuídos a esta fase, bem como outros procedentes de enchimentos sobre a rocha, destinados a regularizar o terreno para assentamento de pisos. Esta cronologia é igualmente sugerida pelos materiais presentes nos enchimentos das valas de saque de estruturas que atribuímos ao pe-

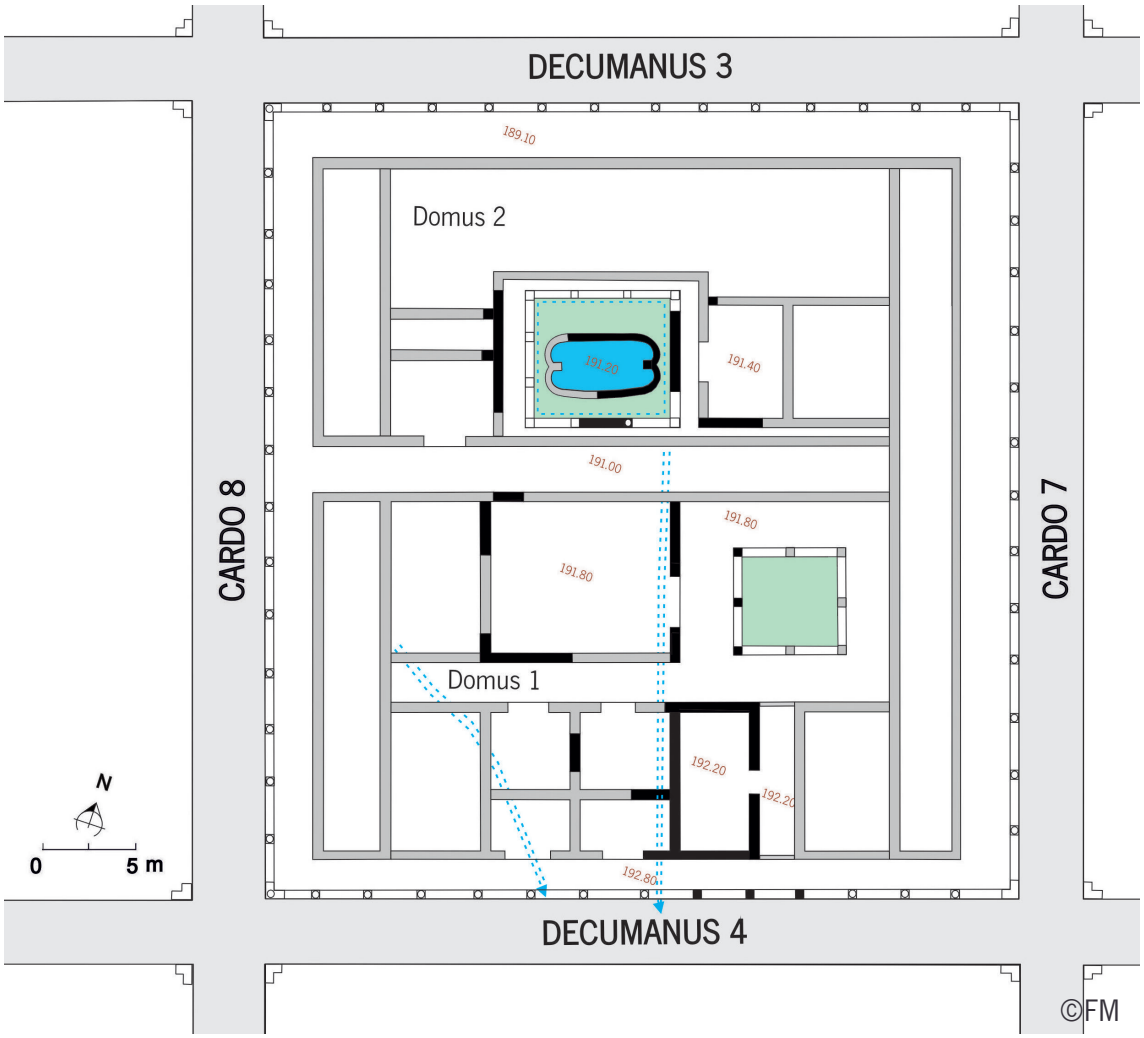


Figura 102. Planta das *domus* 1 e 2 com as cotas de cada compartimento.

ríodo anterior, datáveis da 1ª metade do século I, o que sugere que a partir de meados da primeira centúria terá sido edificado o quarteirão situado a norte do decumano D4.

São vários os muros identificados no quarteirão em análise que podemos seguramente integrar nesta fase, muito embora existam evidências de outros que foram totalmente saqueados em remodelações posteriores, representados por recortes na arena de alteração granítica. Todavia, importa ter em conta que a reutilização da área do quarteirão para implantar umas termas públicas, em meados do século II, terá sido responsável pelo desaparecimento de vários indicadores construtivos desta fase de ocupação do quarteirão.

Muito embora os primeiros estudos realizados sobre esta zona arqueológica tenham sugerido a existência de uma única *domus,* que teria sido construída nesta fase (Cunha *et al.*, 2014; Martins *et al.*, 2014), estamos hoje convictos de que, na verdade, devem ter existido duas casas, distribuídas por dois lotes contíguos, dispostos no sentido N/S, que corresponderiam a duas plataformas distintas, que dedignaremos, a partir de agora, como *domus* 1, a sul e *domus* 2, a norte. Em ambos os casos estamos perante casas de peristilo, não sendo conhecidos os seus limites exatos, nem a poente, nem a nascente. No caso da *domus* 2, desconhecem-se também os limites do edifício a norte.

A *domus* 1 estaria definida a sul por um potente muro perimetral (UE022=M4), a sul do qual se desenhava um pórtico em que se integravam dois silhares quadrados (UE498 e UE060). No muro perimetral rasgava-se uma abertura limitada pelo silhar correspondente à UE040, o qual define uma entrada a partir do pórtico, dando acesso a um corredor de circulação que conectava a entrada com uma área aberta da *domus,* onde julgamos poder situar o peristilo. A poente do corredor situava-se um compartimento retangular (UEs 041, 136, 137 e 022), cujo acesso se poderia fazer a partir do corredor, através da parede nascente (UE041), ou da parede norte (UE136) (Fig. 103). Contíguos a este compartimento e separados por uma parede (UE064), julgamos poderem existir dois compartimentos mais pequenos, que desempenhariam funções distintas. Assim, o compartimento situado a sul poderia constituir uma das lojas que se rasgariam na fachada sul da casa, enquanto aquele que se situava a norte pode ser interpretado como *cubiculum*, sendo acessível a partir de um corredor de circulação, que se disporia a norte, o qual funcionava como eixo distribuidor para os compartimentos que se situavam na parte poente da casa. Na parte nascente da casa existiria um peristilo, sugerido por um conjunto de valas de implantação de silhares, que terão sido saqueados aquando da construção do balneário, na fase seguinte, tendo alguns sido reaproveitados (UEs271, 178, 192).

4.2.2.2 A *domus* 1

A *domus* 1estaria definida a sul por um potente muro perimetral, com cerca de 0.60m de largura, identificado com a UE022 (M4), com orientação E/O, que definia a fachada do edifício. O seu alinhamento corresponde ao limite da área construída do quarteirão, dispondo de uma abertura, limitada por um silhar (UE040), sendo plausível que a ombreira nascente fosse formalizada por um silhar desaparecido, no alinhamento de um outro (UE482), que limitava um murete, estrutura que poderá, pela sua configuração e posicionamento, corresponder a um degrau interior anexo à entrada no edifício. Esse degrau permitiria vencer o desnível entre a cota de circulação do pórtico de (112.70m) e a cota de circulação do interior da casa, que se situaria aproximadamente a 192.20m (Fig.102).

A entrada a partir do pórtico sul daria acesso a um corredor de circulação que seria limitado a poente pela parede nascente do compartimento (UE041), delimitado nos restantes lados pelas UEs 136, 137 e UE022 (Fig. 103). Trata-se de um compartimento retangular (P1), com 7.5 m de comprimento, por 3.9 m de largura, que, dada a sua proximidade com a entrada e a sua relação com o corredor de acesso ao peristilo, através de passagem na parede nascente (UE041) poderia ter funcionado como *tablinum.* A poente deste compartimento existiriam dois espaços, separados pela UE064. O compartimento a sul desempenharia as funções de loja (T1), sendo acessível através do pórtico sul, enquanto o espaço situado a norte deveria ter construído um *cubiculum* da casa (P2). Os dois compartimentos estariam delimitados a poente pelo muro correspondente à UE077, o último que podemos apontar para a parte sul e poente da casa. A norte dos compartimentos P1 e P2, parece desenhar-se um corredor com cerca de 2.90m de largura, que seria limitado a norte pelo muro correspondente à UE130, que presumimos articulado com um possível espaço de representação (P3), que deveria ter entrada a partir do peristilo. Desconhecem-se, contudo, as suas dimensões exatas, ainda que o seu limite nascente pudesse corresponder à parede identificada com a UE162 e o limite norte

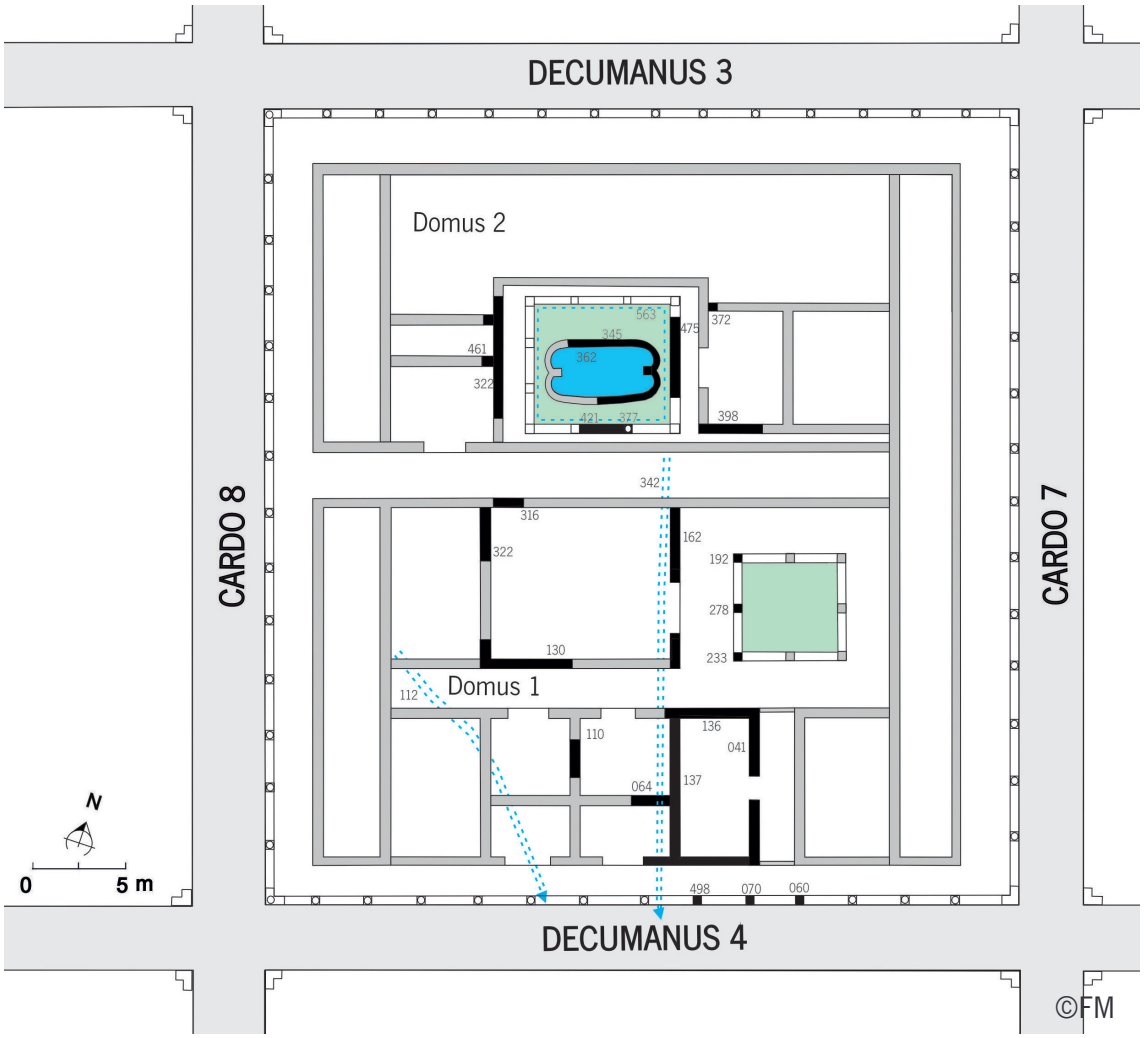


Figura 103. Planta das *domus* 1 e 2 com as unidades estratigráficas das estruturas.

pudesse estar definido pelo muro referenciado com a UE316. Considerando estes dois limites para o espaço P3 oferecia 8.5m no sentido N/S (Fig. 105).

No alinhamento da entrada da casa presumimos que existiria um peristilo, sugerido por um conjunto de valas de implantação de silhares, que terão sido saqueados aquando da construção do balneário. No entanto, é impossível estabelecer com segurança o número de silhares que definiria os limites da área aberta do peristilo, o mesmo significando que não é possível avaliar com rigor a dimensão do peristilo e a área ocupada no conjunto da casa.

Tendo em conta a cota a que se distribuem os compartimentos que identificamos com a *domus* 1, em torno dos 192.20m e aquela que encontramos nos espaços situados a norte do muro identificado com a UE316, correspondente a cerca de 190.10m, julgamos que este assegurava do desnível de 2m entre duas plataformas, ocupadas por duas casas distintas.

4.2.2.3 A *domus* 2

São poucos os dados que dispomos sobre a parte norte do quarteirão, onde julgamos que se terá implantado uma *domus* de peristilo, construída a partir de meados do século I. A casa seria

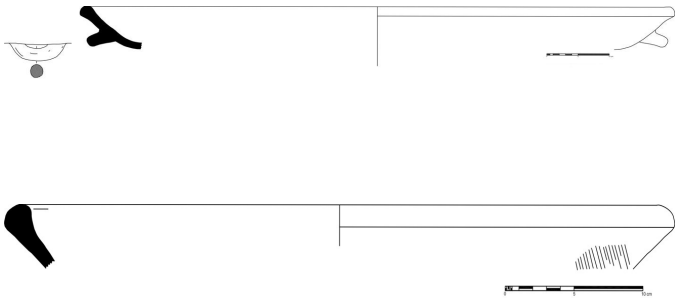


Figura 104. Duas frigideiras em cerâmica de tradição indígena, datadas entre 16/15 a.C a meados do século I (Ribeiro, *et al.*, 2013:487). Esta cerâmica foi identificada na fundação do tanque que adorna o espaço aberto da *domus* 2, associada à fase II desta zona arqueológica. Os materiais presentes neste momento construtivo resultam de saques da fase I, daí a predominância de cerâmica de tradição indígena.

delimitada a sul pela parede que correspondia à UE316, que estabelecia a divisória entre as *domus*1 e 2. Tendo em conta os dados disponíveis sobre as paredes interiores da construção é possível considerar a existência de um corredor situado a norte da UE316, o qual poderia articular-se com possíveis entradas na casa, dispostas nos extremos nascente e poente.

O elemento mais estruturante que possuímos desta *domus* corresponde ao seu espaço central, que estaria ocupado por um peristilo cuja morfologia podemos reconhecer a partir de um conjunto de evidências que sugerem a existência de um tanque, que seria certamente revestido com tesselas, o qual terá sido reaproveitado na estrutura do balneário que se instalou neste espaço em meados do século II. Para esta interpretação contribuem as características do muro que foi identificado com a UE412, que se apresentava muito arrasado, revelando apenas uma face, estando associado a dois silhares, que sugerem uma estrutura de sustentação de um pórtico.

Apesar desta área ter sido bastante alterada com as reformas do espaço que tiveram lugar no período antonino, é possível atribuir a esta fase um muro que identificámos com a UE475, reaproveitado no período seguinte, o qual poderia corresponder ao limite leste do peristilo. Seguramente a esta fase pertencia também uma canalização (C11), da qual se conservou apenas uma parte disposta a norte, cujas características sugerem que captaria a água dos telhados que confluíam para este espaço aberto da casa. Assumindo que o limite poente do peristilo correspondia à parede definida pela UE322 e que o limite do pórtico seria neste local definido pela UE463, podemos imaginar que nos lados poente e nascente o *ambulacrum* do peristilo seria bastante estreito, apenas com cerca de 1.5m de profundidade (Fig. 103)..

Estamos em presença de um peristilo quadrado, cuja área aberta teria cerca de 7.40m de lado, onde se implantava um tanque, definido por um muro construído em opus laterício (UE345=360). Não conhecemos a profundidade exata do tanque mas sabemos que possuía um pavimento de *opus signinim*, que seria certamente revestido de tesselas, cuja cota se situava a cerca de 191.20m.

No lado da casa que se situava a nascente do peristilo dispõe-se dois muros (UE398 e UE372) que configuram a existência de um compartimento, cujas características nesta fase são difíceis de avaliar, uma vez que ambos os muros foram integrados nas termas antoninas que foram construídas no local na Fase II. Já a poente do peristilo dispunham-se, pelo menos, dois compartimentos (P1 e P2). O espaço P1 está limitado a nascente pela parede de fecho do peristilo (UE322) e a norte pelo muro correspondente à UE465, a qual definiria a parte sul do compartimento P2, cuja forma é impos-

sível de restituir (Fig. 106).

4.2.2.4 Estruturas hidráulicas

As estruturas associadas ao sistema hidráulico desta fase são em número reduzido e encontram-se muito arrasadas, fazendo-se representar por canalizações de drenagem. Uma delas, corresponde à canalização CAN6, que pela sua localização sugere que poderia drenar a água do canal que escoaria a água do telhado do peristilo. Trata-se de uma estrutura em caixa, muito destruída, que conserva apenas o lastro, composto por tijoleiras (UE342) e alguns blocos das paredes (UE392).

A sul do muro representado pela UE022 corria uma canalização (UE039), que conduziria a água do interior da casa para o decumano D4, que seria recolhida no canal que deveria correr ao longo do pórtico, drenando de nascente para poente, em direção à cloaca que circulava sob o cardo máximo.

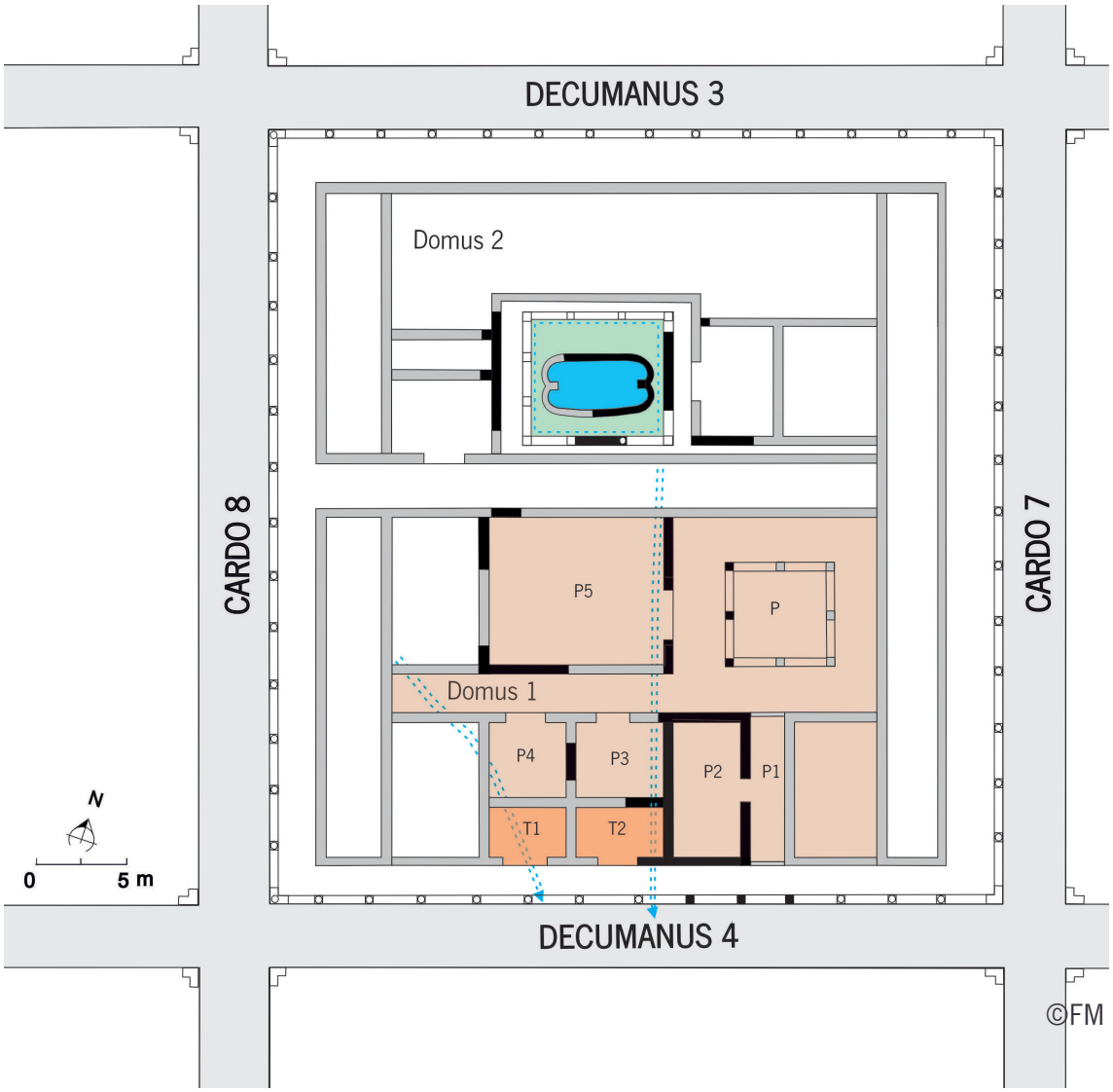


Figura 105. Planta da *domus* 1 com a delimitação da área do peristilo e das *tabernae* rasgadas na fachada sul.

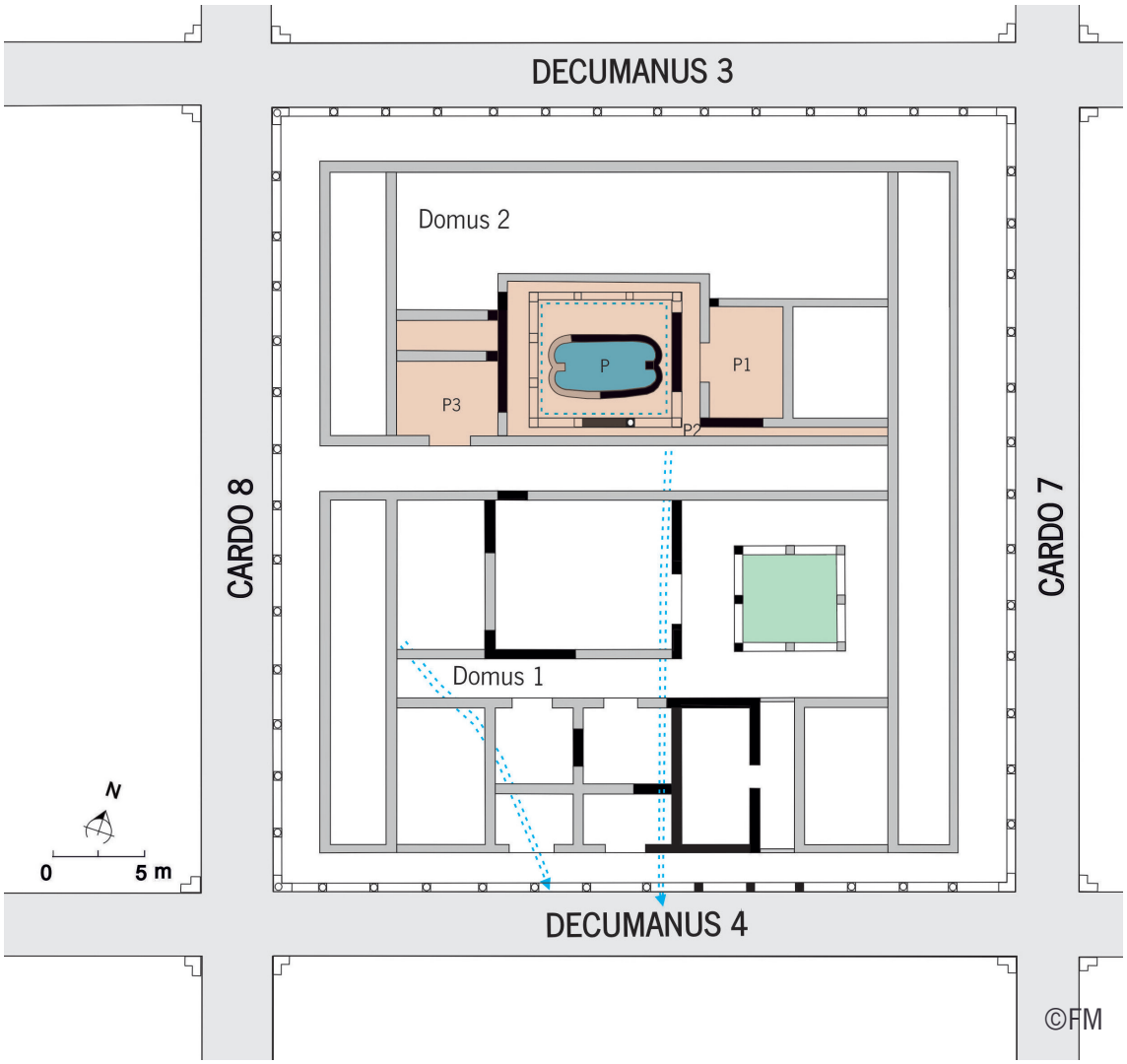


Figura 106. Planta da *domus* 2 com a delimitação da área do peristilo.



Figura 107. Tanque que decorava a parte central do peristilo da *domus* 2 ©GACMB.

Figura 109. Pormenor da canalização UE342. Esta estrutura drenava as águas do peristilo da *domus* 2 para uma conduta que corria ao longo do *decumanus* 4 ©GACMB.





Figura 108. Canalização UE563. Esta estrutura contornava o peristilo e recolhia as águas do telhado ligando provavelmente com a UE342 que conduzia as águas para fora da *domus* 2 ©GACMB.

5 A Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital

5.1 Historiografia

5.1.1 Caracterização da área escavada

A área designada por "Zona arqueológica do Ex Albergue Distrital" corresponde aos terrenos do logradouro do antigo Albergue Distrital, que eram circundados, até 1997, por um muro que corria paralelo à Rua Frei Caetano Brandão, situada a oeste. Os referidos terrenos eram limitados, a sul, pela Rua de São Paulo e a norte por um prédio urbano. A nascente o referido logradouro confrontava com as traseiras do edifício conhecido como 'Casa Grande de Santo António das Travessas', de origem medieval, o qual funcionou como Albergue Distrital, entre 1941 e os anos 70 do século XX, nome pelo qual ficou conhecida a zona arqueológica.

O posicionamento desta zona arqueológica relativamente à malha urbana da cidade romana (Martins *et al.*, 2017a) permite situá-la a nordeste do *forum*, de onde saía o cardo máximo da cidade de *Bracara Augusta*, identificado nas escavações da área em análise. Foram também as escavações que permitiram referenciar que o logradouro da 'Casa Grande de Santo António das Travessas' se constituiu na Baixa Idade Média, com a construção daquele edifício, que funcionou como Sinagoga durante cerca de 30 anos, entre 1466/67 e 1496. Esta utilização, referida nas fontes escritas, possui uma comprovação epigráfica, testemunhada por uma inscrição em hebraico (Oliveira 1982a:167-168), gravada numa das pedras que formalizava uma porta em arco quebrado, que se integrava no piso térreo do edifício (Lemos e Leite, 2000: 29).

Entre os séculos XVI e XX a 'Casa Grande de Santo António das Travessas' voltou a funcionar como residência, sendo possível estimar, com base nas fontes iconográficas, que o seu logradouro não conheceu alterações significativas, mantendo-se a sua cerca paralela à medieval rua Verde, posteriormente designada por rua do Couto do Arvoredo, que fossilizaram o tramo norte do cardo máximo da cidade romana. Aquele eixo viário viria a ser cortado na segunda metade do século XIX com a abertura da rua Frei Caetano Brandão, rasgada mais a poente, o que implicou a construção do um novo muro de contenção das terras do logradouro, até 1997. A anterior rua do Couto do Arvoredo, anterior rua Verde, bem como as estruturas associadas da época moderna, entraram em processo sedimentar ao serem cobertas por uma espessa camada de terra, que regularizou o terreno do logradouro e o ampliou para oeste, tendo este continuado a ter uma vocação iminentemente agrícola, conforme foi testemunhado nas escavações. Aquando do desmonte do muro poente e sul do logradouro foi possível detetar elementos arquitetónicos da época romana e silhares da muralha medieval, que passava nas proximidades desta zona arqueológica, a qual terá sido desmontada aquando da abertura da rua Frei Caetano Brandão.

A 'Casa Grande de Santo António das Travessas' foi vendida ao Estado em 1941, tendo então passado a ser utilizada como Albergue Distrital, funcionalidade que se manteve até aos anos 70 do século XX, altura em que terá ficado devoluta. Na sequência da instalação da Universidade do Minho no Paço Arquiepiscopal, onde se encontravam guardadas as coleções do Museu D. Diogo de Sousa, desde 1918, e após a revitalização daquele museu, em 1980, pensou-se que

aquele edifício poderia funcionar para a instalação dos serviços daquele museu, tendo mesmo parte do seu acervo pétreo sido armazenados no seu piso térreo. Foi a hipótese de aí se instalar o Museu D. Diogo de Sousa que determinou a realização, em 1982, das primeiras sondagens arqueológicas nos terrenos do logradouro, da responsabilidade da UAUM, tendo em vista verificar a sua potencialidade arqueológica. O logradouro era então ocupado como horta e pomar, utilização que certamente mantinha desde a Baixa Idade Média, quando foi formalizado pela construção do grande muro de suporte que acompanhava a rua Verde, bem visível no Mapa de Braga de Georg Braun, de 1597 (Fig. 110).

Apesar do carácter limitado das sondagens efetuadas em 1982, que foram implantadas na área anexa às escadas que, da rua Frei Caetano Brandão, permitiam o acesso ao logradouro, foi possível reconhecer uma elevada potencialidade arqueológica do terreno, circunstância que, associada às limitações estruturais do edifício e ao carácter acanhado dos seus espaços, acabaram por determinar a desistência da ideia de instalar o Museu D. Diogo de Sousa nesse local.

O edifício da 'Casa Grande', cuja fachada possuía valor arquitetónico, que pode ser atestado pela representação da sua fachada no 'Mapa das Ruas de Braga', datado de 1750, mantinha-se então razoavelmente bem preservado, razão que justificou a sua classificação como Imóvel de interesse público, em 1982 (Fig. 11). Ainda nos anos 80 do século XX o edifício viria a ser pensado para albergar a sede do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, facto que determinou a realização de obras de recuperação do imóvel, em 1987, por parte da DGEMN, as quais nunca foram concluídas. Um vez abandonado este projeto, uma nova proposta de utilização para a 'Casa Grande' e logradouro anexo viria a ser sugerida, nos inícios dos anos 90 do século XX, desta feita relacionada com a sua adaptação a biblioteca de leitura pública. Esta proposta determinou a realização de novas sondagens arqueológicas no logradouro, as quais viriam a abranger a totalidade do terreno, uma vez que o equipamento pensado para o local exigia a construção de uma cave.

5.1.2 Historial dos trabalhos de escavação

Os terrenos situados no logradouro do antigo Albergue Distrital, também conhecido por 'Casa Grande da Rua de Santo António das Travessas' (Lemos e Leite, 2000:17a), foram objeto de amplos trabalhos arqueológicos realizados pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em diferentes momentos do século XX, os quais tiveram sempre por objetivo a minimização de impactos, resultantes da intenção de aí instalar, primeiro, o Museu D. Diogo de Sousa, nos início dos anos 80, facto que justificou a realização das primeiras sondagens, em 1982 e, posteriormente, uma biblioteca, na década de 90, que determinou a realização de novas sondagens em 1992 e a posterior escavação integral da área de implantação do imóvel.

A área intervencionada cobriu cerca de 1050m^2, correspondendo à totalidade do logradouro da 'Casa Grande', constituindo uma das mais extensas intervenções da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho em terrenos onde a cidade romana viria a ser sobreposta pela cidade medieval, moderna e contemporânea. Esse logradouro manteve-se praticamente inalterado até à primeira metade do século XIX, quando a abertura da rua Frei Caetano Brandão arrasou a traça da

medieval Rua Verde, que fossilizava o cardo máximo da cidade romana (Martins e Ribeiro, 2013), designada por rua Couto do Arvoredo na iconografia setecentista (Ribeiro, 2008). O logradouro, tal como a artéria medieval e moderna que se sucede ao eixo romano, encontram-se representados no Mapa de Braga de Georg Braun, datado de 1597 e no 'Mapa das Ruas de Braga', datado de 1750, aparecendo o eixo viário já designado como rua do Couto do Arvoredo (Figs. 110 e 111).

Assim, sabemos que a área escavada nunca foi urbanizada, tendo-se mantido como espaço agrícola até à época contemporânea, constituindo uma área periférica das cidades medieval e moderna. Estas características puderam ser testemunhadas pelas escavações arqueológicas que permitiram identificar vestígios da rua Verde, posteriormente designada por rua do Couto do Arvoredo, mais estreita que a original rua romana que lhe deu origem, tendo igualmente sido detetados vestígios dispersos das épocas medieval e moderna, que documentam o carácter eminentemente rural do logradouro (Lemos e Leite, 2000; Martins e Ribeiro, 2013).

As escavações, entre sondagens, desmontes de estruturas e acompanhamentos, cobriram uma área de cerca de 700m^2, tendo sido desenvolvidas ao longo de cinco campanhas de escavação.

A primeira campanha de escavações (BRA82MDS) foi dirigida por Alexandra Gaspar e teve lugar nos inícios da década de 80 do século XX, quando se pensou instalar no local o Museu D. Diogo de Sousa (Lemos e Leite, 2000:17). A intervenção consistiu na abertura de 3 sondagens (A0, A1 e B0) de 4x4m, inseridas numa malha de quadrados de 5x5m, tendo sido deixada uma banqueta de 1m entre as áreas escavadas (Fig. 112). As sondagens foram implantadas nas proximidades do muro do logradouro disposto a poente e de umas escadas que permitiam a ele aceder a partir da rua Frei Caetano Brandão. Apesar do carácter limitado dos trabalhos foi possível reconhecer uma elevada potencialidade arqueológica do terreno, o que viria a determinar o abandono do projeto, tendo as escavações sido suspensas durante cerca de 10 anos.

A segunda campanha teve lugar já na década de 90 do século XX (BRA92ALB), sob responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, tendo contado com a direção científica de Francisco Sande Lemos e José Manuel Freitas Leite. Os trabalhos decorreram no contexto da avaliação de impactos da adaptação do local ao edifício de uma biblioteca, projeto da responsabilidade da Universidade do Minho, em colaboração com a Câmara Municipal de Braga. No âmbito desta segunda campanha, realizada em 1992, e face aos objetivos da mesma, de informar o novo projeto de utilização daquele espaço, desenhou-se uma nova estratégia de escavação e registo (Fig. 113). Esta estratégia passou pela montagem de uma quadrícula georreferenciada 4x4 m, extensível a todo o terreno, que permitiu que as sondagens passassem a ser identificadas por letras e números, sistema que viria a ser usado nas campanhas subsequentes de 1995, 1996 e 1997 (Figs. 114 e 115). A estratégia de escavação passou igualmente pela abertura de sondagens em quadrados alternados, a fim de potenciar a obtenção da máxima informação e de registos estratigráficos. Nesta segunda campanha foram escavadas cerca de 10 sondagens, tendo sido identificada uma imponente cloaca romana, que viria a ser conservada *in situ*, verificando-se, contudo, que o solo do logradouro tinha sido profundamente remexido ao longo dos tempos (Lemos

e Leite, 2000:17).

A terceira campanha de escavações (BRA95ALB) foi realizada três anos depois, em 1995, sob responsabilidade de Francisco Sande Lemos, José Manuel Freitas Leite e Manuela Martins. Ao longo dos trabalhos arqueológicos de 1995 foram escavadas mais 10 sondagens, tendo-se verificado que no canto sudoeste existia um conjunto de embasamentos de pilares, que correspondia à estrutura do pórtico de uma *domus* que, pela sua relevância arquitetónica, viriam a ser conservados *in situ* e parcialmente integrados no edifício da biblioteca aí construída (Lemos e Leite, 2000).

A quarta campanha, igualmente sob responsabilidade de Francisco Sande Lemos, José Manuel Freitas Leite e Manuela Martins, ocorreu durante todo o ano de 1996. (BRA96ALB). Foi a campanha mais extensa, tendo sido intervencionadas 33 sondagens. Os trabalhos permitiram detetar vários muros de diferente cronologia, que viriam a ser interpretados como correspondendo a uma casa romana, que se situava a nascente do cardo máximo (cardo K9). Assim, até ao final do ano de 1996 tinha sido escavada a quase totalidade da área do logradouro, tendo-se respeitado um corredor de segurança de 1m ao longo do muro de contenção de terras que circundava o recinto a oeste e a sul.

Finalmente, a quinta campanha de escavações teve lugar no ano de 1997 (BRA97 ALB), sob responsabilidade de Francisco Sande Lemos, Manuela Martins e Rute Silva. Nesta última campanha foram realizadas escavações na zona sul do logradouro e num terreno situado a leste, tendo-se igualmente acompanhado a demolição do grande muro que cercava o logradouro e a desmontagem de seis metros de cloaca (Lemos e Leite, 2000:18).

5.1.3 Interpretação cronológica e fases construtivas

O conjunto de vestígios que foram exumados na 'Zona arqueológica do Ex Albergue Distrital' representa um significativo contributo para o conhecimento da estrutura urbana e da arquitetura de *Bracara Augusta*, mas também para a compreensão do processo evolutivo da ocupação dos quarteirões residenciais da cidade romana até à Antiguidade Tardia. Tal como acontece nas zonas arqueológicas já analisadas, as ruínas descobertas configuram uma área arqueológica complexa, pois os edificados foram sendo sucessivamente remodelados, até ao seu abandono definitivo, certamente em data posterior ao século VII, tendo sido igualmente profundamente saqueados para obtenção de pedra, fazendo-se, por vezes assinalar por sapatas, ou valas onde corriam os muros. Também aqui se verifica que os muros datáveis da Antiguidade Tardia oferecem um carácter fruste, sobrepondo-se aos pavimentos das anteriores áreas construídas, não possuindo quaisquer valas de fundação, o que dificulta a sua interpretação.

A longa sequência de ocupação registada nesta zona arqueológica, bem como o enorme acervo de materiais que foi exumado, dificultaram a interpretação das fases de ocupação mais antigas, tal como das mais tardias, para a qual muito contribuíram os estudos do espólio que foram sendo realizados desde a conclusão das escavações, em 1997, os quais foram fundamentais para datar as fases construtivas. Assim, merecem destaque os contributos de Manuela Delgado, de Rui Morais, que estudou as ânforas, a *sigillata* alto-imperial e as lucernas (Morais, 2005), bem como



Figura 110. Pormenor do Mapa de Braga de Georg Braun, de 1597 com a representação do grande muro de suporte que acompanhava a Rua Verde ©UAUM. Este muro definia o logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas desde a Baixa Idade Média, utilizado como horta e pomar.

a *sigillata* tardia, de Alexandra Gaspar, que estudou os materiais tardo antigos (Gaspar, 2000), trabalho continuado por Raquel Martinez Peñin entre 2013 e 2016 e de Mário Cruz, responsável pelo estudo dos vidros (Cruz, 2009). Refira-se igualmente os contributos de Jorge Ribeiro sobre os aspetos construtivos (Ribeiro, 2010) e de Hélder Teixeira (2012), dedicados ao sistema hidráulico.

A interpretação arquitetónica do edificado foi ensaiada por vários autores (Ribeiro 2008; Magalhães, 2010; Magalhães *et al.*, 2017b), tendo sido sistematizada por Ana Catarina Torres, no âmbito da sua tese de Mestrado, defendida, em 2014, na Universidade do Minho (Torres, 2014).

Nesta zona arqueológica foram identificados quatro grandes momentos de ocupação, correspondentes, respetivamente, à época romana, Antiguidade Tardia, período medieval e à época contemporânea. Particularmente interessantes para este trabalho são as três fases correspondentes á época romana, que definem a ocupação inicial desta área da cidade.

Tendo por base o cruzamento dos dados construtivos e sedimentares é possível definir um primeiro momento de ocupação (Fase I) balizado entre a época fundacional e o período flávio. Os vestígios construtivos atribuíveis a este período estão basicamente relacionados com o eixo viário, que se presume corresponder ao cardo máximo (K9), sob o qual foi construída uma cloaca, datável do período entre Cláudio e Nero. Trata-se do evento construtivo mais expressivo desta fase de ocupação, sendo de destacar que o mesmo deve assinalar preocupações urbanísticas com a drenagem das águas sujas e pluviais, o que pode relacionar-se com o arranque da urbanização dos quarteirões limítrofes da rua. No entanto, os vestígios conhecidos desses quarteirões reportam-se

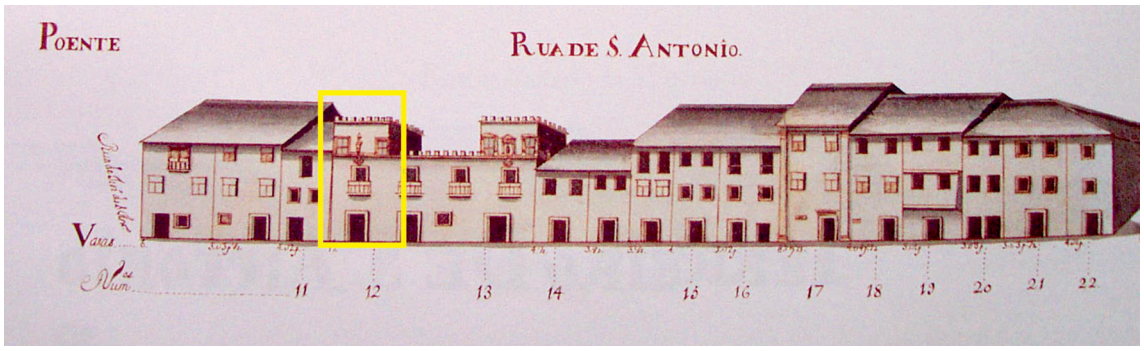


Figura 111. Representação da fachada da Casa Grande de Santo António das Travessas no Mapa das ruas de Braga, de 1750 ©UAUM. Segundo o 1º Livro do Tombo do Cabido no número 12 foi instalada uma sinagoga para comunidade de judeus (Ribeiro,2008:425).

já à época flávia, não sendo possível definir com clareza o tipo de construções que terão ocupado os terrenos limítrofes da rua, anteriormente à sua urbanização flávia. Apesar disso, os dados facultados pelos materiais arqueológicos, presentes em valas de fundação dos muros datados da época flávia e em valas de extração de saibro, parecem apontar para uma ocupação continuada ao longo do século I do quarteirão que se situava a nascente do cardo K9. Esses materiais, documentam inequivocamente que os terrenos correspondentes ao quarteirão terão sido objeto de atividades, designadamente de carácter artesanal e residencial, ainda que as estruturas que as albergariam tenham sido, aparentemente, completamente arrasadas.

A fase seguinte (Fase II) está representada pela construção de uma *domus*, que presumivelmente terá ocupado a totalidade do quarteirão situado a nascente da rua (A), da qual se conhece apenas a parte poente, delimitada por pórticos, tendo sido referenciados três dos muros perimetrais da casa, o que demonstra estarmos em presença de uma sólida habitação, que dispunha de lojas abertas ao pórtico, pelo menos nas suas fachadas poente e sul. Os materiais presentes nas valas de fundação dos muros que compõem as fachadas e os compartimentos de alguns espaços da habitação apontam para uma cronologia construtiva datada da época flávia. A esta época se reporta igualmente o porticado envolvente da casa, bem preservado a norte e poente. O pórtico que foi encontrado a poente do cardo K9 e que se associava ao quarteirão B datará também desta fase.

A última fase de ocupação romana (Fase III) corresponde ao século IV e resulta de uma reforma que podemos datar entre finais do século III/inícios do IV, ainda que os dados disponíveis para a caracterizar sejam escassos.

Os muros pertencentes e este período oferecem um tipo de aparelho irregular, com interstícios colmatados por inúmeros fragmentos cerâmicos, exibindo características semelhantes aos muros com a mesma cronologia conhecidos nas termas do Alto da Cividade (Martins, 2005). Outro elemento indicativo a ter em conta para a datação desta fase reporta-se à cronologia dos materiais presentes, tanto nos enchimentos das valas de fundação de alguns muros novos, como em enchimentos associados, com destaque para uma ânfora inteira, do tipo Beltrán 72, variante B, datável entre o século III e os meados do século IV, bem como vários fragmentos de peças em vidro. Entre eles refira-se uma taça ampla de bordo em aba oblíqua, datável de finais século I d.C.

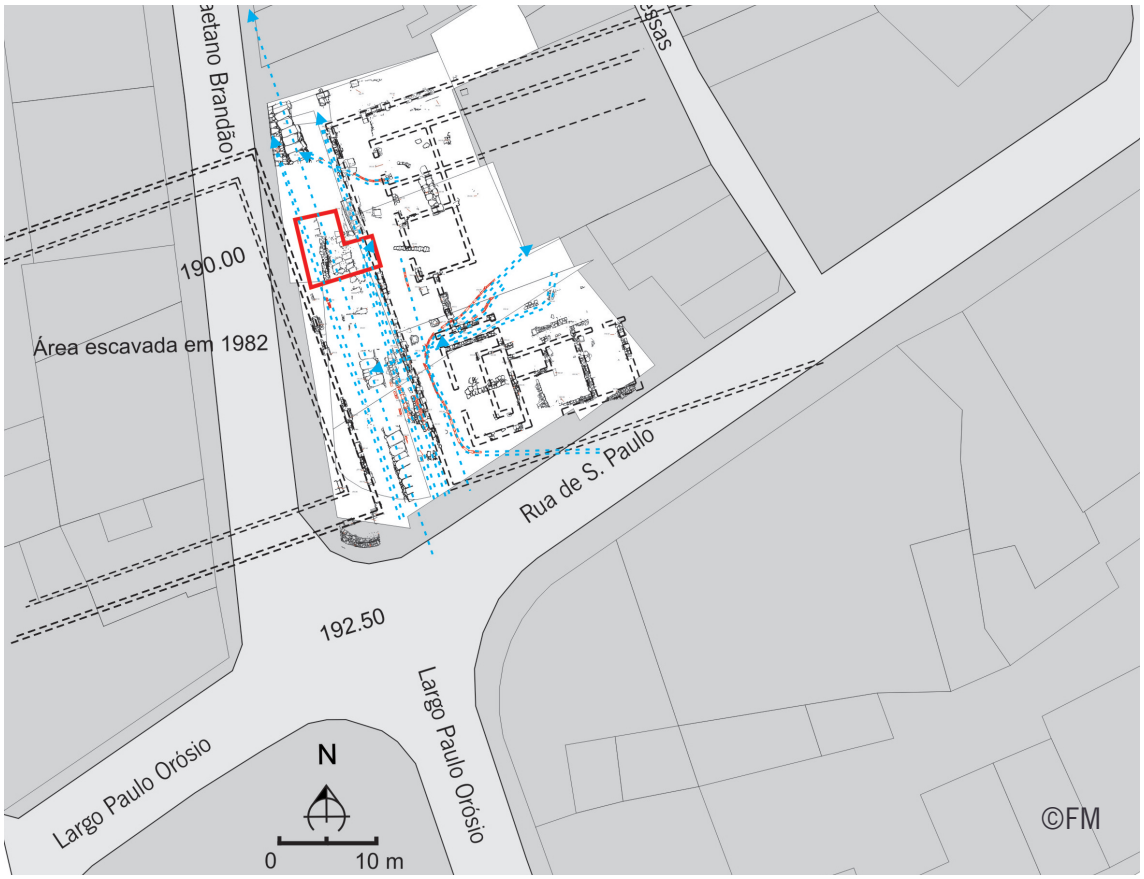


Figura 112. Planta ZA do Ex Albergue Distrital com a delimitação da área escavada em 1982.



Figura 113. Planta ZA do Ex Albergue Distrital com a definição da área intervencionada em 1992.

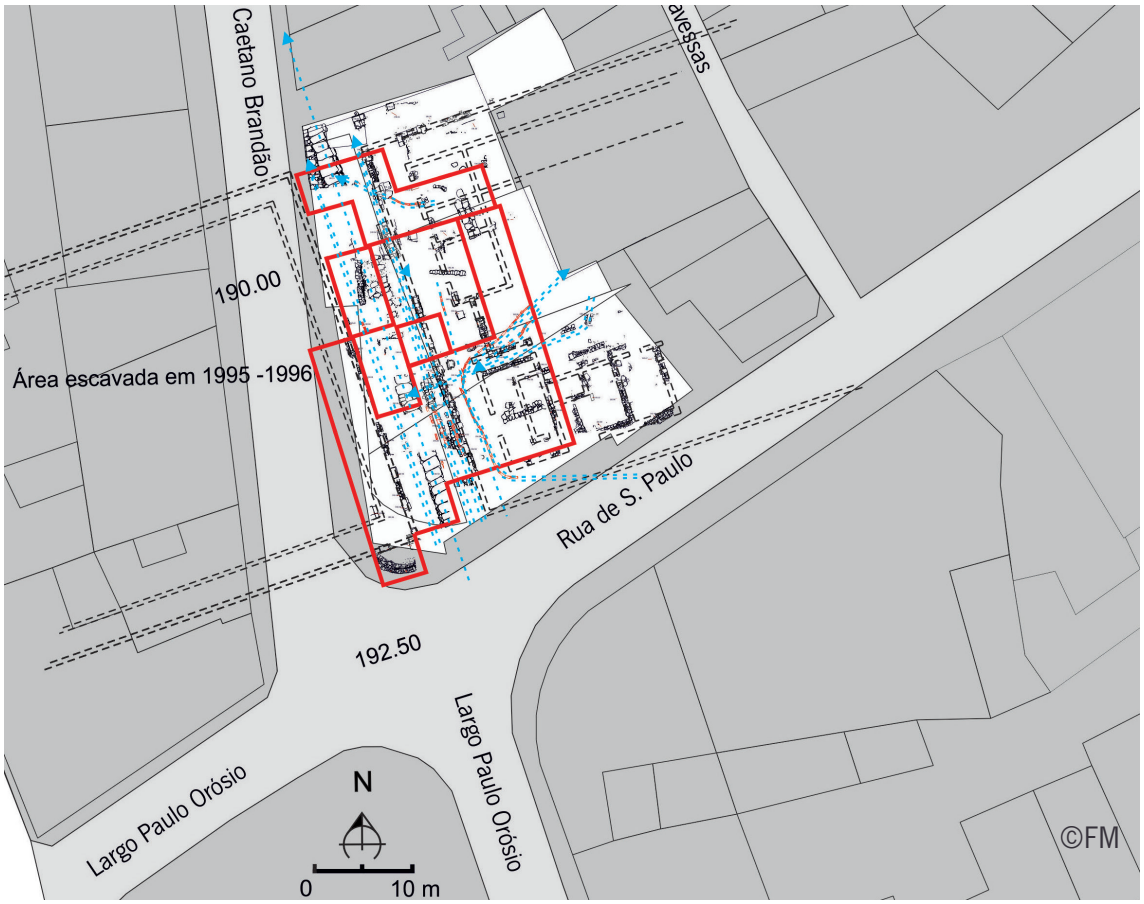


Figura 114. Planta ZA do Ex Albergue Distrital com a delimitação da área escavada entre 1995 e 1996.

a meados do século III, ou ainda século IV, o jarro de bocal afunilado, datado entre finais do século III e o século IV e ainda a taça arqueada funda, com decoração por gravação, com uma cronologia entre as décadas de 40 a 80 do século IV (Magalhães, 2010:70).

Esta fase assinala uma característica já documentada noutros locais da cidade romana associada à ampliação da área das casas, normalmente à custa da área dos pórticos. No entanto, esse processo está apenas pontualmente assinalado no limite noroeste e sul da casa, onde se regista a construção de novos muros que vão invadir os pórticos poente e sul.

No período tardo antigo (Fase IV) persiste alguma atividade construtiva, de que são expressão alguns novos muros que fragmentaram os espaços anteriores. Esta fase corresponderá ao período que medeia entre os séculos V e VII, durante o qual se assinalam alterações significativas no modo de usar o espaço, registando-se a desafetação de anteriores áreas da *domus*, bem como a sua generalizada desarticulação como espaço doméstico unificado. Genericamente, podemos considerar que este período assinala uma ocupação funcional diferenciada dos anteriores compartimentos e espaços da *domus* e lojas, talvez ocupados por várias famílias e o seu posterior abandono. Datam igualmente deste período alguns dos saques de muros identificados nas escavações, o que denota a descaracterização da anterior estrutura do quarteirão, pautada pela planimetria da *domus* (Martins *et al.*, 2016)

Os níveis de abandono estão sobrepostos por algumas estruturas medievais, de carácter

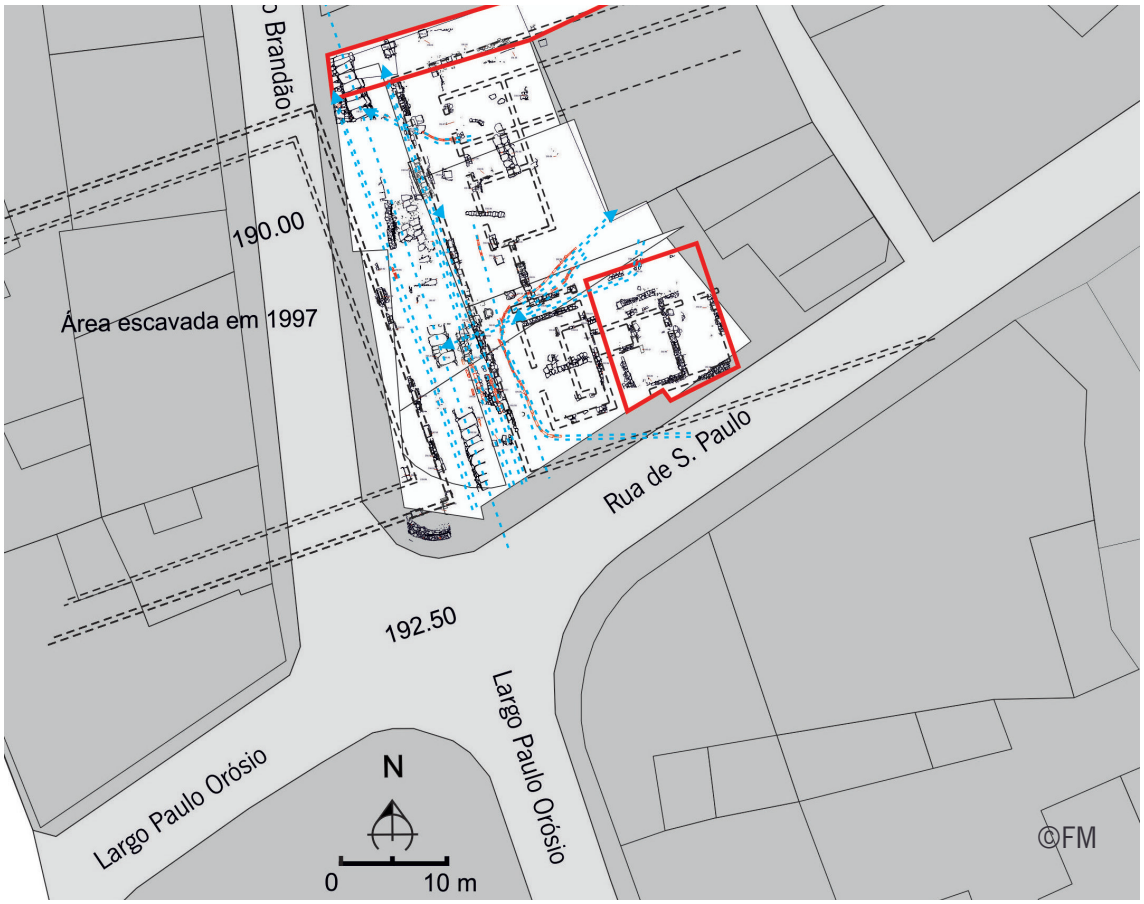


Figura 115. Planta ZA do Ex Albergue Distrital com a delimitação da área escavada entre 1997.

fruste, que se disporiam ao longo de um eixo viário que irá fossilizar o traçado do cardo K9. Esse eixo viário apresenta vestígios de calcetamento (UE0566), tendo a sua largura sido encurtada, através de muretes laterais. A rua persiste nos finais da Idade Média, quando é construída a 'Casa Grande' e o respetivo logradouro, que será então formalizado com a construção de um muro limítrofe e paralelo à rua, o qual assentou sobre as ruínas do antigo pórtico romano, cujo traçado se manteve até 1880, quando foi deslocado para poente, aquando da construção da rua Frei Caetano Brandão (Lemos e Leite, 2000:21).

No decorrer dos trabalhos arqueológicos e aquando do desmonte do muro do logradouro foi possível detetar abundantes elementos arquitetónicos da época romana e silhares da muralha fernandina, construída nos séculos XIV/XV, a qual passava nas proximidades e que foi igualmente desmontada quando se construiu aquele novo eixo viário da cidade. Sabe-se que o referido muro sofreu uma pequena modificação ao ser arredondado nos inícios do século XX (Lemos e Leite, 2000:20).

5.2 Descrição das fases

5.2.1 Fase I. Implantação e ocupação pré-flávia dos quarteirões

5.2.1.1 Descrição geral

Esta primeira fase de ocupação pode ser datada entre o período de Augusto/Tibério e a

época flávia, integrando um conjunto de estruturas associadas ao eixo viário detetado nesta zona arqueológica, que foi interpretado como sendo o cardo máximo (K9), devido à sua largura de cerca de 24 pés (7.40m). No entanto, apesar da ampla área escavada ao longo das cinco campanhas de escavação, que tiveram lugar nesta zona arqueológica, não se logrou avaliar com clareza as características das ocupações que podem corresponder à época pré-flávia do quarteirão A, localizado a nascente do eixo viário, o mesmo acontecendo com aquele que se dispunha a poente da rua (quarteirão B), do qual apenas foi possível registar um alinhamento de silhares, que definia o limite do pórtico que bordejava o cardo K9.

Assim, tal como acontece nas outras zonas arqueológicas já analisadas, os vestígios correspondentes à ocupação da área dos quarteirões na Fase I são frustes e estão basicamente referenciados por materiais arqueológicos que documentam uma utilização da área, datados da primeira metade do século I, os quais se encontram presentes nos enchimentos de algumas fossas abertas na alterite granítica, usadas para obtenção de saibro, bem como nas valas de fundação de alguns muros flávios. Este facto comprova um uso continuado da área do quarteirão A, desde a época fundacional, sem que se possa avaliar com clareza a natureza da ocupação que aí terá tido lugar.

Apesar deste constrangimento dispomos de indicadores para esta zona arqueológica que documentam a importância do cardo K9, interpretado como cardo máximo, devido à sua largura, sob o qual foi implantada uma grande cloaca, datada de meados do século I. Julgamos poder ver na construção desta infraestrutura de drenagem um importante sinal da consolidação do processo de urbanização dos quarteirões que se dispunham ao longo do cardo principal da cidade, o qual poderá ter-se iniciado a partir de meados do século I.

5.2.1.2 Topografia fundacional e infraestruturas

Nesta zona arqueológica reconhecem-se vestígios do cardo K9, que se julga corresponder ao cardo máximo, delimitado pelos alinhamentos dos limites dos quarteirões situados, respetivamente, a poente e nascente daquele eixo viário, sob o qual foi construída uma grande cloaca (UE0563) (Fig. 117).

No entanto, esta zona arqueológica viria a fornecer um conjunto relevante de dados para compreender a topografia fundacional da cidade romana. Referimo-nos, concretamente aos silhares de canto que foram encontrados nas escavações, os quais permitiram delimitar a área construída dos quarteirões limítrofes do cardo máximo, que se dispunham a norte do *forum* (Martins *et al.* 2017a). Entre eles podemos referir o silhar representado pela UE0507=0508, que definia os limites nascente e sul do quarteirão B, o qual nos permitiu estabelecer o alinhamento do cardo K9 e do decumano D5. Importa referir que o decumano D5 corresponde àquele que presumimos poder ser, pelo menos originalmente, o decumano principal da cidade (Martins *et al.*, 2017a). De igual valor se revelaram os silhares de canto representados pela UE1027, que limitava a parte noroeste da área construída do quarteirão A, assinalando, simultaneamente, o limite do cardo K9 e o do decumano D4. Estes dois elementos arquitetónicos foram fundamentais na restituição



Figura 116. Pomenor dos trabalhos arqueológicos no ano de 1997 ©UAUM.

do módulo quadrado dos quarteirões de *Bracara Augusta*, bem como das equidistâncias entre os eixos das ruas, tendo complementado a informação disponibilizada pela 'Zona arqueológica das Carvalheiras', já acima referida (Martins e Delgado, 1997-98). Muito embora se desconheça arqueologicamente a largura do decumano D5, possuímos o valor daquela que corresponderia ao decumano situado a norte, correspondente ao D4, que rondaria os 12 pés (3.55m), valor estimado entre o alinhamento dos silhares de canto, identificados com a UE1027 e a UE1030, correspondente a um silhar quadrado, que define o alinhamento do quarteirão que se dispõe imediatamente a norte, identificado na 'Zona arqueológica da Rua Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas', anteriormente descrita.

Apesar da informação preciosa fornecida pelos silhares de canto relativamente aos eixos viários, importa destacar que as suas valas de fundação revelam materiais que apontam para um período posterior a meados do século I. Isso acontece, quer com os silhares correspondentes às UEs507 e 508, onde o enchimento da vala de fundação (UE0509) forneceu cerâmicas de tradição indígena e fragmentos de ânfora *Haltern 70,* mas também fragmentos de cerâmica de produção comum romana. Já os silhares identificados com a UE1027 correspondem a uma remodelação tardia do canto noroeste do pórtico, que deve ter substituído outros elementos precedentes da mesma natureza. Importa igualmente referir que os restantes silhares, que definiam os limites dos quarteirões situado a nascente e a poente do K9, revelam uma cronologia associada à Fase II, relacionada com a construção das *domus,* das quais fariam parte integrante.

No entanto, foi possível datar da Fase I a construção da grande cloaca, que corria sob o cardo K9, tomando por referência os materiais identificados sob as lajes que formalizavam a base da estrutura, obtidos quando se procedeu ao desmonte de parte da mesma. O espólio cerâmico

então encontrado fornece-nos uma cronologia júlio-Claudiana, facto que sugere que a sua construção possa ter ocorrido entre os reinados de Cláudio e Nero. Assim, na sondagem L1/L2 foram identificados fragmentos de paredes finas de produção itálica, de forma híbrida, Mayet XXXIII/XXXV, originários da área Centro Ocidental do Vale do Pó, datáveis entre finais do século I a.C. e o reinado de Cláudio, fragmentos de terra *sigillata*, nomeadamente um fragmento de tipo itálico Consp. 22.1, datável de 15 a.C. a 14 d.C. e um fragmento da forma *Drag.* 15/17, gálico, de La Graufesenque, datado dos reinados de Tibério a Nero (Morais, 2005).

A cloaca identificada sob o cardo K9 corresponde à cloaca principal da cidade, que estaria ligada a outras condutas que deveriam correr sob as ruas secundárias e que colhiam as águas pluviais dos telhados e as águas sujas do interior das casas dos quarteirões. A construção encontra-se solidamente implantada na alterite granítica, possuindo paredes de pedra aparelhada, um lastro formado por lajes em granito e uma cobertura formalizada com grandes blocos graníticos, com cerca de 1.70 m de comprimento, por 1.00 m de largura e 0.45 m de altura. Nas paredes da cloaca abrem-se sete orifícios quadrangulares, com 0.20 m de lado, que se destinavam ao escoamento de águas pluviais a partir de drenos que foram rasgados na alterite granítica, o que constitui um original sistema de drenagem do excesso de água das chuvas (Martins e Ribeiro, 2012: 33; Ribeiro, 2010: 410).

Dispomos de outros vestígios desta cloaca, encontrados noutras escavações realizadas em lotes urbanos atuais da rua Frei Caetano Brandão, os quais permitem perceber que estamos perante uma estrutura que terminaria fora do recinto urbano, sendo possível que as respetivas águas se disseminassem na área que corresponde ao atual Campo das Hortas (Lemos e Leite, 2000: 22).

5.2.1.3 Os vestígios de ocupação e o seu significado

Os vestígios mais relevantes da Fase I estão indiscutivelmente associados ao sistema viário da cidade, que terá sido definido no início da ocupação da mesma, uma vez que definia a topografia dos quarteirões que viriam a ser construídos. Na circunstância, o sistema viário está representado pelo cardo principal da cidade (K9), com cerca de 24 pés de largura, em cujo eixo foi construída uma cloaca. No entanto, os silhares de canto dos pórticos permitiram igualmente delimitar dois decumanos (K4 e K5), obtendo-se assim uma equidistância padrão para a implantação destes eixos E/O da cidade, a qual, confrontada com valores similares obtidos para a 'Zona arqueológica das Carvalheiras' permitiu estimar, pela primeira vez, um módulo urbano teórico para a planimetria de *Bracara Augusta*, (Martins e Delgado, 1997-98).

No entanto, para além dos dados disponibilizados sobre aquele que terá sido o cardo principal da cidade (K9) e pela construção da cloaca sob o referido eixo viário, são escassos os dados materiais disponíveis para compreender o tipo de construções que terá ocupado o quarteirão A ao longo das primeiras décadas de vida da cidade. Na verdade, são sobretudo os materiais arqueológicos que nos fornecem uma prova inequívoca quanto à continuada ocupação do quarteirão desde o seu período fundacional até à época flávia, bem como algumas pistas quanto ao tipo de utilização que a pode ter

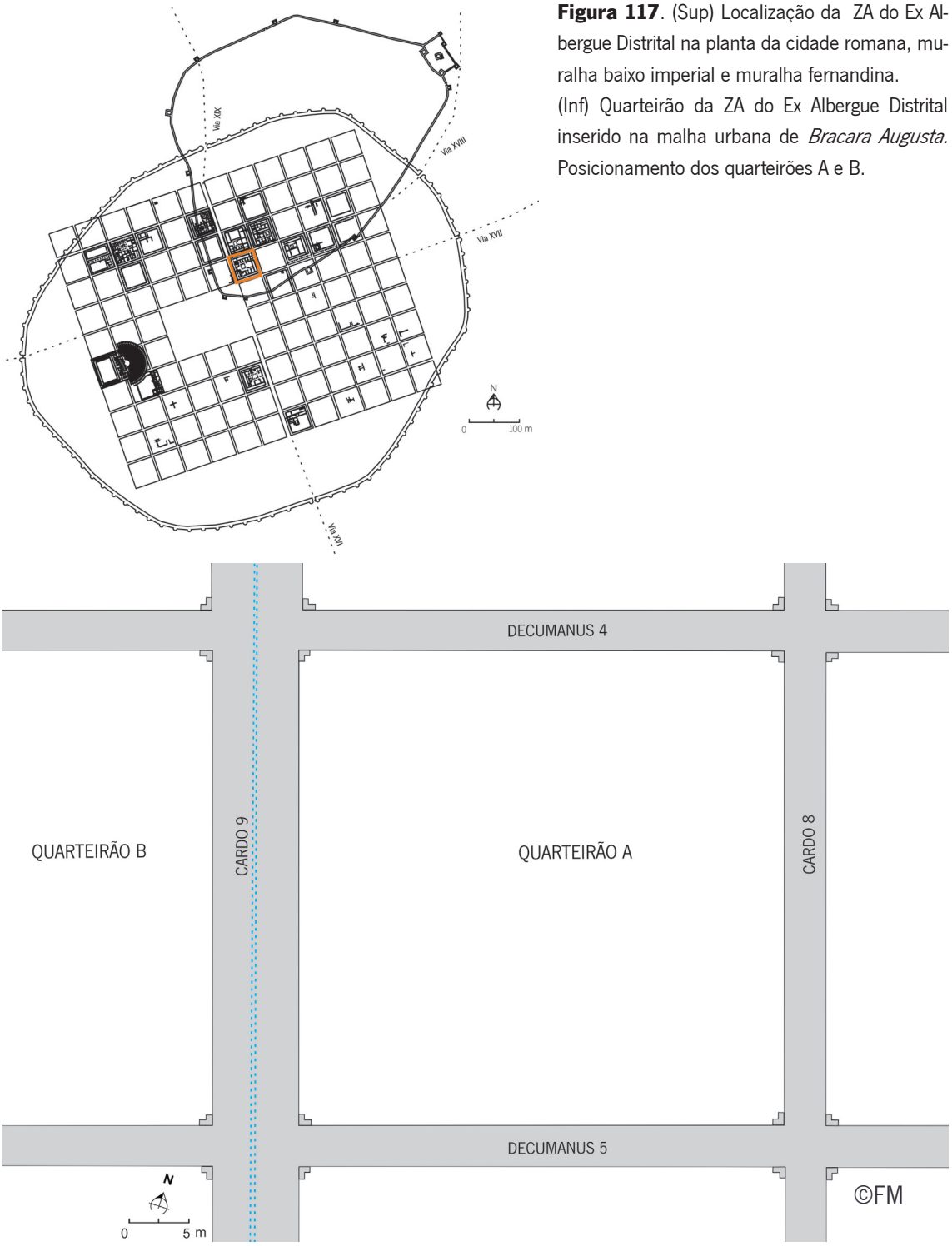


Figura 117. (Sup) Localização da ZA do Ex Albergue Distrital na planta da cidade romana, muralha baixo imperial e muralha fernandina.
(Inf) Quarteirão da ZA do Ex Albergue Distrital inserido na malha urbana de *Bracara Augusta.* Posicionamento dos quarteirões A e B.

caracterizado (Figs 118 e 119).

A corroborar esta cronologia cabe destacar o aparecimento de fragmentos de moldes bivalves, para produção de placas de bronze com decoração geométrica (Morais, 2005:Est XXX-XIII), procedentes de níveis que correspondem à fundação da cloaca, materiais que nos abrem algumas hipóteses de interpretação relativas ao tipo de uso que pode ter ocorrido nos quarteirões limítrofes do cardo máximo nesta primeira fase de ocupação da cidade (Fig. 120). A presença destes moldes, datáveis anteriormente a Cláudio/Nero, parece sugerir a instalação no local de um ou mais estabele-

cimentos artesanais, destinados à produção de sítulas de bronze, cuja decoração geométrica regista uma clara tradição indígena, considerada como característica da região do NO Peninsular (Martins, 1988:25). A existência de pelo menos uma oficina no local referido, anteriormente a meados do século I e, presumivelmente, à própria época Flávia, altura em que o quarteirão foi ocupado por uma *domus* de peristilo (Fase II), remete-nos para o carácter relativamente precário das estruturas que se terão instalado nos quarteirões A e B e para a sua primitiva utilização com carácter artesanal, ainda que ela possa ter estado também associada a construções de carácter habitacional, as quais ofereceriam certamente também um carácter fruste e provisório. Assim, admitimos que a primitiva ocupação do quarteirão estará representada por uma potencial oficina de metalurgia, estabelecimento que teria sido arrasado para a construção da *domus*, datada da época flávia (Martins *et al.*, 2012:44).

5.2.2 Fase II. A urbanização flávia dos quarteirões

5.2.2.1 A *domus* flávia do quarteirão A

5.2.2.1.1 Descrição geral

A Fase II identificada nesta zona arqueológica pode ser balizada no período Flávio, caracterizando-se pela construção e ocupação de uma *domus,* que deve ter ocupado a totalidade do quarteirão A, situado entre os K8 e K9 e o decumanos D4 e D5. A datação obtida para a construção da casa tem



Figura 118. Pormenor das paredes e tampas da cloaca que corria sob cardo máximo (K9) ©UAUM.

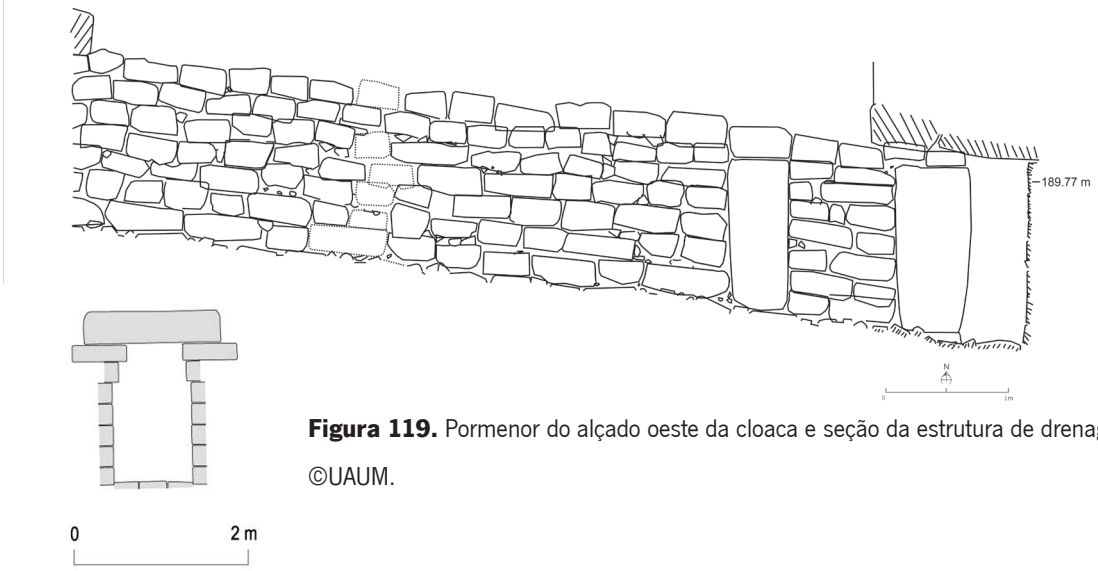


Figura 119. Pormenor do alçado oeste da cloaca e seção da estrutura de drenagem ©UAUM.

por base os materiais arqueológicos que foram identificados nos enchimentos das valas de fundação da maior parte dos muros que foram detetados na área escavada do quarteirão, ou nos enchimentos sobre a rocha e em enchimentos de nivelamento, cuja cronologia recobre o período entre o momento fundacional e a época flávia.

Tendo em conta os dados disponíveis julgamos que a construção da casa terá implicado o arrasamento das pré-existências e a regularização do terreno, que regista um acentuado pendor no sentido S/N, sendo razoavelmente plano no sentido E/O. Considerando o desnível de cerca de 4m que tinha que ser vencido no sentido S/N, entre a cota de 194m a sul e 190m a norte e considerando a cota de circulação constatada na área do peristilo, próxima dos 193m, aproximadamente a meio da casa, julgamos que a solução construtiva desta *domus* não deve ter sido muito diferente daquela que se encontra na testemunhada na *domus* das Carvalheiras. Assim, presumimos que a norte do peristilo, deve ter sido construído um muro de contenção destinado a assegurar a formalização de duas plataformas da habitação, que deveriam comunicar entre si através de uma escada interior.

Embora se defenda que o quarteirão A terá sido ocupado por uma única *domus*, que se desenvolveria em duas plataformas, desniveladas em 3m, a verdade é que não dispomos de dados arqueológicos que o comprovem, pois a área do interior da casa onde esse desnível poderia ter sido compensado, não foi objeto de escavação, conhecendo-se apenas as características das fachadas poente e sul, que acompanhariam o pórtico. Na verdade, tal como testemunhamos com a *domus* das Carvalheiras o desnível do terreno, avaliado ao nível do pórtico, é muito acentuado, pelo que a solução de duas plataformas resolveria a questão topográfica. Outro tanto não acontece com a questão funcional dos espaços, pois grande parte da casa ficou por escavar. No entanto, o conjunto limitado de compartimentos que se encontram associados ao peristilo, articulado com a localização privilegiada do quarteirão A relativamente ao *forum* são sugestivos de que estaremos face a uma requintada *domus,* que se organizaria em duas plataformas distintas, uma mais pública, disposta a sul, estruturada em torno do peristilo que se dispõe à cota de 193m, com entrada a partir do pórtico poente, associado ao cardo K9 e outra, mais privada, disposta e norte, à cota de 190m, com acesso a partir do pórtico

norte e do decumano D4 (Fig. 121).

Em termos altimétricos importa destacar o papel que seria desempenhado pelo muro de contenção, que dividiria a casa aproximadamente a meio, o qual terá exigido o corte vertical da espessa camada de alteração granítica identificada nesta da zona arqueológica.

A esta fase podemos associar várias das estruturas identificadas na escavação, bem como as evidências de outras percetíveis através de alguns recortes detetados na alterite granítica, podendo afirmar-se que o edifício que aí foi erguido se alicerçou no substrato rochoso alterado, o qual para além de uma boa espessura, regista uma coloração avermelhada e uma matriz fortemente argilosa. Aos inícios desta fase podem igualmente ser atribuídas algumas fossas para extração de saibro e argila, materiais que terão sido usados como argamassas na construção dos muros da habitação. A título de exemplo referimos o enchimento de fossa identificada com a UE0476, datado da segunda metade do século I devido à identificação de fragmentos de ânforas Dressel 14 e Dressel 20.

O estado geral de conservação dos muros identificados na escavação é bastante desigual, sendo alguns percetíveis apenas pelas sapatas, pois muitos deles foram desmontados nas fases mais tardias, designadamente nas Fases III e IV.

Do ponto de vista do edificado cabe sublinhar a qualidade técnica da generalidade dos muros desta fase, com aparelho tipo *opus vittatum*, ainda que limitado a poucas fiadas, normalmente com valas de fundação rasgadas na arena granítica. Os grandes muros exteriores são mais robustos do que aqueles que compartimentam os espaços, oferecendo larguras que variam entre os 0.51m e 0.56m, aproximando-se dos 2 pés, enquanto as paredes interiores não ultrapassavam em média os 0.45m, valores que são compatíveis com os registados noutras construções do mesmo tipo, referenciadas noutros locais da cidade.

Assim, a esta fase podem ser atribuídos o muro perimetral da fachada sul, representado pela UE963, o muro que compunha a fachada norte, identificado pelas UEs 605 e 737 e o muro da fachada poente, que se encontrava muito mal conservado (UE0820). Apesar de se conhecerem bem os espaços que se dispunham ao longo da fachada poente, é bastante diminuta a informação relativa aos compartimentos que envolveriam o peristilo da *domus*, a norte e nascente, porque os terrenos correspondentes a estes setores da casa não foram escavados.

Elementos estruturais da construção são os cantos da casa, definidos, a noroeste, pela UE0958, que representa um conjunto de silhares, com um comprimento conservado de 1.22m e uma largura de 1.33m, assentes num poderoso alicerce (UE0968) que repousa numa poderosa sapata (UE0903), com uma extensão preservada de 5.32m de comprimento por 1.21m de largura (Fig. 122). A sua implantação é visível através da vala de fundação da estrutura (UE0969). O canto sudoeste da *domus* está representado também por um conjunto de silhares sobrepostos (UE0619) (Fig. 123).

O conjunto dos muros detetados no quarteirão A que pode ser associado a esta fase de ocupação sugere a construção de uma elegante *domus,* que se estruturava em torno de um espaço aberto, porticado, que parece desenhar claramente a estrutura de um peristilo central da habitação, que funcionaria como área de entrada de luz e em redor do qual se deviam dispor alguns dos compar-

timentos da casa. Lamentavelmente apenas conhecemos a planimetria da parte poente da habitação, que nos permitiu verificar a existência de uma fachada aberta ao cardo principal, rasgada por lojas, cujas entradas eram protegidas pelo pórtico limítrofe, que corria ao longo da rua. Também a fachada sul, correspondente às UEs 605 e 737, era rasgada por lojas, tendo sido identificada uma de grande dimensões, com balcão, bem como outras mais pequenas, dispostas a nascente, presumindo-se que pudessem existir ainda outras ao longo da referida fachada.

A fachada poente (UE820) está representada na parte norte por um conjunto de três espaços contíguos (T1, T2 e T3), enquanto a parte sul parece dominada por um grande espaço comercial (T4). Aproximadamente a meio da fachada, encontrava-se aquela que julgamos poder ser a entrada principal da casa, que estaria centrada com o peristilo. Trata-se de uma entrada reentrante relativamente à linha da fachada, definida pelo alinhamento dos muros correspondentes às UEs 0681 e 644, que poderia dispor de um pequeno pórtico de entrada, atendendo à localização dos silhares correspondentes às UEs693 e 685, que devem ter servido para suportar duas colunas. A sul desta entrada, entre os muros referenciados com as UEs 368 e 372 desenha-se uma estreita passagem, situada entre dois muros (UE657 a norte e UE637 a sul), que estrutura um corredor de circulação, que julgamos associado a uma entrada secundária da habitação, ainda que pudesse definir também o vão de uma escada de acesso a um piso superior da habitação, hipótese que não temos qualquer possibilidade de comprovar (Fig. 123).

No quarteirão A foi possível definir o alinhamento do pórtico norte, através do silhar identificado com a UE1030 e do silhar de canto, representado pela UE1027, o qual define também o alinhamento do pórtico poente, que inclui um conjunto significativo de silhares (UEs1020, 0777, 0696, 0678, 0624) (Fig. 123).

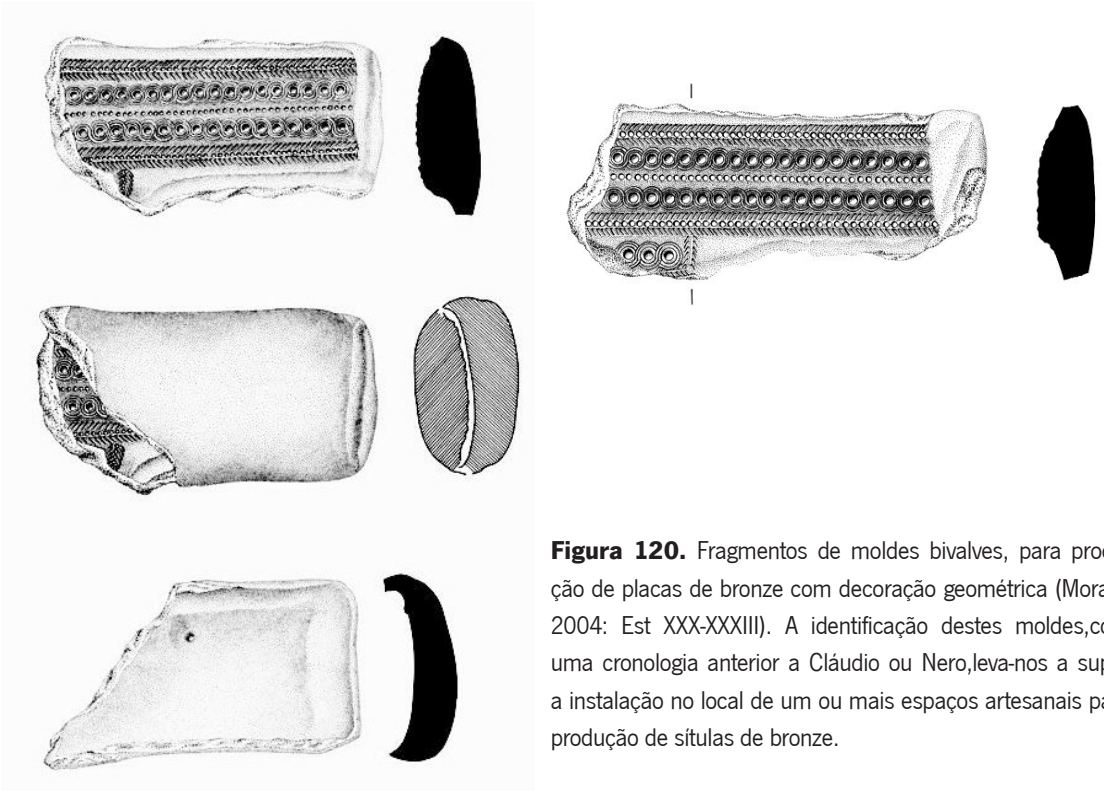


Figura 120. Fragmentos de moldes bivalves, para produção de placas de bronze com decoração geométrica (Morais, 2004: Est XXX-XXXIII). A identificação destes moldes,com uma cronologia anterior a Cláudio ou Nero,leva-nos a supor a instalação no local de um ou mais espaços artesanais para produção de sítulas de bronze.

Com exceção dos silhares dos pórticos que delimitavam o quarteirão A podemos considerar que a generalidade das estruturas que definiam a compartimentação da *domus* se encontrava bastante arrasada, não tendo sido possível identificar pavimentos, ou quaisquer outros vestígios ornamentais que a casa deveria possuir. Na verdade, dos pisos dos diferentes espaços quase nada se conservou, sendo presumível que tivessem sido revestidos de mosaicos, à semelhança do demonstrado para outras *domus* já analisadas. No entanto, apenas foi identificado um pavimento em material laterício (UE0905), que corresponde ao piso de uma loja, do qual se preservaram somente vestígios de algumas tijoleiras. Também dos revestimentos das paredes nada se conservou, sendo provável que se tivesse usado o estuque pintado, revestimento que tem sido assinalado pontualmente noutras zonas arqueológicas próximas.

Do programa decorativo que deve ter ornamentado a casa apenas sobreviveram alguns elementos de fustes, capitéis e bases, encontrados maioritariamente integrados no muro do logradouro da antiga 'Casa Grande de Santo António das Travessas', construído aquando da abertura da rua Frei Caetano Brandão. No entanto, não é seguro que os materiais de construção aí encontrados possam ser originários do quarteirão A, podendo também provir do quarteirão B que se situava a poente do cardo K9.

No entanto, alguns elementos arquitetónicos encontrados nas escavações podem ser seguramente atribuídos a esta *domus.* Assim, as UEs0823 e 0824 correspondem a fragmentos de fustes de granito, reaproveitados nas fases seguintes, os quais pelas suas dimensões aparentam ter integrado a colunata do peristilo, o mesmo se podendo afirmar de oito elementos de fuste, em granito, com diâmetros de 0.31m e 0.30m, em depósito no Museu D. Diogo de Sousa (1995.0972, 1997.0196; 1997.0208; 1997.0209; 1997.0213; 1997.0969; 1999.0112; 1999.0113) (Magalhães, 2010:77). Cabe ainda salientar a identificação de um elemento circular de tijoleira (UE0819), que parece ter pertencido a um fuste de coluna ornamental estucada. Esse elemento foi reutilizado na Fase III, sendo impossível definir a sua localização original. A mesma interpretação e situação pode ser atribuída ao elemento de fuste em tijoleira representado pela UE0818. Foram ainda identificados silhares com arranque de coluna em granito (UEs 0822, 0823 e 0824), bem como um bloco com um elemento de fuste.

As escavações permitiram identificar também vários capitéis, cabendo referir dois exemplares coríntios, em granito, datados entre os séculos I e III, com um diâmetro de 0.39m (MPXII.LIT.114, MPXII.LIT.1), os quais devem ter ornamentado a colunata do pequeno pórtico de entrada da *domus.* (Fig. 126).

Foram também encontrados dois capitéis toscanos, igualmente em granito, com diâmetros entre 0.37m e 0.28m, com uma cronologia que os situa entre os séculos I e II (MPXII.LIT.1B, 1997.0197) (Magalhães, 2010:76) (Fig. 125b). A cronologia destes capitéis é compatível com a sua integração na arquitetura da *domus* flávia, da qual fariam certamente parte integrante.

Relativamente às bases destaca-se a identificação de dez exemplares em granito, sendo de referir uma monotórica, com um plinto de 0.25m (1997.0207), assim como uma base em toro, com 0.46m de diâmetro (1997.0195). Foram ainda encontradas outras bases, com diferentes diâmetros

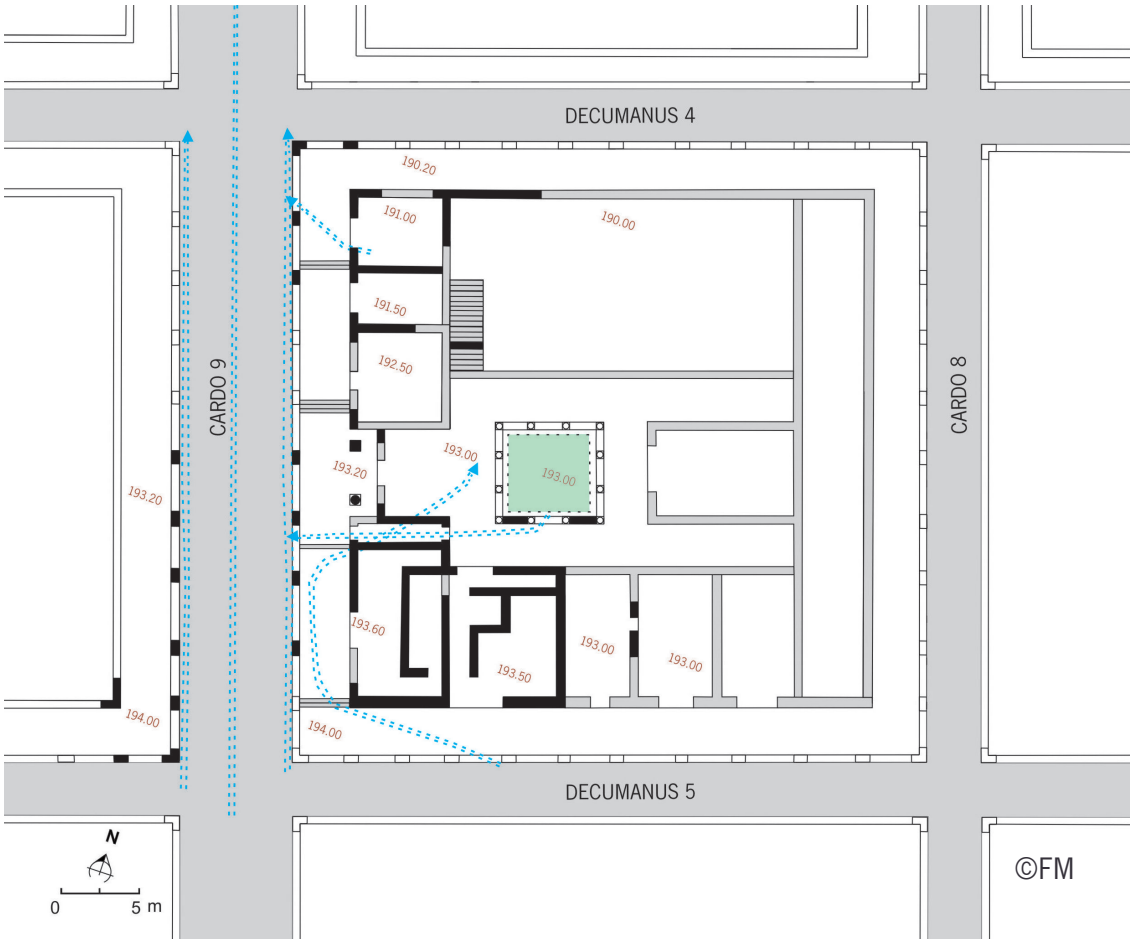


Figura 121. Planta da *domus* com as cotas para cada compartimento.

(1997.0055; 1997.0202; 1997.0194; 1997.0204; 1997.0210; 1997.0214;1997.0242; 1999.0116; 1999.0118), muito embora a grande maioria se situe entre os 0.27m e os 0.59m de diâmetro e entre 0.17m e os 0.37m de altura (Magalhães, 2010:76-77) (Fig. 125b).

As duas colunas que formalizavam a colunata de entrada da casa podem ser sugeridas pela base monotórica (1997.0207) e por um elemento de fuste (1997.0969), sendo provável que possuíssem cerca de 3m de altura (10 pés). Esta medida pode ser estimada pela base, encontrada *in situ*, com um diâmetro de 0.42m, que deveria ter associado um fuste rematado num capitel coríntio com 0.39m de diâmetro.

5.2.2.1.2 A área do peristilo

A área do peristilo ocupava a parte central da *domus,* sendo acessível por uma porta principal, que estaria rasgada na fachada poente, numa parede ligeiramente reentrante, definida pela UE0820, associando-se ao pórtico que ladeava o cardo K9.

Embora não tenha sido escavada a totalidade da área do peristilo é possível estimar as suas medidas, tendo por base um conjunto de muros que definem alguns dos compartimentos envolventes. Assim, a norte assumimos como limite deste espaço aberto um hipotético muro de suporte, que dividiria a casa em dois níveis, vencendo o desnível de cota entre os 193m na parte sul e os 190m da área norte. Também a nascente não existem evidências que permitam fixar os limites da área do pe-

ristilo, uma vez que não foram identificados elementos construtivos que permitam situar os espaços romanos. Estes encontram-se, ou encontravam-se sob a área construída da 'Casa Grande de Santo António das Travessas', sendo impossível saber se ainda se encontram conservados, uma vez que essa área não foi escavada. Já a poente encontramos um limite físico mais estruturado, representado pelo vestibulum (P1), com cerca de 9.80 m^2, que se organizava a partir do muro reentrante da fachada (UE0681 e UE0644), sendo limitado a norte pelo muro correspondente à UE0681 e a sul pelo muro definido pela UE0657 (Fig. 123). A sul o limite do peristilo encontra-se representado pela parede que rematava os compartimentos reconhecidos como lojas, a qual se encontra representada pelas UEs0635 e 0752.

Tendo por base os dados disponíveis presumimos que a área do peristilo se encontrava estruturada à cota de 193m, sendo o seu acesso feito a partir do pórtico poente, o qual possui nas proximidades da entrada da casa uma cota de 193.20m, o que implicaria a existência de um degrau localizado no local da porta (Fig. 121).

Os únicos espaços que podemos atribuir à área do peristilo estão constituídos pelo *vestibulum* (P1), que daria acesso a um deambulatório de circulação colunado, que formalizava o peristilo (P2), conjunto que ocupava uma área de cerca de 140 m^2 (Fig. 124). Este valor hipotético pode ser presumido com base nos dados disponíveis que permitem sugerir uma área descoberta, limitada por uma colunata com três colunas em cada lado, com um intercolúnio de 12 pés, assentes em silhares, estando os espaços entre eles preenchidos por muretes, dos quais encontrámos vestígios. Estes muretes impediriam a entrada da água das chuvas para o interior do pórtico e encontram-se igualmente



Figura 122. Perspectiva do canto da casa, conjunto de silhares UE958 assentes no alicerce UE968 ©UAUM.

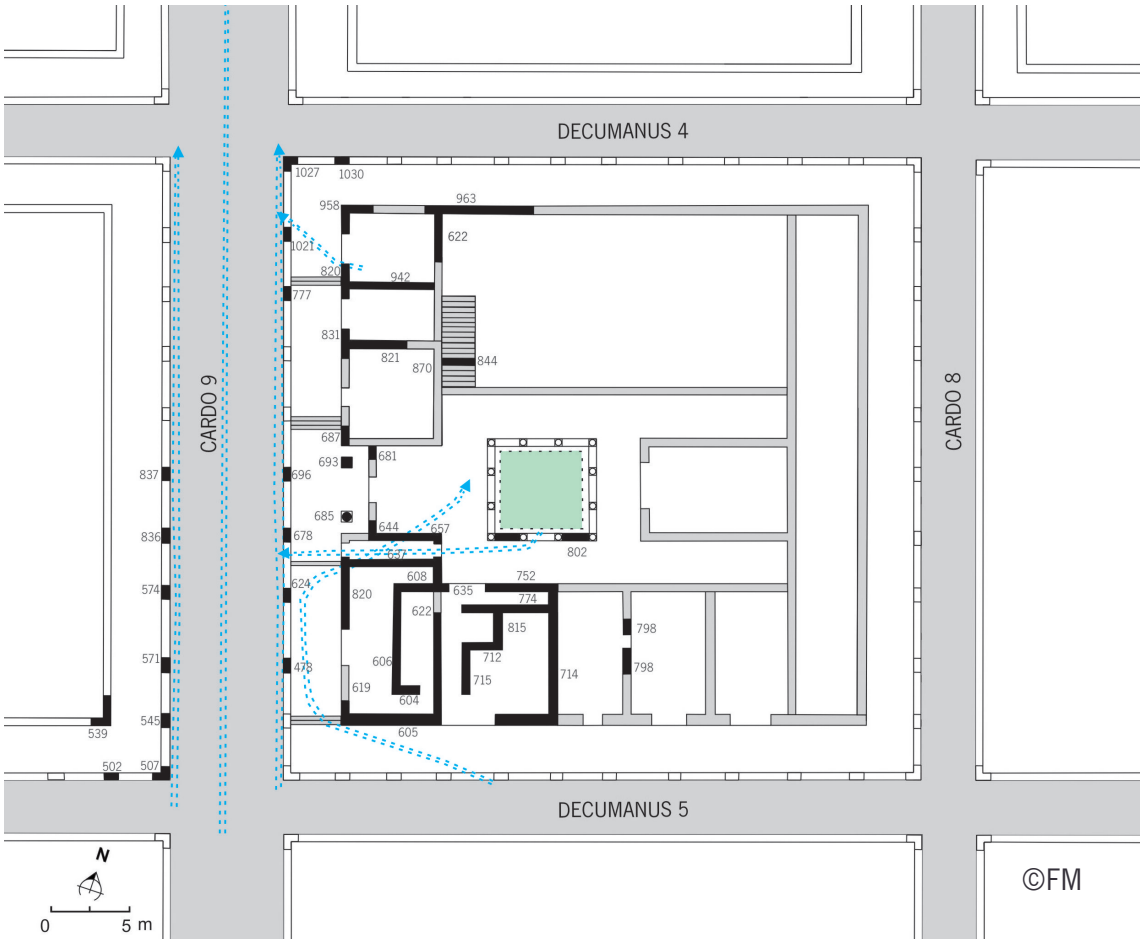


Figura 123. Planta da *domus* com as unidades estratigráficas para cada estrutura.

documentados na *domus* das Carvalheiras. Assim, a área aberta do peristilo, que seria ajardinada, definida pelo limite da colunata, possuiria uma disposição praticamente quadrangular, ocupando uma superfície de cerca de 40 m2. A área aberta seria rodeada por um *ambulacrum*, cuja largura confirmada se apresenta variável. Assim, enquanto a sul e norte a largura do pórtico seria de cerca de 10 pés, a poente e nascente ela aproxima-se dos 9 pés (Fig. 127).

A presença de um tanque, que ornamentaria a área descoberta, é sugerida pela existência de uma conduta, com orientação NE/SO, que asseguraria a drenagem das águas sobrantes para sul, provavelmente ligada à canalização que devia correr nos limites da área descoberta do pórtico, para captação da água dos telhados, a qual seria recolhida pela canalização correspondente à UE0759, com orientação E/O, que assegurava o escoamento dessa água em direção ao decumano D5 (Fig. 123).

Desconhecemos as características da maior parte dos espaços que envolviam o peristilo, bem como a sua funcionalidade. Na verdade, podemos sugerir a existência de um compartimento (P3), que se situaria a nascente do peristilo, no alinhamento da área aberta ajardinada e do próprio *vestibulum*. Esse compartimento possuía um amplo controlo visual sobre a entrada, sendo por isso presumível que se destinasse a funções de receção, eventualmente associado à *salutatio* ao senhor da casa e à reunião com os seus clientes, pelo que poderíamos presumir a sua função como *tablinum*

(Fig. 127). Na verdade, as características desta *domus,* muito marcadas pelo facto de se desenvolver em duas plataformas, induzem a pensar que a área do peristilo constituiria uma área eminentemente pública, à semelhança do que acontecia com a área do *atrium* da *domus* flávia das Carvalheiras. Aliás, à semelhança do que presumimos para as Carvalheiras, o proprietário da casa podia gerir boa parte dos negócios que tinham lugar nas lojas que envolviam as fachadas poente e sul.

Da área situada a norte do peristilo nada sabemos, já que desconhecemos as características da parede que fecharia aquele espaço, bem como a natureza dos compartimentos que existiriam na plataforma norte, à cota de 190m.

Na parte sul julgamos que compartimentos dispostos a nascente da loja T5 serão eles também espaços de negócio (T6 e T7), pelo que não os consideramos articulados com o peristilo (Fig. 128). Esta interpretação resulta da proximidade deste setor do quarteirão relativamente à área do *forum*, bem como às evidências recolhidas na área arqueológica das Carvalheiras, onde a *domus* se encontra rodeada de lojas.

5.2.2.1.3 Os espaços económicos

Rasgados nas fachadas poente e sul da *domus* dispunham-se vários espaços, cujas características apontam para a sua função de *tabernae*, abertos aos pórticos que ladeavam as ruas. Trata-se de espaços de natureza económica, destinados ao aluguer, devido à sua relação com os pórticos, muito embora seja sempre difícil precisar o tipo de atividades que aí terão tido lugar, as quais poderão ter mudado ao longo do tempo.

No caso do quarteirão A pode afirmar-se que as lojas serão os espaços melhor conhecidos da *domus*, ladeando os pórticos poente e sul.

No caso da fachada poente foi possível reconhecer um conjunto de quatro espaços que se



Figura 124. Vestígios da entrada principal da *domus* com acesso direto ao peristilo ©UAUM. Trata-se de uma entrada reentrante na linha da fachada oeste, definida pelo alinhamento da UEs0681 e 644, integrando um pequeno pórtico de entrada, atendendo à localização dos silhares correspondentes às UEs693 e 685.



Figura 125a.
Fragmentos de fuste associados com a colunata do peristilo a) nº1995.0972; b) nº 1997.0213) (Ribeiro, 2010).

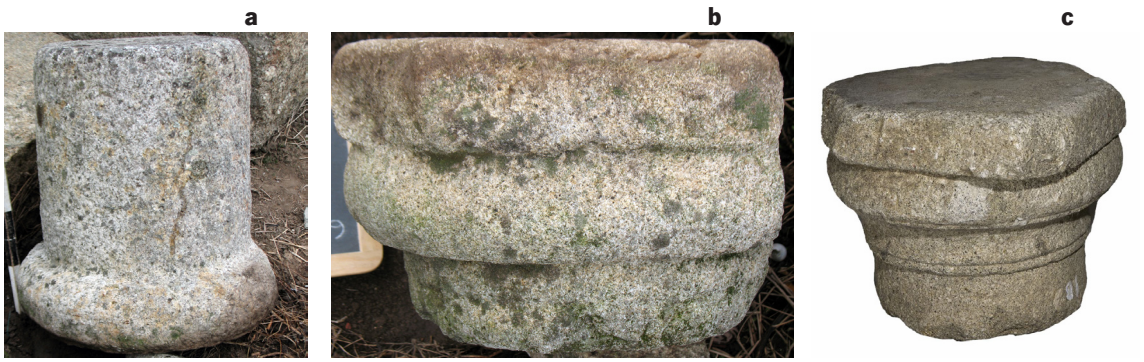


Figura 125b. Elementos arquitetónicos relacionados com a colunata dos pórticos exteriores; a) base nº 1997.0202; b) capitel toscano nº 1997.0197; c) capitel toscano MPXII.LIT.1B (Ribeiro, 2010)

reconhecem abertos ao pórtico, referenciados como espaços T1, T2, T3 e T4, situados, respetivamente, na parte sudoeste do quarteirão e na parte norte da fachada da casa, revelando uma assaz diferenciada morfologia. Assim, a norte da entrada desenham-se três lojas (Fig. 128). O espaço T1 seria um compartimento retangular, com 4.18m (14 pés) de largura, por 5.20m de profundidade (18 pés), cobrindo uma área útil de 22m^2. De menores dimensões seria a área da loja T2, com uma largura de 3m (10 pés), que oferece uma área de cerca de 15.54m^2 . A loja T3 é a maior, cobrindo uma área de cerca de 27.43m^2 oferecendo a particularidade de ser praticamente quadrada. Encontra-se limitada a norte pela UE0844, a nascente pela UE0622, a sul pela UE0681 e a poente pela parede da fachada da casa. Já a parte da fachada da casa situada a sul da entrada era ocupada por uma única loja (T4), que representa um espaço comercial de assinalável dimensão. De forma retangular, com uma área de cerca de 45m^2, este espaço estava delimitado a poente e sul pelas paredes das respetivas fachadas (UE0820 e UE0605), a nascente pelo muro referenciado com a UE0622 e a norte pela parede sul do corredor que assegurava uma entrada secundária na casa (UE0637). Um dos aspetos mais interessantes desta loja associa-se à existência do que julgamos corresponder a um balcão para o qual se entraria pelo lado sul, definido por um conjunto de estruturas, muito destruídas (UEs0604, 0606, 0601 e 0608), mas que conformam o alinhamento de uma clara compartimentação do espaço, articulada com a parede nascente (UE0622). Cabe destacar que neste espaço foram identificadas vários

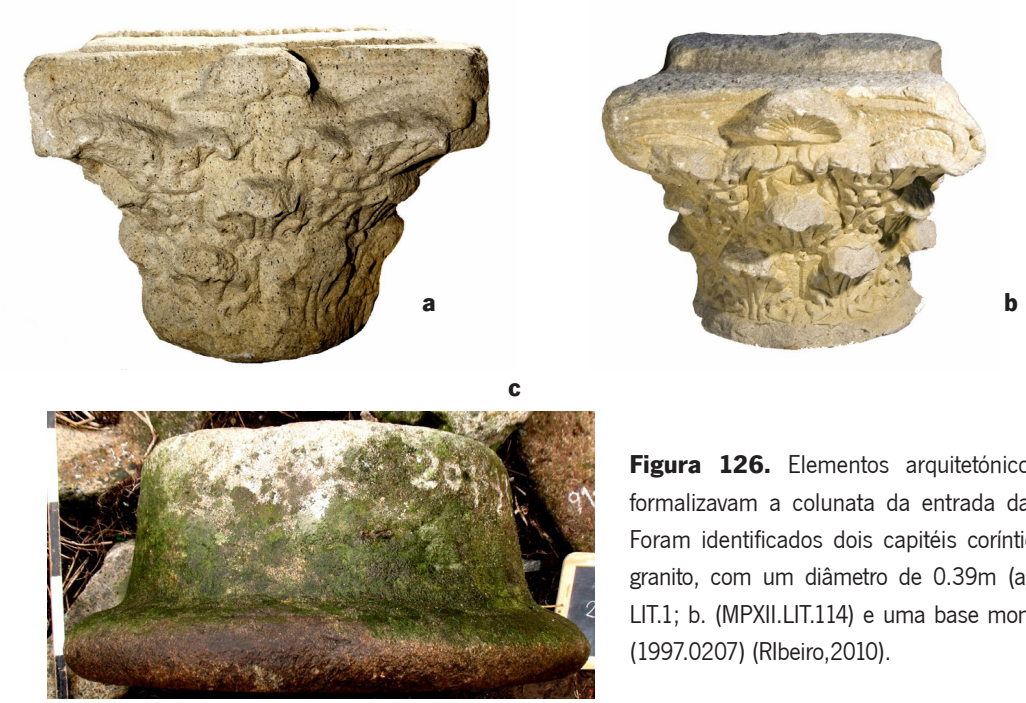


Figura 126. Elementos arquitetónicos que formalizavam a colunata da entrada da casa. Foram identificados dois capitéis coríntios, em granito, com um diâmetro de 0.39m (a.MPXII. LIT.1; b. (MPXII.LIT.114) e uma base monotórica (1997.0207) (RIbeiro,2010).

elementos, designadamente um fragmento de uma placa de mármore, que pode ter sido usada no balcão, sugerindo a sua eventual função de *thermopolium* (Magalhães, 2010:73).

Na fachada sul encontramos a loja T5. Delimitada a norte pela parede que limitava o pórtico do peristilo (UEs0635 e 0752), a poente pelo muro identificado com a UE0622, a nascente pela parede identificada pela UE0714 e a sul pelo espesso muro da fachada (UE0737), esta loja possui uma forma praticamente quadrangular, com uma área útil de 40 m^2, dispondo também do que presumimos ser um balcão perpendicular à fachada, que parece articulado com um pequeno compartimento (UEs 0636, 0815, 0712), que se dispunha a norte do balcão, no qual se podiam armazenar produtos. Na verdade, estamos convencidos de que se trata de mais um *thermopolium*, dada a configuração do balcão e a circunstância de aí ter sido encontrada uma ânfora inteira, tipo Beltrán 72, variante B, datável entre o século III e os meados do seculo IV e enquadrável na Fase III, em que se mantiveram as características deste espaço (Fig.129). Este compartimento apresenta ainda uma interessante característica, associada à sua presumível articulação com o interior da casa, através da parede sul do peristilo (UE0635 e UE0752), sugestão que estabelecemos pela presença de uma ombreira de porta, encaixada entre dois tramos da parede. Esta articulação da casa com uma loja já havia sido documentada na *domus* das Carvalheiras, documentando uma eventual exploração comercial do espaço por parte do proprietário (Fig. 128).

Ainda na fachada sul e a nascente da loja T5 podemos inferir a existência de mais três lojas (T6, T7e T8). A loja T6 está limitada a norte pela UE0752, a sul pela UE0737, a poente pela UE0714 e a nascente pela parede correspondente à UE0798, que formaliza a separação deste compartimento com um outro, disposto a nascente (T7), cujas características exatas não conseguimos apurar. Trata-se de dois amplos espaços, que poderiam ser subdivididos, muito embora nos faltem evidências para o sugerir (Fig. 128). A loja T6 apresenta uma largura de cerca de 3.90m de largura (13 pés), por 7.24m de comprimento (24 pés), com uma área útil de 28m^2.

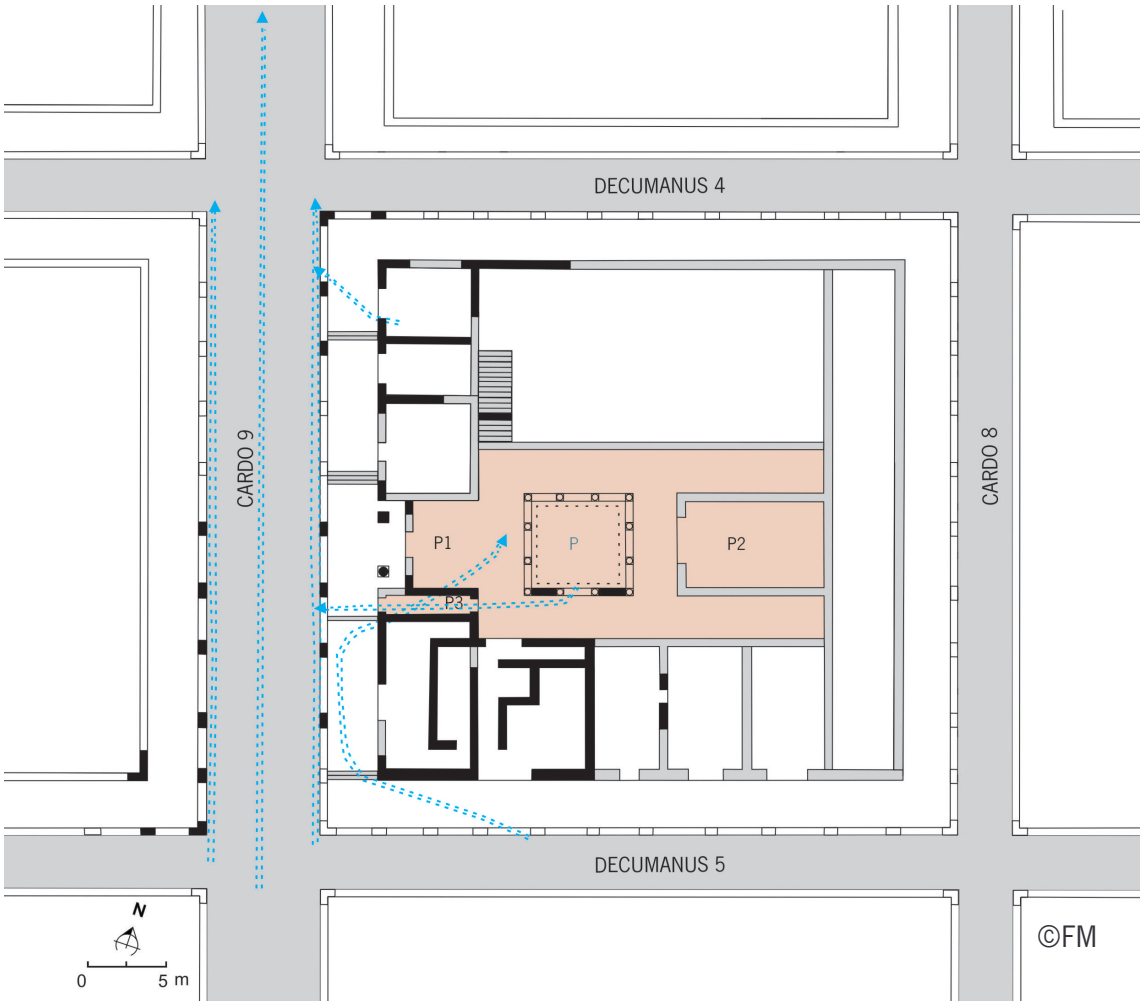


Figura 127. Planta da *domus* com a delimitação da área do peristilo.

Tal como acontece com a *domus* das Carvalheiras é surpreendente o valor da área coberta pelos espaços comerciais, sendo de supor que pudessem existir ainda outras lojas situadas a nascente da T7, ao longo da fachada sul e eventualmente das fachadas nascente e norte que não foram escavadas. Quer o número, quer a dimensão dos espaços comerciais dispostos ao longo das fachadas poente e sul colhem justificação na importância dos vizinhos eixos viários (K9 e D5), assumidos como os eixos viários principais da cidade (K9). A localização e dimensão dos espaços dedicados ao comércio que foram integrados na *domus* permite considerar que o seu proprietário deveria auferir bom nível de rendas com o seu aluguer, ou com a sua exploração direta.

5.2.2.1.4 Os pórticos

O rgisto arqueológico permitiu constatar a existência de um conjunto significativo de silhares retangulares alinhados que definiam os pórticos norte e poente do quarteirão A.

No que respeita ao pórtico norte apenas podemos assinalar a existência dos silhares de canto (UE1027), que definem, simultaneamente, o alinhamento do pórtico poente e do pórtico norte, também registado pela presença do silhar quadrado identificado com a UE1020 (Fig. 130). A UE1027 possuía uma sapata, assinalada pela UE1026, que se integrava numa profunda vala de fundação (UE1023), tendo como enchimentos as UEs 1024 e 1025. Por sua vez, o pórtico poente encontra-se

definido por um conjunto de silhares retangulares (UEs 1020, 0777, 0696, 0678, 0624 e 0478), dos quais apenas quatro se encontravam *in situ*, tendo outros sido reaproveitados noutras estruturas, nas sucessivas reformas do quarteirão (Fig.123).

Não dispomos de dados relativos ao pórtico sul. No entanto, julgamos que se deveria formalizar com silhares retangulares, à semelhança do que parece acontecer com o pórtico sul do quarteirão B, do qual se conhece o silhar referenciado com a UE0502, que corresponde ao alinhamento do silhar de canto identificado pela UE0507=0508.

Os silhares do pórtico poente do quarteirão A, com cerca de 1m de comprimento, por 0.45m de largura, estavam implantados a uma distância regular de 8½ pés entre si (2.51m). Atendendo à configuração retangular dos silhares conservados *in situ*, bem como à quantidade de blocos graníticos, de talhe retangular, presentes tanto em níveis de derrube, como no muro que delimitava o logradouro da 'Casa Grande de Santo António das Travessas' (Magalhães, 2010:74), julgamos ser possível considerar que a solução arquitetónica, quer do pórtico poente, quer sul, seria distinta da sugerida para a *domus* das Carvalheiras, baseada em colunas, assentes em silhares quadrados, de longe a solução mais recorrente nas outras zonas arqueológicas já analisadas.

Na verdade, parece plausível propor uma solução de pórtico em silhares sobrepostos, encimados por arcos, eventualmente formados por material laterício, que seriam mais leves. Tendo em conta a distância entre os silhares, bem como o vão do pórtico, de cerca de 10 pés (2.90m), os arcos deveriam ter uma altura provável de 10½ pés (3.12m), o que permitiria o assentamento nivelado da colunata e a consolidação estática da massa construída. Esta solução construtiva do pórtico poente parece justificar-se pela importância do eixo viário com o qual confrontava, o cardo máximo, bem como pela privilegiada localização desta *domus* relativamente ao *forum,* situado a sudoeste do quarteirão. Embora se disponha de menos informação para o pórtico sul julgamos que, pelas suas características, deveria possuir uma solução construtiva semelhante, o que aconteceria também com os pórticos sul e nascente do vizinho quarteirão B situado a poente do eixo viário. No entanto, sabemos que o pórtico norte seria diferente, pois a presença de um silhar quadrado (UE1030) é sugestivo de um pórtico com colunas.

O pórtico poente, anexo ao cardo K9, com uma profundidade de 2.90m (10 pés), desenvolve-se ao longo de 38.15m (129 pés), tendo como limites os alinhamentos que formalizavam os pórticos norte e sul. As cotas nessas extremidades oscilam entre 194m no lado sul e 190m no lado norte, apresentando um desnível de cerca de 4m que seria compensado ao longo do pórtico por lances de escadas que ajudariam a definir plataformas que acompanhariam a fachada poente da *domus*. Trata-se da solução mais corrente para compensar os desníveis, sendo muito recorrente em *Bracara Augusta*. Um dos lances de escadas situar-se-ia seguramente ao longo da fachada da loja T4, devendo atingir aí a cota que corresponderia ao pavimento do estabelecimento, ou seja, 193.20m. Uma vez que a zona do peristilo se situa a 193m, julgamos que os 3m de desnível que seria necessário vencer até ao limite do pórtico seriam compensados por 3 lances de escadas que deveriam situar-se a norte da entrada da casa, ou seja, na parte que acompanharia a fachada onde se situam as lojas T1, T2 e T3. Tal como sugerido para os pórticos da *domus* das Carvalheiras admite-se o telhado não seria

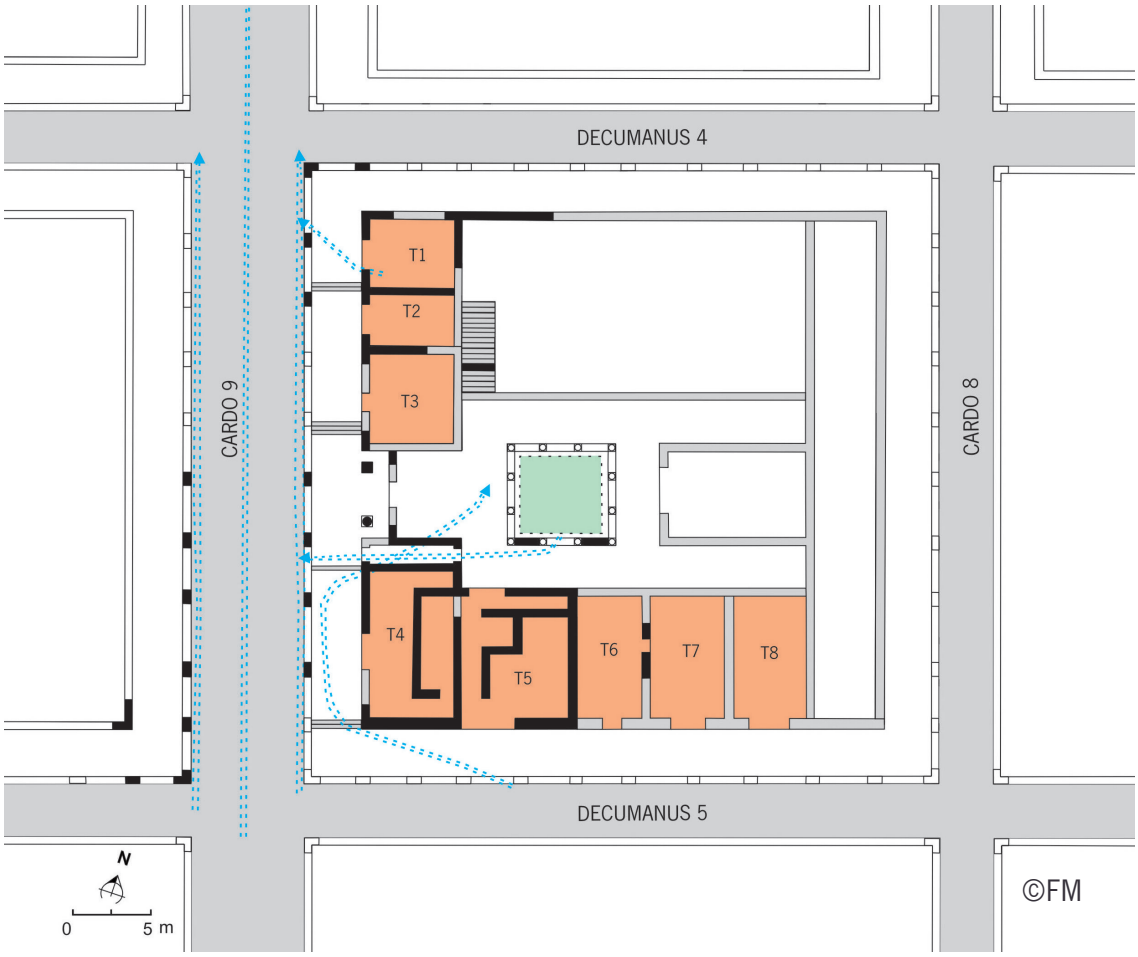


Figura 128. Planta da *domus* com as *tabernae* viradas para o pórtico sul e oeste.

corrido, mas sim desnivelado, acompanhando as sucessivas plataformas em se organizaria o piso de circulação. Por outro lado, estima-se que as coberturas do pórtico tivessem uma pendente entre os 21 e 23%, valores que são recorrentes neste tipo de construções (Adam, 1995: 213-233).

O pórtico sul, anexo ao decumano D5, deveria possuir uma profundidade semelhante à do pórtico poente, de cerca de 10 pés (2.90m). Embora não se disponha de dados sobre este pórtico julga-se que a cota de circulação deveria ser bastante estável, em torno dos 194m, altura que deveria corresponder também ao decumano D5, desenvolve-se ao longo de 38.15m (129 pés), tendo como limites os muros que formalizavam os pórticos nascente e poente (Fig. 121).

O pórtico norte, anexo ao decumano D4, possuía uma menor profundidade (2.45m), o que pode explicar-se pela circunstância de ladear uma rua secundária, o que aliás parece também testemunhado pelo facto de ser pautado com uma colunata diferente daquela que ornamentaria os pórticos poente e sul. Considerando a reduzida área escavada deste pórtico não é possível definir a sua pendente, muito embora seja de admitir que fosse relativamente suave, à semelhança do que ocorreria com o pórtico sul.

5.2.2.1.5 Estruturas hidráulicas

As estruturas hidráulicas que podem ser atribuídas a esta fase estão representadas por uma



Figura 129. Ânfora inteira, tipo Beltrán 72, variante B, datável entre o século III e os meados do século IV identificada na loja T5 ©UAUM. Esta ânfora em conjunto com a forma do balcão permitiram sugerir a eventual função desta loja como *thermopolium*.

canalização de adução de água limpa (UE598=658) e por um conjunto alargado de vestígios de diferentes canalizações, genericamente bastante mal conservadas, que asseguravam a drenagem de águas pluviais e sujas dos telhados e do interior da casa para o exterior.

A UE0598=658 representa a única canalização de água limpa conhecida, parecendo associar-se ao abastecimento da *domus.* Tem a forma de tubo, tendo sido executada com sucessões de tubos/canos cerâmicos, encaixados uns nos outros. Apresenta-se bem conservada numa razoável extensão, revelando uma orientação SE/NO e um pendor S/N. Cada módulo tem aproximadamente 0.70m de comprimento por 0.18m de diâmetro. A canalização teria como função o abastecimento de água à habitação a partir do decumano D5 (Teixeira, 2012:ficha nº9), garantido através de um aqueduto subtérreo que deveria cruzar a cidade no sentido E/O, o qual se articularia com o aqueduto identificado na Colina da Cividade (Martins *et al.*, 2011). A orientação da UE0598 sugere que, a partir da rua, a água circulava por pressão dentro dos tubos, correndo sob cerca de metade do comprimento do pórtico poente, infletindo para nascente na área de entrada da casa, em direção ao peristilo.

No que respeita à drenagem das águas cabe referir a canalização representada pela UE590=0610, paralela à rua e ao pórtico poente, a qual recolhia a água do telhado do pórtico. Trata-se de uma canalização em caixa, da qual apenas se conservou o lastro e alguns elementos da parede, visível numa extensão de 3.30m, possuindo 0.80m de largura. O lastro é constituído por elementos de material laterício de tipo *lydion,* enquanto as paredes são de pedras graníticas retangulares, ligadas ao próprio lastro e faceadas no lado interno. A parede nascente corresponde às partes do murete que fechava o espaço entre os silhares do pórtico (Fig. 132).

A canalização representada pela UE0759 asseguraria a drenagem do canal de captação de água das chuvas que corria no interior da área aberta do peristilo, o qual captaria também a água do tanque central daquele espaço, devendo essa água ser conduzida em direção à fachada poente e

ao cardo K9 mais concretamente em direção à canalização correspondente à UE0590=0610. Com 0.20m de altura, apresenta um lastro feito com tijolos (UE0828), sendo as paredes de pedra, de talhe tendencialmente quadrado, com um aparelho de tipo *opus vittatum*, o que atesta a sua antiguidade (Teixeira, 2012:ficha nº15).

A canalização de drenagem representada pela UE0990, em forma de U, situada na área noroeste da casa, conduzia a água de um ponto indeterminado da casa diretamente para a cloaca.

Cabe igualmente sublinhar algumas atividades relacionadas com a cloaca (UE0561), as quais devem associar-se à organização do sistema hidráulico da *domus.* Uma dessas atividades está representada por um novo enchimento que recobriu a estrutura, eventualmente associado à preparação de um pavimento da rua, talvez decorrente de uma intervenção/reparação da estrutura, identificada com a UE1011, cujo enchimento forneceu fragmentos de terra *sigillata* hispânica Drag.15/17, datados do último quartel do século I. Julgamos que estas atividades se relacionam com a ligação do sistema de drenagem de água da habitação e dos pórticos à cloaca. De qualquer modo, será de admitir que datem desta fase os orifícios quadrangulares, com 0.20 m de lado, que se podem observar nas paredes da cloaca, que se destinavam ao escoamento de águas pluviais a partir de drenos que foram rasgados na alterite granítica (Martins e Ribeiro, 2012: 33; Ribeiro, 2010: 410). Esta atividade teria implicado, necessariamente, a colocação de um novo enchimento sobre a estrutura, após a sua conclusão.

5.2.2.2 A ocupação do quarteirão B

Apesar de não ter sido possível identificar na área escavada do quarteirão B as características da construção que aí se erguia, possuímos alguns elementos que atestam a existência de dois pórticos que acompanhariam a fachada do edifício nos lados nascente e sul, formalizados por silhares retangulares e pelo silhar de canto identificado pelas UEs 0507 e 0508.

Assim, destacamos o silhar identificado com a UE0502, o qual, juntamente com o silhar de canto correspondente à UE0507=0508 define o alinhamento do pórtico sul. Aquele silhar marca o limite sudeste do pórtico nascente, definido por um conjunto de cinco silhares retangulares (UEs 0545, 0571, 0574, 0836, 0837), todos implantados em grandes valas de fundação, abertas na alterite granítica, como acontece com o silhar representado pela UE0545, associado à vala de fundação identificada pela UE0544, ou com o silhar referenciado com a UE0574, cuja fundação é visível através do seu negativo (UE0578) e respetivo enchimento (UE0577).

Neste quarteirão foi ainda possível individualizar os silhares que compõem o canto da estrutura que definia o limite das fachadas sul e este da habitação (UE0539 (Fig. 133). A implantação deste limite da casa é visível através da vala de fundação, à qual foi atribuída a UE0541, bem como o respetivo enchimento (UE0542), cujos materiais apontam para a sua cronologia flávia.

Tal como acontece com o pórtico poente do quarteirão A os silhares do pórtico nascente do quarteirão B possuem cerca de 1m de comprimento, por 0.45m de largura, implantando-se a uma distância regular de 8½ pés entre si (2.50m). A sua configuração sugere que se destinavam a suportar colunas de silhares sobrepostos, encimados por arcos. Tendo em conta a distância entre os silhares, bem como o vão do pórtico (10 pés=2.90m), os arcos deveriam ter uma altura de 10½ pés



a



b

Figura 130. Pormenor do pórtico poente, definido pelos silhares retangulares. a) UEs 0678, 0624; b) UE1020 ©UAUM. Estes silhares apresentam cerca de 1m de comprimento, por cerca de 0.45m de largura e estavam implantados a uma distância regular de 8½ pés entre si (2.51m).

(3.12m), o que permitiria o assentamento nivelado das colunatas, que se dispunham em plataformas para conseguir vencer a pendente do terreno. Embora se disponha de menos informação para o pórtico sul julgamos que, pelas suas características possuiria uma solução de colunata semelhante à sugerida para o pórtico nascente.

5.2.3 Fase III. A reforma tardia da domus

5.2.3.1 Descrição geral

O conjunto das reformas que podemos considerar associadas a esta fase, ocorridas entre finais do século III/inícios do IV, foi apenas observado na área dos pórticos e nas lojas do quarteirão A, zona que é melhor conhecida do ponto de vista construtivo, importando relembrar que a área escavada do interior da casa apenas permitiu delinear a área correspondente a um peristilo, o que explicará, possivelmente, a ausência de indicadores de reformas nesta fase de ocupação.

De um modo geral os muros que podemos individualizar como correspondentes a esta fase

possuem características construtivas particulares, revelando aparelhos irregulares e a utilização de fragmentos de materiais laterícios a colmatar os interstícios entre os blocos pétreos. Bem caracterizado e datado noutras intervenções arqueológicas da cidade, designadamente nas termas do Alto da Cividade (Martins, 2005), o tipo de muros típico desta fase revela uma menor qualidade técnica do seu aparelho, caracterizando-se também pela utilização de materiais arquitetónicos de fases anteriores. Para além do aparelho teve-se em conta os materiais que integravam os enchimentos das suas valas de fundação ou de níveis de enchimento associados. Entre os materiais que serviram para datar os novos muros que foram construídos cabe destacar uma ânfora do tipo Beltrán 72, variante B, datável entre o século III e os meados do seculo IV, ou os fragmentos pertencentes a peças em vidro, como a taça ampla de bordo em aba oblíqua, datável de finais do século I d.C., a meados do século III, ou século IV, o jarro de bocal afunilado, datado entre finais do século III e o século IV, ou ainda a taça arqueada funda, com decoração por gravação, com uma cronologia entre as décadas de 40 a 80 do século IV (Magalhães, 2010:70).

Tendo em conta o conjunto dos muros que podemos seguramente atribuir a esta fase é possível considerar que a reforma dos finais do século III/inícios do IV terá afetado a parte ocidental da casa, tendo sido construídos novos muretes entre os silhares do pórtico poente (UE591=UE911=UE874), com cerca de 0.56 m de largura, talvez destinados a refazer os anteriores níveis de circulação do pórtico. Também o pórtico norte parece ter sido fechado com a construção do muro representado pela UE0509, muito embora tudo indique que esse encerramento poderá estar associado à compartimentação desse espaço, eventualmente para a criação de novas lojas, à semelhança do que ocorre noutras zonas arqueológicas já analisadas. Assim, importa referir a construção do muro, representado pela UE1046, o qual juntamente com um outro, construído no alinhamento do canto da casa, permitiu criar um novo espaço (Fig. 136).

O facto do pórtico poente não ter sido reorganizado em lojas, poderá resultar da importância do eixo de circulação limítrofe (K9), que conferia aos espaços comerciais anexos ao pórtico um especial relevo, justificando o seu conservadorismo e funcionamento ainda no século IV. Pelo menos no caso da loja T5 podemos mesmo considerar que se terá mantido a sua vocação de *thermopolium,* se valorizarmos a descoberta de uma ânfora inteira no interior da loja.

Tendo por base os dados disponíveis julgamos poder considerar que a *domus* manteve a sua estrutura original, conservando a integridade da área do peristilo (P2). Apesar de apenas conhecermos a parte poente da habitação, julgamos que a entrada para aquela área da casa terá continuado a ser feita a partir da fachada poente, conservando-se assim a presumível axialidade que defendemos com um eventual *tablinum* que se localizaria na área P3 (Fig. 135).

Contudo, os vestígios arqueológicos disponíveis para caracterizar esta fase documentam que a casa sofreu um eventual aumento da área construída, presumindo-se a anexação do espaço correspondente ao pórtico norte, uma vez que se regista a segmentação deste espaço, com a criação de pelo menos um compartimento (T8) (Fig. 135). Uma vez que nada se conhece da área da casa que se dispunha na plataforma norte não podemos perceber qual o real impacto da anexação do pórtico sobre o sistema de organização dos restantes espaços interiores.

Assim, tanto quanto nos é possível avaliar, a reforma dos finais do século III/inícios do IV terá afetado sobretudo as áreas de circulação, alteração pelo menos documentada no pórtico norte, facto que teria permitido ampliar a área interior da habitação, ao avançar a construção até ao limite do pórtico.

No entanto, e a avaliar pelos dados arqueológicos disponíveis, reconhece-se que esta fase terá tido um reduzido impacto na organização da área central da casa, onde se ergue o peristilo, que teria mantido a sua configuração original. Isso não significa, todavia, que não tivessem ocorrido outras transformações mais profundas nos setores da casa não descobertos, sobretudo na plataforma norte a na área nascente da mesma, sobre os quais não conhecemos, pois não foram escavados.

5.2.3.2 Os espaços económicos

Os dados disponíveis parecem demonstrar que a fachada poente da *domus,* anexa ao pórtico que bordejava o cardo K9, continuou a exibir um carácter eminentemente comercial e que as quatro lojas que aí existiam terão continuado a funcionar ao longo do século IV. Assim, julgamos poder admitir a persistência de três lojas na parte da fachada situada a norte da entrada principal da casa (T1, T2 e T3) e de uma grande loja (T4), a sul daquela entrada, nada indicando que as mesmas possam

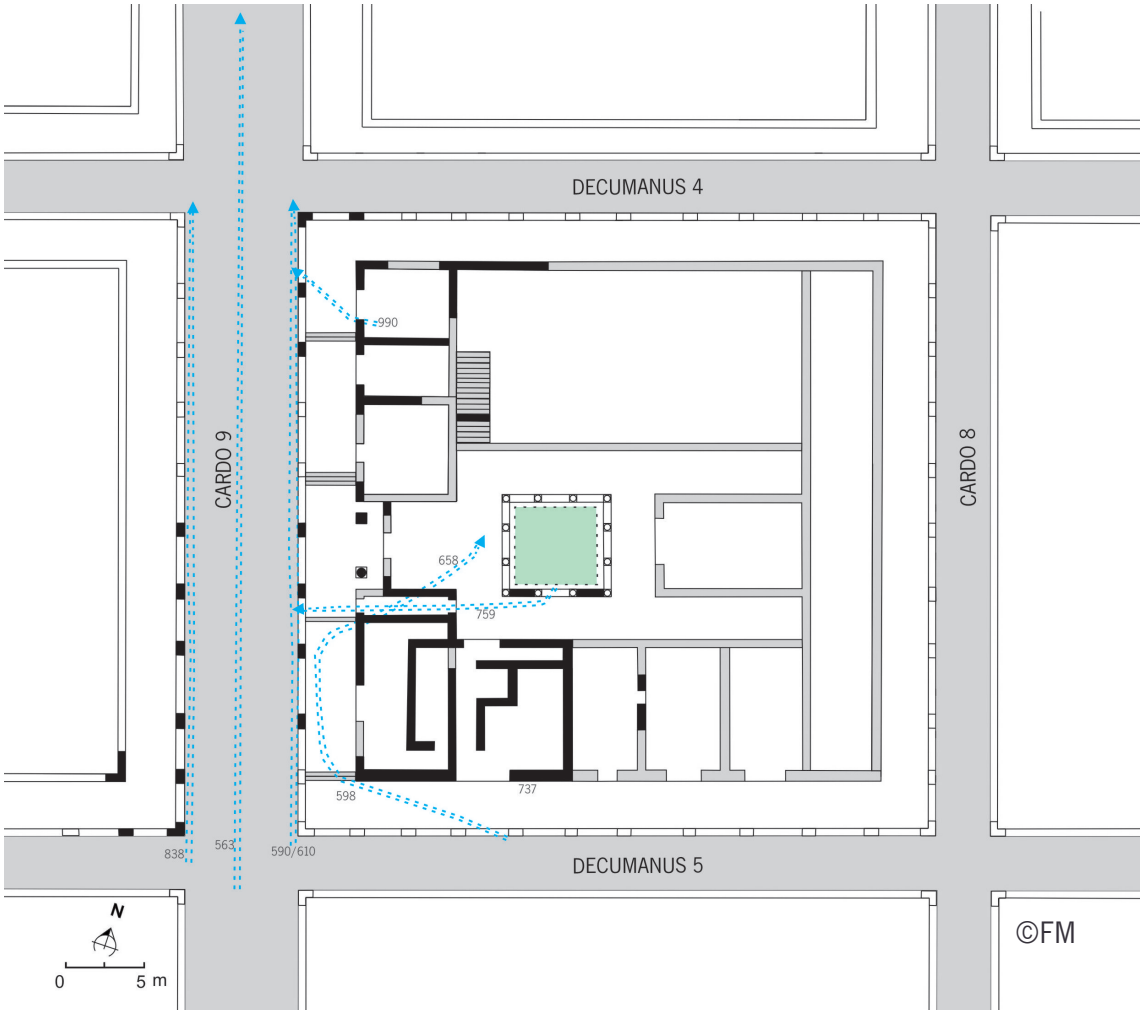


Figura 131. Planta da *domus* com a definição das estruturas hidráulicas.



Figura 132. (Sup) Canalização em caixa representada pela UE590=0610. Corria paralela à rua e ao pórtico poente, recolhendo a água do telhado do pórtico.(Inf) Canalização de água limpa associada ao abastecimento da *domus.* Estrutura identificada com a UE0598=658, apresenta a forma de tubo, tendo sido executada com sucessões de tubos/canos cerâmicos, encaixados uns nos outros ©UAUM.

ter isso alteradas nas suas dimensões, ainda, que seguramente nos faltem dados para avaliar as suas caraterísticas internas e eventuais arranjos que possam ter ocorrido e que envolvessem o uso de materiais perecíveis, como balcões e outros equipamentos necessários às funções que desempenhavam.

Embora seja impossível avaliar a função exata das lojas T1, T2 e T3, presumimos que a loja T4 tivesse continuado a cumprir a função de espaço comercial de alimentos, considerando a sua assinalável dimensão (45 m^2) e a existência de um balcão para o qual se entraria pelo lado sul, características sugestivas da sua eventual função de *thermopolium.*

Na fachada sul persiste a loja T5, com uma área útil de 40m^2, que por dispor de um balcão perpendicular à fachada, deve ter continuado a funcionar como *thermopolium,* interpretação que parece válida pelo facto de aí se ter descoberto uma ânfora inteira, tipo Beltrán 72, variante B, datável entre o século III e os meados do seculo IV (Fig. 135). Quanto às anexas lojas T5, T6 e, presumivelmente também T7, julgamos que se terão mantido nesta fase, pelas razões já anteriormente apontadas, que se articulam com a proximidade do *forum* e com a atração que este exerceria para a fixação de comerciantes nas suas imediações.

5.2.3.3 Os pórticos

Tendo em conta os dados disponíveis tudo leva a crer que a reforma dos finais do século III/inícios do IV não terá alterado os pórticos que se dispunham a poente e sul da *domus* localizada no quarteirão A, que devem ter mantido as características herdadas da fase alto imperial. O conservado-



Figura 133. Silhares identificados com a UE0539 que compõe o canto da estrutura que definia o limite das fachadas sul e este da habitação, localizada no quarteirão B ©UAUM.



Figura 134. Conjunto de silhares associados ao pórtico este e sul do quarteirão B. a) silhar de canto (UE0507=508), define o alinhamento do pórtico sul; b) silhar retangular (UE574); c) silhar retangular (UE571). Os silhares UEs 574 e 571 em conjunto com outros silhares definiam o pórtico nascente da habitação localizada no quarteirão B ©UAUM.

rismo registado na manutenção destes eixos pedonais pode justificar-se pela localização deste quarteirão relativamente ao *forum* e nas imediações do cardo K9, facto que concederia uma importância acrescida aos pórticos mais articulados com as ruas principais (K9 a poente e D5 a sul).

Assim, o pórtico poente, anexo ao cardo K9, manteve a mesma profundidade de 10 pés, desenvolvendo-se entre a articulação com o pórtico sul e o limite do quarteirão, a norte, numa extensão de 129 pés. As cotas nessas extremidades continuaram a oscilar entre 194m, no extremo sul e 190m no limite norte, presumindo-se que o desnível de cerca de 4m tenha continuado a ser compensado por lances de escadas, que ajudariam a formalizar plataformas que facilitariam o acesso às diferentes entradas que deveriam existir ao longo da fachada da *domus*. No entanto, é possível que nesta fase tenham ocorrido trabalhos de revalorização do pórtico, uma vez que temos evidência de muretes dispostos entre os silhares que suportariam o peso do telhado do pórtico. Esta solução, que é comum em *Bracara Augusta*, e que foi já assinalada nas Carvalheiras, parece cumprir uma função estrutural de definição dos segmentos das plataformas, que existiriam entre os sucessivos lances de escadas, cumprindo também a função de evitar a entrada da água das chuvas nesse corredor de circulação

pedonal.

Atendendo ao desnível que o pórtico tinha que vencer admite-se que, tal como sugerido para a primeira fase, o telhado não seria corrido, mas sim desnivelado, acompanhando as sucessivas plataformas em que se organizaria o seu piso de circulação. Na verdade, a intervenção que pode ter sido realizada nesta fase, não tendo alterado a estrutura do pórtico, pode ter apenas sido circunscrita ao seu limite poente e eventualmente ao pavimento.

Tal como ocorrido com o pórtico poente, presumimos que o pórtico sul, anexo ao decumano D5, deve ter mantido as suas características, quer em termos de profundidade (10 pés), quer de solução construtiva, hipótese que nos é sugerida pela manutenção da entrada na loja T5, cuja persistência sugere que o pórtico não terá sido encerrado, mantendo-se como espaço de circulação anexo ao eixo viário representado pelo decumano D5.

Já o pórtico norte, anexo ao decumano D4, parece ter sido fechado, pelo menos parcialmente, deixando de funcionar como espaço de circulação pedonal, tendo em conta as evidências disponíveis que sugerem a sua compartimentação, presumivelmente para construção de novas lojas, da qual só podemos testemunhar aquela que foi interpretada como loja T9 (Fig. 135).

5.2.3.4 As estruturas hidráulicas

Tendo por base os dados disponíveis julgamos que a base da estrutura hidráulica implantada na fase alto imperial se deve ter mantido ainda no século IV. Referimo-nos, muito particularmente, ao sistema de adução de água limpa, representado pela UE0598=0658, que deve ter continuado a assegurar o abastecimento de água à casa, pois não se conhece qualquer outra canalização que cumprisse essa função. Em funcionamento se deve ter mantido também a canalização referenciada pela UE0590=0610, que captaria a água do telhado do pórtico poente, disposta no limite nascente do cardo K9 e ao longo do pórtico. Do mesmo modo, não temos razões para pensar, que o sistema de drenagem de água, do peristilo para o exterior da casa, não tivesse continuado a ser assegurada pela canalização representada pela UE0759, que garantia o escoamento da água do canal de captação de água das chuvas, que correria no interior da área aberta do peristilo, o qual captaria também a água do tanque central que aí deveria existir. A água deveria ser conduzida em direção à fachada poente em direção ao cardo K9. Também a canalização de drenagem representada pela UE0990, situada na área noroeste da casa, deve ter continuado a funcionar, recolhendo a água de um ponto incerto da casa diretamente para a cloaca.

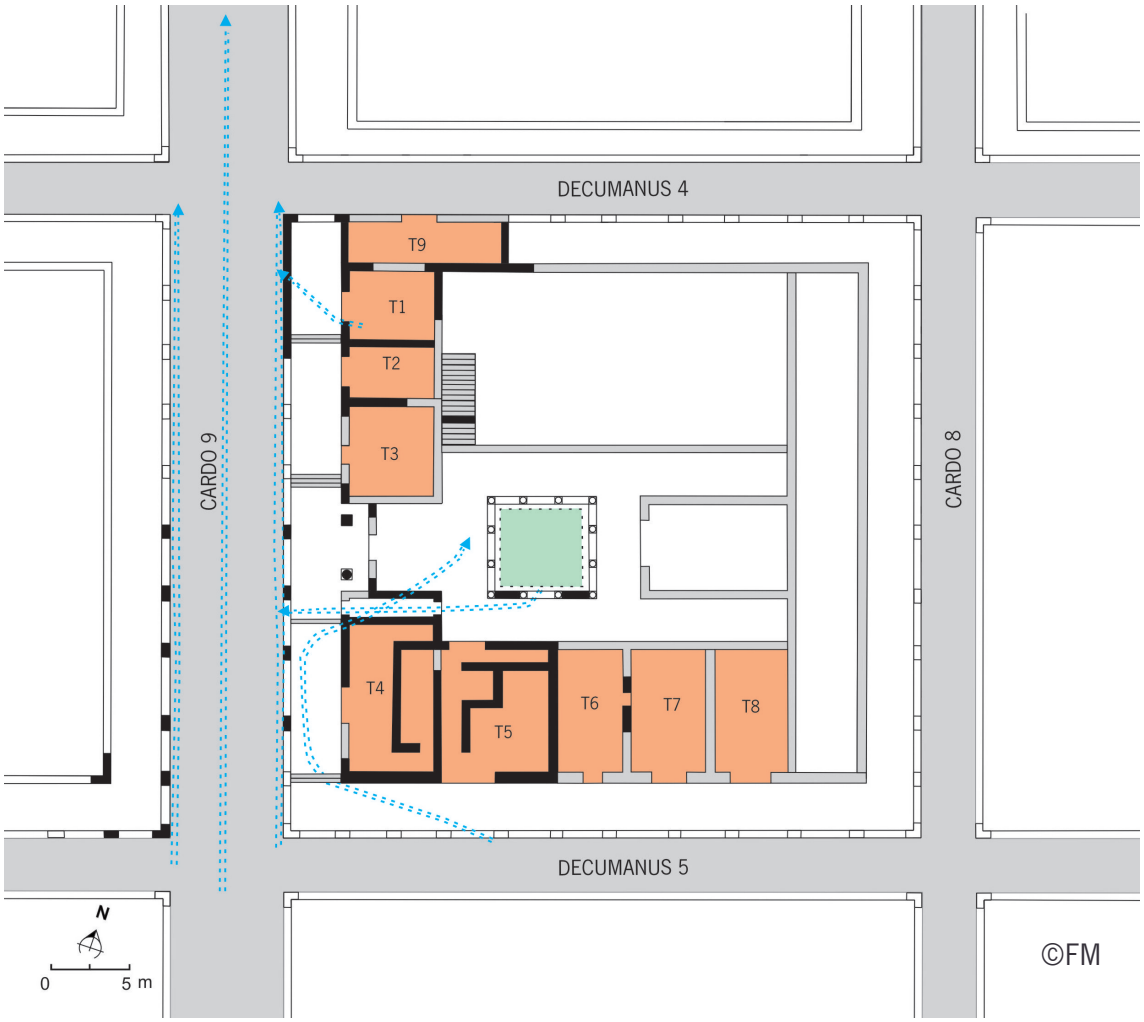


Figura 135. Planta da reforma tardia da *domus* com as *tabernae* rasgadas na fachada sul, oeste e norte (T9).



Figura 136. Muretes entre os silhares do pórtico poente (UE591=UE911=UE874), com cerca de 0.56 m de largura. Estes muretes provavelmente estavam destinados a refazer os anteriores níveis de circulação do pórtico.

6 A Zona Arqueológica das Antigas Cavalariças

6.1 Historiografia

6.1.1 Caracterização da área escavada

A área conhecida pela designação de 'Zona arqueológica das Antigas Cavalariças de Braga', também conhecida por Zona P1, corresponde aos terrenos onde hoje se encontra o construído o Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, em Braga, aberto ao público em 2006. Os referidos terrenos apresentavam-se à data do início dos trabalhos arqueológicos, aí realizados, a partir de 1986, como um conjunto de dois pavilhões, anexos à rua dos Bombeiros Voluntários, situada a poente, confrontando a nascente com uma ampla área não construída. A razão que justificou a realização de escavações no referido local resultou da decisão assumida pelo ex IPPC de aí virem a ser construídas as futuras instalações do referido Museu, depois de logradas outras possíveis localizações, tendo os terrenos das Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga sido cedidos pelo Exército para essa finalidade (Delgado e Martins,1988:77).

O terreno inicialmente prospetado correspondeu a um amplo retângulo, com cerca de 70 m de comprimento, por 40 m de largura, cobrindo uma área de cerca de 2.800m^2, ao longo do qual se dispunham as ruínas de duas construções retangulares, que foram usadas como cavalariças do Regimento de Infantaria 18, construídas nos inícios do século XX. As duas construções eram paralelas e possuíam diferentes dimensões, dispondo-se a maior a nascente, oferecendo-se como uma comprida galeria, com 40 m de comprimento por 10 m de largura. As duas estruturas eram envolvidas por um pavimento de pedra, que teve que ser removido com máquinas para se procederem às escavações.

Os terrenos em questão, situados entre as cotas de 184/183 m, dispunham-se a sul de uma plataforma onde se encontra localizado o parque de estacionamento do Centro de Saúde do Largo Paulo Orósio, o qual se situa à altitude de 190 m, sendo sustentado por um robusto muro de suporte que ainda hoje assegura a divisória entre os terrenos daquele equipamento e do Museu D. Diogo de Sousa. Assim, esta área arqueológica encontrava-se delimitada, a norte, pelo referido Centro de Saúde, a nascente, pelas traseiras das casas da rua de S. Geraldo, confrontando a sul com os terrenos do Instituto Monsenhor Airosa e a poente com a rua dos Bombeiros Voluntários.

O posicionamento desta zona arqueológica relativamente à malha urbana da cidade romana (Martins *et al.*, 2017a) permite situá-la a sul do *forum*, ocupando a área de dois quarteirões, que designamos por A e B, situados respetivamente a poente e nascente do principal eixo viário N/S da cidade, correspondente ao cardo máximo (K9). Embora não tenha sido possível identificar vestígios desta importante via, nem tão pouco aquelas que deveriam ser as fachadas das construções que ocupariam os dois quarteirões referidos, não temos dúvidas de que o conjunto de vestígios que foram exumados na área correspondente ao quarteirão A configuram grande parte de uma *domus*, de cronologia flávia, que sofreu significativas remodelações entre finais do século III/inícios do IV. Sabemos também que o quarteirão A continuou habitado durante a Antiguidade Tardia, entre os séculos V/VII, altura em que os espaços da *domus* do século IV começaram a sofrer um processo de desarticulação, determinado por uma nova lógica de uso do espaço doméstico, igualmente documentada noutros locais da cidade

romana (Martins *et al.*, 2016). Já a informação relativa ao quarteirão B é menos significativa, pois os vestígios encontravam-se nessa área bastante arrasados, facto que dificultou a interpretação planimétrica das ruínas.

As peripécias que envolveram a construção do Museu D. Diogo de Sousa levaram a que a 'Zona arqueológica das Antigas Cavalariças', sondada e escavada em 1986 e 1988/1989, tivesse sido progressivamente ampliada, a partir da Zona P1, onde se situavam as ruínas dos edifícios que justificam o nome desta área arqueológica. Assim, a designação inclui também os terrenos que se dispunham a leste das cavalariças e que confrontavam com as traseiras das casas da rua de S. Geraldo, pontualmente sondados em 1989, 1996 e 2002. Hoje esses terrenos pertencem ao Museu D. Diogo de Sousa e integram os seus jardins traseiros.

Tanto quanto podemos avaliar, a partir dos dados obtidos nas escavações, os terrenos correspondentes a esta ampla zona arqueológica, que inclui muitos espaços que nunca foram escavados, devem ter sido abandonados nos finais da Antiguidade Tardia, a partir do século VII, tendo conhecido um processo semelhante ao documentado na 'Zona arqueológica das Carvalheiras', pois ambas as áreas ficaram fora da cidade medieval. Com base nos dados conhecidos é possível considerar que esses terrenos devem ter sido transformado em espaços agrícolas, situação testemunhada na generalidade das áreas escavadas, que correspondiam à parte sul da cidade romana, onde, ainda nos inícios do século XX, existiriam algumas quintas de razoáveis dimensões.

A circunstância dos terrenos desta zona arqueológica terem ficado fora da Braga medieval e posteriormente moderna e nunca terem sido construídos, posteriormente ao seu abandono e até aos inícios do século XX, quando parte deles foi ocupada pelas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga, terá favorecido uma razoável preservação das ruínas que foram descobertas pelas escavações na zona P1, que se inserem naquele que designamos por quarteirão A, onde se evidenciam vestígios que podem ser interpretados como correspondendo a uma *domus*. No entanto, os terrenos em questão não foram poupados a abundantes saques, que ocorreram em diferentes momentos, entre a Antiguidade Tardia e a Idade Moderna, como pode ser demonstrado pelos materiais encontrados nos enchimentos das numerosas valas de saque detetadas nas escavações. Assim, o estado de conservação das ruínas desta zona arqueológica é bastante variável, dependendo dos saques ocorridos, mas também da variada cota do substrato rochoso em que assentam os muros. Ambas as circunstâncias influenciaram a diferenciada preservação das ruínas que chegaram até nós.

6.1.2 Historial dos trabalhos de escavação

O início dos trabalhos arqueológicos nesta zona arqueológica foi determinado pela necessidade de informar o futuro projeto de construção do edifício do Museu D. Diogo de Sousa, tendo tido lugar em 1986, de forma a avaliar a potencialidade arqueológica dos terrenos, situados numa área com elevada potencialidade arqueológica. Os trabalhos arqueológicos foram realizados sob responsabilidade da UAUM e contaram com a colaboração dos técnicos do Museu D. Diogo de Sousa.

O arranque dos trabalhos associou-se à limpeza do local realizada pela Câmara Municipal de Braga, tendo igualmente sido realizado um levantamento topográfico da zona, da responsa-

bilidade do ex IPPC. Após estes trabalhos prévios deu-se início, a partir de junho de 1986, às primeiras sondagens do terreno, tendo a zona arqueológica recebido a designação de 'Zona das Cavalariças' (CVL86). Os trabalhos arqueológicos viriam a prosseguir até ao ano de 2002, ainda que de forma descontinuada.

Uma vez que o ex IPPC havia decidido conservar as paredes das Antigas Cavalariças as escavações acabariam por ser fortemente condicionadas pela presença desses edificados. Na verdade, a estratégia de sondagem e escavação do terreno acabaria por se adaptar a essas pré-existências, tendo sido deixadas por escavar, por razões de segurança, amplas áreas do terreno que seriam fundamentais para a compreensão das ruínas (Fig. 137).

A primeira campanha de escavações, dirigida por Manuela Delgado e Alexandra Gaspar, ocorreu em 1986, tendo incidido em três locais diferentes do terreno, para garantir uma boa avaliação da potencialidade arqueológica do solo e consistido na abertura de três sondagens. A sondagem CVL86 B/C-4/5, aberta a sul da construção poente, não forneceu quaisquer estruturas, revelando um profundo revolvimento do terreno, realizado em época moderna, ao contrário da sondagem CVL86D/E-9, que se localizou entre os dois pavilhões das cavalariças, revelando vestígios de um pavimento de *opus signinum* e níveis de derrube, claros indicadores da existência de estruturas romanas ainda conservadas no subsolo. A terceira sondagem, identificada por CVL86E-14 e F14, foi aberta no topo norte do edifício nascente das Cavalariças (setor I), tendo sido sucessivamente alargada devido à relevância dos vestígios romanos aí encontrados. Entre os vestígios mais significativos que foram exumados nesta sondagem cabe destacar um poço circular e vestígios de vários muros e de um pavimento constituído por pedras talhadas em forma de losangos e retângulos (Delgado e Gaspar, 1986:156-157) (Fig. 138).

A segunda campanha de escavações, sob a supervisão científica de Manuela Delgado e Manuela Martins, teve lugar entre 1988 e 1989 e objetivou a sondagem e escavação da totalidade do terreno onde iria ser construído o Museu D. Diogo de Sousa, tendo sido precedida da realização de trabalhos prévios destinados a facilitar a escavação e a orientar a abertura das sondagens. Assim, considerando a extensão da área a intervencionar, foi removido com máquinas o pavimento empedrado que envolvia os edifícios das Cavalariças, após o que se procedeu a um prospeção geofísica do terreno, da responsabilidade do Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro, cujos resultados viriam a comprovar a existência de uma elevada densidade de estruturas.

Todo o terreno a sondar e escavar foi quadriculado, numa malha de 4x4m, recebendo as sondagens uma designação feita a partir de coordenadas X e Y, tendo a área a escavar sido subdividida em setores. O edifício das Cavalariças situado mais próximo da rua dos Bombeiros Voluntários recebeu a designação de setor II e o situado a nascente a designação de setor IV, tendo o terreno entre os dois edifícios sido referenciado por setor III. A designação de setor I ficou reservada à parte norte das construções (Fig. 139).

A escavação iniciou-se no setor IV, com a escavação de 11 sondagens, tendo sido possível detetar o pavimento de uma calçada tardia e vários muros de diferente cronologia, tendo-se verificado que as sondagens dispostas a sul não revelavam vestígios construtivos. Já na zona III foram

apenas escavadas 4 sondagens, tendo sido postos a descoberto vestígios de um pavimento de terra batida e vários muros de cronologia romana tardia (Delgado e Martins, 1988:80). O setor II foi o último a ser intervencionado, tendo aí sido abertas 9 sondagens que permitiram identificar um conjunto significativo de muros com aparelhos bastante diversificados, correspondentes a pelo menos três fases de ocupação distintas, bem como silhares e restos da mesma calçada identificada no setor II (Delgado e Martins, 1988:79).

Esta campanha contemplou ainda o desmonte de algumas banquetas deixadas entre as sondagens para viabilizar uma correta interpretação das ruínas, bem como a realização de sondagens nos terrenos situados a nascente da Zona P1, os quais, sendo propriedade particular, só puderam ser sondados após a sua aquisição pelo Estado. As sondagens aí realizadas demonstraram uma diferença de cota de cerca de 1m entre a Zona P1 e esses terrenos, cujo substrato rochoso era mais alto, facto que terá justificado uma menor conservação das estruturas romanas. Aí viriam a ser descobertos vestígios de vários muros que deverão pertencer a uma outra *domus*, que ocuparia o quarteirão B, situado a nascente daquele que se julga corresponder ao segmento sul do cardo máximo da cidade romana (K9).

O estado de arrasamento das ruínas detetadas nos terenos dispostos a nascente da Zona P1 justificou a superior decisão de aí construir o corpo principal do Museu D. Diogo de Sousa, tendo-se decidido entulhar as sondagens dos setores I, II, III e IV, mesmo sem ter sido concluída a sua escavação, para permitir a demolição das paredes das antigas Cavalariças e a construção do Museu (Figs. 137 e 139).

A terceira campanha de escavações ocorreu em 1996, tendo sido dirigida por Francisco Sande Lemos. Os trabalhos arqueológicos tiveram por objetivo ampliar a área anteriormente intervencionada a toda a zona que deveria vir a corresponder ao futuro jardim do Museu. Nesta campanha foi escavado um conjunto de sondagens, tendo os trabalhos permitido individualizar o alicerce dos muros modernos das cavalariças, um pavimento de terra batida e várias estruturas correspondentes a diferentes fases de ocupação (Lemos, 1996: 2).

A última campanha de escavações teve lugar no ano 2002, já depois da construção do Museu e destinou-se a sondar os terrenos anexos situados a nascente do edifício, concretamente na área que foi reservada para jardim (Fig. 140). Esta campanha permitiu documentar um conjunto de muros que definem grandes salas com *opus signinum* e restos de tesselas, assim como hipocaustos, vestígios sugestivos da presença de um balneário, ainda que o carácter circunscrito das sondagens não tenha sido suficiente para realizar a sua adequada interpretação.

A densidade e relevância das ruínas que foram exumadas nesta zona arqueológica até 1989 justificaram a correta decisão de implantar o edifício do Museu nos terrenos situados a nascente da Zona P1 (antigas Cavalariças), onde as escavações prévias haviam revelado estruturas arqueológicas bastante mais esparsas e significativamente mais arrasadas. Pelo contrário, a área onde se detetaram os vestígios da *domus*, que se inseria num quarteirão da cidade romana, que designámos por A, foi então entulhada, sem que tenha sido possível concluir a sua escavação e identificar os seus limites, uma vez que era suposto que as escavações fossem retomadas poste-



Figura 137. Perspetiva geral das sondagens arqueológicas no setor II dos terrenos das antigas Cavalariças ©UAUM.

riormente à construção do Museu, o que nunca viria a acontecer, pelo que os vestígios da *domus* das Antigas Cavalariças jazem atualmente sob a esplanada de cimento da entrada do edifício.

6.1.3 Interpretação cronológica e fases construtivas

As ruínas da 'Zona arqueológica das Antigas Cavalariças' representam um conjunto arqueológico de grande interesse para o estudo da estrutura urbana de *Bracara Augusta*, pois, apesar de não ter sido possível identificar as fachadas das construções e os pórticos anexos, nem os limites exatos dessas construções, foram obtidos dados correspondentes a dois quarteirões contíguos da cidade romana, que se dispunham a poente e nascente do segmento sul do cardo máximo (K9).

Relativamente ao quarteirão A dispomos de elementos suficientes para perceber que estamos em presença da área construída de uma *domus*, cuja planimetria pode ser restituída e que será objeto de descrição e interpretação detalhada neste trabalho. Já os dados disponíveis sobre o quarteirão B são demasiado escassos para permitir uma restituição segura e coerente da sua planta, pelo que os referiremos apenas pontualmente.

No seu conjunto a 'Zona arqueológica das Antigas Cavalariças' corresponde à maior área escavada na parte sul da cidade romana, facto que permite compreender a organização urbana deste setor da cidade entre o momento fundacional e o fim da Antiguidade Tardia, momento que corresponderá também ao início do processo que conduzirá ao seu definitivo abandono. Contudo, estamos perante uma zona arqueológica difícil de interpretar, devido ao facto de muitas das sonda-

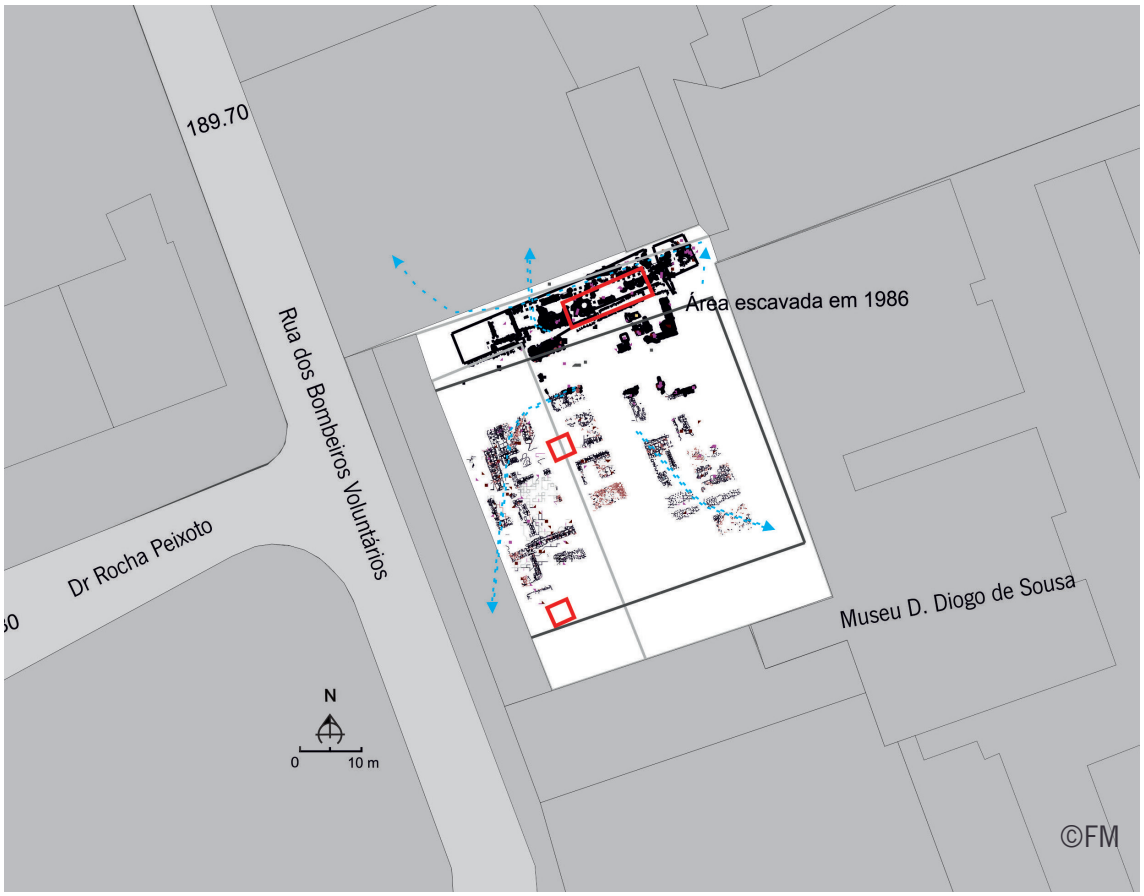


Figura 138. Planta ZA das Antigas Cavalariças com a delimitação da área escavada em 1986.

gens abertas não terem chegado a ser integralmente escavadas, o mesmo tendo acontecido com algumas banquetas, facto que condiciona bastante a datação de algumas estruturas e mesmo a compreensão das fases de ocupação mais antigas. Também a circunstância de não terem sido intervencionadas áreas significativas entre os setores II e IV, cuja escavação teria resolvido muitas das dúvidas que subsistem até hoje, dificulta a interpretação de boa parte da organização interna da *domus* do quarteirão A. Uma outra dificuldade decorre do facto do edifício ter sido sucessivamente remodelado, até ao seu abandono definitivo, certamente em data posterior ao século VII, tendo igualmente sido objeto de abundantes saques de pedra, que tornam difícil compreender algumas das características da construção e mesmo a funcionalidade de alguns muros.

No entanto, pese embora todos os constrangimentos interpretativos, entende-se que esta área arqueológica faculta uma informação preciosa para a compreensão do processo evolutivo da ocupação dos quarteirões residenciais que se situavam a sul do *forum* da cidade romana até à Antiguidade Tardia, razão porque não poderíamos deixar de a incluir neste trabalho de avaliação da arquitetura doméstica de *Bracara Augusta* (Fig. 143).

Muito embora se tenham realizado nesta zona arqueológica quatro intervenções, relativamente extensas, não foi fácil realizar uma adequada valorização do vasto manancial de dados propiciados pelas escavações, quer do ponto de vista do conjunto arquitetónico e urbanístico, quer dos materiais, ainda que tenham sido publicados parcialmente alguns resultados, sobretudo relativos ao estudo dos materiais (Gaspar, 2000; Morais 2002; 2005; 2014). Na verdade, o estudo

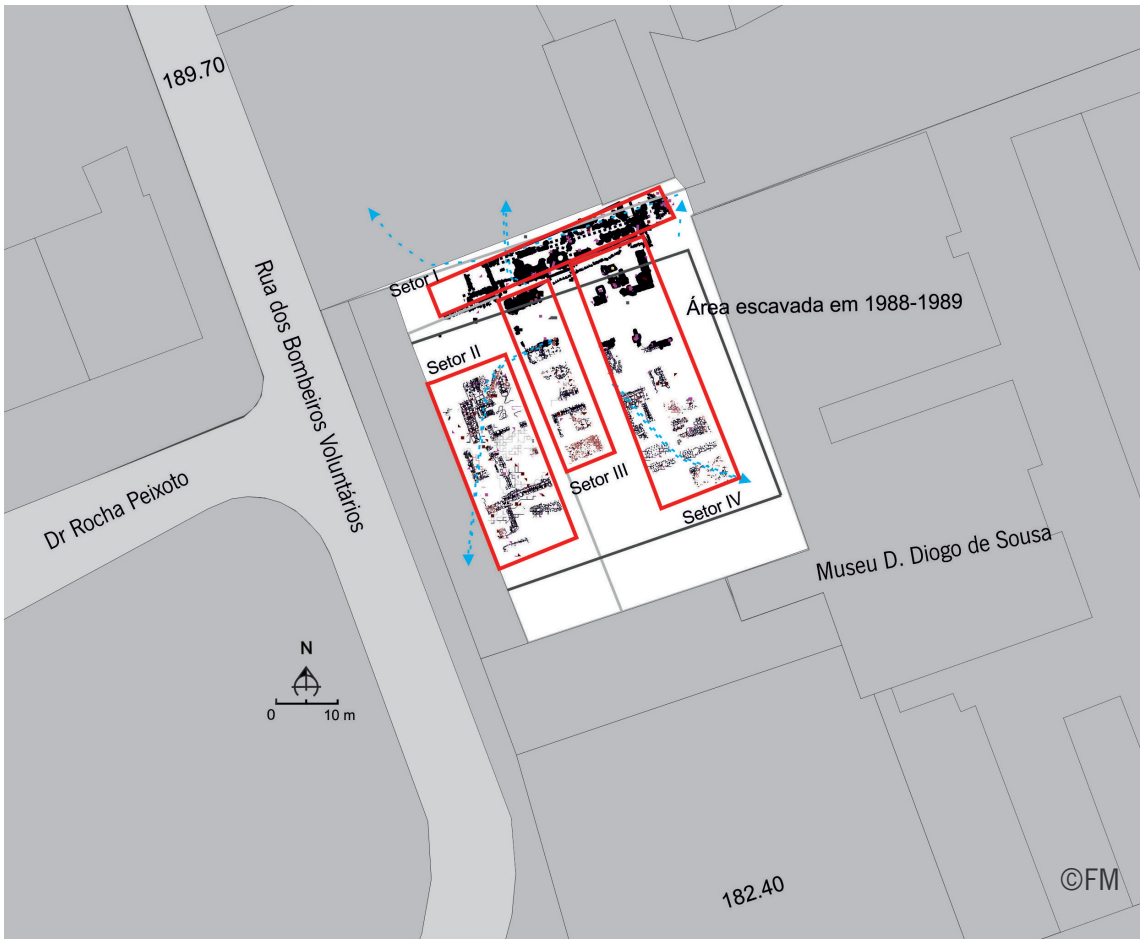


Figura 139. Planta ZA das Antigas Cavalariças com a delimitação da área escavada em 1988 e 1989.

das cerâmicas afigurou-se mais fácil do que a interpretação da complexa trama de estruturas que foram exumadas, na maior parte dos casos bastante truncadas. Em parte, o carácter fragmentário dos dados disponíveis e as dificuldades de interpretação desta zona arqueológica resulta da estratégia de escavação que foi usada, muito condicionada, entre 1986 e 1988/1989, pela presença das paredes das Antigas Cavalariças, que impediam uma escavação de âmbito mais alargado.

A oportunidade efetiva de realizar uma análise sistemática dos vestígios descobertos nesta zona arqueológica viria a surgir apenas em 2013, no âmbito de um estágio realizado por uma aluna do Mestrado em Arqueologia da Universidade do Minho, que aceitou o desafio de analisar e interpretar a documentação correspondente à zona P1, onde parecia ser possível identificar a planimetria de parte de uma *domus*, que se integraria num quarteirão da cidade romana (Silva, 2013). Assim, foi possível valorizar a longa sequência de ocupação desta zona arqueológica, bem como o enorme acervo de materiais que foram sendo objeto de estudo por parte de vários investigadores, que analisaram diferentes categorias de espólio, ajudando a datar os contextos construtivos. No âmbito deste trabalho cabe referir o inestimável contributo de Manuela Delgado, quer durante as escavações, quer posteriormente à sua conclusão, a quem se deve a classificação e datação das produções cerâmicas romanas importadas e comuns, que contribuíram para datar as unidades estratigráficas desta zona arqueológica. Para essa datação contribuíram também Rui Mo-

rais, que estudou as sigillatas alto-imperiais e as lucernas, materiais que incluiu na sua dissertação de doutoramento (Morais, 2005), bem como outros materiais de cronologias diversas (Morais *et al.*, 2012), Alexandra Gaspar, que estudou os materiais tardo antigos das intervenções de 1986 e 1988 (Gaspar, 2000) e Mário Cruz (2001) que estudou os vidros.

A análise detalhada dos cadernos de campo e de toda a informação gráfica disponível, designadamente da estratigrafia e das estruturas, bem como a valorização dos materiais presentes nos níveis arqueológicos associados às estruturas, permitiu a caracterização e datação dos diferentes muros e a sua correlação planimétrica, possibilitando a sequenciação da ocupação do quarteirão A, entre o momento funcional e os finais da Antiguidade Tardia. Assim, apesar da escavação realizada não ter coberto toda a área ocupada pelo quarteirão A foi possível avaliar a natureza das estruturas que o integravam e enquadrá-las do ponto de vista urbanístico, em grande medida graças ao avanço dos conhecimentos relativos à malha ortogonal da cidade de *Bracara Augusta*, decorrente da fixação do módulo dos quarteirões e da localização dos eixos viários principais e secundários (Martins *et al.*, 2012, 2017a). Com efeito, embora se desconheçam quaisquer evidências dos pórticos que deveriam rodear a casa, à semelhança do que ocorria noutros *domus* da cidade, bem como de eventuais lojas, que se poderiam distribuir ao longo das fachadas da habitação, possuímos elementos construtivos de diferentes cronologia que permitem caracterizar a ocupação do espaço interno do quarteirão A, os quais podem ser englobados em três grandes fases de ocupação, anteriores ao século V.

A primeira fase de ocupação do quarteirão A (Fase I), datada entre Augusto e a época flávia, está representada fisicamente por um conjunto de estruturas, correspondentes a silhares e canalizações e documentada por materiais cerâmicos que não deixam dúvidas sobre o precoce processo de ocupação dos quarteirões da cidade romana desde a época fundacional. Na circunstância, dispomos de um conjunto de silhares, que possuem uma orientação coincidente com a malha urbana fundacional de *Bracara Augusta*, cujas valas de fundação atestam a sua antiguidade, devido à ausência de quaisquer materiais (Martins *et al.*, 2017a).

A segunda fase de ocupação (Fase II) corresponde à implantação de uma *domus*, que pode ser datada do período flávio, cuja planimetria é sugerida por uma série de muros, que se encontram solidamente implantados na rocha, alguns dos quais integrando silhares da fase anterior (Delgado e Martins, 1988: 81 e 82). A construção da *domus* flávia do quarteirão A implicou o arrasamento de estruturas anteriores, registando-se nalguns setores escavados atividades de subida da cota de circulação, em cerca de um 1m, através de enchimentos que incluem muito material de construção cerâmico, bem como abundantes vestígios que documentam a continuada ocupação do quarteirão desde a época de Augusto.

A terceira fase de ocupação (Fase III) está relacionada com uma reforma da *domus* do quarteirão A, operada entre finais do século III/inícios do IV, a qual terá configurado as características da casa durante o século IV. A esta fase foram atribuídos vários muros que se distinguem daqueles que são característicos do Alto Império, revelando, genericamente, um aparelho bastante mais irregular, que integra abundantes fragmentos de pedras, tijolo e mesmo terra, formando uma



Figura 140. Planta ZA das Antigas Cavalariças com a delimitação da área escavada em 2002.

espécie de argamassa grosseira. Contudo, estas características construtivas dos muros pouco ou nada deverão ter influenciado o requinte que a *domus* deve ter atingido nesta fase tardia, a avaliar pelas reformas que se registaram nos setores situados a nascente e a norte do peristilo, a zona que melhor se conhece do ponto de vista arqueológico.

6.2 Descrição das fases

6.2.1 Fase I. Implantação e ocupação pré-flávia dos quarteirões

6.2.1.1 Descrição geral

O conjunto de intervenções arqueológicas realizado nos setores I a IV desta zona arqueológica, que correspondem ao essencial da área do quarteirão romano em análise (quarteirão A), não permite avaliar com clareza a natureza da sua ocupação anteriormente à época flávia, altura em que aí foi construída uma requintada *domus* de peristilo, cujas características podem ser parcialmente restituídas.

Tal como ocorre com outros quarteirões da cidade romana, já analisados, dispomos para esta zona de materiais arqueológicos datados entre finais do século I a.C. e as primeiras décadas

do século I, presentes em enchimentos de fossas e valas de fundação de muros datados da época flávia, ou mesmo em enchimento de regularização do terreno, facto que comprova um uso continuado desta área da cidade desde a sua fundação, sem que se possa avaliar com clareza a natureza dos edificados a que essa ocupação corresponderia. Na verdade, a marca construtiva flávia, representada no quarteirão A pela edificação de uma *domus* de peristilo, terá implicado um arrasamento significativo das estruturas precedentes, com a pontual reutilização de algumas estruturas, como aconteceu claramente com o conjunto de silhares datado da Fase I (UEs 1043, 1033 e 1086).

Neste contexto importa valorizar os conhecimentos relativos ao contexto fundacional de *Bracara Augusta*, que apontam para o arranque da ocupação da cidade anteriormente aos anos 3/2 a.C., uma vez que nessa data já estariam em curso atividades construtivas, certamente centradas no *forum* e áreas adjacentes (Martins *et al.*, 2017a). De facto, tudo indica que o povoamento da nova cidade se tenha iniciado ainda na última década do século I a.C., tendo por base os dados relativos ao início da construção da Via XVII e ao uso funerário da necrópole anexa (Braga, 2010; 2018). Esta cronologia de arranque da ocupação da cidade é de algum modo corroborada pelos materiais cerâmicos mais antigos procedentes desta zona arqueológica, os quais tem sido valorizados em vários trabalhos (Morais, 2002; Morais el al., 2012) e que são sugestivos da ocupação dos quarteirões A e B desde o tempo de Augusto.

Assim, cabe destacar o contributo do estudo realizado sobre os materiais procedentes do enchimento de uma fossa detrítica aberta no saibro (UE2301), identificada no quarteirão B, na sondagem 8, o qual forneceu mais de uma centena de peças, integrando cerâmicas finas (*sigillatas* e paredes finas itálicas), lucernas, ânforas e cerâmicas comuns e de cozinha, datáveis dos finais do reinado de Augusto (Morais *et al.*, 2012: 507). Uma cronologia aproximada é também sugerida pelo fragmento de um molde bivalve de lucerna, estudado por Rui Morais (2002), o qual, pela sua dimensão e decoração, sugere corresponder a um molde para uma lucerna de volutas, tipo Loeshcke I, datável do reinado de Augusto a inícios de Tibério. A peça procede claramente de um nível associado à ocupação do quarteirão A (UE1095), que se sobrepõe a um piso de terra batida (UE1094), que se articula com um dos silhares que atribuímos a esta fase (UE1086) (Fig.141).

Igualmente sugestivos de uma ocupação antiga do quarteirão A são os vestígios de moldes para produção de sítulas com decoração geométrica e de um molde de armela de tradição indígena (Morais 2005: Est. XXXIV-XXXIX), que apontam para a possível existência de uma oficina neste setor da cidade, claramente datada de um período anterior aos flávios, momento em que o quarteirão foi ocupado por uma *domus* de peristilo (Fig.142). Os materiais procedem de enchimentos de valas de fundação de muros da casa e de nivelamentos, estando associados a cerâmicas datadas entre finais do seculo I a.C. e os Flávios. Estes materiais parecem apontar para uma primeira utilização oficinal do quarteirão, associada à produção de sítulas, interpretação que é reforçada com o cadinho de ouro que foi encontrado num nível de enchimento sobre a rocha (Morais 2004: Est. XXIX nº7). Também a presença de um molde de lucerna de volutas, tipo Loeshcke I, datável do reinado de Augusto a inícios de Tibério, parece reforçar a natureza produtiva e artesanal da ocupação que teria caracterizado este setor da cidade, também já sugerida para a área das Carvalheiras e do ex Albergue Distrital, o que

aponta para a instalação deste tipo de serviços num conjunto alargado de quarteirões, na primeira fase de ocupação da cidade, os quais irão conhecer uma profunda reorganização no último quartel do século I.

No entanto, apesar do significativo número de materiais arqueológicas que documentam uma ocupação dos quarteirões A e B, entre o período de Augusto e a época flávia, desconhecemos por completo a que tipo de construções estaria a mesma associada, uma vez que deste período apenas subsistem estruturas em negativo e alguns silhares, como aqueles que foram identificados no quarteirão A (UEs 1043, 1033 e 1086), alinhados no sentido N/S e associados a um piso de circulação (UE1094), sendo impossível estabelecer a sua funcionalidade (Fig.143).

Assim, a fase pré-flávia na zona arqueológica das Cavalariças parece associar-se a uma utilização de carácter artesanal diversificada, cujas características construtivas permanecem por esclarecer, considerando que apenas se reconhecem algumas estruturas, basicamente representadas por silhares e fossas, em cujos enchimentos se reconhecem materiais cerâmicos que documentam a segura utilização desta área da cidade, cujos quarteirões poderiam estar então divididos em vários lotes, utilizados com funções artesanais e eventualmente também residenciais.

6.2.1.2 Topografia fundacional

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos nesta zona arqueológica não permitiram detetar evidências dos eixos viários que delimitavam os dois quarteirões em que se integravam os vestígios construtivos exumados. Na verdade, presumimos que esses quarteirões se distribuíam, respetivamente a poente (A) e nascente (B), do segmento sul do cardo máximo (K9), o qual deveria prolongar para sul do *forum* o alinhamento daquele eixo viário, detetado na 'Zona arqueológica do Ex Albergue Distrital', que já foi analisada anteriormente. No entanto, reconhece-se que não dispomos de evidências arqueológicas que comprovem essa interpretação, que teria que ser validada através da largura daquele eixo viário que apresenta, no seu segmento norte cerca de 24 pés, ou seja, o dobro da largura média das restantes artérias secundárias.

Tendo por base os conhecimentos disponíveis, relativos à projeção da malha urbana da cidade romana para a parte sul da cidade, julgamos que o quarteirão A estaria limitado a norte e sul, respetivamente pelos decumanos D8 e D9, a poente pelo cardo K10 e a nascente pelo cardo máximo (K9). Este último cardo delimitaria o quarteirão B a poente, sendo limitado a nascente pelo cardo K8 e a norte e sul, respetivamente pelos decumanos D8 e D9 (Martins *et al.*, 2017a) (Fig.143). Sublinhamos, contudo, que as escavações desta zona arqueológica não lograram confirmar nem os eixos viários, nem a estrutura dos pórticos que deveriam circunscrever os quarteirões e que terão sido estruturados na Fase II, com a construção da *domus.*

Uma vez que os vestígios conhecidos nesta área arqueológica se reportam ao miolo do quarteirão, entende-se que o principal contributo da sua escavação para a compreensão da topografia fundacional se articula com a evidência de que as construções que devem ter existido nesta fase no quarteirão A estavam orientadas de acordo com os eixos que definiram a malha urbana de *Bracara Augusta*, implantada num momento anterior ao seu povoamento, já em curso entre 3/2 a.C. Na ver-

dade, a identificação no quarteirão A de um alinhamento de grandes silhares, espaçados de 10 pés entre si, dispostos no sentido N/S (UEs 1043, 1033 e 1086), sugere a existência de construções adequadamente integradas nos quarteirões que compunham a topografia fundacional da cidade, facto que corrobora que o setor da cidade situado a sul do f*orum* replicava as características identificadas a norte daquele espaço (Martins *et al.*, 2017a).

6.2.1.3 Os vestígios de ocupação e o seu significado

Os vestígios mais relevantes do ponto de vista construtivo que se podem associar à Fase I estão representados por um conjunto de três silhares (UEs 1043, 1033 e 1086), que se encontram alinhados no sentido N/S, cuja função original desconhecemos, mas que sabemos de cronologia fundacional, já que as suas valas de fundação não fornecem materiais, um seguro indicador da antiguidade destes elementos construtivos (Fig. 143). Trata-se de um conjunto de grandes silhares retangulares, sobrepostos, com cerca de 1m de comprimento por 0.50m de largura, dispostos no seu eixo maior no sentido N/S, pelo menos na sua fiada mais superficial, normalmente assente noutros silhares sobrepostos. As características construtivas destas estruturas são particularmente evidentes no conjunto identificado com a UE1086, detetado na banqueta entre as sondagens S58 e 59, claramente se associado a um solo de terra batida (UE1094), à cota de 181.50 m, que se sobrepõe aos enchimentos sobre a rocha que recobrem a vala de fundação para implantação da estrutura (UEs1106 e 1141).

Admitindo que os três silhares identificados se encontram *in situ*, pois foram integrados num muro da *domus* flávia que é construída na fase seguinte, verificamos que a equidistância entre eles é de cerca de 10 pés (2.94m), sendo por isso possível admitir que deveria existir um quarto silhar, a meia distância entre a UE1086 e a UE1033, o qual terá sido saqueado, tal como o muro que envolveu a estrutura na época flávia. A existência deste quarto silhar pode aliás ser aferida com base no contorno daquela que deve ter sido a vala fundação da estrutura, rasgada na alterite (UE1110). Por outro lado, o silhar identificado com a UE1043 parece corresponder a um silhar de canto, cuja localização se afigura coincidente com metade do quarteirão, o que poderia indicar que este estaria dividido em pelo menos dois lotes, no sentido N/S, situação que já foi verificada noutros locais da cidade, designadamente na 'Zona arqueológica da Escola Velha da Sé'.

A funcionalidade deste alinhamento de silhares é deveras intrigante, considerando o seu posicionamento no interior do quarteirão, numa posição recuada relativamente aos alinhamentos dos pórticos, onde seria presumível a sua ocorrência, num local coincidente com os limites dos quarteirões. Intrigante é também a circunstância do enchimento, representado pela UE1138, de datação flávia, disposto sobre a camada (UE1095) que se sobrepõe ao nível sobre o solo terra batida (UE1094) e que faz subir a cota de circulação cerca de 1m, conter uma elevada quantidade de tijoleiras fragmentadas. Este tipo de materiais sugere a presença no local de estruturas telhadas ou abobadadas com tijolo, pelo que é possível conjeturar que a localização do alinhamento possa articular-se com a existência de pórticos de silhares que dariam acesso ao interior de construções, as quais ocupariam seguramente dois lotes distintos, assinalados pelo silhar de canto correspondente à UE1043 (Fig. 143).

Para além das estruturas referidas que sobreviveram devido à sua incorporação num muro

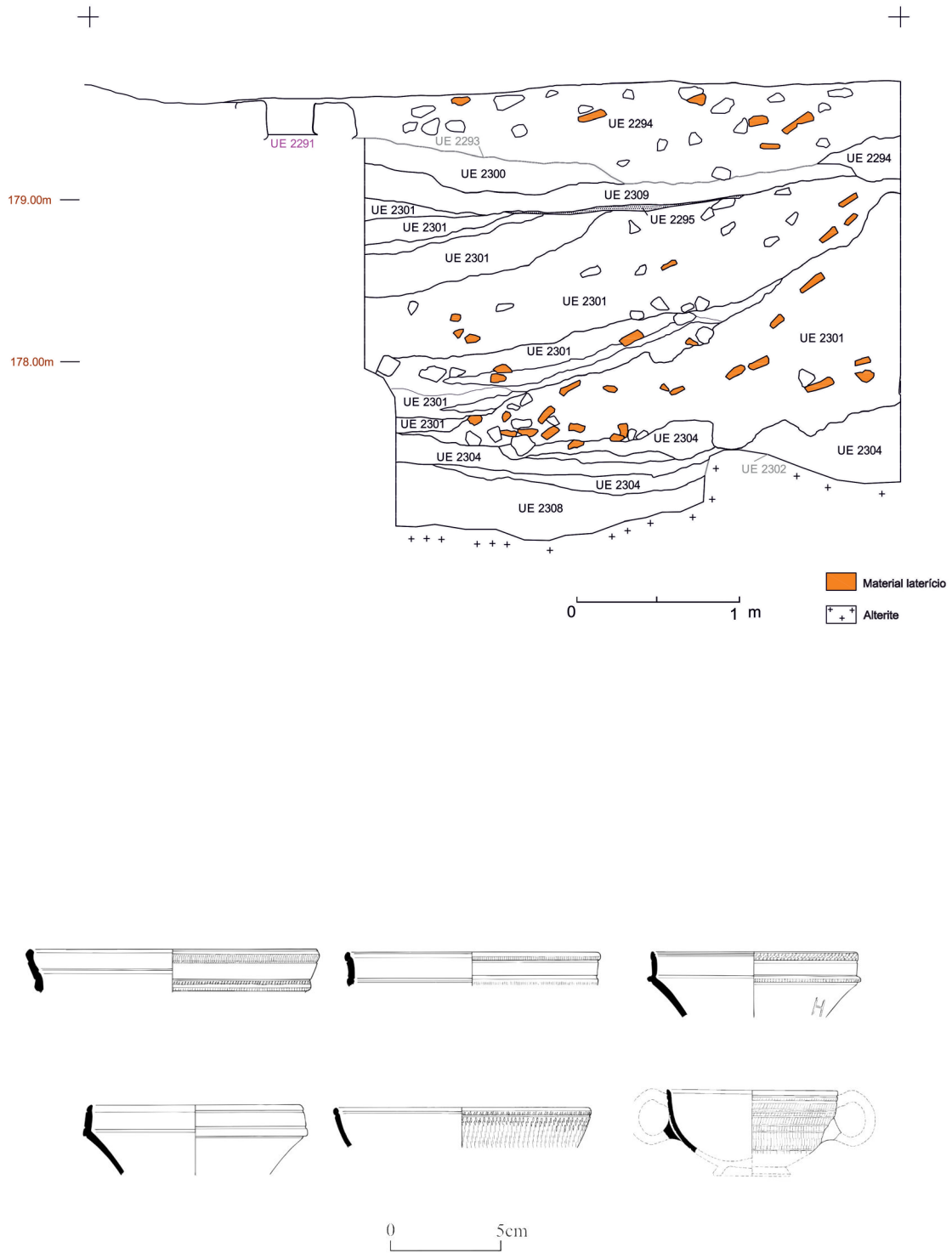


Figura 141. (Sup) Perfil este da Sondagem 8 realizada no quarteirão B. O enchimento de uma fossa detrítica aberta no saibro (UE2301)forneceu mais de uma centena de peças, integrando cerâmicas finas (*sigillatae* e paredes finas itálicas), lucernas, ânforas e cerâmicas comuns e de cozinha, datáveis dos finais do reinado de Augusto (Morais *et al.*, 2012: 507).
(Inf) Conjunto de peças de *terra sigillata itálica* com formas Consp. 22.2, Consp. 22.5, Consp. 23.1, Consp. 31.1, Consp. 38.3 (Morais *et al.*, 2012: 502).



Figura 142. Vestígios de moldes para produção de sítulas com decoração geométrica e de um molde de armela de tradição indígena (Morais, 2005: Est. XXXIV-XXXIX). Estes fragmentos permitem supor a existência de uma oficina neste setor da cidade, claramente datada de um período anterior aos flávios.

datado da época flávia, nada mais conhecemos das construções que terão ocupado o quarteirão A ao longo das primeiras décadas de vida da cidade. Na verdade, são sobretudo os materiais arqueológicos que nos fornecem uma prova inequívoca quanto à continuada ocupação dos quarteirões A e B, desde o seu período fundacional até à época flávia, bem como algumas pistas quanto ao tipo de utilização que os podem ter caracterizado.

Vários tipos de materiais sugerem um arranque da ocupação deste setor da cidade na época de Augusto e documentam a sua continuada utilização até aos flávios, talvez com um carácter artesanal. Assim, quer os materiais procedentes do enchimento de uma fossa (UE2301), identificada no quarteirão B, que forneceu mais de uma centena de peças importadas e de produção local, que incluem *sigillata* e paredes finas itálicas, lucernas, ânforas e cerâmicas comuns e de cozinha, maioritariamente de produção indígena, (Morais *et al.*, 2012: 507), quer a cronologia do fragmento de molde de uma lucerna de volutas, tipo Loeshcke I, encontrada no quarteirão A (Morais, 2002), sugerem uma segura ocupação deste setor da cidade, datável do reinado de Augusto, claramente associada à construção dos silhares já referidos, com os quais podemos articular um piso de terra batida (UE1094), estratigraficamente relacionado com o silhar referenciado com a UE1086.

A identificação no quarteirão A de cerca de uma dúzia de fragmentos de moldes de placas com decoração geométrica de tradição indígena para a produção de sítulas e de um molde de armela, procedentes de enchimentos de valas de fundação de muros da época flávia e de nivelamentos para a sua construção, em associação com cerâmicas datadas entre finais do seculo I a.C. e os Flávios, constituem um importante indicador das atividades que devem ter tido lugar no quarteirão A (Morais

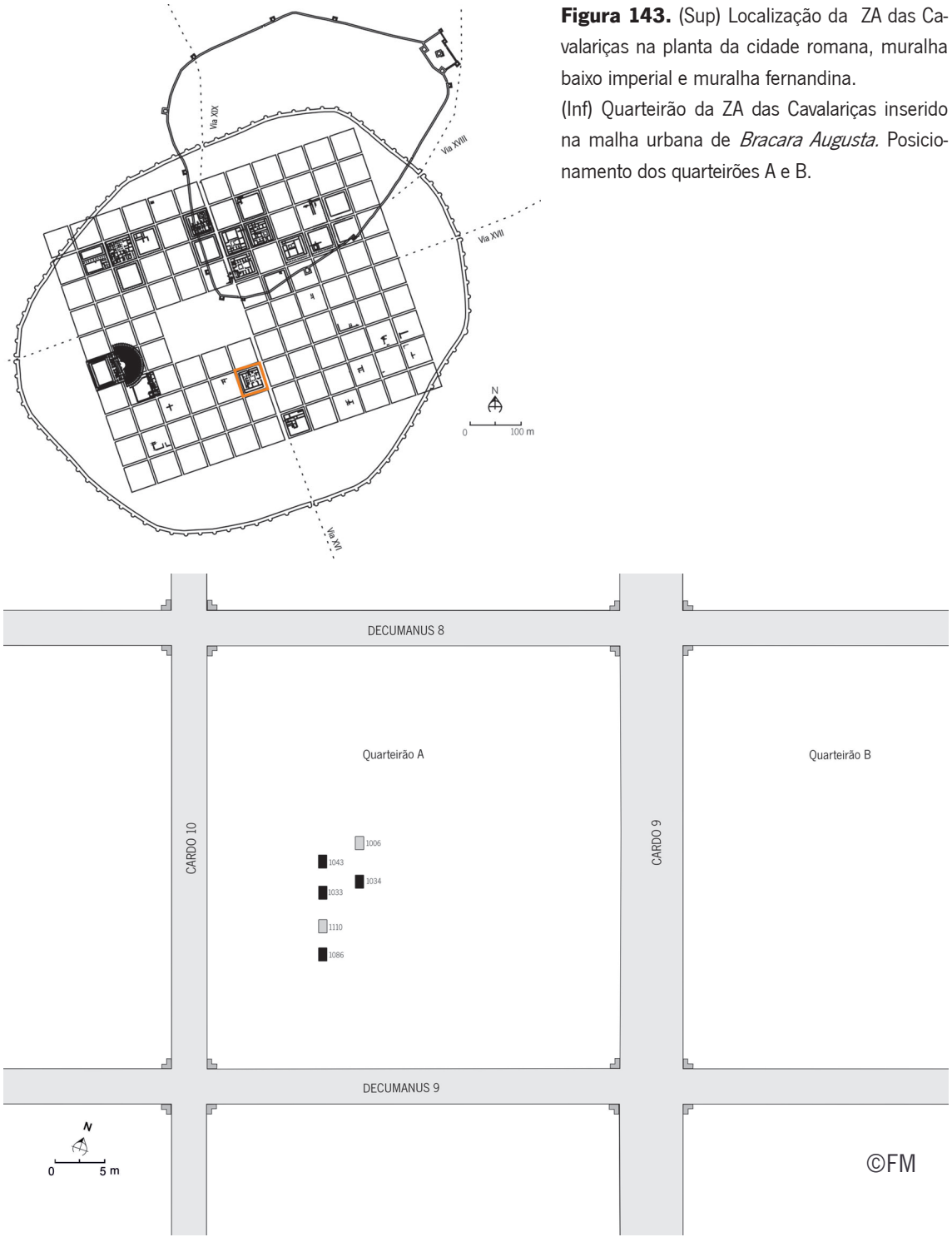


Figura 143. (Sup) Localização da ZA das Cavalariças na planta da cidade romana, muralha baixo imperial e muralha fernandina.
(Inf) Quarteirão da ZA das Cavalariças inserido na malha urbana de *Bracara Augusta.* Posicionamento dos quarteirões A e B.

2005: Est. XXXIV-XXXIX). Na verdade, esses materiais, com paralelo noutros procedentes de níveis que correspondem à fundação da cloaca sob o cardo máximo (K9), detetado na 'Zona arqueológica do ex Albergue Distrital', apontam para o carácter artesanal dos equipamentos que deveriam ocupar os quarteirões deste setor da cidade, anteriormente à época flávia. Esta utilização, predominantemente artesanal, parece igualmente sugerida pelo cadinho de ouro que foi encontrado num nível de enchimento sobre a rocha, bem como pelo molde de lucerna de volutas, tipo Loeshcke I, datável do reinado de Augusto a inícios de Tibério, ainda que não se disponham de dados construtivos, certamente

destruídos aquando a profunda reorganização dos quarteirões operada no último quartel do século I.

Assim, será de supor que nas décadas que se sucederam à fundação da cidade esta tenha sido objeto de um processo de povoamento continuado, com destaque para uma forte componente de população autóctone, oriunda dos castros da região bracarense, conforme se encontra testemunhado pela epigrafia, mas também pela presença de materiais de fabrico claramente indígena, frequentemente presentes em enchimentos da época flávia, embora de produção anterior, que testemunham o processo de ocupação de vários setores da cidade ainda no reinado de Augusto. Assim parece acontecer nesta zona arqueológica, onde se pode inferir a presença de uma população de origem indígena, fundamental enquanto mão-de-obra da nova cidade, quer na atividade construtiva, quer artesanal, a qual convive com outro tipo de residentes que consomem produtos itálicos (*sigillata*, paredes finas, lucernas e vidros) e béticos (ânforas), documentados, quer em contextos funerários, quer nos enchimentos de fossas de extração de saibro, ou nas valas de fundação de muros construídos na época flávia.

Importa sublinhar que os materiais importados presentes nesta zona arqueológica, tal como os que se encontram noutras que já foram analisadas, testemunham um padrão de consumo bastante homogéneo e amplamente representado a norte e sul do *forum*, o qual se afirma após a fundação da cidade. Esse padrão atesta um conjunto de produtos importados, dedicado a um estrato populacional com maiores exigências, a par da cerâmica comum, basicamente composta pela cerâmica indígena, a qual parece suprir as necessidades neste tipo de vasilhame. No entanto, presença de cerâmicas comuns de fabrico romano, embora escassamente representada, anteriormente a meados do século I, parece atestar a instalação na cidade de oleiros oriundos de outros locais da Península Ibérica, ou mesmo de fora dela.

6.2.2 Fase II. A domus flávia do quarteirão A

6.2.2.1 Descrição geral

A Fase II, referenciada nesta zona arqueológica, encontra-se balizada entre o período flávio e os finais do século III, caracterizando-se pela construção e ocupação de uma *domus*, que deve ter ocupado a totalidade do quarteirão A, situado entre os K9 e K10 e os decumanos D8 e D9. A datação da construção da *domus* é sugerida pelos materiais arqueológicos que foram identificados nos enchimentos das valas de fundação da maior parte dos muros que formalizavam o edifício, ou nos enchimentos de nivelamento, que permitiram estabelecer as cotas de circulação no interior da casa. O conjunto dos materiais referidos apontam genericamente para uma datação flávia da *domus*, que conhece uma reforma nos finais do século III/inícios do IV.

A área conhecida *domus* do quarteirão A corresponde praticamente à totalidade da área central da casa, da qual se desconhecem os limites norte e poente, correspondentes às respetivas fachadas que ladeariam os pórticos anexos, existindo algumas evidências que permitem sugerir os seus limites nascente e sul.

Tendo em conta os dados disponíveis julgamos que a construção da casa terá implicado o arrasamento da maior parte das pré-existências e a regularização do terreno, que regista um pendor

moderado no sentido S/N, de cerca de 1.50 m, entre a cota de 184m a norte e 182.50m, na parte sul do quarteirão e um razoável aplanamento no sentido E/O, circunstância que teria facilitado a projeção de uma casa sem grandes desníveis, facilmente compensados por pequenos lances de escadas Fig. 144). As escavações permitiram registar processos de nivelamento para regularização da cota da área central da casa, onde se regista uma subida de cota, de cerca de 1m, relativamente ao piso que serviria aquela mesma área na Fase I.

A esta fase podemos associar vários muros identificados na escavação, bem como evidências de valas negativas de outros, percetíveis através de recortes detetados na alterite granítica. Na verdade, os muros do período flávio alicerçam-se no substrato rochoso alterado da zona, oferecendo uma qualidade técnica semelhante aos muros conhecidos noutros locais da cidade, característicos do Alto Império, com aparelho regular, tipo *opus vittatum.* Em média os muros, que corresponderiam a paredes interiores, não ultrapassavam os 0.45m, valor compatível com a média de outros muros registados em construções da mesma época, conhecidos noutros locais da cidade.

Os reduzidos vestígios daqueles que seriam os muros perimetrais do lado nascente e sul não permitem avaliar a sua largura exata, pois deles apenas se conhecem vestígios muito residuais, representados pela UE0142, a nascente, pela UE1197 e a sul pela UE1197=M28 Fig. 145). A projeção destas estruturas permite restituir os presumíveis limites da *domus* nesses setores, bem como as áreas que podiam estar reservadas aos pórticos, sendo de sublinhar que o pórtico nascente, que acompanharia o cardo máximo, seria aparentemente mais largo do que aquele que existiria a sul, situação que não é invulgar, tendo sido registada noutras situações, designadamente no quarteirão A das Carvalheiras.

Presumimos que, à semelhança do que ocorre noutras *domus* melhor documentadas da cidade, existissem lojas abertas aos pórticos que rodeariam a casa, distribuídas ao longo das fachadas. Considerando a organização da área interior da casa, julgamos que a fachada que teria menos lojas seria a que se dispunha nascente, sendo impossível estabelecer o seu número exato, ou as suas características, por ausência de dados, uma vez que os terrenos correspondentes a esse setor da casa não chegaram a ser escavados.

O conjunto dos muros detetados no quarteirão A, que podemos seguramente associar a esta fase de ocupação, sugere que estamos em presença de uma *domus* de peristilo, que se estruturava em torno de um amplo espaço aberto porticado, em torno do qual se organizava um conjunto variado de compartimentos.

O interior da casa seria acessível a partir de entradas que presumimos rasgadas nas fachadas norte e nascente, ainda que pudesse também existir uma situada a sul.

No caso da fachada norte reconhece-se a existência de um estreito corredor (P2), que da porta de entrada conduzia ao *ambulacrum* norte do peristilo, delimitado pelos muros correspondentes às UEs 1223 e 1224. Presumimos também a existência de uma entrada situada na fachada nascente (P2), que deveria constituir a entrada principal da casa, já que confronta com o cardo máximo (K9). Uma possibilidade é que essa entrada se situasse a sul da sala que julgamos corresponder ao *triclinium* da habitação (P8), dada a sua proximidade com o espaço P9, o qual, pela sua localização, po-

deria corresponder a um *tablinum* (Fig. 146) A existência de um corredor entre os compartimentos P9 e P11, com cerca de 10 pés de largura é sugestivo de que pudesse existir também uma comunicação do interior da casa com a fachada sul, que presumimos que possuísse várias lojas, anexas ao pórtico.

Apesar da falta de dados, julgamos que a poente do peristilo se disporiam três *cubicula* (P13, 14 e 15), que estariam alinhados ao longo da parede correspondente ao conjunto das UEs 1032=M19, 1002=M25 e 1107=M19A, a qual incluiu na sua estrutura um conjunto documentado de quatro silhares da Fase I (Figs. 146 e 147). Tendo por base a sinalização de alguns muros datados desta fase julgamos que a ala norte da casa integraria, presumivelmente, três outros *cubicula* (P4, 5 e 6), que se dispunham a poente do corredor de entrada (P2), possuindo a nascente um pátio aberto, no centro do qual existia um poço, que asseguraria o abastecimento de água à casa (UE1141). Este pátio representava um requinte da *domus*, sendo acessível a partir do peristilo e talvez também do corredor de entrada na casa a partir da fachada norte (P2) (Fig. 145).

No lado poente do peristilo, entre o muro perimetral e o alinhamento da parede correspondente à UE1298 é possível referenciar três compartimentos, um dos quais presumimos ter assumido a função de salão triclinar (P8), tendo anexos a norte e sul dois espaços simétricos, de idênticas dimensões (P7 e P1) (Fig. 145). Assumindo-se que o espaço P1 corresponderia a uma entrada na casa, julgamos que a área P8 poderia ter servido como sala de apoio ao triclínio, uma solução semelhante à detetada na *domus* das Carvalheiras, já interpretada (Fig. 146).

Na ala situada a sul do peristilo referenciamos um conjunto de muros que permitem sugerir dois compartimentos (P11 e P12), que se situavam a poente de um espaço que julgamos corresponder a um corredor (P10), a leste do qual existiria um outro espaço (P9), que julgamos corresponder a um *tablinum* (Fig. 146).

Na parte sul da unidade habitacional, entre o muro correspondente à UE1153=M23 e o muro da fachada (UE1197=M28), existe um espaço, sobre o qual pouco sabemos, mas que poderia ser ocupado por lojas, dispostas ao longo da parede que encerrava a área privada da casa. O mesmo pode ser sugerido para a fachada poente, na qual podiam existir várias lojas, entre o muro que definia a fachada, sobre o qual nada sabemos e a parede que delimitaria o interior da casa (UE1123=M20). Esta parede define o limite poente de um corredor com cerca de 10 pés de largura, muito semelhante ao que prolongava para sul o pórtico nascente do peristilo (P1 0) e que poderia assegurar a articulação da casa com o espaço comercial que existiria na fachada sul (Fig. 145).

Embora não tenham sido encontrados vestígios dos pórticos que deveriam envolver a casa podemos estimar a profundidade de alguns deles, na circunstância do pórtico nascente, que bordejava o cardo máximo (K9) e do pórtico sul, anexo ao decumano D9. Assim, tendo como referência a projeção das fachadas que podemos realizar com base nas evidências dos muros perimetrais podemos estimar que o pórtico nascente teria cerca de 15 pés de profundidade e que o sul seria mais estreito, apresentando um valor próximo dos 12 pés. A maior profundidade do pórtico nascente poderá associar-se à importância do eixo viário limítrofe, uma das principais artérias da cidade, que deveria possuir 24 pés de largura, à semelhança do valor registado para esta via a norte do *forum*, na 'Zona Arqueológica do ex Albergue Distrital'.

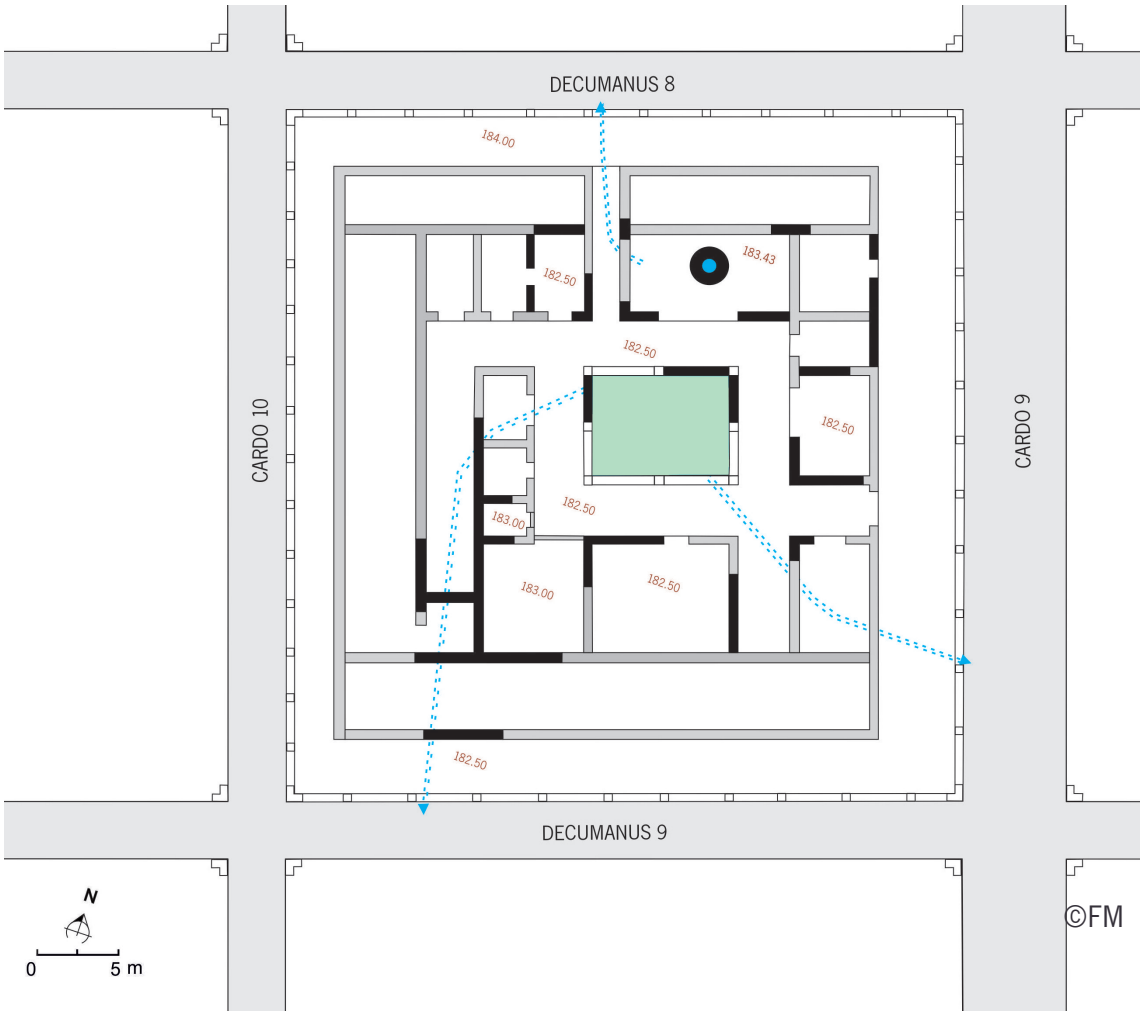


Figura 144. Planta da *domus* com a definição das cotas para cada compartimento.

Nada sabemos sobre os pórticos que envolveriam a casa, mas julgamos que a identificação, na sondagem S58, de um capitel toscano, certamente reutilizado numa fase tardia, pode estar associada à proximidade do pórtico poente, sendo sugestiva de que a ordem toscana teria sido a utilizada na colunata do pórtico. A peça tem 0.46m de altura, 0.40m de diâmetro do sumoscapo e 0.60m de diâmetro.

Globalmente podemos considerar que a generalidade das estruturas do quarteirão A, que definiam a compartimentação da *domus*, encontram-se bastante arrasadas, não tendo sido possível identificar pavimentos, ou quaisquer outros vestígios ornamentais que a casa deveria possuir, quer nesta fase, quer na seguinte. Trata-se de uma situação recorrente nas *domus* romanas de Braga, que resulta da grande acidez do solo e do facto desta área da cidade romana ter ficado fora da cidade medieval, tendo sido transformada em quintas. Os trabalhos agrícolas e a adubagem do solo, associada à humidade, devem ter atuado como fatores de destruição dos mosaicos e estuques que ornamentariam as salas, revestimentos que têm sido assinalado pontualmente noutras zonas arqueológicas, como acontece na *domus* da 'Zona Arqueológica da rua Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas' já descrita.

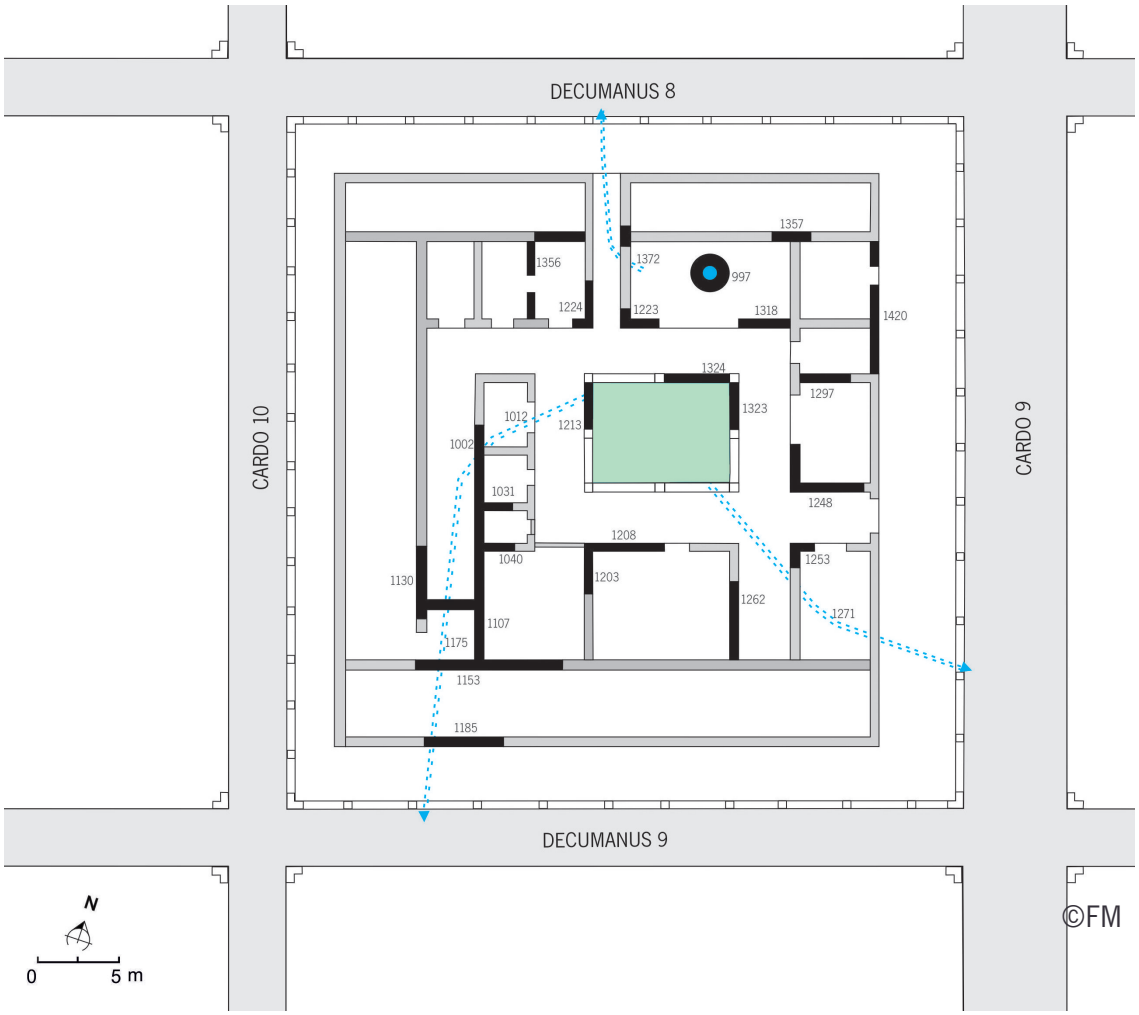


Figura 145. Planta da *domus* com a atribuição das unidades estratigráficas para cada estrutura.

6.2.2.2 A área do peristilo

A área ocupada pelo peristilo ocupa praticamente a parte central da *domus,* a uma cota de 182.50m, sendo acessível por várias entradas que se rasgavam nas fachadas. Uma delas (P1) situava-se na fachada nascente, articulando o pórtico anexo ao cardo máximo (K9) com o interior da casa. Presumimos que deveria localizar-se na área que identificámos como P1, ainda que os dados disponíveis para esta área da casa sejam bastante escassos. Esta hipótese repousa na lógica da organização dos espaços interiores, que se dispõem em torno do peristilo e na sua suposta funcionalidade, justificando-se, em nosso entender, pelo acesso fácil que propiciaria a um conjunto importante de espaços de representação, fundamentais em qualquer casa de elite, como seja o *triclinium* (P8), o *tablinum*, que presumimos localizado a sul desta entrada (P9), ou ainda as salas P11 e P12, que devem ter constituído espaços de receção (Fig. 146). A outra entrada situava-se a norte, dispondo-se aproximadamente a meio da habitação e conectava o pórtico anexo ao decumano D8 com o peristilo, através de um longo corredor (P2). Uma vez que a cota da área do peristilo se situa a 182.50m e que o pórtico norte deveria rondar os 184m parece legítimo pensar que o diferencial de cota, de cerca de 1.50m fosse vencido por lances de escadas (Fig. 144). Como já afirmámos anteriormente julgamos

que deveria existir uma terceira entrada no espaço que designamos por P10, rasgada na fachada sul, que permitia articular o pórtico sul, anexo ao decumano D9, com o interior da casa, facilitando igualmente o acesso ao *tablinum,* que se localizaria no compartimento P9 (Fig. 146).

Embora não tenha sido escavada a totalidade da área do peristilo é possível estimar a sua área, tomando por referências as paredes dos compartimentos que o envolviam, melhor conhecidos e seguros. Assim podemos considerar que o peristilo possuía uma forma retangular, tendo o seu eixo maior no sentido E/O, cobrindo com os seus pórticos uma área de 176m^2, situando-se à cota de 182.50m, a mesma que encontramos em vários dos compartimentos que se organizam em torno deste espaço da casa. Já as medidas exatas da área aberta do peristilo são mais difíceis de estimar, uma vez que apenas dispomos de elementos relativos aos limites que se situavam a nascente e poente, sendo aqueles que se situariam a norte e sul presumidos, com base no valor médio dos pórticos envolventes. Assim, os limites da área aberta do peristilo encontram-se definidos pelos muretes (UEs1213=M11 e 1242=M1), que fechavam os espaços entre os silhares, que deveriam suportar a colunata, numa solução semelhante à que encontramos na *domus* das Carvalheiras e que se destinava a impedir a entrada da água no *ambulacrum* envolvente. Assim, é possível estimar para a parte descoberta do peristilo uma área de cerca de 62m$^{2.}$ Dos pórticos que envolviam a área aberta do peristilo podemos apurar com rigor a largura daquele que se dispunha a nascente, que oferece um valor de 10 pés (2.89m), enquanto o que se situava a poente possui uma profundidade ligeiramente inferior, apenas com 9 pés (2.62m), valor que projetamos para os outros pórticos, situados a sul e norte (Fig. 146).

Não se conservou nenhum silhar de suporte da colunata do peristilo, tendo sido encontrados alguns que, pela sua proximidade em relação ao espaço em questão, podem ter cumprido essa função original, tendo sido reutilizados em contextos tardios e com outras funções. Nesse sentido, e tendo por base o valor estimado de 30 pés (8.80m) para o eixo E/O da área aberta, julgamos que a colunata deveria ser organizada com 3 colunas, sendo o intercolúnio de 10 pés. No caso do eixo N/S, com cerca de 24 pés, o intercolúnio seria menor, apenas com 8 pés (2.36m).

Na área correspondente ao peristilo, na S43 foi encontrado um capitel (N° Inv.1991.0342), com uma altura de 0.27m, um diâmetro no imoscapo de 0.34m e com 0.52m de diâmetro (Ribeiro, 2011:apêndice 102). Aparentemente poderá tratar-se de um capitel toscano, podendo ter feito parte da colunata do peristilo (Fig. 148). Num local próximo deste achado foi encontrado também um fragmento de fuste, com um diâmetro de 0.46m, que pode igualmente ter feito parte da referida colunata.

Tendo em conta os dados disponíveis conseguimos identificar um total de 16 espaços que podiam estruturar-se em torno do peristilo. Dois deles seriam seguramente entradas, rasgadas nas fachadas situadas a nascente (P1) e norte (P2), ainda que se considere a possibilidade do espaço P10 estar associado a uma outra entrada que se situaria na fachada sul da *domus*. Os outros compartimentos distribuídos em redor do peristilo cumpriam um conjunto de usos diversificados que seriam comuns neste tipo de casas.

A localização do *triclinium* no compartimento P8, uma ampla sala retangular, centrada em relação ao peristilo, com 20 pés de comprimento, por 14 de largura e uma área útil de 25m^2, parece-

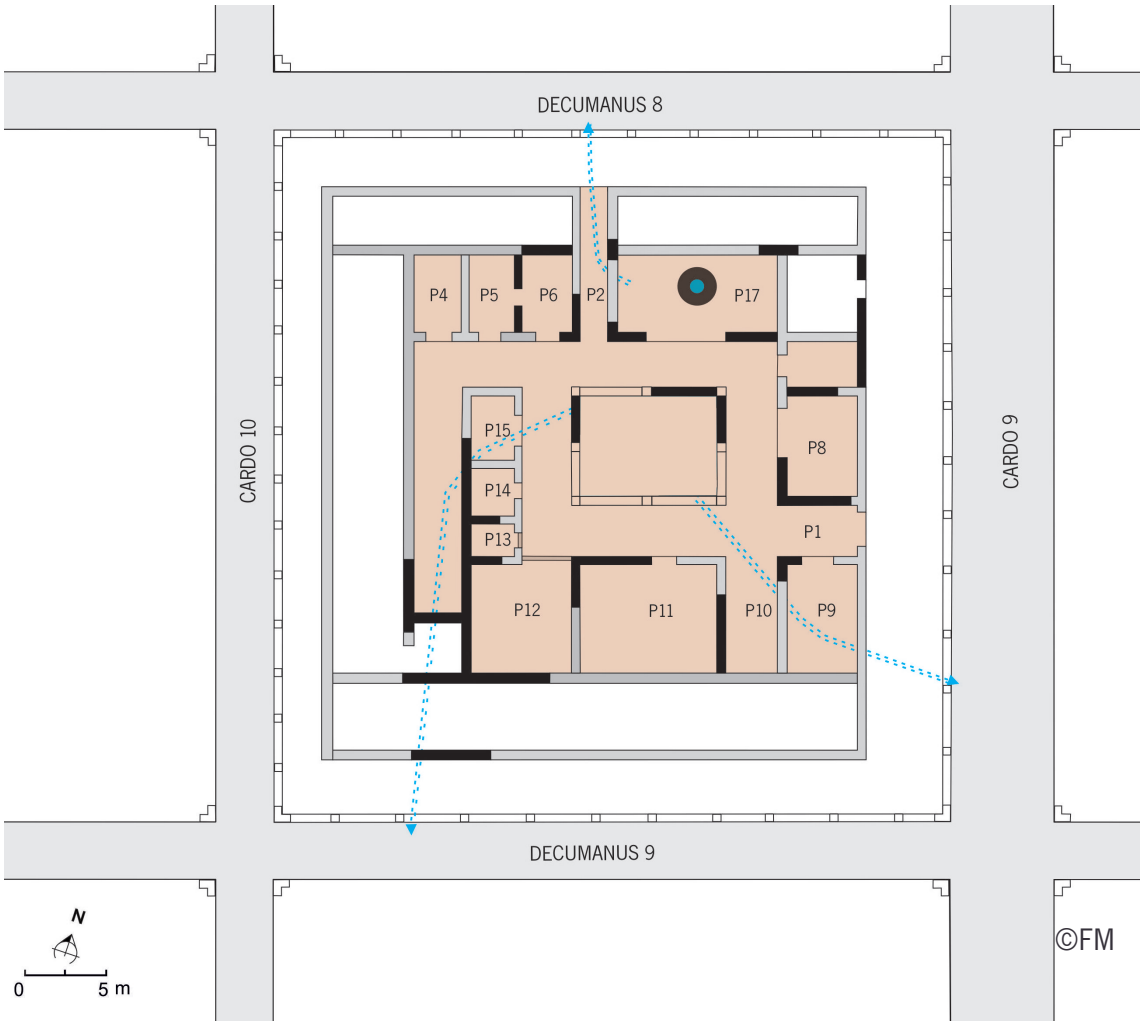


Figura 146. Planta da *domus* com a delimitação do peristilo e compartimentos em redor.



Figura 147. Perspetiva do muro UE1002 e 1007 o qual inclui na sua estrutura um conjunto de silhares documentados na Fase I. Este muro funcionou como limite este dos *cubicula* P13, P14 e P15.

-nos a mais plausível, considerando a tipologia dos compartimentos que podemos restituir com base nos vestígios arqueológicos disponíveis. Situando-se a nascente do peristilo, seria definido pelas paredes correspondentes à UE1297=M29, a norte, UE1298, a nascente, UE1420, a poente e UE1248, a sul, oferecendo-se esta localização como uma solução canónica para este tipo de salas, estando orientada a poente (Fig. 146). Recorde-se que esta localização do triclínio parece ser recorrente em Braga, estando testemunhada na *domus* das Carvalheiras e presumivelmente também naquelas que foram encontradas na 'Zona Arqueológica do ex Albergue Distrital' e na 'Zona Arqueológica da rua Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas'.

No que se refere à ala situada a poente do peristilo, e mau grado a falta de dados, julgamos que aí se disporiam alguns *cubicula*, que estariam alinhados ao longo da parede correspondente ao conjunto das UEs 1032=M19, 1002=M25 e 1107=M19A, a qual incluiu na sua estrutura um conjunto de quatro silhares da Fase I.

Com base nas escassas evidências disponíveis, sobretudo na área situada a norte desta ala da casa, que não foi escavada, desconhecemos o limite exato da série sugerida de *cubicula,* sendo impossível estimar a dimensão do compartimento que foi identificado como P15 (Fig. 146). Julgamos poder identificar como *cubicula* os compartimentos P4, P5 e P6, que se dispunham na ala norte do peristilo, a poente do corredor de acesso que permitia a entrada na casa a partir da fachada norte (Fig. 146). Trata-se de um conjunto de compartimento retangulares, com eixo maior no sentido N/S, com 16 pés (4.76m) de profundidade. O único que fornece medidas seguras (P6) possuía 10 pés de largura e aparenta possuir uma ligação com o vizinho compartimento situado a poente (P5) (Fig. 146).

Ainda na ala que se dispõe a norte do peristilo, a nascente da entrada P2, encontramos um amplo espaço aberto, no centro do qual se encontra um poço (P17) (Fig. 146). De morfologia retangular e orientação E/O este pátio possui cerca de 32 pés de comprimento (9.30m), por 16 de largura (4.74m), sendo limitado a poente pelo muro referenciado com a UE1223, a norte pela UE1357, a leste pela parede correspondente à UE1329=M35 e a sul pela parede através da qual se acedia ao peristilo (UE1248=M33).

O poço de pedra (UE0997) não chegou a ser escavado e encontrava-se totalmente entulhado (Fig. 149), sabendo-se que a sua inutilização se operou na Fase III, aquando da reforma da *domus,* para permitir a criação de uma área ajardinada com características diferenciadas da Fase II. O poço revela grandes semelhanças com estruturas do mesmo tipo já descobertas em Braga. Assim, o seu diâmetro de 0.90m revela-se semelhante aos poços da *domus* das Carvalheiras (Martins, 1997-98:31) e ao que foi encontrado na 'Casa do Poço', um dos raros equipamentos artesanais conhecidos da cidade romana (Delgado e Martins, 1998:77). A especificidade do poço integrado no pátio da *domus* das Cavalariças reside no facto de possuir um rebordo constituído por duas fiadas de tijoleiras, que se apresenta muito destruído e que parece configurar um murete de material laterício, que protegeria a estrutura.

A localização deste pátio aberto, com um poço central, que seria certamente ajardinado, permitia a entrada de luz e ar na casa, complementando as funções que nesse âmbito eram desempenhadas pela área aberta do peristilo. Por outro lado, a sua localização a norte do daquela área sugere





Figura 148. Capitel identificado na Sondagem 43 ©UAUM e MDDS. Trata-se de um capitel toscano com uma altura de 0.27m, um diâmetro no imoscapo de 0.34m, com 0.52m de diâmetro (Ribeiro, 2010:apêndice 102). Este elemento pode ter integrado a colunata do peristilo.

a sua articulação com aquele espaço, sendo presumível que a ele se acedesse através de um lance de escadas, pois encontrava-se cerca de 0.70m acima da cota de circulação do peristilo. Assim, apesar de albergar um poço, que seria um equipamento utilitário da casa, o pátio ajardinado duplicava a área aberta de arejamento e iluminação, advogando do destacado estatuto do proprietário da casa.

Por razões que se prendem com a importância comercial do cardo máximo (K9) e considerando as funcionalidades que enunciamos para os espaços já descritos, julgamos que o compartimento que se dispunha a nascente do pátio, entre a parede representada pela UE1329 e a fachada (UE1420), tendo como limites sul e norte, respetivamente as UEs1318 e 1357, deveria cumprir as funções de loja, pelo que não a consideramos como parte da casa (Fig. 145).

Na ala que se dispõe a sul do peristilo parecem dispor-se três compartimentos (P9, P11 e P12) que deveriam desempenhar funções de representação (Fig. 146). Assim, admitimos que o com-

partimento P9 deveria corresponder a um *tablinum*, onde o dono da casa receberia os seus clientes e negócios e onde se realizaria a cerimónia matinal da *salutatio.* Trata-se de um compartimento retangular, com 6.41 m (22 pés), por 4.41 m (14 pés), disposto no sentido N/S, com uma área útil de 28 m^2, que poderia ser acessível tanto pela entrada nascente (P1), como pela que presumimos situada a sul (P10). A poente desta entrada dispõe-se um amplo compartimento (P11), uma área útil de 46m^2, que consideramos corresponder a uma sala de receção. A sua localização perto das entradas e a sua proximidade relativamente ao *triclinium*, permitem considerar a sua eventual função de *exedra*. A poente localizava-se outro compartimento quadrado (P12), com uma área de cerca de 40m^2 que julgamos corresponder a uma sala de estar mais privada da casa, cumprindo talvez as funções de *oecus* (Fig. 146).

6.2.2.3 Estruturas hidráulicas

As estruturas hidráulicas que podem ser atribuídas a esta fase da casa estão representadas por um poço e por um conjunto variado de vestígios de diferentes canalizações, genericamente bastante mal conservadas, que asseguravam a drenagem de águas do interior da casa para o exterior.

O poço (UE997) foi integrado numa área aberta e certamente ajardinada, ocupando um lugar de destaque no âmbito daquele espaço, o que se justificaria pelo facto de constituir a única fonte de abastecimento de água limpa da casa, tanto quanto nos é dado perceber pela natureza dos dados disponíveis. O seu entulhamento na Fase III, para sobre ele colocar um outro pátio ajardinado, sugere, entretanto, que a casa possa ter passado a ser abastecida de outro modo.

Relativamente às canalizações de drenagem identificadas nas escavações cabe destacar o seu carácter fruste e fragmentário, pelo que não permitem reconstituir o sistema hidráulico da *domus.* De um modo geral, as canalizações de drenagem reconhecidas nesta zona arqueológica apresentam características muito similares entre si. São estruturas em caixa, com lastro de tijoleiras de tipo *lydion* e paredes de pedra, que apresentam o lado interno bastante aprumado, revelando um aparelho regular, disposto em fiadas horizontais, quase sempre sem cobertura. Estas canalizações possuem em média um canal com cerca de 0.45m de largura e uma altura difícil de avaliar, dado o seu estado de destruição. A este tipo pertence a canalização correspondente à UE1012=CAN 2 (Teixeira, 2012:ficha nº74), que drenava água de um local indeterminado da habitação, mas seguramente situado na sua parte norte, em direção a um dos eixos viários que circundavam a casa, onde deveria situar-se um canal de drenagem, presumivelmente ao longo dos pórticos (Fig. 151). Uma vez que as características da canalização referida são semelhantes às da canalização identificada com as UEs1175,1176 e 1177=CAN3 (Teixeira,2012:ficha nº82), observada numa reduzida extensão, na parte sudoeste da área escavada, julgamos que poderiam constituir uma única estrutura de drenagem que canalizava a água suja para o decumano D9, passando sob o pórtico anexo (Fig. 151).

Uma outra canalização, com as características referidas, corresponde à UE1175, situando-se na zona onde deveriam estar instaladas as lojas anexas ao pórtico sul. Orientada N/S, a canalização poderia drenar a água para o coletor do decumano D9.

Também a canalização identificada com as UEs 1271, 1272, 1273=CAN5 possui as mesmas



Figura 149. Perspetiva do poço em pedra (UE997) ©UAUM. Estava localizado na parte central do pátio P17. Foi entulhado na Fase III aquando da reforma da *domus*, para permitir a criação de uma área ajardinada com características diferenciadas na Fase II.



Figura 150. Planta da *domus* com a localização da *taberna* T1, rasgada na fachada este.

características, oferecendo, contudo, a particularidade de conservar elementos da cobertura, composta por lajes de granito, de forma e talhe irregulares (UE1449). A estrutura era mais larga que as restantes, tendo sido observada numa extensão suficiente para estabelecer o seu pendor, sabendo-se, por isso, que drenava água para sudeste, certamente em direção ao pórtico nascente, que corria ao longo do cardo K9, onde deveria existir uma conduta de captação da água das chuvas do pórtico, a qual deveria recolher também as águas do interior da casa. Assim parece acontecer com esta canalização cuja direção, cruzando o compartimento P9, sugere que a água teria origem no peristilo, muito provavelmente na sua parte aberta (Fig. 151).

Foi ainda identificado um outro tipo de canalizações, igualmente em caixa, com lastro em tijoleira e paredes em tijolo, assentes no lastro, com um canal de cerca de 0.30m de largura e uma altura de 0.20m. Nesta categoria inscreve-se a canalização identificada com as UEs 1372,1373 e 1374=CAN4, detetada na parte norte da habitação, orientada no sentido O/E (Teixeira, 2012:ficha nº79), muito embora seja difícil precisar a sua funcionalidade exata no sistema de drenagem da casa.

6.2.3 Fase III - A reforma tardia da domus

6.2.3.1 Descrição geral

Os dados facultados pelas escavações testemunham uma importante remodelação do interior

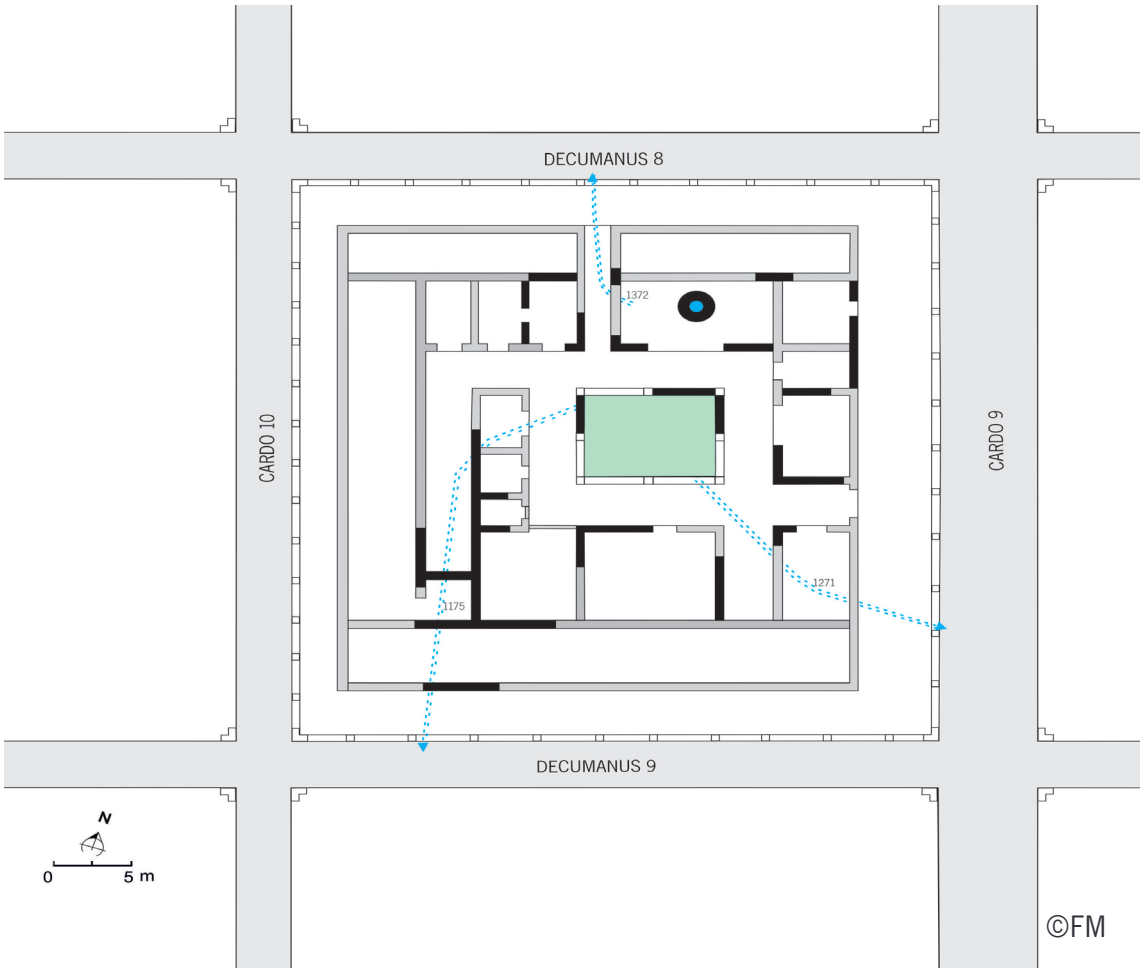


Figura 151. Planta da *domus* com a caraterização das estruturas hidráulicas.

da *domus*, datada entre os finais do século III e os inícios do IV, reforma que parece afetar, sobretudo, a ala situada a norte do peristilo, bem como a ala disposta a nascente. No entanto, é possível que tenham ocorrido outras remodelações, ao nível das lojas e pórticos, comuns nesta fase de ocupação da cidade, impossíveis de detetar dado o nosso desconhecimento daqueles espaços.

As reformas da área da casa que são percetíveis traduzem-se na construção de novos muros que vão formalizar novos compartimentos da casa, os quais se afiguram bem característicos deste período, revelando aparelhos irregulares e a utilização de fragmentos de materiais laterícios a colmatar os interstícios entre os blocos. Para a datação desses muros tivemos em conta os materiais que integravam os enchimentos das suas valas de fundação ou de níveis de enchimento associados que apontam genericamente para finais do século III/inícios do IV, datação que coincide com as reformas tardias assinaladas nas *domus* já analisadas.

Apesar das significativas alterações registadas nesta fase podemos considerar que a habitação manteve as suas características gerais, parecendo não sofrer alterações na área do peristilo central (P3), que se manteve como elemento ordenador e distribuidor dos compartimentos situados em seu redor, continuando a articular-se com as duas entradas (P1 e P2), situadas, respetivamente, a nascente e norte. A entrada nascente parece ter-se mantido igual à da Fase I, enquanto a entrada norte foi alterada na sua posição, tendo sido deslocada para poente, para a anterior área P6, permi-

tindo a remodelação do pátio correspondente à área P17, que foi ampliado no sentido E/O. A reforma desta entrada e a sua deslocação para poente não aparenta ter tido qualquer outro impacto, quer no setor norte da casa, quer no poente. Na verdade, julgamos que na ala oeste se terá conservado o alinhamento dos três *cubicula* (P13, P14 e P15), já assinalados na fase anterior, não existindo argumentos para pensar que os espaços de representação que se dispunham a sul (P9, P11 e P12) tenham sofrido quaisquer alterações na sua morfologia (Fig. 154). Assim, a sul do peristilo presumimos a manutenção de uma sala de estar (P12) e de uma sala de receção (P11), separada do espaço P9, pela área P10, que continuamos a considerar como uma terceira entrada na *domus*, a partir da fachada sul (Fig. 154).

Assim, as reformas principais da casa parecem concentrar-se no quadrante nordeste, devido à ampliação da área correspondente ao pátio e às remodelações que reconhecemos na parte situada a norte da entrada P1, as quais contemplaram a reorganização do *triclinium.*

A reforma que afetou o anterior pátio (P17) foi profunda, tendo determinado o fim do ciclo de vida do poço (UE0997), que foi entulhado para assentamento de um novo pavimento. No entanto, a remodelação deste espaço contemplou também a construção de um novo limite, situado a norte, correspondente à UE1357, mantendo-se como uma área descoberta da casa. Esta área adquiriu uma nova forma trapezoidal alongada, rematada a nascente por uma êxedra (UE1420), que deveria ter albergado um ninfeu, tendo recebido um novo pavimento de cuidada elaboração geométrica, que conjuga lajes de granito polido, dispostas de forma geométrica, com a presença de mosaicos que se dispunham entre elas (UE1412) (Fig. 152).

Alterada foi também a morfologia do espaço P8, ainda que possa ter mantido a sua função original de *triclinium,* Aqui, a reforma consistiu na construção de êxedras nos quatro cantos da sala, que seriam rematadas por colunas, assentes em silhares quadrados. Cabe sublinhar o carácter económico desta reforma já que foram usados os anteriores muros que formalizavam as paredes do compartimento, cujos cantos terão sido arredondados. A norte deste sofisticado espaço manteve-se uma sala (P7) que remata na parede do novo pátio (P17) (Fig. 154).

Não dispomos de vestígios arqueológicos suficientes para saber se a área original da *domus* flávia terá sido ampliada nesta fase, pois tal significaria um avanço da constrição sobre os pórticos, com eventual anexação desse espaço, como verificámos acontecer noutros quarteirões da cidade romana já analisados. Assim, o desconhecimento das áreas limítrofes dos cardos e decumanos que limitam o quarteirão impede-nos de compreender uma das principais dinâmicas urbanísticas de Braga, que se faz sentir nos finais do século III/inícios do IV, associada ao avanço da construção sobre os pórticos, onde passariam a estar instaladas as lojas, para ganhar mais espaço de habitação.

6.2.3.2 A área do peristilo

Uma importante remodelação afetou o quadrante nordeste da área construída do quarteirão A, compreendendo a parte nascente da ala norte da *domus* e a parte norte da ala situada a poente do peristilo. No entanto, pese embora a extensão desta reforma no cômputo geral da casa não se alterou a funcionalidade dos espaços remodelados, que registam apenas maiores sinais de requinte.



Figura 152. Planta da *domus* fase III com a atribuição das unidades estratigráficas a cada estrutura.

Assim, apesar das reformas registadas no setor norte e nascente da casa, consideramos que a habitação manteve as suas características gerais, parecendo não sofrer alterações na sua área central, representada pelo peristilo (P3), situado à cota de 182.50m que terá mantido as suas dimensões iniciais e se manteve como elemento ordenador e distribuidor dos diferentes compartimentos da casa.

Tendo em conta os dados disponíveis conseguimos identificar nesta fase um total de 15 espaços que se estruturavam em torno do peristilo, um menos que na fase anterior, já que a remodelação operada na parte norte da casa parece ter implicado o sacrifício do anterior compartimento P6, onde passa a situar-se agora a aquela que julgamos ser a entrada norte da casa (P2), a qual assegurava a ligação do peristilo com a fachada da casa e com o decumano D8 (Fig.154). Já a outra entrada, que presumimos como principal, deverá ter-se mantido na fachada nascente, na área P1, a sul do compartimento que julgamos corresponder ao *triclinium.*

De um modo geral podemos considerar que a morfologia e funcionalidade dos compartimentos situados a sul e poente do peristilo terão sido mantidos nesta fase. Assim, na ala oeste, terá sido conservado o alinhamento dos três *cubicula* (P13, P14 e P15), já assinalados na fase anterior (Figs. 146 e 154). Também não existem argumentos substantivos para sugerir uma alteração na disposição e funcionalidade dos espaços que se dispunham na ala sul do peristilo, que presumimos de represen-

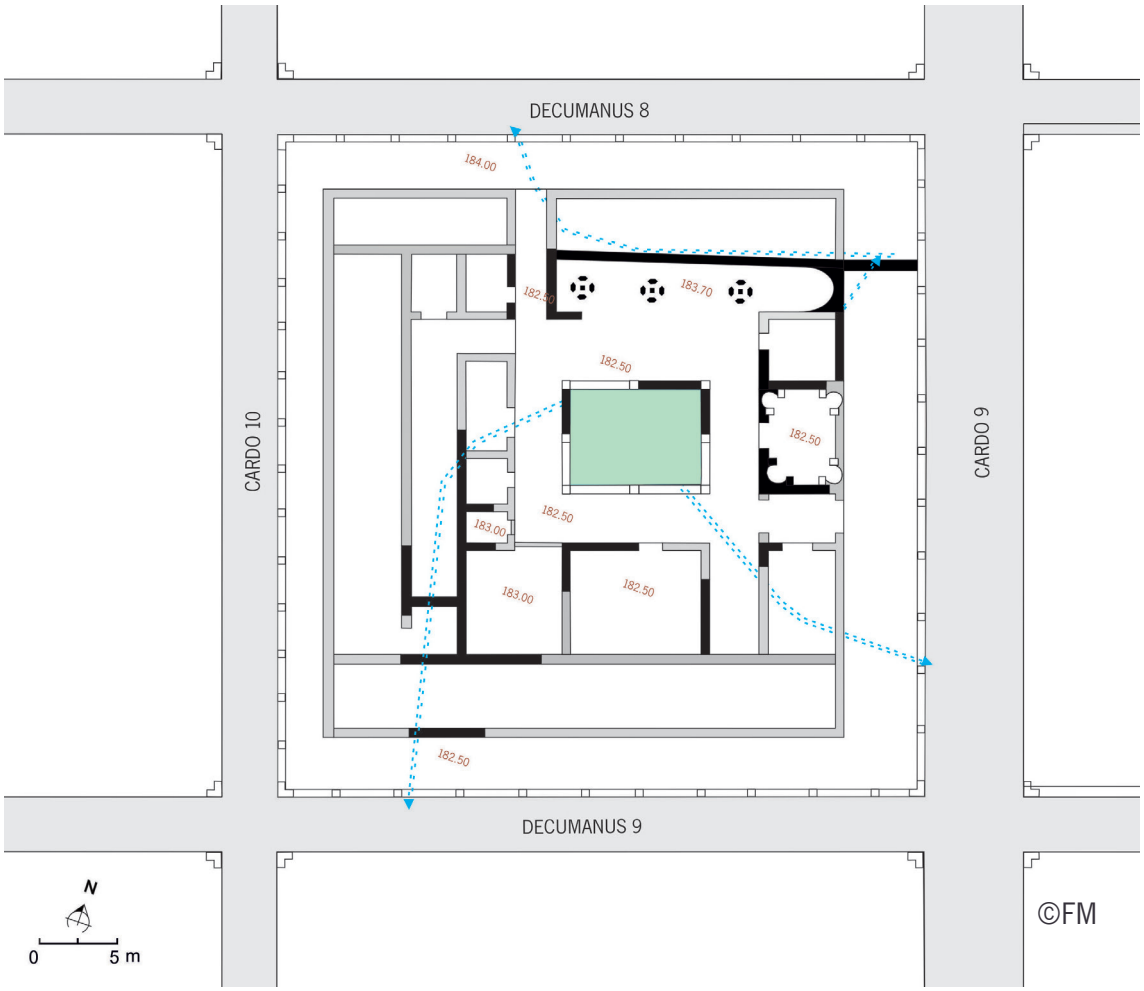


Figura 153. Planta da *domus* fase III com a atribuição das cotas para cada compartimento.

tação. Entre eles cabe referir o compartimento P9, que deverá ter continuado a cumprir a função de *tablinum*, o qual estava separado do compartimento P11 pela área P10, que continuamos a considerar como uma terceira entrada na *domus,* a partir da fachada sul e do decumano D9 (Fig. 154). As características do espaço P11 sugerem a sua função de *exedra*, enquanto a localização e morfologia quadrada do espaço P12 sugere a sua funcionalidade como *oecus.*

A reforma registada na ala disposta a nascente do peristilo associa-se a uma remodelação do *triclinium* (P8), que se manteve como uma sala retangular, centrada em relação ao peristilo, com uma área útil de 25m^2, mas que foi intervencionada no sentido de passar a dispor de quadro êxedras nos cantos, as quais estariam seguramente rematadas por colunas, suportadas por silhares, alguns dos quais conservados *in situ* (UEs1250 e 1251) (Fig 152). Na verdade, a intervenção neste espaço, embora minimalista, pois reutiliza as paredes, apenas arredondadas nos cantos, terá conferido a este espaço uma evidente sofisticação, que terá sido complementada com outros necessários ornamenta, ao nível dos revestimentos do solo e das paredes, que infelizmente não se conservaram.

Ainda na ala nascente e a norte do *triclinium* terá permanecido o compartimento P7 que passa a rematar na parede do novo pátio que se dispõe a norte (P17), facto que lhe conferiu uma disposição trapezoidal irregular. Dada a sua localização julgamos que este compartimento poderia ser

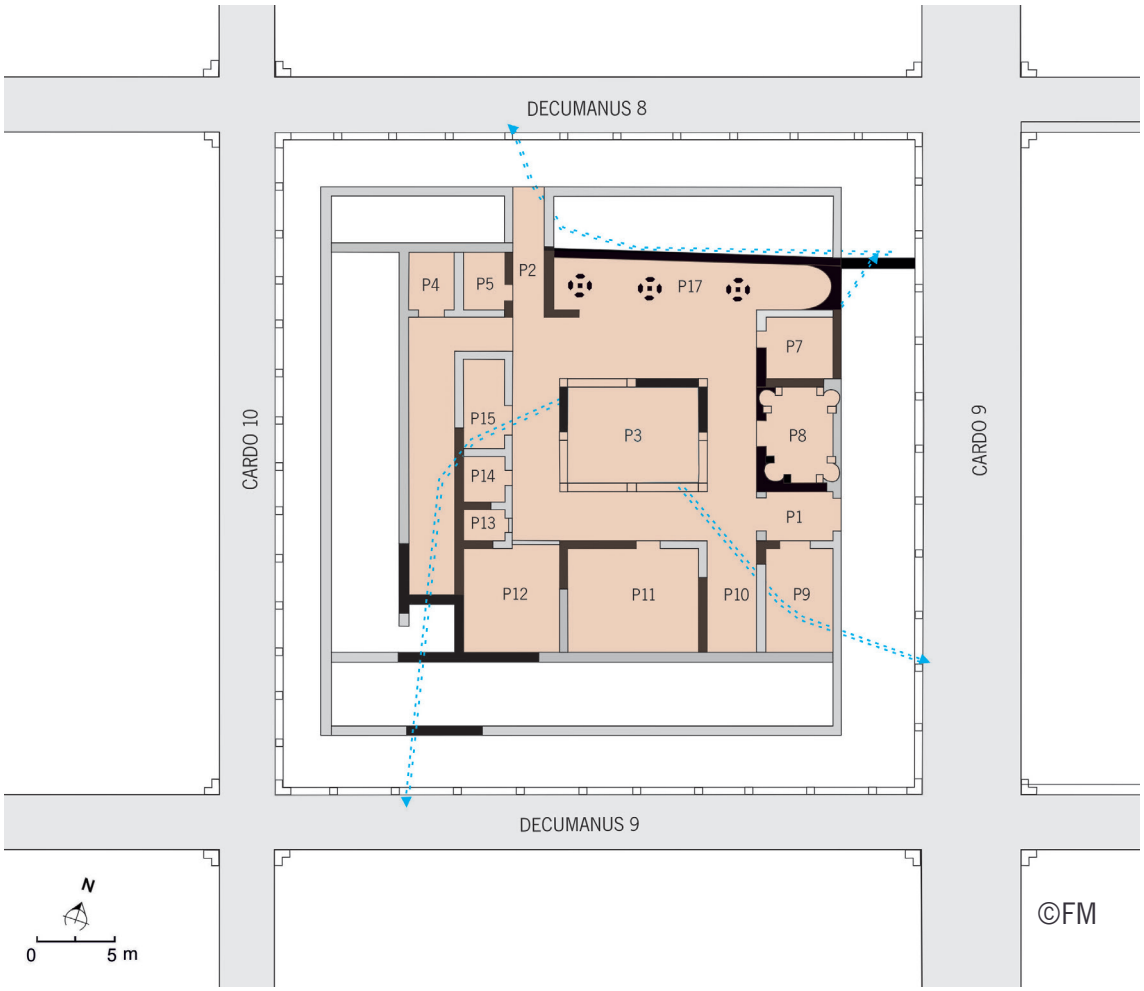


Figura 154. Planta da *domus* fase III com a delimitação do peristilo e compartimentos em redor.

usado com a mesma função para ele sugerida na Fase II, servindo de espaço de apoio ao serviço do *triclinium.*

A reforma mais profunda ocorrida nesta fase parece articular-se com a ala norte e caracterizou-se pela reformulação do pátio aberto. O novo espaço passa a dispor de uma morfologia trapezoidal alongada, mais estreita no lado nascente, sendo mais comprido que o anterior pátio na parte poente, integrando a área correspondente à anterior entrada norte da casa (P1). Este espaço passa a dispor de novos limites, designadamente a norte (UE1357) e a poente (UE1224), rematando a nascente na parede que fechava o conjunto habitacional (UE1420) (Fig 152). O pátio seria rematado a nascente, no lado interno, por uma êxedra, forma que configura a possível existência de um ninfeu. O limite poente corresponde à parede este do corredor de entrada na casa, a partir da fachada norte, definida pela UE1224 (Fig. 152). Toda área recebeu um novo pavimento de cuidada execução, que conjuga lajes de granito polido, de forma hexagonal e quadrada, dispostas de forma geométrica, tendo-se registado a presença de mosaicos dispostos entre elas, os quais se encontravam assentes numa base de opus signinum (UE1412). Apesar de muito mal conservada a parte musiva do pavimento revelou algumas tesselas bicromáticas, cujo estado de degradação não permitiu reconhecer qualquer padrão decorativo coerente (Ribeiro, 2011:380) (Fig. 155).

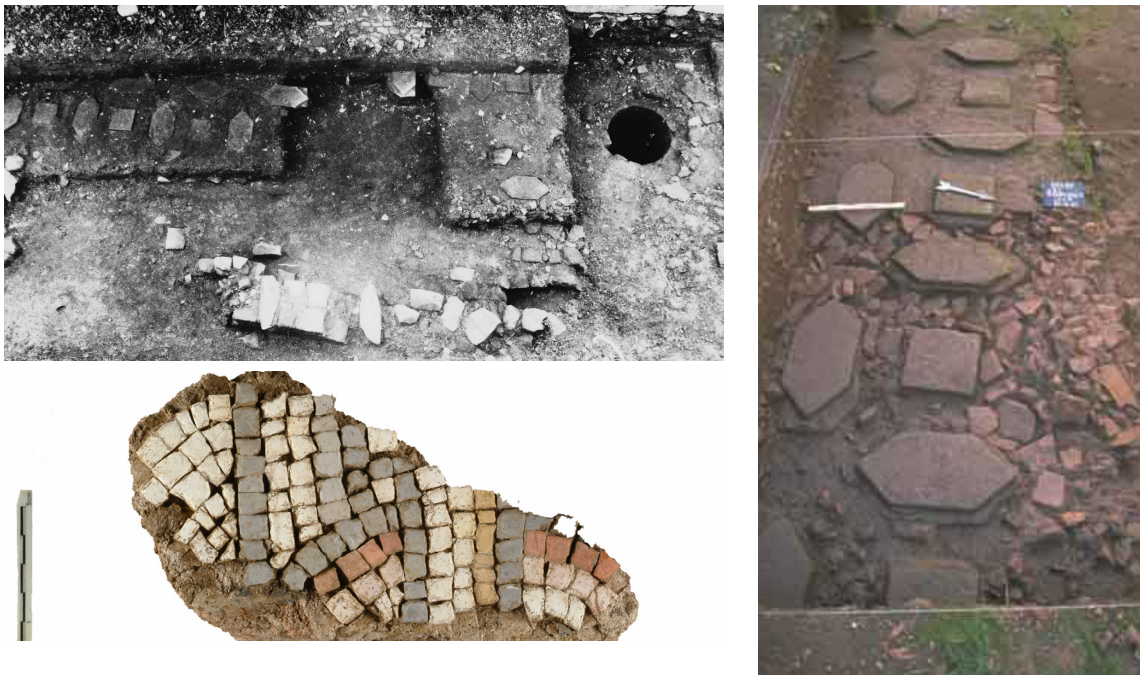


Figura 155. Pavimento do novo pátio (P17), conjuga lajes de granito polido, de forma hexagonal e quadrada, dispostas de forma geométrica, com a presença de mosaicos dispostos entre elas, os quais se encontravam assentes numa base de *opus signinum* (UE1412). Apesar de muito mal conservada a parte musiva do pavimento revelou algumas tesselas bicromáticas ©MDDS e UAUM.

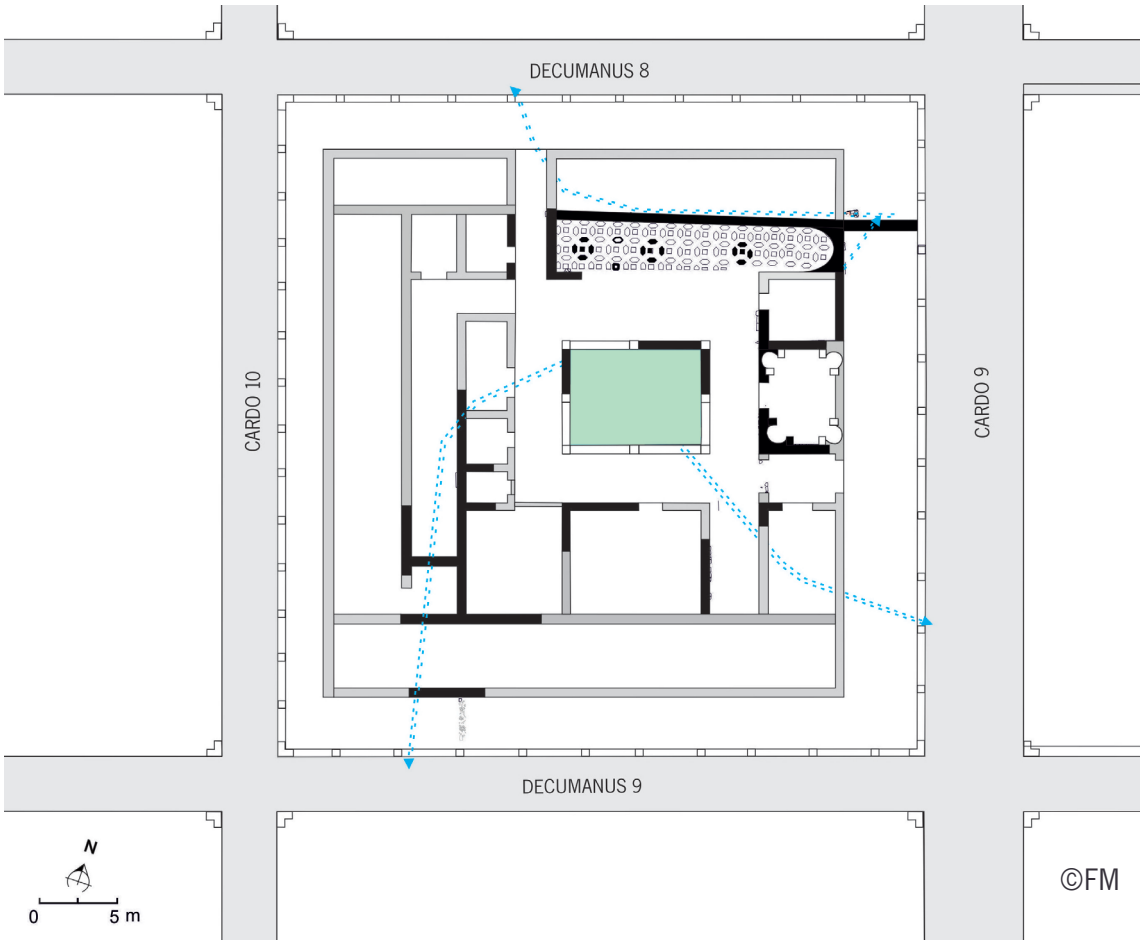


Figura 156. Planta da *domus* fase III com a caraterização do pavimento do novo pátio (P17).

6.2.3.3 As estruturas hidráulicas

As únicas estruturas hidráulicas que podemos articular com a reforma da *domus* operadas na Fase III estão representadas na parte norte da área escavada e articulam-se com o pátio (P17). Uma delas, uma canalização de drenagem, corria ao longo do muro que limitava o pátio no setor norte (UEa1422 e 1414=CAN7), estando orientada O/E. Observada num extensão de 15m, dela apenas se conhecem as paredes de pedra, não tendo sido possível caracterizar nem o lastro, nem a cobertura (Teixeira, 2012: ficha nº76,77, 78). Trata-se seguramente de uma canalização de drenagem de água do possível ninfeu e respetivo tanque que deveria existir no lado nascente do pátio.

Uma outra canalização (UEs1430,1431,1432=CAN6), orientada NE/SO, com lastro de tijoleira e paredes de pedra, muito mal conservadas e sem cobertura parece associar-se ao abastecimento de água ao ninfeu, provavelmente a partir do cardo K9, atendendo à sua orientação. Esta circunstância induz a pensar que o abastecimento de água à casa se faria diretamente a partir da rede de canalizações que corriam sob as ruas e que abasteciam os equipamentos públicos e algumas casas com água captada fora da cidade e transportada por aquedutos subtérreos (Martins *et al.*, 2012).

PARTE III

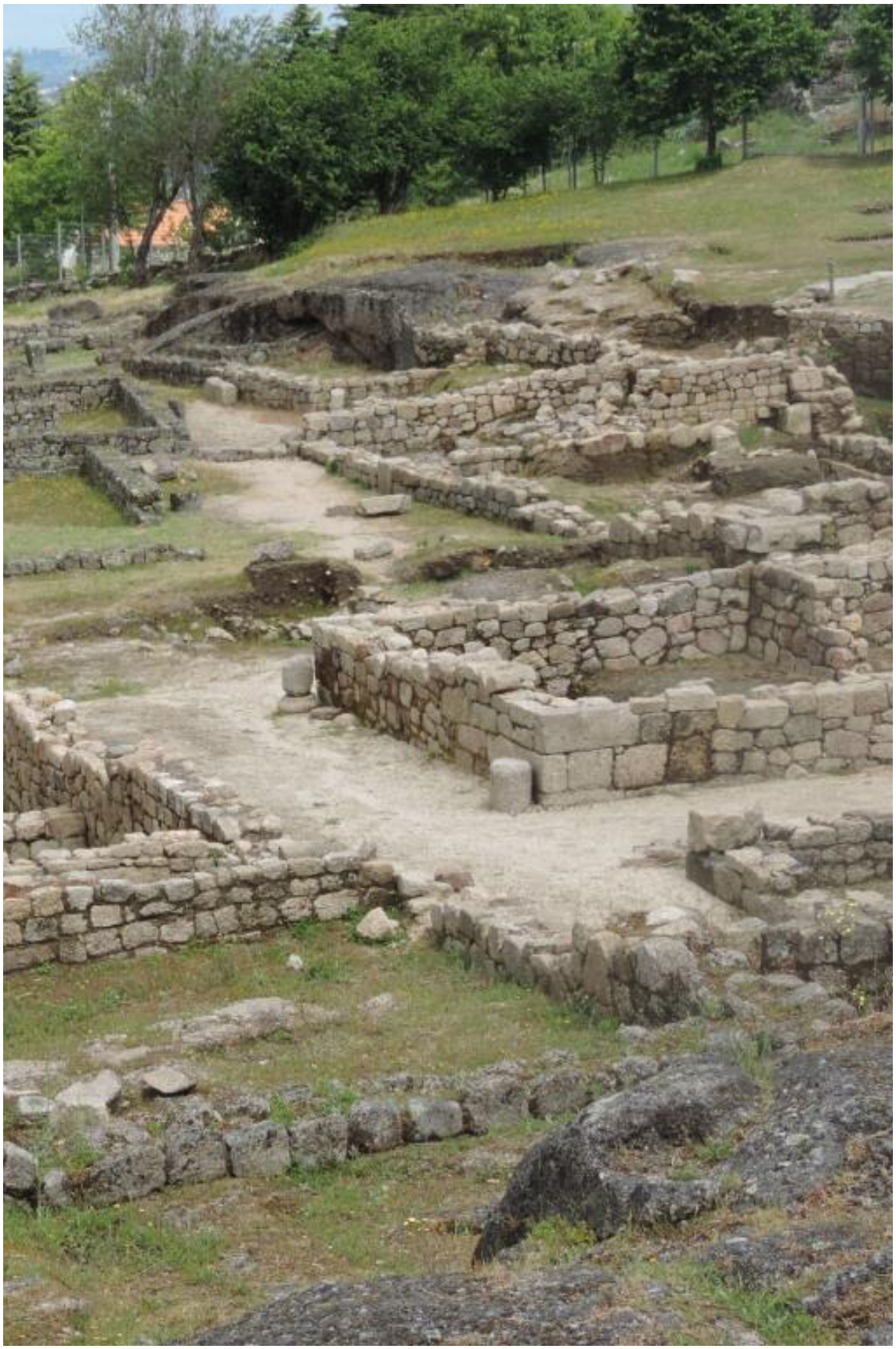


Figura 157. Pormenor dos vestígios das casas romanas de *Tongobriga*.

Parte III – A casa romana do NO peninsular e o seu enquadramento e interpretação

1 Introdução

Ao longo da parte II deste trabalho realizámos uma análise descritiva detalhada das seis zonas arqueológicas que foram selecionadas para constituir o *corpus* analítico da nossa investigação, tendo aí sido identificadas as dúvidas suscitadas pela interpretação planimétrica das habitações e apresentadas as propostas de restituição das sucessivas fases construtivas que julgamos caracterizarem as diferentes *domus* conhecidas de *Bracara Augusta*. Nalgumas situações foi mesmo possível avançar com propostas de caraterização funcional de alguns espaços das casas, bem como proceder à avaliação da sua evolução. No entanto, a análise que realizámos das seis zonas arqueológicas, que forneceram vestígios mais ou menos extensos de habitações, privilegiou uma abordagem eminentemente arquitetónica e construtiva, que nos permitiu reconhecer os modelos de casas que foram introduzidos na cidade e reinterpretados nas soluções construtivas que conseguimos individualizar com base nos dados arqueológicos disponíveis.

Ora, atendendo ao momento avançado em que se generalizam as *domus* em *Bracara Augusta*, a partir de meados do século I, mas, muito particularmente, a partir da época flávia, seria suposto que os modelos de casa romana que foram introduzidos refletissem, globalmente, o resultado de uma longa evolução de receção dos modelos itálicos na Hispânia, a qual se inicia no século II a.C., no quadro do desembarque das tropas romanas em Ampúrias, o qual dará origem ao longo ciclo da conquista romana, que só terminará em 19 a.C., uma vez concluídas as Guerras Cantábricas.

O progressivo avanço do controlo romano sobre os territórios do sul da Península Ibérica e ao longo dos rios que ligavam o interior com o mar, será acompanhado pela fixação de mercadores e populações de origem itálica de estratos socioeconómicos variados, que serão responsáveis pela introdução dos modelos, tipologias e gramáticas arquitetónicas itálicas ao longo dos séculos II/I a.C. Por sua vez, a reorganização administrativa empreendida por Augusto a partir de 19 a.C. irá ter um impacto muito direto no processo de urbanização da Hispânia e muito particularmente no Norte da Península Ibérica. Assim, a par da promoção de muitos centros urbanos, são fundadas várias cidades *ex novo*, sobretudo destinadas a serem capitais de províncias, como acontece com *Augusta Emerita*, capital da Lusitânia, ou de conventos, de que são exemplo as três cidades fundadas por Augusto no NO peninsular (*Bracara Augusta, Lucus Augusti e Asturica Augusta*), mas também *Caesaraugusta* (Fig. 158).

A evolução sofrida por essas cidades, nas primeiras décadas que se sucedem à sua fundação, é relativamente mal conhecida, pois os dados disponíveis para esse período resultam da Arqueologia Urbana, sendo, por isso, fragmentários. Por outro lado, é preciso ter em conta que essa fase recuada da vida das cidades foi progressivamente 'apagada' pelas sucessivas reformas a que as cidades estiveram sujeitas, ao longo do seu dilatado ciclo de vida, que não terminou com o fim do domínio romano, prolongando-se no período suevo e visigótico, muito embora tenham então assumido diferentes papéis, tal como aconteceu no fim da Antiguidade Tardia, findo o do-



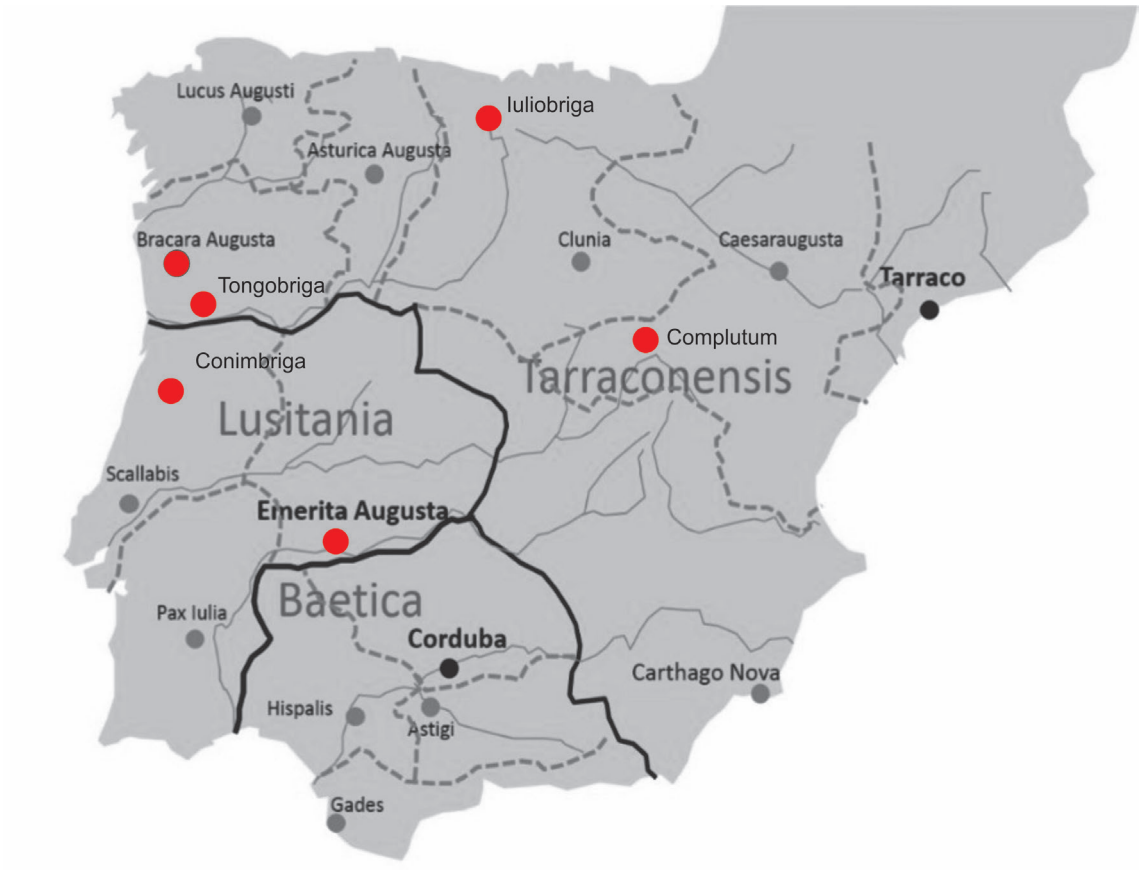


Figura 158. (Sup) Mapa da Península Ibérica com a localização de *Bracara Augusta.* (Inf) Distribuição administrativa da Hispânia com as províncias, conventos e respetivas capitais (séculos I a III) assinaladas a vermelho as cidades estudadas neste trabalho ©UAUM.

mínio visigótico.

O caso das cidades do NO peninsular é a este propósito digno de nota pois estamos perante cidades que nunca foram completamente abandonadas, apesar de terem por vezes perdido o prestígio de que gozaram em certos momentos, como aconteceu com a *Bracara* sueva, na segunda metade do século VI, na sequência da conquista visigótica, que viria a acelerar o processo de redução da área ocupada e o aparente fim das redes que ligavam a cidade ao Mediterrâneo, através da milenar rota atlântica. Com efeito, apesar dos complexos processos políticos e sociais que assinalaram o fim do domínio romano na Hispânia e a instalação dos Suevos na região da *Gallaecia* é hoje possível considerar que a florescente cidade do século IV persistiu nos dois séculos seguintes, mantendo-se ocupada na totalidade da área delimitada pela muralha tardia, constatando-se, igualmente, a persistência das importações ao longo dos séculos V e VI, as quais garantiam o regular abastecimento da cidade (Fernández, 2011; Quaresma e Morais, 2012; Delgado *et al.*, 2014), bem como uma intensa atividade artesanal, pelo menos documentada pela produção de vidro e cerâmica (Cruz, 2009; Martinez Peñin e Martins, 2016).

Na hora de valorizarmos os dados relativos à arquitetura doméstica romana do NO peninsular é difícil não percebermos algum atraso no processo de interpretação e difusão deste tipo de arquitetura no contexto da Hispânia. Em parte, esse facto resulta das próprias contingências da Arqueologia Urbana que só se desenvolve, em Braga, a partir de meados dos anos 70 do século XX (Martins, 2014), sendo ligeiramente mais tardia em Lugo e Astorga, onde se inicia sobretudo a partir de meados dos anos 80 (Rodríguez Colmenero e Cavadonga Carreño, 1999; Sevillano Fuertes, 2014). Reconhecemos que este tipo de constrangimentos é comum a outras cidades, como acontece com *Augusta Emerita*, cujo conhecimento da arquitetura doméstica deve muito à Arqueologia Urbana, com todas as limitações que esta possui (Corrales Alvarez, 2014), ou com *Tarraco*, onde são bem conhecidas as vicissitudes da prática arqueológica (Mar e Ruiz de Arbulo, 1999). No entanto, é indiscutível o maior conhecimento que se tem deste tipo de arquitetura nas cidades não sobrepostas, independentemente do estado de aprofundamento que essa temática mereceu por parte dos investigadores, como acontece com *Ampurias, Conimbriga, Iuliobriga,* ou *Tongobriga*, para só citar algumas cidades que permitem uma análise mais aprofundada das características das casas romanas, não só porque o nível de conservação dos vestígios é globalmente melhor, mas também porque nelas as escavações podem obedecer a objetivos estritamente de investigação (Fig. 158). Assim, estas cidades corporizam um referencial fundamental para compreendermos o modo como se disseminam os modelos de casa romana em diferentes territórios da Hispânia, mas também em diferentes cronologias.

O conjunto dos dados facultados pelas seis áreas arqueológicas analisadas de Braga e pelas *domus* que foi possível caracterizar será objeto de uma abordagem de síntese no ponto 2, ao longo da qual procuraremos valorizar os aspetos que nos parecem mais relevantes sobre a arquitetura doméstica de *Bracara Augusta*, entre o século I e IV, os quais pretendemos confrontar com os disponíveis para outras cidades da Hispânia. Assim, após um necessário enquadramento relativo aos conhecimentos do urbanismo da cidade romana, muito articulado com o desenvolvimento da

Arqueologia Urbana na cidade de Braga, a partir de 1976, procederemos a uma sistematização das características das casas romanas de *Bracara Augusta*. Pretende-se discutir aspetos relacionados com os contextos em que se inserem as casas, destacando-se a importância da sua relação com os quarteirões e a articulação de ambos com a trama viária, evidenciando-se o modelo urbano de quarteirões quadrados, com pórticos, que tem vindo a ser valorizado no âmbito do estudo do urbanismo da cidade (Martins *et al.*, 2017a). Procuraremos igualmente discutir a relação das casas com a organização dos quarteirões e com a sua divisão em lotes, bem como os processos de adequação das casas à topografia do terreno, uma vez que estamos numa cidade implantada numa colina, cujas vertentes possuem desníveis consideráveis. Uma última questão que abordaremos no ponto 2 relaciona-se com a dinâmica urbana e com a evolução das casas de *Bracara Augusta* no século IV.

Assim, na parte III deste trabalho vamos procurar integrar os dados disponíveis sobre a arquitetura doméstica de *Bracara Augusta*, primeiro no contexto do NO peninsular (ponto 2.2.), para irmos sucessivamente alargando a nossa análise a outros contextos provinciais dentro da Hispânia e compreendermos os modelos tipológicos das casas romanas que aí podemos encontrar ao longo do século I, fazendo-se uma necessária referência à difusão dos modelos itálicos nos séculos II/I a.C., no contexto do controlo romano do sul peninsular que sucedeu à II Guerra Púnica.

A nossa avaliação da casa romana na Hispânia, que nos servirá para integrar as casas de *Bracara Augusta*, inicia-se no ponto 3, com a análise da receção dos modelos e da linguagem da arquitetura residencial itálica na Península Ibérica, o que nos obrigará a revisitar a origem dos tipos de casas itálicas tardo republicanas na Península Ibérica, utilizando-se para o efeito os exemplos de casas de *Ampurias, Baetulo, Celsa e Tarraco*, onde podemos detetar a presença de colonos itálicos nos séculos II-I a.C. O ponto 3.2 será reservado à avaliação da difusão desses modelos e à reflexão quanto ao modo como a linguagem da arquitetura residencial mediterrânica foi absorvida por parte das sociedades indígenas do NO peninsular, destacando-se os povoados implantados antes da presença romana, nos quais se identificam as típicas casas redondas castrejas, organizadas em unidades domésticas, que ocupam quarteirões, formalizados pelo cruzamento de eixos viários, uma realidade característica dos *oppida* da região galaico bracarense, a partir da expedição de Décimo Júnio Bruto, em 137 a.C (Cruz, 2015). No contexto de uma óbvia aculturação dos residentes dos povoados sobreviventes será valorizada a evolução registada nalguns desses povoados a nível da arquitetura doméstica, de que são exemplo a Citânia de Briteiros (Cruz, 2018) e o Castro do Monte Padrão (Moreira, 2009).

Seguidamente, no ponto 3.3. tentaremos compreender o papel de Augusto e da reorganização das províncias hispânicas depois da guerra civil, tendo como referente a fundação de cidades com vias porticadas nos inícios do século I d.C., tal como acontece com *Augusta Emerita* (25 a.C.), *Bracara Augusta* (16/15 a.C.) e *Complutum* (Augusto), os três exemplos que selecionámos para averiguar a relação entre a tipologia de casa de peristilo e os quarteirões e as parcelas quadradas. O conhecimento do urbanismo destas três cidades constitui o resultado das escavações sistemáticas nelas realizadas, ainda que ofereçam uma história de investigação diferenciada e re-

sultados igualmente distintos. No entanto, os dados disponíveis para estas três cidades permitem que se conheçam as grandes linhas da sua evolução (Álvarez Martínez e Mateos Cruz, 2011; Martins *et al,* 2013; Rascón Marqués e Sánchez Montes, 2014: 309-312), o que permite um primeiro nível de valorização comparativa das três cidades.

No momento em que toda a Hispânia está sob domínio romano, assiste-se à propagação do uso das casas de modelo itálico nos centros urbanos e ao desenvolvimento de diferentes soluções da gramática arquitetónica romana. Para melhor compreender esta generalização apresentamos alguns dos exemplos das *domus* construídas em diferentes cidades das províncias hispânicas, aspeto que será desenvolvido no ponto 3.4. Assim, para a Tarraconense analisaremos exemplares de casas de *Ampurias, Barcino, Celsa*, *Baelo* e *Italica*, enquanto para a *Lusitania* selecionámos exemplares de casas de *Augusta Emerita* e de *Coninbriga.*

O ponto 4 da parte III está reservado à valorização da análise social e antropológica da casa romana, pretendendo-se identificar e valorizar os elementos constitutivos das casas de *Bracara Augusta*, identificando o seu léxico compositivo, a tipologia da casa de peristilo, o uso dos espaços e o papel dos jardins e dos peristilos. Para entender o papel destes elementos usaremos como exemplo de análise as *domus* de *Conimbriga*, cidade que oferece um repertório formal bastante completo sobre a relação entre as casas e o contexto social. Remataremos este ponto através de um pequeno ensaio sobre a antropologia da casa romana do NO da Península Ibérica, usando como exemplar de estudo a *domus* das Carvalheiras. Com este estudo pretendemos compreender a funcionalidade das casas de peristilo, tendo em linha de conta que esta aproximação valoriza a polifunção dos espaços com papel representativo na casa de elite, a importância do ritual do banquete entre iguais, concedendo especial valor à casa como âmbito de uso quotidiano, mas também aos espaços destinados à vida profissional e ao ócio, bem como às áreas destinadas à produção e ao comércio, representadas pelas lojas. Em conclusão, tentaremos perceber a coerência e o funcionamento dos espaços das casas de *Bracara Augusta* questionando se é possível pensar a casa como projeto arquitetónico e construtivo coeso.

2 A casa romana do NO Peninsular: as *domus* de *Bracara Augusta*

2.1 A natureza dos dados arqueológicos e os limites da Arqueologia Urbana

Na sua grande maioria os vestígios construtivos que pertencem a habitações romanas em Braga correspondem a ruínas identificadas no decorrer de escavações que foram motivadas pela construção de novos edifícios, remodelações dos existentes, ou intervenções para melhorar equipamentos viários. Apenas numa situação particular, na 'Zona arqueológica das Carvalheiras', escavada entre 1983 e 2002, situada no interior de um amplo quarteirão da cidade atual, foi possível escavar a totalidade de uma *domus* romana de átrio e peristilo, inserida num quarteirão romano, limitado por ruas.

Esta situação nada tem de estranho, quando falamos de cidades romanas reveladas pela Arqueologia Urbana, a qual se desenvolveu em Portugal e, de um modo geral, por toda a Europa, a



Figura 159. Mapa de Braunio de 1594 ©UAUM. Permite visualizar a estrutura da parte mais urbanizada da cidade quinhentista, correspondente à zona sudoeste, precisamente aquela que se sobrepôs à cidade romana, herdando elementos da sua estrutura viária (Ribeiro, 2010: 507).

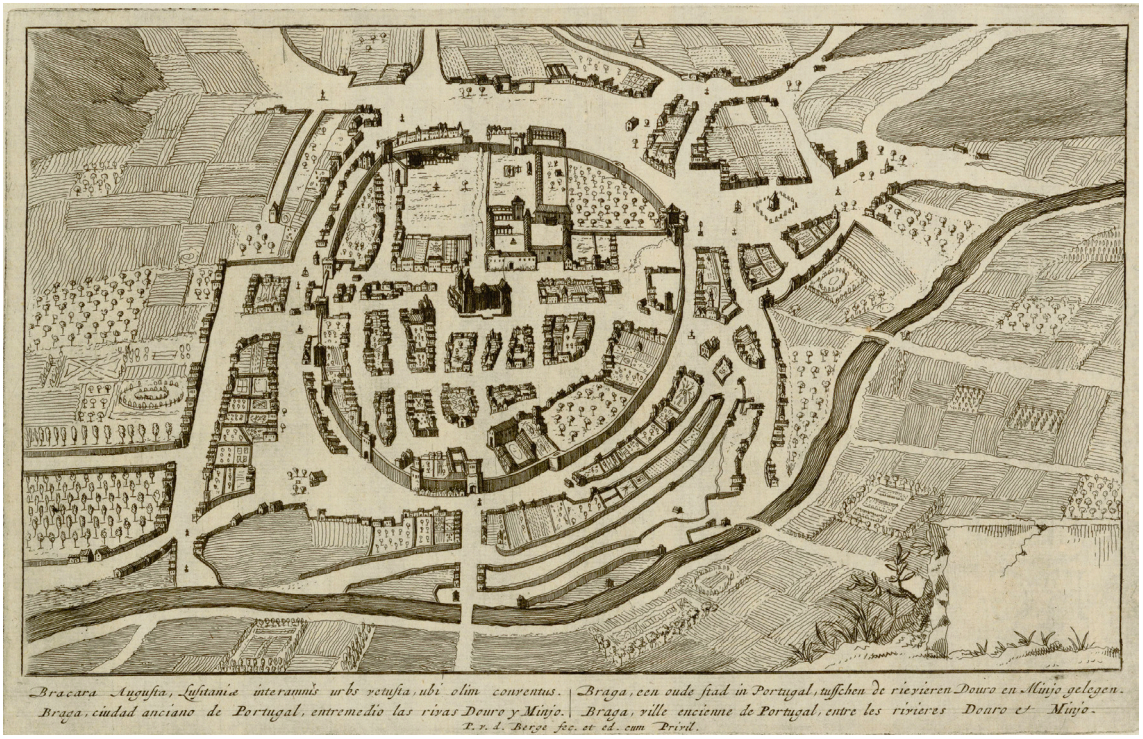


Figura 160. Mapa de *Bracara Augusta Lusitaniae interamnis urbs vetusta ubi olim conventus.* Este mapa de Braga datado de 1720, permite observar uma estrutura mais urbanizada na área onde sobrepôs a cidade romana, mantendo alguns dos eixos viários © Institut Cartogràfic de Catalunya.

partir da década de 70 do século passado. Na verdade, apesar da Arqueologia Urbana ter revelado uma notável capacidade de rasgar novos horizontes de investigação e de revelar uma realidade científica insuspeita, articulada com a descoberta de largas dezenas de cidades romanas, praticamente desconhecidas das fontes escritas, estamos perante um domínio da prática arqueológica que possui constrangimentos diversos que importa identificar. Alguns deles relacionam-se claramente com as fortes limitações de atuação da arqueologia nas áreas residenciais das cidades, outros com o caráter descontínuo das intervenções preventivas e, outros ainda com o consequente carácter truncado dos dados que são obtidos, que precisam de ser compreendidos no contexto mais amplo em que se inserem. Ora esse contexto é aquele que resulta do progressivo somatório dos dados que vão sendo conhecidos e interpretados, num trabalho consequente e imparável de juntar as peças de um puzzle que nunca estará completo. Por isso, o maior constrangimento da Arqueologia Urbana está relacionado com o suporte de dados que se possui sobre as cidades que se investigam, o que significa que saberemos tanto mais, quanto mais soubermos. Assim, a progressão no conhecimento não é tanto aritmética quanto geométrica. Neste apartado importa compreender que os conhecimentos relativos à arquitetura romana progridem mais quando conhecemos melhor o urbanismo do sítio. Em parte, é essa a experiência de Braga, pois o estudo dos edifícios romanos tornou-se mais fáceis quando, em finais da década de 80 do século XX, foi possível projetar, pela primeira vez, o módulo urbano da cidade de *Bracara Augusta* (Martins e Delgado, 1989-90), o qual veio a ser progressivamente precisado ao longo das décadas seguintes (Martins *et al.*, 2017a).

Mas, se a identificação da malha urbana da cidade romana foi importante para o avanço dos estudos sobre a arquitetura pública, tornando mais fácil a compreensão dos edifícios, de que são exemplo as termas do Alto da Cividade (Martins, 2005) e mais tarde do teatro (Martins *et al.*, 2006; 2013), ela revelou-se absolutamente fundamental para compreender os vestígios associados às casas romanas. Na verdade, apesar do conhecimento da malha urbana da cidade romana ter beneficiado muito particularmente com a identificação de ruas e respetivos cruzamentos, quer na 'Zona arqueológica das Carvalheiras', quer na 'Zona arqueológica do ex Albergue Distrital', que se viriam a revelar duas áreas arqueológicas de grandes dimensões, foi possível, a partir de então, compreender melhor a natureza dos vestígios que iam sendo identificados em vários locais da cidade de Braga, os quais passaram a ser inseridos numa malha teórica de quarteirões quadrados, que passou a permitir uma primeira aproximação à natureza pública ou privada dos vestígios que iam sendo descobertos. Ao longo das décadas seguintes não só essa malha foi sendo consolidada, à medida que foram sendo identificados vestígios que a documentavam, como também melhor precisada, graças aos novos meios de georreferenciação que se foram tornando comuns nas décadas mais recentes e que permitiram perceber que o módulo que foi marcado em *Bracara Augusta* teria 156 pés (Martins *et al.*, 2017a) entre os eixos das ruas e não de 150 pés, como inicialmente se havia admitido (Martins *et al*, 1994). E foi exatamente a compreensão da malha urbana romana que tornou possível o início do estudo da arquitetura doméstica, em particular associada à casa de elite, caracterizada pela *domus,* uma vez que os vestígios que iam sendo descobertos, embora

fragmentários e truncados, começavam a fazer sentido, uma vez adequadamente inseridos na malha dos correspondentes quarteirões romanos. No entanto, o início do estudo da arquitetura residencial levaria cerca de uma década a afirmar-se, com os primeiros trabalhos realizados sobre a *domus* das Carvalheiras (Martins, 1997-98; Silva, 2000).

Na verdade, pode reconhecer-se que a arqueologia na cidade de Braga, após mais de quatro décadas de escavações, no âmbito do 'Projeto de *Bracara Augusta*', da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, embora beneficie da existência de um projeto científico que tem permitido garantir a integridade dos registos e a sua correlação para a valorização conjunta dos dados no âmbito do urbanismo e da arquitetura, não consegue superar o carácter fragmentário das intervenções arqueológicas que são realizadas no contexto das intervenções preventivas. Com efeito, a grande maioria das intervenções arqueológicas que ocorrem em meio urbano, são-no em lotes de terrenos concretos, quase sempre de dimensões reduzidos, dependendo a natureza da intervenção da extensão e impacto dos projetos sobre o subsolo. Assim, raramente é possível garantir a identificação dos limites dos edifícios romanos, sendo comum que essas intervenções mais não permitam senão identificar um conjunto reduzido de muros, cuja interpretação é substancialmente limitada pelo seu carácter circunscrito e, não raro, em mau estado de conservação. Acresce a estes constrangimentos que, muitas vezes, é necessário esperar anos para que alguns vestígios ganhem sentido, através da escavação de terrenos anexos, os quais podem, circunstancialmente, tornar possível reconhecer a natureza e dimensões dos edifícios, um aspeto importante na hora de valorizar a arquitetura doméstica de uma cidade romana, em que a classificação tipológica das casas depende muito da sua dimensão e do reconhecimento de determinado tipo de espaços, como o átrio, ou o peristilo, que não podem ser simplesmente inferidos.

Estes constrangimentos que pesam sobre a Arqueologia Urbana de Braga explicam o lento avanço nos conhecimentos sobre a arquitetura doméstica romana, cuja primeira síntese foi ensaiada em 2010 (Magalhães, 2010), tendo sido seguida pela elaboração de vários estudos monográficos de sítios que foram objeto de grandes intervenções arqueológicas, como aconteceu na área das Cavalariças, onde se reconheceu a existência de uma *domus* de peristilo (Silva, 2013), na área do ex Albergue Distrital (Torres, 2014) e, mais recentemente na zona arqueológica da Escola Velha da Sé (Mendonça, 2018). Outros estudos de carácter monográfico têm incidido sobre vestígios que sabemos corresponderem a casas romanas, mas em que é impossível valorizar a sua tipologia, como aconteceu com o trabalho de Alberto Sousa, sobre a Zona arqueológica da rua Gualdim Pais (Sousa, 2012), ou com aquele que foi levado a cabo recentemente por Lara Fernandes (2018), que analisou um conjunto de seis intervenções arqueológicas realizadas, entre os anos 80 e 90 do século passado, em terrenos que correspondem ao quadrante sudeste da cidade de *Bracara Augusta*, que forneceram um conjunto de vestígios que se inscrevem em seis quarteirões romanos. Apesar da relevância dos dados disponíveis para esse setor da cidade, a natureza dos vestígios conhecidos não permitiu caracterizar, nem o tipo de casas, nem as suas dimensões, razões porque ficaram fora do nosso estudo. O mesmo acontece com outros vestígios correspondentes a outros setores escavados de Braga, os quais pelo seu carácter fragmentário não foi possível valorizar

no contexto deste trabalho, como acontece com os vestígios da *domus* de Santiago, limitados ao peristilo da mesma (Magalhães, 2010).

Por isso, é bastante circunscrito o número de casas romanas para as quais foi possível identificar os limites, o que só aconteceu nas seis zonas arqueológicas que foram analisadas na parte II deste trabalho, para as quais conseguimos propor hipóteses planimétricas mais ou menos consistentes. No entanto, julgamos de sublinhar que apenas conhecemos a planta integral de uma única casa, representada pela *domus* das Carvalheiras, que ocupava a totalidade de um quarteirão romano, tendo-se identificado os limites das quatro ruas romanas que o circundavam. Por isso, a informação que dispomos para esta casa é muito mais vasta e segura do que aquela que podemos dispor relativamente às outras *domus*, apenas parcialmente descobertas. Na verdade, o conjunto de inferências que podemos fazer sobre a *domus* das Carvalheiras não tem qualquer paralelo com as que assumimos para as restantes casas da cidade.

2.2 Urbanismo e o povoamento de *Bracara Augusta*

A ocupação de *Bracara Augusta* encontra-se bem documentada pela arqueologia, sendo possível afirmar que o início do povoamento da cidade data do tempo de Augusto, mais concretamente da última década antes da transição da Era. Esta cronologia é sugerida pelos enterramentos registados na necrópole da Via XVII e pelos materiais presentes nos quarteirões que envolviam o *forum*, que datam da primeira metade do século I (Morais, 2005). Por outro lado, dispomos hoje de dados muito consistentes relativamente ao urbanismo da cidade. Com efeito, as escavações realizadas em vários locais da cidade de Braga, abarcando tanto a área residencial, como a sua periferia, demonstram que a cidade foi fundada *ex novo*, numa colina, de altitude máxima de 199 m, tendo sido organizada segundo uma malha ortogonal, com orientação de N/NNO-S/SSE e O/OSO-E/ENE. A malha urbana de *Bracara Augusta* estava organizada com quarteirões quadrados, com áreas de construção de 120 pés quadrados (1 *actus*), que seriam rodeadas de pórticos com 12 pés, valor igualmente projetado para as ruas, com exceção das vias principais que teriam cerca de 24 pés, conforme foi testemunhado para a parte norte do cardo máximo (Martins *et al.*, 2017a).

Eventualmente fundada entre 15/13 a.C., a cidade parece ter conhecido um povoamento continuado durante todo o século I, sendo de destacar a origem indígena de boa parte da sua população, que seria originária dos principais *castella* da região (Martins *et al.*, 2012: 32), conforme vem sendo sugerido a partir dos dados arqueológicos, que testemunham cerâmicas indígenas presentes nos níveis de construção da época flávia, mas não nos níveis fundacionais. Por outro lado, importa destacar que os dados epigráficos disponíveis testemunham uma ocorrência consistente da onomática indígena (Redentor, 2011), documentando que as elites indígenas terão desempenhado um importante papel logo nos primórdios da cidade, ocupando cargos relevantes e assegurando, certamente, boa parte das atividades necessárias à administração e às atividades económicas, estas últimas também garantidas pela presença de cidadãos romanos que se dedicavam ao comércio, conforme é referido numa inscrição do tempo de Cláudio dedicada a *C. Caetronius Miccio* (Alföldy, 1966).



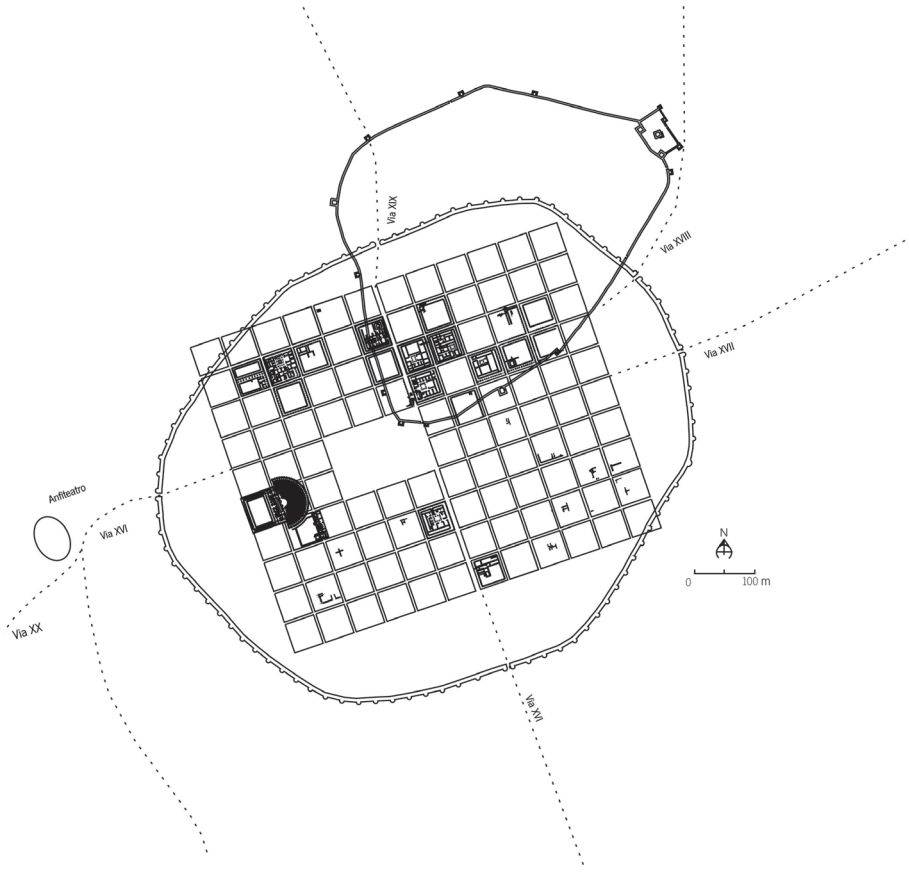


Figura 161. (Sup) Fotografia área de Braga onde se pode observar os contornos da muralha romana e medieval ©UAUM.
(Inf) Malha de *Bracara Augusta* sobreposta pela muralha romana e medieval.

Os testemunhos construtivos mais antigos associados à ocupação de *Bracara Augusta* encontram-se representados por silhares que parecem definir os limites de ruas e de possíveis quarteirões, os quais são constituídos por robustos embasamentos pétreos, reconhecidos na 'Zona arqueológica do ex Albergue Distrital', dispostos a nascente e poente do cardo máximo (Lemos e Leite, 2000; Magalhães, 2010). Aparentemente podemos estar perante uma forma de materializar os limites do referido eixo viário que pode ter precedido, em algumas décadas, a construção das *domus* que se viriam a instalar nos quarteirões limítrofes da rua, a partir de meados do século I (Martins *et al.*, 2017a).

Não se dispondo de evidências arqueológicas associadas à construção do *forum*, possuímos, todavia, dados que apontam para a ocupação das áreas dos quarteirões que se situavam nas suas imediações, associada à instalação de contingentes populacionais, certamente originários dos castros da região, que terão constituído a base da mão-de-obra necessária para construir a nova cidade. A sua presença está bem documentada pela cerâmica indígena, presente nos enchimentos das valas de extração de saibro, ou nas fundações dos edifícios construídos a partir de meados do século I, o que demonstra que as populações indígenas instaladas na cidade continuaram a usar as suas cerâmicas tradicionais, conforme aliás surge bem testemunhado na necrópole da via XVII, onde se constata o uso de recipientes de produção indígena que funcionam como ossários (Morais *et al.*, 2013; Braga, 2018). A presença de mão-de-obra indígena na cidade pode igualmente ser deduzida da construção de estruturas, com características técnicas semelhantes aos muros e muralhas dos castros da região bracarense. Como exemplos desta situação podemos apontar um grande muro de suporte encontrado na Colina da Cividade, ou o muro que delimitou a via XVII, cuja construção arranca ainda em tempo de Augusto (Martins *et al.*, 2010), sendo de destacar que nenhuma destas estruturas forneceu materiais nas suas valas de fundação, o que atesta a inexistência de qualquer ocupação pré-romana do sítio que continua a ser erradamente defendida por alguns autores (Almeida, 2016: 116).

Apesar de possuirmos diferentes categorias de materiais arqueológicos que testemunham uma continuada ocupação dos espaços da nova cidade em tempo de Augusto, com destaque para as cerâmicas importadas (Morais, 1997-98; Morais *et al.*, 2012) e as moedas (Zabaleta Estévez, 2000; Amaral, 2007), com uma clara concentração nas imediações do *forum*, são reduzidas as evidências de edifícios com essa cronologia. Na verdade, o único edifício público conhecido está representado pelo edifício pré-termal, identificado na Colina do Alto da Cividade, que segue a orientação geral da malha ortogonal da cidade, possuindo características que sugerem a sua possível função como espaço comercial, sucessivamente acrescentado a partir de um corpo disposto a norte com cronologia fundacional (Martins, 2005: 10-18).

Entre as atividades construtivas que se teriam desenvolvido nos primeiros tempos da vida da cidade conta-se a marcação e construção das vias que ligavam *Bracara Augusta* às outras cidades da Hispânia, com destaque para as vias XVII (*Bracara Augusta-Asturica Augusta*) e para a via XVI (*Bracara Augusta–Olisipo*) (Fig. 161). O processo de construção da via XVII está arqueologicamente documentado na periferia nascente da área urbana, onde foram encontrados vestígios

datados do período fundacional, articulados com a implantação da via, que assegurava a saída da cidade pelo lado nascente. Tendo por base os dados arqueológicos disponíveis, fornecidos pelos materiais pré augustanos presentes num solo negro anterior ao primeiro piso da via, a sua construção pode ser datada da época de Augusto (Martins *et al.*, 2010; Braga, 2010). Esta construção está associada ao início da utilização da sua área envolvente como espaço de necrópole, processo que podemos datar entre a transição da Era e os inícios do século I, também bem testemunhado do ponto de vista arqueológico pelas escavações realizadas entre 2008 e 2009 (Martins *et al.*, 2010; Fontes *et al.*, 2010a; 2010b; Braga, 2010; 2018). A uma primeira fase da necrópole podemos atribuir vestígios que parecem definir recintos e uma urna em granito, datável posteriormente ao ano 3 a.C., tendo em conta a cronologia de uma moeda, encontrada no seu interior, cunhada em *Celsa Sulpicia,* entre os anos 5 e 3 a.C. (Braga, 2010: 96). Bastante mais numerosos são os enterramentos datados entre Augusto e Tibério, que testemunham uma ocupação mais consistente da nova cidade nas primeiras décadas do século I.

Apesar do notável avanço nos conhecimentos relativos ao urbanismo e povoamento da cidade, ainda não foi possível definir as caraterísticas construtivas associadas a uma primeira fase de utilização dos quarteirões residenciais, num período que medeia entre o período de Augusto e meados do século I, momento que assinalará o arranque da sua ocupação dos quarteirões por casas tipo *domus* (Martins *et al.*, 2012: 39-44). Na verdade, os primeiros anos de vida da cidade estão documentados sobretudo pelos materiais indígenas e importados que aparecem nas fundações de muros já datados de momentos avançados do século I e que não conseguimos articular com nenhum tipo de vestígios arquitetónicos. Sabemos também que a construção da rede de saneamento, representada pelas cloacas que corriam sob o cardo e o decumano máximos, datam de meados do século I, podendo articular-se com o arranque da urbanização dos quarteirões (Martins *et al.*, 2017b).

A cidade foi estruturada ao nível de seus limites, divisões e organização interna durante os tempos de Augusto, tendo sido nesses momentos iniciais que se definiram o parcelamento dos quarteirões para futura construção. Por isso, quando chegamos ao período júlio-cláudio, a cidade deveria configurar-se já como um conjunto de áreas reservadas para construção pública e privada, definidas pelos eixos viários que formalizavam os quarteirões e dentro deles as parcelas em que poderiam estar subdivididos.

Tanto quanto nos é possível avaliar, com base nos dados disponíveis, as áreas construíveis dos quarteirões poderiam corresponder a 1 *actus* quadrado, ou a metade dessa área, tal como pode ser comprovado no quarteirão B da 'Zona arqueológica das Carvalheiras', mas também na 'Zona arqueológica da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão nºs 166/168', onde julgamos poder reconhecer num momento inicial de ocupação, do quarteirão, a existência de duas *domus* contíguas. Esta situação parece estar igualmente documentada na 'Zona arqueológica rua Afonso Henriques nºs 42/56'.

Na verdade, os materiais identificados nas fundações das estruturas que definem os alinhamentos dos quarteirões, representados por silhares, alguns dos quais posteriormente integra-

dos nos pórticos, ainda que pouco frequentes, documentam a precoce instalação desses elementos, seguramente datados de um período anterior aos flávios. A estrutura dos pórticos, anexos às casas, que se implantam, a partir de meados do século I, em articulação com a construção das casas, assinala a marcação dos limites das áreas construídas dos quarteirões e os limites das ruas, muito embora, esses limites tenham variado nos séculos seguintes.

Assim, em meados do século I parece registar-se um período de consolidação urbana, comprovado pelos vestígios da cloaca do cardo máximo (Torres, 2014) e pelas primeiras evidências de construção nos quarteirões, muito embora a grande maioria das *domus* que conhecemos date já do período flávio, como acontece com a bem conhecida *domus* das Carvalheiras.

2.3 Os modelos adotados

A casa romana é uma construção que se carateriza pela subjetividade do proprietário e do arquiteto, que imprimiam cunhos pessoais aos edifícios, pelo que não existem modelos rígidos de *domus*. No entanto, conseguimos identificar alguns elementos construtivos recorrentes nas habitações privadas romanas, sendo natural a heterogeneidade das suas plantas que tinham que se adaptar aos constrangimentos topográficos do terreno e às características das parcelas em que se organizavam as áreas a construir. Assim, o poder económico do proprietário e os seus gostos pessoais, bem como o espaço disponível para a construção da unidade habitacional são fatores que em muito influenciaram a morfologia da arquitetura privada das cidades romanas. Estas condicionantes permitem concluir que não existiu 'uma casa romana' típica, mas sim 'casas romanas', que se adaptaram a diversas condicionantes de natureza topográfica, económica e social, tirando partido dos modelos itálicos que se difundiram na Península Ibérica, a partir do século II a.C., os quais reproduziram a rica gramática arquitetónica que encontramos desenvolvida nas cidades da Itália tardo republicana (Uribe Agudo, 2008: 616).

Do conjunto das habitações analisadas em *Bracara Augusta*, apenas uma apresenta uma planta completa, pois os restantes exemplares que podem ser valorizados são conhecidos apenas de forma parcelar, circunstância que limita e dificulta a classificação dos modelos em que podem ser integrados, uma vez que o nosso desconhecimento de partes das casas impede-nos de garantir que não existiriam espaços e elementos construtivos que seriam fundamentais na hora de discutir os modelos.

As tipologias das habitações foram estabelecidas com base na existência ou não de determinados espaços no seu interior, com destaque para os espaços abertos, que funcionaram como elementos distribuidores e ordenadores dos restantes compartimentos, possuindo ainda um significado decorativo e cumprindo funções de iluminação e arejamento do interior da habitação. Por isso, valorizámos como elementos definidores dos modelos de casa as áreas de circulação, ou seja, o átrio e o peristilo, espaços abertos que apresentavam semelhanças no que concerne à sua configuração, ainda que se associassem a diferentes espaços. Assim acontece no caso da *domus* das Carvalheiras, onde esses espaços cumpriam funções diferentes na organização da vida familiar do proprietário e do conjunto residencial, uma vez que o núcleo do átrio estaria destinado

a cumprir funções públicas, onde estava localizado o *tablinum*, enquanto o peristilo articulava os espaços privados, compostos pelos *cubicula,* dispostos a poente e os espaços de carácter público e representativo dispostos a nascente, onde se situavam o *triclinium* e a *exedra*.

Assim, conscientes das limitações deste exercício e tendo por base os dados disponíveis, julgamos poder reconhecer, no conjunto das habitações analisadas em *Bracara Augusta*, apenas dois tipos de *domus*, tendo como referência as classificações conhecidas para a arquitetura doméstica romana. Um desses modelos está definido pela casa de átrio e peristilo e o outro está representado pela casa de peristilo. O modelo de casa de átrio e peristilo foi testemunhado na *domus* das Carvalheiras, enquanto os restantes exemplares de *domus* conhecidos parecem representar exemplares de casas de peristilo, que ocupavam a totalidade ou metade dos quarterões de *Bracara Augusta.* No entanto, convém salientar que na maioria dos casos não possuímos a totalidade das plantas das casas, pelo que nada impede que algumas delas, apenas parcialmente conhecidas, não pudessem contemplar também um átrio, podendo, por isso, inscrever-se no modelo de casa de átrio e peristilo.

Contudo, à luz dos dados disponíveis, no caso de cinco exemplares de *domus* conhecidas, julgamos poder inscreve-las no modelo de casa de peristilo, um tipo de casa que se desenvolveu nas cidades da Itália por influência das cidades helenizadas e helenísticas, pois respondia melhor aquelas que eram as exigências das elites romanas. De facto, quando a vida social se foi impondo na família senhorial romana começou a tornar-se quase impossível desenvolver todas as tarefas domésticas em redor do tradicional átrio, pois a casa patrícia passou a acolher um grande número de escravos, libertos e clientes que viviam com a família, ou a ela recorriam diariamente, sendo por isso necessário criar novos espaços para solucionar o problema do afluxo de pessoas ao interior da *domus.* Esta evolução da *domus* romana pode ser situada a partir dos finais do século III a.C./ inícios do século II a.C., caracterizando-se pela introdução do peristilo, elemento arquitetónico de influência helenística, que se associa a necessidades sociais de representação (Guillen, 1997: 60). Assim, a presença de um peristilo na casa itálica veio claramente enriquecer toda a sua estrutura, acrescentando-lhe mais uma área aberta, com funções organizadoras do espaço doméstico, que mereceu investimentos consideráveis em termos de decoração e embelezamento. O peristilo aplicava conceitos de ordem, simetria e distribuição harmoniosa dos espaços, configurados numa área aberta, que se converteu num espaço de ócio, onde se podia desfrutar da natureza, através da presença de um jardim interior.

2.3.1. A casa de átrio e peristilo das Carvalheiras

A *domus* das Carvalheiras constitui o único exemplar bracarense de casa romana de átrio e peristilo e também a única que foi integralmente escavada, tendo por isso fornecido uma preciosa informação relativa ao modo de construir e habitar em *Bracara Augusta*, constituindo fonte de inspiração para numerosos trabalhos, pois oferece-se como um exemplo paradigmático das casas de elite da cidade romana (Martins, 1997-98).

Organizada em função de duas áreas abertas de distribuição e iluminação, a casa desen-

volvia-se em duas plataformas, como solução para os problemas apresentados pela topografia do terreno e pela acentuada pendente que tinha que vencer no sentido S/N. Assim, na plataforma mais elevada situavam-se o átrio e os compartimentos envolventes, enquanto a zona mais baixa estava associada ao núcleo do peristilo, que formalizava uma ampla área aberta, em torno da qual se desenvolviam vários espaços da casa, quer públicos, quer privados. As duas áreas encontravam-se ligadas internamente por escadas interiores.

O átrio era compreendido como um ponto de convergência para o interior da casa, possuindo uma vocação multifuncional, operando como espaço de espera, onde se aguardava pela saudação, ou para se ser recebido pelo senhor da casa, algo que acontecia no *tablinum*. Na casa itálica, ou de átrio, este espaço era considerado o centro da habitação, mesmo quando se localizava nas proximidades da entrada (Fernández Vega, 1999: 111).

Tendo por base os elementos disponíveis admite-se que o átrio da *domus* das Carvalheiras se inseria no modelo toscano, justificável pela sua reduzida dimensão, que exclui, logo à partida, a tipologia de átrio coríntio. Desta forma, a presença de um *impluvium* permite excluir a possibilidade de estarmos em presença de um átrio *displuviatum* ou *testudinatum*, ambos incompatíveis com a documentada presença de um tanque de recolha da água das chuvas. Por outro lado, muito embora os dados disponíveis se revelem algo inconclusivos quanto à presença de colunas associadas ao *impluvium*, julga-se que elas não seriam de todo necessárias, considerando as reduzidas dimensões do átrio e os paralelos que podemos encontrar para átrios com dimensões semelhantes em Herculano e Pompeia (Wallace-Hadril, 1994: figs-3-7; Adam, 1996: 330).

A entrada do átrio fazia-se pela fachada sul através de um pequeno corredor (*fauces*), limitado pelos muros de duas *tabernae*, que se dispunham a poente e nascente (T6 e T7), sendo de destacar que era possível aceder ao interior da loja T6, por uma porta, da qual se conservou a soleira, que estava rasgada na parede que limitava a *fauces*. Por se integrar já no interior da casa esta entrada sugere que a loja deveria estar sob exploração do seu proprietário, situação que é bastante comum em casas de outras cidades da Hispânia.

Três compartimentos principais compunham a área pública do átrio, servidos pelo estreito *ambulacrum* que envolvia o *impluvium*, cumprindo presumivelmente funções associadas às atividades de representação que se desenvolviam nesse espaço da habitação e que envolviam o dono da casa e as suas atividades diárias. A sala disposta a norte do *impluvium,* no alinhamento da entrada, possuía uma área de cerca de 20m^2, apresentando dimensões compatíveis com a sua presumível função de *tablinum*, de acordo com as recomendações vitruvianas (*De Arch*. VI, IV), constituindo a sala de receção onde teria lugar o *salutatio* matinal do dono da casa. A disposição deste compartimento, adossado ao paramento cego da parede norte e aberto ao átrio, colhe paralelos em várias casas do ocidente do Império, designadamente em *Celsa* (Beltrán Lloris, 1991: 152-153).

A poente do átrio desenhava-se um outro compartimento (A5), igualmente com uma área útil de 20m^2, ao qual se acedia a partir do vizinho espaço A4, sendo difícil precisar a funcionalidade desses espaços, que se situavam sobre duas lojas (T4 e T5), situadas na fachada poente,

bordejada pelo pórtico anexo ao cardo K13 (Fig. 162). A nascente do átrio desenhava-se um amplo compartimento (A2), de morfologia irregular e com uma área útil de 30m^2, o qual poderia ter comportado uma subdivisão plausível na parte nascente, hipótese que formalizaria um espaço de receção perfeitamente quadrado. Importa ainda referir que estamos perante o maior compartimento da área pública do átrio, cujas dimensões se ajustariam à sua interpretação como *exedra*, devendo ter funcionado como sala de estar para apoio às atividades que aí tinham lugar (Silva, 2000). Na verdade, apesar das êxedras se associarem preferencialmente aos núcleos do peristilo, reconhece-se igualmente a sua existência em associação com os átrios, de que constitui exemplo a 'Casa C da *insula* I' de *Celsa*, onde a êxedra possui também uma localização orientada a poente (Beltrán Lloris, 1991: 148, 157). Assim, estamos em crer que o espaço A2 poderia ter funcionado como sala de receção dos clientes que diariamente se apresentavam na casa, enquanto aguardavam a sua vez de ser recebidos pelo *dominus* presumivelmente no *tablinum* (A3) (Fig. 162).

A nascente do compartimento A2, dispunha-se o compartimento A6, a partir do qual se acedia ao vão de escadas que, pelo interior da casa, conduzia à área do peristilo, permitindo o acesso à parte privada da habitação, enquanto a norte se dispunham dois compartimentos (A8 e A9), que supomos de natureza privada, correspondendo muito provavelmente a dois *cubicula*, de razoáveis dimensões. Ainda a nascente da área A6 desenha-se um outro espaço interior (A11), com cerca de 12m^2, com função indeterminada, sendo certo que seria através dele que se tinha acesso ao pequeno compartimento A7, que definia um piso superior sobre a área P11, acessível a partir do peristilo.

Assim, julgamos poder reconhecer que a área da plataforma sul da *domus* das Carvalheiras apresenta uma área pública, claramente representada pelos compartimentos que associamos a funções de receção (A2, A3, A4 e A5), típicas das envolventes deste tipo de espaço de distribuição, mas também uma área privada, mais intima, representada pelos compartimentos A6, A7, A8 e A9, para os quais propomos funções de natureza mais privada associadas a atividades mais reservadas do *paterfamilias*.

Por sua vez, a área do peristilo, com cerca de 237m^2, estava estruturada com um deambulatório de circulação porticado, que se desenvolvia em torno de uma área ajardinada, que seria, presumivelmente, decorada com um tanque, sugerido por uma extensa conduta de drenagem. O acesso a esta área podia fazer-se pelo interior da casa, através de um vão de escadas, que fazia a ligação da área do átrio com o peristilo, existindo também uma entrada direta pare este espaço rasgada na fachada norte, com acesso direto ao *ambulacrum* do peristilo.

A área aberta do peristilo, definida pelo limite da colunata, com uma disposição retangular, possuía uma superfície de 85.2m^2. Este peristilo apresentava um pórtico com uma colunata de modelação interpolada, tendo nos lados menores sido aplicado um módulo de 10 pés, enquanto nos maiores foi utilizado um módulo de 12 pés (3.66m) (Silva, 2000:80). O estudo da colunata do peristilo, tendo por base os tambores das colunas conservados *in situ* e os diâmetros das suas bases, permitiu estimar para as mesmas uma altura de 9 pés, apontando para um cânone estilístico de modulação toscana. Neste sentido, a volumetria proposta é de 12 pés, considerando o

uso de silhares de assentamento das colunas de 2 pés e o recurso a um entablamento de 1 pé (Silva, 2000: 49).

Flanqueando o deambulatório do peristilo, situavam-se vários compartimentos, destacando-se o *triclinium*, uma *exedra* e *cubicula,* bem como um acesso ao exterior, a partir de uma entrada secundária que foi aberta na fachada norte. Assim, a sul e nascente encontramos os espaços de receção e banquete da *domus*, enquanto a ala poente deveria corresponder a uma área mais privada, onde se deveriam localizar os *cubicula*.

A nascente do peristilo localizava-se o grande salão triclinar da casa (P1), com cerca de 51.60m^2, devendo as duas salas laterais (P2 e P3) destinar-se a apoiar os serviços de receção aos convidados e às refeições que teriam lugar naquele espaço.

Assim, o conjunto dos compartimentos P1, P2 e P3, situado a nascente do peristilo, formalizando uma destacada simetria no conjunto da área privada da casa, possuía uma ampla visibilidade para a área ajardinada, gozando de uma boa exposição solar e desempenhando um papel funcional e social de primeira grandeza na organização do espaço da *domus*. Sendo comum que os triclínios ocupassem uma área significativa das casas de elite, sabemos que não existem modelos rígidos para a organização deste tipo de espaços, que registam uma grande variabilidade de soluções, quer em Itália, quer nas províncias ocidentais, sendo um dos espaços sujeitos a maior reinterpretação por parte dos arquitetos locais, que conheceriam os modelos vitruvianos, mas estavam sobretudo dependentes dos gostos, estatuto e riqueza de quem encomendava as obras, mas também das características topográficas das áreas a construir (Ribeiro, 2011).

A sul do conjunto de compartimentos associados aos banquetes, dispunha-se um espaço amplo (P10), com uma área útil de 24.60m^2, que pode corresponder a uma cozinha (*culina*), junto ao qual se desenha um pequeno compartimento (P11), com cerca de 6.40m^2, que poderá ter funcionado como *cella penaria.*

No lado sul do peristilo, a poente da escada de ligação com a área do átrio, dispunham-se dois compartimentos, com áreas úteis de 21m^2, que deveriam formalizar salas de receção, ainda que pudessem cumprir diferentes necessidades associadas à receção e banquete que caracterizavam normalmente os espaços situados em torno do peristilo, podendo ter ocupação sazonalmente diferenciada.

A organização da ala disposta a poente do peristilo é desconhecida pois foi sobreposta por um edifício termal, facto que não permitiu a sua escavação. No entanto, julgamos poder situar-se aí a parte privada da casa (*cubicula*), constituída por um eixo alinhado de *cubicula*, expostos a nascente, com áreas relativamente modestas, entre 7.40m^2 e 9.75m^2, embora alguns pudessem apresentar áreas potencialmente maiores, entre 16.20 m^2 (P9) e 18.50m^2 (P6).

Tal como acontece na generalidade das casas romanas urbanas, a *domus* das Carvalheiras oferece um conjunto muito significativo de espaços económicos implantados nas suas fachadas, que abriam para os pórticos que ladeavam as ruas limítrofes do quarteirão onde se implantou a casa. Muito embora seja fácil aferir a natureza claramente económica desses espaços, destinados ao aluguer, devido à sua relação com os pórticos, não é possível atestar com rigor

o tipo de atividades que aí terão tido lugar nesta fase de ocupação, uma vez que esses espaços sofreram certamente outro tipo de utilizações ao longo dos séculos seguintes, sendo certo que alguns destes espaços económicos possa ter mudado várias vezes de atividade. Mas, esta dinâmica, que podemos adivinhar, mas não testemunhar, contrasta vivamente com o carácter bem mais conservador da morfologia destes espaços, que mantêm as mesmas características formais, desde a sua construção flávia até à Antiguidade Tardia, quando seguramente foram usados com outras funções, designadamente habitacionais.

Oscilando em termos de área ocupada, estes espaços revelam uma assaz diferenciada morfologia e dimensão.

Assim, na fachada poente reconhecem-se cinco lojas, duas das quais (T1 e T3) com cerca de 30m^2, enquanto a loja T2 teria 36m^2, tendo as lojas T4 e T5, respetivamente, 19 e 20m^2 (Fig. 162). No caso dos espaços comerciais T1 e T2, dispostos na fachada poente, cabe salientar a lógica de formalização de possíveis antecâmaras, que resulta de uma subdivisão das áreas, eventualmente associada à criação de *cubicula* interiores, que poderiam destinar-se à armazenagem de produtos, ou a outras atividades de produção associadas ao tipo de mercadorias comercializadas, podendo igualmente ter servido como local de residência dos retalhistas.

Ao longo da fachada sul dispõem-se cinco espaços económicos, de morfologia e dimensões bastante variáveis. Assim, os compartimentos T6 e T7 são praticamente simétricos, possuindo áreas semelhantes de 16 e 15.59m^2, respetivamente, ladeando a entrada da casa (A1). Merece destaque o facto da loja T6 possuir comunicação com o interior da casa, facto que indica que a sua exploração seria seguramente feita pelo seu proprietário. A loja T8, com uma área útil de 40.41m^2 revela vestígios de um balcão, disposto no sentido N/S, tendo sido admitido que poderia formalizar um *termopolium*, um tipo de loja bastante comum nas fachadas das habitações das cidades de Pompeia, Herculano e Óstia, mas também comum em contextos urbanos da Hispânia romana. O maior espaço comercial da casa está representado pela loja T10, com uma área útil de 79.41m^2, sendo possível que pudesse comportar subdivisões.

Embora mal conhecido, o setor nascente da casa pode ter tido igualmente algumas lojas dispostas ao longo da fachada. Uma interpretação meramente formal deste setor é sugestiva de que aí poderiam ter estado integradas pelo menos duas lojas (T11 e T12).

Considerando apenas as 10 lojas dispostas ao longo das fachadas sul e poente, é digno de nota o peso da parte económica do quarteirão, reservada a espaços de natureza comercial, que ocupavam um total de 542m^2, ou seja, cerca de 47% do total da área construída, habitualmente estimada em 1156m^2, não contemplando, portanto uma presumível área de lojas dispostas na fachada nascente, que aqui defendemos (Fig. 162). Esta circunstância pode evidenciar que boa parte da atividade comercial da cidade, bem como, certamente também, da pequena produção artesanal, poderia realizar-se ao longo das ruas, decorrendo essas atividades em íntima articulação com os espaços construídos dos quarteirões (Martins *et al.*, 2012). De facto, ainda que seja bastante difícil avaliar a função exata dos espaços que foram reservados a atividades económicas no quarteirão A, podemos admitir que elas se destinariam, quer ao comércio retalhista, quer ao

fabrico de certos produtos, que não fossem excessivamente exigentes em infraestruturas. A este propósito cabe referir, uma vez mais, a subdivisão do espaço de algumas lojas, que permite considerar, ou a existência de áreas de armazenagem de produtos, ou uma separação hipotética entre os espaços de produção e venda, ou, ainda, que os artesãos, ou comerciantes dormiriam em espaços anexos aos seus locais de trabalho.

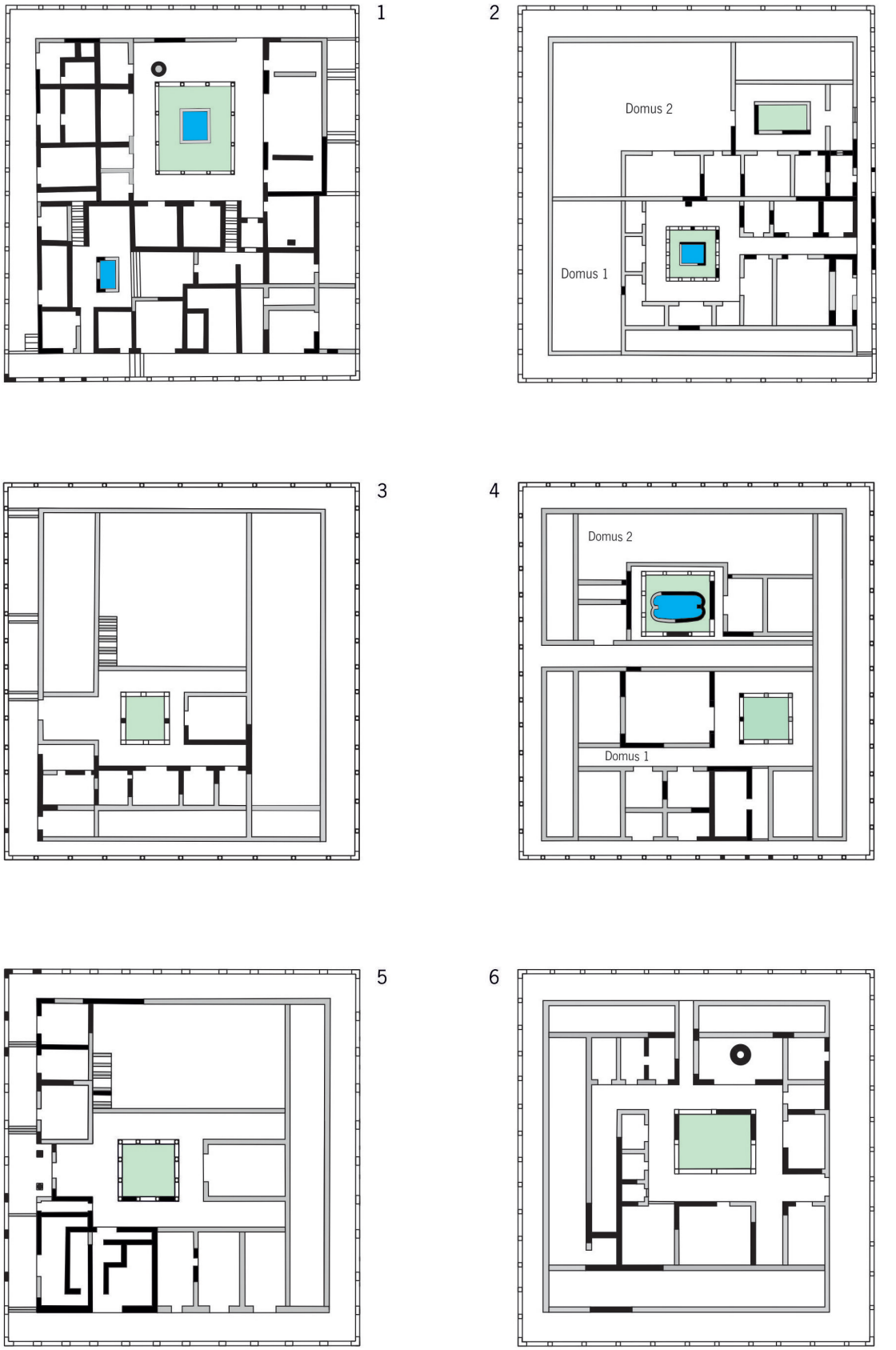
Dispostos ao longo das ruas, mas intimamente articulados, do ponto de vista construtivo, com as casas que se erguiam ao longo dos quarteirões, os pórticos constituíam uma caraterística estrutural do urbanismo de *Bracara Augusta* no Alto Império, tal como acontece de forma recorrente em muitas cidades do ocidente do Império, tendo sido um elemento característico das cidades fundadas por Augusto na *Hispania*, após o fim das Guerras Cantábricas (Martins *et al.*, 2017a). Ladeando as ruas, os pórticos eram também espaços fundamentais na vida económica das cidades, separando os pedestres do tráfico, permitindo que os potenciais compradores avaliassem os serviços ou os produtos oferecidos nas lojas anexas, dispostas ao longo das fachadas. Neste sentido, cabe referir que todas as *domus* referenciadas até ao momento em Braga possuem sempre as suas fachadas porticadas, facto que sugere uma animada vida económica ao longo das ruas.

Tal como acontece com os eixos viários que delimitaram o quarteirão das Carvalheiras, com pendentes entre os 2 e os 3%, também os pórticos tinham que vencer os desníveis do terreno, mais acentuados no sentido S/N, recorrendo-se para o efeito ao uso de muros de contenção e de lances de escadas para compensar os desníveis, como claramente aconteceu nos pórticos dispostos a poente e nascente da casa, que tinham que vencer uma pendente acentuada. De resto, o uso de elementos de escada parece uma constante, quer no exterior, quer no interior da unidade habitacional, facto que permitiu resolver os diferenciais de cota das pendentes morfológicas do terreno original.

Um elemento característico dos pórticos envolventes da casa das Carvalheiras, mas que se encontra também noutras *domus* de *Bracara Augusta*, associa-se à organização das colunatas que formalizavam os vãos dos pórticos exteriores. Na verdade, enquanto as colunas assentavam em silhares, estes inseriam-se em muros que asseguravam a sua estabilidade estrutural, permitindo também proteger a área pedonal e as lojas adjacentes da água das chuvas, que seriam captadas em condutas que corriam ao longo nas ruas. Por outro lado, estes muros permitiam a criação de plataformas, que permitiam compensar os diferenciais de cota do terreno e resolver a formalização estrutural dos suportes das coberturas telhadas dos pórticos, estimando-se que estas possuíssem uma pendente entre os 21 e 23%, valores que são recorrentes neste tipo de construções (Adam, 1996: 213-233).

2.3.2 As casas de peristilo

Primitivamente, o peristilo estava localizado na área reservada ao *hortus,* que se caraterizava pela combinação de vegetação, água, estatuária e colunata, transformando-se, posteriormente, num núcleo distribuidor da casa, já que a conjugação de todos estes elementos permitiu que o peristilo passasse a ocupar uma posição destacada dentro da habitação. Esta nova área relegou o



1 - Domus das Carvalheiras; 2 - Domus da Escola Velha da Sé / rua Frei Caetano Brandrão, nº166/168
3 - Domus da rua Frei Caetano Brandrão nº183/185 / rua Santo António das Travessas 20/26
4 - Domus da rua Afonso Henriques nº42/56; 5 - Domus do Ex Albergue Distrital
6 - Domus das Cavalariças

Figura 162. Modelos das *domus* identificadas em *Bracara Augusta.*

átrio para segundo plano, apesar dos dois espaços terem muitas afinidades, servindo ambos para ventilar a habitação, introduzir luz, captar água da chuva e ordenar diferentes compartimentos em seu redor.

Nos finais do século I, a *domus* de átrio terá caído em desuso, muito embora o espaço se tenha mantido como elemento decorativo, convertendo-se num lugar de passagem, uma espécie de antessala para se entrar na verdadeira casa (Fernández Vega, 1999: 111). No entanto, esta tendência geral não significa que as casas de átrio não tenham continuado a ser construídas, designadamente nas cidades da Hispânia que foram fundadas de novo por Augusto e que os átrios tenham desaparecido por completo da gramática arquitetónica romana, num momento em que claramente se assiste a uma clara 'preferência' pelos peristilos, como espaços distribuidores das casas de elite.

A nova área de circulação da *domus*, o *peristylium*, era constituído por um espaço aberto, rodeado por um pórtico colunado, em volta do qual se dispunham diversos compartimentos, quase sempre luxuosos e amplos, sendo a característica principal desse espaço a presença de um jardim, localizado na área aberta, quase sempre de razoável dimensão, onde poderiam existir tanques e fontes, ornamentos que surgem como elementos sumptuosos das habitações (Guillen, 1997: 64).

Bracara Augusta parece não escapar à tendência de generalização de *domus* de peristilo, facto a que não será estranha a cronologia avançada da construção das casas de elite, que começam a dominar o cenário urbano a partir de meados do século I. Assim, apesar de, ainda no período flávio, se ter construído uma *domus* de átrio e peristilo (*domus* das Carvalheiras), as *domus* de peristilo parecem dominar a paisagem doméstica que estrutura a urbanização sistemática dos quarteirões da cidade, sobretudo na segunda metade do século II.

Em *Bracara Augusta* identificamos várias casas de peristilo que passamos a referir tendo por base a cronologia que presumimos para a sua construção, resultante da avaliação dos dados arqueológicos disponíveis. Assim, começaremos por referir a '*domus* da rua Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas' e as '*domus* 1 e 2 da rua Afonso Henriques', cuja construção pode ser situada a partir de meados do século I, com grande probabilidade anteriormente aos flávios, momento a que podemos reportar as outras *domus*, designadamente, a '*domus* do ex Albergue Distrital', a '*domus* das Cavalariças' e as *domus* 1 e 2 da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão.

2.3.2.1 A '*domus* da rua Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas'

Na 'Zona arqueológica da rua Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas' foi possível identificar vestígios de uma *domus* de peristilo, que terá sido construída a partir de meados do século I, a qual terá ocupado a totalidade do quarteirão situado entre os cardos K8 e K9 e os decumanos D3 e D4. No entanto, o nosso conhecimento sobre esta habitação é bastante fragmentário, sendo impossível de restituir a planta total da habitação.

Das fachadas da casa apenas conhecemos a que se situava a poente, anexa ao pórtico,

que ladeava o cardo K9, na qual se encontravam duas lojas (T1 e T2) dispostas a sul da entrada na casa. A reduzida inclinação da parte sul do pórtico, disposto a oeste da fachada, poderá ter justificado a instalação neste setor de uma entrada na habitação, a qual daria acesso ao interior da casa, que se organizava em função de um peristilo, que estruturava e ordenava os demais espaços da casa. Assim, a entrada na casa seria realizada a partir de um *uestibulum* (P1) que dava acesso ao *ambulacrum* do peristilo. Tendo por base os dados disponíveis presumimos que a área descoberta do pórtico do peristilo seria rematada por uma colunata com 3 colunas de cada lado (Fig. 162).

Dos espaços que se distribuíam em torno do peristilo apenas conhecemos os que se dispunham a sul, onde encontramos quatro compartimentos, um dos quais, identificado como P4, possuía uma clara articulação com a loja T1, tendo também assegurada uma passagem com o espaço P3, uma ampla sala, com cerca de 21m^2. A nascente desta última sala dispunham-se dois compartimentos de reduzidas dimensões (P5 e P6), que deveriam cumprir a função de *cubicula.* Estes compartimentos eram acessíveis a partir de um corredor, com cerca de 7m de extensão, que tinha continuidade no *ambulacrum* sul do peristilo, cujas paredes eram decoradas com pinturas murais, parcialmente conservadas sobre os níveis de preparação do acabamento dos muros, tendo sido igualmente identificados múltiplos fragmentos de pinturas em níveis de enchimento, associados a diferentes compartimentos, destruídos em meados do século II para construir umas termas publicas. Os dados disponíveis permitem considerar que as pinturas se desenvolviam com motivos geométricos, formando losangos e linhas verticais e horizontais, usando uma enorme diversidade policromática.

A nascente do peristilo situava-se um grande compartimento, que deveria corresponder ao *triclinium* (P2), estimando-se para o mesmo uma área de cerca de 33m^2.

Estamos perante uma habitação construída numa zona de grande prestígio da cidade, com entrada principal virada ao *cardo maximus* (cardo K9), o que terá justificado a implantação de uma série de *tabernae* ao longo da fachada nascente da casa, adjacente ao pórtico que bordejava aquela artéria principal da cidade. Na reduzida área intervencionada identificam-se duas lojas, cujos pavimentos permitiram alinhar a cota de circulação do interior desses espaços com o pórtico. A loja T1 destaca-se por possuir dois compartimentos, separados por uma parede com duas passagens, possuindo igualmente uma articulação com o compartimento P4, disposto na ala situada a sul do peristilo, o que parece indicar que o proprietário possuía interesses diretos na exploração da loja, situação que é comum em *Bracara Augusta*, mas que se encontra igualmente testemunhada noutras cidades da Hispânia romana.

2.3.2.2 A *'domus* 1 da rua Afonso Henriques'

As ruínas identificadas nos terrenos correspondentes aos números 42/46 da rua Afonso Henriques permitiram identificar duas casas de peristilo, cuja cronologia pode situar-se a partir de meados do século I. As casas encontram-se dispostas em dois lotes, retangulares, os quais dividem ao meio o quarteirão romano localizado entre os decumanos D3 e D4 e os cardos K8 e

K7. As casas são de peristilo e foram identificadas como *domus* 1 e 2.

A *domus* 1 foi implantada na parte sul do quarteirão e corresponde a uma *domus* de peristilo lateral, disposto na parte nascente da habitação. No entanto, a única entrada que conhecemos situa-se na fachada sul, anexa ao pórtico, a qual dava acesso a um corredor de circulação que conduzia ao *ambulacrum* poente do peristilo. O corredor estava limitado a poente pela parede de um compartimento retangular (P1), que, dada a sua proximidade com a entrada e a sua relação com o corredor de acesso ao peristilo, poderia ter funcionado como *tablinum* (Fig. 162).

O peristilo situava-se no alinhamento da entrada da casa, sendo impossível estabelecer com segurança os limites da sua área aberta, o mesmo significando que não é possível avaliar com rigor a sua dimensão.

A poente do compartimento P1 dispunha-se um *cubiculum* da casa (P2), enquanto que a norte daqueles compartimentos encontramos um corredor, com 10 pés de largura, que presumimos limitado a norte por um possível espaço de representação, de grandes dimensões (P3), presumivelmente um *triclinium,* que deveria possuir uma articulação visual com o peristilo que estava disposto a nascente.

A parte conhecida da fachada, disposta a sul, assinala a existência de um pórtico colunado, anexo ao decumano D4, bem como a existência de *tabernae* que deveriam dispor-se na parte baixa da casa, mas cujo número é impossível estimar.

2.3.2.3 A '*domus* 2 da rua Afonso Henriques'

São poucos os dados que dispomos sobre a *domus* de peristilo que ocupava o lote norte do quarteirão, construída a partir de meados do século I. A casa seria delimitada a sul pela parede que correspondia à divisória entre as *domus* 1 e 2.

O elemento mais estruturante desta *domus* corresponde ao um peristilo quadrado, cuja área aberta teria cerca de 7.40m de lado, onde se implantava um tanque, definido por um muro construído em *opus* laterício. Não conhecemos a profundidade exata do tanque, mas sabemos que possuía um pavimento de *opus signinim*, que seria certamente revestido de tesselas. Apesar de esta área ter sido bastante alterada com as reformas do espaço, que tiveram lugar no período antonino, julgamos poder reconhecer os limites do peristilo, bem como algumas estruturas hidráulicas que asseguravam o escoamento da água da área aberta do peristilo e que captariam a água dos telhados que confluíam para este espaço aberto da casa (Fig. 163).

No lado da casa que se situava a nascente do peristilo configura-se a existência de um compartimento, cujas características são difíceis de avaliar, enquanto no lado poente do peristilo se dispunham, pelo menos, dois compartimentos (P1 e P2) de funcionalidade desconhecida.

2.3.2.4 A '*domus* do ex Albergue Distrital'

A '*domus* do ex Albergue Distrital' corresponde a uma *domus* de peristilo, construída na época flávia, a qual ocuparia a totalidade do quarteirão situado entre os K8 e K9 e o decumanos D4 e D5. Do conjunto da *domus* conhece-se bem a parte poente, claramente associada ao cardo

máximo (cardo K9) e ao pórtico que o acompanhava, bem como a sequência de lojas que definiam a fachada poente da casa. Foi igualmente descoberta a parte sul da casa, sobretudo relacionada com as lojas que se dispunham ao longo do pórtico sul que bordejava o decumano D5.

Assim, muito embora se defenda que a *domus* ocupava a totalidade do quarteirão, que se desenvolveria em duas plataformas, numa solução semelhante à da *domus* das Carvalheiras, a verdade é que não dispomos de dados seguros que o comprovem. No entanto, o conjunto de compartimentos que se encontram associados ao peristilo, articulado com a localização privilegiada do quarteirão relativamente ao *forum* são sugestivos de que estaremos face a uma requintada *domus,* que se organizaria em duas plataformas distintas, uma mais pública, disposta a sul, estruturada em torno do peristilo que se dispõe à cota de 193m, com entrada a partir do pórtico poente, associado ao cardo K9 e outra, mais privada, disposta e norte, à cota de 190m, com acesso a partir do pórtico norte e do decumano D4.

A área do peristilo ocupava a parte central da *domus*, sendo acessível por uma porta principal, que estaria rasgada na fachada poente, associando-se ao pórtico que ladeava o cardo K9. Trata-se de uma entrada reentrante relativamente à linha da fachada, que parece dispor de um pequeno pórtico, definido por duas colunas. A sul desta entrada desenha-se uma estreita passagem, que estrutura um corredor de circulação, associado a uma entrada secundária da habitação, ainda que pudesse definir também o vão de uma escada de acesso a um piso superior da habitação.

A partir da entrada principal acedia-se ao *uestibulum* (P1), com cerca de 9.80 m^2, que se organizava a partir do muro reentrante da fachada, que daria acesso a um deambulatório de circulação colunado, que formalizava o peristilo (P2), conjunto que ocupava uma área de cerca de 140 m^2 (Fig. 163). Este valor pode ser presumido com base nos dados disponíveis que permitem sugerir uma área descoberta, limitada por uma colunata com três colunas em cada lado, com um intercolúnio de 12 pés, assentes em silhares, estando os espaços entre eles preenchidos por muretes. Assim, a área aberta do peristilo, que seria ajardinada, definida pelo limite da colunata, possuiria uma disposição praticamente quadrangular, ocupando uma superfície de cerca de 40m^2. A área aberta seria rodeada por um *ambulacrum*, cuja largura a sul e norte seria de 10 pés, enquanto a poente e nascente se aproximava dos 9 pés. Na área descoberta, certamente ajardinada existiria um tanque, sugerido pela presença de estruturas de drenagem de água.

Desconhecemos as características da maior parte dos espaços que envolviam o peristilo, bem como a sua funcionalidade, podendo-se apenas sugerir a existência de um compartimento (P3), situado a nascente, no alinhamento da área aberta ajardinada e do próprio *uestibulum.* Esse compartimento possuía um amplo controlo visual sobre a entrada, sendo por isso presumível que se destinasse a funções de receção, eventualmente associado à s*alutatio* ao senhor da casa e à reunião com os seus clientes, pelo que poderíamos presumir a sua função como *tablinum.* Na verdade, as características desta *domus*, muito marcadas pelo facto de se desenvolver em duas plataformas, induzem a pensar que a área do peristilo constituiria uma área eminentemente pública.

Da área situada a norte do peristilo nada sabemos, enquanto na parte sul se entende que os compartimentos aí alinhados não estariam articulados com o peristilo, mas sim com o

negócio, conformando um conjunto de *tabernae* que se dispunham ao longo da fachada e tiravam partido do pórtico limítrofe do decumano D5. Esta interpretação resulta da proximidade deste setor do quarteirão relativamente à área do *forum*, que facultaria um bom rendimento para as lojas situadas na sua vizinhança. Na verdade, encontramos também um número significativo de lojas rasgadas na fachada poente da casa, articulada com o pórtico e o cardo K9, que seria uma das principais vias da cidade, assegurando a sua ligação com o território.

Assim, no caso da fachada poente foi possível reconhecer um conjunto de quatro espaços (T1, T2, T3 e T4) que se reconhecem abertos ao pórtico, revelando uma assaz diferenciada morfologia e dimensão. A norte da entrada as lojas eram menores, variando as suas áreas entre os 15 e os 27m^2, enquanto a parte situada a sul da entrada era ocupada por uma única loja (T4), que representa um espaço comercial de assinalável dimensão. De forma retangular, com uma área de cerca de 45m^2, este espaço possuía um balcão, podendo ter tido a função de *thermopolium* (Magalhães, 2010:73). Já na fachada sul encontramos a loja T5, com uma área útil de 40 m^2, dispondo também do que presumimos ser um balcão perpendicular à fachada, que parece articulado com um pequeno compartimento, que se dispunha a norte do balcão, no qual se poderiam armazenar produtos. Na verdade, estamos convencidos de que se trata de mais um *thermopolium,* que possuía uma articulação com o interior da casa, através da parede sul do peristilo, documentando uma eventual exploração comercial do espaço por parte do proprietário da *domus*. Ainda na fachada sul podemos inferir a existência de mais duas lojas (T6 e T7), que definem dois amplos espaços, que poderiam ser internamente subdivididos.

Tal como acontece com a *domus* das Carvalheiras é surpreendente o valor da área correspondente aos espaços comerciais, sendo de supor que pudessem existir ainda outras lojas, ao longo da fachada sul e eventualmente das fachadas nascente e norte, as quais não são conhecidas. A localização e dimensão dos espaços dedicados ao comércio que foram integrados na *domus,* permite considerar que o seu proprietário deveria auferir um bom nível de rendas com o seu aluguer, ou com a sua exploração direta.

A *domus* seria rodeada de pórticos, os quais apresentavam algumas características distintivas do tipo de pórtico que seria mais comum em *Bracara Augusta*. De facto, a configuração retangular dos silhares conservados *in situ*, bem como a sua presença em níveis de derrube, sugerem que a solução arquitetónica dos pórticos poente e sul, seria formalizada com silhares sobrepostos, encimados por arcos, eventualmente formados por material laterício, que seriam mais leves. Tendo em conta a distância entre os silhares, bem como o vão do pórtico, de cerca de 10 pés (2.90m), os arcos deveriam ter uma altura provável de 10½ pés (3.12m), o que permitiria o assentamento nivelado da colunata e a consolidação estática da massa construída. Esta solução construtiva do pórtico poente parece justificar-se pela importância do eixo viário com o qual confrontava, o cardo máximo, bem como pela privilegiada localização desta *domus* relativamente ao *forum*, situado a sudoeste do quarteirão. Embora se disponha de menos informação para o pórtico sul julgamos que possuiria a mesma solução construtiva, o que aconteceria também com os pórticos sul e nascente do quarteirão situado a poente do cardo K9.

Tal como sugerido para os pórticos da *domus* das Carvalheiras admite-se que o telhado não seria corrido, mas sim desnivelado, acompanhando as sucessivas plataformas em se organizaria o piso de circulação. Por outro lado, estima-se que as coberturas do pórtico tivessem uma pendente entre os 21 e 23%, valores que são recorrentes neste tipo de construções (Adam, 1996: 213-233).

2.3.2.5. A '*domus* das Cavalariças'

Na zona arqueológica das Cavalariças foi identificada uma outra *domus* de peristilo que ocupava a totalidade de um quarteirão da cidade. Tal como acontece nas *domus* anteriormente referidas, não dispomos da totalidade da planta da casa, não sendo conhecidos os seus muros perimetrais, nem os pórticos anexos às ruas.

No entanto, possuímos vestígios que permitem afirmar que o peristilo ocupava a área central da habitação, o que lhe conferia um lugar de destaque enquanto elemento organizador a distribuidor para vários compartimentos localizados em redor. Na verdade, a área ocupada pelo peristilo ocupa praticamente a parte central da *domus,* sendo acessível por várias entradas que se rasgavam nas fachadas. Uma delas (P1) situava-se na fachada nascente e articulava o pórtico anexo ao cardo máximo (K9) com o interior da casa. Presumimos que deveria localizar-se na área que identificámos como P1 (Fig. 163)., pelo acesso fácil que propiciaria a um conjunto importante de espaços de representação, fundamentais em qualquer casa de elite, como seja o *triclinium* (P8), o *tablinum*, que presumimos localizado a sul desta entrada (P9), ou ainda as salas P11 e P12, que devem ter constituído espaços de receção. A outra entrada situava-se a norte, dispondo-se aproximadamente a meio da habitação e conectava o pórtico anexo ao decumano D8 com o peristilo, através de um longo corredor (P2). Julgamos ainda que deveria existir uma terceira entrada no espaço que designamos por P10, rasgada na fachada sul, a qual permitiria articular o pórtico sul, anexo ao decumano D9, com o interior da casa, facilitando igualmente o acesso ao *tablinum*, que se localizaria no compartimento P9 .

Embora não tenha sido escavada a totalidade da área do peristilo é possível estimar que possuía uma forma retangular, tendo o seu eixo maior no sentido E/O, cobrindo uma área de 176m^2, situando-se à cota de 192.50m, a mesma que encontramos em vários dos compartimentos que se organizavam em torno deste espaço da casa. A área aberta do peristilo deve ter possuído cerca de 62m^2, sendo possível considerar que a colunata deveria estar organizada com 3 colunas, sendo o intercolúnio no sentido E/O de 10 pés, e, no eixo N/S, de apenas com 8 pés (2.36m).

Tendo em conta os dados disponíveis conseguimos identificar um total de 16 espaços que podiam estruturar-se em torno do peristilo. Dois deles seriam seguramente entradas, rasgadas nas fachadas situadas a nascente (P1) e norte (P2), ainda que o espaço P10 pudesse estar associado a uma outra entrada que se situaria na fachada sul da *domus.* Os outros compartimentos distribuídos em redor do peristilo cumpriam um conjunto de usos diversificados que seriam comuns neste tipo de casas.

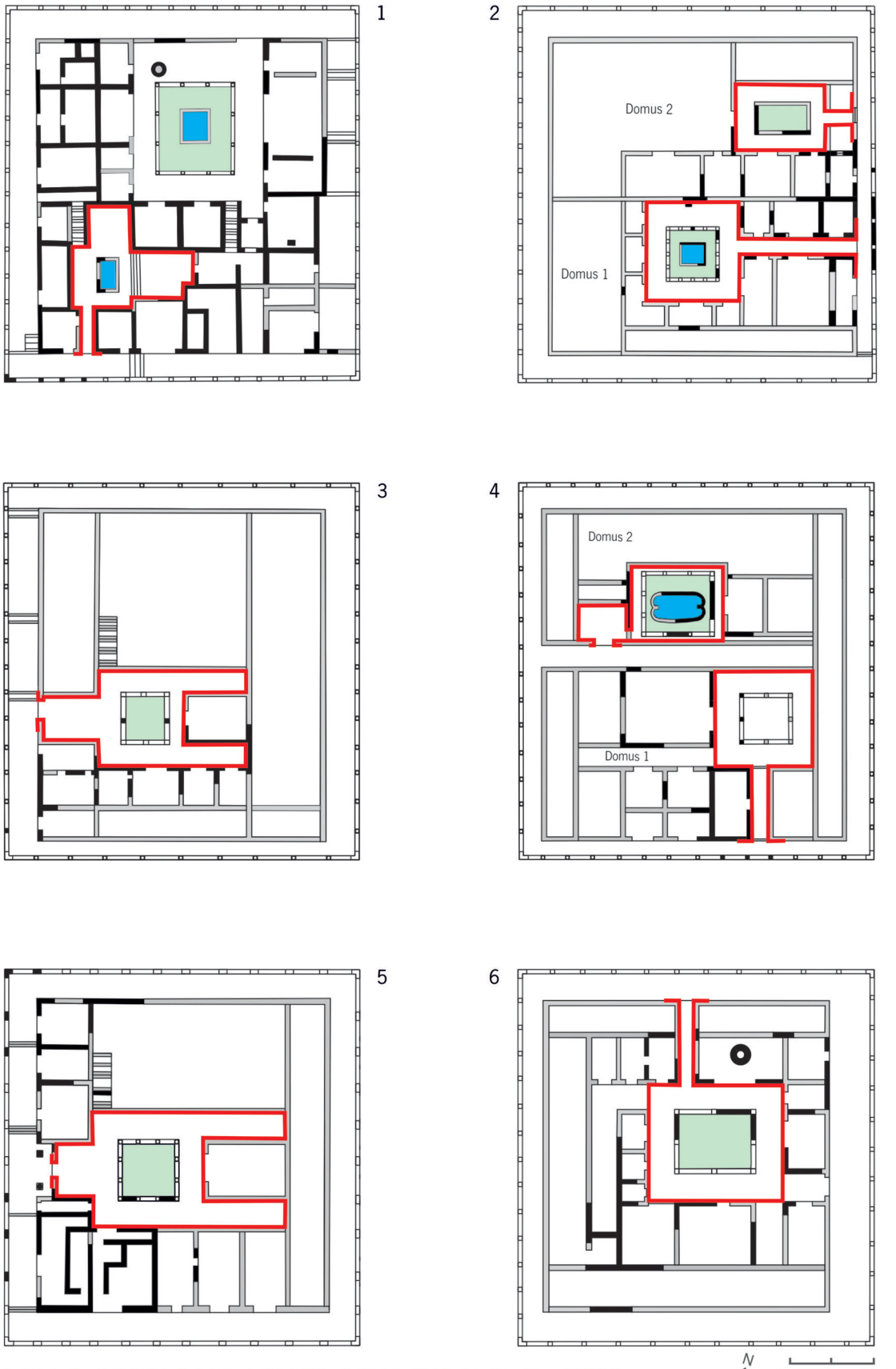
A localização do *triclinium* no compartimento P8, uma ampla sala retangular, centrada em relação ao peristilo, com uma área útil de 25m^2, parece-nos a mais plausível, oferecendo-se esta localização como uma solução canónica para este tipo de salas, estando orientada a poente. No que se refere à ala situada a poente do peristilo, julgamos que aí se disporiam alguns *cubicula*, desconhecendo-se o limite exato da série sugerida, sendo impossível estimar a dimensão do compartimento que foi identificado como P15. Julgamos também poder identificar como *cubicula* os compartimentos P4, P5 e P6, que se dispunham na ala norte do peristilo, a poente do corredor de acesso que permitia a entrada na casa a partir da fachada norte. Ainda na ala que se dispõe a norte do peristilo, a nascente da entrada P2, encontramos um amplo espaço aberto, retangular e com orientação E/O, no centro do qual se encontra um poço (P17). A localização deste pátio aberto, que seria certamente ajardinado, complementava as funções que eram desempenhadas pela área aberta do peristilo, no que respeita à entrada de luz e ar, pois duplicava a área aberta de arejamento e iluminação, advogando do destacado estatuto do proprietário da casa (Fig. 162).

Na ala que se dispõe a sul do peristilo parecem dispor-se três compartimentos (P9, P11 e P12) que deveriam desempenhar funções de representação, presumindo-se que o compartimento P9 deveria corresponder a um *tablinum,* com uma área útil de 28 m^2, que poderia ser acessível tanto pela entrada nascente (P1), como pela que presumimos situada a sul (P10). A poente desta entrada dispõe-se um amplo compartimento (P11), com 46m^2, que consideramos corresponder a uma sala de receção. A sua localização perto das entradas e a sua proximidade relativamente ao *triclinium* permitem considerar a sua eventual função de *exedra*. A poente localizava-se outro compartimento quadrado (P12), com uma área de cerca de 40m^2 que julgamos corresponder a uma sala de estar mais privada da casa, cumprindo talvez as funções de *oecus*.

Nada sabemos sobre os pórticos que envolveriam a casa, mas julgamos que a identificação, na sondagem S58, de um capitel toscano, certamente reutilizado numa fase tardia, pode ser sugestiva proximidade do pórtico poente e a utilização da ordem toscana na respetiva colunata. Também pouco sabemos sobre as lojas que deveriam existir nas fachadas da casa, porque essas áreas não foram escavadas. Mas admitimos que um compartimento identificado a nascente do espaço aberto P17 tenha cumprido funções de loja, pela sua proximidade com o cardo máximo (K9), uma artéria que sabemos de grande importância comercial

2.3.2.6 A '*domus* 1 da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão'

A '*domus* 1 da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão', construída na época flávia, ocupava o lote sul do quarteirão situado entre os decumanos D2 e D3 e os cardos K9 e K10, desenvolvendo-se no sentido E/O, ao longo do corredor que estabelecia a relação entre o pórtico e a rua anexa, o cardo 9 e a área do peristilo, que é bastante mal conhecida. A *domus* ocupava assim uma área de cerca de 60 pés no sentido N/S e 120 pés no sentido E/O, sendo de destacar que dos limites da *domus* apenas se conhece parte daquele que se dispunha a nascente, anexo ao pórtico que acompanhava o cardo K9, bem como o limite norte, representado pelo muro que estabelecia a divisória com a *domus* 2, também de peristilo, que se situava no lote disposto na



1 - Domus das Carvalheiras; 2 - Domus da Escola Velha da Sé / rua Frei Caetano Brandrão, nº166/168
3 - Domus da rua Frei Caetano Brandrão nº183/185 / rua Santo António das Travessas 20/26
4 - Domus da rua Afonso Henriques nº42/56; 5 - Domus do Ex Albergue Distrital
6 - Domus das Cavalariças

Figura 163. As *domus* identificadas em *Bracara Augusta* com os esquemas de acesso ao interior da habitação.

parte norte do quarteirão.

Um longo corredor (P1), com 1,9m de largura, articulava a entrada da casa, situada na fachada nascente, com a área do peristilo, o qual dava acesso a um conjunto de cinco compartimentos dispostos a norte e a sul (Fig. 163). A norte estavam dispostos três *cubicula* (P2, P3 e P4), com diferentes áreas, que oscilam entre os $9m^2$ e os $16m^2$, enquanto a sul se dispunham dois compartimentos, também de dimensões desiguais, um dos quais, com cerca de 46m2, pode ser interpretado como *tablinum* (P5), enquanto o outro (P6) pode ter correspondido a uma sala de receção, ou de banquete, possuindo cerca de $23m^2$.

A área do peristilo, bastante mal conhecida, comportava uma área central aberta, delimitada por muretes, no interior da qual existia um tanque, sendo apenas possível fazer uma estimativa hipotética do modo como se organizaria este espaço que cumpria a função de ordenar e distribuir uma série de compartimentos que se dispunham em seu redor. No entanto, temos que reconhecer que são bastante parcos os dados que dispomos para este setor da *domus*, sendo impossível precisar as características e a natureza e funções dos espaços que deveriam ter existido em redor do peristilo, do qual se conservaram apenas elementos dispersos relacionados com a estrutura da área descoberta do mesmo. Contudo, podemos conjeturar que na parte norte do peristilo, na área do pórtico, estivesse localizado um espaço dedicado à *religio priuata*, pois o silhar aí identificado poderia estar associado a um *lararium,* ou uma ala com os símbolos do culto doméstico.

Apesar de ocupar um lote correspondente a meio quarteirão, essa habitação dispunha de todos os elementos caracterizadores das casas da elite romanas, dispondo de espaços privados, puramente domésticos e salas devotadas à receção de visitantes.

O acesso à casa era realizada pelo pórtico nascente, adjacente ao cardo máximo (K9), uma das principais artérias da cidade romana, circunstância que terá constituído um fator decisivo no que toca à presença de espaços comerciais na fachada nascente (T1), tal como deveria acontecer na fachada sul, anexa ao pórtico que bordejava o decumano D3.

2.3.2.7 A '*domus* 2 da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão'

Esta *domus* ocupa a metade norte do quarteirão delimitado pelo decumano D2, a norte e pelos cardos K9 e K10, respetivamente a nascente e poente, tendo sido construída na época flávia. No entanto, o nosso conhecimento sobre esta casa é bastante menos significativo do que aquele que possuímos sobre a vizinha *domus* 1. Na verdade, só foi possível projetar a parte nascente da planta da casa, uma vez que não foi possível escavar a sua metade poente.

Com base nos dados conhecidos, e à semelhança da vizinha *domus* 1, entende-se que esta casa ocuparia uma área de cerca de 60 pés no sentido N/S e 120 pés no sentido E/O, sendo de destacar que dos seus limites apenas se conhece parte daquele que se dispunha a nascente, anexo ao pórtico que acompanhava o cardo K9, bem como o limite sul, representado pelo muro que estabelecia uma separação com a *domus* 1.

Estamos perante uma *domus* de peristilo lateral, que se localiza na parte nascente da casa, perto da entrada principal, rasgada na fachada virada ao pórtico e ao cardo K9 (Fig. 163).

O interior da casa seria acessível a partir de um *uestibulum* (P1), disposto no sentido N/S, com cerca de 20m^2, contíguo à entrada, ladeada por lojas, rasgadas na fachada nascente tendo sido possível identificar pelo menos uma delas, disposta a sul da entrada (T1). O *uestibulum* dava acesso ao *ambulacrum* do peristilo, a sul do qual se dispunham dois espaços que cumpriam funções de receção. Referimo-nos aos espaços P2 e P3. A área P2, disposta a sul do peristilo, próxima da entrada da casa e com uma articulação com a loja T1 poderia corresponder a um *tablinum*, de forma retangular, com orientação N/S e uma área útil de cerca de 16m^2. A sala contígua, disposta a poente (P3), corresponde a uma sala retangular, com cerca de 22m^2, cuja localização e dimensão parecem adequadas à sua função de *triclinium*. Essas duas salas de receção e banquete possuíam as suas portas abertas ao peristilo, o que garantia uma relação visual com a sua colunata.

Sabemos que a casa tinha continuidade para poente do peristilo, tendo sido identificado o compartimento P4, descentrado do peristilo, com uma área de cerca de 18m^2. Contudo, julgamos possível considerar que nesta fase existiria ainda mais uma área (P5), situada a poente do compartimento P4, com cerca de 50m^2, cuja função é difícil de avaliar com base nos escassos dados disponíveis para este setor da casa.

2.4 Os processos de adaptação topográfica

As parcelas, que integravam os quarteirões em que se encontrava organizada a malha urbana de *Bracara Augusta*, estavam sujeitas às variações topográficas das pendentes mais ou menos acentuadas das vertentes da colina, que tinha o seu ponto mais alto na zona aplanada onde se localizava o *forum*, que teria atingido a cota máxima de 199m. Assim, a construção dos quarteirões teve que ter em conta várias opções para resolver os diferenciais de cotas, que tinham impacto, tanto a nível dos pórticos, como das próprias casas. As soluções encontradas não se afiguram muito diferentes daquelas que eram usadas para os edifícios públicos, usadas para vencer os declives.

A casa das Carvalheiras constitui o melhor campo de observação para compreender como os quarteirões da cidade estavam sujeitos a significativas variações topográficas das pendentes, com oscilações de mais do que 3m em extensões, correspondentes a cerca de 42m, valor que correspondia à média da extensão dos quarteirões romanos. Por isso, assumimos que as soluções encontradas para a construção da *domus* das Carvalheiras deveriam ter sido replicadas noutros quarteirões com constrangimentos altimétricos semelhantes.

Os dados disponíveis para a *domus* das Carvalheiras demonstra que a casa se encontrava habilmente adaptada ao acentuado pendor da vertente, através da sua disposição em duas plataformas, desniveladas cerca de 3m entre si, o que implicou um conjunto de trabalhos de escavação e nivelamento do terreno, prévios à sua construção (Ribeiro, 2015). Assim, a parte sul da *domus* era a mais elevada, sendo aí que se situava o átrio e os compartimentos envolventes, enquanto a zona mais baixa, disposta a norte, estava relacionada com o núcleo do peristilo, que formalizava uma ampla área aberta, em torno da qual se dispunha um vasto conjunto de compartimentos com diferentes funções. Na prática estas duas áreas, que comunicavam internamente através de esca-

das, constituíam dois espaços claramente diferenciados da casa, um mais público, organizado em torno do átrio, com entrada a partir do decumano D3 e outro mais privado, estruturado em torno de um grande peristilo, com entrada a partir do decumano D2.

Assim, podemos intuir que a construção da casa terá implicado o arrasamento das pré-existências e a regularização do terreno, que regista um acentuado pendor, sobretudo no sentido S/N e um declive mais moderado no sentido E/O. Para ultrapassar o maior desnível, no sentido S/N, foi construído, aproximadamente a meio da casa um robusto muro de contenção (UE273), que funcionou com elemento separador das duas plataformas da habitação, que comunicavam entre si através de escadas interiores. Em termos altimétricos importa destacar o papel desempenhado pelo muro de contenção, que dividia a casa a meio, que se articulava com outros (UE367, UE375), desempenhando a função de muros de carga, cuja implantação exigiu o corte vertical da espessa camada de alteração granítica que cobria a rocha. A construção desses muros regularizou a cota da área situada a norte, a cerca de 179.30m de altura, tendo por base a cota do saibro, sobre o qual terão sido dispostos os pavimentos, enquanto a plataforma sul oferece cotas que oscilam entre 182.20m, na zona do átrio e 183.20m, no limite sudeste, alturas que acompanhavam a inclinação do terreno ao nível das lojas que abriam ao pórtico associado ao decumano D3, tendo o desnível dos pórticos sido compensado com lanços de escadas. Na plataforma norte, destaca-se o núcleo do peristilo, formalizado à cota de 179.30m, dispondo-se as áreas adjacentes ao pórtico do cardo K12 a cerca de 178.40m.

A definição dos níveis de utilização dos diferentes espaços da casa foi proporcionada pelos cortes estratigráficos do terreno, tomando por referência o conjunto dos vestígios exumados, com destaque para os níveis de saibro compacto que terão servido de base para o assentamento dos diferentes enchimentos para construção dos pavimentos.

Percebido o modo como foram realizados os grandes nivelamentos do terreno para a definição dos níveis de circulação da casa, que usaram as próprias construções para se adaptarem aos desníveis, importa agora olhar para as soluções adotadas ao nível das ruas e dos pórticos.

A nível das ruas terá sido frequente recorrer a processos de aterro e desaterro para criar pendentes mais suavizadas, que permitiam a circulação viária e criavam uma superfície regular e contínua. Já nos pórticos foi necessário recorrer ao uso de muros de contenção laterais e a lances de escadas para compensar os desníveis, como claramente aconteceu nos pórticos dispostos a poente e nascente da casa, que tinham que vencer uma pendente acentuada. Na verdade, os diferenciais de cota eram vencidos nos pórticos através de escadas, que criavam níveis de plataformas, cuja cota permitia aceder às lojas que se dispunham nas fachadas, ou ao interior das casas.

As soluções encontradas nas Carvalheiras repetem-se noutros quarteirões em que se reconheceram *domus.* Esse será seguramente o caso da habitação que conhecemos parcialmente a partir das escavações realizadas na 'Zona arqueológica do Ex Albergue Distrital', a qual obedeceu a um processo construtivo semelhante ao da *domus* das Carvalheiras. Também aí se terá verificado o arrasamento das pré-existências e a regularização do terreno que necessitou de ser preparado para construção, uma vez que registava um acentuado pendor no sentido S/N. Tendo em conta o

valor do desnível próximo dos 4 m que tinha que ser vencido no sentido S/N, entre a cota de 194m e 190m, obtidas nos decumanos D4 e D5, que limitavam o quarteirão,respetivamente, a norte e sul e considerando a cota de circulação constatada na área do peristilo, próxima dos 193m, numa área que corresponde sensivelmente a meio da casa, ajuizamos que a solução construtiva desta *domus* não deve ter sido muito diferente daquela que se encontra testemunhada na *domus* das Carvalheiras, o que nos leva a presumir que a norte do peristilo, deve ter sido construído um muro de contenção destinado a assegurar a formalização de duas plataformas distintas da habitação, que inevitavelmente deveriam comunicar entre si através de uma escadas interiores, que não foram identificadas.

Este mesmo tipo de solução foi identificado na zona arqueológica rua Frei Caetano Brandão nºs183/185/Santo António das Travessas nºs20/26, localizada na vertente norte da colina onde foi implantada a cidade romana. Este quarteirão regista uma pendente considerável que tinha que ser compensada em termos construtivos com a criação de plataformas desniveladas no interior da casa, que se ajustariam às cotas de entrada a partir dos decumanos. Os dados das escavações permitem constatar que no vértice sudoeste do quarteirão, correspondente à parte sul do pórtico, que se situava a nascente do cardo K9, a cota de circulação seria de cerca de 190.20m, enquanto no limite norte do pórtico a cota deveria rondar os 186.50m. A acentuada pendente, comprovada ao longo de cerca dos 42m de dimensão do quarteirão, terá acarretado que a casa se compusesse em duas plataformas distintas, eventualmente articuladas por escadas interiores.

Uma outra situação é-nos transmitida pelas *domus* 1 e 2 da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão nºs 166/168, localizadas na vertente norte da colina, cujo quarteirão apresenta um declive moderado no sentido N/S. Os dados arqueológicos disponíveis oferecem uma variação de cota, ao longo do pórtico nascente, entre 186.20m, a sul e 184.90m, a norte, o que configura um declive mais moderado do terreno, de aproximadamente 2m ao longo de cerca de 42m de extensão do pórtico. Esta pendente, pouco acentuada, seria vencida sem necessidade de grandes infraestruturas e desmontes, sendo resolvida através de lances de escadas e plataformas ao longo dos pórticos, solução que teria também permitido estabelecer diferentes níveis de circulação dentro das casas, em conformidade com os progressivos desníveis da pendente.

2.5 A adaptação morfológica e a questão dos lotes

A definição das dimensões dos quarteirões que integraram a malha urbana de *Bracara Augusta* deverá ter acontecido ainda durante os tempos de Augusto, num momento em que a cidade foi estruturada ao nível de seus limites, divisões e organização interna. Assim, no decurso do período júlio-cláudio a cidade conformava-se já como um conjunto de áreas reservadas para construção pública e privada, definidas pelo cruzamento dos eixos viários que formalizavam os quarteirões, os quais podem ter sido divididos em parcelas para efeitos de construção privada.

Com base nos dados disponíveis, sabemos que as áreas construíveis dos quarteirões poderiam corresponder a 1 *actus* quadrado (120x120 pés) (Martins *et al.* 2017a), ou a metade dessa área, tal como comprovámos acontecer no quarteirão B da 'Zona arqueológica das Carvalheiras',

nas *domus* 1 e 2 da 'Zona arqueológica da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão' e nas *domus* 1 e 2 da 'Zona arqueológica da rua Afonso Henriques'.

Tal como as ruas, que fossilizaram a malha urbana ortogonal de *Bracara Augusta* e quedevem ter sido materializadas com silhares, marcando os alinhamentos dos limites dos eixos viários, também os lotes de terreno a urbanizar, correspondentes a áreas construtivas de 1 *actus,* é possível que também tivesse sido usado algum sistema de sinalização das subdivisões dos quarteirões em lotes. No entanto, e considerando o reduzido número de vestígios que podemos reportar às primeiras décadas do século I, não é possível estabelecer com segurança se as áreas dos quarteirões terão conhecido uma subdivisão prévia em lotes, precedentemente à sua construção, a partir de meados do século I, mais recorrentemente na época flávia, altura em que se reconhecem casos de quarteirões claramente subdivididos em dois lotes distintos. Contudo, importa destacar que essa subdivisão parece oferecer pelo menos duas modalidades distintas em *Bracara Augusta*. Na verdade, tal como acontece no caso do quarteirão B da Carvalheiras, os dois lotes parecem estar separados por um eixo de circulação interior, com orientação E/O, que configura uma fossilização da divisória dos quarteirões. Embora não completamente esclarecida essa parece ser também a modalidade representada na 'Zona arqueológica da rua Afonso Henriques', onde a separação física das *domus* parece assegurada por um corredor de circulação, que pode ter sido estruturado na fase antonina, quando este quarteirão foi integrado numas termas públicas. Na verdade, esse corredor pode fossilizar um arruamento anterior que poderia separar as duas parcelas construídas. A outra modalidade encontra-se representada na 'Zona arqueológica da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão', onde as *domus* 1 e 2 surgem separadas por um muro comum que separava os dois lotes construídos do quarteirão.

Assim, parece possível admitir que a unidade mínima de parcela identificada até ao momento corresponde a lotes de 120 pés por 60 pés, muito embora existam casas que ocupam 1 *actus,* como se verificou na 'Zona arqueológica das Carvalheiras', na 'Zona arqueológica das Cavalariças', na 'Zona arqueológica do Ex Albergue Distrital' e na 'Zona arqueológica da rua Frei Caetano Brandão /Santo António das Travessas', onde se construiu uma luxuosa residência. Nas restantes *domus* da 'Zona arqueológica da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão' e da 'Zona arqueológica da rua Afonso Henriques', verificamos que as áreas dos quarteirões eram detidas por dois proprietários distintos.

Julgamos que os pórticos anexos às ruas, elementos característicos do urbanismo de *Bracara Augusta* foram estruturados no momento da construção das casas na época flávia. Na realidade, apesar dos pórticos serem considerados áreas públicas cobertas, a sua construção parece ter sido acometida aos proprietários das casas, justificando-se, por isso, alguma variabilidade nas suas dimensões. Para além de espaços de circulação pedonal, os pórticos eram espaços fundamentais na vida económica das cidades, separando os pedestres do tráfico, permitindo que os potenciais compradores avaliassem os serviços ou os produtos oferecidos nas lojas anexas, dispostas ao longo das fachadas.

Assim, podemos considerar que anteriormente ao período flávio o espaço urbano de *Bra-*

cara Augusta estaria composto pelos quarteirões, cujas áreas seriam definidas pelos alinhamentos dos eixos viários, que poderiam ter sido estruturados com silhares, os quais assinalariam os cantos dos quarteirões, podendo ter sido divididos em dois lotes. No seu interior podem ter sido erguidas, até ao último quartel do século I, algumas estruturas de carácter fruste, com diferentes funcionalidades, de difícil caracterização, mas eventualmente de natureza artesanal e residencial, conforme parece demonstrado pelas fossas e pelos materiais nelas contidos, que documentam que os quarteirões da cidade se encontravam ocupados, muito embora as estruturas associadas a essa ocupação sejam difíceis de avaliar.

A implantação das casas *bracara*ugustanas responde, necessariamente, aos constrangimentos físicos causados pelas dimensões e formas das parcelas que ocuparam, o que, consequentemente, se reflete no acesso e na disposição dos espaços, elementos que estão na base dos projetos arquitetónicos e que determinam, em grande medida, as características gerais das casas. Por outro lado, a variação planimétrica das casas está associada aos interesses, à composição e às atividades empreendidas pelas *familiae* que as ocuparam, bem como com a sua capacidade financeira, a qual, segundo os estudos realizados sobre os custos da construção, tomando por referência a *domus* das Carvalheiras (Magalhães *et al.*, 2015), seriam bastante elevados, tendo sido certamente suportados por uma elite ligada à administração, ou por ricos comerciantes que se instalaram na cidade.

Os acessos às casas apresentam caraterísticas distintas, mas em todos eles estão patentes alguns elementos comuns bastante expressivos do léxico arquitetónico itálico, referidos por Vitrúvio, como acontece com a axialidade, a simetria e a proporcionalidade, os quais evidenciam a adaptação dessa gramática às especificidades dimensionais, formais e topográficas de cada lote.

Ainda que todas as portas pareçam centradas aos intercolúnios dos pórticos que bordejavam a via pedonal a que estavam associadas, apenas em quatro casos a *fauces* ou o *uestibulum* que permitia o acesso à área aberta do peristilo, estavam centrados ao elemento ordenador. Esse é o caso da *domus* 2 da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão nºs 166/168, da *domus* do ex Albergue Distrital, da *domus* da rua Frei Caetano Brandão nºs183/185/Santo António das Travessas nºs20/26 e da *domus* 1 da rua Afonso Henriques nºs 42/56. Nos restantes exemplares registam-se desvios que podem ter sido causados por diferentes motivos. Por outro lado, a posição descentrada da *fauces* do átrio das Carvalheiras permite estabelecer uma relação simétrica e proporcional da entrada entre as *tabernae* que a ladeiam, sendo os limites dessas lojas exigidos pelo desnível dos passeios, o que impôs a implantação de escadas para vencê-lo. Destacamos ainda a localização da entrada da *domus* 2 da rua Afonso Henriques nºs 42/56, cuja relação com o espaço aberto não se dava através da canónica axialidade com o *uestibulum*, mas em "L" a partir da estreita rua que correria a norte do muro que dividia o lote do quarteirão, solução que possivelmente estava associada com o aproveitamento da fachada oeste da casa para a instalação de lojas, ao longo da principal via da cidade, representada pelo cardo máximo.

Assim, julgamos poder reconhecer que a casa romana apresenta uma grande diversidade de soluções formais, construtivas e funcionais, pelo que não existem modelos rígidos de *domus,*

pois a casa urbana constitui sempre um edifício marcado pela subjetividade do proprietário e do arquiteto, que imprimiam cunhos pessoais nas suas construções, mas também por outros fatores de natureza topográfica e fundacional. No entanto, verifica-se a recorrência de elementos construtivos que tipificam os contextos domésticos, sendo natural a heterogeneidade das suas plantas, ainda mais acentuada quanto mais tardia é a sua construção.

2.6 As dinâmicas urbanas e a evolução dos quarteirões e das casas

O estudo da *domus* das Carvalheiras forneceu dados muito importantes sobre a organização do espaço doméstico bracarense, sobre a natureza dos proprietários das casas, mas também sobre as atividades económicas que se deveriam realizar nas lojas, que se dispunham ao longo das fachadas da casa (Magalhães *et al.*, 2015: 93).

Todavia, esta imponente *domus* de átrio e peristilo teve um tempo de vida relativamente curto, pois no século II parte do seu espaço viria a ser convertido num *balneum*, que ocupou o setor norte da anterior casa, tendo os compartimentos envolventes do peristilo sido convertidos em *tabernae* (Martins *et al*, 2012: 63; Martins, 2015). Esta importante remodelação do espaço da anterior casa, ocorrida em meados do século II, conferiu ao quarteirão uma outra organização interna, ainda que boa parte dos elementos construídos da anterior *domus* tenha persistido nas construções posteriores, o que evidencia uma enorme economia de meios. Assim, a área do átrio, situada na parte sul do quarteirão, manteve a sua vocação habitacional, assistindo-se a uma presumível alteração da funcionalidade de alguns espaços, persistindo as lojas, o átrio e os espaços anexos, sendo possível admitir que a área habitacional possa ter crescido em altura. Na verdade, o conjunto dos espaços habitacionais dispostos a sul formalizam uma *domus* de átrio, que tira partido desse original espaço aberto, que é herdado da época flávia e que passa a constituir o único elemento ordenador do interior da casa. O conjunto residencial que persistiu associado ao lado sul do quarteirão sofreu ainda algumas reformas nos finais do século III/inícios do IV, mantendo-se ocupado durante a Antiguidade Tardia.

Assim, podemos considerar que a construção do *balneum* fragmentou o quarteirão onde foi construída a *domus,* criando duas parcelas funcionalmente distintas, uma privada e residencial, situada a sul, onde persiste uma *domus* de átrio e outra pública, disposta a norte, onde se constrói um *balneum* e se organiza uma área comercial.

Neste contexto, a reforma antonina do quarteirão das Carvalheiras pode ser considerada como um exemplo das dinâmicas construtivas que caracterizaram as cidades romanas, onde as operações imobiliárias seriam bem mais comuns e complexas do que aquelas que podem ser inferidas a partir do registo arqueológico, devido às dificuldades em recuperar elementos construtivos importantes, que desapareceram nos processos de reconfiguração dos edifícios. Em relação ao quarteirão das Carvalheiras conservaram-se os elementos que nos permitem perceber como progrediu o espaço construído de um quarteirão, num período relativamente curto de cerca de três gerações (75 anos), ocupado inicialmente por uma luxuosa *domus*, que se fragmentou em dois espaços com funcionalidades distintas. Um deles manteve uma disposição residencial e privada,

enquanto o outro evoluiu para uma função pública, marcada pela inclusão de um *balneum* num dos quadrantes da anterior casa, o qual determinou a atribuição de uma nova funcionalidade à área situada a nascente, que sugerimos de natureza comercial. Esta reestruturação permitiu salvaguardar as características do conjunto residencial da plataforma sul, o qual se deve ter conformado como uma unidade residencial menos prestigiada, mas bastante coerente, que continuou a cumprir com os requisitos de uma casa de elite, mantendo o átrio como espaço de receção do dono da casa, que poderia ser, senão o dono, pelo menos o responsável pela exploração do balneário e das áreas comerciais do quarteirão.

Sabemos, a partir das fontes literárias, que a construção de *balnea* representou uma realidade comum nas cidades de Roma e de Óstia, onde este tipo de estabelecimentos era bem mais popular que as *thermae*. No entanto, sabemos também que a designação de *balnea* esconde uma enorme diversidade de estabelecimentos, pois, se uns funcionavam quase como verdadeiros *clubs*, onde um pequeno grupo de clientes se podia juntar e sociabilizar, outros serviam elementos de corporações, ou agremiações profissionais e religiosas (Aldrete, 2004: 108). A cidade de Óstia é a este propósito digna de nota, pois oferece uma grande variedade deste tipo de estabelecimentos, sendo de destacar o reconhecimento nesta cidade de um outro tipo de *balnea*, que se configurava como verdadeiras termas de bairro, em geral desprovidas de grande aparato arquitetónico, ou complexos programas decorativos (Mar, 1990: 32-33). Ora, considerando as características do *balneum* das Carvalheiras, bem como a sua inserção num quarteirão residencial, pensamos poder inclui-lo nesta última categoria, sendo de considerar que servisse essencialmente os habitantes dos quarteirões vizinhos. Sendo certo que os *balnea* não possuíam os requintes das termas municipais, deveriam ser usados, sobretudo, por uma população de mais modesta condição social, entre os quais se podiam incluir os artífices e os comerciantes, cujo horário de uso dos banhos deveria ser diferente daquele que era praticado pelas elites, uma vez que as atividades artesanais e comerciais se distribuíam ao longo do dia, prolongando-se até à décima primeira hora.

A natureza pública do *balneum* das Carvalheiras obriga-nos a refletir sobre a natureza das alterações que se podem ter registado na área situada a nascente da área de banhos, onde se localizava o anterior peristilo e os compartimentos de representação envolventes. Na análise realizada na parte II, assumimos que o balneário terá tido um impacto significativo na reconfiguração funcional dos anteriores espaços de receção e banquete da parte privada da anterior *domus*, ou seja, em toda a área que se situava a norte do grande muro de contenção que separava as duas plataformas do quarteirão. Com efeito, a área do anterior peristilo manteve-se aberta, embora tenha perdido a monumentalidade, já que sacrificou a área do pórtico poente, tendo sido integrada no *frigidarium.* No entanto, mantiveram-se as caraterísticas básicas do peristilo, que continuou a funcionar como espaço aberto ajardinado, podendo ter passado a funcionar como palestra do balneário, ou como espaço ornamental, em torno do qual se manteve um conjunto de espaços acedidos a partir do *ambulacrum* do pórtico, agora limitado a três lados.

Uma outra importante remodelação afetou as áreas construídas de dois quarteirões, onde antes se dispunham três das *domus* analisadas. Referimo-nos à *domus* da rua Frei Caetano Bran-

dão/santo António das Travessas e às *domus* 1 e 2 da rua Afonso Henriques, as quais foram arrasadas para permitir a construção de umas grandes termas públicas, de cronologia antonina. No caso da primeira *domus* referida esteve em causa uma rica e sumptuosa casa edificada no quarteirão limitado pelos decumanos D3 e D4 e pelos cardos K8 e K9 que, apenas cerca de um século depois de ter sido construída, foi completamente arrasada, tendo os seus muros sido reduzidos a algumas fiadas e os compartimentos da casa recebido poderosos enchimentos para uniformizar e elevar a cota de circulação do futuro edifício termal. Certamente mantidas pelo erário municipal, estas termas ocuparam uma área de cerca de 3.000 m^2, situando-se numa área central da cidade, nas imediações do *forum* administrativo, devendo possuir a sua entrada principal pelo cardo *maximus* (K9). Também as *domus* de peristilo que ocupavam o quarteirão situado a nascente do anterior e dele separado pelo cardo K8 sofreram uma grande transformação funcional, que implicou a destruição de algumas estruturas, a adaptação de algumas paredes para o novo edifício, a realização de nivelamentos para regularização de cotas de circulação, bem como trabalhos de escavação do terreno do miolo do quarteirão para a instalação dos hipocaustos necessários para a construção das grandes termas públicas, a qual implicou, também, a desafetação do cardo K8 (Martins, 2015).

O processo de destruição de edifícios privados para erguer outros de natureza pública está bem reconhecido noutros contextos urbanos, pois o desenvolvimento das cidades atingia por vezes situações críticas de falta de espaço útil para construir novos equipamentos, o que por vezes implicava a utilização quer de áreas privadas, certamente expropriadas, quer a inutilização de espaços púbicos, como era o caso de ruas, situação que já havia sido identificada a propósito da construção do teatro (Martins *et al.*, 2013).

Assim, as dinâmicas urbanas relacionadas com a construção de equipamentos públicos na cidade parecem muito associadas a edifícios termais e a uma época concreta, o século II, sem dúvida um período de grande expansão deste tipo de construções. Num dos casos as termas terão sido construídas pelo erário público, enquanto no caso do *balneum* das Carvalheiras o investimento terá sido privado, embora o equipamento tivesse tido uma finalidade claramente pública.

Mas, consultando os dados disponíveis sobre a evolução das *domus* de *Bracara Augusta* julgamos poder conjeturar que existe uma propensão clara para que as casas ocupem espaços cada vez maiores. Esta situação poderá ocorrer já no século II, mas ter-se-á tornado crítica nos finais do século III/inícios do IV, quando as exigências por mais espaço para a construção doméstica, determinadas pelo maior protagonismo que as casas adquirirem a partir do período tetrárquico, associado à competição das elites, determinou o sistemático processo de construção dos pórticos, uma clara invasão do espaço público, que será levado às últimas consequências nos séculos seguintes com a construção sobre as próprias ruas. Na realidade, o aumento das áreas construídas nas reformas registadas nas *domus* de Braga é claramente acompanhado por um reforço dos sinais de luxo, numa evidente expressão de competição entre as elites urbanas. Alguns desses sinais de luxo evidenciam-se através da integração de banhos privados nas *domus* e na sofisticação dos programas decorativos que ornamentariam os diferentes espaços das habitações,

que se traduzem em elaborados revestimentos de pisos e paredes, infelizmente mal conservados.

Algumas das *domus* conhecidas em Braga são expressões fiéis deste tipo de processos, associados às reformas dos finais do século III/inícios do IV. Esse é o caso do quarteirão da Escola Velha da Sé/ Frei Caetano Brandão, que registou uma profunda remodelação, muito bem assinalada pela construção de um *balneum* privado, o qual terá determinado a unificação das duas *domus*, que ocupavam os dois lotes contíguos da fase anterior, os quais terão passado a pertencer a um único proprietário. Desta unificação resultou uma grande habitação que, passou a ocupar a totalidade do quarteirão, tendo-se preservado o peristilo da *domus* 2 e sacrificado o da *domus* 1, aí se instalando o *balneum* privado e as áreas anexas a este espaço de banhos.

Ao longo dos tempos, as unidades domésticas foram sofrendo alterações que podiam ou não ser significativas na estrutura da habitação, destacando-se o facto de os pórticos desaparecerem, sendo paulatinamente integrados nas construções, avançando as fachadas das casas para o limite dos quarteirões. Apenas em raros casos os pórticos foram poupados a esse processo de invasão construtiva, como aconteceu com os s anexos ao cardo máximo, ou com o pórtico sul do quarteirão das Carvalheiras, que foi apenas pontualmente construído. Em ambos os casos podemos detetar uma importância significativa das atividades comerciais que se distribuíam ao longo das fachadas das casas que confrontavam com esses pórticos.

2.7 As *domus* do século IV

O modelo de casa de peristilo sobreviveu até finais do século IV. Todavia, a maioria dos exemplares de *domus* foram conhecendo algumas reformas, mais ou menos extensas, sendo fortemente remodeladas entre finais do século III e os inícios do IV. Nessa fase, as casas sofreram alterações significativas, destacando-se o facto de os pórticos terem sido sistematicamente construídos, devido à necessidade de aumentar a área útil das casas. Ao mesmo tempo, regista-se o uso de mosaicos e estuques e a instalação de balneários privados, originando, na maioria dos casos, uma profunda remodelação da estrutura das unidades domésticas.

As remodelações das casas são por vezes acompanhadas por um aumento da sua área construída, que avança sobre os pórticos, passando algumas fachadas a ser contíguas às ruas, registando-se a integração na área habitada dos espaços anteriormente reservados às lojas, sendo possível admitir que a compartimentação registada nos espaços contíguos às ruas se destinasse a albergar as novas *tabernae*. Essa situação parece bem documentada na *domus* da 'Zona arqueológica da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão', sendo também evidente na 'Zona arqueológica das Carvalheiras', onde alguns dos anteriores pórticos são subdivididos e, aparentemente, ocupados por lojas, como acontece com o pórtico poente. No entanto, o avanço da construção sobre os pórticos só parece registar-se nalgumas situações, facto que sugere que não estamos perante um processo natural de ocupação do espaço público, mas sim face a uma iniciativa de alguns privados,que teria que ser autorizada e eventualmente paga ao município (Alba Calzado, 2005: 125).

Com base nos vestígios disponíveis podemos considerar que a morfologia urbana da cidade de *Bracara*, no século IV, conserva os traços característicos do Alto Império, com as suas ruas

retas e as casas ocupando os quarteirões quadrados, ainda estruturados em função da malha urbana fundacional. Apesar de se registar a anexação dos espaços dos pórticos pelas casas e de se verificar o avanço das suas fachadas sobre o limite das ruas, crescendo a sua área construída, importa destacar que a manutenção do sistema viário e da forma quadrada das *domus* terá contribuído para a persistência de uma paisagem urbana relativamente uniforme, ainda pautada por alguns pórticos, pelo menos em parte das suas vias principais. As transformações operam-se sobretudo nas casas e traduzem-se em melhoramentos do espaço construído, traduzindo, de um modo geral, um forte investimento no capital simbólico da casa, através do aumento dos sinais de luxo e da exibição do poder e desigual fortuna dos seus proprietários. No entanto, as *domus* do século IV são em grande medida herdeiras das suas precedentes alto imperiais, sendo dominante o modelo de casa de peristilo, que persiste, assistindo-se, nalguns casos, a uma complexificação dos espaços, designadamente através da construção de áreas reservadas a banhos e de um maior número de salas de receção.

Este programa de reabilitação urbana pode ser datado dos finais do século III/inícios do IV, momento em que a cidade é promovida a capital da *Gallaecia*, situação que justificaria a permanência na cidade de uma elite ligada às novas exigências políticas, decorrentes da gestão de um vasto território. Por outro lado, enquanto capital provincial, a cidade constituiria, naturalmente, um local atrativo para todos os que procuravam competir pelos altos cargos administrativos do estado romano (Magalhães *et al.*, 2015). Esta pode ser a conjetura que poderá justificar a generalizada remodelação de praticamente todas as *domus* de *Bracara* e o grande investimento que a aristocracia urbana terá realizado nas suas residências, processo que vem sendo reconhecido igualmente noutras cidades da Hispânia (Perich i Roca, 2014).

Na verdade, poderá mesmo falar-se de uma monumentalização dos espaços domésticos, através da construção de termas privadas, da renovação de estuques e pavimentos, do uso de mármores e da construção de grandes espaços de receção e banquete. O investimento recorrente na arquitetura e nos elaborados programas decorativos das *domus* parece mesmo definir uma linguagem comum da aristocracia urbana, que reflete uma nova ordem económica e social associada à emergência de uma sociedade mais hierarquizada e mais competitiva, saída da crise do século III e das subsequentes reformas do século IV. Uma sociedade em que as elites usam as suas ricas e requintadas casas como os principais cenários de autorrepresentação e manifestação das suas pretensões de ascensão social.

Este cenário muda a partir do século V, quando a cidade de *Bracara* se torna capital do reino suevo e se assiste a um generalizado desinvestimento relativo aos espaços domésticos, o que conduz a que os anteriores compartimentos das *domus* se desarticulem e fragmentem, dando origem a uma outra realidade construtiva e social, com os quarteirões e os seus edificados a serem apropriados por vários moradores. Esta compartimentação poderá evidenciar um aumento da população, daí a necessidade de se criarem novas áreas de residência, que pode também ter sido solucionadas com o crescimento vertical dos edifícios (Martins *et al.*, 2016). No entanto, a compartimentação das *domus* em múltiplas habitações parece sobretudo evidenciar o fim de um contexto

social e político, característico do mundo romano, em que a casa funcionava como expressão da riqueza e do estatuto dos seus proprietários, algo que é particularmente visível no século IV.

Tal como aconteceu noutras cidades romanas o que marcou a construção das *domus* de *Bracara Augusta* foi a necessidade de fornecer uma imagem adequada para os seus residentes, não apenas relativa à sua vida privada, mas também pública, o que implicou a necessidade e uma predisposição para fazer uso de qualquer modelo que melhorasse a capacidade de impressionar os clientes, os visitante, ou os que simplesmente passavam e vislumbravam o interior das casas (Wallace-Hadrill, 2015: 183).

3 A casa romana na Hispânia: a receção dos modelos e da linguagem da arquitetura residencial itálica na Península Ibérica

3.1 Os primeiro exemplares de casas de inspiração itálica

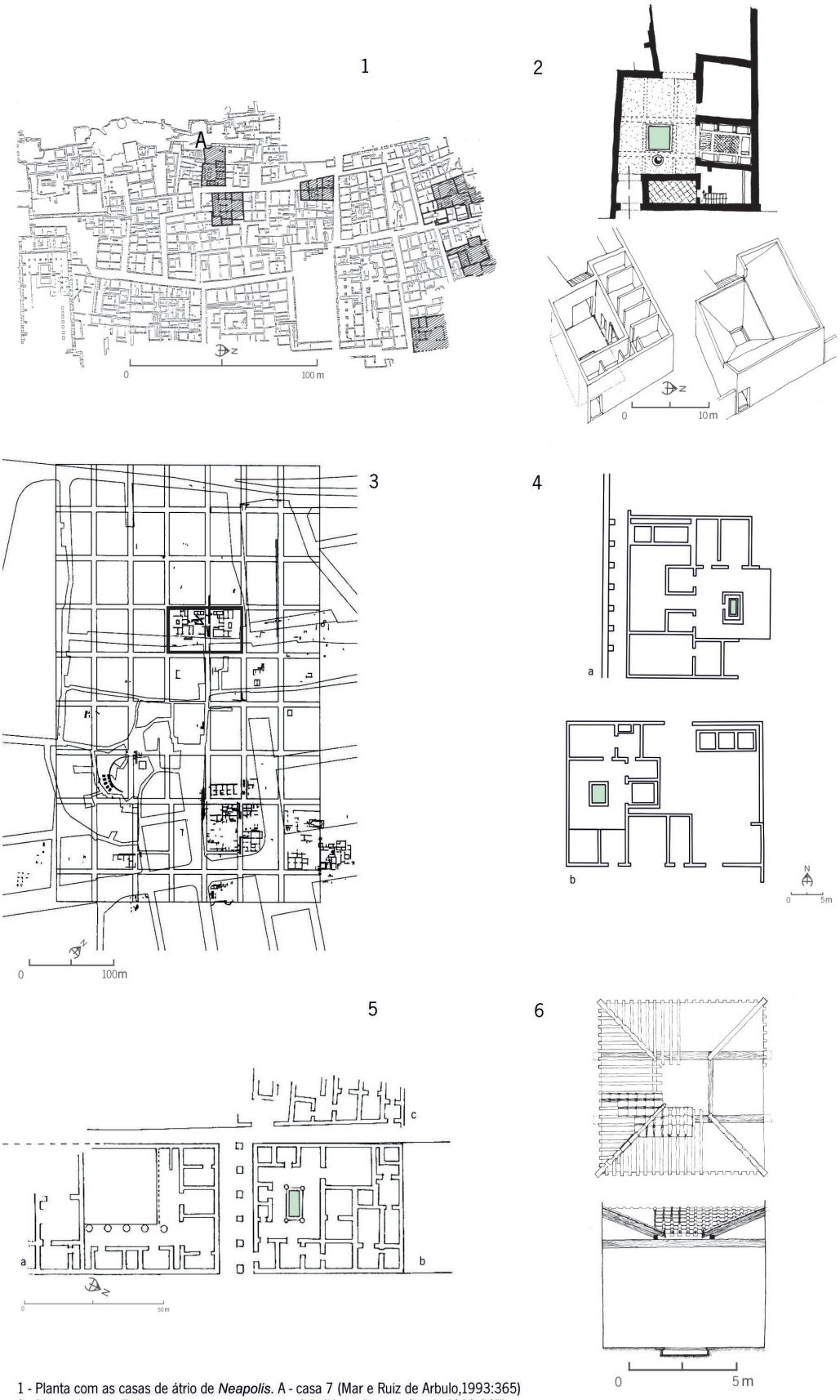
De um modo geral pode considerar-se que o avanço romano sobre a Península Ibérica foi empreendido de forma faseada, do Mediterrâneo para o Atlântico e do litoral para o interior, o que conduziu a diferentes ritmos e graus de contacto entre as populações hispânicas e as forças de representação itálica. Assim, a influência de Roma sobre as cidades do sul da Península, bem como sobre as populações hispânicas, situadas a norte e sul do Ebro, começou a partir dos finais do século III a.C. Nos séculos subsequentes, e em resultado das iniciativas bélicas associadas às Guerras Celtiberas e Lusitanas, ao longo século II a.C., e às Guerras Cantábricas, nos finais do século I a.C., o interior peninsular foi conquistado pelos generais romanos e a *Hispania* foi incluída no *orbis romanorum*. Essa integração passou pela reorganização administrativa de toda a Península Ibérica, através da configuração de três províncias, a *Lusitania*, no sudoeste ibérico, onde hoje estão situados os territórios portugueses a sul do Douro, a Estremadura espanhola e parte da província de Salamanca, a *Baetica*, localizada no extremo sul peninsular, ocupando, sensivelmente, a atual Andaluzia e, por fim, a *Tarraco*nense, que integrava as demais regiões peninsulares.

A influência dos modelos arquitetónicos itálicos nas casas dos aglomerados habitacionais peninsulares, maioritariamente de fundação indígena, fundados em diferentes momentos, reflete os ritmos do avanço romano no território da Hispânia. Na verdade, as regiões levantinas e meridionais conheceram um contacto bastante precoce com os militares e mercadores romanos, processo que desencadeou uma romanização mais antiga, cuja expressão, a nível da arquitetura doméstica, se encontra bem documentada nas cidades dispostas ao longo da costa mediterrânica e nas margens do rio Ebro. Nesses locais é possível perceber a gradativa adaptação das plantas e dos espaços das habitações, com clara incorporação da linguagem arquitetónica de origem itálica, cujos resultados compositivos assinalam a versatilidade dos modelos construtivos locais, que representam um inevitável resultado de processos de forte interação cultural entre indígenas, Fenícios, Gregos e Púnicos. Neste contexto, a costa mediterrânica apresenta-se como um território bastante frutífero para analisar o processo de adaptação das formas e das linguagens arquitetónicas das unidades domésticas com ocupação romana, as quais, gradativamente, foram incorpo-

rando a gramática itálica nos seus espaços. Esta gramáticapode ser claramente identificada com a disposição dos compartimentos em redor de um *atrium*, cuja implantação, em algumas cidades, parece estar relacionada com a evolução de um pátio, utilizado para captação de água, bem como com o recurso ao uso do *opus signinum* e do opus *tessellatum* no revestimento dos pavimentos de algumas salas. A fim de compreendermos melhor este processo iremos analisar alguns exemplares de casas tardo republicanas representativas da receção que as cidades da região mediterrânica fizeram dos modelos, das tipologias e da linguagem residencial itálica, inspiradora de processos de difusão que irão atingir outros territórios, à medida que avança a conquista romana da Península Ibérica.

A cidade romana republicana de *Ampurias* apresenta, logo desde os inícios da sua ocupação, em meados do século II a.C., um conjunto de habitações que retratam bem a progressiva incorporação de elementos itálicos nas plantas das casas (Fig. 164). As unidades domésticas mais antigas identificadas nessa cidade estão representadas por construções muito simples, designadas por *tabernae*, com planta retangular, internamente divididas em dois compartimentos. O desenvolvimento desse tipo de habitação acontece com a implantação de um terceiro compartimento, formalizando-se uma planta em 'L', cujos vestígios arqueológicos permitem sugerir a existência de pátios, tendo em consideração as estruturas hidráulicas identificadas nesses espaços (Mar e Ruiz de Arbulo, 1993: 349-360). Contudo, rapidamente esses pátios viriam a dar origem aos *atria* itálicos, os quais se assumem como o elemento ordenador dos compartimentos que se desenvolvem à sua volta. Por outro lado, verifica-se também uma rica variedade de plantas associadas a esse espaço, que tanto podia ocupar uma posição central como lateral, enquadrando-se em diferentes tipologias, de que são exemplos os *atria* toscanos, os tetrástilos, os coríntios e testudinados, o que exprime bem a diversidade de linguagens arquitetónicas, cuja gramática foi estimulada pelos ricos colonos que habitavam a cidade de Ampúrias em época tardo-republicana (Mar e Ruiz de Arbulo, 1993: 361-380).

Ao descermos a costa mediterrânica, ao longo do Levante espanhol, deparamo-nos com outras cidades que vão rececionando os modelos de inspiração itálica, que vão sendo adaptados a novas residências. Em *Baetulo*, por exemplo, encontramos a 'Casa de la calle Lladó', que representa um sumptuoso exemplar de *domus* de *atrium*, ricamente ornamentada com mosaicos, que se dispõem nos pisos dos seus amplos salões (Fig. 164). Também na fase I da 'Casa de la calle Fluviá' encontramos os mesmos modelos, em cronologias semelhantes, tendo ambas as casas sido construídas nos inícios do primeiro século antes da nossa era (Guitart *et al.*, 1991: 36-42). Também a cidade de *Tarraco*, se oferece como um contexto precoce de importação de modelos arquitetónicos itálicos no âmbito das residências, tendo mantido um importante protagonismo no seio das cidades ibéricas, posteriormente consolidado quando se afirma como capital da *Hispania Citerior,* no período republicano e depois da *Citerior Tarraconensis*, após a reforma de Augusto (Mar *et al.*, 2015). No entanto, o estado de conservação dos vestígios que documentam as primeiras fases das casas de *Tarraco* encontra-se bastante comprometido pelas grandes reformas sofridas pelas habitações ao longo dos períodos subsequentes, sobretudo na época imperial, ten-



1 - Planta com as casas de átrio de *Neapolis*. A - casa 7 (Mar e Ruiz de Arbulo,1993:365)
2 - Planta da casa 7 de *Neapolis* e reconstituição 3 D (Mar e Ruiz de Arbulo,1993:367)
3 - Planta de *Baetulo* com a localização das 'Casas de Lladó' (Comas e Padrós,2010:58)
4 - As casas da rua Lladó, em Baetulo: a. 'Casa da Heura'; b. 'Casa dos Dofins' (Cortés, 2009:108; 111)
5 - Planta das 'Casas da Portella', em *Pollentia*: a. 'Casa da Cabeza de Bronce' b. 'Casa de los Dos Tesoros'; c. 'Casa do Noroeste' (Mar e Mercè,1998:107)
6 - Reconstituição do *compluvium* de um átrio © Ricardo Mar

Figura 164. Exemplares de *domus* de átrio identificadas na Hispânia.

do sobrevivido apenas um limitado conjunto de elementos arquitetónicos que testemunham os primeiros momentos construtivos da cidade bem como das habitações que nela se constroem. São exemplares desse *corpus* um amplo conjunto de bases e capitéis de colunas, genericamente datadas de época médio e tardo-republicana, que revelam traços primitivos das ordens dórica e jónica. Da mesma época são também conhecidos restos de *tessellae* dos mosaicos que revestiam os pavimentos dos espaços domésticos associados a atividades de receção e representação (Mar *et al.*, 2015: 189-192).

Para além da região levantina, mas ainda na costa banhada pelo Mediterrâneo, podemos destacar as residências romanas identificadas na cidade de *Pollentia*, na ilha de Maiorca, no arquipélago das Baleares, conquistado num momento posterior às Guerras Púnicas. Em 123 a.C. o Senado ordenou que *Q. Caecilius Metellus* subjugasse as populações e incorporasse os seus territórios na República romana. No entanto, o começo das atividades construtivas em *Pollentia* datam dos inícios do século I a.C., estando as cronologias para a fundação das primeiras habitações balizadas entre os anos 70-60 a.C. (Orfila *et al.*, 2006). No conjunto das casas identificadas nesta cidade salientamos duas habitações construídas ainda durante a República Tardia. A primeira, corresponde à 'Casa de la Cabeza de Bronce', estruturada ao redor de um *peristylium* centrado, a partir do qual se fazia o acesso a todos os restantes espaços internos da casa (Fig. 164). Por sua vez, a 'Casa de los Dos Tesoros', situada a norte da anterior, da qual se encontra separada por uma via porticada de *Pollentia*, possuía uma entrada principal aberta a essa via, com acesso a uma *fauces*, ou *uestibulum*, em cujo limite se encontrava um átrio tetrástilo, no centro do qual se dispunha um *impluuium* retangular (Fig. 164). O pavimento do átrio estava revestido com *opus signinum*. Os compartimentos que se abriam para o *ambulacrum* desse pátio apresentavam-se no clássico modelo axial itálico, com um amplo *tablinum* centrado e oposto à entrada e os *cubicula* dispostos nas laterais (Gómes Rodríguez, 2006: 202-204).

Para além das cidades banhadas pelo Mediterrâneo, destacam-se também aquelas de cronologia republicana que se encontravam dispostas ao longo dos grandes rios ibéricos, que permitiam a ligação entre o interior da península e o mar. Em especial cabe referir as cidades que se dispunham nas margens do rio Ebro, cujo limite norte representava a fronteira entre a zona de influência romana e cartaginesa até à II Guerra Púnica.

Das cidades associadas com grandes vales de rios importantes destacamos *Celsa*, uma colónia romana fundada no baixo vale do Ebro, em meados do século I a.C,. por *Marcus Emilius Lepidus*, destinada a albergar veteranos das legiões. As casas identificadas nesta cidade configuram diferentes tipologias de espaços centrais abertos, assinalando claras influências itálicas, como as casas de *atrium* toscano, testudinado e as casas de pátio, alguns dos quais porticados, que, para além de reproduzirem na *Hispania* esse tipo de espaços, proveniente dos modelos habitacionais difundidos na Península Itálica, apresentam também outros compartimentos relacionados com as atividades diárias próprias de uma casa de elite, como seria o caso da *fauces*, espaço destinado à prática da *salutatio*, ou o *tablinum,* onde o *paterfamilias* geria os seus negócios (Beltrán Lloris, 1991: 135-151) (Fig. 165).

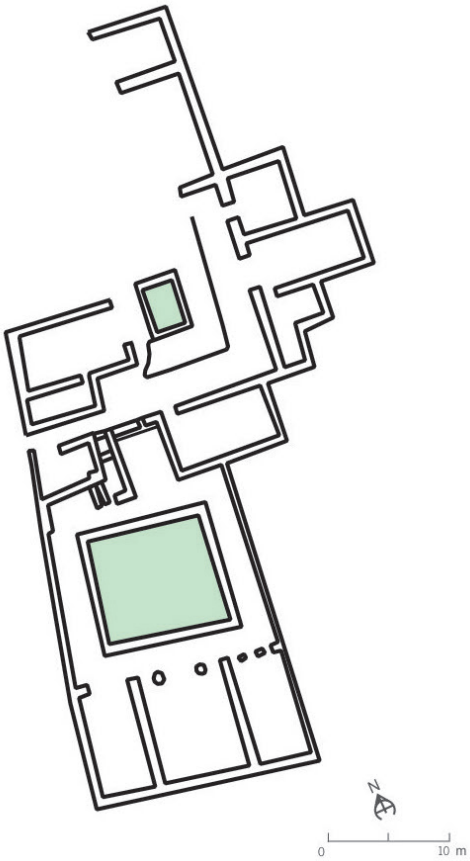
Globalmente, podemos considerar que a arquitetura doméstica das cidades tardo- republicanas do sul da Península Ibérica revela uma marcada preferência pelos modelos utilizados nas cidades da Itália. Inicialmente, os espaços das casas que assumiram funções de ordenação e distribuição das demais áreas do interior das residências foram os pátios, alguns dos quais com funções de captação de água, exibindo caraterísticas e dimensões bastante variadas. Parte desses pátios foram transformados em *atria*, com tipologias que reproduzem a grande variedade de soluções observada em Itália, desde os átrios toscanos, ou testudinados, até aos mais elaborados, que recorriam a colunatas tetrástilas, ou hexástilas, também chamados coríntios. Ainda que com expressão mais modesta, cabe referir que, no período tardo-republicano, o *peristylium* também se foi afirmando como um elemento de cariz itálico, introduzido nas arquiteturas domésticas hispânicas.

3.2 A integração dos modelos itálicos nos contextos indígenas

A conquista romana da Península Ibérica desencadeou diversas alterações culturais e urbanísticas nas diferentes regiões que integraram o vasto território hispânico, sujeitas a contactos diferenciados com o mundo romano ao longo dos últimos séculos da República. Essas alterações fizeram-se sentir, tanto através da implantação de novas cidades ao longo da costa do Mediterrâneo e dos grandes rios navegáveis da península, como o Ebro, o Guadiana e o Guadalquivir, que acompanharam o processo de expansão romana, como por via das alterações urbanísticas e arquitetónicas que algumas cidades fundadas anteriormente ao domínio romano vão conhecer, as quais se afastaram progressivamente dos gostos e modelos de organização de origem fenícia, grega e púnica, os quais deixaram marcas nesses territórios, anteriormente ao desembarque dos romanos em Ampúrias, em 218 a.C. Os novos modelos, ou as novas influências, vão inspirar-se na rica gramática arquitetónica desenvolvida nas cidades tardo-republicanas da Itália, as quais, por sua vez, aplicavam aos espaços um léxico variado, devedor das influências e dos profundos contactos que Roma teve com diversos povos mediterrânicos. Cabe destacar nessa inspiração as cidades da Magna Grécia e dos reinos helenísticos do Oriente, cujas habitações reservavam amplos salões à receção de visitantes e à realização de *symposia*, sempre sumptuosamente decorados e revestidos com mármores policromáticos e ricos mosaicos com variados temas (Pesando, 1987; Nevett, 1999).

Nas cidades da Península Ibérica essa linguagem foi aplicada em crescente escala ao longo do período tardo-republicano em contextos habitacionais das cidades de *Ampurias*, *Badalona*, *Tarraco*, ou *Celsa Sulpicia*, sendo os proprietários das habitações presumíveis cidadãos romanos, ou libertos destacados para esses locais, como parece acontecer com a 'Casa C', na Ínsula I, de Celsa, cujo *dominus* terá sido *L. Licinius At(ico)*, talvez um liberto de *L. Licinius Sura*, um magistrado monetário daquela cidade (Beltrán Lloris, 1991: 148-149).

Esse fenómeno de difusão da linguagem arquitetónica itálica foi igualmente observado noutros aglomerados de origem diversa, mas que acolheram populações de origem romana, os quais acabaram por influenciar o modo de vida e os gostos das comunidades indígenas. Esse



©FM

Figura 165. Planta da '*Casa de Hércules*', em Celsa

foi o caso dos povoados de origem pré-romana, onde habitavam populações locais, cuja relação com Roma durante a República nem sempre foi pacífica, quer na área ibérica da Península, quer na chamada área céltica. Trata-se de duas regiões culturais da Península Ibérica que apresentam identidades algo diferenciadas e comportamentos distintos na sua relação com Roma. Assim, na área ibérica incluem-se alguns povos com um longo historial de comunicação com o litoral mediterrânico, enquanto a zona céltica do interior da Península, ou a área litoral norte atlântica e cantábrica se caracteriza pela sua tardia relação com Roma, em grande medida apenas conseguida após as campanhas de *Brutus*, em 137 a.C. e, nalguns casos, após as Guerras Cantábricas, depois de 19 a.C., que assinalou o fim do longo ciclo da conquista da Hispânia.

Embora o conceito de zona céltica, ou 'celtizada', seja muito discutível, importa ter em conta que esta zona regista diferenças com a chamada zona ibérica, constituindo ambas o resultado de complexos processos históricos e culturais, ocorridos na passagem da Idade do Bronze para a Idade do Ferro. Nesse momento, a influência mediterrânica sobre as comunidades do sul e do sudeste da Península Ibérica acabaria por ajudar a produzir a grande família de sociedades ibéricas, enquanto as influências continentais, que penetraram no interior da Península e se difundiram ao longo das regiões atlânticas, viriam a dar origem a uma outra região, onde se reconhecem traços culturais comuns aos territórios centro europeus. Em resultado dessas duas influências constitui-se um mosaico de etnias e grupos culturais, que apresentam diferentes graus de complexidade, tendo cada grupo desenvolvido uma relação particular com Roma, em função da

sua própria complexidade e interesses, por vezes através de enfrentamentos militares e, noutros casos, por via de pactos de paz. O grau de integração de cada grupo no grande sistema económico e sociopolítico romano determinou uma maior aceitação dos modelos culturais importados da Itália. A 'casa' ou 'residência' constitui, neste sentido, um precioso indicador cultural, que nos mostra o modo como atuaram as elites dos diferentes povos indígenas e as condições socioculturais e económicas que acompanharam a sua progressiva integração no sistema romano.

Esse processo pode ser observado a nível dos povoados ibéricos, desde os primeiros momentos da conquista romana, tendo as suas populações tido um papel deveras importante no próprio domínio romano da Hispânia, seja pela sua aceitação inicial, desse domínio, ou após conflitos bélicos, pela associação das suas elites a Roma, tornando-se aliadas e manifestando-se claros interesses em conseguir manter as suas posições de destaque através da ocupação de cargos políticos, administrativos, económicos e religiosos, enquadrados nas novas lógicas sociais que se impunham com a presença romana (Alföldy, 1966; 1969; 1973; 1977). Este processo fez-se acompanhar de um gradativo processo de alteração das habitações, que adotam os modelos itáli-

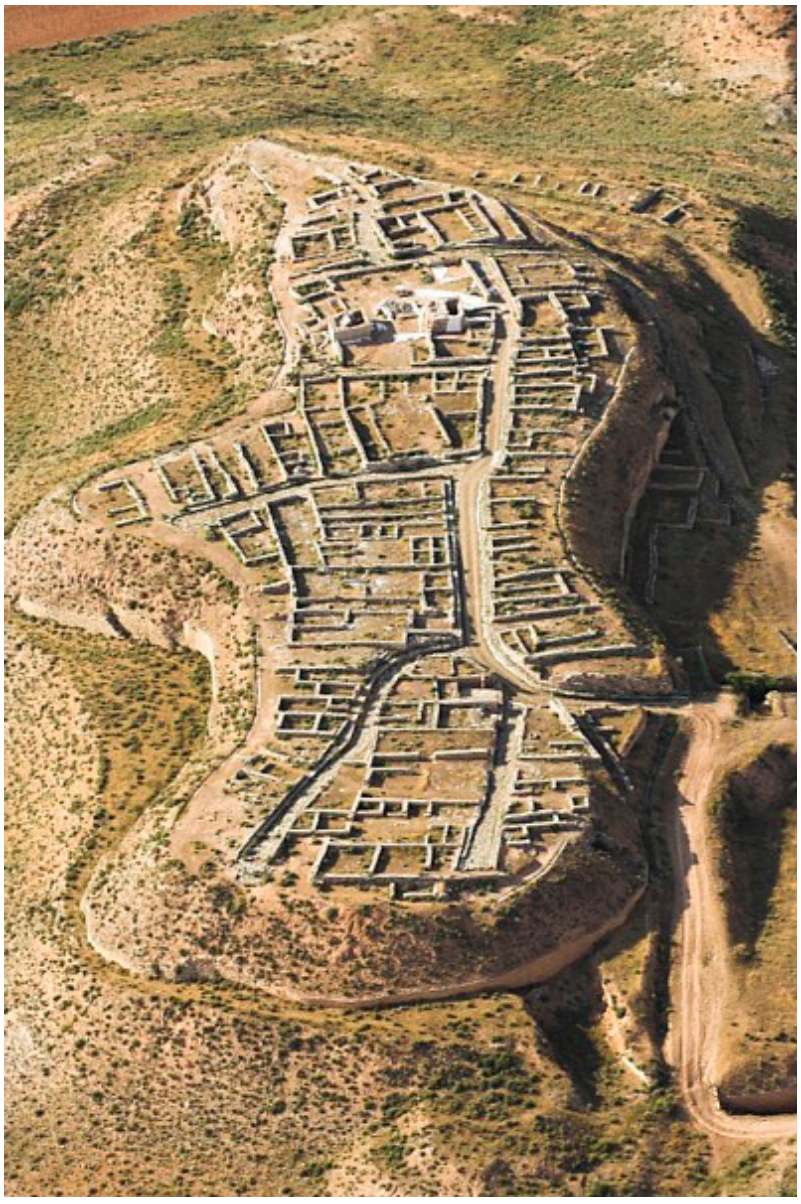


Figura 166. Fotografia aérea do povoado ibérico de Azaila, em Teruel. Trata-se de um povoado fundado no século VII a.C., situado nas proximidades do rio Ebro, que teve uma vitalidade pujante até ao século I a.C. Tendo sofrido uma influência direta dos modelos itálicos nas suas habitações © http://www.patrimonioculturaldearagon.es/bienes-culturales/cabezo-de-alcala-azaila-teruel

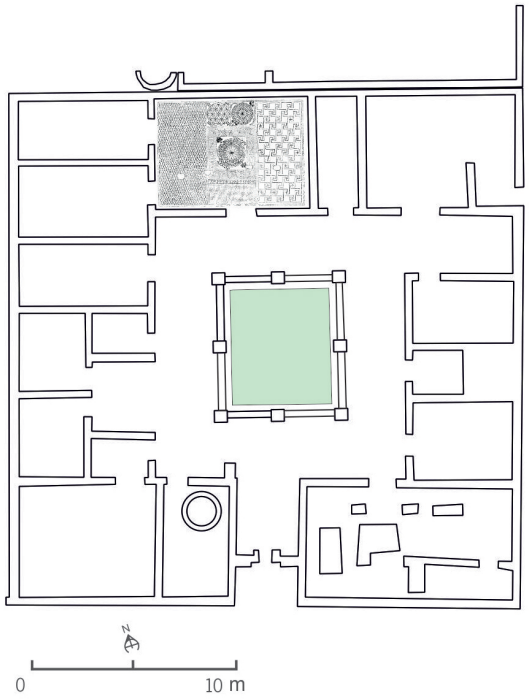
cos, com a consequente reprodução do léxico arquitetónico das casas de elite tardo-republicanas (Gros,2006).

Assim, a par do desenvolvimento das soluções locais de habitações dos povoados da Idade do Ferro da Península Ibérica, observam-se mudanças no modo de construir e organizar as casas, que adotam os modelos produzidos em Itália, oferecendo paralelos e exemplos nas cidades romanas de toda a *Hispania.*

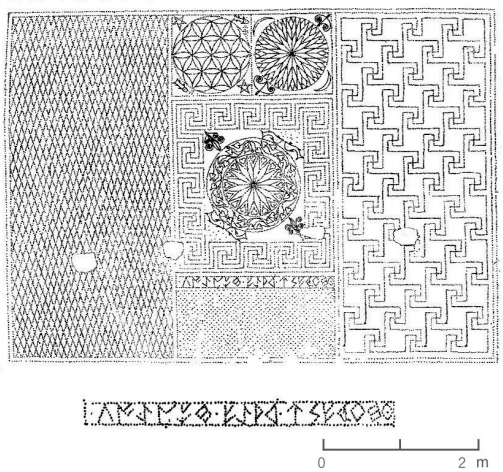
O povoado de *La Caridad,* em Caminreal, Teruel, constitui um bom exemplo do processo assinalado, fornecendo importantes dados sobre a assimilação dos modelos itálicos pelas populações locais. Implantado nas proximidades do rio Jiloca, ocupa uma plataforma pouco elevada, delimitada por acidentes naturais, o que permitia a aplicação de modelos urbanísticos de tipo ortogonal sem grandes problemas, para além de possuir uma localização privilegiada para o escoamento da produção, que era feito pelo leito da via fluvial que desaguava no rio Jalón, um afluente do Ebro (Herce San Miguel *et al.*, 1991: 82). Destacamos em *La Caridad* a chamada 'Casa de Likine', uma habitação com cerca de 915m^2 que se estruturava em torno de um pátio central porticado de grandes dimensões, ocupando cerca de ¼ do tamanho total do lote, a partir do qual se tinha acesso a todos os demais compartimentos (Fig. 167). Apesar de não recorrer ao modelo axial, existe claramente uma sala que se destacava, tanto pelas suas dimensões, sendo a maior da habitação, como pela sua posição, situando-se no lado oposto à entrada em relação ao pátio central. A sala dispunha de um pavimento, revestido com um mosaico, em cujos motivos se afiguram diversas formas geométricas distribuídas em cinco zonas e algumas representações de fauna marinha dispostas no centro. Todavia, o grande interesse deste mosaico reside na presença de uma inscrição em carateres ibéricos, que ocupa uma posição central do mesmo, na área da entrada da sala (Herce San Miguel *et al.*, 1989).

Também na região de Teruel, em Azaila, existe um outro povoado ibérico que sofreu influência direta dos modelos itálicos nas suas habitações, logo após a sua conquista (Fig. 166). Trata-se de um povoado fundado no século VII a.C., situado nas proximidades do rio Ebro, que terá uma vitalidade pujante até ao século I a.C. (Beltrán Lloris, 1976). Do conjunto das suas residências, destacamos a que é designada por 2D, que corresponde à maior habitação identificada no povoado, estruturada em função de um amplo pátio central, que era acedido a partir de um *uestibulum*, cujo pavimento foi preservado na sua totalidade e apresenta um lajeado formado por placas de arenito. Este tipo de pavimento também foi aplicado no pátio, encontrando-se aí bastante pior preservado (Beltrán Lloris, 1991: 132-133). Salientamos ainda a rigorosa retangularidade do espaço central da habitação, cuja regularidade geométrica não tem paralelo no perímetro do lote da habitação. Trata-se de uma invulgar solução destinada à gestão dos espaços internos da casa, cuja justificação assentará na busca de soluções para reproduzir os modelos itálicos, marcadamente ortogonais, cujos primeiros ensaios podem ser atribuídos às fundações das primeiras colónias e municípios na Península Itálica, a partir do século IV a.C. (Sewell, 2010).

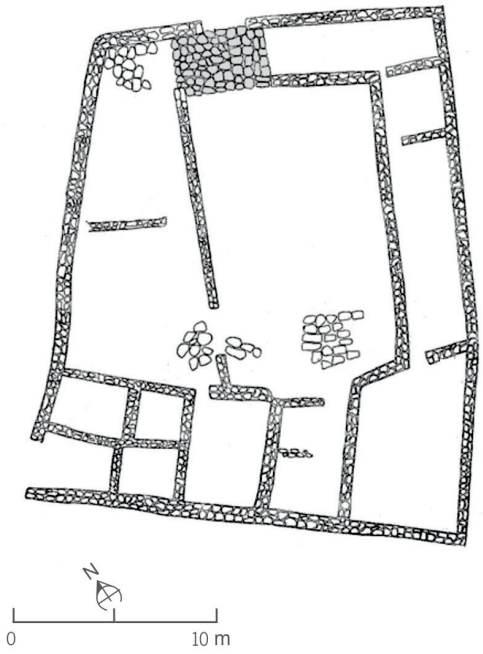
Ainda no sul da Península Ibérica, destacamos a cidade de *Ercauica*, situada num promontório nas proximidades do rio Guadíela, um afluente do rio Tejo, fundada em meados do século



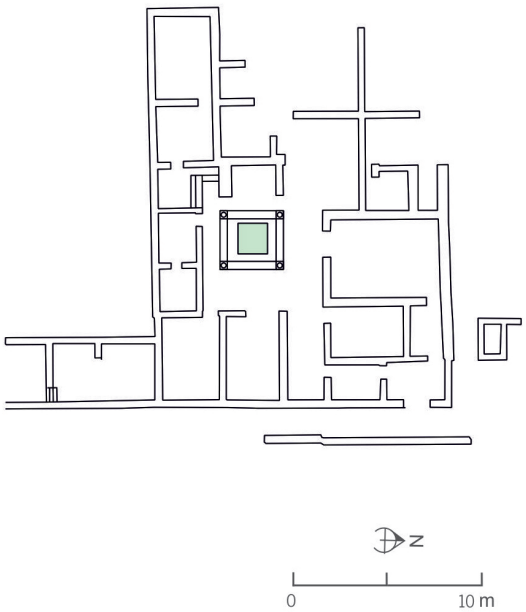
Planta da casa de Likine, em Caminreal, Teruel (Uribe Agudo, 2013:90)



Desenho do mosaico da casa de Likine, com pormenor da inscrição (Uribe Agudo,2013:92)



Planta da casa 2 D de Azaila, Teruel (Uribe Agudo,2009:73)

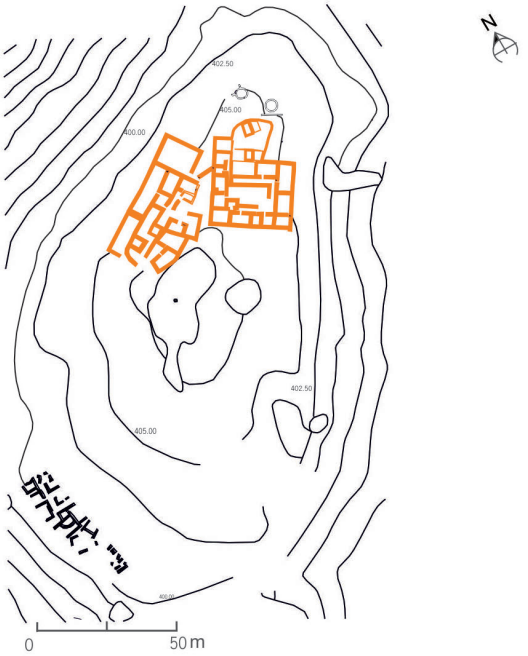


Planta da casa do Médico, de Ercavica (Uribe Agudo,2007:107)

Figura 167. Exemplos de habitações nos povoados ibéricos de *La Caridad*, Azaila e Ercavica. As casas reproduzem os modelos itálicos e oferecerem paralelos com os exemplos identificados nas cidades romanas de toda a Hispânia.

I a.C.. Os habitantes dessa cidade, segundo Plínio (III, 3, 24), possuíam o *ius latii ueteris,* fator que certamente terá sido determinante para a sua elevação a *municipium* sob Augusto (Lorrio, 2001: 115-119). Aí, apenas conhecemos a designada 'Casa del Médico', construída nos finais do século I a.C., ocupada até ao século IV d.C. (Fig. 167). Trata-se de uma casa ordenada a partir de um *atrium* tetrástilo, que dava acesso aos principais compartimentos da habitação. Apesar das dificuldades em interpretar os espaços da casa é admitido que possuía um *triclinium* e um *tablinum* articulados com o *atrium,* o primeiro disposto a nascente e o outro localizado a poente (Uribe Agudo, 2008: 332-336).

Ao contrário do sul da Península Ibérica, o NO peninsular foi tardiamente integrado no Império, o que só viria a acontecer a partir de 19 a.C., no fim das Guerras Cantábricas. Por conseguinte, pode afirmar-se que nessa região a Idade do Ferro perdurou até aos finais do I século a.C., situação que claramente proporcionou diferentes realidades sociais, políticas, económicas e urbanísticas, as quais podem ser agrupadas, grosso modo, na chamada 'Cultura Castreja' (Silva, 1986), com as devidas e necessárias ressalvas à aplicação desse termo, conforme vem sendo sugerido por vários autores (Martins, 1990; González Ruibal, 2006-2007; Cruz, 2018). Na verdade, à data das Guerras Cantábricas, o NO peninsular apresentava-se como uma realidade étnica, cultural e socioeconómica polimorfa, com áreas mais próximas dos influxos culturais mediterrânicos, como acontecia com a região meridional, situada entre Minho e Douro e outras mais setentrionais e interiores, que se mantinham à margem dessas influências. Esta diversificada realidade cultural resulta em parte dos próprios contrastes geográficos do território em causa, os quais ajudaram a mapear diferentes áreas culturais, refletidas na distinção entre dois grandes grupos étnicos, representados pelos Astures, a oriente e os *Callaeci*, a ocidente, estes também divididos entre *lucencis*, a norte e *bracarensis*, a sul. Ora, a arqueologia demonstrou a existência de grandes assimetrias culturais entre estes grupos, destacando-se claramente um maior desenvolvimento da região meridional, correspondente à *Callaecia* bracarense, onde no último século antes da nossa era se desenvolveram grandes povoados, tipo *oppida,* que funcionavam como lugares centrais e controlavam povoados mais pequenos, muitos dos quais ligados à exploração agropecuária intensiva dos vales (Martins, 1990). Este processo de hierarquização do povoamento pode ser considerado como um resultado de dinâmicas internas, potenciadas por uma milenar influência mediterrânica (Gonzalez Ruibal, 2006-07), a qual terá sido reforçada a partir da campanha de *Decimus Junius Brutus*, em 137 a.C. e intensificada, a partir de 60 a.C., com a expedição de César a *Brigantium* (Tranoy, 1981). Assim, pode considerar-se que as assimetrias regionais do NO peninsular se aprofundam com a expedição de *Brutus* ao território situado entre o rio Minho e o Douro, que colocou a região sob controlo romano, embora sem ocupação militar, facilitando a relação desses territórios com as populações romanizadas do sul da Península Ibérica. Essas relações terão potenciado o original desenvolvimento da fachada ocidental dessa região, ao longo do século I a.C., caracterizado pela emergência de um povoamento encabeçado por *oppida,* com sistemas defensivos complexos e uma forte concentração populacional. Esses grandes povoados possuíam sempre uma ampla visibilidade sobre o território envolvente, no qual pontuavam outros povoados dependentes. In-



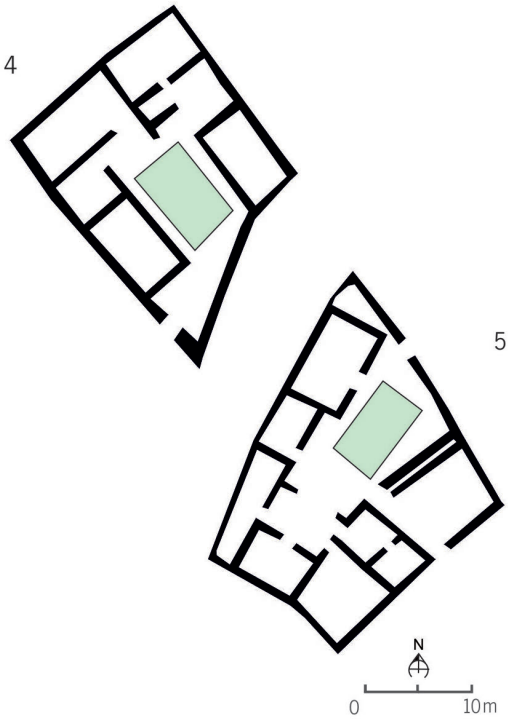
1 - Plataforma superior do castro do Monte Padrão com a implantação das *domus* Norte e *domus* Sul (Moreira,2005)



2 - Planta das *domus* Norte (2) e Sul (1) do castro do Monte Padrão (Moreira,2005)



3 - Planta da Citânia de Briteiros com a localização da unidade habitacional 3 e unidade habitacional 2 e 3 © SMS



4 - Planta da unidade habitacional 3 do setor 7 © SMS
5 - Planta da unidade habitacional 2 e 3 do setor 16 © SMS

Figura 168. Exemplos de habitações nos povoados do noroeste peninsular. No Monte Padrão e na Citânia de Briteiros identificam-se casas de pátio central.

ternamente, organizavam-se segundo uma estrutura viária ortogonal, que dividia o espaço em quarteirões, dentro dos quais se erguiam vários complexos residenciais, compostos por conjuntos de construções, unidas através de pátios lajeados (Silva, 1986). Estes povoados, que chegavam a atingir vários hectares, possuíam equipamentos públicos, entre os quais cabe destacar as casas do conselho (Lemos, 2009; Cruz, 2015) e os balneários rituais (Gonzalez Ruibal, 2004; Silva e Machado, 2007).

Os povoados fortificados mais antigos do NO peninsular tiveram origem no Bronze Final e surgem na região meridional, precisamente aquela que será sempre mais influenciada pelos impulsos civilizacionais e tecnológicos do Mediterrâneo. No entanto, poucos são os povoados extensamente escavados suscetíveis de revelar boas sequências de ocupação e os que foram mais extensamente escavados nem sempre o foram com grandes preocupações metodológicas, Assim acontece com um dos mais icónicos povoados fortificados do NO, a Citânia de Briteiros, em Guimarães, que começou a ser escavada no século XIX (Cruz, 2018). Trata-se de um povoado cuja origem remonta à Idade do Bronze Final, ou seja, aos inícios do I° milénio a.C., localizando-se no coração daquela que presumivelmente, foi a área de domínio dos *Bracari*, tendo perdurado ocupado até pelo menos ao século II. Neste verdadeiro *oppidum* da Idade do Ferro, sensivelmente a partir do século II a.C., ter-se-á configurado um verdadeiro centro urbano, onde se verifica uma alteração no modo de habitar, pois as áreas e construções residenciais passam a agregar-se em pequenos conjuntos delimitados por muros, formalizando unidades domésticas, com casa, celeiro e outras construções destinadas a outras atividades domésticas mais especializadas, todas unificadas por pátios lajeados (Cruz, 2018: 76-83).

Podemos afirmar que a organização das unidades domésticas de Briteiros nada deve à tradição arquitetónica itálica dos finais da República, pois os castros não passam de aglomerados de construções circulares, constituídas apenas por um compartimento, delimitados por muros (Fig. 171). De certo modo, a influência mediterrânica e itálica faz-se sentir, sobretudo, no modo de organização do espaço dos povoados e de distribuição das suas habitações, pois os povoados tipo *oppida* são cruzados por um rudimentar sistema de eixos viários ortogonais, sistema que justificou uma reiterada discussão quanto à sua possível datação romana. Sabemos hoje, com base nas



Figura 169. Perspetiva geral das unidades domésticas do Monte Padrão ©Francisco Piqueiro.



Figura 170. Pormenor da *domus* Norte do Monte Padrão.



Figura 171. Perspetiva geral da Citânia de Briteiros ©SMS.



Figura 172. Vista geral da unidade doméstica 2 e 3 do setor 16 da Citânia de Briteiros.

recentes escavações de Gonçalo Cruz na Citânia de Briteiros, que essa organização é anterior às Guerras Cantábricas e à fundação de *Bracara Augusta*, precedendo em várias décadas a integração da região dos *Bracari* no Império romano, pelo que o contexto em que o povoado se organizou, num modelo ortogonal, é perfeitamente indígena, ainda que influenciado por outras realidades culturais peninsulares, quer oriundas do sul, quer da Meseta.

Existem, contudo, duas casas, cuja configuração é completamente distinta da típica casa redonda castreja e que apresentam influências itálicas bem marcadas (Fig. 168). Trata-se de duas casas de pátio central, uma localizada na área interior da primeira linha de muralhas e a outra situada entre esta fortificação e a segunda linha defensiva, cujos compartimentos são acedidos a partir dos pátios (Fig. 172). Apesar de possuírem plantas bastante peculiares, com formas pouco regulares, sobretudo nos limites dos lotes, os compartimentos conformam retângulos, com vértices bem marcados, sendo as suas funcionalidades de difícil interpretação. No entanto, julgamos ser de destacar a presença de uma espécie de *uestibulum* na casa localizada na parte mais alta do povoado, ainda que o mesmo apresente uma forma trapezoidal e não se encontre centrado com o pátio (Cruz, 2018).

Outro povoado da Idade do Ferro do NO português, que regista uma grande longevidade, é o Castro do Monte Padrão (Fig. 169), em Santo Tirso, cuja implantação remonta aos inícios do Iº milénio a.C., datando da Idade do Bronze Final (Martins 1986), tendo sido abandonado em meados do século III d.C. Esse povoado situava-se na área de influência da Citânia de Sanfins, um *oppidum* também extensamente escavado, tal como a Citânia de Briteiros, que exerceria o controlo da área entre os rios Ave, a norte e Leça, a sul (Moreira, 2009: 76-77). A uma fase avançada da ocupação do povoado, posterior à integração da região no Império, pertencerão duas construções de planta ortogonal, que foram construídas no topo do povoado, uma das quais seguramente correspondente a uma casa de modelo itálico, com pátio central. Anexo a essa habitação existia uma outra construção retangular (Fig. 168). Trata-se de edifícios de grandes dimensões, sensivelmente por volta dos 770m^2 e 800m^2, com espaços cuja funcionalidade, nalguns casos, é de difícil interpretação (Moreira, 2005).

A assimilação das linhas de força que definem as habitações de modelo itálico por parte das populações indígenas da *Hispania* documenta as ações desenvolvidas pelas elites indígenas como estratégia para atrair os interesses romanos e assinalar a sua aceitação do domínio romano, criando as condições para estabelecer relações de clientela e pactos de *amicitiae* ou *patronatus/hospitalitatis*. A utilização da linguagem arquitetónica desenvolvida na Itália tardo-republicana deverá ter constituído um importante modo de demonstrar o interesse das relações entre indígenas e romanos e entre dominados e agentes de autoridade, tal como aconteceu também como o uso do latim, que serviu a negociação identitária das populações indígenas e a reconfiguração das relações de poder nos novos contextos que são potenciados pela montagem da máquina administrativa romana nos novos territórios conquistados (Sastre,2002).

O processo de racionalização das formas construtivas e de reprodução da linguagem arquitetónica de matriz itálica, por parte das elites indígenas da Península Ibérica, desde os inícios

do processo de conquista da *Hispania,* ratifica a capacidade romana de atrair as populações locais e de integrá-las nos novos modelos económicos e sociais. De facto, não devemos esquecer que o conceito de romanização deve ser matizado pois, se é certo que existe uma receção e aceitação de modelos itálicos, ela faz-se acompanhar do aparecimento de uma nova base social formada por uma mistura de indígenas e de distintas categorias de pessoas, que se fixam na Península Ibérica, atraídas pelas oportunidades do novo contexto sociopolítico de um vasto território, que passa a estar controlado integralmente por Roma. À medida que a conquista foi avançando e que os territórios foram sendo colocados sob controlo romano, soldados desmobilizados, populações itálicas e comerciantes vão engrossando a população das áreas integradas, contribuindo para a sua mudança cultural e para a adoção de novos hábitos, que se difundem num contexto de novas oportunidades para as populações de origem indígena negociarem novas identidades, designadamente através do uso de expressões arquitetónicas de origem itálica.

Os modelos culturais, designadamente a ideia de 'casa' foram trazidos de modo natural pelos emigrantes de Roma e da Itália, cuja expetativa seria a de conseguirem uma casa de prestígio na Hispânia romana, como expressão de reconhecimento de um estatuto social que não conseguiam alcançar nas suas terras de origem. Na verdade, nas cidades republicanas da costa mediterrânica, ou do vale do Bétis, tal como nas bem mais tardias cidades fundadas por Augusto no NO peninsular, confluíam indivíduos que iriam formar uma nova elite de origem romano-itálica, que se viriam a misturar com os descendentes das antigas elites indígenas dos territórios que foram sendo progressivamente integrados.

As casas de *La Caridad*, em Caminreal (Herce San Miguel *et al.*, 1989) e, muito particularmente, a 'Casa de Likine', demonstram bem até que ponto os comportamentos das elites da helenizada Itália tardo-republicana haviam sido contaminados, no contexto da sociedade provincial emergente, refletindo a reinterpretação dos modelos arquitetónicos da casa itálica, agora adaptados à realidade peninsular. Quer as dimensões da casa, com cerca de 915m^2, quer o protagonismo assumido pelo pátio central porticado, com cerca de 14,5x15m, que ocupa cerca de ¼ do tamanho total do lote, demonstram bem esses processos de reinterpretação.

Pelas particulares características do processo de integração do NO peninsular no mundo romano, as casas romanas de elite das cidades desta região oferecem particularidades na interpretação dos modelos que chegam do âmbito mediterrânico, fundamentais para se compreender, de modo flexível, a adoção do peristilo porticado, que se adapta às condições de cada casa e à natureza e protagonismo socioeconómico dos seus proprietários.

3.3 A casa romana e o urbanismo planificado do tempo de Augusto: os pórticos

Neste momento já dispomos de dados para concluir que a linguagem arquitetónica criada em Itália ao longo do período republicano foi amplamente utilizada nas unidades domésticas dos contextos urbanísticos *da Hispania.* Essa linguagem destacava-se, sobretudo, pela imensa variedade de soluções que fornecia, o que resultou do facto do léxico formal que a compunha ter sido adaptado e reproduzido na Península Itálica durante séculos, pelo menos desde os finais do

século IV a.C., o que possibilitou a formulação de diferentes soluções e o crescimento da gramática arquitetónica.

Na prática, a casa latina mais antiga que se conhece corresponde às pequenas cabanas circulares, com teto de palha, no centro das quais havia uma abertura que permitia a saída do fumo proveniente da lareira, construções que eram características dos *pagi*, que compunham as *ciuitates* da Itália proto-histórica. Essas primeiras habitações já assinalavam aquilo que será fundamental no desenvolvimento das unidades domésticas itálicas e que se traduziu na diversidade de soluções para garantir a relação entre os espaços abertos e os fechados, as quais foram ganhando cada vez mais sofisticação (Gros, 2006; Pesando, 1997), resultando em casas que cresceram longitudinalmente, em redor de um espaço aberto, que viria a constituir-se com os átrios, onde o *impluuium,* assumia as funções de organizar os demais compartimentos e de armazenar água, através dos *compluuia* (Mar e Ruiz de Arbulo, 1993: 361).

A expansão romana, inicialmente a nível latino e depois itálico, em direção ao que foi a Magna Grécia, onde se encontrava uma série de colónias gregas, foi determinante para a construção daquilo que viria a ser o imenso Império Romano. Na verdade, foi com a ampliação da zona de influência de Roma sobre a Itália que as bases materiais e ideológicas da experiência imperialista romana ganhou forma, fosse através da capacidade de anexar os novos territórios e de integrá-los fisicamente nas redes comerciais que envolviam Roma com o restante território, fosse através da formulação de modelos de cidades que foram sendo fundadas nos territórios conquistados, desde os finais do século IV a.C., ou que receberam diferentes modalidades de cidadania, instituindo-se, assim, os *municipia*, as *ciuitas sine suffragio* e as *coloniae* (Liv. 8.16.12-14).

Se a expansão romana em Itália resultou em profundas modificações nas populações e nos centros urbanos da Península Itálica (Stek, 2008), também Roma sofreu mudanças decorrentes do contacto direto que manteve com os povos conquistados, as quais podem ser avaliadas a nível urbanístico (Brown, 1980), sendo documentadas sobretudo ao nível das fundações *ex nouo* republicanas (Sewell, 2010), assim como a nível artístico, pela aquisição das peças escultóricas e demais objetos gregos obtidos nos saques das campanhas contra as cidades helenísticas, as quais eram expostas nos triunfos dos generais vitoriosos e nas habitações das elites romanas (Welch, 2006).

A capacidade que Roma revelou em adotar os modelos provenientes das cidades conquistadas, ao longo do período republicano, resultou na criação de um sistema identitário bastante diversificado, que lhe permitiu usar aquilo que lhe interessava e ignorar o que não queria, processo que deu origem a um léxico artístico e arquitetónico alargado, variado e adaptável (Zanker, 1988; Hölscher, 2000), bastante percetível quando olhamos especificamente para os espaços domésticos. De facto, a anexação da Magna Grécia nos inícios do século III a.C., bem como da Grécia e do Oriente helenístico em meados da centúria seguinte, forneceram um conjunto de modelos de espaços, que atraíam os interesses das elites romanas por salas de representação, cada vez mais sumptuosas, com a capacidade de impressionar e afirmar a relevância dos seus papéis sociais.


0
N
250m
FORUM
PROVINCIAL
Casa do Anfiteatro
MOURARIA
FORUM
COLONIAL
Casa do Mitreu
©FM


Casa da Mouraria 5
(Casa dos Mármores)
Casa da Mouraria 6
MOURARIA
N
0
100m
©FM

As linguagens arquitetónicas oferecidas pelos territórios helenísticos e helenizados respondiam a esses interesses das elites romanas, estando os *triclinia* e os *oeci* incluídos no grande reportório de formas e soluções, que podiam ser usados pelos membros destacados da aristocracia romana no momento da elaboração dos projetos das suas *domus* e da escolha de seus programas decorativos (Wallace-Hadrill, 2015: 183). Por outro lado, se as casas romanas eram distintas umas das outras, principalmente devido às escolhas e dos gostos dos proprietários, existiam alguns fatores externos, de natureza urbanística, que condicionavam os projetos, na hora de conceber os espaços do interior das habitações. Referimo-nos sobretudo às cidades em que o plano fundacional previa a implantação de quarteirões com pórticos na sua envolvente, as quais se encontram bem representadas na *Hispania*, constituindo um dos traços mais característicos das cidades fundadas *ex novo*. Trata-se de cidades com urbanismo ortogonal, com ruas porticadas, previstas logo desde a sua origem. Nas cidades que iremos analisar com estas características, concretamente em *Augusta Emerita*, *Complutum* e *Bracara Augusta*, a presença contínua do porticado condicionou o perímetro dos quarteirões, a regularidade da distribuição dos lotes, bem como a forma das casas. Contudo, nas três cidades referidas verifica-se que os privados chegam a apropriar-se dos pórticos, em momentos em que as casas necessitam de mais área construída, como acontece em *Bracara* nos finais do século III/inícios do IV, quando, devido à promoção da cidade a capital da nova província da Galécia, as *domus* são praticamente todas remodeladas (Martins *et al.,* 2016).

Trata-se de um evidente sinal do desenvolvimento da vida urbana e do incremento das atividades no centro das cidades, cada vez mais densificado, que é característico de fases avançadas de ocupação. Naturalmente, que, nas vias principais, nem sempre se regista esse processo de ocupação, criando-se deste modo uma hierarquia de vias. Assim, podem distinguir-se as vias principais, que atravessavam as cidades, o que não acontecia com as vias secundárias e as ruas sem saída, que experimentam um processo de privatização, ou a conversão num caminho de acesso a um grupo de propriedades privadas, geridas quase como uma via privada, sobre a qual seria mais fácil chegar a construir.

O exemplo da cidade de *Conimbriga,* ainda que afastado dos três casos que trataremos de seguida, mostra o modo como as vias principais que conduzem aos foros, templos, ou ao exterior das cidades, são monumentalizadas com a construção de pórticos e monumentos urbanos, algo que resulta da circunstância de corresponderem a eixos de circulação que canalizam, ou atraem as atividades de natureza simbólica, como as procissões religiosas, ou politicas, os cortejos, as festas e os sacrifícios. Estas vias atraem também os fluxos comerciais e as atividades associadas com mercados, possuindo, normalmente, maior concentração de *tabernae* e locais comerciais e produtivos, que ocupam a frente das casas, por onde se realiza o acesso às oficinas de produção.

Figura 173. (Sup) Planta de *Augusta Emerita*, capital da província da *Lusitania,* com algumas das áreas públicas da cidade, das quais destacamos o grande *forum* administrativo e alguns edifícios de espetáculo, como o teatro, o anfiteatro e a 'Casa do Anfiteatro e do Mitreo'.
(Inf) Pormenor da área da Mouraria, com a localização da 'Casa 5 e 6'.

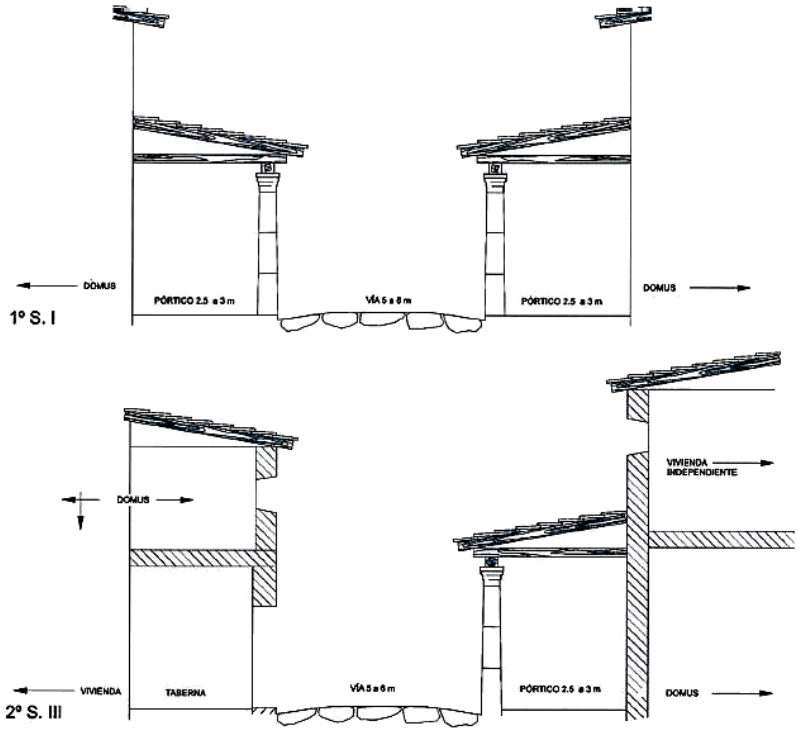


Figura 174. Esquema dos pórticos que rodeavam as casas de *Augusta Emerita,* desenhados a partir das habitações da Mouraria (Alba, 2007:171).

A colónia *Augusta Emerita*, capital da província da *Lusitania*, foi fundada em 25 a.C., nas margens do rio Anas, hoje chamado Guadiana, tendo a sua fundação tido objetivos múltiplos e complementares. Tradicionalmente, as colónias tinham por objetivo alojar os veteranos das legiões romanas, tendo *Augusta Emerita* sido povoada pelos soldados veteranos das legiões *V Alaudae* e *X Gemina*, ambas combatentes nas Guerras Cantábricas, onde combateram com mais cinco legiões e respetivas tropas auxiliares, sendo possível que um pequeno contingente de licenciados da legião XX tenha também participado na fundação da colónia (Faria, 1998). Apesar da data recuada de fundação terá sido Agripa o grande promotor da instalação de *Augusta Emerita* (Fig. 173)., dada a quantidade de vestígios de vária natureza que ligam o nome do lugar tenente de Augusto à cidade, o qual terá estado na Hispânia, em 19-18 a.C. (Roddaz, 1990:72). Os investimentos imperiais na construção dos edifícios públicos da cidade, dos quais destacamos o grande *forum* administrativo e os edifícios de espetáculo (Fig. 173), como o teatro e o anfiteatro, demonstram o grande interesse da casa imperial em garantir que a cidade prosperasse, o que parece estar associado com o controlo dos povos indígenas que habitavam aquela região, que define uma fronteira entre as tribos lusitanas e a *Baetica*, cuja produção oleica e piscícola era de grande importância para a economia romana. Outro motivo que parece ter sido estratégico para a implantação desta cidade relaciona-se com o controlo do rio Guadiana, uma importante via de comunicação, transporte e comércio entre o interior ibérico e o Atlântico, cuja foz se situava nas proximidades da costa dos centros exportadores da *Baetica* e não muito longe das Colunas de Hércules, atual Estreito de Gibraltar, que assinala o limite entre o oceano e o Mediterrâneo (Mateos Cruz, 2011: 127-128).

Os conhecimentos que hoje possuímos sobre *Augusta Emerita* são em grande medida devedores dos resultados das escavações sistemáticas realizadas em Mérida desde os inícios do século XX, as quais permitem que se tenha uma boa compreensão da evolução do urbanismo e da arquitetura da cidade desde a sua fundação romana até à atualidade (Álvarez Martínez e Mateos Cruz, 2011). Assim, sabemos que a cidade possuía um traçado ortogonal graças ao estudo dos vestígios provenientes das escavações que se realizaram um pouco por toda a atual área urbana de Mérida. Trata-se de uma malha com *cardines* e *decumani* retilíneos, que conformam quarteirões quadrados e retangulares, denotando uma certa hierarquia dos espaços da cidade, a qual teve reflexo nas diferentes dimensões dos lotes das habitações que neles serão implantados. Por outro lado, a colónia também apresenta alguns espaços que rompem com a matriz regular e ortogonal dos quarteirões locais, onde foram instalados grandes equipamentos e edifícios públicos, designadamente o *forum* e dois edifícios de espetáculos, que se apresentam contíguos: o teatro e o anfiteatro (Mateos Cruz, 1994-95: 233-237).

As habitações construídas nas várias *regiones* de *Augusta Emerita* apresentam variadíssimas plantas, que documentam a utilização do amplo léxico arquitetónico de matriz itálica, que já havia sido testado antes da fundação da cidade, noutros aglomerados urbanos do levante ibérico e da costa mediterrânica. Assim, foram identificadas casas que apresentavam espaços de distribuição e outras em que estes não existiam (Figs. 175, 176). Por outro lado, no que toca à tipologia desses espaços, foram individualizados tanto átrios como peristilos (Corrales Álvarez, 2014: 193-202).

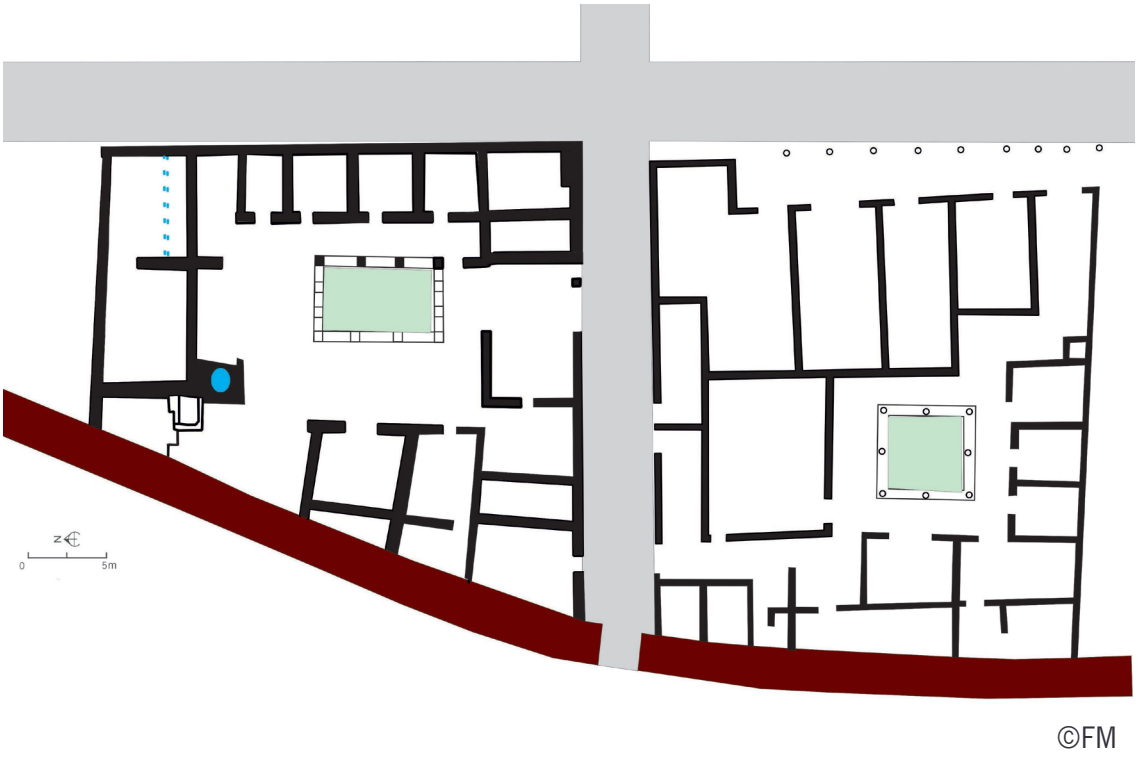
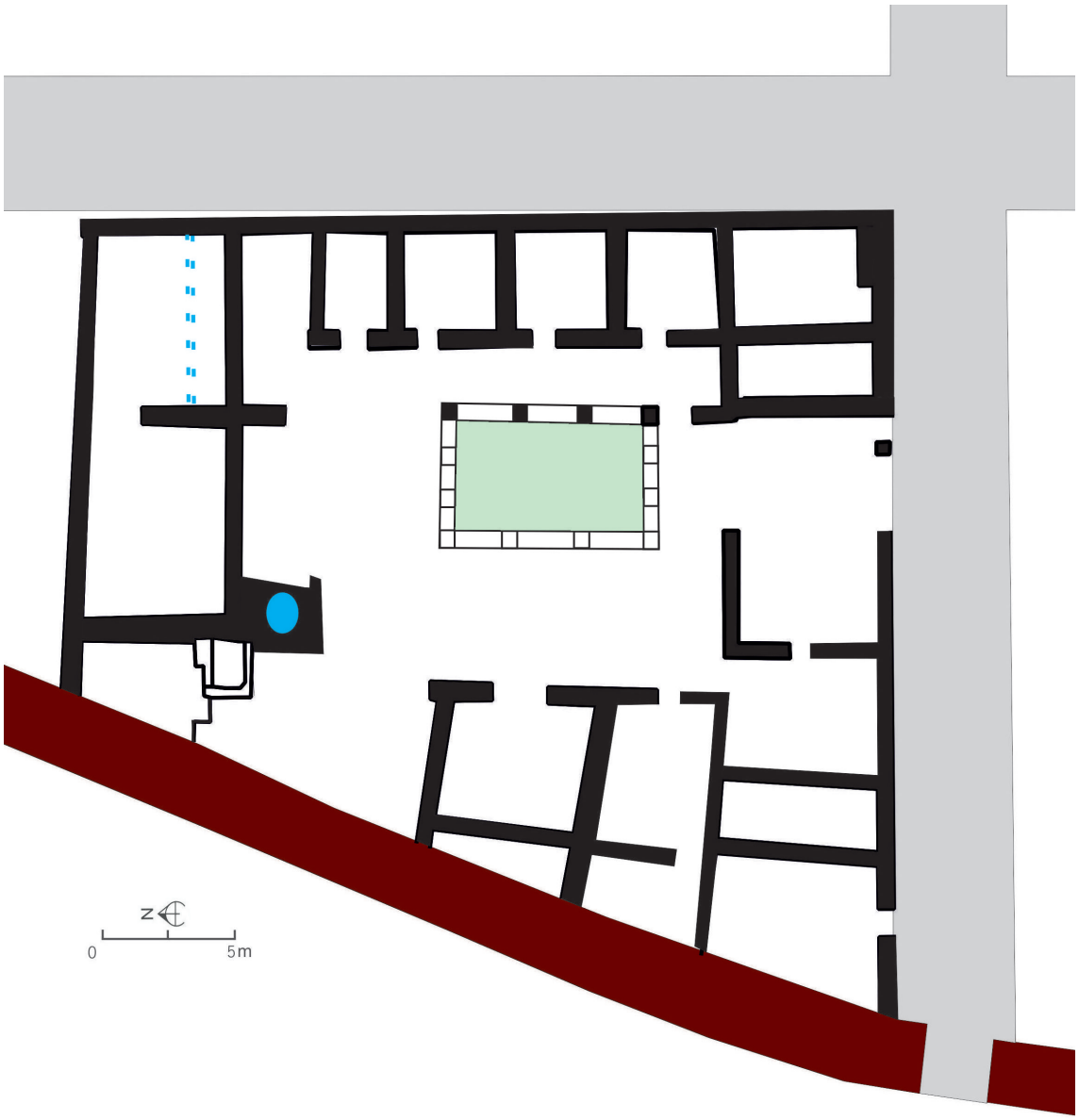


Figura 175. Planta das 'Casas 5 e 6' da Mouraria, com a definição dos espaços de distribuição.



©FM

Figura 176. Planta da 'Casa 5' da Mouraria. Esta unidade doméstica apresenta a adequação dos espaços internos em relação à forma do lote em que foi implantada, os quais apresentam compartimentos tendencialmente retangulares, como o peristilo, que possui quatro colunas em cada lado do jardim, dotando-o de uma forma retangular, cuja regularidade era reproduzida no *ambulacrum*.

Um elemento característico da arquitetura residencial emeritense, que se observa em diversos exemplos, consiste na adaptação dos modelos itálicos à forma das parcelas em que foram implantadas. Assim, acontece com a 'Casa 6 da Mouraria' (Figs. 175, 177), localizada na *regio* III, que apresenta uma planta com forma quase quadrada, ocupando uma área de cerca de 1000m^2, metade da qual foi reservada a *tabernae* abertas ao cardo que corria a nascente da casa. Tendo em conta o espaço reduzido onde esta habitação foi implantada, parece aceitável admitir que possuía um segundo piso. Cabe também destacar a adequação dos espaços internos da casa em

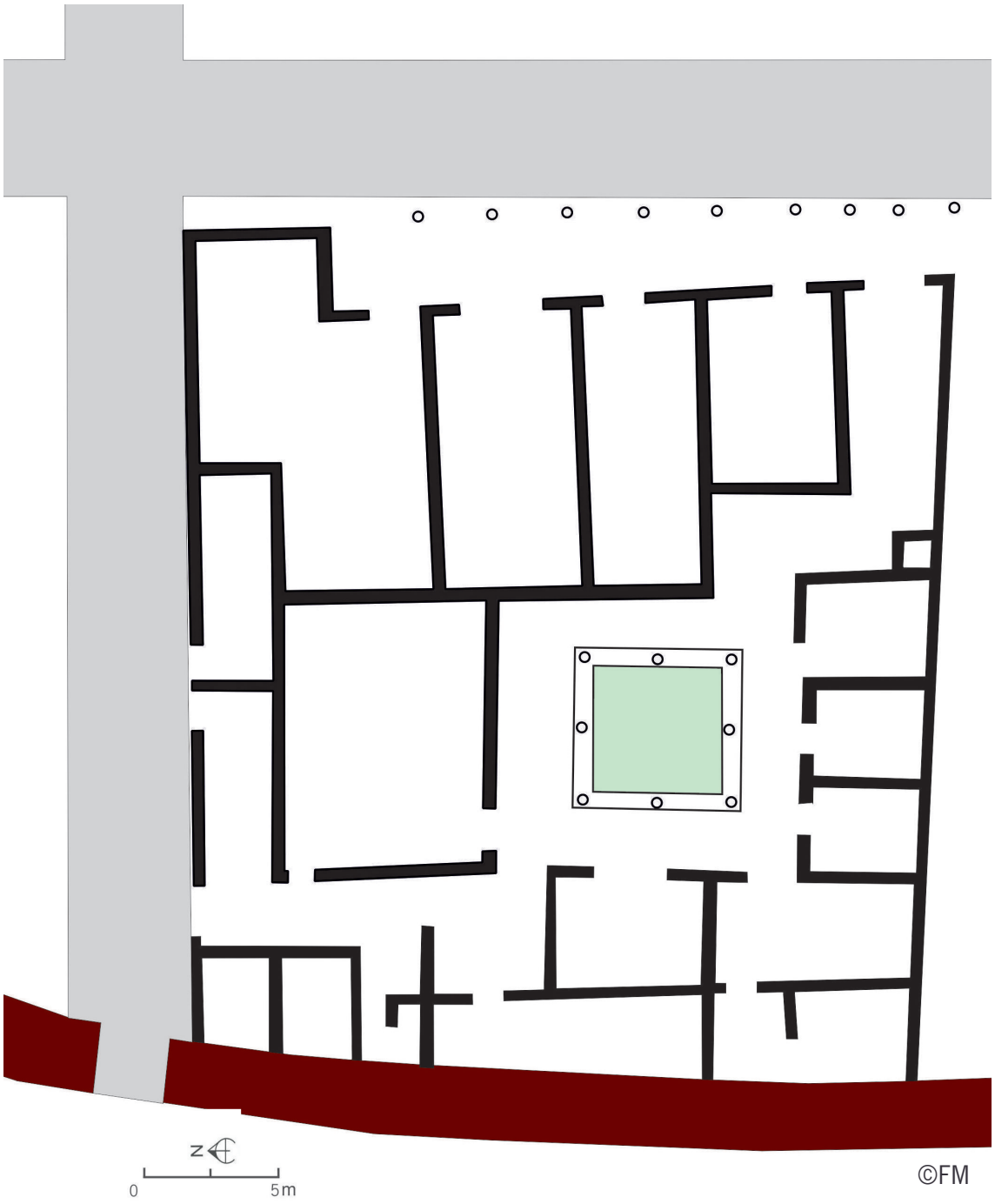


Figura 177. Planta da 'Casa da 6' Mouraria. Apresenta uma planta com forma quase quadrada, sendo cerca de metade destinada a *tabernae* abertas ao cardo que corria a este da casa.

relação à forma do lote. Esses espaços seriam tendencialmente quadrados, como acontece com o peristilo, que possui três colunas em cada lado do jardim, o que lhe confere uma regularidade, também reproduzida no *ambulacrum.* Nas reformas posteriores, a habitação avançou sobre o pórtico adjacente ao *decumanus*, localizado a norte, o que permitiu a ampliação do espaço interno e a instalação de um balneário (Corrales Álvarez, 2014: 837-840). Esse fenómeno do avanço das casas sobre os pórticos, resultando na privatização de um espaço que anteriormente era público, está patente em diversas casas da colónia, estando sobretudo bem documentado na área da Mou-

raria, onde algumas das habitações avançaram além dos passeios cobertos, tendo ocupado parte das vias ou mesmo encerrando-as (Sánchez Barrero, 2007).

A chamada "Casa do Mitreo" implantada na *regio* VIII, localizava-se extramuros e fora da malha urbana ortogonal estabelecida para a cidade, o que justifica que a sua planta seja bastante distinta das demais identificadas, possuindo dimensões e uma morfologia que fogem por completo ao modelo urbano emeritense. Apesar de não serem conhecidos os limites da casa, sabe-se que ela ocupava bem mais de 1500m^2 e que estaria organizada pelo menos em três espaços de distribuição, sendo um deles representado por um *atrium* e os outros por dois peristilos. O uso da área disponível para a construção denota a capacidade do proprietário de investir em salas de receção e numa rica decoração, composta por pavimentos com mosaicos e paredes decoradas com pinturas, bem como na engenhosa articulação desses espaços de representação com as entradas e os espaços abertos (Corrales Álvarez, 2014: 1349-1353).

Ao contrário de *Emerita Augusta*, que possuía estatuto de colónia e foi capital de província, *Complutum* (Figs 178, 179) foi um *municipium* romano implantado na zona de confluência dos rios Henares e Camarmilla, cuja fundação terá ocorrido em época augustana, tendo conhecido o primeiro projeto de urbanização ao longo do período júlio-cláudio. Os dados que hoje possuímos sobre essa cidade constituem o fruto de mais de quatro décadas de trabalhos arqueológicos, desde os primeiros, com caráter de emergência, realizados na década de 1970, até às intervenções sistemáticas executadas em época mais recente, sobretudo entre os anos de 2004 e 2012, as quais permitiram elaborar os primeiros ensaios sobre o urbanismo, a topografia e a arquitetura de *Complutum* (Fernández Galliano, 1984; Rascón Marqués, 2004).

Os dados disponíveis sobre o plano fundacional complutense permitem evidenciar a estruturação de uma malha urbana ortogonal, que conformava quarteirões regulares, apresentando aqueles incluídos nas *regiones* I e IV os mais próximos à confluência dos rios, formato retangular, enquanto os demais apresentam forma quadrada, com 1 *actus* de lado (Rascón Marqués e Sánchez Montes, 2014: 309-312).

Apesar das ligeiras diferenças formais e dimensionais entre os quarteirões das *regiones* das partes nascente e poente da cidade, é possível reconhecer um projeto urbanístico que previa a construção de pórticos ao longo das vias, os quais estariam associados com a proteção contra as intempéries climatéricas do centro peninsular (Rascón Marqués e Sánchez Montes, 2017: 129), mas que também serviu para dar uma unidade paisagística à cidade. Os pórticos terão igualmente influenciado as soluções e as formas arquitetónicas no interior das habitações.

Até ao momento foram individualizadas oito casas em *Complutum*, as quais documentam uma grande variedade dimensional, ocupando um, dois ou quatro lotes, os quais são definidos por quartos dos quarteirões. A variedade tipológica das casas é igualmente significativa, existindo *domus* de átrio, de peristilo e de pátio (Fig. 180).

A localização das habitações parece ter tido grande influência na disposição do elemento distribuidor, como se verifica nas chamadas "Casa de los Grifos" e na "Casa de Baco", que ocupavam a totalidade dos quarteirões em que se implantaram (Fig. 180). Trata-se de *domus* de peristilo



Figura 178. Planta da cidade de *Complutum* com a definição das *regiones* de I a VI, as vias de acesso à cidade e as correspondentes necrópoles.



Figura 179. As campanhas de escavação realizadas na década de 1970 até às intervenções executadas entre os anos de 2004 e 2012, permitiram elaborar uma recriação da cidade de *Complutum* © http://www.alcalanow.com/es/complutum-alcala-2/

centrado, cujos espaços adjacentes aos pórticos foram utilizados para a instalação de *tabernae*, ou para instalar grandes salas de representação, aproveitando-se assim os eixos das colunatas dos jardins e as perspetivas de simetria e axialidade que eles criavam (Sánchez Montes, 2011: 174-176). Por outro lado, ao analisarmos a "Casa del Átrio" e a "Casa de la Lucerna de la Máscara Trágica", verificamos que os espaços organizadores das habitações não são centrados, mas sim traseiros, facto a que não será alheia a circunstância dessas casas ocuparem, respetivamente, um quarto e meio quarteirão, o que reduziu significativamente a área disponível para implantar os seus compartimentos, pelo que foi necessário recuar o espaço aberto e sacrificar parte de seu *ambulacrum*, mas mantendo a sua função ordenadora (Sánchez Montes, 2011: 178).

Ao analisarmos o conjunto do NO da *Hispania*, podemos observar processos semelhantes aos registados no urbanismo e arquitetura de *Augusta Emerita* e *Complutum*, com destaque para *Bracara Augusta*, a que dedicámos particular atenção, cidade fundada entre 16/15 a.C., que conheceu a primeira fase de urbanização entre Augusto e o período júlio-cláudio. No entanto, as suas primeiras casas de elite parecem começar a ser construídas a partir de meados do século I, intensificando-se a sua construção na época flávia. Os dados disponíveis sobre o seu urbanismo, fruto dos mais de 40 anos de escavações sistemáticas, assinalam uma cidade cujo plano fundacional estabeleceu uma malha ortogonal, na qual os eixos viários principais apresentam uma largura de 24 pés(7.24m), enquanto os demais apresentam metade desse valor. Os quarteirões, exclusivamente quadrados, possuem 144 pés (42,76m) de lado e apresentam-se envolvidos por pórticos com cerca de 12 pés (3.12m) de profundidade, o que conformava um espaço construível no interior dos quarteirões de cerca de 1 *actus* (120 pés ou 35.52m x 35.52m) (Martins *et al.*, 2017a).

O parcelamento dos quarteirões de *Bracara Augusta* parece ter dado origem a lotes retangulares que ocupavam meio quarteirão, correspondendo ao valor mais pequeno que podemos atribuir às unidades domésticas conhecidas. Algumas das habitações identificadas na cidade ocuparam a totalidade da área edificável do quarteirão, ou metade dessa área, o que permite concluir da diversidade formal e dimensional das *domus*. Os quarteirões associados às zonas arqueológicas da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão nºs 166-168 e rua Afonso Henriques nºs 42-56 documentam a existência de duas *domus* contíguas, construídas na época flávia. Por outro lado, ao observarmos outras zonas arqueológicas da cidade, como a das Carvalheiras, das Cavalariças, ou a do Ex-Albergue Distrital, verificamos a existência de habitações que ocupavam a totalidade dos quarteirões, a que correspondiam áreas significativas.

Independentemente das caraterísticas dimensionais das habitações, é possível perceber uma relação harmoniosa entre as entradas e o ritmo dos pórticos que rodeavam os quarteirões, verificando-se uma axialidade associada aos espaços internos das casas, formalizada pelo alinhamento do *uestibulum* com os espaços abertos das casas, sejam átrios ou peristilos, mas também com salas de receção/representação, por vezes implantadas no sentido oposto ao das entradas, situação que surge bem documentada na *domus* do Ex. Albergue Distrital, cuja entrada foi alvo de monumentalização através da implantação de duas colunas que definem um pequeno pórtico,



Figura 180. Planta da cidade de *Complutum* com a identificação das *domus.* As oito casas de *Complutum* documentam uma grande variedade a nível dimensional, ocupando um, dois ou quatro lotes, os quais são definidos por quartos de quarteirões, bem como tipológico, em que se afiguram *domus* de átrio, peristilo e pátio.

exterior à porta, de modo a que visualmente o ritmo de colunatas do quarteirão era reproduzido na entrada e no peristilo (Fig. 181).

Em suma, o que se percebe é uma íntima relação entre as casas e as cidades com projetos urbanísticos que previam a implantação de espaços porticados em redor dos quarteirões, elementos que, apesar de estarem ligados à proteção das vias pedonais e que serviam o comércio e as atividades que se desenrolavam nas lojas, acabaram por criar uma paisagem urbana associada à presença das colunatas, que acompanhavam as ruas, marcando a cidade com um ritmo homogéneo. Desta forma, criavam-se espaços abrigados, propícios para a circulação de pessoas e para a realização de atividades económicas que ocorriam nas *tabernae*, rasgadas nas fachadas das casas, em espaços profundamente marcados pelo ritmo das colunas, sempre omnipresentes.

Uma vez que os proprietários das habitações participavam na elaboração dos projetos arquitetónicos e decorativos que deram origem às grandes *domus* implantadas nas cidades do

Império, podemos associar a incorporação dos elementos que compunham o cenário urbano no interior das habitações, como a projeção do externo/público e do interno/privado, através da qual os proprietários procuravam destacar as suas posições de controlo da vida cívica das cidades, a sua riqueza, oriunda da terra, mas também do comércio e o seu estatuto, que resultaria dos cargos que ocupariam na administração local, conventual ou provincial. Na verdade, o *continuum* causado pela centralidade das entradas das habitações, em relação ao intercolúnio das colunatas dos pórticos, induzem a participação dos proprietários nas atividades públicas da cidade, sendo o prolongamento do exterior para o interior (e vice-versa) assinalado pelos *uestibula* alinhados com os peristilos ou com os átrios porticados, espaços esses que também recorriam às colunatas e, desta forma, também reproduziam o ritmo das paisagens urbanas (Wallace-Hadrill, 2015).

De facto, a necessidade de projeção pública das elites das cidades romanas, sobretudo em épocas fundamentais para a manutenção do poder dessas personagens, como acontecia nos períodos eleitorais, criava fortes motivações para o investimento em espaços e soluções arquitetónicas sempre mais elaboradas e sumptuosas, tendo em vista impressionar e convencer os habitantes das cidades, sobretudo aqueles que possuíam cidadania latina ou romana e, portanto, direito ao voto.

Uma análise atenta ao tratado *De Architectura* de Vitrúvio permite assinalar o variado léxico arquitetónico à disposição dos proprietários para conseguir o efeito desejado, o qual passava por '*uestibula regalia alta*, *atria et peristylia amplissima, siluae ambulationesque laxiores ad decorem maiestatis perfectae',* tornando-se assim o interior da habitação à altura de alguém *qui honores magistratusque gerundo praestare debent officia ciuibus* (VI.V.2). A obra assinala também a relação com o espaço externo que encontramos nas cidades com pórtico da *Hispania* (Vitr. De arch. VI.V.3). Esse recurso permitiu reforçar o conceito de *rus in urbe,* próprio dos *uiridaria* dos peristilos, sem perder o caráter de *natura capta*. Com efeito, ao contemplar o jardim, a partir dos *ambulacra* do peristilo, tinha-se certamente a perceção de um espaço selvagem, mas controlado, sensação bem assinalada pelos elementos decorativos espalhados por esses espaços, como fontes e tanques, mas também pelas colunatas que os encerravam, que evocavam, um sentido bem próximo daquele que regia a delimitação dos *pomoeria* das cidades, momento em que o espaço urbano, ordenado, se separava do caótico *ager* (Wallace-Hadrill, 2015).

3.4 A casa de elite urbana entre Augusto e os flávios

Com o fim das Guerras Cantábricas, em 19 a.C., o NO da Península Ibérica acabou por ser totalmente integrado no Império romano, beneficiando da instauração da *Pax Romana,* um período de estabilidade política que irá durar até ao fim do governo do imperador Marco Aurélio, no ano de 180. Na verdade, a pacificação do Império constituiu um poderoso contexto ideológico entre os júlio-cláudios e os flávios, o qual, para além do seu uso simbólico e propagandístico, muito instrumentalizado com a construção da *Ara Pacis* e com o fecho das portas do templo de *Ianus*, em Roma, viria a criar as condições para um desenvolvimento económico invulgar, muito potenciado pela interconetividade de regiões heterógeneas e distantes, garantida pela rede viária

romana e pelas relações entre a bacia do Mediterrâneo e o Atlântico (Woolf, 1993). Neste contexto, cabe destacar a política levada a cabo pelos lugares tenentes de Augusto, que teve como alvo as elites indígenas e, por objeto, o mais fácil controlo das províncias e, sobretudo, dos conventos (Hingley, 2013: 266-267). Na verdade, foram essas elites que, ao deixar-se integrar nas redes de poder romano, passaram a reproduzir os valores e os modelos culturais romanos e itálicos, como garantia para acederem aos cargos da administração pública. No entanto, a partir do imperador Vespasiano, aumentou o interesse com que Roma passou a olhar as províncias, pois as carreiras políticas aí realizadas passaram a ser utilizadas para garantir um *cursus honorum* na capital (Madsen, 2013: 306-311).

Na verdade, o crescimento global do Império ao longo dos dois primeiros séculos da nossa Era, foi muito potenciado por um código de conduta versátil, adotado por Augusto e continuado sob os flávios, capaz de convencer e atrair as populações do vastíssimo território controlado por Roma, para um conjunto de práticas de natureza política, económica, social e cultural, consubstanciado numa noção de romanidade, assente na literatura, na poesia, na arquitetura e em todas as demais

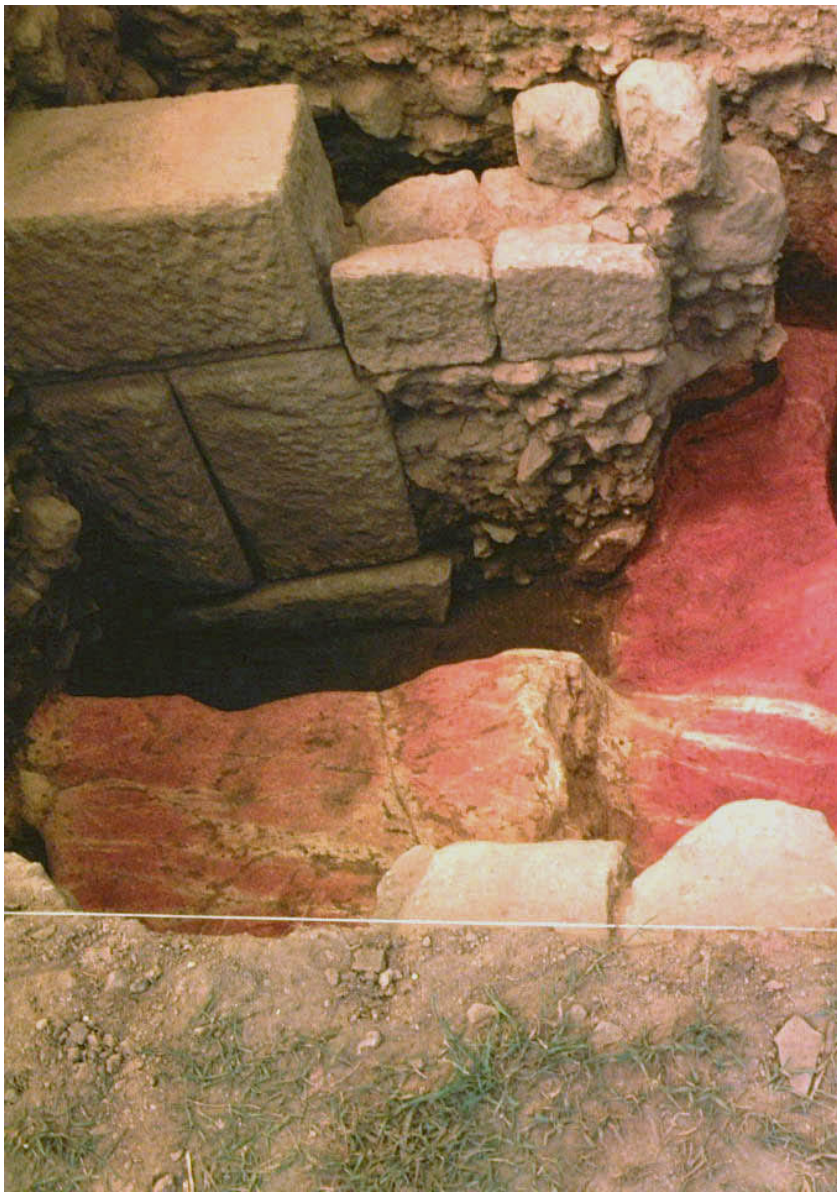


Figura 181. Pormenor do embasamento do pilar do pórtico UE836. Este conjunto pertencia ao pórtico este do quarteirão B da 'Zona arqueológica do ex Albergue Distrital'.

áreas culturais, que serviu para associar diversidades e aplacar inevitáveis conflitos. Essa verdadeira 'Revolução Cultural' (Wallace-Hadrill, 2008) traduziu-se, no plano económico, na produção em massa e no comércio em larga escala de produtos estandardizados, cuja expressão material se encontra bem documentada a nível das produções cerâmicas de *sigillatae* itálicas e gálicas e, posteriormente, hispânicas e africanas (Jiménez, 2017). O consumo extensivo dos produtos romanos, bem como de ideias culturais, ou ideológicas e simbólicas, por parte das populações provinciais, atingiu uma escala sem precedentes, introduzindo uma nova conceção de pertença para as comunidades de origem indígena, que haviam sendo integradas no Império romano, as quais, apesar das suas particularidades e regionalismos, passaram a partilhar uma 'linguagem' franca e unificadora, traduzida pelos produtos de consumo que conseguiam chegar a todo o lado e por ideias e valores que uniformizam a heterogénea plêiade de comunidades que formava o Império romano (Woolf, 1998). Neste contexto, também a difusão generalizada dos modelos urbanos e arquitetónicos romanos, e muito particularmente os que corporizam o ideal de habitação de elite, podem ser vistos como uma 'linguagem' comum, um património capaz de oferecer garantias de maior inclusão nos diferentes níveis da sociedade romana. Na verdade, as *domus* construídas no início do período imperial nas províncias hispânicas documentam o profundo conhecimento que as elites locais, fossem elas romanas ou indígenas, tinham das formas e, certamente das funções dos diversos espaços que compunham uma habitação de matriz itálica, o que claramente reflete, a assimilação e a reprodução, não apenas das arquiteturas, mas também dos hábitos e modos de vida adotados pelos romanos a partir do mundo helenizado e helenístico.

O modelo de tradição republicana, omnipresente nas cidades da Campânia, designadamente em Pompeia e Herculano, igualmente bem representado em Óstia, ou em Roma, estava baseado na introversão do espaço principal da casa, que era o átrio, sendo as casas projetadas para o interior do *cavaedium*, o grande espaço de altura dupla, que funcionava como elemento distribuidor.

Em *Ampurias*, como está documentado nas Casas 1 e 2 (Fig. 182), duas das maiores habitações conhecidas daquela cidade, foram criados novos espaços de representação durante o período júlio-cládio, que funcionaram como novas estruturas de organização e distribuição dos compartimentos. Os grandes *horti* que essas habitações possuíam, os quais formalizavam verdadeiros logradouros dessas casas, recebem um corredor à sua volta, criando-se assim novos peristilos, ao mesmo tempo que são implantadas mais salas de representação, estas cada vez mais sumptuosas, como os grandes *oeci* identificados em ambas as habitações (Mar e Ruiz de Arbulo, 1993: 390-397).

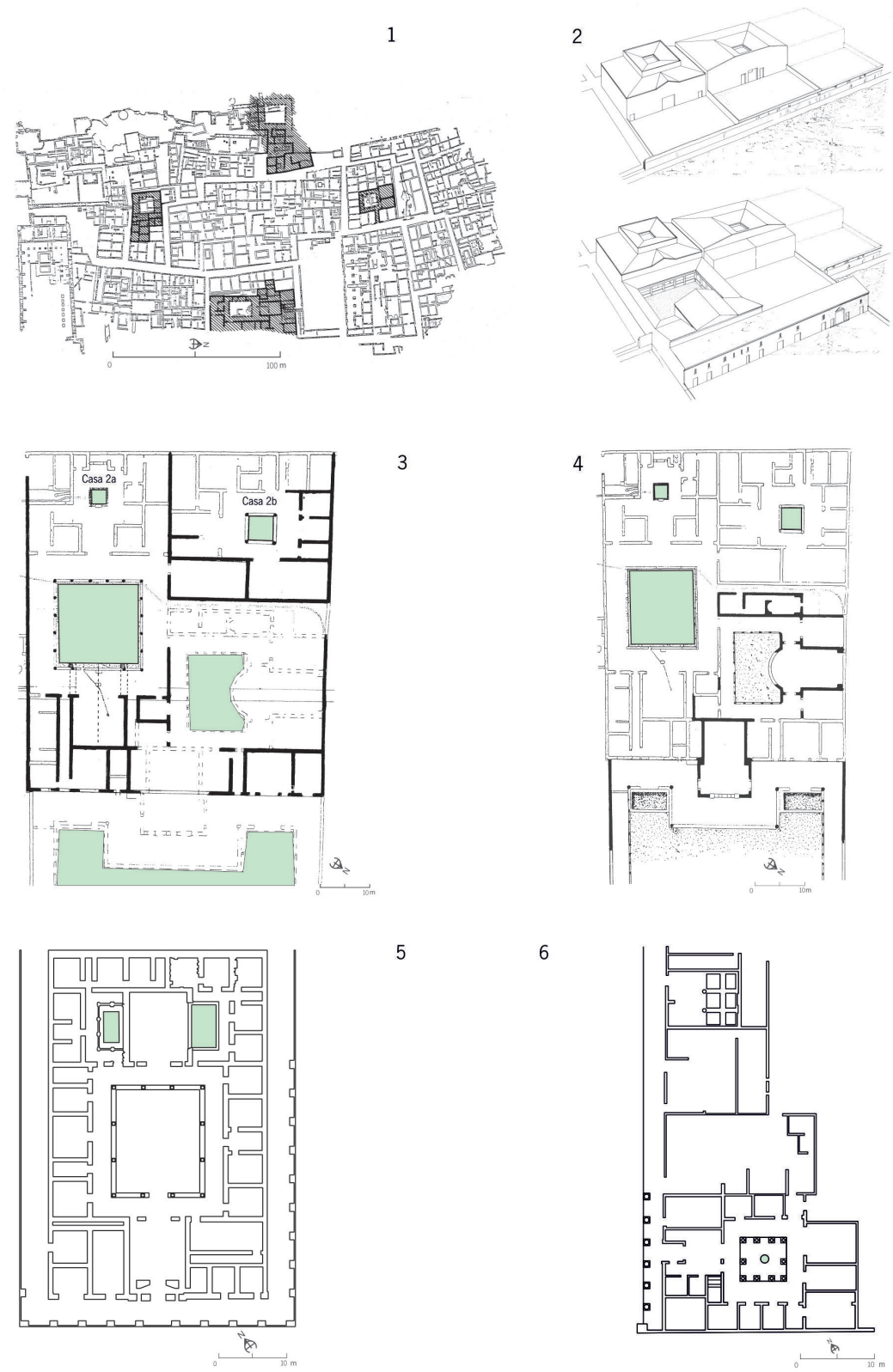
Ainda na *Hispania Tarraconensis*, a mais extensa e antiga província romana criada na Península Ibérica, cabe destacar a colónia de *Iulia Fauentia Paterna Barcino*, fundada por Augusto, nos finais do século I a.C., a qual rapidamente atingiu uma posição de destaque, tendo alguns de seus habitantes ascendido à ordem senatorial, como aconteceu com os *Minicii Natales* (Beltrán de Heredía, 2001; García-Entero, 2005: 201). Aí, a '*domus* de Sant Iu', cujas primeiras fases são de difícil datação, apresenta um projeto arquitetónico que materializa a implantação de um am-

plo peristilo, que recebeu um *lacus* numa reforma posterior. Nessa habitação foi ainda possível identificar parte do programa decorativo, o qual previa o revestimento de diversas superfícies com mosaicos policromáticos e temas florais, para além de pinturas sobre os rebocos das paredes e uma possível fonte a meio do *viridarium* do peristilo (Cortés Vicente, 2009: 272-279).

Por sua vez, na colónia *Victrix Iulia Celsa*, também na *Tarraconensis*, podemos avaliar a evolução de uma *domus*, que conforma um modelo de complexificação deste tipo de arquitetura. Assim, na sua primeira fase, a *domus* corresponde a uma modesta habitação, implantada em redor de um *atrium* toscano, que dava acesso aos principais compartimentos, dos quais foi possível identificar um *tablinum*, situado a poente e dois *oeci triclinares,* um a nascente e outro a sul. Algumas décadas após a construção desta habitação, o seu proprietário adquiriu o lote adjacente, imediatamente a sul, o que lhe permitiu ampliar a área da casa, transformando-a numa grande *domus* com cerca de 906 m^2. Essa nova parte da casa permitiu ao seu *dominus* ampliar os espaços de representação, através da construção de um peristilo que dava acesso a uma grande *exedra,* localizada na área mais meridional do lote, com uma sumptuosa entrada, na qual foram implantadas duas colunas com capitéis coríntios (Beltrán Lloris, 1991: 150-151).

No extremo sul da península, no território que atualmente representa, sensivelmente, a comunidade autónoma da Andaluzia, em Espanha, estava localizada a província da Hispania Baetica, que, anteriormente à reforma administrativa de Augusto integrava a antiga *Hispania Ulterior*, cuja fundação data do século II a.C. e tem origem na expansão romana sobre os territórios cartagineses do Levante espanhol. Na região mais meridional da província, na parte sul do *conuentus Gaditanus,* dispomos de exemplos de casas do *Municipium Claudium Baelo* que integram uma *pars laboris*, voltada para a produção de preparados piscícolas, como o *garum* e uma *pars urbanae,* onde encontramos um amplo conjunto de salas de representação, espaços porticados e ajardinados e ricas decorações que são comuns nas habitações da elite romana. Na 'Casa del Reloj de Sol', (Fig. 182), construída nos finais do século I/inícios do século II, vemos as duas partes bem definidas, verificando-se que na parte norte do lote estavam implantados os compartimentos destinados à salga do peixe e à fabricação dos preparados piscícolas, documentando-se nesse local as típicas *cetariae* que assinalam o processo produtivo, bem como um espaço adjacente, interpretado como ponto de venda desses produtos. Mais a sul, numa parte da via em que se documenta a existência de uma colunata que formalizava um pórtico, encontrava-se a *pars urbanae* dessa habitação (Fig. 182), cuja entrada dava acesso a um *uestibulum* e dele a um amplo peristilo, no centro do qual existia um poço, em redor do qual se abriam alguns compartimentos de variados usos, como salas de receção, dispostas a nascente, provavelmente um *tablinum* e um *triclinium*, este antecedido por um *procoeton* e uma sala de apoio entre eles (Fig. 182). Os *cubicula* dispunham-se a sul e a *culina* e a *cella* penaria a norte (Gómez Rodríguez, 2006: 453, Anexo Baelo 1).

Já na área mais a noroeste da *Baetica,* no *conuentus Hispaliensis,* destacamos as importantes habitações identificadas em *Italica*, uma cidade com estatuto de colónia, as quais revelam um altíssimo investimento por parte de seus proprietários. A cidade foi fundada em 206 a.C. por *Publius Cornelius Scipio* para servir de habitação às suas legiões reformadas e resultou numa



1 - Planta com as casas de peristilo de *Ampurias*. (Mar e Ruiz de Arbulo,1993:385)
2 - Reconstituição 3D da 'Casa 1 e 2' de *Ampurias* (Mar e Ruiz de Arbulo,1993:393)
3 - Planta da 'Casa 1' de *Ampurias*, onde é possível observar o crescimento da casa 2 A sobre a 2B (Mar e Ruiz de Arbulo,1993:391)
4 - Planta da 'Casa 1' de *Ampurias*, caraterizada pela terceira fase de crescimento da antiga casa 2A (Mar e Ruiz de Arbulo,1993:392)
5 - Planta da 'Casa de los Pajáros', de Itálica (Gómez Rodríguez,2010:41)
6 - Planta da 'Casa do Quadrante' ou 'Casa do Reloj de Sol', de *Baelo Claudia* (Gómez Rodríguez,2010:451)

Figura 182. Exemplares de casas de peristilo na Hispânia.

próspera cidade nas margens do rio Guadalquivir. Com efeito, estamos perante uma cidade de grande destaque no contexto das cidades hispânicas, sobretudo pela quantidade de documentação que sobre ela dispomos, seja arqueológica, seja escrita, tratando-se do local de nascimento do imperador Trajano (Bennett, 1997: 1-3).

Apesar de já terem sido escavadas mais de cinco dezenas de casas romanas de *Italica,* evidenciaremos apenas uma, a 'Casa de los Pájaros' (Fig. 182), a qual julgamos representar bem a refinada arquitetura doméstica daquela cidade. Trata-se de uma habitação de tamanho médio, com cerca de 1800m^2, implantada num terreno retangular com orientação E/O. A entrada, realizada a partir de uma área porticada voltada a um dos cardos da cidade, dava acesso a um pequeno *uestibulum*, sucedido por um corredor *fauces* de dimensões relativamente grandes para esse tipo de compartimento e rematado pelo elemento estruturante da habitação, um amplo peristilo retangular, perfeitamente centrado ao lote (Fig. 182). A partir do *ambulacrum* desse jardim tinha-se acesso a onze compartimentos, alguns dos quais interpretados como *cubicula* (Fig. 182). Conseguiu-se ainda perceber as funções de outros espaços em redor do grande peristilo, sendo um deles uma *exedra,* no interior da qual se encontrou um elaborado mosaico policromático, decorado com diferentes espécies de pássaros, enquanto no lado oposto a essa sala, e também centrado ao peristilo, foi identificado um *procoeton* que permitia aceder a dois espaços que certamente teriam funções de receção (Gómez Rodríguez, 2006: 245, 492, Anexo Italica 8).

Contudo, crescente a construção de mais espaços de representação e as soluções para dotá-los de mais sumptuosidade, que refletia a elevada posição social e financeira do proprietário, reflete-se na implantação de mais dezassete compartimentos na parte situada a norte do peristilo. Apesar de muitos desses espaços serem de difícil interpretação, outros parecem corresponder a salas de representação, se pudermos associá-las à presença de pavimentos revestidos com mosaicos. No alinhamento da entrada com o peristilo, retilineamente a norte da entrada, situava-se um grande e proeminente *triclinium* (Fig. 182), ao qual estão associados dois espaços invulgares na generalidade das casas romanas, constituídos por dois pátios secundários que ladeavam a sala, sendo que um deles contém uma piscina e o outro um *viridarium* com fonte ao centro (Gómez Rodríguez, 2006: 245, 492, Anexo Italica 8).

Por sua vez, a *Lusitania,* oferece várias cidades conhecidas a partir da arqueologia, com destaque para a capital, a colónia de *Augusta Emerita*, fundada em 25 a.C. Trata-se de uma cidade que se desenvolveu rapidamente, provavelmente incluída num projeto imperial a fim de melhor controlar a ligação entre a *Baetica* e os povos lusitanos. A cidade foi um importante centro urbano da Hispania romana, possuindo todos os grandes edifícios públicos típicos das mais destacadas cidades provinciais, como teatro, anfiteatro, circo, termas para além de dois *foros* com os seus equipamentos (Mateos Cruz, 2011).

A Casa do Mitreo de *Augusta Emerita* (Fig. 183) apresenta uma elaborada planimetria na qual se configuram três espaços abertos, designadamente dois *peristylia* e um *atrium* tetrástilo, de modo a organizar os diversos compartimentos implantados numa área com cerca de 1500m^2. Esta habitação situa-se fora do perímetro da área fortificada emeritense, no prolongamento do

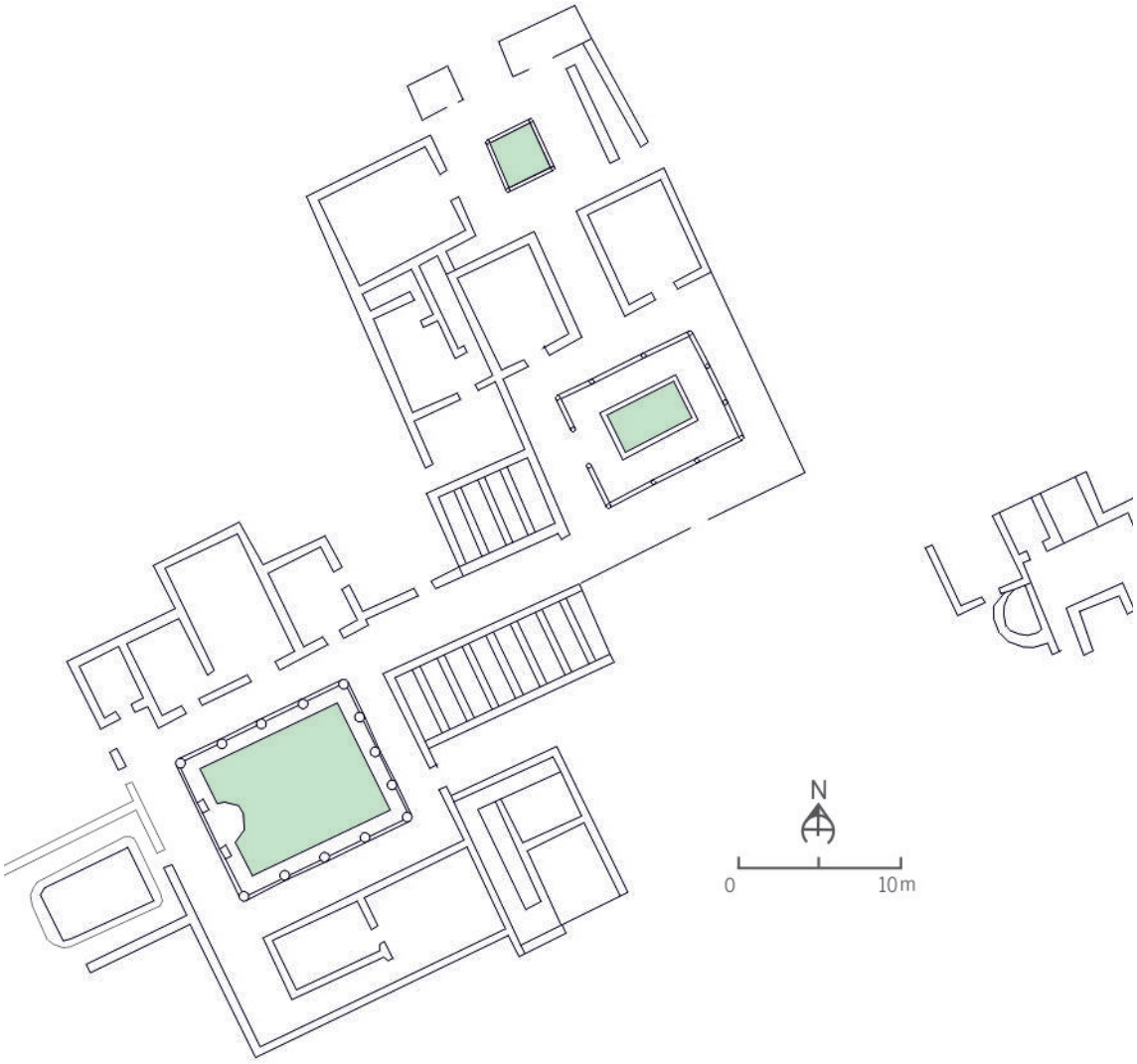


Figura 183. Planta da 'Casa do Mitreo', em *Augusta Emerita.* Apresenta uma elaborada planimetria na qual se afiguram três espaços abertos, designadamente dois *peristylia* e um *atrium* tetrástilo, de modo a organizar os diversos compartimentos implantados nos bem mais de 1500m^{2}de área construída.

cardo máximo, contando com um riquíssimo programa decorativo, com recurso a pinturas e mosaicos, que recorrem tanto a motivos geométricos como a representações de *Eros* e de paisagens naturais, com árvores e cervídeos. A nível dos espaços de receção, representação e convívio a casa conta com uma boa diversidade de salas, como *triclinia, balnea, tablinum* e *exedrae* (Corrales Álvarez, 2014: 202, 336-338, 1349-1353).

Assim, como ocorre com os vestígios arqueológicos identificados em *Italica*, é grande a quantidade de casas escavadas em *Augusta Emerita*. Para além da Casa do Mitreo (Fig. 183), cabe distinguir a 'Casa nº 6 da Mouraria', não pela exuberância e riqueza dos espaços que a outra apresenta, mas, sim pelo uso dos modelos itálicos mesmo em habitações cujos proprietários são de níveis económicos e sociais pouco elevados. Esta casa, que ocupava cerca de 541m^2, apresenta a maior parte da sua área ocupada por atividades económicas de dois tipos. Assim, na parte

norte, existe um *balneum,* enquanto a nascente foram instaladas quatro *tabernae,* abertas ao pórtico adjacente ao cardo que limitava o quarteirão. Por sua vez, a área doméstica documenta a busca de um modelo de casa de influência itálica por parte do seu proprietário. Apesar do *uestibulum* da entrada da casa não ser centrado, ele abre-se a um peristilo com poço que organiza um variado conjunto de compartimentos, dos quais três são *cubicula,* quatro têm funções de despensa, cozinha e *latrina* e, outros dois, de maiores dimensões, são salas de representação. Trata-se de um *triclinium* e de um salão e provavelmente uma *exedra*, com abertura às salas do *balneum* (Corrales Álvarez, 2014: 837-840).

O alto grau de romanização da população de *Augusta Emerita* está bem patente nas habitações de diferentes estratos sociais, o mesmo podendo ser observado noutros núcleos urbanos da Lusitânia, mais extensamente escavados, como acontece com *Conimbriga*, uma cidade secundária, localizada no antigo *conuentus Scalabitanus*, próxima da atual cidade romana de *Aeminium* (Coimbra), na região do centro de Portugal.

A cidade romana de *Conimbriga* teve origem num núcleo pré-romano, conquistado nos finais do século II a.C., cujo urbanismo em época augusta viria a ser bastante alterado e onde se nota a coexistência entre as expressões construtivas indígenas e as emergentes expressões da linguagem arquitetónica itálica (Alarcão, 1988; 1990). Contudo, apesar de *Conimbriga* não ter sido uma capital conventual ou provincial, encontramos aí exemplares de grandes *domus* que utilizaram de variadas formas os modelos itálicos, como acontece na 'Casa de *Cantaber*'. Trata-se de uma habitação de dimensões realmente excecionais, com cerca de 3200m^2 e uma planta bastante complexa, onde se contabilizam 42 compartimentos. Os espaços da casa estavam organizados em função de grandes jardins porticados, que funcionavam como elementos centrais, cujas decorações são variadas, fazendo amplo recurso da água. Entre esses jardins destaca-se um enorme *viridarium,* localizado na parte mais meridional da casa, do qual apenas o tanque, perfeitamente centrado, apresenta cerca de 25m de comprimento (Correia, 2010: 92-101). Por outro lado, se analisarmos a 'Casa do Esqueleto', com dimensões bem menores, com cerca de 945m^2, testemunha-se um claro processo de economia dos espaços, construídos ao redor de um único peristilo, a par de um grande investimento em decoração musiva, sobretudo percetível no grande *triclinium,* localizado em posição axial com o jardim e o *uestibulum* (Correia, 2010: 120-123).

Os exemplares de arquitetura doméstica encontrados por toda a *Hispania* documentam uma forte influência da gramática arquitetónica produzida e desenvolvida na Itália e uma grande diversidade de usos desse léxico, aplicado em diferentes soluções compositivas. Longe de estabelecer tipologias fechadas e restritivas, os modelos itálicos foram constantemente emulados, mais do que reproduzidos ou imitados, de acordo com as especificidades, quer materiais e topográficas das cidades, quer relativas ao nível social e económico dos seus proprietários.

3.5. As casas de *Bracara Augusta* no contexto da *Tarraco*nense

Se a experiência imperialista romana na *Hispania* criou cidades com laços comuns, ela também apresenta uma grande diversidade de contextos que resulta do substrato cultural das

diferentes sociedades que habitavam a Península Ibérica na Idade do Ferro. Desta forma, acreditamos ser importante para analisar as casas do NO peninsular aprofundar o nosso olhar sobre as habitações do contexto provincial, com o intuito de melhor perceber algumas das caraterísticas identitárias que poderiam conferir unidade à *Hispania Tarraconensis*, a maior província romana da *Hispania* e do Império, que integrou uma variadíssima plêiada de comunidades. Obviamente que assumimos a capacidade de difusão dos valores e modelos propagados por Roma à escala provincial terá sido eficaz, tendo deixado evidências nas expressões urbanísticas e arquitetónicas, designadamente no léxico arquitetónico doméstico de matriz itálica que encontramos nas cidades da província (Mattingly, 2004; Revell, 2009).

Na nossa digressão provincial iremos analisar as casas de *Complutum*, *Iuliobriga* e *Tongobriga*, as quais nos fornecem um necessário enquadramento provincial, a nível da Tarraconense para as casas de *Bracara Augusta.*

3.5.1 Complutum

Complutum, constitui um *municipium* com fundação augustana localizado no *conventus Caesaraugustanus* e oferece uma significativa quantidade de dados, cuja interpretação tem vindo a ser feita sobretudo a partir dos inícios do ano 2000. No que toca às intervenções realizadas em contextos domésticos complutenses, foi possível restituir com grande segurança a planimetria de diversas unidades domésticas e as suas envolventes, tendo sido possível identificar a malha urbana ortogonal de *Complutum,* com quarteirões de 1 *actus*, a larga maioria dos quais rodeados por pórticos (Rascón Marqués e Sánchez Montes, 2014).

Dos exemplares de casas identificados nesta cidade, sobressaem seis que documentam a diversidade tipológica das habitações e as variadas soluções que utilizam a gramática arquitetónica de matriz itálica. A partir de uma seleção tipológica, destacámos as *domus* que possuem como elemento ordenador, um peristilo, solução representada na 'Casa de Baco' e na 'Casa de los Grifos', um pátio, elemento que caracteriza a 'Casa de Leda' e átrio, observado na 'Casa de Marte', na 'Casa del Átrio' e na 'Casa de la Lucerna de la Máscara Trágica' (Fig. 186).

Para além da tipologia do espaço organizador, a quantidade de lotes que foram ocupados pelas habitações também representa um elemento diferenciador dos exemplares domésticos complutenses. Curiosamente, é possível associar essas duas categorias, de modo que, das casas anteriormente destacadas, aquelas que possuem peristilo ou pátio, Baco, Grifos e Leda, resultam da aquisição pelos proprietários da totalidade da área do quarteirão, que incluiria quatro lotes, pelo que estamos perante exemplares de casas de grande dimensão. Por outro lado, as casas de átrio, Marte, Átrio e Lucerna de la Máscara Trágica, foram construídas em frações de um mesmo quarteirão, tendo as duas primeiras ocupado um lote e a outro utilizado a metade sul do mesmo (Sánchez Montes, 2011: 175).

Apesar das longas campanhas de escavação realizadas, sobretudo, nas últimas duas décadas, na cidade de Alcalá de Henares, ainda faltam intervencionar significativas áreas da cidade romana de *Complutum*, situação que é comum a muitas outras cidades de fundação romana,



Figura 184. Perspetiva das ruínas da 'Casa de los Grifos' no decorrer dos trabalhos de recuperação das ruínas. A musealização permitiu a realização de uma ação conjugada de preservação dos vestígios expostos e de práticas associadas à arqueologia social (Sánchez Montes e Rascón Marqués, 2011: 398-399).



Figura 185. Recriação do modelo 3D da 'Casa de los Grifos' (Sánchez Montes e Rascón Marqués, 2011:56).



Figura 186. Planta da cidade de *Complutum* com a uma seleção das *domus.* Foram destacadas para análise aquelas que possuem como elemento ordenador um peristilo, 'Casa de Baco' e 'Casa de los Grifos', um pátio, 'Casa de Leda', e átrio, 'Casa de Marte', 'Casa del Átrio' e 'Casa de la Lucerna de la Máscara Trágica'.

como acontece com *Bracara Augusta* ou *Augusta Emerita*, onde as escavações se encontram fortemente limitadas pelas políticas de uso do solo e pelos investimentos na regeneração urbana. No caso de *Complutum* importa destacar que faltam ainda terminar as escavações de algumas das *domus* já identificadas, como ocorre com a 'Casa de los Grifos', cujos trabalhos arqueológicos ainda estão em curso, o que permitiu a realização de uma ação conjugada de preservação dos vestígios e o desenvolvimento de práticas associadas à arqueologia social (Fig. 184), onde os visi-

tantes podem ter contacto direto com os processos de contínua descoberta das ruínas, fruto das campanhas que se realizam anualmente (Sánchez Montes e Rascón Marqués, 2011: 398-399).

Trata-se de uma casa que apresenta todos os requisitos de excecionalidade que correntemente estão por detrás das decisões de musealização das zonas arqueológicas, tradicionalmente associadas à preservação e qualidade dos elementos mais característicos do programa decorativo que caracterizava os diversos compartimentos da casa, com grande destaque para as pinturas. Desta forma, foi construída uma estrutura que recobre todo o quarteirão onde foi implantada a *domus*, com o intuito de se criar uma leitura do sítio que não se limitasse ao conjunto de muros que conformam os compartimentos da habitação, permitindo perceber a área de implantação, o quarteirão, e pela envolvente, os pórticos e as ruas que delimitavam, respetivamente, a casa e a *insula* (Sánchez Montes e Rascón Marqués, 2011). Com efeito, o projeto de musealização resultou numa intervenção que responde ao interesse arqueológico e cultural das ruínas, garante a preservação dos vestígios e a salvaguarda do património, permitindo a continuidade das escavações e assegurando a possibilidade de visita ao núcleo expositivo. Para tal, foi instalada uma plataforma acima das ruínas, por onde os visitantes transitam e contemplam cada compartimento e o programa decorativo que ornamenta a maioria dos espaços da habitação. O circuito de visita foi realizado de modo a fornecer uma leitura do quotidiano dos habitantes daquela casa, traduzindo-se na entrada a partir de um dos acessos reconhecidos da *domus*, com acesso ao peristilo, localizado no centro do quarteirão, a partir do qual era possível ter acesso aos demais compartimentos, cuja decoração pictórica configura uma inegável qualidade, tanto pelos temas, como candelabros, cisnes, imitações arquitetónicas que representam mármores, cenas de caça com cavaleiros e os grifos, que dão nome à zona arqueológica, como pelas cores, com painéis policromáticos em que se destacam os tons de amarelo, vermelho, negro, verde, azul, entre outros (Rascón Marqués e Sánchez Montes, 2017: 139-141; Ergenç *et al.*, 2018).

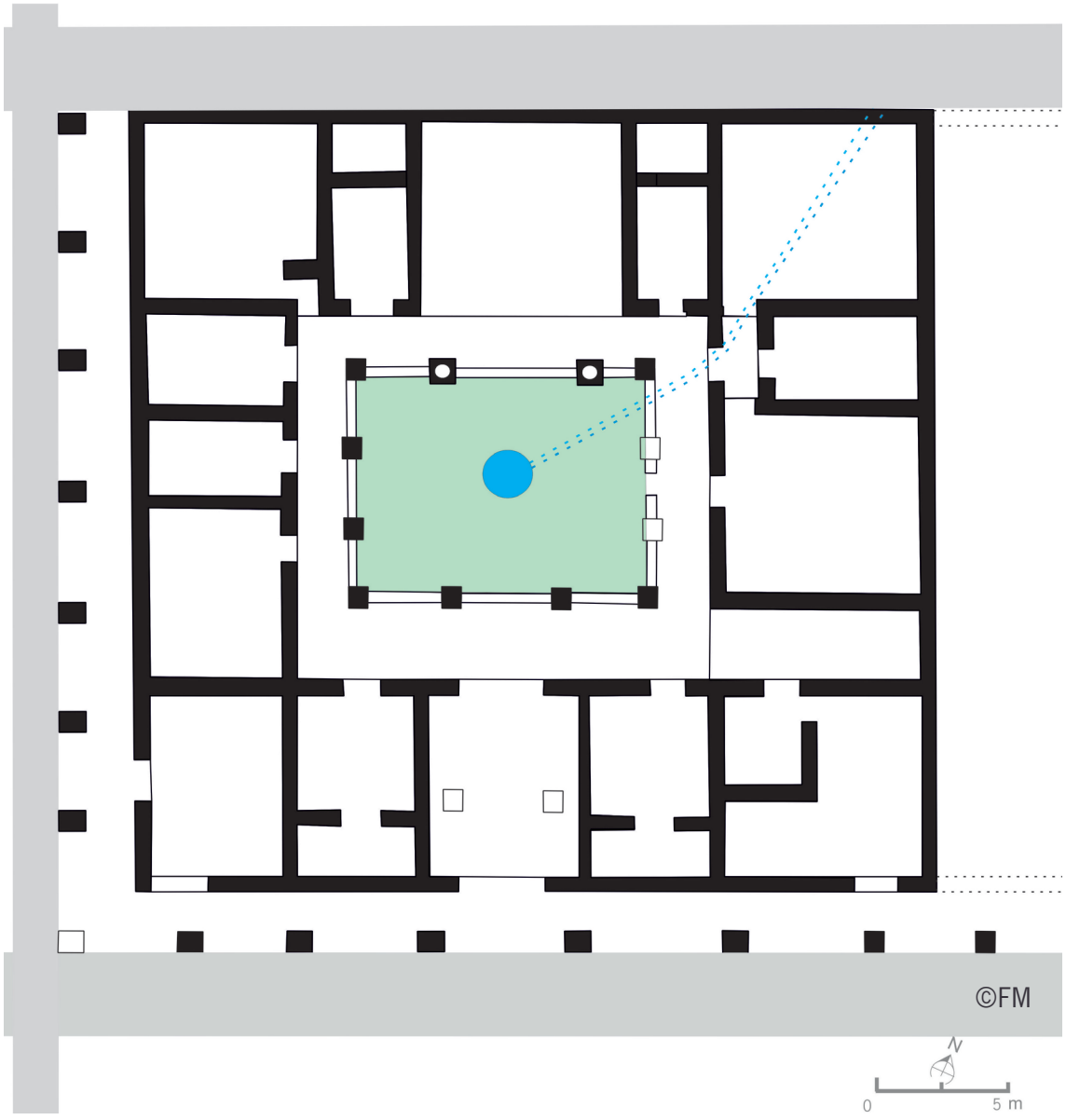
3.5.1.1 A 'Casa de los Grifos'

A 'Casa de los Grifos' é uma casa de peristilo que ocupa a totalidade de um quarteirão urbano da cidade de *Complutum*, tendo sido construída na primeira metade do século I e ocupada até finais do século III/inícios do IV, quando foi destruída por um incêndio (Fig. 187). Localizada a SO do *forum,* é rodeada por ruas, dois decumanos (IV e V) e dois cardos (IV e V), confrontando a nascente com o *macellum*. Assim, a localização da casa conferia-lhe grande destaque, considerando a sua proximidade do *forum* e a vizinhança do mercado. O quarteirão em que se implantou apresenta forma quadrada, com a área de 1 *actus*, apresentando pórticos limítrofes das vias (Rascón Marqués e Sánchez Montes, 2011: 1684).

Trata-se de uma casa com peristilo central que materializa os principais conceitos vitruvianos acerca das casas de elite, como simetria, euritmia e decoração. De facto, ao analisarmos a planta da *domus*, observamos a proporcionalidade e harmonia que presidiu à divisão e dimensão dos espaços, estando a *venustas* bem documentada pela rica decoração da casa que recorre a pinturas e mosaicos (Rascón Marqués e Sánchez Montes, 2017: 139). O peristilo apresenta forma



Figura 187. (Sup) Planta da cidade de *Complutum* com a localização da '*Domus* de los Grifos'.
(Inf) Planta da '*Domus* de los Grifos'. Trata-se de uma casa com peristilo central. O ingresso à casa era realizado a partir de uma porta localizada na fachada sul, perfeitamente centrada ao intercolúnio do pórtico que se desenvolvia naquela área. Uma vez ultrapassada essa *ianua*, acedia-se a um *uestibulum* que permitia, por sua vez, chegar ao peristilo e dele aos demais compartimentos.



retangular e quatro colunas em cada lado, em volta do qual se organizavam vários compartimentos decorados, por vezes de forma simples, com painéis com fundos brancos e linhas finas, noutros casos de forma complexa, contemplando painéis monocromáticos de cores vivas e elementos ornamentais que incluem figuras humanas e animais. Foram também documentadas colunas pintadas e imitações de placas de mármore, para além de elementos de arte móvel como bacias, cráteras, clípeos, sítulas e cornucópias, que atestam o requinte da habitação e o elevado estatuto social do seu proprietário.

O ingresso na casa era realizado a partir de uma porta localizada na fachada sul, perfeitamente centrada ao intercolúnio do pórtico, que se desenvolvia naquela área. Uma vez ultrapassada essa *ianua*, acedia-se a um *uestibulum* que permitia, por sua vez, chegar ao peristilo e dele aos demais compartimentos. O eixo principal da habitação estava orientado N/S, de maneira que o espaço principal encontrava-se centrado na parte norte do jardim, correspondendo a um espaço triclinar, cuja decoração pictórica comunicava com as cenas de caça pintadas no muro que fechava a sul, o que tornava mais interessante a permanência nos *lecti* que existiriam nesse espaço, cuja perceção do cenário era valorizada pela contemplação dos caçadores e do felino ao fundo das árvores do *uiridarium* (Ráscon Marqués e Sánchez Montes, 2017: 139-140).

Pouco sabemos sobre os demais compartimentos, pois apenas alguns foram alvo de interpretação. No limite nascente da habitação foram identificados três espaços, um dos quais um *tablinum*, que se encontra centrado com a entrada do *uiridarium*, a nascente do peristilo, a norte do qual se dispunham dois *cubicula* (Fig. 187). Uma série de outros compartimentos dispostos ao redor do jardim, são difíceis de interpretar, devido às dificuldades em estabelecer o seu uso (Sánchez Montes, 2011: 177; Ráscon Marqués e Sánchez Montes, 2015: 209).

Os espaços localizados nas esquinas sudeste e sudoeste, com abertura para o exterior da habitação, representam *tabernae*, sendo que aquela que se encontra a nascente deveria ser explorada pelo *paterfamilias*, dado o acesso que possuía pelo interior da casa. Poderia corresponder a um *thermopolium*, considerando que parece possuir um balcão (Sánchez Montes, 2011: 175-177).

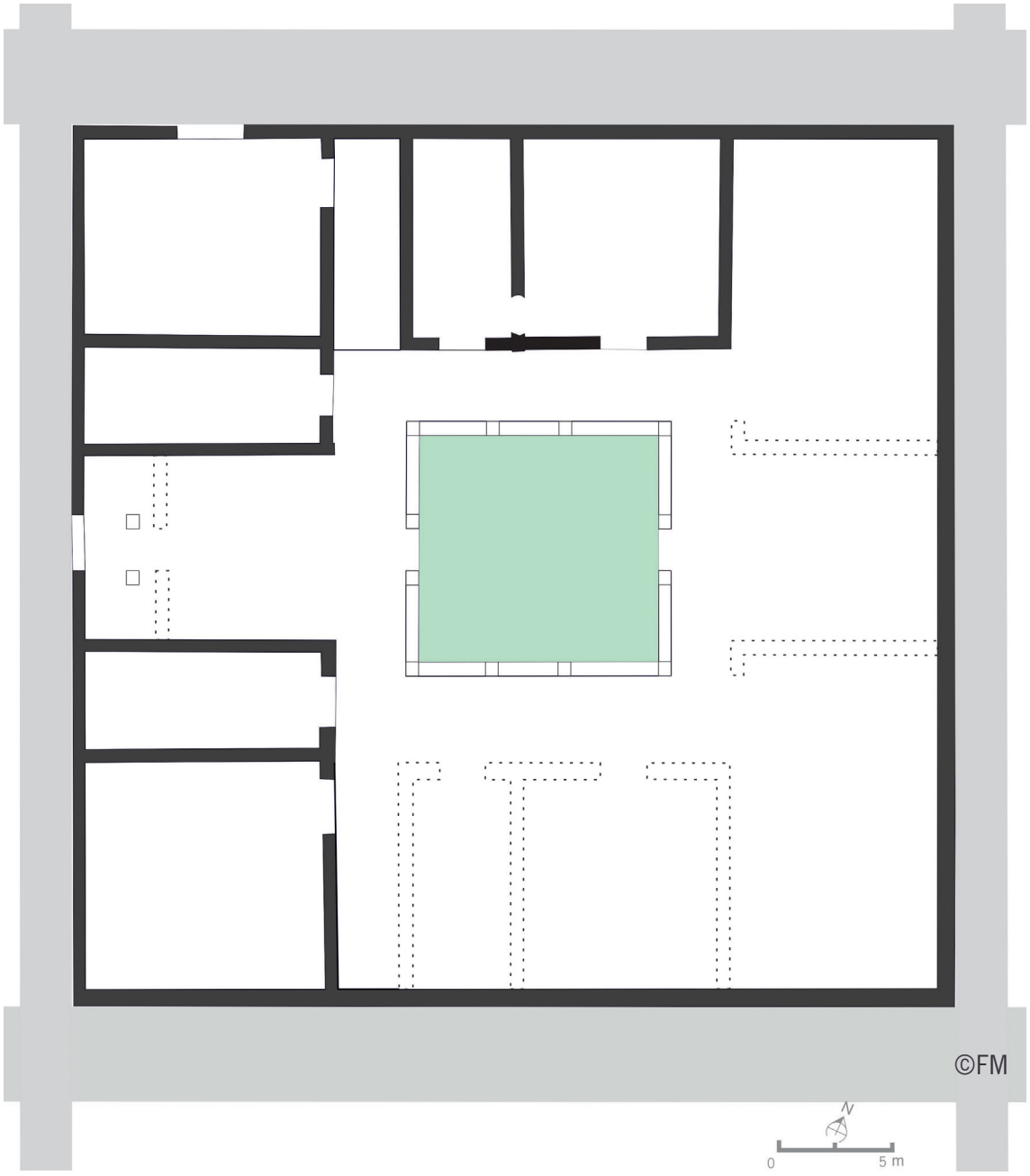
3.5.1.2 A 'Casa de Baco'

A chamada 'Casa de Baco' ocupou o equivalente a um quarteirão da *regio* III da cidade de *Complutum,* delimitado pelos *decumani* III e IV e pelos *cardines* XVIII e XIX. Os quarteirões dessa *regio* possuem forma retangular, tendo o da 'Casa de Baco' cerca de 35.20m por 35.90m, dos quais os pórticos ocupavam entre 2.60m e 2.95m (Fig. 188), o que totaliza uma área construída sensivelmente quadrada com 30m de lado (Rascón Marqués e Sánchez Montes, 2011: 1684).

Embora não tenha sido completamente escavada, foi possível identificar um conjunto de compartimentos e restituir parte da planimetria da habitação. Trata-se de uma *domus* de peristilo, com entrada voltada ao cardo XVIII, a partir da qual se tinha acesso a um *uestibulum* e ao espaço aberto central (Sánchez Montes, 2011: 174). O eixo principal da casa possui orientação E/O, o que sugere que o principal compartimento deveria estar localizado no limite este, em posição axial à entrada, ainda que essa área não tenha sido intervencionada. Presume-se que fosse um *tablinum*



Figura 188. (Sup) Planta da cidade de *Complutum* com a localização da '*Domus* de Baco'.
(Inf) Planta da 'Casa de Baco'. Trata-se de uma *domus* de peristilo. O eixo principal da casa possui orientação E-O, conduzindo ao compartimento principal que estaria localizado no limite este, em posição axial à entrada, ainda não intervencionado, mas que provavelmente seria um *tablinum.*



dada a importância desse espaço no quotidiano do *dominus* da casa, interpretação sugerida pela disposição dos compartimentos já exumados, os quais correspondem todos a salas de receção. As escavações realizadas até aos limites norte e este da habitação, permitiram por a descoberto outros seis compartimentos. Assim, no canto noroeste da habitação identifica-se um *triclinium* de grande dimensão, com cerca de 48m^2, antecedido por um *procoeton,* em forma de corredor, localizado na projeção do *ambulacrum* este do peristilo. A norte deste espaço aberto foi identificado um *oecus*, que dispunha de uma sala de apoio a oeste. Documenta-se ainda outra grande sala, certamente utilizada para fins de receção e representação, que não é possível interpretar com segurança devido à falta de dados, mas que poderia corresponder provavelmente a outro *triclinium* ou a uma *exedra*, dada a simetria com a sala localizada a noroeste. Destaca-se que as duas salas possuem sensivelmente as mesmas medidas. Por fim, os outros dois compartimentos identificados estão imediatamente a norte e a sul do *uestibulum*, podendo, pelas suas diminutas dimensões corresponder a dois *cubicula* (Rascón Marqués e Sánchez Montes, 2015: 210).

Salienta-se ainda que em alguns compartimentos desta residência foram identificados mosaicos a revestir os pavimentos, como acontece no *uestibulum* e no *triclinium*, situado a noroeste, que evidencia temas dionisíacos que dão nome à zona arqueológica. Por sua vez, o *ambulacrum* do peristilo recebeu um revestimento em *opus tessellatum* com motivos geométricos (Sánchez Montes, 2011: 174).

3.5.1.3 A 'Casa de Leda'

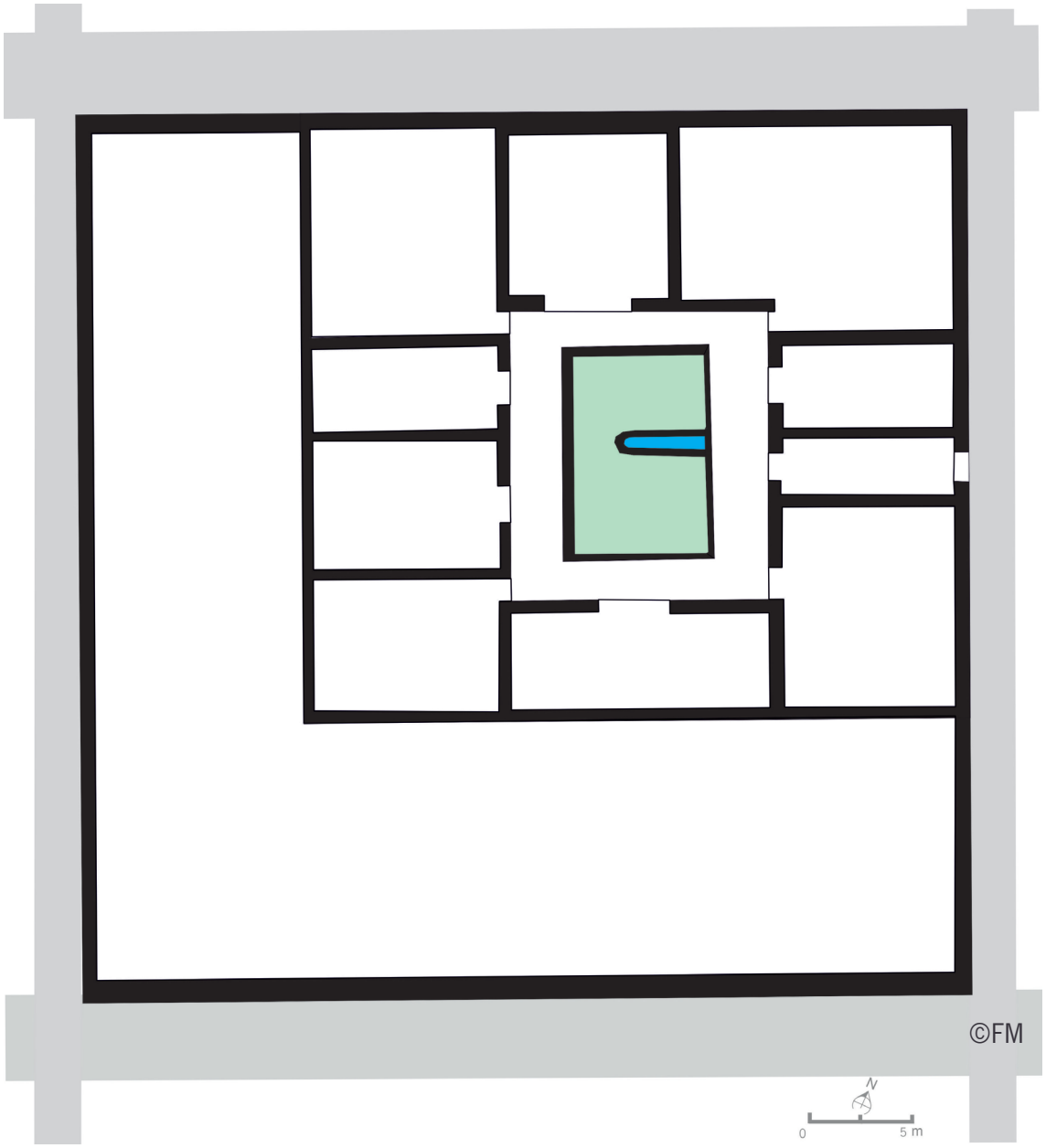
Também localizada na *regio* II, a 'Casa de Leda' ocupava a totalidade do quarteirão limitado pelos *decumani* VI e VII e pelos *cardines* I e II (Fig. 189). O quarteirão possuía uma planta quadrada com uma área de sensivelmente 1 *actus* (Rascón Marqués e Sánchez Montes, 2011: 1684).

Estamos perante uma casa com um grande pátio centrado, o qual ocupava uma área de cerca de 80m2, a partir do qual se acedia a todos os compartimentos identificados até ao momento (Sánchez Montes, 2011: 175). Contudo, é preciso salientar que, apesar dos limites sul e oeste do quarteirão serem desconhecidos, permanecendo por escavar, os espaços postos a descoberto não parecem ter ligação com essas áreas, o que sugere que aí se dispunham *tabernae* abertas ao cardo II e ao *decumanus* VII. Com efeito, é espectável que o *dominus* dessa casa aproveitasse o local privilegiado onde ela está implantada, alugando parte dos espaços da casa, anexos aos pórticos para fins económicos.

De facto, o limite este do quarteirão está representado pelo cardo I, que corresponde ao *cardo maximus*, uma das principais vias da cidade, ao longo da qual se deveriam estabelecer várias lojas, de forma a aproveitar o alto fluxo de pessoas que transitava nessa importante artéria. Por conseguinte, é realmente nessa direção que encontramos a entrada da habitação, a qual dava acesso a um *uestibulum* e deste ao pátio (Rascón Marqués e Sánchez Montes, 2015: 211-212). No que toca aos compartimentos internos, são reconhecíveis nove, dos quais sete parecem ter tido funções de receção/representação, dadas suas dimensões e disposição, alguns centrados ao



Figura 189. (Sup) Planta da cidade de *Complutum* com a localização da '*Domus* de Leda'.
(Inf) Planta da '*Domus* de Leda'. Casa com grande pátio centrado, a partir do qual se acedia a todos os compartimentos identificados até ao momento. Contudo, é preciso salientar que, apesar dos limites sul e oeste não terem sido escavados, os espaços postos a descoberto não parecem ter ligação com essas áreas, podendo tratar-se de *tabernae* abertas ao *cardo* II e ao *decumanus* VII.



espaço aberto e outros nas esquinas da área construída. Por outro lado, os outros dois espaços parecem ser *cubicula*, dadas suas reduzidas dimensões (Fig. 189).

Certamente localizado na área setentrional da *domus* e algo alinhado com o pátio estava uma sala de receção, certamente com funções triclinares, considerando o seu tamanho, com uma área de cerca de 30m^2 e o revestimento que o pavimento recebeu, caracterizado por um sumptuoso mosaico, cujo tema retrata a passagem mitológica do adultério de Júpiter com Leda, em que figura a imagem da deusa sendo atraída pelo primeiro em forma de ganso e as inscrições "*ADVLTERIVM IOVIS*" e "*LEDA*". Todo o cenário está inserido numa moldura trançada, com tons amarelos, brancos, castanhos e negros (Sánchez Montes, 2011: 175-176).

3.5.1.4 As Casas de Marte, Átrio e Lucerna de la Máscara Trágica

No quarteirão delimitado pelos *decumani* III e IV e pelos *cardines* VI e VII, também na *regio* II, foram identificadas três casas distintas que ocuparam frações do quarteirão, tendo a 'Casa de Marte' sido implantada no quadrante noroeste e a 'Casa del Átrio' no nordeste (Fig. 190), possuindo cada uma delas uma área de cerca de 225m^2, valor que corresponde a um lote com forma quadrada, com 15m de lado, correspondente a ¼ do valor total do quarteirão. Já a 'Casa de la Lucerna de la Máscara Trágica' apresenta uma planta retangular (Fig. 190), que ocupa metade a metade sul do quarteirão, o que perfaz um lote construtivo com a dimensão de 15mx30m e uma área de 450m^2 (Ráscon Marqués e Sánchez Montes, 2017: 137).

É importante reiterar que a ocupação deste quarteirão da cidade de *Complutum* permite evidenciar com grande clareza o modo como se organizava a propriedade urbana, pois, na verdade, independentemente da matriz dos quarteirões, estes podiam dar origem a uma única casa ou a várias, uma vez que, a sua área era suscetível de ser divisível por lotes, o mais pequeno dos quais, correspondia a um quarto do quarteirão, na circunstância com 15x15m, seguindo-se um lote intermédio, correspondente a um retângulo de 15x30m, na prática equivalente a dois lotes de de 15x15m.

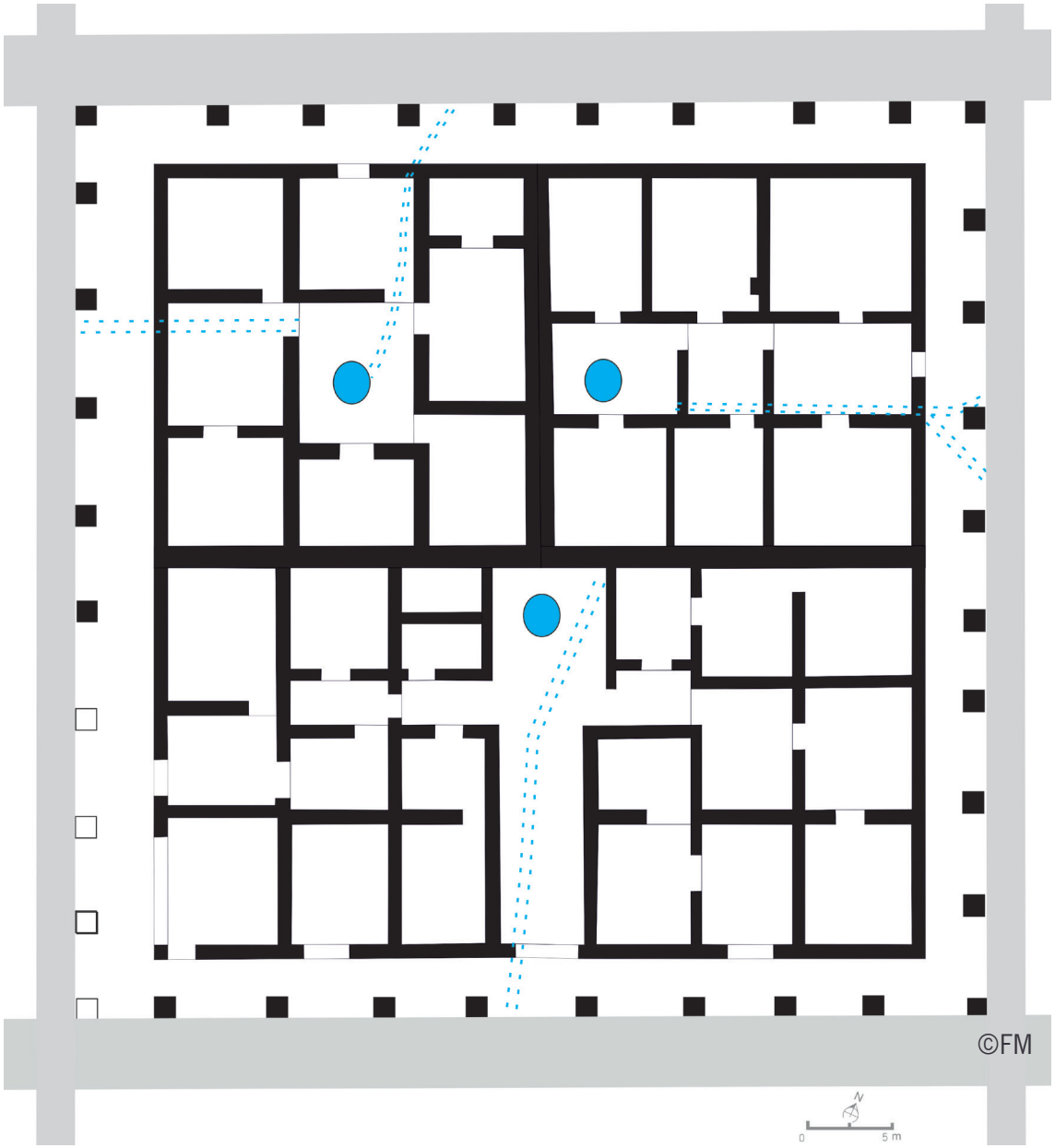
As diferentes formas das plantas das habitações resultam em diferentes disposições dos compartimentos e dos eixos de circulação. Por outro lado, as dimensões reduzidas das casas , implantadas na parte norte da *insula* conduziram a soluções distintas para a distribuição de seus espaços internos, em comparação com as grandes *domus* de peristilo e pátio que ocupam áreas quatro vezes superiores, pelo que o grande contributo destas casas resulta da possibilidade de compreendermos o modo como se organizava a habitação de diferentes estratos sociais e económicos que habitavam a cidade romana, temática que já ocupou Corrales Álvarez (2014), a propósito de *Augusta Emerita*. Passaremos de seguida a analisar, mais detalhadamente, cada uma das três casas, com o intuito de destacar suas principais caraterísticas.

3.5.1.4.1. A 'Casa de Marte'

Trata-se de uma casa de átrio centrado, que aproveita a diminuta área onde foi implantada, tirando o máximo proveito do espaço para dispor os seus compartimentos (Fig. 191). O eixo



Figura 190. (Sup) Planta da cidade de *Complutum* com a localização da '*Domus* del Átrio, '*Domus* de Marte' e '*Domus* de la Lucerna de la Máscara Trágica'.
(Inf) Planta da '*Domus* del Átrio', '*Domus* de Marte' e '*Domus* de la Lucerna da Máscara Trágica'. Estas habitações ocuparam fracções da *insula*, tendo a 'Casa de Marte' sido implantada no canto noroeste e a 'Casa del Átrio' no equivalente nordeste, que corresponde a um lote com forma quadrada de 15 m de lado. Já a 'Casa da Lucerna da Máscara Trágica' apresenta uma planta retangular como resultado da aquisição dos dois lotes da metade sul do quarteirão.



principal da habitação estava orientado N/S, estando a entrada voltada ao decumanus III, cuja porta se encontrava entre duas das colunas do pórtico, que se estendia pela via pedonal que limitava o quarteirão na parte norte, apesar de não exatamente centrada no seu intercolúnio (Sánchez Montes, 2011: 175, 177-178).

A partir da entrada tinha-se acesso a um *uestibulum* e dele ao átrio toscano, localizado no centro do lote, o qual constituía simultaneamente o espaço organizador e distribuidor dos demais compartimentos da habitação. No eixo longitudinal foi identificado um *tablinum,* enquanto a nascente se localiza um amplo *triclinium* (Fig. 191), com sala de apoio. Os demais espaços da casa são de difícil interpretação, mas parecem cumprir funções de quartos e possivelmente, também de receção/representação, apesar de, no que toca às dimensões, os compartimentos não apresentarem diferenças significativas, com exceção da sala de apoio do *triclinium*, que é o espaço mais pequeno da casa. Tendo por base as condicionantes de área útil, a casa dispõe de espaços com proporções que se revelam pouco hierarquizadas, o que se traduz numa dificuldade em propormos interpretações seguras sobre as funções dos compartimentos, sendo contudo evidente a busca pela simetria na disposição dos espaços (Ráscon Marqués e Sánchez Montes, 2017: 138).

3.5.1.4.2 A 'Casa del Átrio'

Apesar da 'Casa del Átrio' ter a mesma dimensão da 'Casa de Marte', a planimetria das duas habitações é bastante diferente, bem como o eixo principal e a disposição das suas entradas. De facto, estamos perante um casa com átrio lateral, cujo eixo longitudinal se desenvolve no sentido E/O, estando a entrada rasgada na fachada contígua ao cardo VI. Essa diferença pode ser explicada pela tentativa de direcionar o acesso à habitação em relação ao *forum* administrativo da cidade, situado a este do quarteirão (Sánchez Montes, 2011: 175, 178).

Como se trata de um exemplar de casa com átrio lateral, a solução para estruturar a habitação esteve assente num amplo *uestibulum* ou *fauces*, que dava acesso a outro compartimento, que funcionaria como antessala do espaço com *impluuium*. A partir de cada um dos espaços que antecediam a área aberta podia-se aceder a outros compartimentos, alguns dos quais interpretados como *cubicula* e outros de difícil precisão (Fig. 192). Os principais compartimentos da casa estavam situados nas laterais do átrio, cujas funções estariam claramente associadas à receção ou à representação, devendo tratar-se de um *tablinum* e de um *triclinium*, ambos com pavimentos revestidos com *opus signinum* (Ráscon Marqués e Sánchez Montes, 2017: 138).

3.5.1.4.3 A 'Casa de la Lucerna de la Máscara Trágica'

A chamada 'Casa de la Lucerna de la Máscara Trágica' possuía uma planimetria bastante distinta das outras duas casas que ocupavam o mesmo quarteirão, sendo uma habitação de planta retangular. Embora também se trate de uma *domus* de átrio lateral, como a acontece na 'Casa del Átrio', este era acedido por uma por longo corredor *fauces* que partia do *decumanus* IV, via que fechava o quarteirão a sul, cuja *ianua* foi implantada perfeitamente centrada ao intercolúnio do pórtico. O corredor de acesso ao espaço aberto dividia a habitação a meio, no sentido E/O, o

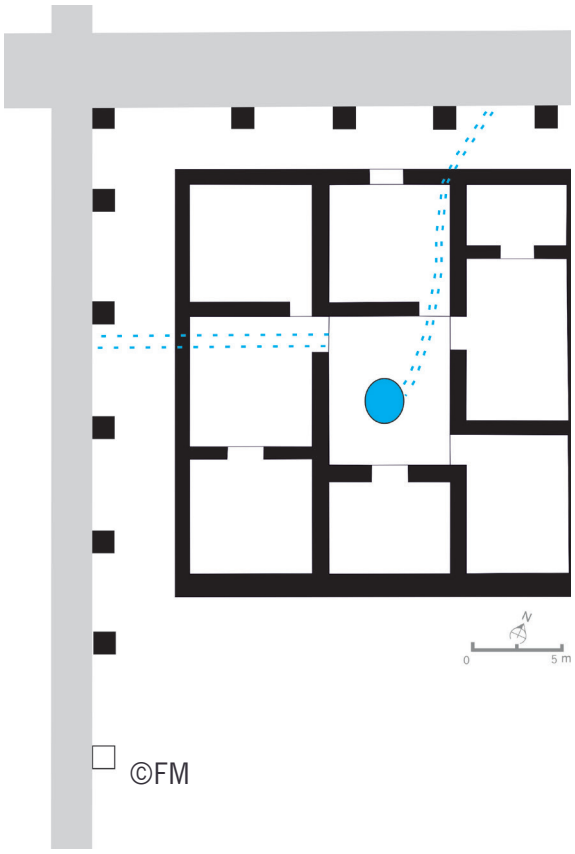


Figura 191. Planta da '*Domus* de Marte'. Trata-se de uma casa de átrio centrado, que aproveita a diminuta área onde foi implantada para ampliar o uso de seus compartimentos. O eixo principal da habitação estava orientado N/S, com entrada voltada ao *decumanus* III, cujas portas encontravam-se entre duas das colunas do pórtico que limitava o quarteirão a norte.

que permite uma leitura da mesma a partir dos conjuntos localizados a nascente e poente (Ráscon Marqués e Sánchez Montes, 2017: 138-139). Assim, a poente foram identificadas três *tabernae,* duas das quais rasgadas na fachada voltada ao cardo VI e uma ao *decumanus* IV. Dessas lojas salientamos uma, cuja exploração certamente era realizada pelo *dominus* da casa, dada a presença de uma abertura para a área doméstica do quarteirão (Fig. 193). Os demais compartimentos dessa parte da habitação são de difícil interpretação, pela falta de elementos como a axialidade, ou a dimensão, aspetos que normalmente permitem evidenciar a presença de salas de receção e representação, as quais deveriam estar na área nascente da unidade doméstica. Assim, pensamos que a parte poente teria sido reservada para os *cubicula*. Essa leitura, que articula a domesticidade a oeste e as atividades públicas a este, baseia-se na presença de espaços mais largos na parte oriental da casa, os quais eram antecedidos por uma série de antessalas e poderiam cumprir as funções de salas triclinares ou *tablinium* (Fig. 193). Salientamos ainda a presença de uma *taberna* a ladear o corredor (*fauces)* a nascente, a qual seria constituída por três compartimentos, os quais deveriam ter funções de comércio, despensa e uma possível residência dos comerciantes.

3.5.2 *Iuliobriga*

A cidade de *Iuliobriga* localiza-se no *conventus cluniensis*, que também proporciona exemplos bastante expressivos de unidades domésticas, nas quais se regista uma apropriação do léxico arquitetónico itálico. O núcleo urbano foi fundado nos finais do século I a.C. e, apesar do seu es-

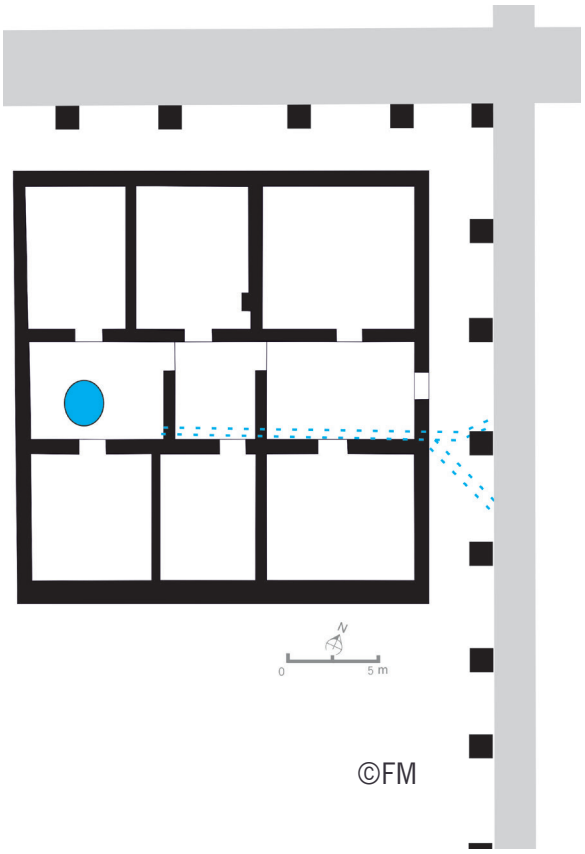
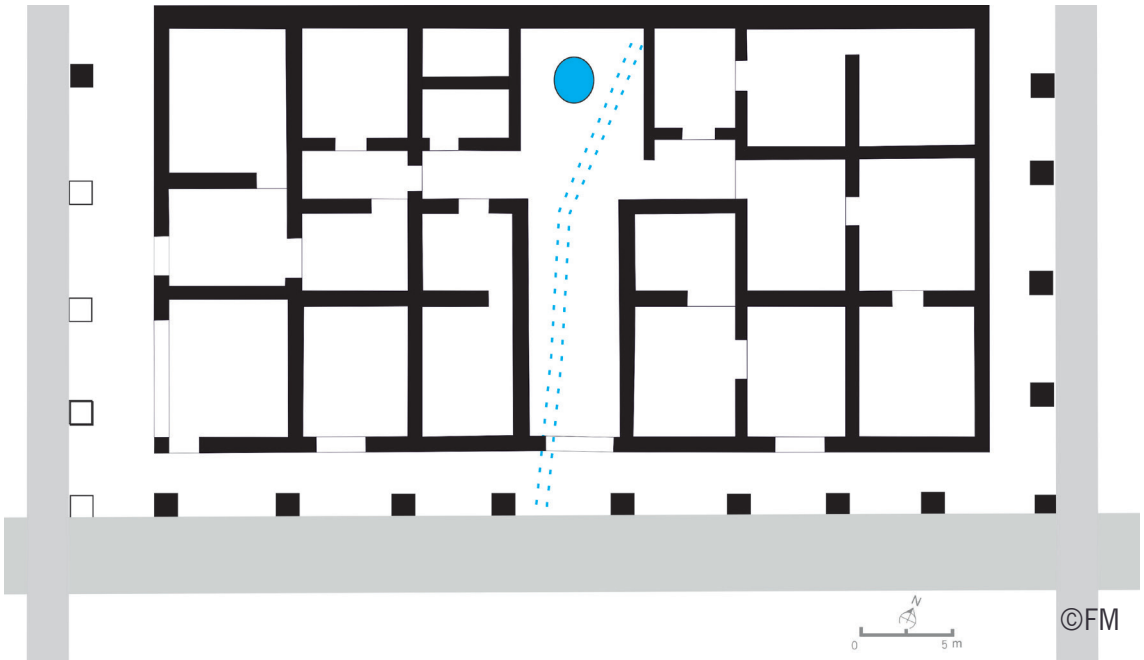


Figura 192. Planta da '*Domus* del Átrio'. Casa com átrio lateral, cujo eixo longitudinal se desenvolve no sentido E/O, de modo que a entrada estava rasgada ao cardo VI. A solução para estruturar a habitação esteve assente num amplo *uestibulum* ou *fauces,* que dava acesso a outro compartimento, uma antessala do espaço com *impluuium*. A partir de cada um dos espaços que antecediam a área aberta podia-se aceder a duas salas.

Figura 193. Planta da '*Domus* da Lucerna de la Máscara Trágica'. Trata-se de uma *domus* de átrio lateral. Este era acedido por um longo corredor (*fauces)* que partia do *decumanus* IV, rua que fechava a sul a *insula*, cuja *ianua* foi implantada perfeitamente centrada ao intercolúnio do pórtico que se desenvolvia nesse limite da *insula*. O corredor de acesso ao espaço aberto dividia a habitação a meio no sentido E/O.



tatuto jurídico ser incerto, sabemos que a partir dos flávios passou a ser um *municipium.* Trata-se de uma cidade cujo arranque da urbanização se iniciou no período de Augusto, momento que assinala a primeira fase do *forum* administrativo e as primeiras casas situadas no 'Setor de la Llanura' (Fig. 194) e que conhecerá um certo desenvolvimento nos finais do século I d.C., documentado por uma grande reforma do espaço do *forum* e pela instalação de um conjunto de estruturas onde foram desenvolvidas atividades artesanais (Fernández Vega, 1993).

Os primeiros trabalhos arqueológicos realizados em *Iuliobriga* decorreram entre finais do século XIX e os meados do século XX, período em que foram identificados vários vestígios, tanto no centro urbano, como no território envolvente. Dessas primeiras intervenções, destacam-se aquelas que incidiram na área da cidade, as quais permitiram pôr a descoberto um conjunto de grandes edifícios e eixos viários que se destacavam pela qualidade arquitetónica (García y Bellido, 1962: 218). Ao longo da segunda metade do século XX e na primeira década da centúria seguinte viriam a ser realizadas mais intervenções na cidade, as quais tiveram em vista confirmar o traçado urbano e compreender as reformas executadas no *forum* e nas unidades domésticos, documentadas no 'Setor de La Carretera', onde estão localizadas duas casas, a 'Casa de los Morillos' e a 'Casa dos Mosaicos' e no 'Setor da Llanura', onde se situa a grande '*domus* da Llanura' (Fig. 194) (Cepeda Ocampo *et al.*, 2009: 172-177).

A 'Casa de La Llanura' está associada a uma Via Porticada da qual se conhece apenas um dos pórticos, representado por 8 ou 10 pilares de pedra local, que flanqueavam a rua e cujos blocos foram encontrados intactos na escavação (Fig. 195). Os referidos elementos possuem seção quadrada, com cerca de 1 pé de largura, carecendo de base esculpida, sendo provável que, originalmente, se apresentassem estucados. O fuste do pilar mede cerca de 2m de altura, estando encimado por um capitel, esculpido num bloco separado do fuste, apresentando uma série crescente de 4 pequenos listéis arredondados, um motivo bem conhecido nas pilastras de tradição helenística, frequentes nas portas de acesso às casas de átrio do período samnita, como acontecia na 'Casa do Fauno', em Pompeia. Apesar de não se terem conservado restos do entablamento, é possível considerar excluída a possibilidade da arquitrave ser de pedra, uma vez que o intercolumnio entre os pilares oscila entre 4 e 5 metros, pelo que deveria tratar-se de um porticado de madeira sustentado por simples pilares de pedra. Por outro lado, é possível imaginar a fachada revestida de estuques e pintada, soluções que apenas se conservam bem nas cidades de Herculano e Pompeia. A 'Casa do sacerdote Amando', ou a 'Casa dos Amantes' contam com pórticos de madeira sustentada sobre colunas de tijolo, sendo a decoração feita com estuque pintado, que recobriu, tanto os fustes das colunas, como as arquitraves de madeira.

No outro lado da Via podemos imaginar um porticado similar, ainda que a zona não tenha sido escavada. Dada a associação construtiva do pórtico e da rua com a 'Casa da Llanura', podemos situar a sua construção no reinado de Augusto. Esta via deveria constituir o eixo viário principal do aglomerado, que deveria estar conetado com as saídas e com o centro cívico. Efetivamente, a descoberta dos vestígios do *forum,* cerca de 50m para norte da Via, permite termos uma ideia do sistema urbano da cidade. Com efeito, as escavações realizadas diante da ermida permitiram



Figura 194. *Iuliobriga* é uma cidade com urbanização desde Augusto. Desse período são datáveis a primeira fase do *forum* administrativo e as casas situadas no 'Setor de la Llanura' e no 'Setor da Carretera'©Google Earth.

descobrir um grande edifício de pátio porticado, do qual se conservam elementos do canal de drenagem e a cimentação da colunata. Pela sua forma, este espaço pode ser interpretado como o *forum* da cidade, pois a sua planta corresponde a um modelo tipológico característico deste tipo de praças, com a *aula* de culto em posição axial com praça. Um tipo de *forum* semelhante pode ser encontrado em *Conimbriga*, datado também da época de Augusto, apresentando uma basílica transversal situada no fundo da praça porticada e um *aedes augusti* (Alarcão *et al.*, 1977; Alarcão e Etienne, 1973; 1977; Conges, 1987) .

Em *Iuliobriga* conhece-se a cabeceira do edifício, sendo possível utilizar indícios que nos permitem reconstruir a sua planta completa, designadamente os porticados (Fig. 197). Se duplicarmos por simetria os pórticos da praça podemos imaginar as suas dimensões originais. Por outro lado, se reconstruirmos o traçado da via porticada, tendo em conta a 'Casa de La Llanura', que apresenta uma orientação rodada em relação ao *forum*, verificamos que o prolongamento da referida Via deixaria espaço para uma fiada de *tabernae* dos dois lados do acesso principal. Por seu turno a fotografia aérea permite intuir o traçado curvo da via porticada (Fig. 195).

As escavações realizadas diante da ermida permitiram descobrir um edifício de planta retangular que segue a orientação do foro, verificando-se na fotografia aérea o traçado de uma rua transversal que flanqueava a fachada lateral exterior do foro e o seu prolongamento para norte até alcançar a área das escavações realizadas no outro lado da estrada. O traçado desta rua segue a forma da colina, tendo-se documentado sete edifícios de planta ortogonal, distribuídos em três quarteirões delimitados por três ruelas. Graças à fotografia aérea é possível perceber um traçado viário radial que delimita enormes áreas, existindo espaço suficiente para os edifícios desenvolverem as suas plantas ortogonais (Fig. 195).

A 'Casa de los Morillos' (edifício nº 6) apresenta-se rodada relativamente à orientação do *forum*, talvez para se adaptar à orientação da rua que lhe serve de acesso (Fig. 196). Pelo contrário, a 'Casa de La Llanura', surge na direta dependência arquitetónica entre o traçado do pórtico e o da casa. Apesar das diferentes condições urbanas, ambas as casas possuem a mesma tipologia, certamente adaptada a condições sociais diferentes.

Tendo em linha de conta a nossa proposta para os eixos viários que partem do *forum*, podemos perceber uma série de quarteirões formados na área poente do edifício administrativo, delimitados por ruas que desenham uma malha urbana que foge completamente à forma ortogonal, largamente utilizada na *Hispania* e em particular na *Tarraconensis*, sobretudo a partir de Augusto. De facto, nem os eixos são retilíneos, nem os quarteirões possuem forma retangular. A estas particularidades juntamos o acentuado declive do terreno, que condicionou a implantação de todo o espaço urbano, sobretudo em relação à parte mais alta do monte de Retortilo, onde se desenvolveu o *forum*, implantado numa posição de acentuado destaque topográfico e visual (Cepeda Ocampo, 2007: 150).

A orientação das casas no 'Sector da Carretera', sem um padrão ou eixo preferencial, está certamente associada à maior pendente daquela zona, enquanto as habitações no 'Setor de la Llanuca' parecem seguir uma orientação sensivelmente NE/SO, identificada tanto na já referida

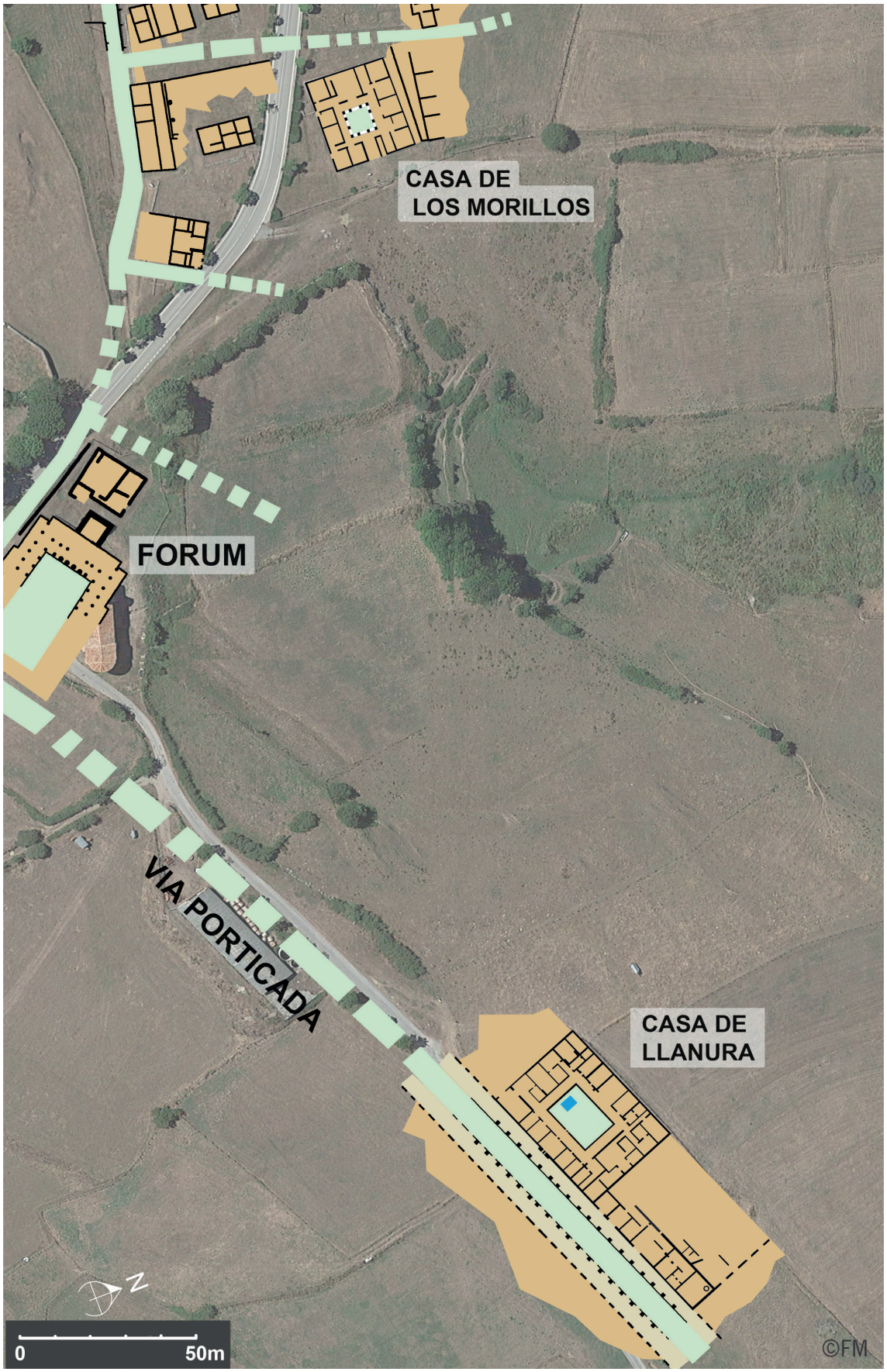


Figura 195. Proposta de traçado de um conjunto de ruas que articulam o *forum* e diferentes núcleos residenciais de que é exemplo o prolongamento da Via Porticada, que delimita a sul a 'Casa de Llanura' ©Google Earth.

'Casa de la Llanura' como também em outras unidades domésticas parcialmente descobertas ao longo da Via Porticada, o que sugere uma solução distinta para vencer as curvas de nível naquela área.

Desta forma, acreditamos ser plausível considerar a existência de uma rua que sairia do *forum*, a partir do cruzamento com a Via Porticada e que se desenvolveria tangencialmente às fachadas, dispostas a sul das casas identificadas na parte meridional do 'Sector de la Carretera'. Essa rua poderia ter pelo menos três ramificações reconhecíveis, uma após o *forum*, outra antes da primeira habitação e, uma outra, a poente, a qual permitia o acesso à 'Casa de los Morillos'.

Assim, tendo por base a análise das ruínas conhecidas e a fotografia aérea do sítio, bem como as plantas disponíveis, acreditamos ser possível propor o traçado de um conjunto de ruas que articulavam diferentes núcleos residenciais individualizados e o *forum,* de que é exemplo o prolongamento da Via Porticada, que delimitava a parte sul da 'Casa de la Llanura', até ao edifício administrativo, interpretação que também é sustentada pelo grande destaque que esta habitação certamente possuía na cidade, cujo proprietário deveria ocupar um importante papel político e social. Salientamos ainda a relação entre a *domus* e as caraterísticas urbanísticas da cidade que são propostas, bem como a perfeita centralidade da entrada da casa com o intercolúnio da colunata que se desenvolvia ao longo da via, aspeto que evidencia ainda mais a utilização de modelos itálicos no que toca aos planos urbanos das cidades, bem como o recurso às soluções vitruvianas como a euritmia e a axialidade para aumentar o prestígio das casas de elite.

3.5.2.1 A 'Casa de los Morillos'

A chamada 'Casa de los Morillos' localizava-se no 'Sector de la Carretera' e é uma *domus* com átrio coríntio centrado, que era acedido por um corredor (*fauces*) que se desenvolve a nascente, o qual permite estabelecer que o eixo principal dispunha-se no sentido E/O, de forma que o compartimento centrado com a área aberta da casa, em posição axial com a entrada, era um *oecus* triclinar ou um *tablinum* com *andron* lateral, o qual certamente teria um desejável destaque na habitação. A centralidade em relação ao *atrium* e as elevadas dimensões também permitem interpretar um compartimento situado a norte do *impluuium* como uma sala de receção, provavelmente um *triclinium* ou uma *exedra*, sendo as dimensões também um argumento para interpretar como *triclinium* o espaço localizado na esquina sudoeste da casa. Os demais espaços cumpririam funções de *cubicula, culina, latrina* e *cella penaria* (Uribe Agudo, 2008: 348-352).

Trata-se, com efeito, de uma *domus* de dimensão modesta, com uma área de cerca de 750m^2, que reproduz com grande clareza os modelos itálicos associados à disposição e organização dos compartimentos, distribuídos ao redor de um *atrium* coríntio, com *impluuium*, bem como à função que os mesmos cumpriam, com espaços dedicados para as principais atividades quotidianas que cabiam a um *paterfamilias* da elite local, como seriam certamente as salas de receção/representação.

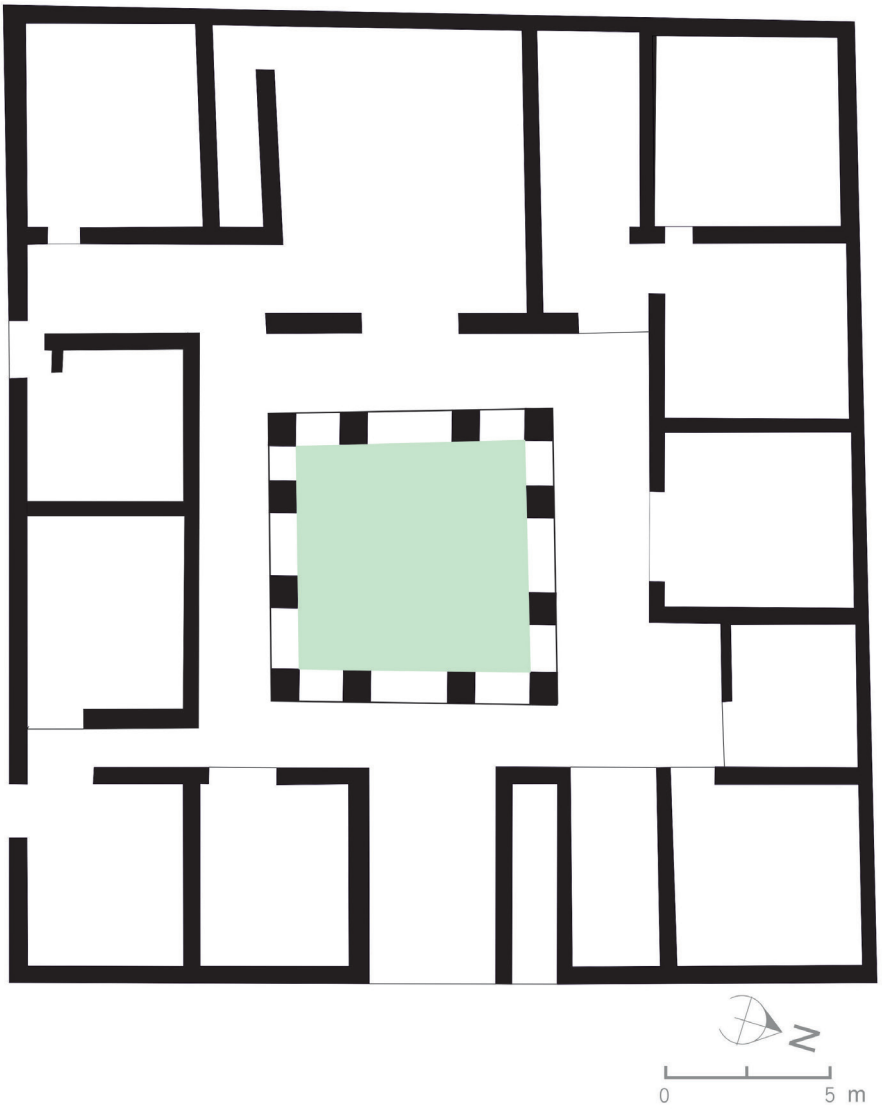


Figura 196. Planta da Casa de los Morillos. Esta habitação localiza-se no 'Sector de la Carretera'. É uma *domus* com átrio coríntio centrado acedido por um corredor (*fauces),* que se desenvolve a nascente, o que permite estabelecer que o eixo principal da casa corre no sentido E/O, de forma que o compartimento centrado à área aberta, em posição axial à entrada, é um *oecus* triclinar, ou um *tablinum,* com *andron* lateral.

3.5.2.2 A 'Casa de Llanura'

Por sua vez, a 'Casa de Llanura' representa um exemplar arquitetónico de expressiva excecionalidade no seio das habitações romanas da *Tarraco*nense. Trata-se de um edifício com mais de 1200m^2, estruturado ao redor de um amplo pátio sem colunas, com dimensões de 16x11.5m, perfazendo cerca de 186m^2, possuindo mais de 30 compartimentos, alguns dos quais sem interpretação segura. Contudo, é possível identificar cinco salas de receção, das quais quatro parecem ser *triclinia*, sendo uma outra, localizada no eixo principal da habitação, centrada com o espaço aberto e perfeitamente alinhada com o *uestibulum* de entrada, um *oecus* triclinar de verão. Salienta-se ainda a presença de três *cellae,* que podiam ser *penaria* ou *ostiaria,* situadas junto da entrada, a ladear o *uestibulum* (Fig. 198). Salienta-se a identificação de *procoetones* a anteceder todos os compartimentos classificados como *cubicula* (Uribe Agudo, 2008: 357-360).

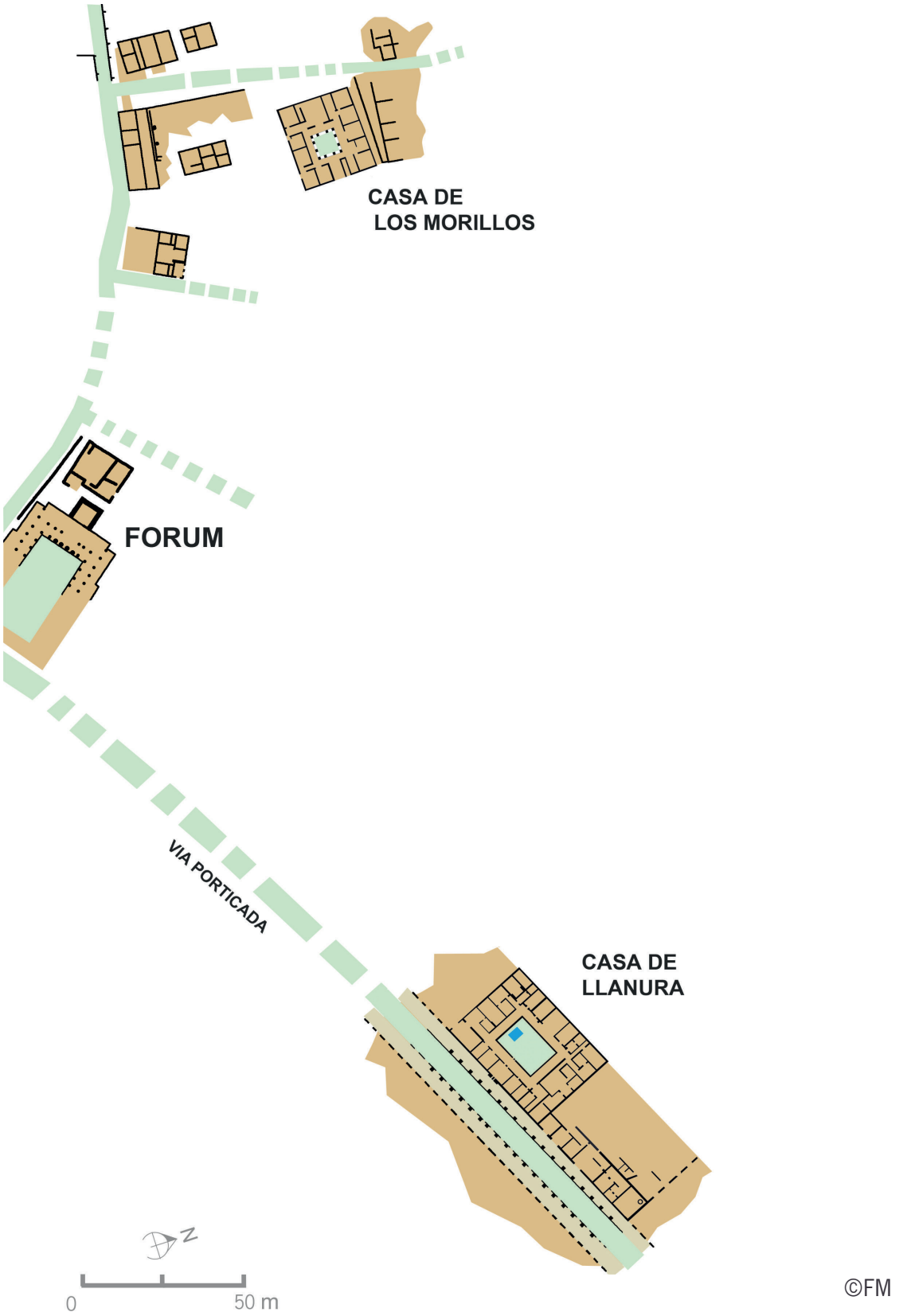


Figura 197. Planta com o *forum* e a Via Porticada articulados com uma rua que sairia da área administrativa, a partir do cruzamento com a Via Porticada, e que se desenvolveria tangencialmente às fachadas a sul das casas identificadas na parte meridional do 'Sector de la Carretera'. Essa rua poderia ter pelo menos três ramificações reconhecíveis, uma após o *forum,* outra antes da primeira habitação, e ainda uma mais a poente, que permitia o acesso à Casa de los Morillos.

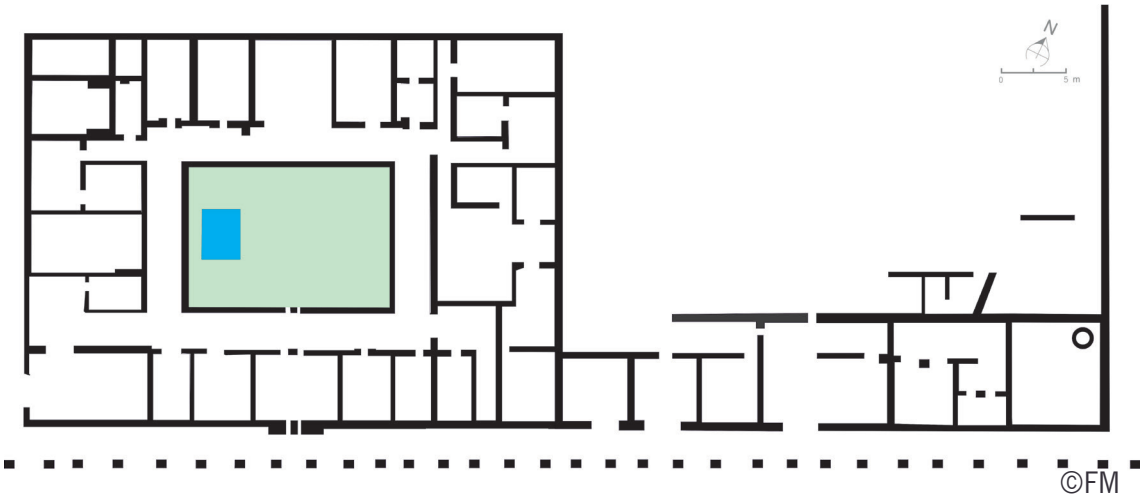


Figura 198. Planta da 'Casa de Llanura'. Trata-se de um edifício com uma área de implantação realmente grande, com mais de 1200m^{2,}, estruturado ao redor de um amplo pátio sem colunas, perfazendo cerca de 186m^2, possuindo mais de 30 compartimentos. É possível identificar cinco salas de receção, quatro das quais parecem ser *triclinia,* estando uma localizada no eixo principal da habitação, centrada ao espaço aberto e perfeitamente alinhada ao *uestibulum* de entrada, um *oecus* triclinar de verão.

Na área situada a nascente da habitação encontramos outro elemento aberto, um *atrium* testudinado, a partir do qual era possível aceder a quatro salas. Essa parte da casa apresenta uma dinâmica própria e separada dos demais espaços, sendo acedida a partir do canto nordeste do *ambulacrum*, com uma delimitação a nascente, materializada num muro que encerrava a área aberta principal a nascente e o *atrium* a poente. As caraterísticas dessa área da casa permitem classificá-la como uma *dietae*, que ocupava cerca de 130m^2, dado o nível de integração dos compartimentos em relação ao *atrium* e a sua separação em relação aos restantes espaços da habitação.

Após percebermos a utilização do léxico arquitetónico itálico, documentado nas habitações de *Iuliobriga*, tanto em casas excecionalmente sumptuosas, como na 'Casa de Llanura', como em casas mais modestas, de que é exemplo a 'Casa de los Morillos', regressamos à área urbana de forma a perceber os elementos que nela dialogam com os espaços domésticos.

Assim, tendo em linha de conta a nossa proposta para os eixos viários que partem do *forum*, podemos perceber uma série de quarteirões formados na área poente do edifício administrativo, delimitados por ruas que desenham uma malha urbana que foge completamente à forma ortogonal largamente utilizada na *Hispania* e muito particularmente na *Tarraconensis,* a partir das fundações *ex novo* datadas do período de Augusto. De facto, nem os eixos são retilíneos, nem os quarteirões possuem forma retangular, a que se junta o acentuado declive do terreno, que condiciona a adaptação do espaço urbano à topografia, com particular destaque para o *forum*, situado no ponto mais alto do monte de Retortilo (Cepeda Ocampo, 2007: 150).

A orientação das casas no 'Sector de la Carretera', sem um padrão ou eixo preferencial, certamente está associada à maior pendente daquela zona, enquanto as habitações no 'Sector de la Llanura' parecem seguir uma orientação sensivelmente NE/SO, identificada tanto na já referida

'Casa de Llanura', mas também em outras unidades domésticas, parcialmente descobertas ao longo da via porticada, o que sugere uma solução distinta para vencer as curvas de nível naquela área.

Se, por um lado, a forma *urbis* de *Iuliobriga* foge aos padrões ortogonais difundidos na Península Ibérica, desde a época de Augusto, isso não significa um menor grau de influência romana no núcleo urbano, aliás bem demonstrado nos edifícios identificados até ao momento, em que se incluem o *forum*, que apresenta uma planta axial, amplamente replicada no Império ocidental, bem como as unidades domésticas, cujas principais caraterísticas foram genericamente descritas (Cepeda Ocampo, 2007: 149-154).

A influência itálica é igualmente percetível no urbanismo do aglomerado no que toca à Via Porticada, estrutura bem documentada numa extensão de quase 60m, onde se afiguram colunas quadradas, constituídas por silhares implantados, num ritmo cujo intercolúnio varia sensivelmente entre 2.3m e 3m. Esta estrutura, certamente teria uma outra equivalente situada no lado oposto às habitações identificadas ao longo da via, conformando, assim, uma verdadeira Via Porticada que possivelmente chegaria até ao *forum.*

3.5.3 *Tongobriga*

O longo período de conquista dos territórios que foram integrados na *Tarraco*nense, situado entre os finais do século III e os finais do I a.C., coincide com a gradativa anexação das regiões do NO da Península Ibérica, a qual sabemos ter sido ultimada na época de Augusto, muito embora a região meridional tenha entrado na órbita do mundo romano a partir de 137 a.C., na sequência da expedição de *D. Iunius Brutus*. Assim, interessa-nos observar um pouco mais detalhadamente o que se passou nesse território, no âmbito das transformações dos núcleos de origem indígena, sob impulso da integração da região no Império, as quais parecem decorrer ao longo do século I. Nesse sentido, iremos tentar valorizar os exemplares habitacionais conhecidos na cidade de *Tongobriga*, uma cidade romana secundária, fundada nos finais do século I, no limite sul do *conventus Bracaraugustanus*, que cumpriu funções geoestratégicas, provavelmente associadas ao controlo de dois importantes eixos viários peninsulares: o rio Douro e a via *Bracara Augusta ad Augustam Emeritam*, que permitia a ligação entre o *conventus* e a capital da *Lusitania* (Rocha *et al.*, 2014: 44).

As escavações de *Tongobriga* iniciaram-se em 1980, num sítio conhecido localmente por 'Capela dos Mouros' e estenderam-se por uma área superior a trinta hectares, tendo fornecido um conjunto de edifícios e áreas públicas, designadamente umas termas e um grande *forum*, que revelam a importância desta cidade como centro estruturado de poder, podendo ter cumprido a função de capital regional.

O aglomerado urbano sucedeu-se a um castro, situado numa pequena colina, do qual se conhecem algumas casas circulares, detetadas na escavação de uma área intermédia da vertente da colina. Na bordadura meridional dessa ladeira situava-se um edifício de banhos castrejo, decorado com uma Pedra Formosa, similar aos que conhecemos na zona do convento bracarense. O



Figura 199. Perspetiva geral do 'Setor de la Carretera', onde estão localizadas as 'Casa de los Morillos' e 'Casa dos Mosaicos' © www.cervantesvirtual.com



Figura 200. Pormenor da Via Porticada. Estrutura bem documentada em quase 60m de extensão, com colunas quadradas, constituídas por blocos quadrados implantadas num ritmo cujo intercolúnio varia sensivelmente entre 2,3m e 3m © http://surdecantabria.es/retortillo/juliobriga-retortillo-807-10/

carácter sagrado do balneário, certamente associado a um lugar de culto, está confirmado pela posterior transformação urbanística do aglomerado (Dias, 1997).

Junto ao balneário castrejo estendia-se uma grande esplanada horizontal que devia desempenhar as funções de lugar de reunião, relacionado com o culto associado com o balneário. Numa época ainda pouco esclarecida a grande esplanada foi monumentalizada e transformada numa praça retangular de grandes dimensões, sendo as laterais decoradas com pórticos. O muro que encerrava o pórtico ocidental apresenta um nicho semicircular, sendo possível que existissem outros. No centro da praça foi construído um templo de que apenas subsistem as cimentações.

O balneário castrejo foi ampliado com um conjunto termal, datado do século II, o qual ficou integrado na cabeceira da praça monumental. Incluía um enorme vestíbulo, delimitado por paredes curvas, em forma de grandes exedras. As dependências orientais do vestíbulo foram traçadas de modo simétrico na ala meridional das termas. Deste modo reconstruía-se a simetría na cabeceira da grande praça porticada, facilitando a articulação compositiva entre pórticos, edifício termal e grande vestíbulo. A presença do templo e a configuração do conjunto monumental permitem a sua identificação como o foro da cidade. Trata-se de um exemplo extraordinário dos processos que envolveram a incorporação das populações indígenas do NO peninsular no sistema cultural romano.

Se a zona do foro é expressiva em relação às mudanças culturais associadas à integração das populações indígenas no mundo romano, o bairro das casas, situado no alto da colina, ainda o é mais, pelo seu contraste associado com as casas castrejas de planta circular. Com efeito, na parte mais alta do monte, as escavações documentaram um bairro urbano, do qual se conhecem pelo menos seis casas, separadas por várias ruas, de traçado irregular. O núcleo de habitações ter-se-á desenvolvido ao longo do século I d.C., tendo-se registado diferentes momentos construtivos, os quais, paulatinamente, terão permitido substituir as casas redondas indígenas precedentes.

Os últimos trabalhos realizados revelaram indícios da existência de edifícios romanos de espetáculo, tendo sido considerada a existência de um teatro e de um anfiteatro. Assim, os vestígios identificados até ao momento permitem evidenciar, por um lado, um conjunto de estruturas que documentam a reprodução de modelos romanos, a nível das arquiteturas públicas e privadas e, por outro, a presença de populações indígena no local, dada a identificação de algumas casas castrejas, com suas típicas plantas circulares ou elipsoidais, bem conhecidas nos povoados da Idade do Ferro do NO peninsular (Rocha *et al.*, 2014: 58-77).

O contraste entre o que é novo, ou seja, romano e o antigo, castrejo, permite referenciar a presença no local de populações com essas duas identidades, sendo importante salientar a proximidade física dos vestígios que testemunham em duas identidades e o reaproveitamento dos materiais das habitações castrejas na construção das casas de tipo itálico, quer no período flávio, quer ao longo do século II d.C.. De facto, ao observarmos as ruínas de *Tongobriga* percebemos que as habitações circulares são encontradas um pouco por toda a área da cidade e sempre com grande proximidade aos edifícios públicos, como o *forum* e as termas (Fig. 201).

Por outro lado, a zona com casas de tipo itálico encontra-se mais afastada do núcleo cen-

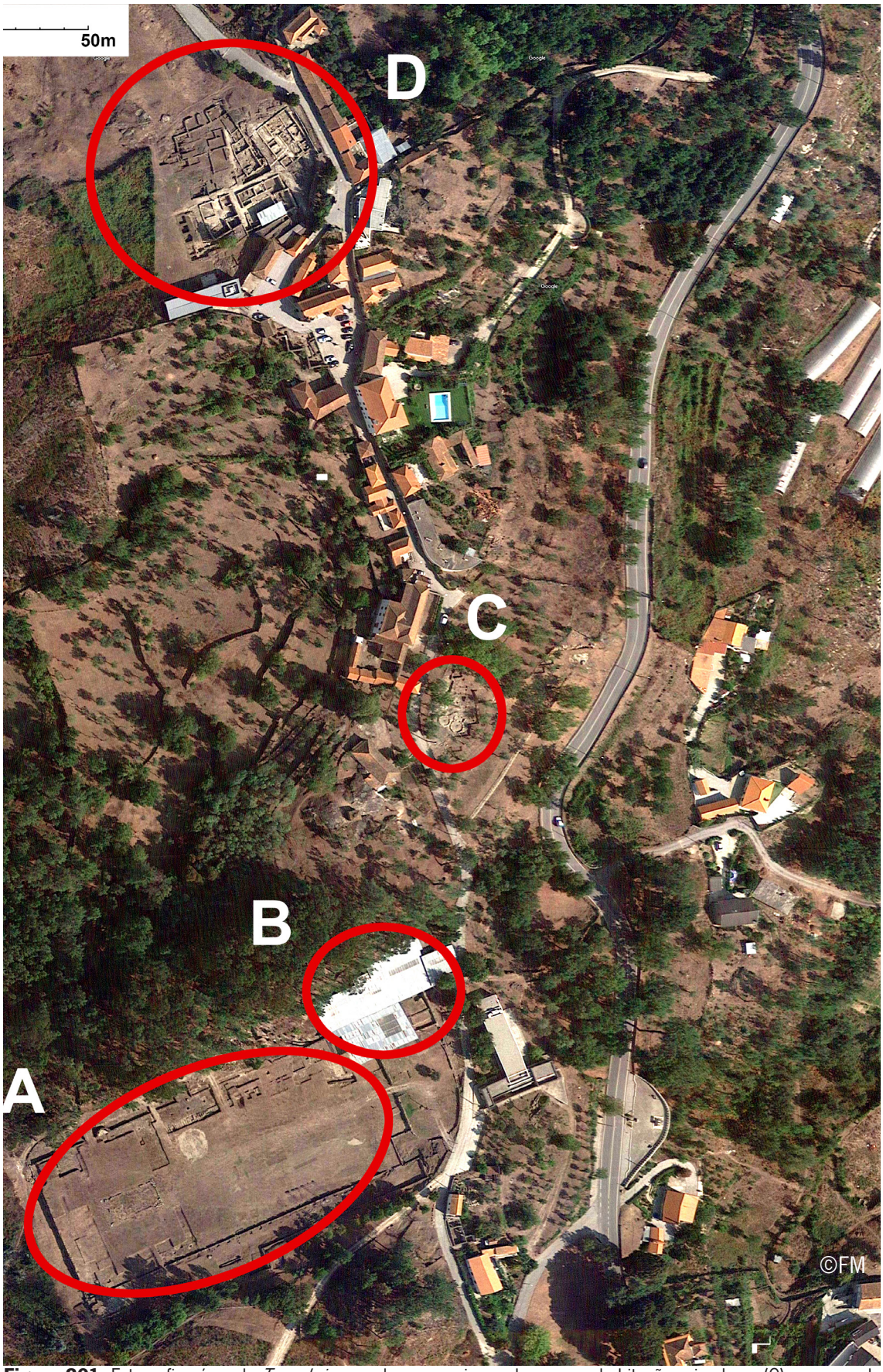


Figura 201. Fotografia aérea de *Tongobriga* , onde conseguimos observar as habitações circulares (C) com grande proximidade aos edifícios públicos, como o *forum* (A) e as termas (B). Por outro lado, a zona com casas de tipo itálico (D) encontra-se um pouco mais afastada do núcleo central da cidade ©Google Earth.

tral da cidade, apesar de demonstrar a presença do léxico arquitetónico itálico e reproduzir com notável habilidade algumas das linhas de força vitruvianas (Fig. 203), presentes em espaços cujas funções permitiriam que se cumprissem as principais atividades quotidianas dos seus proprietários (Rocha *et al.*, 2014: 72-77).

Os últimos estudos propõem a existência de una malha ortogonal de ruas que corresponderia à fase fundacional da cidade. Esta hipótese sugere que a cidade teve um planeamento prévio, ainda que necessariamente adaptado ao terreno, com um declive bem marcado. Trata-se de uma mera hipótese, que não parece encaixar-se bem com o traçado urbano das ruas do bairro residencial citado, descoberto nas escavações realizadas na parte mais alta da colina. Com efeito, a irregularidade dos quarteirões descobertos é atribuída à adaptação da malha às particulares condições do terreno (Fig. 202).

De qualquer modo, o bairro residencial que se desenvolveu entre os séculos I e II d.C. constitui um notável exemplo do modo como a ideia de espaço urbano mediterrâneo, denso e sinuoso, se desenvolveu entre as populações do NO peninsular, não só pelo traçado irregular das ruas, mas também pela documentação de pelo menos um rua sem saída, que dava acesso aos espaços interiores de um dos quarteirões. Também a existência de escadas de acesso aos pisos superiores das casas confirma o carácter intensivo da construção, igualmente documentada noutras cidades da *Hispania*, como acontece com o bairro helenístico da *Neapolis* de *Ampurias* (Mar e Ruiz de Arbulo, 1993: 350). Alguns povoados indígenas do norte de África, como *Dougga* e *Tiddis,* entre outros, experimentaram una evolução similar, em que as velhas ruas do povoado pré-romano, de traçado irregular, já que se adaptavam à topografia de uma ladeira, foram densificadas com a construção de casas de duas plantas (Khanoussi, 2002: 64-66). Também em Itália, no século II ,é notável o exemplo de densificação da cidade portuária de Óstia, ainda que numa escala muito ampliada, pois as casas chegam a ter aí cinco pisos de altura. O caso de Óstia mostra como a densificação dos núcleos urbanos foi uma consequência do desenvolvimento das atividades urbanas, não só residenciais, como também comerciais e produtivas (Mar, 1990; DeLaine, 2018). O bairro residencial de *Tongobriga* mostra claramente esta evolução da ideia de espaço urbano (Fig. 203). A multiplicação da rede de canalizações, mais do que necessidades residenciais, permite intuir a existência de atividades produtivas, as quais, unidas às atividades comerciais ligadas às *tabernae,* que ocupavam algumas fachadas de casas, caracterizam a intensa vida quotidiana que devia envolver o bairro residencial descoberto nas escavações de *Tongobriga* (Leão, 2012, Rocha *et al.,* 2014).

Desta forma, ao analisarmos a zona habitacional, localizada a norte do centro cívico, é possível identificar uma série de arruamentos, orientados sensivelmente a NO/SE e NE/SO, cujos paralelos conformam os quarteirões onde foram instaladas as casas conhecidas. Outro elemento que permite assinalar, com grande segurança, o traçado e a orientação dos eixos viários nessa área da cidade é a entrada das habitações e a identificação de algumas canalizações que realizam a drenagem das águas sujas sob as vias. De modo geral, parece-nos que há um eixo de atração dessas casas no sentido oeste, de modo que os acessos a elas confluem nessa direção. Com efei-



Figura 202. Perspetiva da zona habitacional localizada a norte do centro cívico ©Google Earth.



Figura 203. Na zona habitacional é possível identificar uma série de arruamentos orientados sensivelmente a NO/SE e NE/SO que conformam os quarteirões onde foram instaladas as casas. Outro elemento que permite assinalar com grande segurança o traçado e a orientação dos eixos viários nessa área da cidade é a entrada das habitações e a identificação de algumas canalizações que realizam a drenagem das águas sujas sob as vias.

to, essa orientação está documentada nos quatro núcleos residenciais. A chamada 'Casa do Poço' (Fig. 205), situada na parte mais oriental da zona habitacional, apresenta três entradas, sendo que a principal, que permitia o acesso à área do átrio, foi rasgada na fachada oeste da habitação, voltada a uma rua que corria no sentido NO/SE e delimitava, para além dela, o conjunto com as 'Casas 1, 2,3, e 4' e a 'Casa do Impluuium' (Fig. 205). A presença das outras duas entradas na 'Casa do Poço' permite assumir a existência, portanto, de outras duas ruas, que ladeavam a casa a norte e a sul (Fig. 205).

Por outro lado, ao observarmos os outros dois núcleos habitacionais tangentes a essa rua orientada NO/SE, não identificamos entradas rasgadas nessa direção, com exceção de uma *taberna* identificada na 'Casa 1'. Com efeito, o acesso à 'Casa do Impluuium', às 'Casas 2 e 3' e à 'Casa das Escadas' era realizado a partir de rua orientada ENE-OSO. Contudo, apesar da 'Casa 1' ter uma entrada a partir do corredor interno, que dividia as três habitações do quarteirão onde foram implantadas, esta era secundária. A entrada principal encontra-se voltada a uma rua, situada a norte, que conduzia ao espaço aberto, tendo sido a solução mais apropriada que o proprietário encontrou para manter uma *ianua,* em que sobressaísse o seu estatuto recorrendo à aplicação do léxico itálico, no que concerne à disposição dos compartimentos em relação às entradas das casas.

Avançaremos agora com a análise descritiva das unidades domésticas descobertas na zona habitacional de *Tongobriga*, com o intuito de evidenciar a estruturação e a função de seus principais espaços.

3.5.3.1 A 'Casa do Poço'

A chamada 'Casa do Poço', situada na parte mais oriental da zona habitacional, possuía uma planta sensivelmente retangular, que ocupava uma área de cerca de 300m^2. Trata-se de uma casa estruturada a partir de um *atrium* com colunata, centrado, com forma retangular bastante alongada, com dimensões de 2,3x8.6m, orientado de modo a acompanhar o lote onde a casa foi implantada. O acesso ao interior da unidade doméstica era realizado a partir de um corredor (*fauces)*, que ligava a entrada, a SO, ao espaço central (Leão, 2017: 143). Salientamos que esse corredor não se encontrava centrado com a colunata, o que poderia resultar da proximidade com a rua orientada ENE-OSO, dada a importância que ela parece ter tido no traçado urbano dessa parte da cidade.

À partida, esta habitação destaca-se pela aplicação de alguns conceitos enunciados por Vitrúvio para a implantação de uma casa, que enaltecesse o estatuto social de seu proprietário. Assim, os compartimentos encontram-se perfeitamente simétricos, estando o eixo principal no alinhamento da *fauces,* atravessando o átrio e finalizando com um amplo espaço com um poço que dá nome à casa e que possui uma sala de apoio. A presença dessa estrutura hidráulica tem sugerido a interpretação do compartimento como uma *culina,* que aproveitaria a água para a realização de atividades ligadas à preparação de alimentos e limpeza de objetos (Leão, 2017: 143). Contudo, as dimensões desse aposento, com cerca de 27m^2, bem como da sala de apoio, por



Figura 204. Pormenor da zona habitacional com os diferentes arruamentos ©Google Earth.

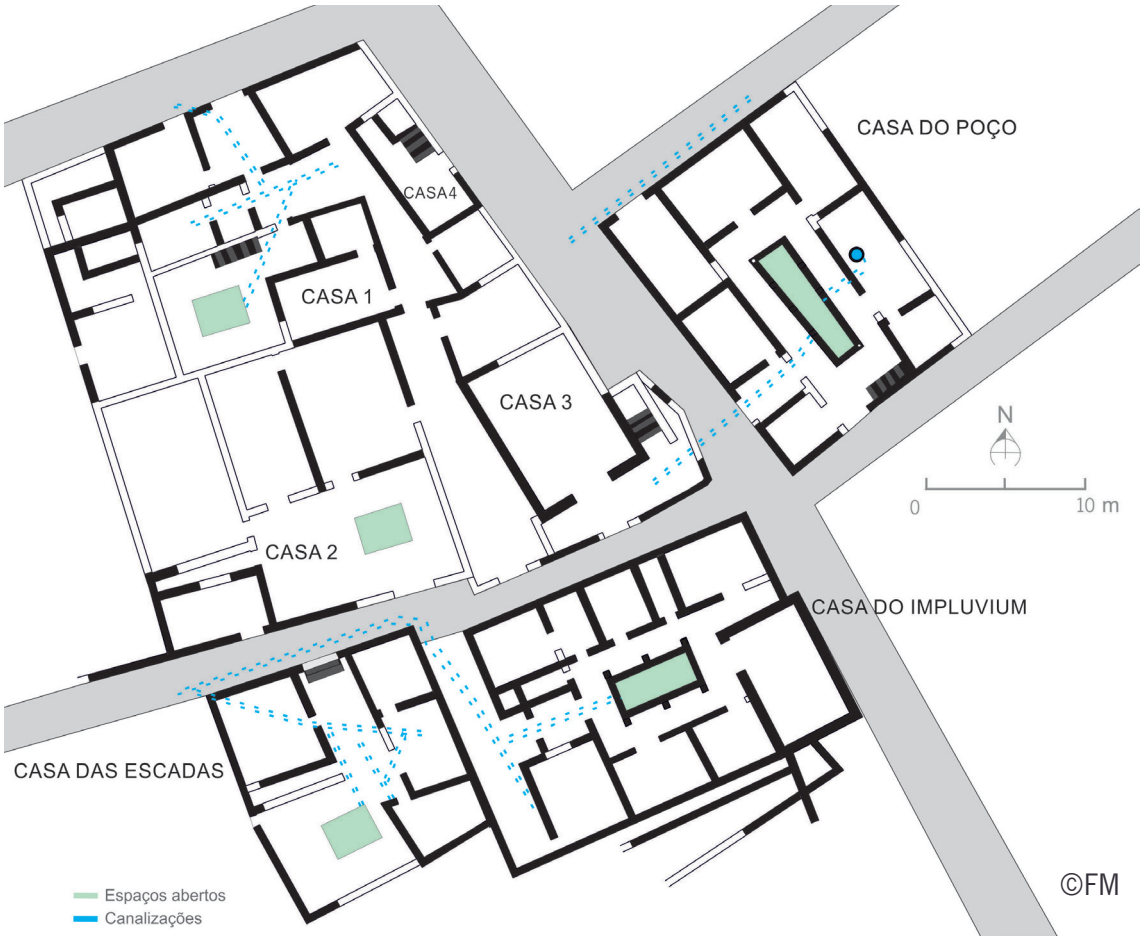


Figura 205. Zona habitacional onde foram documentadas 6 unidades habitacionais: 'Casa do Poço'; 'Casa do *Impluviuum*;' Casa das Escadas'; 'Casa 1'; 'Casa 2'; 'Casa 3'; 'Casa 4'.

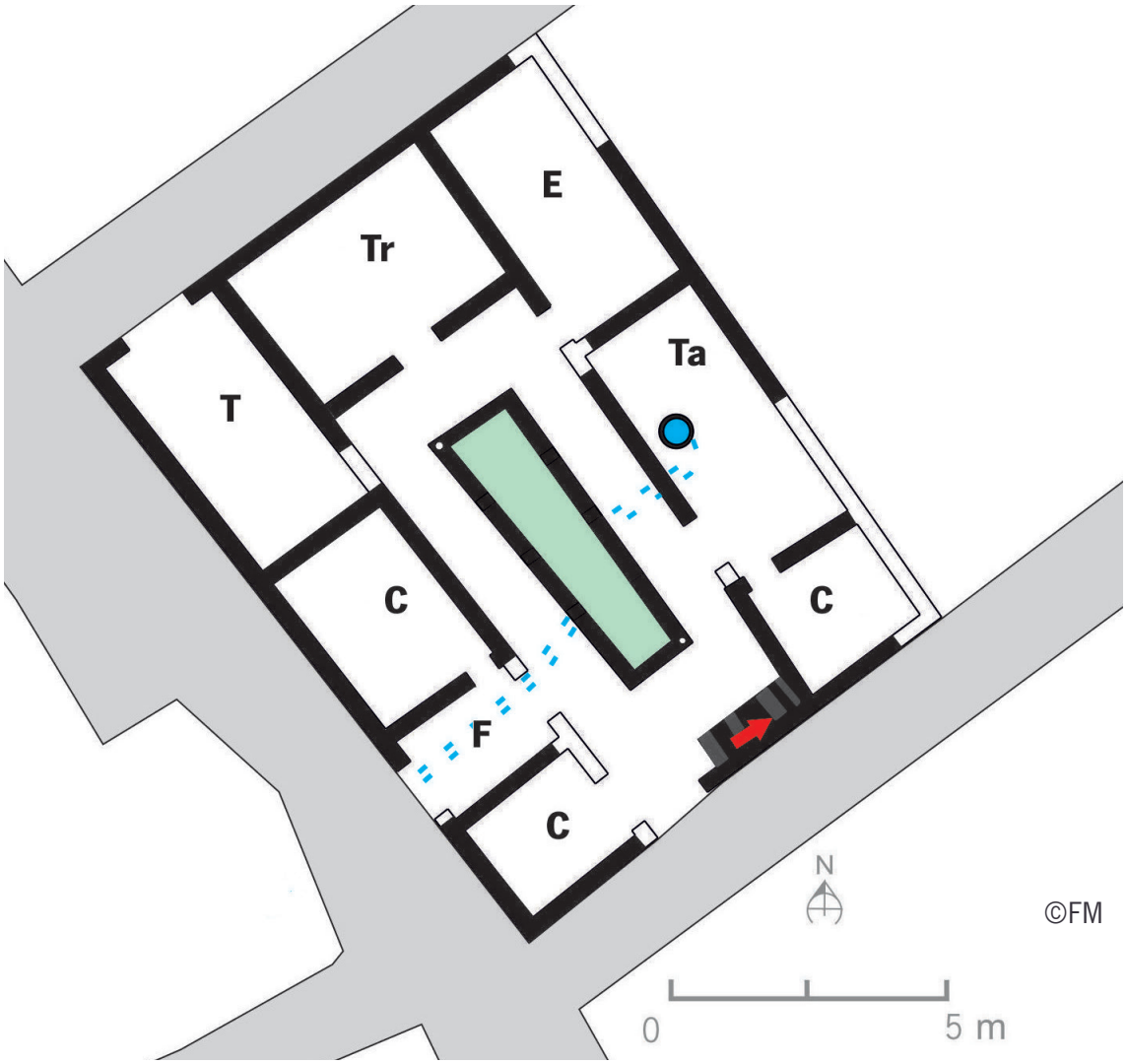


Figura 206. Planta da 'Casa do Poço'. Trata-se de uma casa estruturada a partir de um *atrium* com colunata centrado, com forma retangular bastante alongada. F: *;* C: *Cubiculum;* Ta: *tablinum;* Tr: *triclinium;* E: *exedra;* T: *taberna.*

volta dos 11m^2, excedem as esperadas para esse tipo de espaço, pelo que parece mais prudente pensar que se trataria de uma sala de receção, ou representação, espaços mais condignos com o seu tamanho e posição de destaque, tratando-se, provavelmente, de um *tablinum* (Fig. 206). Essa seria provavelmente também a função que teria o espaço situado em redor do átrio, localizado na parte norte da habitação, com dimensão aproximada ao anteriormente referido, habitualmente interpretado como sendo um *triclinium* (Fig. 207). Na esquina norte da casa, ao lado do *triclinium* anterior, encontramos um compartimento que provavelmente cumpriria funções de representação, enquanto o seu oposto simétrico, a sul da sala triclinar (Fig. 206), deveria ser uma *taberna*, dada a abertura que possui ao exterior da habitação, podendo ter cumprido as funções de padaria (Leão, 2017: 143).

Os demais compartimentos da casa parecem ter sido utilizados com finalidades de dormitório ou serviços, de maneia que é percebida uma divisão funcional da habitação entre os espaços com caráter público, que seriam destinados a receção de visitantes e aos negócios e aqueles que

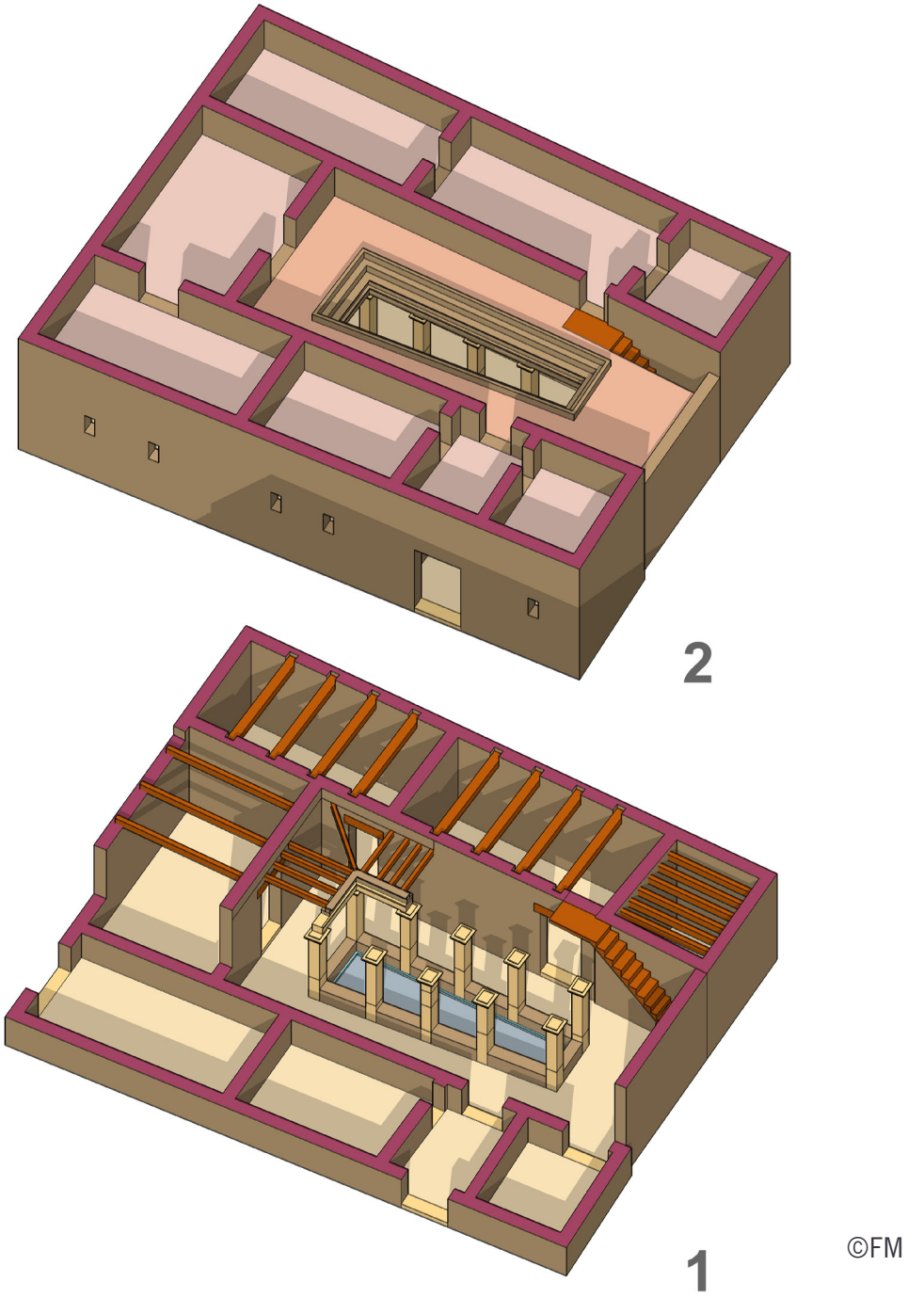


Figura 207. Modelo 3D da 'Casa do Poço'. 1. Nesta imagem podemos observar o pormenor das traves de madeira para suportar os telhados do 1º piso e do *ambulacrum.* 2. Planta da casa ao nível do 1º piso a partir de uma hipótese apoiada nos muros estruturais e na hipótese de uma cobertura plana transitável pelo *ambulacrum*. Dados os limites do lote onde essa habitação foi implantada, que impossibilitava a multiplicação dos compartimentos, a solução foi construir um primeiro piso, o que permitiu a multiplicação dos espaços. Salienta-se ainda nessa casa a recriação do espaço de circulação do espaço aberto do rés-de-chão, no andar superior, duplicando-se, assim, as salas e mantendo-se o esquema de distribuição das mesmas. Do ponto de visto tipológico, o espaço do vestíbulo limitava-se a funcionar como simples acesso lateral. O espaço central, com pilastras e tanque de água servia, tanto como espaço de circulação, como de solução para iluminar o interior. O papel representativo expressa-se através das pilastras que deviam estar decoradas e pelos espaços desaparecidos do piso superior.

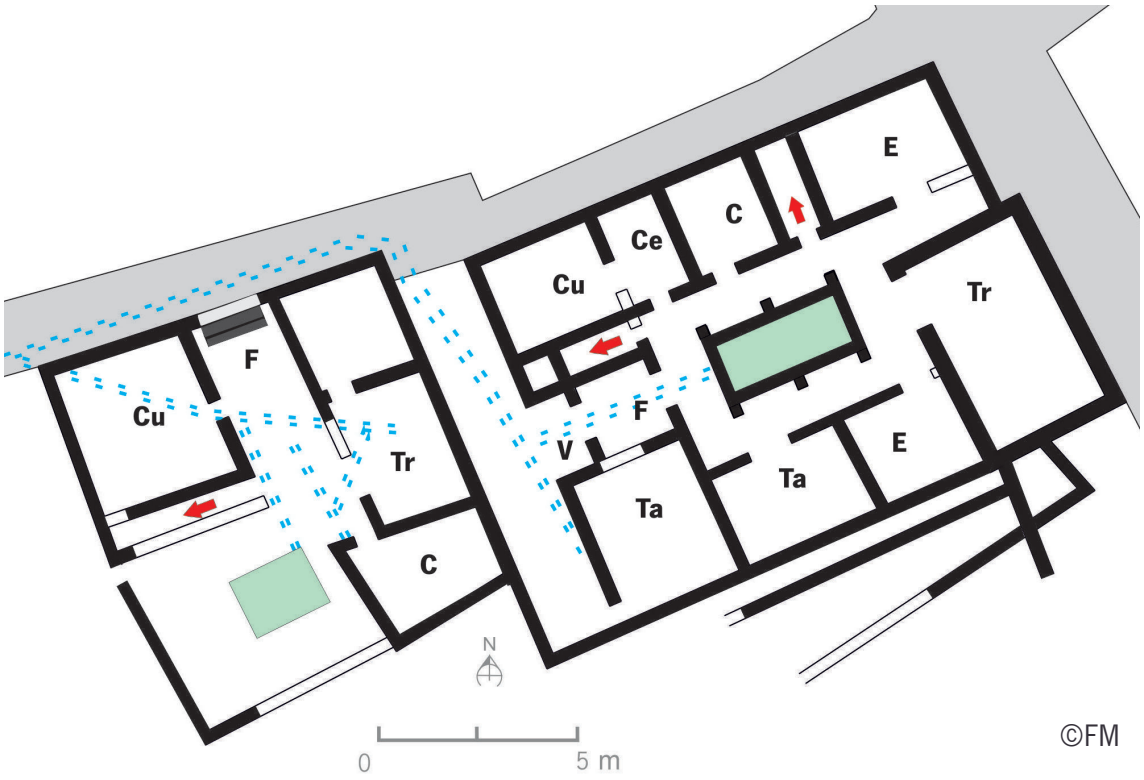


Figura 208. Planta da 'Casa do *Impluviuum'* e da *'*Casa das Escadas'. A primeira corresponde a uma casa de átrio com um *impluuium* bem preservado, constituído por um pavimento em granito. A segunda apresenta um atrium lateral, localizado na esquina sudoeste do lote. F: *;* C: *cubiculum;* Ta: *tablinum;* Tr: *triclinium;* E: *exedra;* T: *taberna;* cu: *culina*; V: *uestibulum;* Ce: *cella.*

podem ser associados ao âmbito privado e doméstico. A separação entre um e outro deu-se de forma bastante concreta, o que, por sua vez, não é comum nos exemplares domésticos romanos. Os três compartimentos que teriam funções públicas encontram-se próximos, estando reunidos sensivelmente na metade norte da habitação, dois deles com entrada voltada ao *atrium*, sendo uma delas centrada ao intercolúnio do porticado desse espaço aberto.

3.5.3.2 A 'Casa do *Impluvium*'

A 'Casa do Impluuium', localizada imediatamente a sudoeste da 'Casa do Poço', apesar de ocupar sensivelmente a mesma área, cerca de 320m^2 e de apresentar uma planta também retangular, possuía uma lógica interna ligeiramente distinta, sobretudo a nível do uso do léxico arquitetónico itálico.

Trata-se, como o nome sugere, de uma casa de átrio com um *impluuium* bem preservado, constituído por um pavimento em granito. O espaço aberto possui cerca de 8m^2 e carateriza-se pela presença de seis colunas cilíndricas, que se dispõem em redor do tanque, as quais sustentavam a pendente do telhado.

O eixo longitudinal da habitação desenvolve-se sensivelmente no sentido E/O, estando a entrada articulada com um corredor que ligava à rua que delimitava a casa a norte, dando acesso a um pequeno *uestibulum* e dele a uma *fauces* (Fig. 208). Ao fim do corredor abria-se o *ambula-*

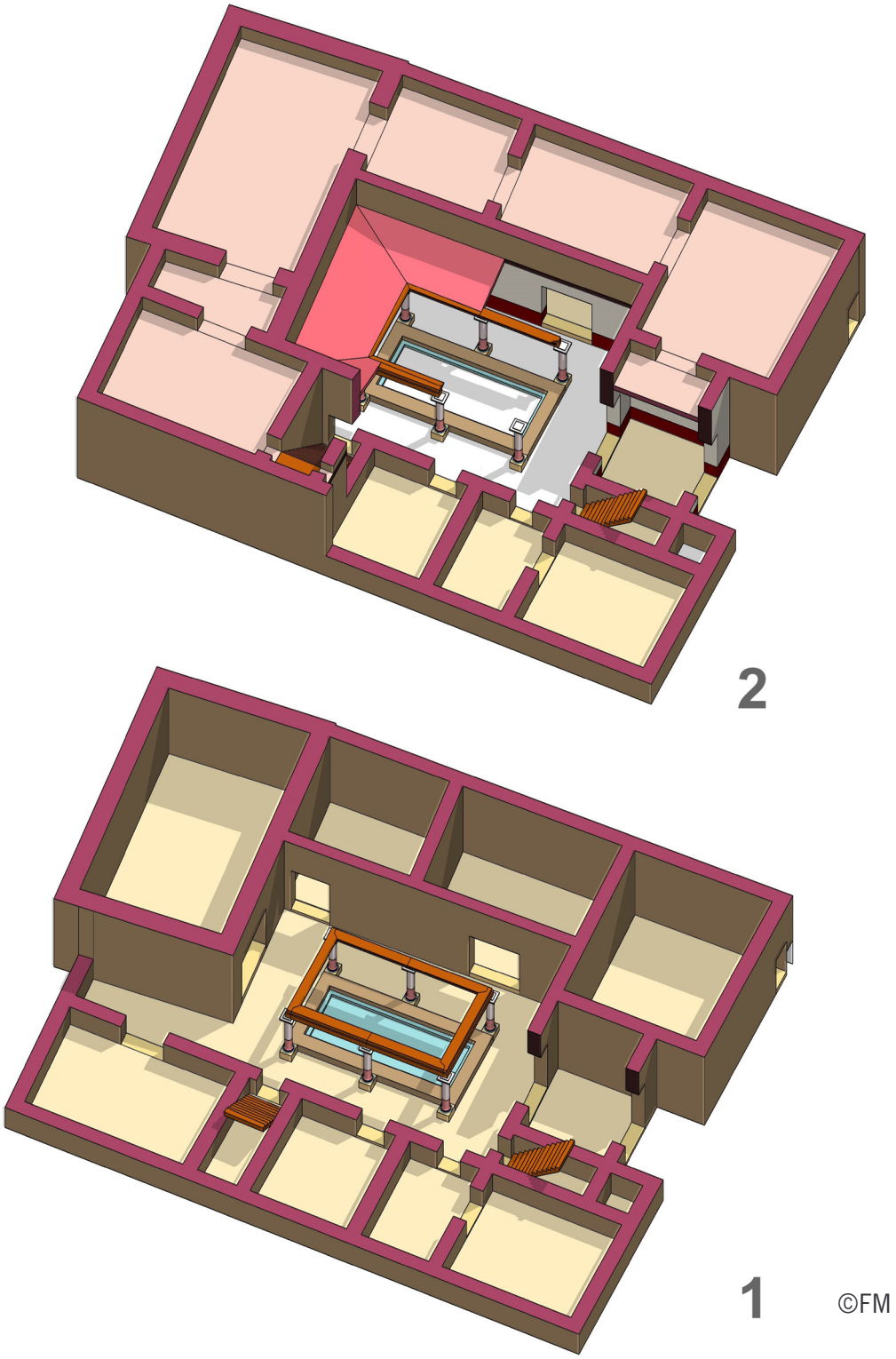


Figura 209. Modelo 3D da 'Casa do *Impluviuum* '. Uma vez que o espaço disponível para a construção da casa restringia a capacidade de instalar a quantidade de compartimentos desejados pelo proprietário, a solução foi implantar um primeiro piso que reproduzia (2), formal e volumetricamente, os espaços do rés-de-chão (1). Para melhor permitir a distribuição e circulação pelas salas do andar superior foram construídas duas escadas, uma a ladear a *fauces* e outra a meio do *impluuium.* Esta casa constitui um exemplo notável para compreender o modo como se deu o desenvolvimento do peristilo nas populações do noroeste (séculos I e II) os quais conjugavam as funções de distribuição próprias de um pátio com o valor representativo do átrio/vestíbulo. As limitações do registo arqueológico torna difícil a interpretação do uso desse elemento em cada espaço. Em todo o caso, é notável a flexibilidade dessa linguagem arquitetónica.

crum do átrio, a partir do qual era possível aceder a todos os compartimentos da casa. No fim do eixo principal foi identificada uma ampla sala com entrada perfeitamente centrada com as duas colunas do fecho este do espaço aberto. Este espaço, apesar de ter sido interpretado como uma *culina* (Leão, 2017: 143), não nos parece ter exercido tais funções. De facto, assim como ocorre com o espaço que encerra o eixo longitudinal da 'Casa do Poço', esse compartimento apresenta dimensões grandes demais para ter sido uma cozinha (7.5x4.5m), possuindo uma área de cerca de 35m2, situando-se numa posição de elevado destaque, aspetos que se coadunam mais com uma sala de representação, possivelmente um *triclinium* (Fig. 209).

No alinhamento sul do *ambulacrum* estão localizadas duas salas, também de significativas dimensões. Uma delas possui uma entrada perfeitamente alinhada tanto com a parede em que está rasgada, como com o intercolúnio mais a oeste do átrio. A outra sala possui uma porta localizada na projeção do alinhamento da parte nascente do corredor do átrio. Ambos os compartimentos são interpretados como salas de receção/representação, o que se traduz na reunião dos espaços com essa finalidade, desde a entrada até o lado oposto do corredor, em redor do espaço aberto, em toda a metade sul da área interna da casa. No que toca às interpretações propostas para essas salas, a primeira é classificada como um *triclinium* e a outra como uma *exedra* (Leão, 2017: 142-143). Contudo, dada a centralidade da entrada do primeiro espaço em relação à parede em que a porta do mesmo está rasgada, bem como à largura da mesma (cerca de 1.5m), acreditamos que esse compartimento possa ter sido um *tablinum* (Fig. 209).

Os demais espaços da habitação, dispostos a norte do átrio, parecem ter tido funções associadas à vida doméstica, como *cubicula*, culina e *cellae*. Por sua vez, o espaço localizado na esquina sudoeste da casa seria certamente uma *taberna,* explorada pelo proprietário, dadas as aberturas que possui tanto para a parte externa como para a interna, (Leão, 2017: 143). A norte da *fauces* parece localizar-se um vão de escadas que permite fazer o acesso ao primeiro piso.

A 'Casa do Impluuium', assim como a vizinha 'Casa do Poço', documentam a aplicação do léxico arquitetónico itálico às necessidades e aos gostos do proprietário da habitação, tanto pela funcionalidade dos compartimentos como pela forma das plantas, a qual segue algumas das instruções vitruvianas sobre a disposição e a dimensão dos espaços de forma a engrandecer a posição social do *paterfamilias*.

3.5.3.3 A 'Casa das Escadas'

Diferentemente das habitações anteriores, a 'Casa das Escadas' apresenta um *atrium* lateral, localizado na esquina sudoeste do lote. Essa posição pode estar relacionada com o tamanho reduzido da parcela, com cerca de 200m^2, fator que condiciona a perda do caráter ordenador da área aberta, de forma a conseguir implantar compartimentos maiores. Desta forma, o acesso à casa era realizado a partir da mesma rua da 'Casa do *Impluvium*' (Figs. 208 e 210). Logo à porta foram identificados três degraus que permitiam vencer o desnível do interior do lote em relação ao eixo viário, elemento dispensado na casa situada a nascente, justamente por conta do corredor que permitia ultrapassar a diferença nos níveis de circulação de forma gradativa. Após as escadas,

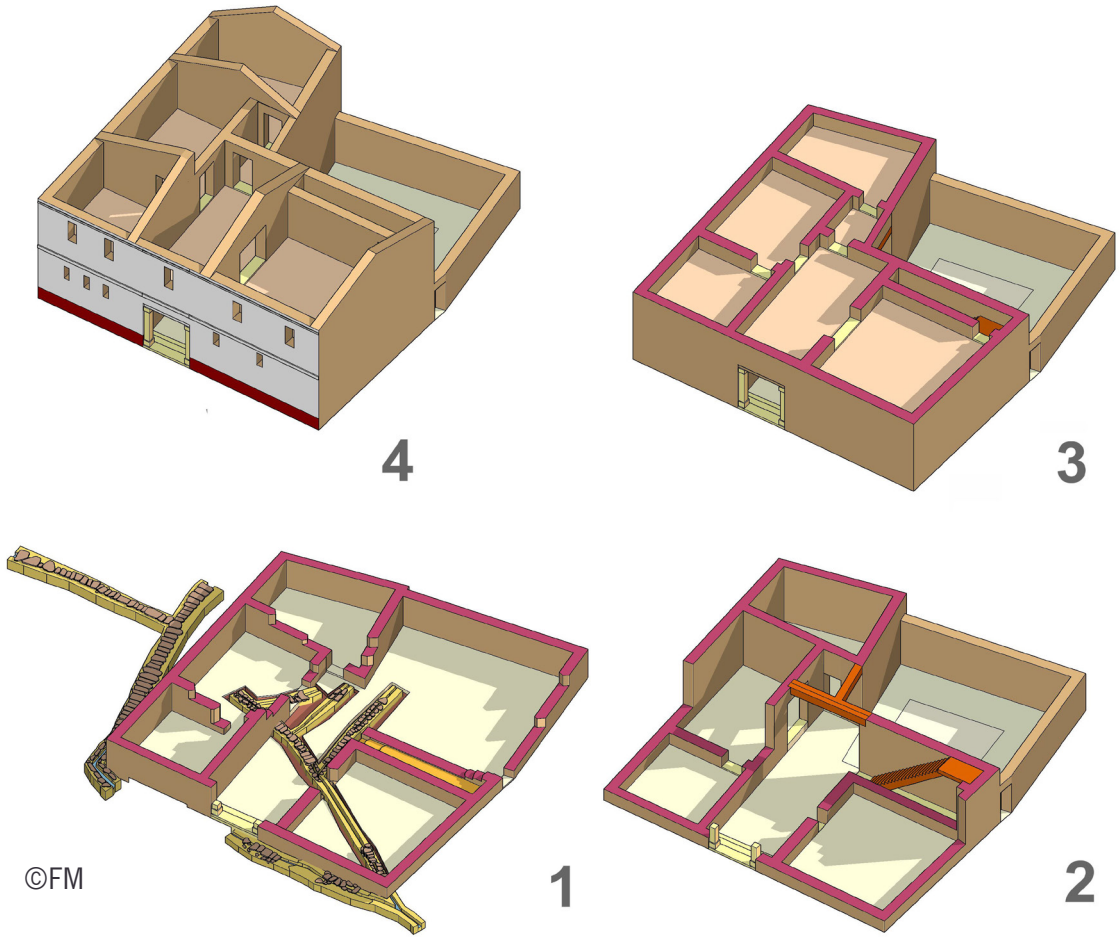


Figura 210. Modelo 3D da 'Casa das Escadas'. Observa-se no processo interpretativo como chegámos a uma hipótese de reconstrução do edifício. 1) Geometrização dos vestígios conservados; 2) Identificação do pátio interior em função das canalizações e da forma dos espaços conjugada com a proposta de vigas de madeira para solucionar estruturalmente o edifício; 3) Hipótese de distribuição do piso superior em função dos muros estruturais; 4) Reconstrução completa da casa com os muros que sustentariam as vigas do telhado. Devido ao pouco tamanho do lote onde essa casa foi implantada, decidiu-se por construir um primeiro piso (3), que permitisse a duplicação formal e volumétrica dos compartimentos do rés-de-chão. A solução encontrada para a distribuição dos espaços no andar superior, dado que a área aberta nessa habitação está situada no limite longitudinal e não centrada, foi a de utilizar o espaço que corresponde à *fauces* como distribuidor das salas do piso de cima (2 e 3). Apesar dos constrangimentos causados pela dimensão do lote, a busca pela magnificência não foi poupada pelo proprietário dessa habitação, na qual vemos uma entrada monumentalizada (4), que fez uso de duas colunas a ladear a *ianua* (4) e as escadas de acesso ao interior do edificado. O desenho 4 representa um ensaio de reconstrução da fachada urbana da casa. O uso de cores nas fachadas está bem documentado nas casas destruídas pela erupção do Vesúvio (Pompeia e Herculano). O rodapé escuro (com frequência em vermelho pompeiano) protegia a fachada do desgaste do uso urbano da rua. Uma cor clara (branca) e as cornijas simples completavam a imagem da fachada com as suas pilastras. A forma desta casa ilustra a flexibilidade do uso de linguagem arquitetónica residencial romana. O pátio traseiro podia servir de jardim de convívio (substituindo o peristilo) e/ou de espaço de trabalho. A largura do corredor de acesso era certamente o principal núcleo distribuidor tanto no rés-do-chão como no piso superior. A densa rede de canalizações devia estar relacionada com o uso produtivo da casa. Com efeito, o dono da casa tinha ambições representativas expressas pela importante porta de acesso que dá o nome à casa. Dados esses elementos a única solução possível é imaginar que os espaços de convívio destinados aos banquetes deviam estar localizados no piso superior. Não se trata de uma evolução tipológica, mas sim da adaptação do projeto arquitetónico ao tamanho da parcela, à disponibilidade económica do proprietário e as suas necessidades funcionais e simbólicas (representativas).

encontramos uma *fauces* que fazia tanto a ligação com o átrio como com os compartimentos da casa. Com efeito, o elemento distribuidor dos espaços internos da habitação era esse corredor e não o espaço aberto. Seria, de facto, a partir dele que todas as áreas da casa eram acedidas.

Os cinco compartimentos da habitação são de difícil interpretação. Tendo em consideração a falta de materiais que indiquem as atividades que eventualmente ocorriam em cada um dos espaços, apenas dispomos dos elementos arquitetónicos para analisar as suas funções, o que se torna por vezes difícil, sobretudo quando, como acontece nesta casa, as caraterísticas espaciais são pouco expressivas. Contudo, parece plausível propor que o espaço aberto situado a nascente da *fauces*, com uma sala de apoio, seria um *triclinium*, enquanto os demais espaços poderiam cumprir as funções de *cubicula* ou desempenhar funções de *culina* e *cellae* (Figs. 208 e 210), interpretação que deve ser aceite com as devidas reservas (Leão, 2017: 145).

De facto, dispomos de três compartimentos de grandes dimensões, um deles com uma sala de apoio e um espaço mais estreito, com cerca de 0.80m de largura. Embora não haja dados suficientes, parece-nos plausível que essa habitação tivesse um primeiro piso, reservado aos compartimentos domésticos, sobretudo aqueles utilizados como dormitórios. O acesso a esse primeiro piso seria naturalmente realizado pelo espaço estreito, cuja largura sugere ter funcionado como o vão das escadas. Se assim fosse, teríamos as salas do rés-de-chão com uma utilização exclusivamente associada ao âmbito público, designadamente um *tablinum,* disposto a poente da *fauces* e uma *exedra* situada a nascente do átrio (Figs. 208 e 210).

Pese embora as dúvidas que pesam sobre a interpretação da casa é possível pensar que o proprietário da casa tenha procurado adaptar alguns elementos itálicos próprios de uma casa de elite romana a um espaço relativamente modesto, o que significou a perda de áreas que lhe faziam falta. Exemplo disso é a manutenção de um certo eixo longitudinal que, partindo da *ianua,* atravessa a *fauces* e vai dar ao átrio. Se, numa casa itálica esse espaço aberto, era um elemento associado à captação das águas das chuvas e à organização e distribuição dos compartimentos da habitação, aqui não exerce nenhuma das duas funções referidas, não tendo sido identificado um *impluuium*. Na verdade, a única passagem associada ao átrio é aquela que a ele dá acesso, pelo que se constata uma incorporação secundária dos elementos da casa itálica, que reitera a romanidade do proprietário, mas que não tem expressão arquitetónica na forma de organizar os eixos estruturantes da casa.

3.5.3.4 As 'Casas 1, 2, 3 e 4'

O conjunto de ruínas identificado na parte noroeste da zona habitacional de *Tongobriga* apresenta algumas dificuldades de interpretação devido, por um lado, à complexidade dos vestígios encontrados e, por outro, ao caráter fragmentários dos muros. Contudo, apesar desses obstáculos, dada a localização das ruínas, em plena área residencial da cidade, foi dado como certo que também teriam essa função, apesar de não se conseguir restituir as plantas (Dias, 2003: 85; Rocha *et al.*, 2014: 73-74; Leão, 2017: 142-145). No entanto, acreditamos ser possível restituir o traçado de três habitações, duas das quais ocupavam a metade sul do quarteirão, dispondo-se a

'Casa 2' a oeste e a 'Casa 3' a nascente, enquanto a parte norte do quarteirão era ocupado pela 'Casa 1' e a parte nordeste pela 'Casa 4'. Trata-se de residências que buscam aproveitar as formas e os tamanhos dos lotes, que são irregulares e desiguais, para implementar, com diferentes perspetivas, os compartimentos que realizam a divisão da casa. O conjunto das habitações está estruturado ao redor de um corredor que corre no centro do quarteirão. Esse espaço foi utilizado como área secundária de acesso às casas, estando as entradas principais relacionadas com as ruas que se desenvolviam a sul e a norte.

Dos vestígios identificados em dois dos compartimentos dessa grande *insula* destaca-se uma forja e um forno localizado no canto noroeste, o que levou a associar partes desse quarteirão a uma componente comercial, ainda que pouco se conheça da natureza das atividades que ali se realizariam (Leão, 2017: 144-145).

A 'Casa 1', implantada no topo norte da *insula*, apresenta um átrio lateral, localizado no fim de uma *fauces* que se ordena a partir da entrada no sentido N/S. A área aberta não exercia a função de ordenar o espaço circundante, sendo essa função realizada por dois corredores, um no eixo longitudinal, representado pela *fauces* e outro no eixo transversal, que cortava o anterior, imediatamente antes da antessala do átrio. Os compartimentos são de difícil interpretação, pois apenas dispomos dos eixos dos muros, parecendo seguro afirmar que a sala localizada no canto nordeste deveria ter funções de receção/representação devido às suas dimensões, tal como acontece, com o compartimento implantado a poente da entrada secundária, que parece ser um *triclinium* com sala de apoio (Fig. 211). Face à falta de dados, os demais espaços da casa, que não possibilitam maiores ilações, podem ter assumido usos semelhantes, enquanto a parte reservada às atividades de cunho doméstico seriam realizadas no primeiro piso da habitação, cujo acesso era realizado a partir de umas escadas localizadas na área do átrio.

Por outro lado, foi possível individualizar três *tabernae*, duas das quais representadas pelos compartimentos em que foram encontrados vestígios de um forno, situado na parte oeste da casa e outro, com uma fornalha, a poente da *fauces*, cuja exploração seria realizada pelo proprietário da habitação, tendo-se em consideração uma porta que fazia a ligação com o corredor de entrada. Soma-se a estas duas uma outra loja, situada na esquina noroeste, na qual foi identificado um balcão, o que pode sugerir um *thermopolium*.

Por sua vez, a 'Casa 2' corresponde a uma habitação com átrio centrado, com entrada a sul, sem *fauces*, *uestibulum* ou qualquer outro espaço a delimitar a *ianua* do *ambulacrum* da área aberta (Fig. 211). Apesar de pouco comum esta solução permitiu ampliar a área interna, a qual seria necessariamente prejudicada, caso se optasse por manter a simetria dos espaços. Tendo-se em consideração os escassos dados, parece-nos que a planta dessa habitação apresenta algumas semelhanças com a proposta de um suposto primeiro piso na 'Casa das Escadas'. De facto, os três compartimentos situados no rés-de-chão e dispostos ao redor da área aberta apresentam dimensões amplas demais para não terem sido aproveitados como salas de receção/representação, de modo a que, dessa forma, os espaços de âmbito doméstico ficariam no andar superior, estruturado em redor do *compluuium* do átrio (Fig. 211).



Figura 211. Reconstrução da planta da *insula* central do bairro residencial de *Tongobriga*. É possível restituir o traçado de quatro habitações nesta *insula* em função da distribuição dos espaços, das portas e das canalizações. Conseguimos identificar quatro escadas para aceder ao piso superior. A 'Casa 1' (cor verde) ocupa a parte central da *insula* e relaciona-se com um corredor secundário representado pela linha vermelha descontinua. É possível identificar um pátio/jardim interior pelo traçado das canalizações localizadas sob a escada de acesso ao piso superior. A 'Casa 2' (cor rosa) apresenta maiores problemas interpretativos, devido à distribuição das canalizações e pela falta de alguns muros. Contudo, é possível restituir uma grande casa de pátio lateral marcado no desenho com o quadrado verde. O estreito corredor cego pode ser interpretado como negativo de uma escada. A 'Casa 3' (cor amarela) apresenta grandes problemas interpretativos. A forma associa-se melhor a um edifício público do que uma unidade doméstica devida à sua planta retangular compacta com dupla porta de acesso fontral. Contudo, a presença de um embasamento de uma escada apontaria antes na direção de uma unidade doméstica. Finalmente, a 'Casa 4' (cor rosa claro) pode ser interpretada como 'casa tipo taberna linear'. À cor azul está associada as *tabernae* das casas perimetrais.
F: ; C: *cubiculum*; Ta: *tablinum*; Tr: *triclinium*; E: *exedra*; T: *taberna*; Cu: *culina*; V: *uestibulum*; Ce: *cella*.

Seguidamente, temos a 'Casa 3', cuja tipologia é completamente distinta das demais, existindo dados insuficientes para propor a existência de um espaço aberto e tampouco um elemento estruturante. De facto, a planta dessa habitação parece-nos aproximar-se das residências de 'tipo taberna linear' (Fig. 211), identificadas em *Ampurias*, uma vez que possui dois espaços contíguos, um deles aberto diretamente à rua, onde se realizaram atividades de cunho comercial, e outro traseiro, que funcionaria como *cella* ou mesmo como habitação (Mar e Ruiz de Arbulo, 1993: 349-353). No entanto, os dois compartimentos poderiam ter funcionado exclusivamente como *tabernae*, em que a atividade comercial seria concretizada no espaço a sul, estando o outro reservado à armazenagem de produtos ou ao fabrico dos mesmos. Deve-se essa interpretação ao prolongamento do quarteirão para nascente, para além dos limites dessas estruturas, o que permite sugerir a existência de escadas laterais que dariam acesso a um primeiro piso, onde provavelmente estaria a parte doméstica dessa casa.

Por fim, temos a 'Casa 4' que apresenta uma tipologia de 'tipo taberna linear' (Fig. 212), com bastantes semelhanças com a 'Casa 3' bem como com as identificadas em *Ampurias* (Mar e Ruiz de Arbulo, 1993: 349-353). No do rés-de-chão poderia localizar-se uma área comercial, uma taberna, e no andar superior a habitação, onde foi possível instalar dois espaços com dimensões suficientes para as atividades domésticas da família.

De um modo geral, a observação das casas da zona habitacional de *Tongobriga* é forne-

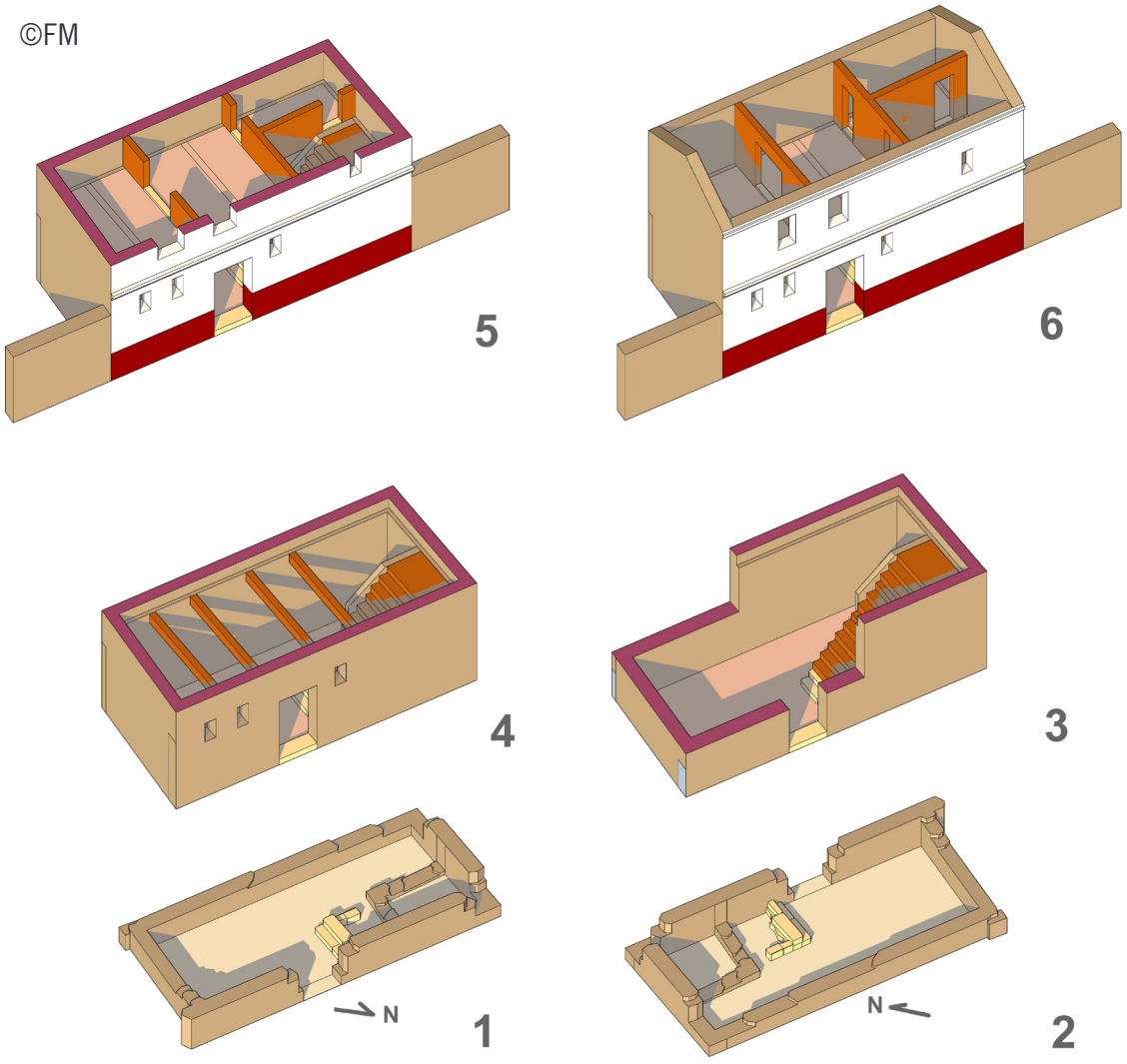


Figura 212. O modelo 3D da 'Casa 4'. A figura mostra o processo interpretativo para sua reconstrução arquitetónica. 1 e 2: geometrização dos restos conservados; 3) restituição do piso térreo; 4): Solução proposta para vigas de madeira; 5) Restituição do segundo andar com uma hipótese de distribuição hipotética; 6) Restituição dos telhados do edifício com possível formalização da fachada. Trata-se de uma pequena casa de piso térreo mais um andar, bem identificados pelo estado de conservação dos muros perimetrais. No interior, conservou-se o embasamento de uma escada de madeira. O espaço disponível para a construção da casa era reduzido, o que impossibilitava a implantação dos compartimentos que o proprietário precisava, tendo esse impedimento sido resolvido com a utilização do rés-de-chão como uma área produtivo e comercial e a habitação ocupou o andar superior (5), onde foi possível instalar dois espaços com dimensões suficientes para as atividades domésticas da família (6). Hipoteticamente conseguimos restituir a fachada comum com rodapé pintado, estucado e com pequenas janelas.

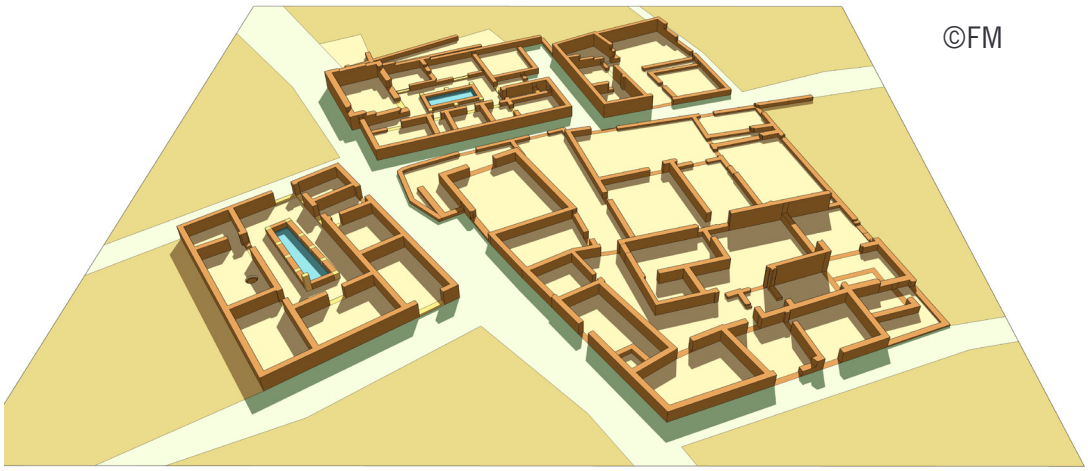


Figura 213. Geometrização dos restos da área residencial de *Tongobriga* (área D) e restituição dos muros desaparecidos. Permite identificar o tecido urbano denso e irregular, produto da longa história de desenvolvimento do sítio. As sete unidades residenciais foram adaptadas à topografia urbana, ajustando as características dos modelos residenciais às possibilidades das parcelas e às necessidades dos proprietários que construíram as casas. As *tabernae* estão associadas às linhas de fachada, deixando os pátios e os espaços principais no interior dos quarteirões.

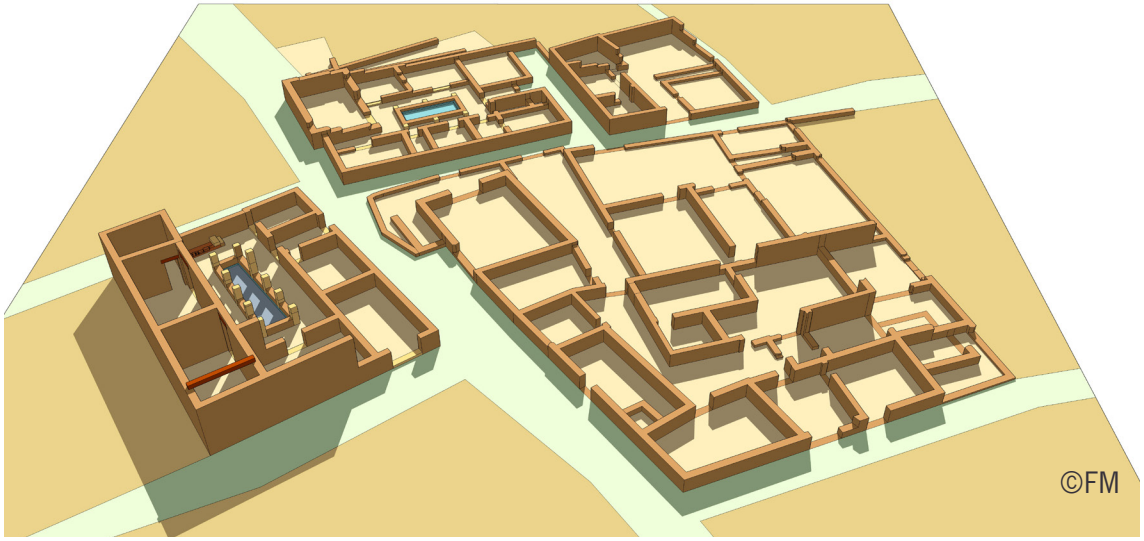


Figura 214. Recriação 3D da zona habitacional (área D).A 'Casa do Poço' representa o modelo de casa com 2º piso. Devido às limitações para expandir lateralmente e não possuindo os lotes tamanho suficiente para os espaços necessários no interior da habitação, a solução parece ter sido instalar os compartimentos habitacionais no primeiro piso.

ce-nos dados bastante significativos no que toca à compreensão da forma como as unidades domésticas contemplaram diferentes soluções arquitetónicas com o objetivo de aplicar a gramática itálica, independentemente delas se inscreviam numa malha urbana que definia uma delimitação prévia de quarteirões e a sua divisão em lotes, cujas dimensões e orientações condicionavam as formas das plantas e a distribuição dos espaços internos. Na verdade, o que parece destacar-se da análise desses vestígios é a constante presença de elementos arquitetónicos de matriz itálica, ainda que quase forçadamente aplicados. Ou seja, dadas as caraterísticas físicas dos lotes, foi necessário adaptar diversos espaços nem que isso resultasse na perda de suas funções iniciais,

como os *atria* da 'Casa das Escadas' e da 'Casa 1', os quais não assumem o papel ordenador dos compartimentos, ou a inexistência de um espaço que separe a *ianua* do *ambulacrum* do átrio da 'Casa 2'.

De facto, se recorrermos às diretrizes vitruvianas para a casa romana de elite, vemos que ela é preferencialmente implantada numa planta retangular, requerendo uma área de grandes dimensões, a fim de acomodar *atria et peristylia amplissima e ambulationes laxiores* (Vitr., De arch., VI.V.2). No entanto, não é isso que ocorre na generalidade das cidades hispânicas. Se considerarmos que os aglomerados de fundação imperial, possuíam um traçado urbano ortogonal, geralmente com quarteirões com limites muito bem definidos e parcelas com tamanhos padronizados e nunca muito grandes, seria difícil a construção das grandes *domus*, como as que se documentam em cidades como *Conimbriga,* designadamente na 'Casa de *Cantaber*', ou na 'Casa dos Repuxos', ou em *Ampurias,* com a 'Casa do Peristilo', ou a última fase da 'Casa 2'.

A solução encontrada pelos proprietários para formalizar a reprodução dos compartimentos e garantir que houvesse espaço suficiente para realizar as atividades prováveis de um p*aterfamilias* de determinado nível social foi fazer crescer a casa no sentido vertical, fenómeno identificado na 'Casa do Poço', na 'Casa do *Impluvium*', na 'Casa das Escadas' e nas 'Casas 1, 2, 3 e 4'. Com efeito, uma vez impossibilitados de expandirem lateralmente as suas casas e não possuindo os lotes tamanho suficiente para os espaços necessários no interior da habitação, a solução óbvia parece ter sido instalar um primeiro piso, que reunisse parte dos espaços necessários ao funcionamento da casa, sobretudo aqueles associados ao âmbito doméstico, como os *cubicula,* de modo a que o rés-de-chão ficasse reservado às atividades de receção e representação, com amplos *triclinia* e *tablina*, aproveitando-se assim da decoração dos espaços abertos aos quais estavam quase sempre voltados.

4 O contributo das análises funcionais, sociais e antropológicas da casa romana

4.1 Os elementos constitutivos das casas de tipo itálico na Hispânia

Anteriormente, tentámos demonstrar que a experiência arquitetónica na *Hispania* constitui o resultado de séculos de interação entre as populações locais e povos forâneos provenientes de diversas partes do Mediterrâneo, como os Gregos, Fenícios e Púnicos, a que se acrescentam os Romanos, no Levante espanhol, a partir dos finais do século III a.C. e, gradativamente, por toda a Península Ibérica, culminando na sua total integração no Império, dois séculos depois. O contacto entre esses diversos mundos culturais, em particular com os Romanos, devido à antiguidade e longa duração do seu controlo, produziu sociedades que, apesar de bastante heterogéneas, desde os fins da época republicana apresentaram traços urbanísticos e arquitetónicos com uma base cada vez mais comum a esse vasto território.

A partir de Augusto inicia-se um processo sem precedentes de ampla estandardização cultural, assente na criação de uma linguagem franca, adaptável e sedutora, capaz de atrair as elites locais (Habinek e Schiesaro, 1998; Wallace-Hadrill, 2008). Essa linguagem passa pelo urbanismo



Figura 215. Pormenor do peristilo da 'Casa dos Esqueletos', em *Conimbriga* (Correia, 2010:121).

e pela arquitetura, atingindo os bens consumíveis, desde os alimentos a uma gama variada de produtos.

No que toca à arquitetura doméstica hispânica, parece-nos bastante seguro afirmar que se trata de um processo lento e constante de racionalização teórica e instrumental dos modelos produzidos e desenvolvidos em Itália, ainda que alguns dos seus traços remontem às tradições helenísticas de Oriente, cuja consequência foi a sistematização das práticas e das técnicas construtivas, bem como a emulação de seu léxico, fenómeno observável tanto nas *coloniae* e grandes cidades de fundação romana como nos aglomerados de matriz indígena, com exemplares observáveis um pouco por toda a Península Ibérica (Aa. Vv., 1991).

A formação da sociedade provincial constituiu o resultado, entre outros fatores, da interação entre as velhas elites indígenas e a estruturação social da população itálica que, desde época republicana, se foi fixando na Península. Como resultado surgiu uma nova elite hispano-romana que reelaborou os aspetos essenciais das funções sociais associadas aos espaços da casa de prestígio. Dispor de grandes vestíbulos para impressionar a clientela, fossem átrios ou simples *fauces* e dispor de jardins porticados com salões de receção, para convidar (*convivium*) os seus iguais, acabou sendo um traço distintivo da casa dos personagens principais de uma qualquer cidade, fossem eles personagens de origem itálica, ou hispânica.

Verificamos estas circunstâncias de forma detalhada nos casos de *Iuliobriga* e *Tongobriga,* sendo notável verificar como as cidades romanas fundadas com vias porticadas, como acontece com *Complutum,* ou *Augusta Emerita*, desenvolveram o mesmo léxico arquitetónico nas suas casas de elite. No caso de *Bracara Augusta*, onde a presença do elemento indígena na sua população foi certamente muito importante, os seis exemplos de casas que se puderam documentar refletem um panorama similar ao que encontrámos em *Complutum.* Na verdade, a forma do quarteirão fundacional, com pórticos perimetrais condicionou o parcelário interior dos quarteirões que são ocupados por casas organizadas em torno de peristilos ajardinados, apresentados desde a rua através de um simples vestíbulo coberto que, por vezes é denominado átrio testudinato (coberto), mas que quase sempre oferece uma grande transparência para o peristilo para que os clientes admitidos ao vestíbulo possam intuir e apreciar a imagem de riqueza escondida no interior da casa.

A análise provincial, a partir da *Tarraconensis,* permitiu evidenciar a busca pela aplicação de um variado conjunto de elementos estruturantes na elaboração dos projetos arquitetónicos, sempre recorrendo aos modelos itálicos, ainda que fosse necessário adaptá-los, face a constrangimentos físicos ou topográficos do terreno, em que as habitações foram implantadas, bem como aos limites financeiros e às atividades quotidianas do proprietário.

Prosseguiremos agora com a análise da aplicação do léxico itálico a partir de dois produtos arquitetónicos domésticos, a 'Casa de *Cantaber*' e a 'Casa dos Repuxos', provenientes de *Conimbriga* (Fig. 216). A escolha desses exemplares foi realizada tendo-se em consideração o fato da cidade apresentar um pano de fundo identitário bastante heterogéneo, situação que carateriza a realidade peninsular.

Conimbriga está localizada na província da *Lusitania*, na parte central do *conventus Scal-*

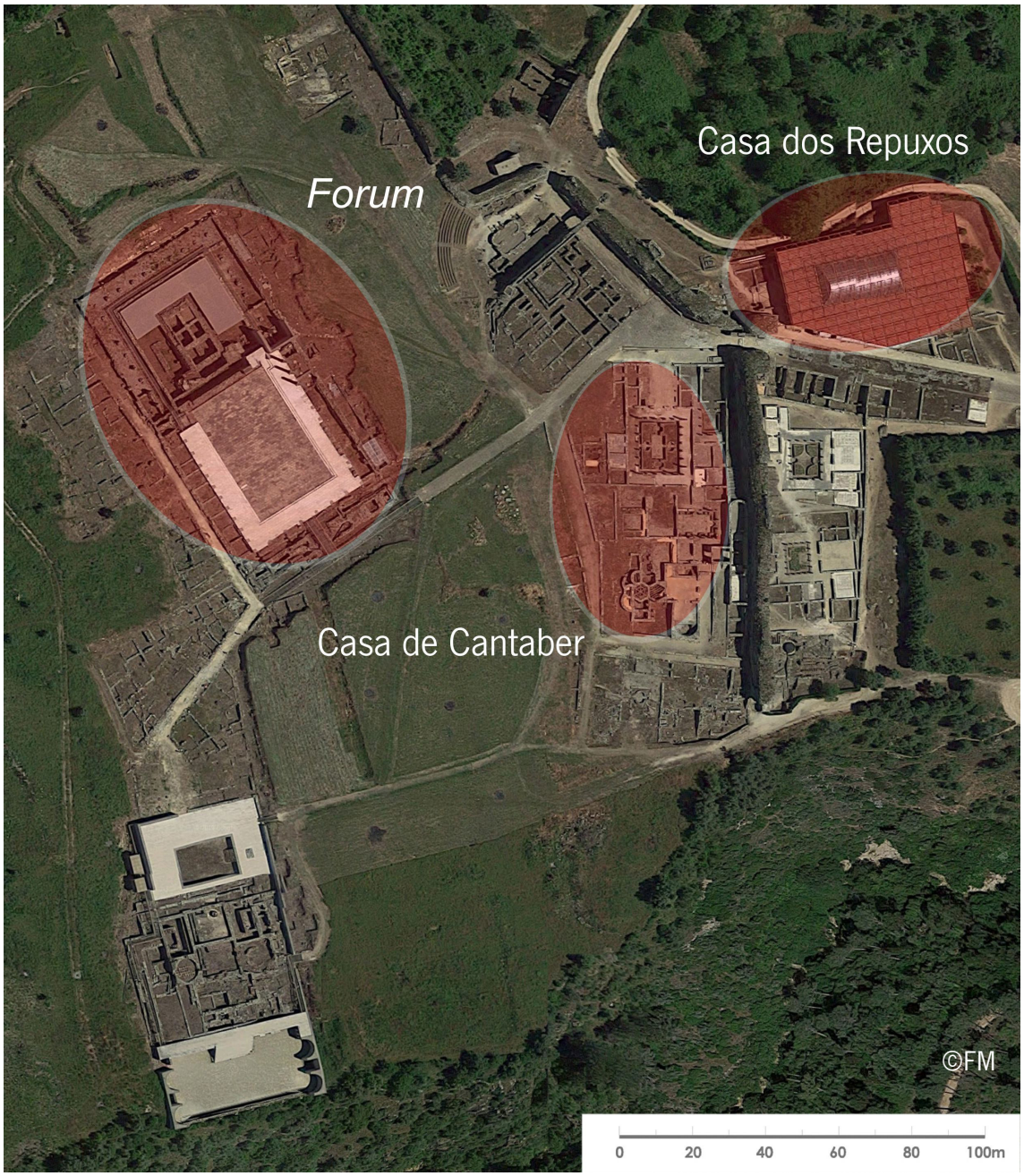


Figura 216. Fotografia aérea do conjunto arqueológico de *Conimbriga* com destaque para a área do *forum* administrativo, 'Casa de *Cantaber'* e 'Casa dos Repuxos' ©Google Earth.

labitanus, nas proximidades da margem sul do Baixo Mondego, eixo fluvial navegável, cuja planície aluvial é bastante fértil, aspetos que certamente tiveram influência na implantação dessa cidade. Por outro lado, os antecedentes fundacionais de *Conimbriga* apontam para a existência de um núcleo pré-romano lusitano, conquistado por Roma, nos finais do século II a.C., no fim das chamadas Guerras Lusitanas (Alarcão, 1988; 1990). Todavia, a cidade adota um urbanismo romano apenas no período de Augusto, quando foi ocupada por uma elite pequena, mas bastante abastada, pertencente à *ordo decurionum*, que detinha mais da metade da área construída do núcleo urbano (Correia, 2010: 261-262).

É nesse contexto de profundo hibridismo que encontramos os exemplares domésticos

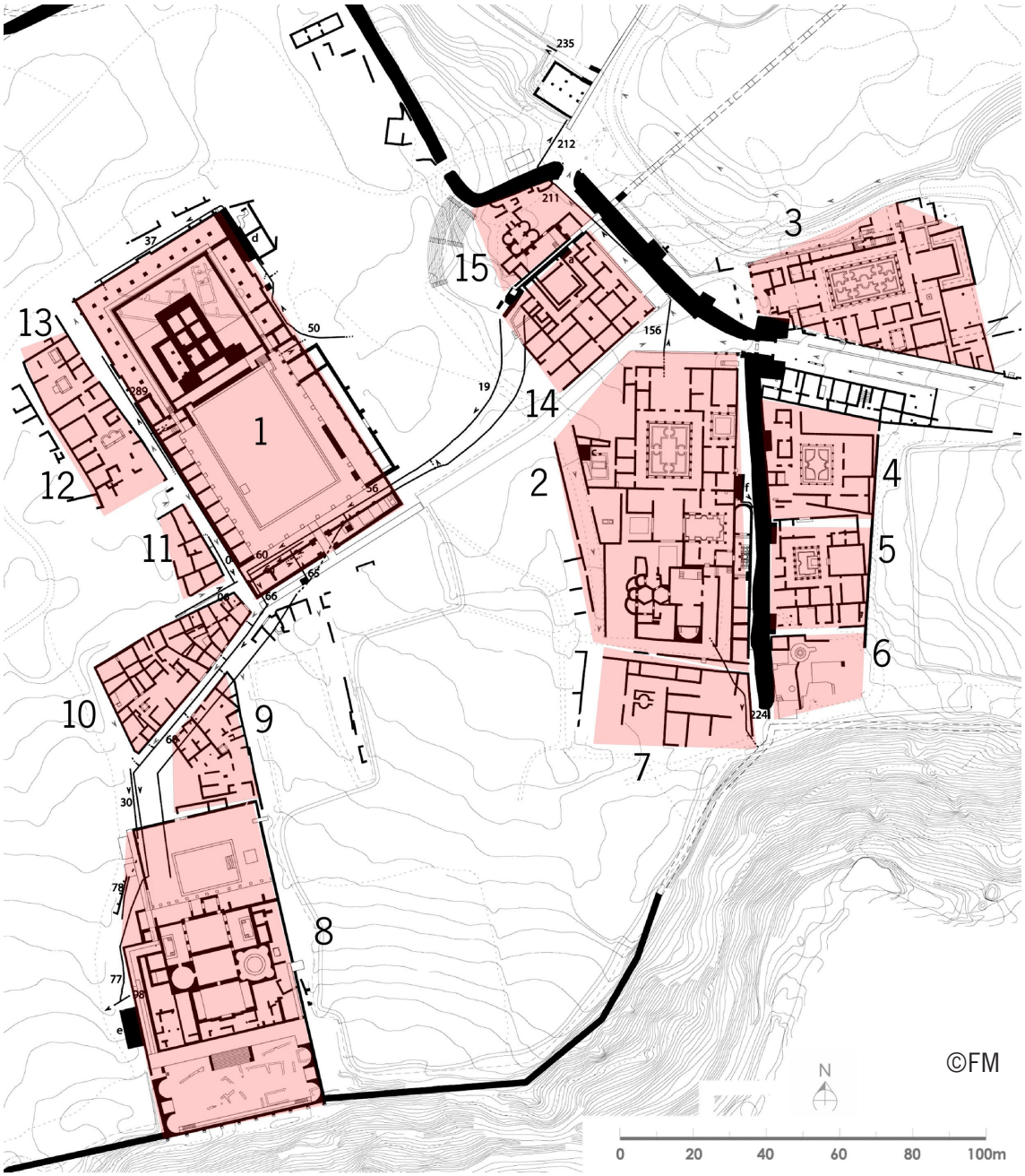


Figura 217. Planta do conjunto arqueológico de *Conimbriga* 1: *forum* administrativo; 2: 'Casa de *Cantaber*';3: 'Casa dos Repuxos'; 4: 'Casa da Cruz Suástica'; 5: 'Casa dos Esqueletos'; 6: 'Termas da Muralha'; 7: 'Casa de *Tancinus';*; 8: 'Grandes Termas Sul'; 9: '*Insula* a Norte das Termas'; 10: '*Insula* do Vaso Fálico'; 11: '*Insula* a oeste do *Forum';* 12: 'Casa do Mediano Absidado'; 13: 'Casa de *Valerius Daphinus*'; 14: '*Insula* do Aqueduto'; 15: 'Termas do Aqueduto'

mais paradigmáticos para analisar a composição interna e a aplicação do léxico arquitetónico itálico às *domus* da *Hispania* romana (Fig. 215). As duas habitações individualizadas, a 'Casa de *Cantaber*' e 'Casa dos Repuxos', são casos excecionais de unidades domésticas peninsulares, com áreas de implantação de grandes dimensões, respetivamente 3260m^2 e 2890m^2. Uma vez que os limites físicos dos lotes onde as casas foram construídas não restringiram as capacidades de crescimento, elas desenvolvem-se exclusivamente no rés-de-chão e apresentam uma complexa abundância de espaços abertos a estruturar as dezenas de compartimentos onde eram executadas as principais atividades da família, com grande sumptuosidade e uma riquíssima decoração



Figura 218. Pormenor do peristilo central da 'Casa de *Cantaber'* (Correia, 2010:94).

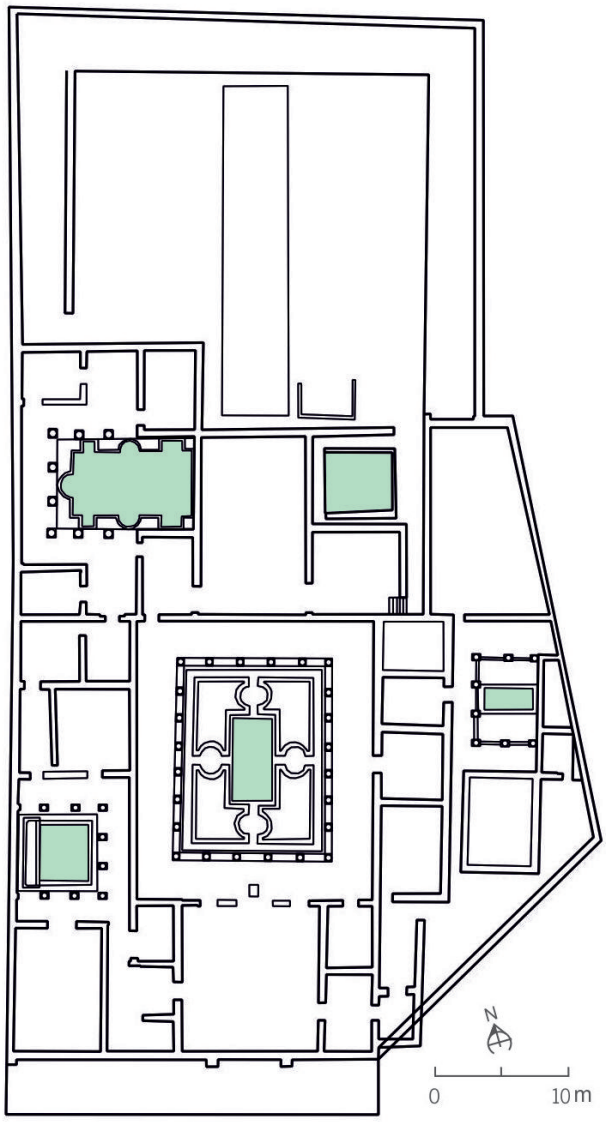


Figura 219. Planta da 'Casa de *Cantaber'*. Os *triclinia* da 'Casa de *Cantaber'*, localizados no eixo longitudinal, encontra-se perfeitamente alinhado com o peristilo central e com o *uestibulum* da habitação.

pictórica e musiva (Pessoa, 2005; Correia, 2010).

O urbanismo de *Conimbriga* reflete a sua dilatada história e evolução cultural, em que as suas ruas, de traçado irregular, se adaptam à topografia para garantir a acessibilidade do espaço urbano a partir das vias que comunicavam com o território. Por outro lado, a evolução sociocultural do aglomerado a partir da época de Augusto e ao longo dos séculos I e II, determinou a intensificação das construções com a edificação de equipamentos públicos que eram exigidos por um centro urbano com as características de *Conimbriga,* de que são exemplo as sucessivas fases do foro e a construção das grandes termas públicas (Fig. 217). No entanto, as velhas ruas do aglomerado urbano determinavam o sistema de propriedade privada do solo, pelo que tiveram de ser mantidas, tendo as termas e o foro ficado condicionados pelo velho sistema viário, tendo-se conservado a estrutura urbana hierárquica, um claro resultado dos fluxos que geravam as atividades urbanas e a comunicação com o território.

Com feito, a planta de *Conimbriga* mostra como se manteve o primitivo eixo principal de acesso à cidade, transformado numa Via Porticada, tal como aconteceu em *Iuliobriga*. Mantiveram-se também as ruas secundárias, que tinham origem nesse eixo principal. Também os novos edifícios representados pelo foro e pelas termas procuraram um equilíbrio entre o velho parcelário irregular e as necessidades de solo, que requeria implantar una praça porticada retangular, como o *forum,* ou um edifício termal de planta axial (Fig. 217). O crescimento do foro acabou por determinar a sobreposição de algumas velhas ruas secundárias, gerando novas vias perimetrais que acabaram por reordenar o espaço. Contudo, o eixo viário principal manteve-se com o seu traçado irregular, o qual foi mesmo reforçado com a construção de segmentos de pórticos, que acabaram por monumentalizar esse traçado em função dos distintos edifícios que flanqueavam a via.

A elite de *Conimbriga* teve que se adaptar a esta dinâmica urbana profunda, tendo conseguido lotes de terreno significativos, ainda que sempre e inevitavelmente com o um perímetro de parcela irregular, em função das suas possibilidades económicas e da sua posição social. Assim, linhas oblíquas ou formas de terreno triangulares condicionaram a implantação das grandes casas de *Conimbriga*, o que, aparentemente, longe de ser um problema, constituiu um estímulo para encontrar soluções arquitetónicas inovadoras, sem renunciar a composições que se esperavam da casa de um notável da cidade.

4.1.1 As casas como conjuntos de espaços interrelacionados

Se examinarmos a planta da 'Casa de *Cantaber*' e da 'Casa dos Repuxos' fora do seu respetivo contexto urbano e com a mesma escala e orientação (Fig. 219), torna-se evidente a sua organização rigorosa, com base num eixo longitudinal que é também visual.

O vestíbulo monumental articulado com porticado urbano, que poderíamos denominar átrio testudinado, dá acesso à casa, comunicando com o peristilo (Fig. 218) através de uma porta tripla, simétrica (*trifora)* (Fig. 219). O jardim interior segue na sua ordenação esse eixo principal e remata num grandioso *oecus*, uma grande sala de representação, em torno da qual se organizavam os espaços de serviço para a celebração de grandes banquetes. Estes três elementos perfeita-

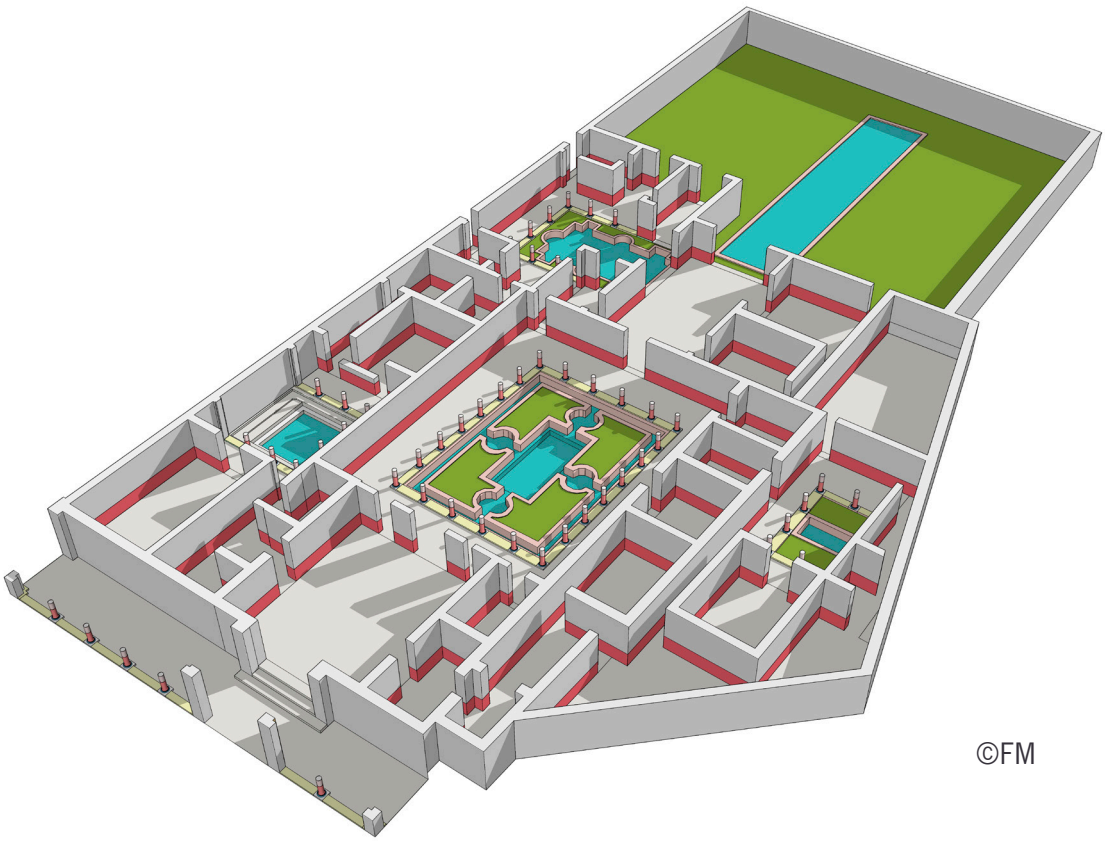


Figura 219B. Restituição da planimetria da 'Casa do *Cantaber* 'em *Conimbriga*. Esta imagem permite-nos compreender a aplicação das principais características a grande casa helenística de peristilo e jardim no noroeste da Península Ibérica, que utiliza a já referida organização axial. Com esta figura queremos enfatizar o valor simbólico adquirido pela relação ambígua entre interior e exterior. Primeiro em grandes áreas representativas: a porta monumental que ligava o pórtico com a rua, o grande vestibulo de altura dupla, o peristilo axial com jardim luxuoso rematado com um grande *oecus* triclinar aberto ao *hortus* traseiro. O espaço triclinar expandiu-se lateralmente com um jardim com tanque onde se distribuíam as salas auxiliares do banquete. Os dois peristilos privados (ambos com tanque e jardim) eram unidades segregadas e muito particulares que têm de ser associadas com a vida privada do *dominus* e da *domina.* Como recurso formal, colocamos no desenho ródapés baixos que têm servido para expressar a hierarquia de espaços interiores, como ocorre nas casas de Pompéia e Herculano. No entanto, devemos salientar que, na bibliografia, esta casa não documentou os possíveis estuques desses elementos.

mente alinhados foram sem dúvida o primeiro estandarte cultural do proprietário que encomendou a casa e que os construtores tiveram que respeitar, apesar das irregularidades da parcela. Isso é particularmente evidente na 'Casa dos Repuxos' (Fig. 221). A forma triangular da parcela obrigou a colocar este eixo de forma obliqua. Ora para garantir a monumentalidade do acesso oblíquo desenhou-se uma êxedra semicircular que se articulava com os porticados da rua. A casa possui um desenho hábil, que se adaptou às expetativas do *dominus* e às dificuldades da parcela, oferecendo a casa um bom impacto urbano, expresso através do eixo longitudinal principal. Naturalmente que a ideia do eixo longitudinal representa um dos elementos mais recorrentes na tradição da casa de átrio e peristilo de tradição helenística. Ainda que desapareça o átrio como conceito espacial, este é substituído por um monumental vestíbulo, cuja complexidade arquitetónica manteve os valores que, na tradição republicana, se atribuíam ao binómio átrio/ *tablinum.* A substituição do

tablinum por uma *trifora,* que encontramos em ambos os exemplos, está presente tanto nas casas pompeianas, como mostra claramente o exemplo da 'Casa dos Vetii'. Neste caso pompeiano, bem como noutras casas de Herculano, como na 'Casa da Gratta di Legno' (Pesando, 1997), contamos com evidências sólidas da presença de portas corridas de madeira, que permitiam interromper a continuidade visual do átrio com o peristilo. Trata-se de um indício importante da flexibilidade com que se concebia o uso dos espaços interiores da casa. Ainda que o desenho do átrio/vestíbulo tivesse sido determinado pela sua função representativa inicial, o dono da casa requeria elementos arquitetónicos secundários, como portas, grades, cortinas, que facilitavam usos diferentes dos espaços (Laurence, 1994).

A *trifora* presente nas duas casas de *Conimbriga* apresentava esta conceção ambivalente. Quando as portas estavam abertas reforçavam a imagem do *dominus* no centro da porta central, mais larga que alta, deseignadamente, na receção aos clientes, quando a imagem do proprietário era reforçada pela simetria das três portas e a imagem do jardim paradisíaco nas suas costas (Jashemski, 1979).

Quando o uso do peristilo requeria uma maior intimidade, como é o caso de um banquete oferecido a iguais no triclínio, com nove participantes, a *trifora* facilitava o encerramento das portas e a privacidade do peristilo. Em ambas casas, o vestíbulo de receção contava com cubículos subsidiários e corredores que permitiam chegar aos espaços de serviço no fundo da casa, sem atravessar a *trifora* ou o jardim e molestar assim os participantes no banquete intimo. Os respetivos *oeci* situados ao fundo do peristilo são concebidos como o espaço privilegiado da casa com as suas dependências secundárias para tornar mais ameno o ritual do *convivium* (Dunbabin, (1996).

Em particular cabe destacar a presença de janelões que davam acesso a jardins que podiam ser observados pelos convidados estendidos no grande triclínio que devia ocupar o centro da sala (von Stackelberg, 2009). A 'Casa de *Cantaber*' situa este jardim em posição lateral, decorado com um grande tanque central, com formas curvas próprias da arquitetura de luxo do século II, o que constitui uma solução condicionada pelas limitações da parcela.

Pelo contrário, a 'Casa dos Repuxos' dispunha de terreno ao fundo da parcela, pelo que a grande sala deveria estar dotada de três grandes janelas que davam para um jardim situado no fundo da parcela. Um tanque em forma de U rodeava exteriormente o grande salão reforçando o papel da água e das fontes na relação do jardim com as janelas do *oecus.* Vitrúvio descreve este tipo de *oeci* apelidando-os de 'cizicenos', da cidade de Cyzicus, nos quais os nobres podiam banquetear-se estendidos no triclínio, desfrutando da paisagem graças às janelas baixas. Os palácios helenísticos construídos na Itália republicana mostram claramente este tipo de organização compositiva (Gros, 2001; Krause, 2003). Na Hispânia os exemplos mais evidentes encontram-se nas grandes casas da cidade romana de *Ampurias* já em época flávia (Gros, 2001; Mar Ruiz de Arbulo, 1993).

Quando os proprietários das duas casas de *Conimbriga* decidiam abrir as suas portas para um banquete com dezenas de convidados, a solução da *trifora* facilitava a organização do evento e o fácil acesso ao peristilo (Dubouloz e Robert, 2016: 59-84). Nesse caso, o peristilo adquiria um



Figura 220. Pormenor do ninfeu da 'Casa dos Repuxos' (Correia, 201:108). Este sofisticado espaço desenvolve as formas curvas presentes na arquitetura residencial de prestigio a partir de meados do século I.

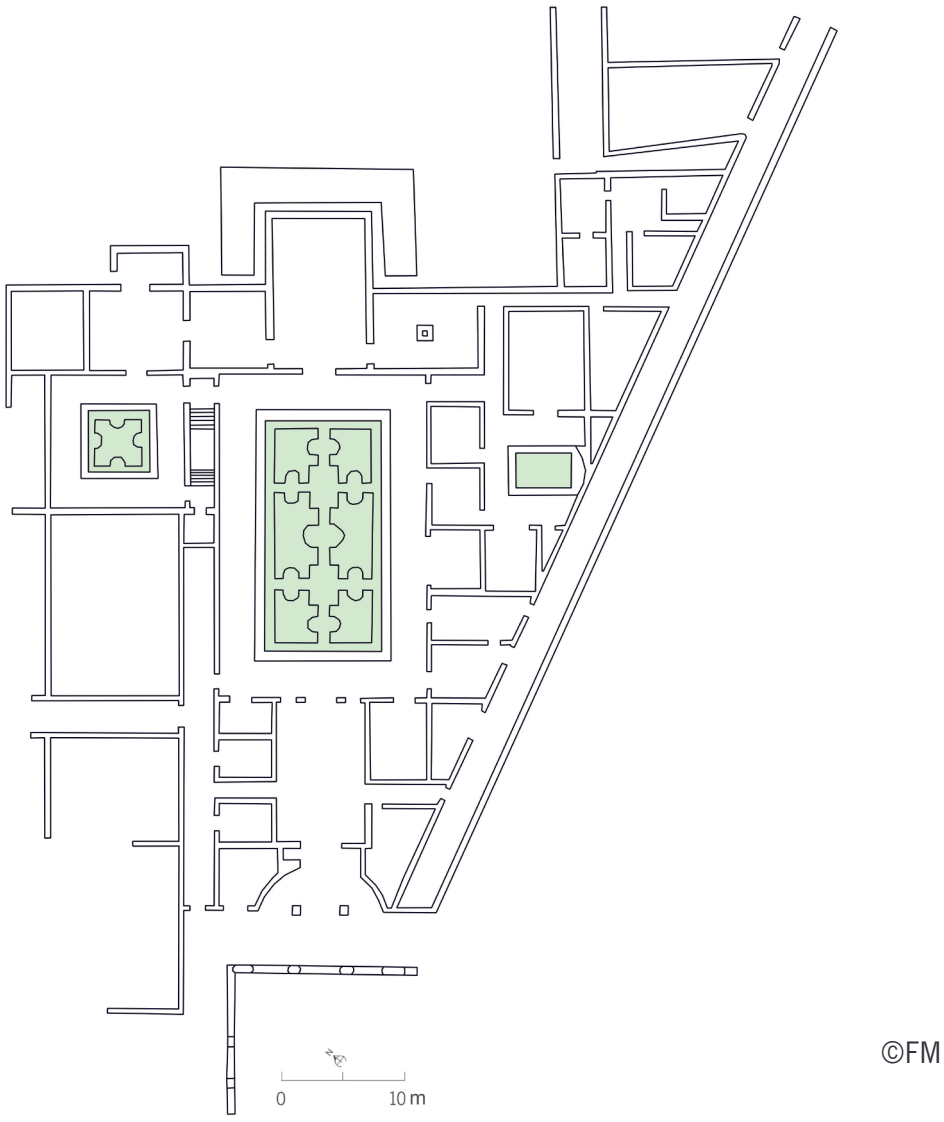


Figura 221. Planta da 'Casa dos Repuxos'. Na área nordeste da Casa dos Repuxos podemos observar uma *dieta* associada ao grande *triclinium.*

maior protagonismo, permitindo distribuir numerosos leitos e mesas que acomodavam os numerosos convidados. O banquete de Trimalquio, na obra *Satyricon* de Petrónio, constitui uma excelente descrição, ainda que caricatural, do uso extraordinário de numerosos *cubicula* e de pórticos para todos os admitidos para o festim (Veyne, 1991: 13-87). A hierarquia social dos convidados deveria espelhar-se na sua maior ou menor proximidade com o triclínio em que se dispunha o *dominus* e os convidados honoráveis. Significativamente, neste tipo de banquetes inverte-se a relação visual dos participantes, pois se num banquete restrito os convidados tem a possibilidade de contemplar o exterior desde um triclínio único, no banquete alargado cria-se uma pirâmide visual para que os convidados de menor estatuto possam visualizar o triclínio principal, onde se banqueteiam os personagens principais, logicamente posicionados no *oecus* principal (Bek, 1986).

Em conclusão, em ambas as casas os compartimentos apresentam uma hierarquia, a qual é estabelecida a partir de duas perspetivas. Em primeiro lugar, a dimensão das salas sugere as funções que elas haviam tido e permite interpretar os espaços, sobretudo quando apenas temos os dados arquitetónicos. As principais salas são grandes, e isso está relacionado com as funções que desempenhavam. Por outro lado, a localização dos espaços é estruturante na definição do papel que eles assumem, o que é estabelecido a partir da inter-relação visual que eles apresentam. Nesse sentido, a implantação de um compartimento no eixo longitudinal da casa, ou seja, no alinhamento formado pela entrada e pelo espaço aberto, garante uma capacidade visual privilegiada sobre este espaço. Em contrapartida, o eixo transversal e as esquinas apresentam uma visibilidade

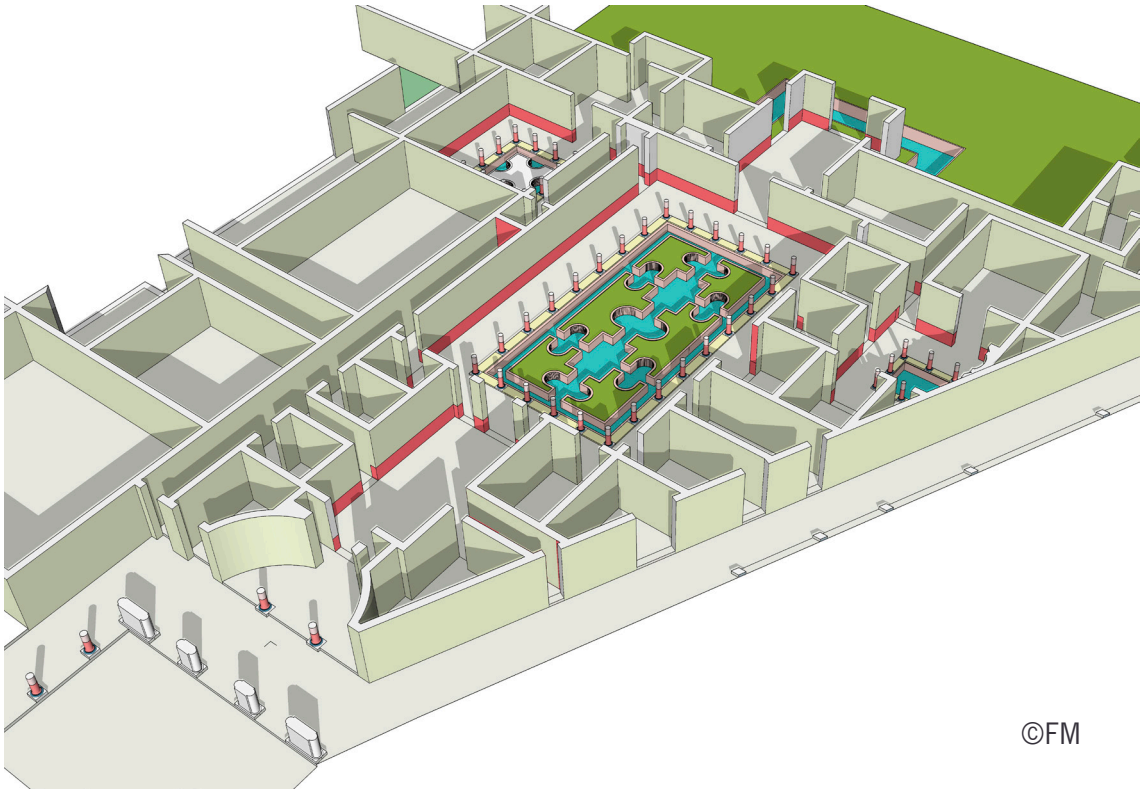
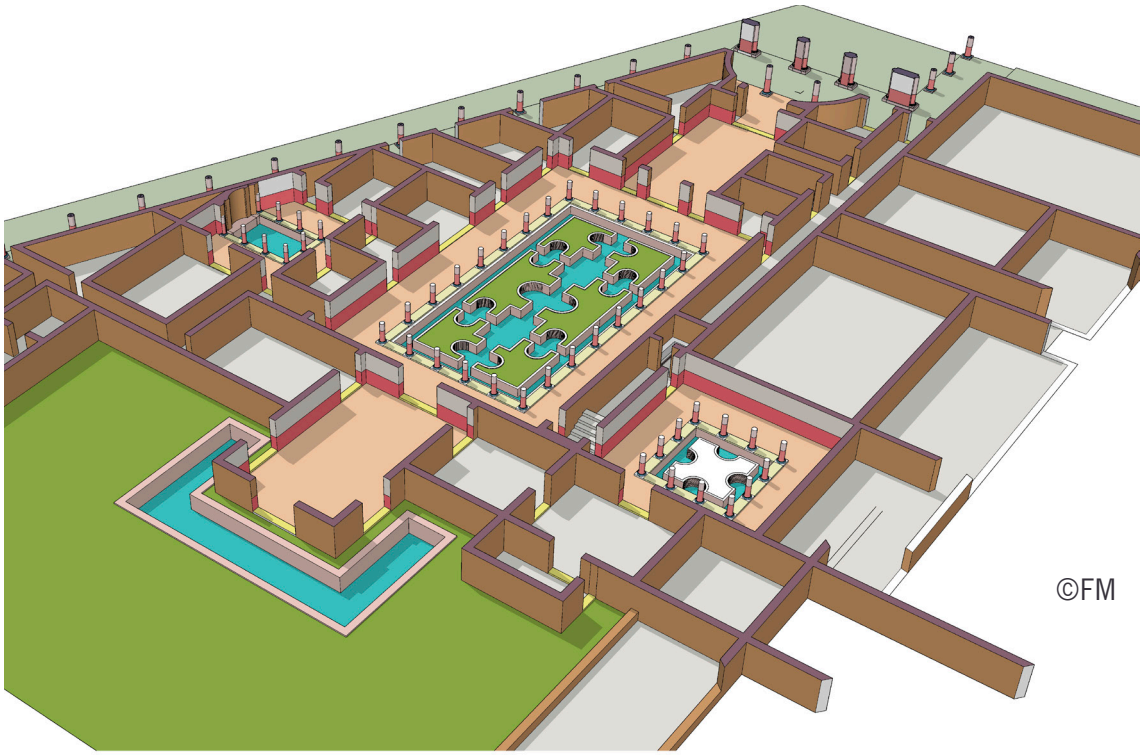


Figura 221 B. Restituição da planta da 'Casa dos Repuxos'. Utilizámos como recurso gráfico a aplicação de rodapés vermelhos nos principais espaços da casa.



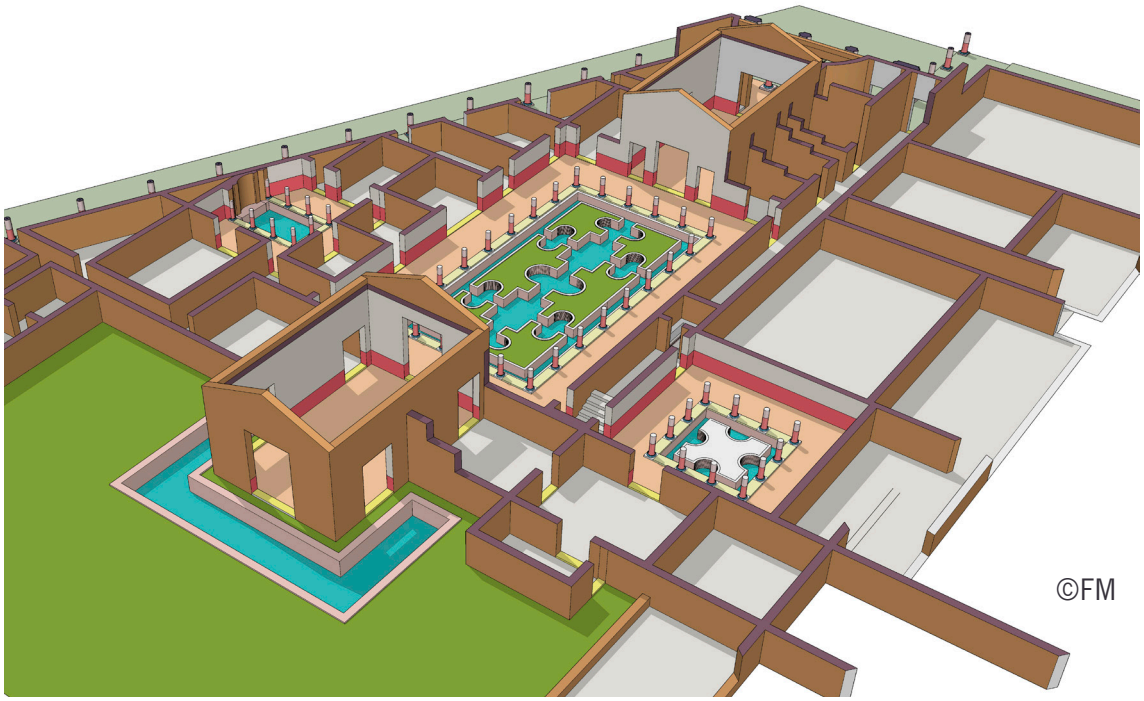


Figura 221 C. Processo interpretativo para a restituição volumétrica da 'Casa dos Repuxos' de *Conimbriga*. Em cima, a restituição dos volumes e espaços básicos. Em baixo, a definição arquitetónica dos dois espaços principais da casa, o átrio / vestíbulo e o grande *oecus* triclinar. O posicionamento dos rodapés vermelhos nos espaços principais foi usado como um recurso gráfico. Como hipótese, restauramos o grande salão triclinar com três grandes janelas abertas para a parte traseira do *hortus* através do grande tanque em forma de U. Caso a nossa restituição estiver correta, teriamos *oecus* Ciziceno (com grandes janelas para apreciar a vista do jardim deitados nos leitos) como descreveu Vitrúvio.

parcial.

Os *triclinia* da 'Casa de *Cantaber'* e da 'Casa dos Repuxos' (Figs. 219 e 221), localizados no eixo longitudinal, encontram-se perfeitamente alinhados com os peristilos centrais e com os *vestibula* das habitações. A partir deles era possível controlar visualmente toda a sua extensão, desde a entrada até ao pátio traseiro, bem como os tanques localizados a nascente e a poente, graças às janelas que se abriam para esses espaços. O visitante que estava nesses compartimentos conseguia observar a grandiosidade das habitações, os seus múltiplos jardins, tanques, salas e mosaicos, que constituíam uma marcante *scaenographia* arquitetónica (Correia, 2014: 95).

4.1.2 A casa e os seus subconjuntos

Nas duas casas *Conimbriga* analisandas, o eixo visual principal atua como elemento unificador dos distintos espaços que conformam os edifícios. A esta estrutura básica sobrepõe-se uma serie de grupos de espaços que aparecem segregados em relação ao eixo principal.

Na 'Casa de *Cantaber*' é muito evidente o modo como se criam três subconjuntos de compartimentos em torno de três peristilos secundários (Fig. 219). Dois deles, dispostos à esquerda e à direita do peristilo principal, são completamente autónomos em relação ao eixo axial principal. O da esquerda dispõe de uma sala retangular que conta com o seu jardim privado e a as respetivas dependências. O peristilo da direita dispõe ainda de um grande ninfeu/fonte que domina o jardim porticado. Ambos os conjuntos são acessíveis mediante corredores que nascem no grande vestíbulo. Estas unidades arquitetónicas segregadas aparecem com frequência nas *villae* tardias da *Hispania*, tendo sido interpretadas como espaços associados à vida privada dos proprietários. Trata-se de espaços que foram tradicionalmente considerados como compartimentos privados do *dominus* e/ou da domina, utilizando-se o conceito de *dietae* para os referir (Mar e Verde, 2008). O caso mais notável deste tipo de peristilos secundários está sem dúvida representado na *villa* de *Piazza Armerina* (Ampolo *et al.,* 1971).

No caso da 'Casa de *Cantaber*', ambos os peristilos secundários mostram a flexibilidade que se exige ao projeto da casa e a necessidade de controlar a acessibilidade aos distintos espaços que formam o edifício. Ambos os peristilos são extremadamente privados e serviam para as funções que os usuários pretendiam desenvolver na intimidade, desde dormir até outro tipo de atividades que deviam ser realizadas sem testemunhas incómodas, como negócios, ou tratamento de assuntos delicados, ou mesmo um banquete em que se pretendiam tratar questões delicadas (Anguissola, 2010).

Um carácter muito diferente é oferecido pelo pequeno peristilo associado ao *oecus* principal, tratando-se, neste caso, da expansão visual do triclínio e da organização dos espaços de serviço necessários para a realização do banquete reduzido, designadamente para instalar uma cozinha móvel para aquecer a comida e o vinho, acomodar mais convidados, ou para realizar espetáculos e instalar os artistas que entretinham os comensais.

Na 'Casa dos Repuxos' reproduz-se o mesmo esquema funcional, mas com uma distribuição diferente, adaptada à forma da parcela. O conjunto situado à esquerda do grande peristilo

conta com as suas próprias dependências e era acessível através de uma porta dupla que garantia a sua privacidade. O conjunto da direita conta com os seus compartimentos próprios e é acessível através de um pequeno corredor em "L" (Fig. 221). O seu peristilo estava presidido por um monumental larário de forma curva que se integrava com as colunas do pequeno jardim. Ambos os conjuntos podem ser considerados como as *dietae* dos proprietários destinadas às suas atividades mais íntimas, diferenciando a diferença entre os espaços públicos e privados, que aparecem tão nitidamente separados nas casas republicanas de átrio e peristilo (Coarelli, 1989).

A funcionalidade dos espaços estabelece um princípio comunicativo entre os mesmos, de modo a que possam ser constituídos subconjuntos de compartimentos. De um modo geral, uma primeira abordagem pode ser feita através da divisão da casa em parte privada ou pública, reunindo-se na primeira aqueles espaços associados às funções de *cubiculum, culina*, *cella penaria* e *latrina* e, na outra, as salas que seriam destinadas à receção de convidados, o que permite uma subdivisão em *otium*, representado por *triclinium*, *oecus* e *exedra,* e *negotium,* no qual se inscreve o *tablinum.* Contudo, essa abordagem inicial é deveras superficial, e é preciso perceber os subconjuntos funcionais dentro da habitação, a partir da relação física entre os espaços, inferidos com base na possibilidade de comunicação entre eles, através de portas e janelas, o que lhes proporciona uma unidade (Zaccaria Ruggiu, 2001).

Nesse sentido, podemos observar, a seguir à entrada lateral da 'Casa dos Repuxos', logo a norte da entrada principal, um conjunto de *cubicula,* cujas entradas estão voltadas para um corredor com sentido E/O, que liga a parte externa da casa à interna. Por outro lado, no canto sudeste da habitação encontramos um grupo de compartimentos acessíveis por um corredor, que permite aceder a esse avançado, que servia de dormitório para os servos que trabalhavam na casa (Correia, 2014: 107-108).

4.1.3 Função e uso dos espaços

Quando um arquiteto projetava uma habitação, a disposição dos compartimentos era realizada a partir das instruções dadas pelo proprietário do imóvel. No primeiro momento, as partes que compõem a casa, bem como os subconjuntos de salas, são pensadas de acordo com as funções que elas exerceriam, tendo-se em consideração a composição e a natureza das atividades e dos bens da *familia*, como a instalação de *tabernae,* com abertura interna para comercializar os produtos vindos da *villa* do *dominus,* ou a quantidade de *cubicula,* compatíveis com o número de elementos do agregado familiar.

Porém, uma coisa é a função dada a determinado compartimento, outra é o uso que aquele espaço terá de facto. Assim, é preciso distinguir a função e o uso dos espaços, conceitos que significam e operacionalizam atividades distintas. Na verdade, a vida de uma habitação, após a sua construção, bem como o modo como os seus espaços serão utilizados, dependerá, em grande medida, do estatuto e da história da *familia,* os quais poderão sofrer significativas alterações ao longo dos anos, como o início de uma nova atividade comercial, a entrada na política, ou o nascimento de filhos. Neste sentido, associar a função que se imagina que um compartimento pode

possuir, ao uso que ele teria, tendo por base aspetos meramente arquitetónicos, pode conduzir a erros grosseiros de interpretação, sendo importante dispor de outro tipo de dados materiais para garantir uma melhor interpretação dos espaços de uma habitação (Allison, 1999; 2002; Wallace-Hadrill, 2015).

Ao analisarmos os *uestibula,* apesar de terem como função permitir o ingresso na casa, essas unidades de espaço assumem propriedades associadas com a capacidade de engrandecer a arquitetura doméstica, ao dotá-la de elementos que ampliem o usufruto estético da casa. Assim, o alinhamento da *ianua* com as colunas do pórtico que se desenvolvia nos limites dos quarteirões, por exemplo, permitia a incorporação desse espaço, que é externo à habitação, no programa arquitetónico privado.

Salientamos esse fenómeno nos dois exemplares destacados para análise. Assim, na 'Casa dos Repuxos', a entrada era realizada por um espaço de planta em meio círculo, com abóboda, no qual havia duas colunas que sustentavam a trave do teto, perfeitamente alinhadas, tanto a uma colunata localizada a poente, externa à casa, como à porta do *uestibulum* e às duas colunas da passagem em três vãos para aceder ao peristilo (Correia, 2014: 107). Por sua vez, a 'Casa de *Cantaber*' apresenta uma *ianua* bastante larga, de modo a que o alinhamento com o pórtico a norte correspondia a dois módulos do intercolúnio, os quais também estavam no eixo das colunas da porta, em três vãos, que dava acesso ao jardim central da casa (Correia, 2014: 93).

Outro subconjunto de espaços que convém destacar é aquele que está associado aos banquetes. Tradicionalmente, as atividades de receção de visitantes nas *domus* estão associadas às salas amplas e ricamente decoradas. Muitas vezes, a sala principal era aquela que estava localizada no eixo longitudinal, como os *triclinia*, as *exedrae* e os *oeci.* Contudo, aquando das grandes festas promovidas pelos *domini,* devemos pensar na utilização de vários espaços conjugados para a receção de um elevado número de pessoas, os quais incorporam tanto as salas triclinares, como os acessos entre elas, que certamente estariam ocupados por *convivae*, servos, músicos e demais participantes desses encontros.

A. Zaccaria Ruggiu (1995: 40), no seu importante trabalho sobre a relação entre o espaço público e privado, desenvolveu uma argumentação coerente a propósito da relação entre o triclínio e os *cubicula* nas casas da época republicana e imperial, sublinhando a relação do *oecus* tricilinar com os *cubicula* subsidiários. Do seu ponto de vista, o conjunto de compartimentos que se dispunha em torno do grande salão de representação não se desenvolve anteriormente ao seculo II a.C. Na verdade, só depois das conquistas de Oriente, o modelo oferecido pelos banquetes helenísticos teria sido assimilado nos costumes da *nobilitas.* Consequentemente, os espaços destinados a alojar esta nova atividade social entre a elite itálica e romana viriam a implantar-se, por necessidades funcionais, em volta de um grande compartimento que adotou o nome do antecedente grego: o *oecus (oykos)* (Nielsen, 1999). Essa relação, tão pouco se tornará visível nas casas antes do século II a.C.. Na verdade, só em época de Augusto se generalizam os banquetes ostensivos sob a influência do luxo asiático. Vemos, portanto que o significado de público e privado na casa romana esteve sujeito a uma transformação em função de usos e necessidades associadas com o estatuto

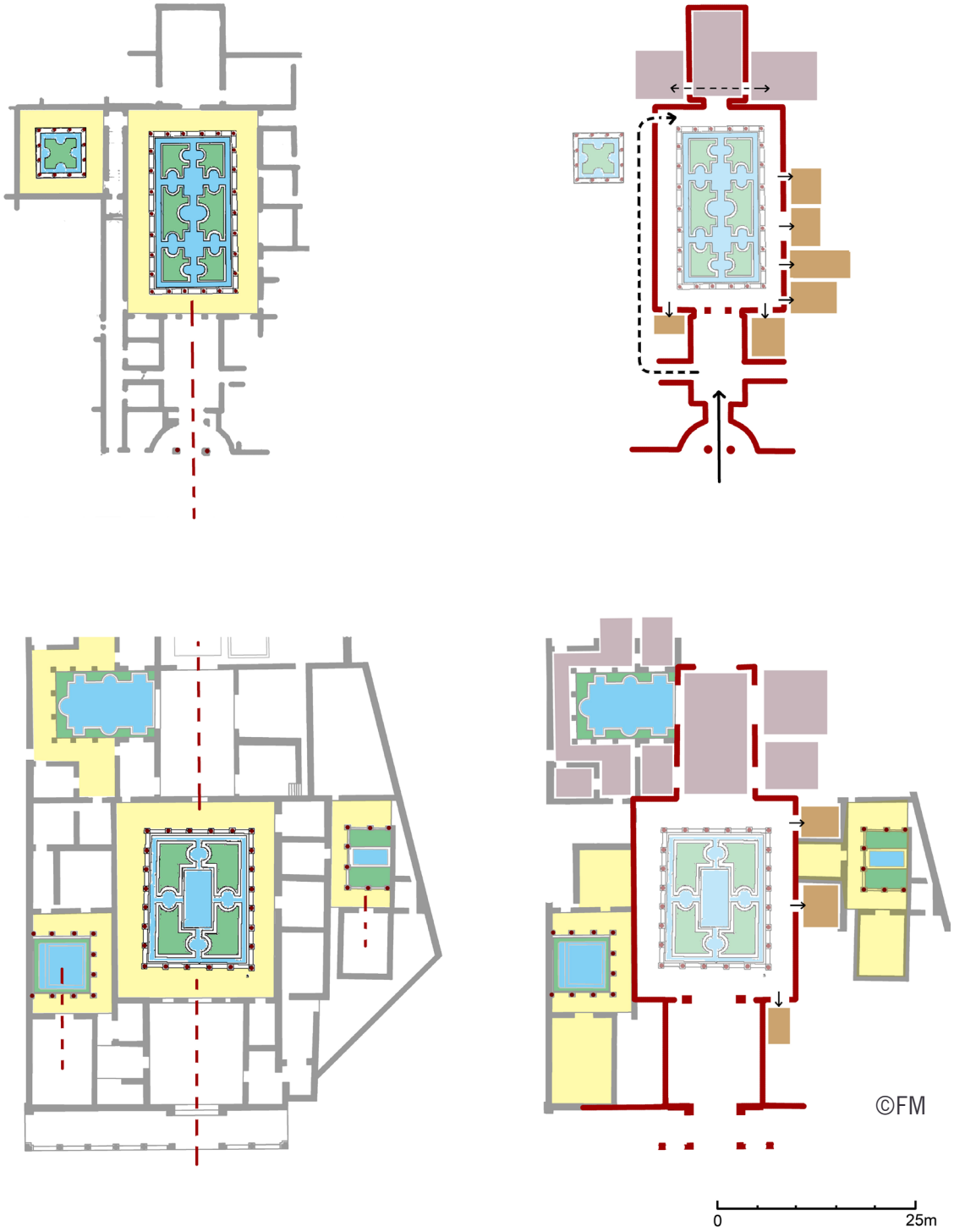


Figura 222. Esquemas de acesso e circulação e áreas de representação da 'Casa dos Repuxos' e 'Casa de *Cantaber*'.
do dono.

A polifuncionalidade dos *cubicula* constitui um excelente exemplo da versatilidade que temos que imaginar para realizar uma adequada interpretação da funcionalidade dos espaços de uma casa romana (Riggsby, 1977).

O chamado *cubiculum* das casas de elite de Roma e das cidades da baia de Nápoles constituía um compartimento que enchia os espaços residuais entre o conjunto peristilo-átrio-*oecus* e os

limites da parcela. Tal como sublinha Vitrúvio (6.5.1) estavam destinados a funções de distinto tipo e os estranhos só aí podiam aceder como convidados. Em princípio, este pequeno compartimento estava destinado ao descanso noturno e a atividades sexuais. Plínio o Jovem, quando descreve a sua *villa* laurentina (Ep. 2.17.4), ao enumerar as funções dos *cubicula* distinguia os destinados ao descanso com o designativo de *cubiculum noctis et somnis*. Por isso, sabemos que os *cubicula* também podiam servir para a receção dos conhecidos, amigos mais ou menos próximos, parentes e, em particular, para a gestão dos negócios.

Assim, a hierarquia visual dos espaços da casa atua de modo a estabelecer a hierarquia social dos convidados, estando as pessoas com maior estatuto no compartimento principal junto com o anfitrião, visto por todos, enquanto os demais detinham apenas uma visibilidade parcial (Mar, 2008: 25-31). A parte central da 'Casa de *Cantaber*' permite evidenciar singularmente esse fenómeno. Aí o grande *triclinium* centrado está no meio de uma série de compartimentos, distribuídos em redor dos espaços abertos da habitação, detendo um controlo visual sobre eles, por meio de janelas voltadas aos jardins (Correia, 2014: 95-99), sendo preciso não esquecer que essa casa estava preparada para receber mais de uma centena de convidados para uma festa organizada pelo *dominus*, pelo que precisaria de integrar os seus espaços de forma a garantir a visibilidade do anfitrião e o acesso a ele.

Se os banquetes retratavam a vida pública da família, no seu máximo expoente, os *cubicula* estabeleciam funções fundamentalmente opostas. De facto, os espaços destinados a dormitórios apresentam, regra geral, dimensões bastante reduzidas e geralmente são os espaços mais privados da casa, aspeto materializado pela existência de portas que os encerravam, diferentemente das salas destinadas à receção de pessoas, que possuíam cortinas para sinalizar as entradas.

A área doméstica da 'Casa de *Cantaber*', localizada a este do *uestibulum* com uma entrada própria, fornece um rico cenário para se perceber a unidade dos espaços destinados a essas funções. Os *cubicula* dessa habitação estavam associados a um conjunto de outros compartimentos interrelacionados, com usos certamente privados, como o peristilo lateral em pi e uma *cenatio* própria. Os membros da família realizavam, certamente naquela parte da casa as suas atividades mais íntimas, num espaço marcadamente reservado (Correia, 2014: 96-97).

Se uma divisão genérica dos espaços da casa em público e privado, por um lado, e a associação visual e física dos compartimentos, por outro, permitem estabelecer alguns aspetos inter-relacionais entre eles, bem como melhor perceber os seus usos, é necessário agora analisar os subconjuntos que reúnem espaços com funções distintas. Referimo-nos às *dietae*, categoria utilizada para definir um grupo de compartimentos que possuem uma completa unidade funcional entre si, representando, assim, uma construção auxiliar dentro da casa, um anexo da própria habitação (Glare, 2012).

Na área nordeste da 'Casa dos Repuxos' podemos observar uma *dieta* associada ao grande *triclinium.* A partir do principal compartimento do eixo longitudinal da casa abriam-se três salas a norte, cujo acesso entre elas acontecia justamente através da sucessão dos seus espaços, ou seja, para aceder à última era necessário atravessar as outras. Desta forma, foi criada mais uma

área na habitação formada por compartimentos ricamente decorados, que certamente servia para reuniões de cunho mais privativo (Correia, 2014: 108). Já na 'Casa de *Cantaber*' vemos um exemplo de *dieta* associado a um espaço ajardinado. Trata-se do conjunto de compartimentos implantados ao redor do peristilo, localizado a este da grande sala triclinar da casa (Correia, 2014: 98).

Assim, podemos considerar que a casa está sobretudo organizada em função da capacidade de receber visitantes e impressionar, pelo que o que importa é o luxo, não a forma arquitetónica (Wallace-Hadrill, 2015:185). Por isso, a separação entre áreas privadas e públicas, ou áreas para hóspedes, *versus* áreas para a família, não constitui um dos princípios organizadores da casa romana, ainda que não se possa descartar a hipótese de que existiam elementos que marcavam uma separação entre "visitantes versus família" (Wallace-Hadrill, 2015:183).

Para concluir este exame funcional e simbólico da case de elite, é necessário recordar a ideia de que o público e o privado não eram no mundo antigo categorias contrapostas, tal como as concebemos hoje (Zaccaria Raggiu, 1995). De facto, tal como refere Claude Nicolet (2014) aos senadores estavam proibidos os negócios especulativos, ainda que com a ajuda dos seus sus libertos se pudessem esquivar à lei. Do mesmo modo, conhecem-se numerosos processos contra personagens que confundiram os seus interesses patrimoniais pessoais com os da *res publica*, em particular quando exerciam o governo de províncias. No governo do Estado, como na política cidadã existia uma certa confusão entre o público e o privado. Não é assim surpreendente que a mesma confusão se desse com a própria casa e com o seu uso como instrumentos políticos (Grahame, 1997).

4.2 A antropologia da casa romana do NO da Península Ibérica

Para além da forma das parcelas, outros elementos são determinantes para a elaboração das plantas das casas, como a disponibilidade financeira do *dominus,* a composição e os ofícios realizados pela *familia,* o estatuto social do *paterfamilias,* entre outros. Nesse sentido, a arquitetura privada romana deve ser valorizada como um microcosmos próprio que dá a conhecer o quotidiano familiar em toda a sua complexidade e heterogeneidade, pois era na casa que se realizava uma enorme diversidade de atividades, como os negócios, as festas, a reprodução da família, a educação dos mais novos, a religião doméstica, o *convivium* com os pares, o comércio, ou o início do velório dos defuntos, entre outras. Por isso, a casa romana de elite deveria ser capaz de garantir a execução de uma gama muito vasta de atividades, o que podia ser parcialmente garantido pela existência de espaços funcionalmente dedicados e outros polifuncionais, que assegurariam a realização de todas as atividades com comodidade e elegância.

Considerando estes pressupostos iremos tentar analisar alguns aspetos antropológicos da casa romana do NO peninsular, a partir do exemplo da 'Casa das Carvalheiras', a única casa integralmente escada em *Bracara Augusta,* o que permite distinguir alguns dos aspetos que evidenciam a composição social e as atividades públicas e privadas da elite da cidade.

4.2.1 O significado da casa de átrio e peristilo



Figura 223. Reconstituição 3D da *domus* de átrio e peristilo das Carvalheiras (Fase II).

Tradicionalmente, os estudos sobre a arquitetura doméstica romana de elite basearam-se nos exemplares provenientes das cidades vesuvianas, em especial Pompeia e Herculano e no tratado *De Architectura* de Vitrúvio. A análise conjugada das duas fontes acabaria por dar lugar às primeiras sistematizações dos modelos de *domus,* numa tentativa de individualizar uma arquitetura romana ideal que seria caraterizada pela axialidade longitudinal do *uestibulum – atrium/impluuium – tablinum – hortus* e transversal das *alae*, tendo em vista diferenciá-la das contaminações 'não romanas', que decorreriam da inclusão de elementos externos, especificamente gregos e helenísticos (Nissen, 1877; Overbeck, 1884; Mau, 1908).

A aplicação desse modelo nas cidades do Vesúvio permitiu a elaboração dos primeiros esquemas evolutivos da casa romana, designadamente respeitante à evolução da casa de átrio para a casa de peristilo. Primeiro, o peristilo, um elemento grego, teria sido incorporado nas habitações de átrio, que passaram, por isso, a dispor de dois espaços abertos distintos, o que representa o processo de helenização das casas romanas, que possuem, portanto, o par átrio/peristilo, logo, romano/grego. De seguida, o peristilo começou a tornar-se mais importante que o átrio, o que teria resultado na ampliação do espaço helenizado e na redução do romano, o que caraterizaria a completa helenização da habitação romana.

Dessa forma, foi defendido que a casa de elite romana na época imperial era aquela que mantinha os elementos definidores da 'romanidade' e utilizava os espaços gregos de forma secundária. Ou seja, a casa devia ser centrada no átrio, ter um *uestibulum,* destinado à *salutatio* e um *tablinum* axial, onde o *paterfamilias* recebia os seus clientes para discutir negócios, enquanto o peristilo seria destinado à conceção do *rurs in urbe* e aos banquetes/*symposia* (Dickmann, 1999). O estabelecimento de duas áreas abertas na casa e a atribuição de funções específicas para cada uma delas, associadas com o âmbito público, o átrio e com o privado, o peristilo, esteve no centro da vida da casa romana, definindo uma ambiguidade significativa da complexidade social da casa, desde os usos domésticos e familiares até aos sociais e políticos (Zaccaria Ruggiu, 1995).

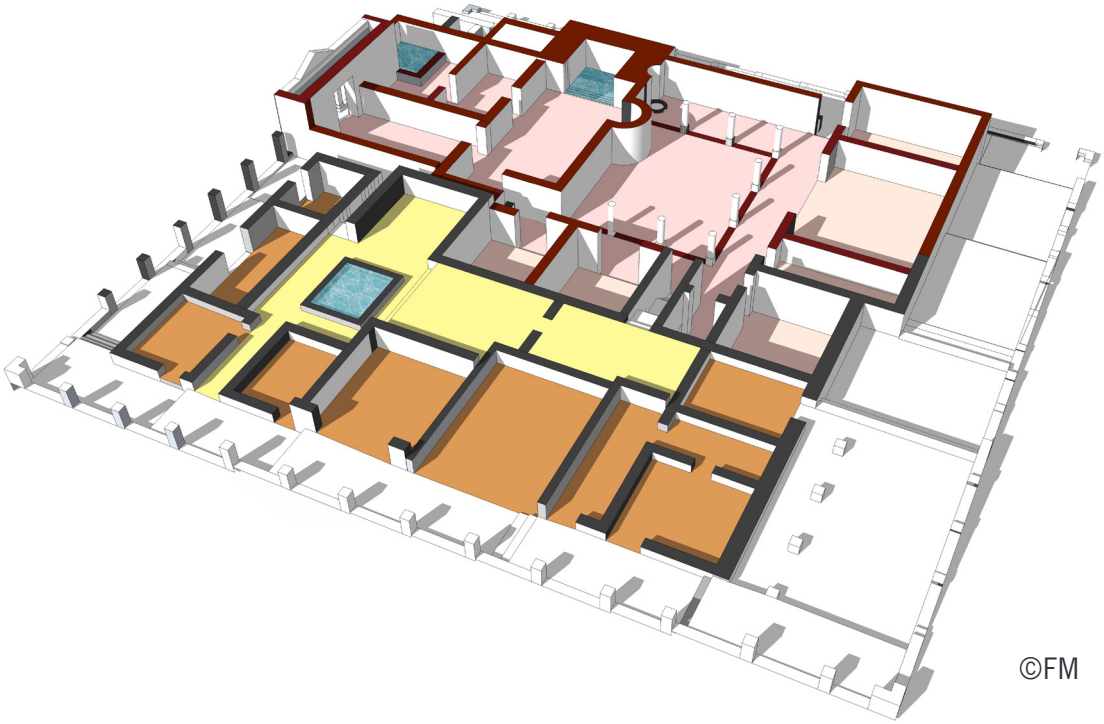


Figura 224. Recriação 3D do quarteirão das Carvalheiras, destacando-se a *domus* de átrio, a sul e o conjunto termal e comercial, a norte (Fase III).

Podemos observar na 'Casa das Carvalheiras' a divisão entre público e privado, assinalada nos modelos helenizantes, de modo que a metade sul está estruturada no modelo romano axial, *uestibulum – atrium – tablinum* e, na parte norte, estão as salas de representação, *triclinium* e *exedra.* A separação entre os dois núcleos é bastante expressiva, sendo demarcada topograficamente, com uma diferença de cerca de 3m entre os níveis de circulação de cada um deles, sendo a passagem entre as duas plataformas, em que esses núcleos se estruturavam, assegurada através de escadas internas.

Assim, aquilo que define a 'Casa das Carvalheiras', não é de todo a axialidade entre o átrio e peristilo (Fig. 223), com os respetivos compartimentos relacionados, mas sim o modo como todos os espaços públicos e privados se organizaram harmoniosamente, de modo a satisfazer as necessidades da vida familiar, mas também e, sobretudo, a necessidade de ostentação social e económica do *dominus*, de forma compatível com o seu estatuto político, a sua riqueza e o seu nível cultural.

Estaríamos tentados a pensar que a construção de uma casa de átrio e peristilo, em *Bracara Augusta,* na época flávia, não terá sido certamente um caso isolado na cidade, não o sendo também na *Tarraco*nense, apesar do franco domínio da casa de peristilo nessa cronologia já avançada.

Mas se a cronologia não permite descartar a presença do modelo de casa de átrio e peristilo no contexto do NO peninsular, importa tentar compreender se a associação do átrio ao espaço público e do peristilo ao privado, faz algum sentido e se podemos continuar a valorizar o público e o privado, bem como o externo, por oposição ao interno, como categorias de análise, tendo em conta o que se conhece da organização dos compartimentos da 'Casa das Carvalheiras' (Fig. 223).

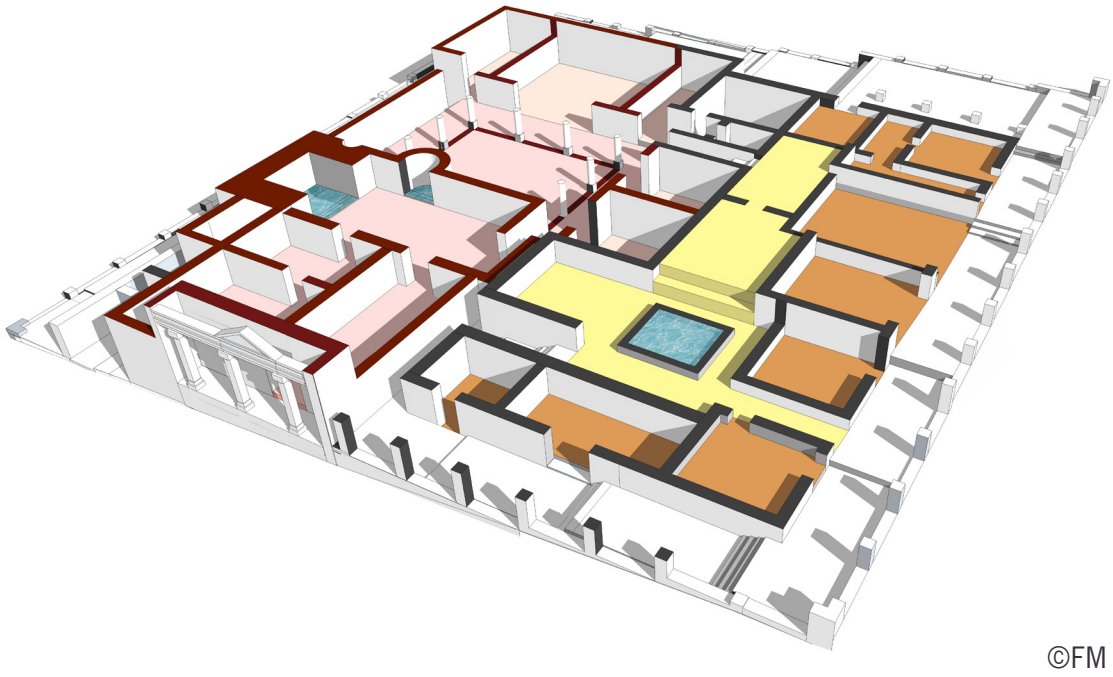


Figura 225. Reconstituição 3D da Casa das Carvalheiras. Perspetiva geral do *balneum* (Fase III).

De facto, importa ter em conta que os estudos mais recentes sobre a arquitetura doméstica romana, inseridos em perspetivas pós-processualistas, vêm assinalando, nas últimas três décadas, a diferença entre função e uso, sendo de destacar, a este propósito, o inestimável contributo dos trabalhos de P. Allison (2002). Trabalhando sobre os materiais provenientes das casas pompeianas, a autora demonstrou a presença de determinados objetos em locais que não condizem com a sua utilização esperada, o que se coaduna com dados fornecidos pela documentação textual, que dá conta de situações que são pouco compatíveis com utilizações rígidas dos espaços, de que podem ser exemplo as descrições de crianças a brincar no átrio. Por isso, a visão tradicional dos espaços da casa romana, que lhe confere funcionalidades muito rígidas e/ou antagónicas tem vindo a ser progressivamente posta em causa e substituída por outras perspetivas que oferecem leituras alternativas do espaço doméstico (Wallace-Hadrill, 1994).

4.2.2 A polifuncionalidade dos espaços

Quando analisamos as casas a partir de conceitos como público e privado, percebemos que esse modelo oferece claros limites, embora seja útil para determinar alguns aspetos relacionados com as possíveis funções que os subconjuntos da casa poderiam ter. Na verdade, a análise arquitetónica das unidades domésticas romanas evidencia que o projeto construtivo de uma casa romana era constituído por um conjunto de compartimentos com diferentes formas e dimensões, interrelacionados entre si através de aberturas, como portas e janelas, que permitiam a comunicação física e/ou visual (Grahame, 1999).

A dimensão, a forma e a localização dos compartimentos nas casas sugerem as funcio-

nalidades que os mesmos teriam. O primeiro espaço a seguir à porta de entrada cumpria a função de permitir o acesso ao interior da casa, fosse ele um *uestibulum,* '*hall'* de entrada, ou uma *fauces*/ corredor. A diferença entre esses espaços não se dá pela função, mas pela forma, sendo o primeiro marcadamente mais largo que a *ianua* e o outro sensivelmente com a mesma largura. Essa definição, reduzida e prática, baseia-se no aspeto funcional desses dois compartimentos e certamente esteve presente na tomada de decisões aquando do desenho do projeto arquitetónico da habitação. Contudo, o uso que é dado a esses espaços, para além de sua função original, está associado a outros fatores que ficam completamente aquém das nossas possibilidades de análise, designadamente relativas à posição social e aos ofícios realizados pelo agregado familiar, que determinariam a composição decorativa dos espaços, a ornamentação, ou a frequência da presença de pessoas. O que surge documentado no registo arqueológico dos contextos domésticos, salvo raras exceções, como acontece com as cidades de Pompeia e Herculano, são dados que nos elucidam sobre a dimensão arquitetónica das casas, relativos a um conjunto de muros que, por vezes, permitem restituir a planimetria da habitação. Falta-nos, quase sempre, os elementos relativos ao mobiliário, aos objetos do quotidiano, ou à decoração pictórica, musiva e a estatuária.

Mas se é verdade que usos de natureza quotidiana raramente surgem assinalados no registo arqueológico, os que se associam a eventos, que fariam uso dos subconjuntos funcionais da casa são passíveis de ilações. Assim, as atividades como os grandes jantares, públicos ou privados, exigiam a acomodação de um elevado número de convivas e uma centralização visual das salas onde estavam situados os *lecti* em direção ao espaço principal ocupado pelo anfitrião (Mar e Verde, 2008).

Na 'Casa das Carvalheiras' a zona do peristilo era o local onde esses banquetes certamente seriam realizados, usufruindo-se assim do jardim porticado como plataforma visual para a *scaenographia* da representação social do *dominus,* usando-se o *ambulacrum* como zona de passagem dos convidados e dos servos que traziam os alimentos e as bebidas para a grande sala reservadas à comensalidade.

Nesse sentido, podemos atribuir ao peristilo um sentido ligado à contemplação do jardim e ao trânsito de pessoas, tal como as grandes salas teriam uma função triclinar no âmbito de grandes festas. Contudo, é preciso salientar que na parte oeste do espaço aberto foram implantados alguns *cubicula,* o que também permite atribuir a essa zona um uso doméstico. Na parte norte do peristilo foi identificado um poço e no centro do jardim existiria um tanque, elementos hidráulicos que servem tanto para a obtenção de água como para um possível culto ás ninfas e demais divindades ligadas a esse elemento (Allison, 2002).

Com efeito, podemos concluir que a atribuição dos termos "peristilo", *"triclinium"* ou "*ambulacrum*" a esses espaços e a sua definição a partir do léxico latino, que os associa a determinadas funções, pode não contemplar todos os usos que os mesmos teriam. De facto, chamarmos peristilo a um espaço aberto ajardinado, rodeado por uma colunata e com elementos decorativos permite-nos definir a sua forma e constituição, mas não nos transmite a pluralidade dos usos que esse lugar pode ter possuído (Cribiore, 2015).

A gramática arquitetónica doméstica itálica, que reuniu ao longo dos dois últimos séculos da República e no primeiro século do Império um vocabulário extenso de soluções para compor os seus espaços, criou um léxico bastante variado, que viria a servir de modelo para a construção de casas, cuja aparência final dependia de muitos fatores, como o tamanho do lote, a disponibilidade financeira do proprietário, os aspetos topográficos, mas, também, em grande medida, dos múltiplos e diferentes usos que a *familia* e os convidados podiam fazer dos variados espaços da casa. Na verdade, a arquitetura doméstica romana associada às residências das elites foi profundamente marcada pela necessidade de fornecer uma imagem adequada, não apenas para a vida privada, mas sobretudo para a pública, constituindo um natural prolongamento dos espaços públicos em que se moviam as elites urbanas (Wallace-Hadrill, 2015:183).

Por outro lado, os trabalhos recentes realizados sobre a realidade das cidades de Pompeia e Herculano têm contribuído para construir uma visão mais flexível sobre as possíveis funções públicas ou privadas dos compartimentos das casas, assinalando que a relação público/privado, interno/externo não é apenas característica da casa romana, sendo comum que a vida cívica e política seja convocada para o interior da habitação, enquanto a vida familiar e doméstica teria também lugar nos espaços públicos das cidades. Neste sentido, podemos questionar o valor real da associação entre os binómios público-privado e político-social, uma vez que as atividades que decorriam no interior das casas eram suficientemente variadas para permitir que os âmbitos públicos cumprissem funções sociais, enquanto os contextos claramente privados eram invadidos por atividades do domínio público, como seriam as reuniões de trabalho, políticas e comerciais, realizadas nos *cubicula* (Crook, 1955; Tamm, 1963).

Esse fenómeno é de difícil perceção na 'Casa das Carvalheiras' dada a natureza dos dados que possuímos, que é exclusivamente arquitetónica. No entanto, podemos salientar a presença de *cubicula,* tanto na área do peristilo, como do átrio, o que manifesta a flexibilidade do caráter privado do primeiro, ou público do segundo. Por outro lado, se é verdade que os quartos pertencem exclusivamente ao mundo doméstico e que a área do átrio alude às atividades unicamente públicas do *paterfamilias,* importa ter em conta a existência de vários *cubicula* em posições recuadas relativamente ao átrio, o que configura a sua possível utilização para fins privados de descanso, ou para reuniões de negócios mais privadas. Julgamos assim poder sublinhar a polifuncionalidade dos *cubicula,* compartimentos que são bons exemplos da versatilidade que temos que imaginar para realizar uma adequada interpretação da funcionalidade dos espaços de uma casa romana (Zaccaria Ruggiu, 1995: 40).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais

O processo de expansão romana na Península Ibérica, iniciado nos finais do século III a.C., estimulou a aplicação dos modelos arquitetónicos itálicos desde bem cedo, resultando na construção de equipamentos públicos e privados, cujas especificidades acabaram por resultar dos diversos substratos indígenas que caracterizavam as diferentes regiões peninsulares, ao longo dos últimos dois séculos do I milénio a.C.

Assim, uma expressiva parte das casas conhecidas, tanto em cidades romanas, como em povoados indígenas das áreas conquistadas, apresenta elementos e ideias comuns aos que podemos encontrar nas casas da Itália tardo republicana. Em particular, cabe destacar o *atrium,* entendido como espaço ordenador (Aa. Vv., 1991), pois, na verdade, apesar do *peristylium* ter sido integrado na arquitetura doméstica itálica nos finais do século III/inícios do século II a.C. e da sua generalização ter ocorrido ao longo do século I a.C., esse elemento construtivo só viria a ser difundido na *Hispania* no período imperial, sendo os casos de casas republicanas com peristilo bastante pontuais (Aa. Vv., 1991). Será só após o fim das Guerras Cantábricas, e no contexto da urbanização das novas cidades que foram fundadas por Augusto, ou por ele promovidas, que vamos ver generalizarem-se os exemplos de casas em que o peristilo passou a constituir um elemento recorrente da organização do espaço doméstico, o qual se desenvolve de forma bastante significativa, ao longo do seculo I, mas sobretudo a partir da época flávia.

O desenvolvimento da arquitetura doméstica da Hispânia tem sido alvo de vários estudos de síntese de carácter regional, os quais têm evidenciado uma grande diversificação de soluções na utilização do peristilo como espaço ordenador e distribuidor das casas hispânicas, o qual oferece uma grande variedade de formas, dimensões e soluções arquitetónicas nas diferentes cidades que se desenvolvem nos dois primeiros séculos da nossa era, o que assinala a importância deste elemento arquitetónico na disseminação da casa de elite nos diferentes contextos regionais da Hispânia romana.

Na realidade, é possível considerar que a consolidação da ideia de peristilo, como elemento central da habitação, está associada às diferentes funções que podia desempenhar na organização do espaço interno da casa, assegurando uma forte relação dos espaços associados com as atividades ligadas ao ócio e com a recriação da natureza. Essa relação era assegurada pela proximidade do peristilo em relação a espaços de receção e banquete, que garantia que os usuários desses compartimentos podiam desfrutar de uma visão privilegiada dos jardins, que se desenvolviam na área aberta dos peristilos, os quais constituíam uma expressão da natureza, transmitindo o conceito *rus in urbe,* generalizadamente adotado na arquitetura romana no século I. A relação com o jardim podia assegurar também uma proximidade do sagrado, por vezes relacionado com o culto da água que podia ter expressão nos espaços abertos do peristilo, através da existência de construções ligadas à água, como poços, fontes, ou ninfeus. Mas o peristilo tinha também uma importante função de passagem, concretizada através do *ambulacrum*, onde circulavam pessoas, isoladamente ou em grupo, o que garantia um papel dinâmico a este nobre espaço da casa, não

só pelo movimento, mas também pelas sociabilidades que aí se desenrolavam.

Esta complementaridade funcional pode apresentar-se de forma diluída, ou concentrada. Assim, nas casas onde o espaço disponível para construção era suficientemente grande e possibilitava a multiplicação de jardins, era possível atribuir funções específicas a cada um deles, estando uns mais articulados com os espaços de ócio, outros reservados a uma privilegiada relação com o sagrado e outros mais associados à função de assegurar a circulação. A multiplicação de peristilos é bastante comum nas *uillae,* onde o problema do espaço não se coloca, facto que é favorável ao desenvolvimento de plantas de casas elaboradíssimas, com múltiplos jardins de diferentes dimensões, formas e decorações (Fernández Ochoa *et al.*, 2008). Já nos contextos urbanos, são raras e excecionais as casas que conheceram o desenvolvimento de vários peristilos ou a multiplicação dos jardins. Salvo algumas raras exceções, a multiplicação de peristilos é particularmente invulgar nas cidades da Hispânia, cuja planta fundacional se baseia em quarteirões com áreas regulares e modestas, de que são exemplo *Bracara Augusta*, ou *Complutum*. Em contrapartida, esse tipo de casa surge mais abundantemente em cidades cuja malha urbana não é regular, como acontece em *Tiermes*, com 'Casa do Aqueduto' (Uribe Agudo, 2008: 422-428), em *Conimbriga*, com a 'Casa de Cantaber' e a 'Casa dos Repuxos' (Correia, 2010: 92-101, 105-110), sendo também característico de casas situadas na periferia das cidades, como acontece em A*ugusta Emerita* com a 'Casa del Mitreo' (Corrales Álvarez, 2014: 1349-1358).

Quando as reduzidas dimensões dos lotes de implantação das casas não permitiam a multiplicação dos espaços abertos de jardim, o projeto arquitetónico das casas precisava de ser adequado ao espaço disponível, o que resultava no estabelecimento de peristilos com uma multiplicidade de funções. Esta circunstância terá contribuído para que os peristilos tenham visto diminuir a importância do seu uso com valor contemplativo e estático, passando a ser sobretudo valorizados pelo seu papel como elementos de distribuição, onde a circulação e, consequentemente, o *ambulacrum*, ganhou mais peso, em detrimento do jardim e dos seus elementos ornamentais, como tanques e fontes.

Os espaços que constituem as habitações romanas foram concebidos para cumprir determinadas funções, as quais determinaram o desenho do projeto arquitetónico e a sua concretização. Sabemos, contudo, que a casa romana não era apenas um espaço destinado a cumprir funções relacionadas com a vida em família, pois as funções de representação social e económica do *paterfamilias* constituíam a base fundamental da sua organização. Na verdade, podemos considerar que a casa romana de elite estava sobretudo organizada em função da capacidade de receber visitantes e de impressionar, quem a visitava, ou vislumbrava, através da porta aberta, pelo que o que realmente importava na casa não seria tanto a sua forma arquitetónica, quanto o luxo que demonstrava e que constituía um sinal do poder do seu proprietário (Wallace-Hadrill, 2015:185). É neste contexto que parece questionável continuar a valorizar uma rígida separação entre áreas privadas e públicas da casa, ou áreas para hóspedes *versus* áreas para a família, tradicionalmente considerada como um dos princípios organizadores da casa romana, ainda que não se possa descartar a hipótese de que pudessem existir alguns espaços que teriam por função assinalar uma

separação entre "visitantes *versus* família" (Wallace-Hadrill, 2015:183).

As formas e dimensões dos compartimentos, as suas acessibilidades e a interrelação visual entre os espaços de representação e banquete eram estabelecidas de modo a cumprir as funcionalidades para eles previstas. No entanto, é importante compreender que os usos dados a cada um desses espaços estavam sobretudo assegurados pelas atividades quotidianas que neles tinham lugar pelos diversos membros da família, os quais transcendiam, por vezes, as funções para que tinham sido criados. De facto a diferença entre função e uso ganha plena expressão ao valorizarmos a casa romana, pois os usos dos diferentes espaços das casas mudavam com o tempo e as circunstâncias, sendo sempre mais diversificados do que aqueles que tinham sido originalmente previstos para cada espaço, facto que lhe confere um valor marcadamente polissémico. Lamentavelmente essa multiplicidade de usos que podia ocorrer nos espaços da casa é pouco percetível no registo arqueológico, o que dificulta necessariamente a sua interpretação. No entanto, julgamos que o sistema complexo de função e uso pode ser observado, tanto na 'Casa das Carvalheiras', em *Bracara Augusta*, como na 'Casa de Cantaber', de *Conimbriga* (Correia, 2010: 92-101), em que se percebe a multiplicidade de usos que os peristilos poderiam ter assumido, sendo o locus privilegiado da *scaenographia* pública, mas também o espaço doméstico, familiar e íntimo dos membros da família.

Depreende-se da leitura proposta que a casa romana não pode ser entendida como o resultado, nem da repetição de um modelo repetitivo e único de um esquema de organização da casa, com base num sistema axial de organização dos compartimentos, presente na casa pompeiana, nem da aplicação de um tipologia rígida, que definia os critérios de uma casa de átrio, de uma casa de peristilo, ou uma casa de átrio e peristilo. Será mais correto entender a casa romana como uma linguagem, necessariamente variável em termos morfológicos, mas também como um léxico, composto por unidades gramaticais que exprimem várias possibilidades semânticas, harmoniosamente resolvidas na solução arquitetónica que configura a sintaxe da habitação, a qual é necessariamente fruto de diversos fatores, mas sobretudo um claro reflexo das atividades do proprietário e da sua família e das necessidades decorrentes de exibição pública do seu estatuto no quadro do corpo cívico das cidades. Na verdade, a casa romana era o espelho da classe e riqueza dos seus ocupantes, refletindo nas suas características arquitetónicas o estatuto social dos seus ocupantes, pelo que a casa funcionava com uma poderosa linguagem que, numa sociedade pouco letrada, transmitia lógicas de poder, hierarquias e valores. Desta forma, as *domus* eram o cenário principal da vida politica e social dos seus proprietários, estabelecendo a exibição física do seu poder económico, operando como estrutura de representação e controlo social.

Neste sentido, quando se estuda a habitação romana de uma qualquer cidade, esta não pode ser encarada como um objeto de avaliação descontextualizado, pois a sua estrutura tem que ser percecionada e avaliada em função da história específica da cidade, das características das populações que as habitavam, das atividades económicas em que se envolviam, ou das fontes de riqueza que garantiram a monumentalização do espaço público, mas que asseguravam, também, a base para a construção das casas, que refletiam a hierarquia e a diversidade dos estatutos

sociais da comunidade cívica. Importa também ter em conta os materiais disponíveis, o tipo de parcelamento dos quarteirões, ou a localização das casas na topografia urbana, fatores que em muito influenciavam as caraterísticas das casas e o protagonismo dos seus ocupantes.

A construção de uma *domus* tinha sempre que ser adaptada à malha urbana, uma vez que o espaço a ser construído estava previamente delimitado pelos limites dos quarteirões e pela dimensão dos respetivos lotes, aspetos que determinavam as suas dimensões. De facto, dependendo das áreas dos quarteirões estes poderiam ser ou não repartidos em vários lotes, como observámos no caso de *Bracara Augusta*, no caso de *Complutum*, mas que sabemos que ocorria também em *Emerita Augusta*. No caso de Braga observámos essas subdivisões na 'Zona arqueológica da Escola Velha da Sé/Rua Frei Caetano Brandão' e na 'Zona arqueológica da rua Afonso Henriques', onde os quarteirões, com áreas de construção de 1 *actus*, foram subdividida em dois lotes, possibilitando a construção de duas *domus.* No entanto, outras casas ocuparam a totalidade da área dos quarteirões, como aconteceu com a *domus* flaviana das Carvalheiras, a *domus* do ex Albergue Distrital, ou a *domus* das Cavalariças. Por sua vez, em *Complutum* verifica-se que os quarteirões com áreas bastante semelhantes a Bracara Augusta, estariam divididos em quatro parcelas, cuja posterior construção podia respeitar essa divisão, ou corresponder a lotes multiplicadores. Assim, num quarteirão foi possível identificar três *domus* distintas, duas das quais, situadas a norte '*Domus* de Marte' e '*Domus* del Átrio', ocupavam um quarto do *actus* (60x60 pés), enquanto uma outra, disposta a sul *'Domus* da Lucerna de la Máscara Trágica', que ocupava meio *actus* (120x60 pés). A variedade das dimensões das casas é bem reveladora do carácter diferenciado da riqueza das famílias residentes de *Complutum*, algumas das quais tinham capacidade para comprar lotes maiores, correspondentes à totalidade de um quarteirão. Assim, se testemunha que o projeto arquitetónico era também condicionado pela disponibilidade financeira dos proprietários.

As dimensões dos lotes construídos constitui uma importante variável a ter em conta quando avaliamos as características das plantas das casas, uma vez que influenciava a organização do seu espaço interior. Assim, por vezes, era necessário recuar o peristilo, ou mesmo sacrificar parte de seu *ambulacrum*, estreitando-o, mas procurando-se manter a sua função ordenadora, como observámos na 'Casa da Lucerna da Máscara Trágica', de *Complutum*, havendo casos em que essa função chega mesmo a desaparecer por completo, funcionando o espaço aberto, não como elemento distribuidor, mas apenas como ponto de luz e ventilação, como acontece com a 'Casa 1' e com a 'Casa das Escadas' de *Tongobriga.*

Qualquer proprietário para construir numa cidade tinha que respeitar um conjunto de normas como o tamanho dos quarteirões, os direitos dos vizinhos, a dimensão da área de construção, a manutenção de pórticos, sendo estes alguns dos constrangimentos que diferenciavam as características das casas, pois as particularidades da cidade vão determinar a liberdade construtiva dos proprietários. Tal como verificámos em *Conimbriga,* as habitações não encontraram aí limitações de espaço, ou obstruções impostas pela vizinhança, facto que permitiu a construção de grandes *domus* compostas por uma sucessão de espaços abertos destinados a cumprir os padrões culturais do seu proprietário, tendo apenas como constrangimento fundamental o carácter irregular dos

limites das parcelas, que os arquitetos souberam habilmente ultrapassar. Neste sentido, importa reconhecer que a casa romana não tem que ser entendida como um modelo repetitivo, nem como uma tipologia, mas antes como uma linguagem e um léxico representado por diferentes soluções arquitetónicas.

Assim, a casa romana enquanto artefacto cultural nunca pode ser compreendida como uma tipologia fechada, mas antes como uma multiplicidade de soluções arquitetónicas, sendo o contexto o elemento definidor da própria casa e do seu projeto arquitetónico, que era determinado pelas especificidades da cidade, como a própria topografia, a malha urbana, mas também pelo estatuto e pelas capacidades económicas dos proprietários (Beltrán Lloris e Mostalac Carrillo, 1994). Por outro lado, não existe uma identidade ou modelo específicos da casa romana fixados no tempo e no espaço, pois as habitações sofreram diversas reformas e transformações ao longo dos tempos, de que são exemplo bem ilustrativo as casas de *Bracara Augusta.* Como observámos ao longo deste trabalho existe uma enorme diversidade de soluções construtivas com particularidades que devem ser avaliadas em termos espacio-temporais, devido à heterogeneidade das cidades e das suas elites, que pode ajudar a compreender determinadas especificidades regionais, mas também devido à mudança de paradigmas, de ideologias, de modos de viver, ou dos simples gostos dos proprietários e arquitetos, todos eles com capacidade para influenciar as características das mudanças operadas nas casas ao longo dos tempos.

Os estudos de arquitetura doméstica devem fazer um esforço no sentido de compreender a casa romana no seu contexto, mas também toda a sua estética, decoração e, quando possível, os padrões de comportamento, a religiosidade e as atividades económicas do senhor da casa, já que esta pode ser entendia como a sede do poder do *paterfamilias*, funcionando, por isso, como centro político, cultural e religioso. No entanto, esta linha de investigação tem que ultrapassar alguns obstáculos que são inerentes à interpretação da funcionalidade dos diferentes espaços que formalizavam as habitações. Na verdade, na maior parte dos casos estamos perante vestígios de construções trazidos à luz do dia no âmbito da Arqueologia Urbana, que oferece assinaláveis dificuldades para descobrir e interpretar a totalidade dos edifícios, pois o carácter truncado dos vestígios raramente possibilita a reconstituição da planta integral das construções originais, que se oferece como condição indispensável para compreender o significado dos projetos arquitetónicos. Por outro lado, os vestígios que vão sendo recuperados pelas escavações, e que permitem restituir as plantas dos espaços habitacionais, encontram-se, regra geral, bastante destruídos, não fornecendo indicadores decorativos que possibilitem identificar com clareza os espaços orgânicos das casas, como acontece com os pavimentos ou as pinturas murais, que podem ajudar a elucidar sobre a funcionalidade de determinados espaços e sobre o estatuto económico, social e cultural dos proprietários das casas. No entanto, apesar de todos os constrangimentos com se lida na Arqueologia Urbana é indiscutível o seu notável contributo para o que sabemos hoje sobre a casa romana nas províncias, ela própria um organismo complexo, permanentemente sujeito à mudança. Um exemplo dessa importância é-nos fornecido pelos contributos das escavações realizadas em *Augusta Emerita*, *Complutum*, ou *Bracara Augusta*, os últimos dos quais em análise neste trabalho

A partir da análise das unidades domésticas de *Bracara Augusta* conseguimos perceber a grande diversidade de soluções arquitetónicas que se podem esconder sob o conceito de *domus*, a qual deve ser entendida como uma casa da elite urbana, mas não como um modelo tipológico de habitação. De facto, dado que estamos perante uma cidade, cuja malha urbana fundacional configurou quarteirões quadrados, muito regulares, com as mesmas dimensões e formas e, a partir deles, lotes também iguais, ou seja, com a mesma área disponível para a construção, as diferenças identificadas a nível da disposição e do tamanho dos compartimentos, que necessariamente materializavam uma intenção funcional, só pode ser compreendida se estivermos perante famílias com distintas composições, atividades e possibilidades financeiras. Este argumento é válido quando comparamos áreas de construção semelhantes, sejam elas a totalidade dos quarteirões, com áreas próximas de 1 *actus*, o que aconteceu com as *domus* cuja construção viria a ocupar a totalidade dos quarteirões, ou lotes correspondentes a meio quarteirão, situação que ocorre em vários locais.

Assim, podemos considerar que existe uma clara distinção em relação à quantidade de lotes que podiam ser adquiridos pelos proprietários, sendo certo que a dimensão da área construída nos dá informações sobre o estatuto e importância dos seus proprietários.Esta capacidade que a casa tinha de projetar o estatuto do seu proprietário verifica-se ainda nas reformas conhecidas que ocorreram nos finais do século III/inícios do século IV e que afetaram a totalidade das casas conhecidas até ao momento em *Bracara Augusta*. A esse período reporta-se um grande investimento nas *domus*, que se traduz numa clara monumentalização dos espaços domésticos, através da construção de termas privadas, da renovação de estuques e de pavimentos, do uso de mármores e da construção de grandes espaços de receção e banquete. O investimento recorrente na arquitetura e nos programas decorativos das *domus*, que caracteriza também outras cidades da Hispânia, parece definir uma linguagem comum e própria da aristocracia urbana, a qual parece emergir no quadro de uma nova ordem económica e social associada à emergência de uma sociedade mais hierarquizada, uma clara consequência da crise do século III e das posteriores reformas do século IV.

Ao longo do século V assistimos a um processo de transformação funcional e social da casa que assinala o fim da *domus*, como casa de elite unifamiliar, o que não significa naturalmente que as casas tenham sido arrasadas. Muito antes pelo contrário. O que se verifica é que essas casas passam a conhecer um outro tipo de ocupação, passando a ser usadas por diferentes famílias, o que determina uma lógica funcional diferente daquela que caracterizou o seu aproveitamento como espaço de representação centrado em torno do peristilo. Esta alteração da estrutura planimétrica das unidades habitacionais parece definir uma nova forma de habitar e, naturalmente, um novo modelo residencial, caracterizado pelo abandono do peristilo, como núcleo da casa, o que assinala claramente, o fim das *domus* e o aparecimento de uma nova forma de estruturar os espaços. Estas alterações parecem estar articuladas com as mudanças que afetaram o quadro político peninsular nos inícios do século V, mas também com um novo enquadramento social emergente, associado à diminuição do poder económico das elites urbanas, que deixam de conseguir manter

em funcionamento as luxuosas casas que haviam constituído os principais cenários de representação do poder nas cidades do século IV.

BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas

Cicero, *On Duties.* Walter Miller (trad.) (1913) Loeb Classical Library 30, Harvard University Press.

Paulo Orósio. *História contra os pagãos* (Esboço duma história da antiguidade oriental e clássica). José Cardoso (trad.) (1986). Braga, Universidade do Minho.

Pliny. *Natural History,* volume II, livros 3-7. H. Rackham (trad.) (1942). Loeb Classical Library 352, Harvard University Press.

Pliny the Younger. *Letters*, Volume I, books 1-7. Betty Radice (trad.) (1969). Loeb Classical Library 55, Harvard University Press.

Livy, *History of Rome* I–II. B. O. Foster (trad.) (1919) Loeb Classical Library 114, Harvard University Press.

Lucretius, *On the Nature of Things*. W. H. D. Rouse (trad.) (1924) Loeb Classical Library 181, Harvard University Press.

Varro, *On the Latin Language*, Volume II, books 8-10. Fragments. Roland G. Kent (1938) Loeb Classical Library 334, Harvard University Press.

Virgil, *Aeneid: Books 7-12. Appendix Vergiliana*. H. Rushton Fairclough (trad.) (2001) Loeb Classical Library 64, Harvard University Press.

Vitruvius, *On Architecture VI-X.* Frank Granger (trad.) (1934) Loeb Classical Library 280, Harvard University Press.

Bibliografia

AAVV (1991). *La casa urbana hispanorromana: ponencias y comunicaciones*, Congreso sobre la Casa- Urbana Hispanorromana, Zaragoza, Institución Fernando el Católico.

AAVV (1995). *Lucus Augusti. Los orígenes de la ciudad,* Lugo.

Abraços, M. (2005). *Para a história da conservação e restauro do mosaico romano em Portugal,* Tese de Doutoramento (policopiada), Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa

Adam, J.P. (1995). *La construction romaine: matériaux et techniques*, ed. Picard, Paris.

Alarcão, A., Etienne, R. e Golvin, J.-C. (1997). Le fórum de Conimbriga: réponse àquelques contestations, In Etienne, R. e Mayet, F. (eds.), *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso- française*, Paris, De Boccard, pp. 49-70.

Alarcão, J. (1985). Introdução ao estudo da casa romana, In *Cuadernos de Arqueologia e Arte*, 4, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Coimbra.

(1988). *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins: Publicações Europa-América Lda.

(1988). *Roman Portugal, Warminster*, Aris & Philips, trad. port. 1º vol., O domínio romano em Portugal, Mem-Martins, Europa-América.

(1990) Portugal. Das origens à romanização. In Serrão, J. e Marques, O. (dir.) *Nova História de Portugal*, Vol. I, Presença, Lisboa.

(1995-96). Las Civitates do Norte de Portugal, *Cadernos de Arqueologia*, 12-13, Série II, Braga, pp. 25-30.

Alarcão, J. e Etienne, R. (1973). L'architecture des cryptoportiques de Conimbriga (Portugal), *In Les cryptoportiques dans l'architecture romaine*, Roma, Collection de l'EcoleFrançaise de Rome 14, pp. 371-406.

Alarcão, J. e Etienne, R. (1977). *Fouilles de Conimbriga,* I. L´architecture, Mission Archéologique Française au Portugal e Musée Monographique de Conímbriga, De Boccard, Paris.

Alba, M. (2005). La vivienda en "Emerita" durante la antigüedad tardía: propuesta de un modelo para "Hispania", In Maria Gurt J, Ribera i Lacomba, A. (eds), *VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica: les ciutats tardoantigues d'Hispania: cristianització i topografia,* València: pp. 121-152.

(2007). Diacronia de la vivienda senorial de Emerita (Lusitania, Hispania): desde las domus alto imperiales tardoantiguas a las residencias palaciaya - les omeyas (siglos I-IX), In Pietro Brogiolo, G e Chavarría Arnau, A. (eds), *Archeologia e società tra Tardo Antico e Alto Medioevo, Padova*: pp. 163-192.

Aldrete, G. (2004). *Daily life in the roman city: Rome, Pompeii and Ostia*, London, Greenwoood Press.

Alföldy, G. (1966). Um cursus senatorial de Bracara Augusta, *Revista de Guimarãe*s, 76:3-4, Guimarães, pp. 363-372.

(1969). *Fasti Hispanienses. Senatorische Reichsbeamte und Offiziere in den spanischen Provinzen des römischen Reiches von Augustus bis Diokletian,* Steiner, Wiesbaden.

(1973). *Flamines prouinciae Hispaniae citerioris,* Anexos do Archivo Español de Arqueología, 6, Madrid, CSIC.

(1977). *Los Baebii de Saguntum,* Serie de trabajos varios, núm. 56, Valencia.

Allison, P. M. (1992). *The distribution of Pompeian house contents and its significance,* Tese de Doutoramento, Universidade de Sydney.

(1997). Roman households: an archaeological perspective, In Parkins, H. (ed.), *Roman Urbanism*, London and New York, pp. 112-146.

(1999). Labels for Ladles: Interpreting the Material Culture of Pompeian Households, In Penelope Mary, A. (ed.), *The Archaeology of Household Activities,* Londres, Routledge, pp. 57-77.

(2001). Using the Material and Written Sources: Turn of the Millennium Approaches to Roman Domestic Space, AJA, 105, 2: pp. 181-208.

(2002). *Pompeian households: an analysis of the material culture*, Los Angeles, California.

(2004). *Pompeian Households. An Analysis of Material Culture*. Los Ángeles.

(2007). Engendering Roman domestic space, In Westgate, R., Fisher, N, Whitley, J. (eds.), *Building communities. House, settlement and society* in the Aegean and beyond, Atenas, British School at Athens: pp. 343-350.

Almeida, C. (2016). A Gallaecia Meridional em tempos de Augusto, In *Celebração do Bimilenário de Augusto. Ad nationes. Ethnous kallaikon*, Braga, pp. 113-122.

Álvarez Martínez, J. e Mateos Cruz, P. (2011). Actas del congreso internacional 1910-2010: *El yacimiento emeritense,* Ayuntamiento de Mérida, Mérida.

Amaral, L. (2007). As moedas das Carvalheiras. Contributo para o estudo da circulação monetária em Bracara Augusta. In Martins, M. (coord.) *Bracara Augusta – Escavações arqueológicas, 3*, Ed.

UAUM/NARQ. Braga.

Ampolo, C., Carandini, A., Pucci, G., e Pensabene, P. (1971). La villa del Casale a Piazza Armerina. Problemi, saggi stratigrafici ed altre ricerche, *Mélanges de l'Ecole française de Rome*, 83(1), pp. 141-281.

Anguissola, A. (2010). *Intimità a Pompei: riservatezza, condivisione e prestigio negli ambienti ad alcova di Pompei* (Vol. 8), Itália, Walter de Gruyter.

Audin, A. (1969). Gens de Lugdunum, In *Hommages à Marcel Renard*, Bruxelles, Collection Latomus: pp. 44-56.

Baldini Lippolis, I. (2001). *La domus tardoantica. Forme e rappresentazioni dello spazio domestico nelle città del Mediterraneo*, Bologna-Imola

Balil, A. (1959). *La casa romana en España.* Extrato da Tese de Doutoramento, Madrid.

(1970). Casa y urbanismo en la España Antigua, *BSAA*, XXXVI: pp. 289-334.

(1971). Casa y urbanismo en la España Antigua, *BSAA,* XXXVII: pp. 5-83.

(1972). Casa y urbanismo en la España Antigua, I, *Studia Archaeologica*, 17. Valladolid.

(1972a). Casa y urbanismo en la España Antigua, II, *Studia Archaeologica,* 18. Valladolid.

(1973). Casa y urbanismo en la España Antigua, III, *Studia Archaeologica,* 20. Valladolid.

(1974). Casa y urbanismo en la España Antigua, IV, Studia Archaeologica, 28. Valladolid.

(1991). Domus Parva Sed Mea. El sentido de la casa y el hogar a través de la distribución de sus elementos y partes. In *La Casa Urbana Hispanorromana Ponencias y comunicaciones,* Institución Fernando El Católico, Zaragoza, pp.11 – 13.

Ball, L. (2003). *The domus aurea and the roman architectural revolution,* Cambridge University Press, Cambridge.

Battaglini, G. e Diosono, F. (2010) Le domus di Fregellae: case aristocratiche di ambito coloniale, In Bentz, M. e Reusser, Ch. (eds.), *Etruskisch-italische und römisch-republikanische Häuser*, Wiesbaden, pp. 217-231.

Beard, M. (2016). *Pompeia. A vida de uma cidade romana*, Rio de Janeiro, Editora Record.

Bek, L. (1986). Quaestiones conviviales: The Idea of the Triclinium and the Staging of Convivial Ceremony from Rome to Byzantium, *Analecta romana Instituti danici,* 12, pp. 83-107.

Beltrán de Heredía, J. (ed.) (2001). *De Barcino a Barcinona (siglos I-VII)*. Los restos arqueológicos de la Plaza del Rey de Barcelona, Barcelona.

Beltrán Lloris, M. (1976). Arqueología e Historia de las Ciudades Antiguas del Cabezo de Alcalá de Azaila, Teruel, Zaragoza.

(1984). Excavaciones arqueológicas en la Colonia Celsa (Velilla de Ebro) (Campaña de 1984), *Boletín del Museo de Zaragoza*, vol. 3. Zaragoza. pp.288-291.

(1991a). La Casa Urbana Hispanorromana. In *La Casa Urbana Hispanorromana Ponencias y comunicaciones*, Institución Fernando El Católico, Zaragoza: pp.7-13.

(1991b). La colonia Celsa, In *La casa urbana hispanorromana: ponencias y comunicaciones,* Institución Fernando El Católico, Zaragoza: pp. 131-164.

(2003). La casa hispanorromana, *Actas do XXVII Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza.

Beltrán Lloris, M., Aguarod, M., Hernández, M., Mínguez, J., Paz, J., Cabrera, M. e González, L. (1998). *Colonia Victrix Iulia Lepida-Celsa (Velilla de Ebro, Zaragoza) III, 2. El Instrumentum Domesticum de la "Casa de los Delfines"*, Zaragoza.

Beltrán Lloris, M. e Mostalac Carrillo, A. 1994. *Colonia Victrix Iulia Lepida-Celsa II: Estratigrafía y pinturas*, Zaragoza, Institución Fernando El Católico.

Beltrán de Heredía, J. (ed.) (2001). *De Barcino a Barcinona (ss. I-VII)*. Los restos arqueológicos de la Plaza del Rey de Barcelona, Barcelona.

Bennett, J. (1997). *Trajan: Optimus Princeps,* London, Routledge.

Bermejo Tirado, J. (2011). *Arqueología de los espacios domésticos: la Meseta nordeste entre el final de la Edad de Hiero y el Bajo Imperio,* Tese de doutoramento, Departamento de Prehistoria, Universidade Complutense de Madrid, Madrid.

(2014). *Arqueología biopolítica. La sintaxis espacial de la arquitectura doméstica romana en la Meseta oriental,* Colección Arqueología y Patrimonio, Ediciones LAERGASTULA, Madrid

Berry, J. (1997). Household artefacts: towards a re-interpretation of Roman domestic space, In Laurence, R. e Wallace-Hadrill, A. (eds.), *Domestic space in the Roman world: Pompeii and beyond, Portsmouth:* pp. 183-195.

Biddle, M. (1983). The study of Winchester. Archaeology and history in a British town, 1961-1983, *ProcBritAc*, 69: pp. 93-135.

Binford, L. (1981). Behavioral archaeology and the Pompeii premise, *J.A.R.*, 37, 3: pp. 195-208.

Blagg, T. F. C. (1990). First-century Roman houses in Gaul and Britain. In *The Early Roman Empire in the West*. Oxford: pp. 194-209.

Boersma, J. S. (1985). Amoenissima civitas. Block V. ii at Ostia: description and analysis of its visible remains, *Assen,* The Netherlands, Van Gorcum.

Boethius A. (1934). Remarks on the Development of Domestic Architecture in Rome, AJA, 38, 158.

(1969). *Etruscan and Early Roman Architecture*, Yale University Press.

Bonini, P., (2006). *La casa nella Grecia Romana. Forme e funzioni dello spazio privato fra I e VI secolo*, Quasar, Roma.

Bragantini, I. (2004). Una pittura senza maestri: la produzione della pittura parietale romana, *J.R.A.*, 17: pp. 131-145.

Broise, H. (2006). L'évolution de l'insula de la maison de a rotonde à Carthage, *Académie des inscriptions & Belle-Letres*, 150: pp. 553-554.

Brown, F. E. (1980). *Cosa: the making of a Roman town.* Ann Arbor. The University of Michigan Press.

Braga, C. (2010). *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII*, Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

(2018). *Morte, memória e identidade: uma análise das práticas funerárias de Bracara*

Augusta, Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

Brandt, J. (1985). Ostia, Minturno, Pyrgi. The Planning of three Roman Colonies, Acta ad archaeologiam et artium historiam pertinentia, s.a. 5, pp. 25-87.

Bruno, V.J. e Scott, R.T. (1993). *Cosa IV: The houses, Memoirs of the American Academy in Rome*, 38, Philadelphia.

Bullo, S. e Ghedini, F. (2003). *Amplissimae atque ornatissimae domus. L'edilizia residenziale nella Tunisia romana*, Roma, Quasar.

Burón Álvarez, M. (2006). El trazado urbano de Asturica Augusta: génesis y evolución. In MORENO, I., coord. - Nuevos elementos de ingeniería romana. III Congreso de obras públicas romanas. Astorga: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo: pp. 289-312.

Carandini, A. (1990). Il Palatino e le aree residenziali. Domus aristocratiche sopra le mura e il pomerio del Palatino, In *La Grande Roma dei Tarquini,* Roma: pp. 97-100.

(2010). Le case del potere nell'antica Roma, Rome.

Carandini, A. e Carafa, P. (1995). *Palatium e Sacra Via I. Prima delle mura, l'età delle mura e l'età case arcaiche*, Rome, Ministero per i Beni e le Attività Culturali.

Carcopino, J. (1939). *La vie quotidienne à Rome à l'apogée de l'Empire*, Paris, Hachette.

Carfora, P., Ferrante, S. e Quilici Gigli, S. (2009-2010). Apprestamenti produttivi tardo repubblicani nell'urbanistica di Norba*, Caesarodunum*, XLII-XLIV: pp. 237-254.

(2010a). Edilizia privata nell'urbanistica di Norba tra la fine del III e l'inizio del I secolo a. C., In Bentz, M. e Reusser, Chr. (eds), *Etruskisch-italische und römisch-republikanische Häuser, Wiesbaden*: pp. 233–242.

(2010b). Pavimenti i cementizio dagli scavi di Norba, *AISCOM,* XVI: pp. 397-411.

(2011). Tecniche costruttive in epoca medio-tardo repubblicana: il caso di Norba, In Tecniche costruttive del tardo ellenismo nel Lazio e in Campania - Atti del Convegno, Segni.

Carocci, F. e De Albentiis, E. (1990). Considerazioni storico-urbanistiche, In Carocci, F. (ed.), *Le insulae 3 e 4 de la regio 6 di Pompei. Un'analisi storico-urbanistica, Roma, L'erma di Bretschneider:*

pp. 207-216.

Carrington, R. C. (1934). Some ancient Italian countryhouses, *Antiquity*, 34: pp. 261 sgg.

Carvalho, H. (2008). *O Povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*. Tese de Doutoramento (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga

(2012). Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo de Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis), *Archivo Español de Arqueología*, 85, pp. 129-146.

Carver, M. (1987). *Underneath English towns: interpreting urban archaeology*, Londres, Batsford.

Cepeda Ocampo, J. (2007). *Iuliobriga y las ciudades romanas del Interior de Cantabria, In Historia de Cantabria*. Tomo -1: La Cantabria Histórica y La Montaña, Santander, pp. 145-160.

Cepeda Ocampo, J., Iglesias Gil, J. e Ruiz Gutiérrez, A. (2008). Territorio rural y espacio urbano en Iuliobriga (Cantabria), In Mangas, J. e Novillo, M. (eds.), El territorio de las ciudades romanas, Madrid, Ediciones Sísifo S.L., pp. 309-331.

Cepeda Ocampo, J., Iglesias Gil, J., Ruiz Gutiérrez, A. e Teichner, F. (2009). *La determinación del perímetro urbano de Iuliobriga (Cantabria). Prospecciones geofísicas y sondeos arqueológicos en el sector de La Llanuca*, Madrider Mitteilungen, 50, Madrid, Reichert Verlag Wiesbaden, pp. 172-196.

Chavarría Arnau, A. (2015). Tumbas e iglesias en la Hispania tardoantigua, *Agira*, 7, pp. 13-38.

Clarke, J. R. (1991): *The house of roman Italy, 100 B.C.-A.D. 250. Ritual, space, and decoration*. California.

Clarke, A., Fulford, M. e Eckardt, H. (2006). *Life and Labour in Late Roman Silchester: Excavations in Insula IX from 1997*, Londres, Society for the Promotion of Roman Studies.

Coarelli, F. (1983). Architettura sacra e architettura privata nella tarda republica, In *Architecture e société*, Collection de l'Ecole française de Rome, 66: pp. 191-217.

(1989). La casa dell'aristocrazia romana secondo Vitruvio, In Geertman, H. e Jong, J. J. de (eds.), *Munus non ingratus Proceedings of the International Symposium on Vitruvius' De Architectura and the Hellenistic and Republican Architecture,* Leiden, January 1987 (Leyden, Supp. Bulletin Antieke Beschaving 2): pp. 178-187.

(2002). *Pompei. La vita ritrovata*, Udine, Magnus.

Coarelli, F. e Monti, P. G. (eds.) (1998). Fregellae. I I fonti, a storia, il territorio, Perugia.

Comas, M. e Padrós, P (2010). L'epoca d'August a la ciutat de Baetulo a través de l'estudi de dos contextos ceramològics. In Revilla Calvo, V. e Roca Roumens, M. (eds). *Contextos ceràmics i cultura material d'època augustal a l'occident romà*. Actes de la reunió celebrada a la Universitat de Barcelona.

Conges, A. (1987). L'hipothése d'une basiliqueà deux nefs à Conimbriga et les transformations du fórum, *Mélanges de l'Ecole Française de Rome Antiquité*, t. 99 (2), pp. 711-751.

Cooper, N. e Buckley, R. (2003). New light on Roman Leicester, In Wilson, P. (ed.), *The Archaeology of Roman Towns: Studies* in Honour of John S. Wacher, Oxford, Oxbow: pp. 31-43.

Corrales Álvarez, Á. (2014). *La arquitectura doméstica de Augusta Emerita,* Tese de Doutoramento, Universidade da Extremadura, Cáceres.

Correia, V. (2010). *A Arquitectura Doméstica de Conímbriga e as Estruturas Económicas e Sociais da Cidade Romana*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.

Cortés Vicente, A. (2009). *L'arquitectura domèstica de les ciutats romanes de Catalunya.* Tese de Doutoramento, Ciències de l'Antiguitat i de l'Edat Mitjana, Universitat Autònoma de Barcelona - Institut Català d'Arqueologia Clàssica, Tarragona.

Cribiore, R. (2015). Multifunctionality of spaces in a Late Roman house in Egypt, In Tuori, K. e Nissin, L. (eds.), Public and Private in *the Roman House and Society, Journal of Roman Archaeology Supplementary* Series 102, Rhode Island, Portsmouth: pp. 149-159.

Crook, J. (1955). *Consilium Principis,* Cambridge.

Cruz, G. (2015). O surgimento do espaço urbano no Noroeste da Ibéria. Um reflexão sobre os oppida pré-romanos. In R. Martínez Peñin e G. Cavero Domínguez (Eds), *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica,* León/Braga, Instituto de Estudios Medievales da la Unviversidad de León e Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, pp. 403-424.

(2018). Northern Portugal in the transition of Era: from the hillforts, through the oppida, till

the roman integration, In Fontes, L., Cruz, G. e Alves, M. (eds.), A*ctas do Simpósio Internacional: Interações Culturais e Paisagens em Mudança na Europa* (séc. 2º a.C. / séc. 2º d.C.), Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, pp. 73-89.

Cruz, M. (1980). Braga no ano de 1882, *Bracara Augusta,* vol. XXXIV, II tomo, n.º 78 (91): pp. 705-710.

Cruz, M. (2009). *O Vidro romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*. Tese de Doutoramento (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga

Cuervo Alvarez, D. B. (2014) La urbs Asturica Augusta. *Historia Digita*l, vol. 14, n. 24, Madrid: pp. 72-110.

Cunha, A., Martins, M., Magalhães, F., Braga, C., Martínez Peñín, R., Ribeiro, J., Fernández, A. e Mendes, D. (2014). *Salvamento de Bracara Augusta. Rua D. Afonso Henriques, 42-56 (Braga),* Relatório dos Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M/Memórias, N°48, Braga.

De Albentiis, E. (1990). *La Casa dei Romani,* Milano.

De Carolis, E., Esposito, F., Ferrara, D. (2007). Domus sirici in Pompei (VII 1, 25.47): appunti sulla tecnica di esecuzione degli apparati decorativi, *Ocnus*, 15: pp. 117-141.

Degbomont, J. (1984). *Hypocaustes. Le chauffage par hypocauste dans l'habitat privé,* Lieja.

De La Bédoyère, G. (2003). *Roman Towns in Britain*, Stroud, Tempus.

Delaine, J. (1996). The Insula of the Paintings. A model for the economics of construction in Hadrianic Ostia, In Zevi, G. e Claridge, A. (eds), '*Roman Ofstia' revisited. Archaeological and Historical Papers in Memory of Russell Meiggs,* London, British School at Rome: pp. 165-184.

(2004). Designing for a market: medianum apartments in Ostia, *J.R.A.*, 17: pp. 147-176.

(2018). Insulae, In Holleran, C. e Claridge, A. (eds.), *A Companion to the City of Rome,* Wiley Blackwell, John Wiley & Sons Ltd.

Delgado, M. (1996/97). Potes meleiros de Bracara Augusta, *Portugalia*, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nova série: XVII-XVIII, pp. 149-165.

Delgado, M., Dias, L., Lemos, F. e Pascoal, A. (1984). Intervenções na área urbana de Bracara

Augusta, 1983, *Cadernos de Arqueologia,* 1, Série II, Braga, pp.95 – 106.

Delgado, M., Fernádez, A., Quaresma, J. e Morais, R. (2014). Una aproxima-ción a la Terra Sigillata Africana de Bracara Augusta (Braga, Portugal), *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta,* 43, pp. 671-680.

Delgado, M. e Gaspar, A. (1986). Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia,* 3, Série II, Braga, pp.151-167.

Delgado, M. e Lemos, F. (1985). Zona das Carvalheiras. Notícia das campanhas de escavação de 1984 e 1985, *Cadernos de Arqueologia*, Serie II ,2, pp. 159-176.

(1986). Zona das Carvalheiras: notícia da campanha de escavação de 1985, *Cadernos de Arqueologia, Série II, 3, pp. 151-167.*

Delgado, M. e Martins, M. (1988). Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, 5, Série II, Braga, pp. 79-93.

Delgado, M., Martins, M. e Lemos, F. (1989). Dossier: Salvamento de Bracara Augusta (1976-1989), *Forum*, Nº. 6, Outubro, Braga, pp. 3 – 41.

Delgado, M. Morais, R. e Ribeiro, J. (2009). *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*, CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar – Cultura, Espaço e Memória), Braga.

Della Corte, M. (1914). Pompei – Continuazione degli Scavi sulla Via dell'Abbondanza, *Notizie degli Scavi di Antichità*: pp. 291–296.

(1964). *Casa ed abitanti di Pompei,* 3ª ed., Nápol

De Vos, M. (1982). *Pompei Ercolano Stahia*, Rome/Bari.

Desbat, A. (2004). Une nouvelle maison à atrium augustéene, à Lyon (Fourvière), *RAE*, 53: pp. 221-231.

Dias, L. (1984). *Largo de S. Paulo ou Cardoso da Saudade. Relatório das escavaçõe*s, UAUM, Braga (Relatório policopiado).

(1995). *Tongobriga,* Tese de Doutoramento em Pré-história e Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto.

(1997). *Tongobriga*, Lisboa, IPPAR.

(2003) *Área Arqueológica do Freixo. Futuro?, Tongobriga. Breves Reflexões,* IPPAR, Lisboa.

Dickmann, J. (1999). *Domus frequentata. Anspruchvolles Wohnen im pompejanischen Stadthaus, Studien zur antiken* Stadt 4, München.

Dobbins, J. e Foss, P. (2007). *The World of Pompeii*, Londres, Taylor & Francis.

Dopico Caínzos, M. (1986). Los conventus iuridici. Origen, cronología y naturaleza histórica, *Gerion* 4, pp. 265-283.

(1988). *La Tabula Lougeiorum. Estudios sobre la implantación romana en Hispania,* Vitoria.

(2009). A transformación dos pobos do noroeste hispánico na época de Augusto: a evidencia epigráfica, In Villanueva Acuña, M. e Dopico Caínzos, M. (eds.), *Do castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea*, Lugo, pp. 31-53.

(2016). Los inicios de la urbanización en el NO: las capitales conventuales, In Dopico Caínzos, M. e Villanueva Acuña, M. (eds.)*, Clausus est Ianus. Augusto e a transformación do NO hispano, Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae*, Vol. 1, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, pp. 255-279.

Dubouloz, J. e Robert, R. (2016). Les banquets publics à la fin de la République: usages sociaux, espaces et représentation, *Dialogues d'histoire ancienne*, vol. 42, no 2, pp. 59-84.

Dunbabin, K. M. (1996). Convivial spaces: dining and entertainment in the Roman villa, J*ournal of Roman Archaeology*, 9, 66-80.

Dwyer, E. J. (1991). The pompeian atrium house in theory and in practice, In Gazda, E. (ed.), *Roman Art in the Private Sphere. New Perspectives on the Architecture and Decor of the Domus,* Villa, and Insula, Michigan: pp. 25-48.

Dyson, S. (2010). *Rome: A Living Portrait of an Ancient City*, Johns Hopkins University Press.

Eckstein, A. (2006). *Mediterranean anarchy, interstate war, and the rise of Rome, Berkley*, Los Angeles; London, University of California Press.

Ergenç, D., La Russa, M., Ruffolo, S., Fort, R. e Sánchez Montes, A. (2018). *Characterization of the wall paintings in La Casa de los Grifos of Roman city Complutum,* The European Physical Journal Plus, 133: 355.

Es-Sadra, L. (2008). Sur le vocabulaire de l'architecture domestique: l'example de Volubilis, In González, J. et al. (eds), *L'Africa romana. Le riccheze dell'Africa. Risorse, produzioni, scambi*, Roma, Carocci: pp. 535-548.

Etienne, R. (1960). *Le quartier nord-est de Volubilis*, Paris, De Boccard.

(1967). *La vie quotidienne à Pompei,* Paris.

Evans, E. (1978). A group of atrium houses without side rooms in Pompeii, In *Papers in Italian Archaeology I (BAR 41),* London: pp. 175 sgg.

(1980). T*he atrium complex in the houses of Pompei*, Tese de Doutoramento, Classics, Ancient History and Archaeology Departament, Universidade de Birmingham, Birmingham.

Fabião, C. (1992). A romanização do actual território português, Matoso, J. (dir.) H*istória de Portugal,* Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 203-299.

(2009). A dimensão atlântica da Lusitânia: periferia ou charneira no Império Romano?, In Gorges, J-G., Encarnação, J., Nogales Basarrate, T. e Carvalho, A. (coords.), L*usitânia romana. Entre o mito e a realidade*, Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana, Cascais, pp.53-74.

Fabbricotti, E. (1976). I bagni nelle prime ville romane, *Cronache Pompeiane*, 2: pp. 29–111.

Faria, A. (1998). Algumas questões em torno da fundação de Augusta Emerita, R*evista Portuguesa de Arquelogia*, v. 1, n. 1, pp. 161-167.

Faulkner, N. (1994). Late Roman Colchester, *O.J.A.*, 13: pp. 93-120.

Fernández, A. (2011). *O comercio tardoantigo no Noroeste Peninsular. Unha análise da Gallaecia Sueva e Visigoda a través do rexistro arqueolóxico*, Galicia, Editorial Toxosoutos.

Fernandes, L. (2018). *Urbanismo e arquitetura do quadrante sudeste da cidade romana de Bracara Augusta entre a época fundacional e a Antiguidade Tardia*, Dissertação de mestrado, Instituto de

Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

Fernández Galiano, R. (1985). *Complutum I*, Excavaciones. Excavaciones Arqueológicas en España, 137, Madrid, Ministerio de Cultura.

Fernández-Götz, M. (2018). From Iron Age Oppida to Roman Cities: The Transformation of Cultural Landscapes in Europe (2nd century BC-2nd century AD), In Fontes, L., Cruz, G. e Alves, M. (eds.), *Actas do Simpósio Internacional: Interações Culturais e Paisagens em Mudança na Europa (séc. 2º a.C. / séc. 2º d.C.)*, Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, pp. 21-38.

Fernández Ochoa, C., García Entero, V. e Gil Sendino, F.(eds.) (2008). *Las "villae" tardorromanas en el Occidente del Imperio: Arquitectura y función*. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Gijón, Ediciones Trea.

Fernández Vega, P. (1993). *Arquitectura y urbanística de la ciudad romana de Julióbriga,* Santander, Universidade da Cantabria.

(1999). *La casa romana*, Bernejo Barrera, J. (dir.) Serie interdisciplinar, Akal Universitaria, Ediciones Akal, Madrid.

Ferrante, S. (2011). Pesi da telaio di Norba: luoghi di rinvenimento i ipotesi funzionali, *Orizzonti,* XII: pp. 69-90.

Fonte, J., Valdez, J., Lemos, F. e Cruz, G. (2011). Citânia de Briteiros e médio vale do Ave (NW de Portugal): SIG e análise arqueológica do território, In Mayoral Herrera, V. e Celestino Pérez, S. (eds.), *Sistemas de Información Geográfica y análisis arqueológico del território,* Actas del V Simposio Internacional de Arqueología de Mérida, Mérida.

Fontes, L, Martins, M., Ribeiro, M. e Carvalho, H. (2010). A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VIII, In García, A., Izquierdo, R., Olmo, L. e Peris, D. (eds.), Espacios Urbanos en el Occidente Mediterrâneo (siglos VI-VIII), Toletum Visigodo: pp. 255-262.

Fontes, L., Martins, M. e Andrade, F. (2010a). Salvamento de Bracara Augusta: quarteirão dos CTT - interligação Túnel Avenida da Liberdade (BRA 09 CTT-ITAVL): relatório final, Trabalhos arqueológicos da UAUM/Memórias, *Memórias 2,* Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.

Fontes, L., Martins, M., Sendas, J. e Catalão, S. (2010b). Salvamento de Bracara Augusta: ampliação do túnel da Avenida da Liberdade (BRA 08-09 TAVL): relatório final, Trabalhos arqueológicos da UAUM/Memórias, *Memórias 7*, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.

Foss, P., (1994). *Kitchens and dining rooms at Pompeii: the spatial and social relationship of cooking to eating in the roman household,* Tese de Doutoramento (policopiada),University of Michigan.

Franklin, J. (1990). *Pompei: the 'Casa del Marinaio' and its history,* Roma, L'Erma di Bretschneider.

Freitas, M. (2003). *Urbanismo de Bracara Augusta. Articulação e restituição arquitectónica de um cardo principal,* Tese de Mestrado (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga

Frier, B. (1980). *Landlords and tenants in imperial Rome*, Princeton, Princeton University Press.

García-Entero, V. (2005). *Los balnea domésticos – ámbito rural y urbano – en la Hispania Romana*, Anejos de AEspA XXXVII, Madri.

García Marcos, V. e Vidal Encinas, J. (1996) Asturica Augusta: De asentamiento militar a urbs magnífica. in *Anais do Congreso Internacional: Los Orígenes de la Ciudad em el Noroeste Hispánico.* Lugo: Facultade de Humanidades, pp. 911-944.

García y Bellido, A. (1962). *Excavaciones en Iuliobriga y exploraciones en la región cântabra*, Noticiario Arqueológico Hispánico, 5, Madrid, pp. 218-245.

(1964): Las casas de Itálica, In *Actas do VIII Congreso Nacional de Arqueología*, Sevilla, Málaga, 1963, Zaragoza: pp. 454-460.

Gaspar, A. (2000). *Contribuição para o estudo das cerâmicas cinzentas dos séculos V-VI d. C. de Braga*, Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Minho, Braga.

Gazda, E. K. (1991). Introduction, In Gazda, E. (ed.), *Roman Art in the Private Sphere*, Michigan: pp. 1-24.

George, M. (1997). *The roman domestic architecture of northern*, Italy. Oxford.

Ghedini, F. (2009). La casa romana in età urbana. Persistenze e transformazioni, In *Patrasso colonia di Augusto. Atti del Convegno internazionale,* Atenas, Scuola Archeologica italiana di Atene: pp. 95-120.

(2015). Realtà e ilusionismo nella pintura di giardino, In *Mito e natura*, pp. 265-275.

Girri, G. (1956). *La taberna nel quadro urbanistico e sociale di Ostia*, Roma, L'Erma di Bretschnei-

der.

Glare, P. (2012). *Oxford Latin Dictionary,* 2nd edition, Reino Unido, Oxford University Press.

Gomes, A. (2000). *Cerâmicas pintadas de época ro-mana: tecnologia, morfologia e cronologia*, Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho Braga.

Gómez Rodríguez, Á. (2006) *La arquitectura doméstica urbana en época romana en la Provincia Baetica*, Tesis de Doctorado en: Historia, Universidad de Huelva, Departamento de Historia I, Huelva [http://hdl.handle.net/10272/2870]

González Fernández, E. (2005). *DOMVS OCEANI. Aproximación á arquitectura doméstica de Lucus Augusti.* Lugo: Concello de Lugo.

Gonzaléz Fernández, E. e Carreño Gascón, M. (1998). La capital del extremo noroeste hispânico: Lucus Augusti y su tejido urbano a la luz de las últimas intervenciones arqueológicas, In *Los origines de la ciudad en el Noroeste hispânico*, II, pp.1179-1208.

González Ruibal, A. (2004b). Material Culture and artistic expression in Celtic Gallaecia, In Arnold, B. e Alberro, M. (eds.), *The Celts in the Iberian Peninsula: E-Keltoi,* 6, Milwaukee: University of Wisconsin, pp. 113–67.

(2006/2007). *Galaicos. Poder y comunidade n el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. – 50 d.C.)*, vol. 1. Brigantium 18. A Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico da Coruña.

Grahame, M. (1997). Public and private in the Roman house: investigating the social order of the Casa del Fauno, In Laurence, R. e Wallace-Hadrill, A. (eds.), *Domestic space in the Roman world: Pompeii and beyond*, Portsmouth R.I., Journal of Roman Archaeology Supplementary series nº 22): pp. 137-165.

(1999). Reading the Roman House: The Social Interpretation of Spatial Order, In Leslie, A. (ed.), *Theoretical Roman Archaeology and Architecture:* The Third Conference Proceedings, Glasgow, Cruithne Press, pp. 48-74.

(2000). *Reading space: Social interaction and identity in the houses of roman Pompeii*, Oxford.

Grandi, M. e Guidobaldi, F. (2006). Proposta di Classificazione dei cementizi e mosaici omogenei ed eterogenei, In *Atti dell'XI Colloquio dell'Associazione Italiana per lo Studio e la Conservazione*

del Mosaico, Roma, scripta manent: pp. 31-38.

Grau, I. (2003). La reorganización del territorio durante la romanización: un caso de estudio en el área central de la Contestania, In Abad, L. (ed.), *De Iberia in Hispaniam*, Alicante, pp. 111-123.

Greco, E. e Longo, F. (eds.) (2000). *Paestum. Scavi, Studio, ricerche. Bilancio di un decennio (1988-1998)*, Paestum, Pandemos.

Gros, P. (ed. e trad.) (1990). *Vitruve De l'Architecture*, Vol III, Paris, Les Belles Lettres.

(2001). L'habitat dans les provinces occidentals, In Nicolini, G. (dir.), *L'Architecture Romaine, du début du IIIe siècle avant J-C à la fin du Haut-Empire, Maisons, palais, villas et tombeaux,* Vol.2, Chapitre 3, Les Manueles D'art et D'Archéogie Antique, Éditiones A. Et J. Picard, Paris, pp.136-213

(2006). *L'Architecture romaine. Du début du IIIe siècle av. J.-C.à la fin du Haut Empire: Maisons, palais, villas et tombeaux*, v. 2. Editions A&J Picard, Paris.

Gros, P., Guyon, J. e Leveau, P. (1996). *La maison urbaine d'époque romaine en Gaule narbonnaise et dans les provinces voisines,* Avignon, Service d'archéologie du conseil génrál de Vaucluse.

Gros, P. e Torelli, M. (2007). Storia dell'Urbanistica. Il mondo Romano, Roma e Bari, Laterza.

Guidobaldi, F. (1995). Una domus tardoantica inedita di Ostia ed i suoi pavimenti, In Bragantini, I. e Guidobaldi, F. (eds.), A*tti del II Colloquio dell'associazione italiana per lo studio e la conservazione del mosaico,* Bordighera, Instituto internazionale di studi liguri: pp. 525-540.

Guidobaldi, M. P. (2006). La Casa dell'Atrio a Mosaico, In Pesando, F. e Guidobaldi, M. P., *Gli Ozi di Ercole*, Roma, Residenze di lusso a Pompei e a Ercolano.

Guillen, J. (1997). *Urbs Roma. Vida y costumbres de los romanos - La vida privada*, Vol.I. Quarta Edición, Ediciones Sígueme, Salamanca.

Guitart, J., Padrós, J. e Puerta, C. (1991). La casa urbana en Baetulo, In *La casa urbana hispanorromana: ponencias y comunicaciones,* Congreso sobre la Casa Urbana Hispanorromana (Zaragoza, Espanha, 1988), Zaragoza, Institución Fernando el Católico, pp. 35-47.

Guyon, J. (1982). L'évolution des sites urbains en Provence, antiquité et haut moyen-âge. L'exemple de Marseille, Aix, Arles et Riez à la lumière, des recherches et fouilles récentes, *Ktema,* 7: pp.

129-140.

Habinek, T. e Schiesaro, A. (1998). *The Roman Cultural Revolution,* Cambridge, Cambridge University Press.

Haverfield, F. (1913). *Ancient Town Planning,* Oxford, Oxford University Press.

Heijmans, M. (2004). *Arles durant l'antiquité tardive: de la duplex Arelas à la urbs Genesii*, Roma, Ecole française de Rome..

Herce San Miguel, A., Punter Gómez, M., Vicente Redón, J. e Escriche Jaime, C. (1991). La Caridad (Caminreal, Teruel), In *La casa urbana hispanorromana: ponencias y comunicaciones,* Congreso sobre la Casa- Urbana Hispanorromana (Zaragoza, Espanha, 1988), Zaragoza, Institución Fernando el Católico, pp. 8-130.

Herce San Miguel, A., Punter Gómez, M., Vicente Redón, J., Escriche Jaime, C. e Martín Rodrigo, J. (1989). *Un pavimento de Opus Signinum com epígrafe ibérico,* In Mosaicos romanos, Actas de la I Mesa Redonda Hispano-Francesa sobre Mosaicos Romanos (Madrid, 1985), Madrid, pp. 11-42.

Hingley, R. (2007). The Roman landscape of Britain. From Hoskins to today, In Fleming, A. e Hingley, R. (eds.), *Prehistoric and Roman landscapes,* Bollington, Windgather Press: pp. 101-112.

(2013). Exploitation and Assimilation: The Western Roman Empire from Augustus to Trajan, In Hoyos, D. (ed.), *A Companion to Roman Imperialism*, Leiden, Brill, pp. 265-276.

Hoepfner, W. (1968). *Zum ionischen Kapitell bei Hermogenes und Vitruv*, Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts. Athenische Abteilung, 83, pp. 213-234.

Hoffmann, A. (1979). L'Architettura, *Pompei*, 79, Nápoles, pp. 97-118.

Hölscher, T. (2000). *Il linguaggio dell'arte romana*, 2ª ed., Torino, Giulio Einaudi.

Jashemski, W. (1979). *The Gardens of Pompeii, Herculaneum, and the Villas Destroyed by Vesuvius,* 2 vols, Vol. 1, New Rochelle, Caratzas Brothers Publishers.

Jiménez, A. (2017). Standard time. Typologies in Roman antiquity, In van Oyen, A. e. Pitts, M. (eds.), *Materialising Roman Histories*, Reino Unido/Estados Unidos, Owbow Books.

Kastenmeier, P. (2007). *I luoghi del lavoro domestico nella casa pompeiana,* Roma, L'Erma di

Bretschneider.

Krause, C. (2003). *Villa Jovis. Die Residenz des Tiberius auf Capri*, Zabern, Mainz.

Lassère, J. M. e Slim, H. (2010). *Maisons de Clupea. Les maisons de l'ècole de pêche*, Paris, CNRS Ed.

Laurence, R. (1994). *Roman Pompeii: Space and Society,* London, Routledge

(1997). Writing the Roman metropolis, In Parkins, H. M. (ed.), *Roman urbanism beyond the consumer city,* Londres, Routledge, pp. 21-41.

(2007). *Roman Pompeii. Space and society,* Nova York, Routledge.

(2012). *Roman Archaeology for Historians,* Abingdon.

Laurence, R. e Wallace-Hadrill, A. (ed.) (1997). Domestic space in the roman world: Pompeii and Beyond, *Journal of Roman Archaeology*, Sup. 22, Portsmouth.

Lauter, H. (1986). *Die Architektur des Hellenismus, Wissenschaftliche Buchgesellschaft*, Darmstadt.

Leão, A. (2012). *Cidade romana de Tongóbriga. Contributos para a sua conservação e inteligibilidade,* Tese de mestrado, Universidade do Minho, Braga.

Leite, J.M., Lemos, F.S. e Cunha, A. (2008). *Trabalhos arqueológicos em Bracara Augusta. Logradouro e edifício nº 183-185 da rua Frei Caetano Brandão 1998/2001 e edifício 20/26 da rua Santo António das Travessas 2001/2002.* Relatório final, UAUM, Braga (Relatório policopiado)

Leite, J. M., Fontes, L e Martins, M. (2009). *Salvamento de Bracara Augusta. Gaveto do edifício nº 20/28 da rua Afonso Henriques e 1/3 da rua de Santo António das Travessas. Relatório final*, UAUM, Braga (Relatório policopiado).

Lemos, F.S. (1996). Entre 1976 e 1996: breve evocação de duas décadas de actividade arqueológica em Braga, *Forum,* 19, Braga, pp. 49-56.

(1998). Bracara Dives. Capital da Callaecia, *Forum*, 23, Braga, pp. 3-16.

(1999). O contexto geográfico da fundação de Bracara Augusta, Forum, 25, Braga, pp. 81-94.

(2002). Bracara Augusta – A grande plataforma viária do Noroeste Peninsular, *Forum 3*1, Braga, pp. 95-127

(2009) A cultura castreja no Minho. Espaço nuclear dos grandes povoados proto-históricos do Noroeste peninsular, In Pereira, P. (coord), *Minho. Traços de Identidade*, Braga, Conselho Cultural da Universidade do Minho: pp.122-213.

Lemos, F.S. e Cruz, G.C. (coords.) (2007) *Citânia de Briteiros. Povoado proto-histórico*, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

Lemos, F. S., Cruz, G. e Fonte, J. (2008). Estruturas de banhos do território do Bracari: os casos de Briteiros e de Braga, *Fervédes,* 5, Villalba, 2008: 319-328.

Lemos, F. e Leite, M. (2000). Trabalhos Arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas, *Forum,* 27, pp. 15-38.

Le Roux, P. (1994) «Bracara Augusta, ville latine», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (1-2), pp. 229-241.

(2004). Mérida Capitale de la Province Romaine de Lusitanie». In: Gorges, J.-G., Cerrillo, E. e Basarrate, T. (eds.), *V Mesa Redonda Internacional sobre Lvsitania Romana: Las Comunicaciones (Cáceres, 2002)*, Madrid, Ministério da Cultura, pp. 17-31.

Ling, R. (1983). The Insula of the Menander at Pompeii, *AntJ,* 63.1, pp. 34-57.

Lorrio, A. (2001). *Ercavica. La muralla y la topografia de la ciudad,* Madrid, Real Academia de la Historia.

Machado, C. (2012). Aristocratic houses and the making of late antique Rome and Constantinople, In Grig, L. e Kelly, G. (eds) *Two Romes. Rome and Constantinople in late antiquity,* Oxford – Nova York, Oxford University Press, pp. 136-158.

Maciel, M. J. P. (2006). *Vitrúvio. Tratado de Arquitectura*, Instituto Superior Técnico, IST Press, Lisboa.

Madsen, J. (2013). The provincialism of Rome, In Hoyos, D. (ed.), *A Companion to Roman Imperialism*, Leiden, Brill, pp. 305-318.

Maiuri, A. (1928). Lavori di restauro della Soprintendenza alle antichità della Campania nel biennio 1927-1928, In *Bollettino d'Arte*, pp. 512-526.

(1936). *Ercolano,* Roma.

(1942). *L'ultima fase edilizia di Pompei,* Spoleto.

(1959). *Pompéi, Roma*, Libreria dello Stato, Itinéraires des Musées et Monuments de l'Italie nº 3.

(1973). *Alla ricerca di Pompei preromana,* Nápoles.

Magalhães, F. (2010) *Arquitectura doméstica em Bracara Augusta*, Tese de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

(2013). Arquitetura doméstica em Bracara Augusta, *Interconexões*, vol. 1, nº 1, pp. 13-28.

(2015). Espaço doméstico e sociabilidades: as domus de Bracara Augusta, In Silva, G., Leite, L., Silva, E., Neto, B. (orgs.), *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*, Vitória, GM Editora, pp. 67-81.

Magalhães, F. e Martins, M. (2018). Entre os espaços e os homens: reconstrução do quotidiano doméstico no Noroeste Peninsular, In *Atas do II Congresso Internacional As Cidades na História: Sociedade*, Guimarães.

Magalhães, F; Ribeiro, J. e Martins, M. (2015). Entre o público e o privado. Cenários do quotidiano na domus das Carvalheiras, *Revista de Estudos Grecolatinos*, 6, pp. 88-106.

Mar, R. (1990). Las termas de tipo medio de Ostia y su inserción en el espacio urbano, Italica: *Cuadernos de trabajo de la Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma*, nº 18, Espanha, pp. 31-78.

(1994). Vitrubio y la tipologia de los teatros augústeos. Un problema de interpretación histórica*, Braçal,* Centre d'Estudis del Camp de Morvedre, Núm.10, Sagunto, pp. 23-44.

(2005). *El Palatí. La formació dels palaus imperials a Roma,* Tarragona, Universitat Rovira i Virgili – Institut Català d'Arqueologia Clàssica.

(2008). La construcción pública en las ciudades Hispanas. Los agentes de la construc-

ción. In Camporeale, S. et alii (2008), *Arqueologia de la construcción I. Los procesos constructivos en el mundo romano: Italia y las provincias occidentales.* Actas del Workshop do mesmo nome, Mérida

(2008). El Palatino con la dinastía Flavia: usos y funciones del Palacio Imperial, In Coarelli F. (ed.), *La Lex de Imperio Vespasiani e la Roma dei Flavi*, Roma, L'Erma di Bretschneider, pp. 311-356.

Mar, R e Roca i Roumens, M (1998). Pollentia y Tárraco. Dos etapas en la formación de los foros de la hispania romana. *Empuries,* 51, Catalunha, pp. 105-124.

Mar, R. e Ruiz de Arbulo, J. (1993). *Ampurias romana.* História, arquitectura y arqueología, Sabadell, Ed. Ausa.

(1999). Veinte años de arqueología urbana en Tarragona, *XXV Congresso Nacional de Arqueología*, pp. 240-248.

(2008). El Palatino con la dinastía Flavia: usos y funciones del Palacio Imperial, In Coarelli F. (ed.),) *La Lex de Imperio Vespasiani e la Roma dei Flavi,* Roma, L'Erma di Bretschneider, pp. 311-356.

Mar, R., Ruiz de Arbulo, J., Vivó, D. e Beltrán-Caballero, J. (2015). *Tarraco. Arquitectura y urbanismo de una capital provincial romana,* Volumen I, De la Tarragona ibérica a la construcción del templo de Augusto, Tarragona, URV.

Mar, R. e Verde, G. (2008). Las villas romanas tardoantiguas: cuestiones de tipología arquitectónica, In Fernández Ochoa, C., García-Entero, V. e Gil Sendino, F. (eds.), L*as villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función*. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Espanha, pp. 49-83.

Martín-Bueno, M. (1991). Bilbilis: Arquitectura doméstica, In *La casa urbana hispanorromana,* Saragoça, Institución Fernando el Católico, pp. 165-180.

Martínez Peñín, R., Cunha, A., Magalhães, F. e Martins, M. (2013). La secuencia tardoantigua y medieval de la zona arqueológica D. Afonso Henriques 36/40 y 42/56, In *Atas do II Congresso Internacional da SECAH – EX OFFICINA HISPANA,* Braga, pp. 495-506.

Martínez Peñín, R. e Martins, M. (2016). Characterization of late antique and early medieval pottery production of the city of Braga and its territory, In Sabaté, F. e Brufal, J. (dirs.), Arqueologia Medie-

val. Hàbitats Medievals, *Agira* col.lecció, VIII, Lleida, Pagès editors, pp. 53-67.

Martins, M. (1985). Sondagens Arqueológicas no Castro do Monte do Padrão, em Santo Tirso, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, pp. 217-230.

(1988), Moldes de situlas com decoração geométrica encontrados em Braga, *Cadernos de Arqueologia,* 5, Série II, Braga, pp. 23-33

(1988b). A Arqueologia dos Castros do Norte de Portugal: Balanço e Perspectivas de Investigações, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia,* 28, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto: pp. 11-35.

(1990). O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado (Tese de doutoramento), *Cadernos de Arqueologia, Monografias,* 5, Braga.

(1994). Urbanismo e Arquitectura de Bracara Augusta. Balanço dos resultados, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia,* XXXIV (1-2), Porto, pp. 303-319.

(1995a). A ocupação romana da região de Braga: balanço e perspectivas de investigação, In *Actas do Congresso Histórico 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, pp. 73-74.

(1995b). Bracara Augusta, uma cidade na periferia do Império, In A*ctas do Colóquio Internacional de Arqueologia "Los finisterres atlanticos en la antiguedad"* (época pré-romana e romana), Gijon, pp. 121-128

(1997/98). A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto, *Cadernos de Arqueologia*, 14 /15, Série II, Braga, pp. 23 – 45.

(2000a). *Bracara Augusta: a casa romana das Carvalheiras, Roteiros arqueológicos,* 2, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

(2000b). Bracara Augusta revisitada, Separata do vol. XLIX, *Revista Cultural Bracara Augusta,* Braga.

(2004). Urbanismo e Arquitectura em Bracara Augusta. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana. In *Simulacra Romae. Roma y las Capitales Provinciales del Ocidente Europeo. Estudios Arqueológicos.* Tarragona, pp. 149-173.

(2005). As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitectura pública de Bracara Augusta, In Martins, M. (coord.) Bracara Augusta. *Escavações Arqueológicas* 1, UAUM / NARQ, Braga

(2009). Bracara Augusta. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo, In Dopico Cainzos, D., Rodríguez Alvarez, P. e Villanueva Acuña M. (eds), *Do Castro á Cidade. A Romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropeia*, Actas do Curso de Actualización sobre a romanizacion de Galiza, Lugo, pp. 167 – 198

(2014). Projeto de Bracara Augusta. 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana, *Ciências e Técnicas do Património,* pp. 159-169.

(2015). Entre o ócio e a sociabilidade: o papel das termas públicas na vida social de Bracara Augusta, In Silva, G., Leite, L., Silva, E., Neto, B. (orgs.), *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*, Vitória, GM Editora, pp. 13-30.

Martins, M. e Carvalho, H. (2016) As transformações do território: Bracara Augusta e o seu cadastro, *Revista de Historiografía* 25, pp. 219-243.

(2017) Bracara Augusta no contexto da reorganização da Hispânia de Augusto. Urbanismo e povoamento rural, *Gerion*, pp. 723-743.

Martins, M. e Delgado, M. (1989-90). História e arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta, *Cadernos de Arqueologia,* 6/7, Série II, Braga, pp. 11-39

Martins, M. e Fontes, L. (2010). Bracara Augusta. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia Romana. In *Simulacra Romae II. Rome, les capitales de province (capita prouinciarum) et la création d'un espace commum européen. Une approche archéologique.* Bulletin de la Societé archéologique champenoise. Mémoire n°19, pp. 111-124

Martins, M. e Ribeiro, M. (2012). Gestão e uso da água em Bracara Augusta. Uma abordagem preliminar. In: Martins, M. Vaz de Freitas, I. e del Val Valdivieso, M. (eds.), *Caminhos da água: paisagens e usos na longa duração*, Braga, CITCEM, pp. 9-52.

Martins, M. e Ribeiro, M. (2013). Em torno da Rua Verde: A evolução urbana de Braga na longa duração, In Ribeiro, M. e Melo, A. (eds), *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos*, CITCEM/IEM, Braga, pp. 11-44

Martins, M. e Silva, G. (2018). Cidade Antiga e Sociedade: narrativas e diálogos interdisciplinares, In *Atas do II Congresso Internacional As Cidades na História: Sociedade*, Guimarães.

Martins, M. e Silva, J. (2015). Evolução e análise funcional de uma d*omus* romana. A unidade habitacional da zona arqueológica das "antigas Cavalariças" de Braga, In Martínez Peñín, R. e Cavero Domínguez, G. *(coor*ds.), *Evolución de los espácios urbanos y sus territórios en el Noroeste de la Península Ibérica,* Atas de congresso, pp. 425-442.

Martins, M., Delgado, M. e Alarcão, J. (1994). Urbanismo e Arquitectura de Bracara Augusta: Balanço dos Resultados. In *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular,* Porto, pp. 303-319.

Martins, M., Fontes, L. e Cunha, A. (2013), Arqueologia urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas, in Arnaud, J. M., Martins, A. E Neves, C. (eds.) *Arqueologia em Portugal - 150 Anos, Associação dos arqueólogos portugueses,* Lisboa, pp. 81-88.

Martins, M., Magalhães, F. e Botica, N. (no prelo). Urbanismo e Arquitetura de Bracara Augusta e Lucus Augusti, In Dopico Caínzos, M. e Villanueva Acuña, M. (eds.), *Sine iniuria in pace uiuatur. La construcción del Imperio durante los julio-claudianos, Philtáte*. Studia et acta antiquae Callaeciae, Vol. 3, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo.

Martins, M., Ribeiro, J. e Magalhães, F. (2006). A arqueologia urbana em Braga e a descoberta do teatro romano de Bracara Augusta, Forum, 40, Braga, pp. 9-30.

Martins, M., Ribeiro, M. e Meireles, J. (2011). As termas públicas de Bracara Augusta e o abastecimento de água da cidade romana, In Costa Solé, A., Palahí Grimal, L. e Vivó I Codina, D. (cords.), *Aquae Sacrae. Agua y sacralidad en época antigua,* Girona, Universitat de Girona, Institut de la Recerca Histórica, pp. 69-102.

Martins, M., Magalhães, F., Martínez Peñín, R., Ribeiro, J. (2016). The housing evolution of braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages, *Arqueologia Medieval*, VIII, Lérida, pp. 35-52.

Martins, M., Mar, R., Ribeiro, J. e Magalhães, F. (2013a). A construção do teatro romano de Bracara Augusta, In Melo A. e Ribeiro, M. (coords.), *História da Construção. Arquiteturas e técnicas construtivas*, CITCEM/LAMOP, Braga, pp. 41-76.

Martins, M., Ribeiro, J.; Magalhães, F; Braga, C. (2012), "Urbanismo e Arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer", in Ribeiro, M.C. e Melo, A (coord.) *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia,* CITCEM, Braga, pp.29-69.

Martins, M., Ribeiro, M., Ribeiro, J., Mar, R. (2017a). Topografia e urbanismo fundacional de Bracara Augusta, I*n Dopico Caínzos, M. e Villanueva Acu*ña, M. (eds.), In *Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat. A cidade romana no noroeste: novas perspectivas, Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae,* Vol. 2, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, pp. 203-226.

Martins, M., Magalhães, F., Ribeiro, J., Martínez Peñín, R. e Mar, R. (2015). El teatro romano de Bracara Augusta y la urbanización del noroeste peninsular, *Férvedes,* 8, Vilalba, pp. 321-330.

Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., Braga, C., e Ribeiro, M. (2017b). O espaço construído de Bracara Augusta no Alto Império, In Dopico Caínzos, M. e Villanueva Acuña, M. (eds.), In *Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat. A cidade romana no noroeste: novas perspectivas, Philtát*e. *Studia et acta antiquae Callaeciae,* Vol. 2, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, pp. 251-276.

Martins, M., Cunha, A., Magalhães, F., Ribeiro, J., Braga, C. e Martínez Peñín, R. (2014). *Metamorfoses de um espaço urbano: a zona arqueológica da R. Afonso Henriques n.ºs 42 a 56*, em Braga, Oppidum, 7, pp. 111-127.

Martins, M., Fontes, L., Braga, C., Braga, J., Magalhães, F. e Sendas, J. (2010). Salvamento de Bracara Augusta: quarteirão dos CTT – Avenida da Liberdade (BRA 08-09 CTT). Relatório final, Trabalhos arqueológicos da UAUM/Memórias, *Memórias 1*, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.

Mateos Cruz, P. (1994-95). Reflexiones sobre la trama urbana de Augusta Emerita, *Anas,* 7-8, pp. 233-247.

(2011). Topografía y urbanismo de Augusta Emerita, In *Actas Congreso Internacional 1910-2010: El Yacimiento Emeritense*, Mérida, Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, pp. 127-144.

Mattingly, D. (2004). Being Roman: expressing identity in a provincial setting, *Journal of Roman Archaeology*, 17, pp. 5–25.

Mau, A. (1908). *Pompeji in Leben und Kunst*, Leipzig.

(1913). *Pompeji in leben und kunst*, Leipzig.

McKay, A. G. (1975). *Houses, Villas and Palaces in the Roman world. Aspects of Greek and Roman Life,* London, Thames and Hudson.

McWhirr, A. (1986). *Houses in Roman Cirencester,* Cirencester, Cirencester Excavation Committee – Corinium Museum.

Mendonça, A. (2018). *Urbanismo e arquitetura de Braga (século I a XV). Análise evolutiva da zona arqueológica da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão nº 166-168*, Dissertação de Mestrado,

Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

Morais, R. (1997-1998a). Importações de cerâmicas finas em Bracara Augusta: da fundação até à época flávia, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 14-15, pp. 47-135.

(1997-1998b). Sobre a hegemonia do vinho e a escassez do azeite no Noroeste Peninsular nos inícios da romanização, *Cadernos de Arqueologia,* Série II, 14-15, pp. 175-182.

(1998). As ânforas da zona das Carvalheiras. Contributo para o estudo das ânforas romanas de Bracara Augusta. *Cadernos de Arqueologia, Monografia* 8, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga

(2002). O Tesouro Romano em Prata de *Bracara Augusta, Conimbriga,* XLI, Coimbra, pp. 219 -235.

(2005). Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade, In Martins, M. (coord.) *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas* 2, UAUM /NARQ, Braga

(2007a). A via atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada Noroeste da Península. *Humanitas,* vol. 59, pp. 99-132.

(2007b). Ânforas tipo urceus de produção bética e produções regionais e locais do NW peninsular, *Actas del Congresso, Cetariae. Salgas y Salazones de Pescado en Occidente durante la Antigüedad* (Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005), Oxford, BAR International Series 1686: pp. 401-415.

(2014). Notícia sobre vaso grego destinado ao transporte e conservação de mel, P*ortugália,* XXXV, pp. 95-100.

Morais, R., Fernández, A. e Braga, C. (2013). Contextos cerámicos de la transición de Era y de la primera mitad del s. I provenientes de la necrópolis de la Vía XVII de Bracara Augusta (Braga, Portugal), *Actas del Congreso Internacional de la SFECAG - Société Française pour l'Etude de la Céramique en Gaule*, Amiens –Somme, pp. 313-326.

Morais, R., Fernández, A. e Magalhães, F. (2012). El sondeo nº 8 de "As Cavalariças": un contexto augusteo, *Actas do Congresso de Poitiers – SFECAG*, pp. 449-520.

Morais, R., Soeiro, T. e Fernández, A. (2014). Necrópolis de finales del s. I a.C. a mediados del s. I

d.C. en el conventus bracaraugustano : el caso de la necrópolis de la Vía XVII de Bracara Augusta (Braga) y *de Monteiras (Bustelo, Penafiel), In XVIII C*IAC : Centro y periferia en el mundo clásico = Centre and periphery in the ancient world / Congreso Internacional Arqueología Clásica, pp. 1259-1264.

Moreira, A. (2005). *Estação arqueológica do Monte do Padrão: o Castro do Monte do Padrão.* Do Bronze Final ao fim da Idade Média, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso.

(2009). *"Castellum Madiae" formação e desenvolvimento de um "aglomerado urbano secundário" no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave,* Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.

Moreno Alcaide, M. (2016). *La arquitectura residencial en Cosa: usos, tipología y función urbana.* Tesis de Doctorado en: Historia, Universidad de Granada, Granada.

Morillo, A. (2016). El territorio galaico durante las guerras cántabras: nuevas perspectivas, In *Celebraçao do Bimilenário de Augusto. Ad nationes. Ethnous kallaikon,* Braga, pp. 54-72.

Khanoussi, M. (2002). *Dougga,* Tunísia.

Neal, D. (2003). Building 2, insula XXVII from Veralamium: a reinterpretation of the evidence, In Wilson, P. (ed.), *The Archaeology of Roman Towns: Studies in Honour of John S. Wacher,* Oxford, Oxbow, pp. 195.202.

Neal, D. e Cosh, S. R. (2009). *Roman mosaics of Britain, 3. South-East Britain*, Londres, Illuminata Publishers for the Society of Antiquaries of London.

Nevett, L. (1999). *House and Society in the Ancient Greek World,* United Kingdom, Cambridge University Press.

(2010). *Domestic space in Classical Antiquity,* Cambridge University Press Cambridge.

Nicolás Pedraz, M. P. (1998). Dédalo en los mosaicos romanos. Espacio, *Tiempo y forma*, série II, tomo 1, pp. 397-434.

Nicolet, C. (1976). *Le métier de citoyen dans la Rome républicain*e, Gallimard.

Nielsen, I. (1999). *Hellenistic Palaces: Tradition and Renewal,* Aarhus, Aarhus University Press.

Nissen, H. (1877). *Pompejanische Studien zur Stadtekunde dês Atertums,* Leipzeig.

Oliveira, E.P. (1978). O salvamento de Bracara Augusta. IV. Os apontamentos arqueológicos de Braga de José Teixeira, *Minia,* N°. 2, série 1 (1), Braga, pp. 20-44.

(1979). O Salvamento de Bracara Augusta. 6 - A Câmara Municipal de Braga e a Arqueologia, *Minia,* N°. 2, série 2 (3), Braga, pp. 164-197.

(1982). Estudos Bracarenses. Para uma bibliografia do Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, *Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra,* Vol. 37, Coimbra, pp. 161-188.

(1982a). Proposta de classificação dos imóveis n° 34 e 36-40 da Rua de Santo António das Travessas, *Mínia*, n.° 5 (6), pp. 167-168.

(1985a). Documentos para a História do Museu D. Diogo de Sousa II, C*adernos de Arqueologia,* 2, série II, Braga, pp. 179-194.

(1985b). Notícias arqueológicas de Braga em jornais bracarenses, *Conimbriga* N°. 24, Coimbra, pp. 5-83.

Orfila, M., Chávez, M. e Cau, M. (2006). Pollentia and the cities of the Balearic Islands, In Abad Casal, L., Keay, S., Ramallo Asensio, S. (eds.), *Early Roman Town in Hispania Tarraconensis*, Rhode Islands, Portsmouth, pp. 133-145.

Overbeck, J. (1884). *Pompeji in seinen Gebäuden, Alterthümern und Kunstwerken,* 4te, Auflage.

Packer, J. E. (1971). The insula of imperial Ostia, *Memoirs of the American Academy in Rome*, Vol. 31, Rome, pp. 5-121.

(1975). Middle and lower class housing in Pompeii and Herculaneum: a preliminary survey, In Andreae, B. e Kyrieleis, H. (eds.), *Neue Forschungen in Pompeji, Recklinghausen,* vlg. Aurel Bongers/DAI, pp. 133-142.

Palao Vicente, J. (2016). El ejército romano y el Noroeste hispano durante época urbana, In Dopico Caínzos, M. e Villanueva Acuña, M. (eds.), *Clausus est Ianus. Augusto e a transformación do noroeste hispano*, Lugo, pp. 89-108.

Panetier, J. L. (2002). *Volubilis. Une cité du Marco Antique,* Paris, Maisonneuve & Larose.

Paoli, U. E. (1940). *Rome: Its People, Life and Customs,* Londres.

Patroni, G. (1902). L'origine della domus, *Rendiconti dell'accademia dei. Lincei*, 5: 11, pp. 467-507.

Pavolini, C. (1986). *La vita quotidiana a Ostia*, Roma.

Perring, D. (2002). *The roman house in Britain,* London and New York.

Perich i Roca, A. (2014). *Arquitectura residencial urbana d'época tardoantiga a Hispania (segles IV- VIII dC),* Tese de Doutoramento (policopiada), Universitat Rovira i Virgili, Instituto Català d'Arqueologia Clásica, Tarragona.

Pesando, F. (1987). *Oikos e ktesis. La casa greca in età classica,* Perugia.

(1997). *Domus. Edilizia privata e società pompeiana fra III e I secolo a.C.*, Roma.

Pessoa, M. (2005). Contributo para o estudo dos mosaicos romanos no território das civitates de Aeminium e de Conimbriga, Portugal, *Revista Portuguesa de Arqueologia,* v. 8, número 2, pp.363-401.

Picard, G. C. (1981). La société gallo-romaine et son évolution. L'époque gallo-romaine. Ses grandes dates, *DossAParis*, 59, pp. 5-88.

Priester, S. (2002). Ad summas tegulas. Untersuchungen zu viegeleschossigen Gebäudeblöcken mit Wohneinheiten und Insulae im kaiserzeitlichen Röm, *Bullettino della Commissione Archeologica Comunale di Roma,* Supplementi, 11, Roma.

Quaresma, J. e Morais, R. (2012). Eastern Late Roman fine ware imports in Bracara Augusta (Portugal), *Rei Cretariae Romanae Favtorvm Acta* 42, pp.373-384.

Rascón Marqués, S. e Sánchez Montes, A. L. (2014). "Complutum" de la ciudad clásica a la deconstruida a través de 700 años de historia, in Vaquerizo Gil, D.; Garriguet Mata, J. A. e León Muñoz, A. (coord.) *Ciudad y territorio: transformaciones materiales e ideológicas entre la época clásica y el Altomedioevo, Monografías de arqueología cordobesa,* N. 20, Universidad de Córdoba, Servicio de Publicaciones, Córdoba, pp. 309-324

(2015). "Complutum" modelo urbanístico para una ciudad romana privilegiada en los siglos III-V, in Brassous, L. e Quevedo Sánchez, A. (coord.) *Urbanisme civique en temps de crise: les espaces publics d'Hispanie et de l'Occident romain entre les IIe et IVe S*, Collection de la Casa

de Velázquez (149), Madrid, pp. 199-220

(2017). La ciudad romana de Complutum nuevos datos, nuevas interpretaciones. *Zona arqueológica*, Nº. 20, 1, Vides monumenta veterum: Madrid y su entorno en época romana, Comunidad de Madrid: Museo Arqueológico Regional, Alcalá de Henares, pp. 127-143

Rebuffat, R. (1969). Maisons à péristyle d'Afrique du nord. Répertoire de plans publiés,. Mélanges de l'École Française de Rome,. Vol 81, Rome, pp. 659-687.

(1974). Maisons à péristyle d'Afrique du nord. Répertoire de plans publiés. II, *Mélanges de l'École Française de Rome*, Vol 86, Rome, pp. 445-499.

(1977). *Thamusida: fouilles du Service des Antiquités du Maroc III,* Roma, Écola française de Rome.

Rebuffat, R. e Hallier, G. (1970). *Thamusida: fouilles du Service des Antiquités du II,* Paris, de Boccard.

Redentor , A. (2011). *A cultura epigráfica no conventvs bracaravgustanvs (pars occidentalis). Percursos pela sociedade brácara da época romana*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Revell, L. (2009). *Roman Imperialism and Local Identities*, Cambridge, Cambridge University Press.

Ribeiro, J. (2010). A *Arquitectura romana de Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícia*, Tese de Doutoramento (policopiada), Instituto de Ciências Socais, Universidade do Minho, Braga.

Ribeiro, J., Fernández, A., Cunha, A., Martins, M., Magalhães, F. e Braga, C. (2013). A cerâmica romana do balneário da rua Dom Afonso Henriques: estudo preliminar da sequenciação cronológica e ocupacional do edifício, In *Atas do II Congresso Internacional da SECAH – EX OFFICINA HISPANA*, Braga.

Ribeiro, J. e Martins, M. (2013). Os processos construtivos da edilícia privada em Bracara Augusta: o caso da domus das Carvalheiras, In Ribeiro, M. e Melo, A. (orgs.), *História da construção: arquiteturas e técnicas construtivas,* Braga, CITCEM, pp. 75-97.

Ribeiro, J., Magalhães, F. e Martins M. (2015). Meios, técnicas e custos de construção em Bracara Augusta no século II. O balneário das Carvalheiras, *Férvedes,* n. 8, Vilalba, pp. 331-339.

Ribeiro, M. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana,* Tese de Doutoramento (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga. http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8113/4/MCRibeiro_PhD_Anexos_e_A*pendices*.pdf

Ribeiro, M., Martins, M., Magalhães, F. e Botica, N. (2018). The urban morphology of Braga in the fourteenth and fifteenth centuries: an analysis methodology, In Sabaté, F. e Brufal, J. (eds.), *Medieval Territories, Newcastle upon Tyne*, Cambridge Scholars Publishing, pp. 352-381.

Richardson, J. (1986). *Hispaniae. Spain and the development of Roman imperialismo,* 218-82 BC, Reino Unido, Cambridge University Press.

*Riva, S., (1999). Le cucine delle cas*e di Ostia, MNIR 58, pp. 117-128.

Riggsby, A. (1977). Public and Private in Roman Culture: the case of the cubicum*, J*RA, *n. 10, pp*. 36-56.

Rocha, C., Dias, L. e Alarcão, P. (2014). *Tongobriga. Reflexões sobre o seu desenho urbano*, Porto, CITCEM e Edições Afrontamento.

Roddaz, J. (1990). Agrippa et la péninsule Ibérique, In *Il bimillenario di Agrippa,* Genova, Università, pp. 57-81.

Rodriguéz Cao, C. (2011) A domus do Mitreo. In *A Domus do Mitreo*. Lugo: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 20-31.

Rodríguez Colmenero, A. e Carreño Gascón, M. (1999). Lucus Augusti, capital romana del finisterre hispánico, In *Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica,* Porto, pp.115-132.

Rolland, H. (1958). *Fouilles de Glanum,* 1947-1956, Paris, Centre national de la recherche scientifique.

Romero Vera, D. (2016). *La ciudad hispanorromana en el s. II d.C. Consolidación y transformación de un modelo urbano.* Tese de doutoramento em Arqueologia. Córdoba: Universidad de Córdoba, UCOPress.

Royo, M. (1999). *Domus Imperatoriae. Topographie, formation et imaginaire des palais impériaux du Palatin,* Roma.

Ruiz Valderas, E. (coord.) (2001). *La casa romana en Carthago Nova,* Múrcia, Ed. Tabularium.

Salinas de Frías, M. (2001). *Los Vettones. Indigenismo y romanización en el Occidente de la Meseta,* Universidad de Salaman-ca, Salamanca.

Saliou, C. (1994). *Les lois des bâtiments: oisinage et hábitat urbain dans l'empire romain: recherches sur les rapports entre le droit et la construction privée du siècle d'Auguste au siècle de Justinien*, Beirut, Institut français d'archéologie du Proche-Orient.

(1999). Les trottois de Pompéi: une première aproche, *BABesch*, 74, pp. 161-218.

Salza, E. (1978-80). Cucine e quartieri servili in epoca romana, *Rendiconti. Atti della Pontificia Accademia Romana di Archeologia*, 51-52, pp. 237–94.

Sánchez Barrero, P. (2007). Nuevos datos sobre el trazado viario urbano de Augusta Emerita en el cerro del Calvario, *Memoria,* 10, pp. 113-119.

Sánchez Montes, A. (2011). Aportaciones al conocimiento de la casa privada romana en España: La domus en la ciudad de Complutum, In *Actas de las octavas jornadas de Patrimonio Arqueológico en la Comunidad de Madrid, Madrid, Consejería de Cultura y Deporte*s. Dirección General de Patrimonio Histórico, pp. 171-182.

(2014). Aportaciones al conocimiento de la casa privada romana en España: La domus en la ciudad de Complutum, In *Actas de las VIII Jornadas de Patrimonio Arqueológico en la Comunidad de Madrid,* Comunidad de Madrid: 171-182. Madrid.

Santos, M. (1991). Distribución y evolución de la vivienda urbana tardorrepublicana y altoimperial en Ampurias, In *La casa urbana hispanorromana,* Zaragoza, Institución Fernando el Católico, pp. 19-34.

Sastre, I. (2002). *Onomástica y relaciones políticas en la epigrafía del conventus Asturum durante el Alto Imperio,* Anejos de Archivo Español de Arqueología, 25,Madrid.

Scagliarini, D. (1974-76). *Spazio e decorazione nella pittura pompeiana*, Palladio, 23-25, pp. 3-44.

(1995). Le grandi insulae di Ostia come integrazione tra edilizia residenziale e infrastrutture urbane, In Roffia, G. e Cavalieri, E. (eds.), *Splendida civitas nostra. Studi archeologici in onore di Antonio Frova*, Roma, Quasar, pp. 171-181.

(2003). *Domus villae palatia,* In Abitare in città, pp. 153-172.

Schiffer, M. B. (1985). *Behavorial Archaeology: First Principles,* Salt Lake City, University of Utah Press.

Schoonhoven, A. (2006). *Metrology and meaning in Pompei. The urban arrangement of Regio VI,* Roma, L'Erma di Bretschneider.

Sevillano Fuertes, M. A. (2014) *Apuntes arqueológicos para la historia antigua de Astorga*, Astorga.

Sewell, J. (2010). The formation of Roman urbanismo, 338-200 B.C.: between contemporary foreign influence and Roman tradition, *Journal of Roman Archaeology Supplementary* , Series number seventy-nine, Portsmouth, Rhode Island.

Scbie, A. (1986). Slums, sanitation and mortality in the Roman world*, Klio,* nº 68-2, pp. 399-433.

Sillières, P. (1991). La maison romaine á Baelo Claudia. Essai de révision des données anciennes, In *Actas do Congreso Nacional La casa urbana hispanorromana,* Zaragoza, pp. 321-326.

Silva, A. (1986). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal,* Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.

(1999). A cultura castreja no Norte de Portugal, *Revista de Guimarães,* volume especial, I, Guimarães: pp. 111-132.

Silva, A. e Machado, J. (2007). Banhos Castrejos do Norte de Portugal, In *Pedra Formosa — Arqueologia Experimental*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão/ Museu Nacional de Arqueologia, pp. 20–60.

Silva, J.R.C. (2000) *A insula das Carvalheiras. Estudo de um exemplo de arquitectura privada em Bracara Augusta*, Dissertação de mestrado em Arqueologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga

Silva, J. (2013). *A domus da zona arqueológica das antigas cavalariças de Braga: contributo para o estudo da arquitetura doméstica de Bracara Augusta,* Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga.

Silva, P. (1999). *As termas romanas de Bracara Augusta,* Dissertação de mestrado, Instituto de

Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

Sousa, A. (2012). *As termas públicas e privadas de Bracara Augusta: os casos de estudo da R. D. Afonso Henriques e da R. Gualdim Pais,* Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

Sousa, J. J. R. (1966a). Subsídios para o estudo da arqueologia Bracarense, *Lucerna,* Centro de Estudos Humanísticos, 5, Porto, pp. 589-99.

(1966b). Inventário de materiais para a arqueologia bracarense, *Bracara Augusta*, N°. 20 (43-44), Braga, pp. 165-178.

(1968). Braga nos séculos IV e V. Notas arqueológicas, *Bracara Augusta*, N°. 22 (51-54), Braga, pp. 194-196.

(1973). Subsídios para a carta arqueológica de Braga, *Studia Archaeologica,* 23, Santiago de Compostela.

Sousa, J.J. e Ponte, M.S. (1970) Novos elementos para a arqueologia bracarense, In *Actas das I Jornadas Arqueológicas, Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Vol. II, Lisboa, pp.389 – 411

Stefani, G. (2003). *Menander. La Casa del Menandro di Pompei,* Milão, Electa.

Strocka, V. (1984). *Casa del Principe di Napoli (VI 15, 7-8)*, Deutsches archäologisches Institut, Häuser in Pompeji, vol. 1, Tübingen.

Sutherland, I. (1990). *Colonnaded cenacula in Pompeian domestic architecture,* Tese de Doutoramento, Departament of History, Universidade de Duke.

Tamm, B. (1973). Some notes on roman houses, *Opuscula Romana*, IX, pp. 53-60.

Teixeira, H. (2012). *Sistemas de abastecimento e drenagem de água a Bracara Augusta: aquedutos, canalizações e cloacas*, Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

Thébert, Y. (1987). Private life and domestic architecture in Roman Africa, In Aries, P. e Duby, G. (orgs.), *A History of Private Life,* I. From Pagan Rome to Byzantium, Massachusetts.

(2001). Vida privada y arquitectura doméstica en el África romana, In Veyne, P. (ed.), Historia de la vida privada. Del Imperio romano al año mil, Madrid, Taurus, pp. 303-407.

Tomei, *M. A. e Rea, R. (2011). Nerone,* Milão, Electa.

Torres, A. (2014). *Sequência de ocupação da Zona Arqueológica do Ex. Albergue Distrital. Contributo para a análise evolutiva e funcional de uma unidade doméstica em Bracara Augusta*, Tese de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

Tranoy, A. (1981). *La Galice Romaine: Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité,* Paris, Diffusion Boccard.

Tréziny, H. (2012). Topography and town planning in ancient Marseilles, In Hermary, A. e Tsetskhladze, G. (eds.), *From the pillars of Hercules to the footsteps of the Argonaut, Leuven, Peeters,* pp. 83-107.

Ungaro, L. (2007). Il Foro di Augusto, In Ungaro, L. (ed.), Il *Museo dei Fori impeali nel Mercato di Traiano*, Roma, Electa/Sovraintendenza ai Beni Culturali, pp. 118-129.

Uribe Agudo, P. (2007) Los espacios reservados (cubicula) en las viviendas romanas urbanas del cuadrante nordeste de la Península Ibérica, *Saldvie,* Nº. 7, pp. 93-110

(2008). *La edilicia doméstica urbana romana en el Nordeste de la Península Ibérica (séc. I a.C – III d. C),* Tese de Doutoramento, Universidad de Zaragoza, Zaragoza

(2009) Los fenómenos de imitación en las viviendas urbanas romanas en el Nordeste de la Península Ibérica, Espacio, *Tiempo y Forma,* Serie II, Historia Antigua, t. 22, pp. 71-81.

(2013) Espacios convivales en las viviendas urbanas del Valle medio del Ebro desde la etapa postnumantina hasta el conflicto sertoriano, *Aquitania,* 29, pp. 19-41.

Veyne, P. (1991). Vie de Trimalcion, In *La société romaine,* Paris, pp. 13-87.

Villanueva Acuña, M. (2011). Problemas en torno a la organización administrativa del Noroeste en los inicios del Imperio, *Hispania antiqua*, nº 35, pp. 67-82.

(2016) La fundación de Lucus Augusti: nuevas perspectivas, *Revista de Historiografía 25,* pp. 273-286.

von Stackelberg, K. (2*009). The Roman Garden: Space, Sense, and Society*, Routledge Monographs in Classical Studies, London/New York, Routledge

Wacher, J. (1974). Villae in Urbibus?*, Britannia*, 5, pp. 282-284.

(1995). *The Towns of Roman Britain,* Londres, Batsford.

Wallace-Hadrill, A. (1988): *The social structure of the roman house,* Papers of the British School at Rome, Vol, LVI. London, pp. 43-97.

(1990). The social spread of roman luxury: sampling Pompeii and Herculaneum, *Papers of the British School at Rome,* Vol. 58, pp. 145-192.

(1991). Houses and Households: Sampling Pompeii and Herculaneum, In Rawson, B. (ed.), *Marriage, Divorce, and Children in ancient Rome*, Oxford, pp. 191-227.

(1994). *Houses and society in Pompeii and Herculaneum*, New Jersey.

(1997). Rethinking the Roman atrium house, In Laurence, R e Wallace-Hadrill, A (eds). *Domestic space in the roman world: Pompeii and Beyond*, Journal of Roman Archaeology. Supplementary series 22, pp. 219-240.

(2008). *Rome's Cultural Revolution,* Cambridge/New York, Cambridge University Press.

(2011). *Herculaneum: past and future,* Londres, Frances Lincoln Limited Publishers – Packard Humanities Institute.

(2015). What makes a Roman House a "Roman House"?, in Tuori, K. and Nissin, L. (eds.), *Public and Private in the Roman House and Society, Journal of Roman Archaeology Supplementary* Series 102, Rhode Island, Portsmouth, pp. 177-186.

Walthew, C. V. (1975). The Town House and the Villa House in Roman Britain, *Britannia,* 6. London, pp. 189-205.

Ward-Perkins, J. B. (1956). Nero's Golden House*, Antiquity,* 30, pp. 209-219.

Welch, K. (2006). Art and Architecture in the Roman Republic, In Rosenstein, N. e Morstein-Marx, R., *A Companion to the Roman Republic*, Oxford, Blackwell Publishing.

Willis, S. (2007). Roman towns, roman landscapes. *The cul*tural terrain of town and country in the Roman period, In Fleming, A. e Hingley, R. (eds.), *Prehistoric and Roman landscapes*, Bollingtown, Windgather Press, pp. 143-164.

Wilson, P. (2003). *The rchaeology of Roman Towns,* Oxford, Oxbow.

Woolf, G. (1993). Roman Peace, In Rich, J. e Shipley, G (eds.), *War and Society in the Roman World*, Londres, Routledge, pp. 171–194.

(1998). *Becoming Roman. The Origins of Provincial Civilization* in Gaul, Cambridge, Cambridge University Press.

Zabaleta Estévez, M. (2000). Hallazgos Numismáticos de los comienzos de Bracara Augusta, In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular,* VI, Porto, Adecap, pp. 395-399.

Zaccaria Ruggiu, A. (1995). *Spazio privato e spazio pubblico nella città romana*, Roma, École Française de Rome

(2001). Abbinamento triclinium-cubiculum: Un'ipotesi interpretativa, In Verzar-Bass, M. (ed.), *Abitare in Cisalpina. L'edilizia privata nelle città e nel territorio in età romana*, Trieste, Editreg, pp. 59-101.

Zanker, P. (1993). *Pompei. Società, immagini e forme dell'abitare,* Turim, Giulio Einaudi.

(1998a). *Pompeii, Public and Private Life,* London, Harvard University Pess.

(1998b). *The Power of Images in the Age of Augustus,* Ann Arbor. The University of Michigan Press

Zevi, F, (1981). La storia degli scavi, In *Pompei* 1748-1980, pp. 11-21.

(ed.) (1990). *Paestum*, Nápoles.

Lista de sites consultados

http://www.alcalanow.com/es/complutum-alcala-2/[consulta em 17-02-2019]
http://alcalaturismo.com/complutum-ciudad-romana [consulta em 17-02-2019] [consulta em 17-02-2019]
http://www.historiayarqueologia.com/2017/03/finaliza-la-restauracion-de-la-casa-de.html [consulta em 17-02-2019]

https://www.google.com/maps/place/Juli%C3%B3briga+Roman+City+and+Domus+-Museum/@42.9866017,4.1152747,452m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0xd48e-65608571c37:0x169e671671a1ffe5!8m2!3d42.9850781!4d-4.1134464 [consulta em 18-02-2019]
http://surdecantabria.es/retortillo/juliobriga-retortillo-807-10/ [consulta em 18-02-2019]
http://www.cervantesvirtual.com/bib/portal/antigua/include/verfoto.formato?foto=fotos/iuliobriga04.jpg&pie=Iuliobriga.+La+Casa+de+los+Morillos+y+las+CasasBloque.&volver=img_iuliobriga.shtml&titulo3=%3E+iuliobriga [consulta em 18-02-2019]
https://www.google.com/maps/place/Tong%C3%B3briga/@41.1640945,--8.1480434,631m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0xd2497f04a32e45d:0x433df65bb6d2bd91!8m2!3d41.161667!4d-8.147222 [consulta em 19-02-2019]
https://www.tongobriga.pt/conhecer/%C3%A1rea-arqueol%C3%B3gica-do-freixo-o monumento/tongobriga-romana.html [consulta em 19-02-2019]
https://www.google.com/maps/place/Ru%C3%ADnas+de+Con%C3%ADmbriga/@40.0990821,--8.4970481,660m/data=!3m2!1e3!4b1!4m5!3m4!1s0xd2258a2a98bf6dd:0x3f88cddb934e2ff7!8m2!3d40.099078!4d-8.4948594 [consulta em 20-02-2019]
https://www.trover.com/d/1uqqU-con%C3%ADmbriga-condeixa-a-velha-portugal [consulta em 20-02-2019]
https://mapio.net/pic/p-18866244/[consulta em 20-02-2019]
http://cartotecadigital.icc.cat [consulta em 21-02-2019]
http://www.patrimonioculturaldearagon.es/bienes-culturales/cabezo-de-alcala-azaila-teruel [consulta em 21-02-2019]
+++